DIAGNÓSTICO SOCIAL

MARINHA GRANDE

2026-2031

Conselho Local de Ação Social da Marinha Grande

PRR Plano de Recuperação e Resiliência
REPÚBLICA PORTUGUESA
Financiado pela União Europeia NextGenerationEU

ÍNDICE

ENTIDADES PARCEIRAS DO CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DA MARINHA GRANDE 3

INTRODUÇÃO 5

Enquadramento Metodológico **5**

Objetivo 6

Metodologia 7

1. Caracterização Económica e Social 10

1.1 Território e Localização **10**

1.1.1 Concelho da Marinha Grande 11

1.1.2 Freguesia da Marinha Grande 13

1.1.3 Freguesia da Moita 13

1.1.4 Freguesia de Vieira de Leiria 14

1.2 Acessibilidades **15**

1.3 Rede de Transportes **16**

1.4 Indicadores Sócio Demográficos **17**

1.4.1 População Residente 17

2. Indicadores Sócio Económicos 31

2.1 Mercado de Trabalho e Tecido Empresarial da Marinha Grande **31**

2.1.1 N.º de Empresas: Localização e Atividade Económica 32

2.1.2 Recursos Humanos 36

2.1.3 Ganho Médio Mensal por Setores de Atividade 37

2.1.4 Empregabilidade por Setores de Atividade Económica 38

3. Economia Social: O Associativismo na Marinha Grande 41

3.1 Associações de Apoio ao Empreendedorismo, Emprego e Formação 41

3.2 Associações Sociais e Educativas 42

3.3 Associação para a Proteção e Segurança 45

3.4 Associações Desportivas 45

3.5 Associações Desportivas, Culturais e/ou Recreativas 47

3.6 Associações Culturais 49

3.7 Associação de Proteção Animal/Outros **49**

4. Cultura 50

4.1 Equipamentos Culturais e Museológicos do Concelho da Marinha Grande **50**

Capítulo I – Síntese Conclusiva 53

ENTIDADES PARCEIRAS DO CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DA MARINHA GRANDE

- ACAPO – Associação de Cegos e Ambliopes de Portugal
- ADCA - Associação Desenvolvimento e Cooperação Atlântida
- ADESER II - IPSS
- Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Nascente
- Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente
- Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria
- Associação ATLAS
- Associação Casa d'Árvore - ABCNatur
- Associação Comercial Industrial da Marinha Grande
- Associação Crescer e Crer
- Associação de Alzheimer Pinhal Litoral
- Associação Novo Olhar II
- Associação Portuguesa de Deficientes
- Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson
- Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental – Marinha Grande
- Associação Promoção Social de Vieira de Leiria - Jardim dos Pequeninos
- Associação Social Cultural e Desportiva de Casal Galego
- Associação Viva Solidário – IPSS
- ASURPI – Associação Sindical, União de Reformados, Pensionistas e Idosos
- Biblioteca de Instrução Popular
- Câmara Municipal da Marinha Grande
- CENFIM - Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica - Núcleo da Marinha Grande
- Centro de Respostas Integradas de Leiria
- Centro de Saúde da Marinha Grande
- Centro Distrital de Leiria - ISS, IP
- Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria
- Centro Social e Paroquial de Vieira de Leiria
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Marinha Grande
- Comissão Reformados Pensionistas e Idosos de Vieira de Leiria
- EPAMG - Escola Profissional e Artística da Marinha Grande

- Federação Regional de Associações de Pais e Encarregados de Educação de Leiria
- Guarda Nacional Republicana (GNR) de Vieira de Leiria
- Igreja Evangélica Batista da Marinha Grande
- ISDOM – Instituto Superior D. Dinis da Marinha Grande
- Jornal da Marinha Grande
- Judo Clube da Marinha Grande
- Junta de Freguesia da Marinha Grande
- Junta de Freguesia da Moita
- Junta de Freguesia de Vieira de Leiria
- Núcleo da Marinha Grande da Liga de Combatentes
- Polícia de Segurança Pública (PSP) da Marinha Grande
- PVMG – Projetos de Vida, Cooperativa Social, Cultural e Lúdica Sénior da Marinha Grande CRL
- Rotary Club da Marinha Grande
- Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande
- Sociedade Desportiva e Cultural das Trutas
- Sport Operário Marinhense

INTRODUÇÃO

Enquadramento Metodológico

O Diagnóstico Social 2025-2030 resulta da atualização dos indicadores trabalhados na anterior versão do Diagnóstico Social do Município da Marinha Grande (2017) e da informação recolhida entre os diversos parceiros da Rede Social Local.

O presente documento tem como objetivo dar a conhecer um conjunto de informações, em diferentes áreas, que deverão permitir a realização de uma intervenção estruturada, integrada e concertada dos vários atores sociais.

A atualização do Diagnóstico Social transfigura-se num importante instrumento de análise e compreensão da realidade social do concelho da Marinha Grande, a partir de um conjunto de dimensões de análise, que configuram a dinâmica do desenvolvimento e coesão social do território, numa perspetiva de futuro, para o qual se pretende influir, contemplando os diferentes contributos dos vários atores e intervenientes sociais, que são fundamentais à prossecução dos objetivos da Rede Social.

A atualização e reorganização dos documentos estratégicos de planeamento social têm por base as orientações do Programa Radar Social.

O **Radar Social** é um projeto-piloto de âmbito nacional financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), enquadrada no investimento n.º PRR-RE-C03-i01-07-000183, lançado através do aviso n.º 07-C03-i01-2023 de 16 de setembro, a implementação do Programa está organizada em **duas fases**:

- Atualização dos instrumentos de trabalho da Rede Social, nomeadamente o Diagnóstico Social do concelho, Plano de Desenvolvimento Social, Plano de Ação e o mapeamento dos recursos regionais e locais em articulação com as Cartas Sociais Municipais.
- Georreferenciação social de pessoas, famílias e grupos, em situação de vulnerabilidade social e/ou risco de pobreza e exclusão social, articulando respostas através da rede de parceiros locais.

Por conseguinte, tendo como base as opções metodológicas da intervenção e dos objetivos do programa Radar Social, o presente documento é perspetivado e estruturado com base nas teorias da sociologia do risco, da resiliência e das vulnerabilidades sociais[1].

[1] "Sociologia do Risco: Uma breve introdução e algumas lições" (Mendes,José Manuel) Imprensa da Universidade de Coimbra ,novembro 2015

A perspetiva sociológica do risco, enquadra o conceito de risco nos contextos sociais, atendendo às atividades das pessoas, dos grupos sociais e das comunidades (Lidskog e Sundqvist,2013). O olhar social do risco determina o estudo das desigualdades associadas ao risco e à forma como as sociedades contemporâneas estruturam a diferença social a partir da definição de população em risco e de populações vulneráveis.[2]

O documento apresentado encontra-se estruturado em três partes:

1. Capítulo I: Caracterização Sócio Demográfica e Económica do Concelho
2. Capítulo II: Dimensões Transversais de Análise
3. Capítulo III: Dimensões Específicas de Análise

E enquadra-se, tendo como fonte os seguintes documentos estratégicos Nacionais:

a) Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Agenda 2030
b) Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP) 2021-2030
c) Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030
d) Estratégia Nacional para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2018-2030
e) Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025
f) Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem abrigo 2025-2030
g) Estratégia Nacional para a Integração de Comunidades Ciganas 2018-2023
h) Plano Nacional de Saúde 2021-2030 – Saúde Sustentável para Todos
i) Plano Nacional de Garantia para a Infância (PAGPI) 2022-2030

A atualização do Diagnóstico Social pretende ter uma incidência territorial concelhia e retratar a realidade social do concelho da Marinha Grande, incidindo, essencialmente nos grupos sociais mais vulneráveis e afetos às situações de pobreza e exclusão social.

Objetivo

- Conhecer a realidade social do concelho da Marinha Grande, tendo em vista a definição de **estratégias de intervenção no combate à pobreza e exclusão social**, numa perspetiva de promoção do **desenvolvimento de um território socialmente inclusivo e participativo**.

[2] Disponível em: Sociologia do Risco: Uma Breve Introdução e Algumas Lições (Mendes, José Manuel) pg. 15; Imprensa da Universidade de Coimbra, novembro 2015.

Metodologia

- Metodologicamente privilegiou-se uma abordagem bidimensional, contemplando as vertentes quantitativas e qualitativas. Numa primeira fase de elaboração do documento, foi recolhida e analisada informação quantitativa, tendo como principal fonte os dados estatísticos oficiais, do INE e do PORDATA, com dados cronologicamente datados de 2011 e 2021 oriundos dos Censos à população e de estimativas entre 2022 e 2024. Foram auscultadas entidades parceiras do Conselho Local de Ação Social (CLAS) da Marinha Grande, visando reforçar essa articulação, no sentido de ser um instrumento em constante atualização.

A atualização do Diagnóstico Social obedeceu a 4 fases, nomeadamente:

1. Identificação das dimensões transversais e específicas de análise.
2. Recolha de indicadores quantitativos e qualitativos junto a:
   - Parceiros da Rede Social;
   - Fontes Estatísticas e sites governamentais oficiais;
   - Documentação Interna: Divisão da Educação (DE); Divisão dos Assuntos Sociais (DAS); Divisão da Saúde e Bem-Estar (DSBE); Divisão de Desporto, Juventude e Associativismo (DDJA) e Divisão de Cultura, Património Cultural e Turismo (DCPCT);
   - Participação em colóquios, webinares e reuniões com parceiros locais.

Os dados quantitativos apresentados remontam ao horizonte temporal 2011-2021 e 2021-2025, dando prioridade aos dados de 2023-2025, solicitados aos parceiros da rede social no âmbito da intervenção.

3. Tratamento das informações recolhidas:
   - Observação direta;
   - Análise documental;
   - Entrevistas abertas;
   - Inquérito por questionário aberto;
   - Reuniões com parceiros da rede social, em formato presencial e por telefone.
4. Análise e interpretação dos problemas e estabelecimento de prioridades:
   - Análise das Forças e Fraquezas Identificadas (SWOT);
   - Modelo de Eisenhower.

A Análise das Forças e Fraquezas permitiu a identificação dos pontos fortes e fracos do território, nomeadamente as suas potencialidades e força de ação, os recursos locais existentes e os aspetos e possíveis soluções a adotar, por forma a obter uma visão concertada em cada grupo de atuação.

No âmbito do intuito da elaboração deste documento, as Fraquezas e Forças correspondem aos aspetos positivos e negativos, referindo-se à realidade interna do concelho.

- As Fraquezas correspondem aos problemas detetados.
- As Forças correspondem aos recursos e capacidades (fatores internos) que possam ser utilizados na resolução dos problemas, devendo a cada fraqueza estarem associadas as respetivas forças.

O objetivo inicial de análise de forças e fraquezas do território será posteriormente complementado numa visão concertada das ameaças e oportunidades subjacentes ao território.

A escolha pelo Modelo de Eisenhower, deveu-se ao facto de permitir definir as prioridades de resposta em relação a cada uma das categorias analisadas na SWOT. Este modelo permite-nos visualizar os graus de prioridade face à importância/urgência de cada categoria, sendo que a urgência assume carácter prioritário, quer estejam disponíveis recursos ou não. A importância é medida de acordo com a definição da relatividade de cada categoria por parte dos parceiros.

Nota Metodológica:

A Volatilidade dos dados e a Tempestade Kristin (2026)

O Diagnóstico Social é um documento em constante revisão e aperfeiçoamento. Tem por base fenómenos associados às relações sociais e a análise das mudanças estruturais e ambientais que impactam a vida das pessoas, e que determinam situações de maior ou menor vulnerabilidade no que respeita ao acesso a bens e serviços essenciais, assim como o surgimento ou agravamento de necessidades, serviços e recursos comunitários.

O presente documento, elaborado e revisto no período anterior à tempestade Kristin, não considera na sua análise dados decorrentes do período em que ocorreu o fenómeno dada a temporalidade recente do fenómeno e cujos efeitos no território a médio e longo prazo ainda não se refletem nos dados estatísticos oficiais, não existindo ainda fontes oficiais que apresentem dados estatísticos de impacto nas várias dimensões da vida em sociedade: Habitação, Saúde, Segurança, Emprego e Formação e Educação, devendo fazer parte integrante do Diagnóstico Social da Marinha Grande nas próximas revisões do documento.

Diagnóstico Social da Marinha Grande

2026-2031

CAPÍTULO I

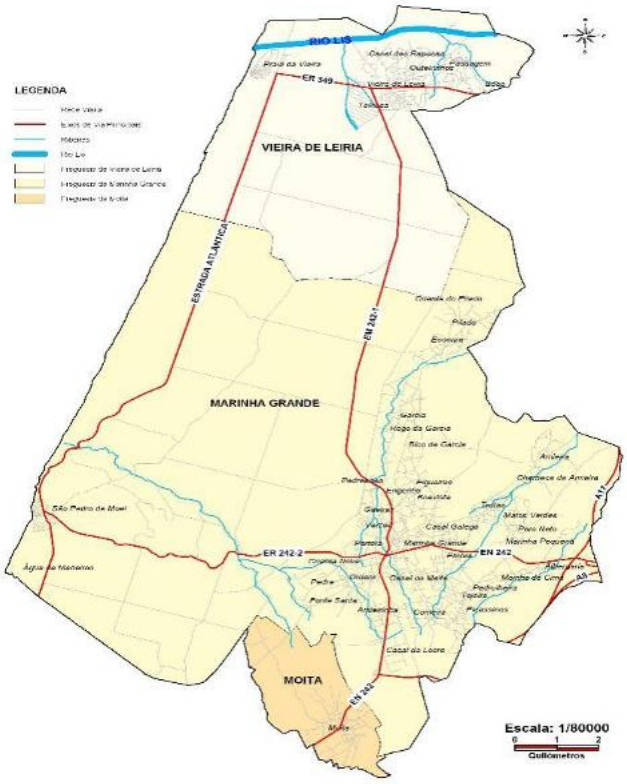
Caracterização Sócio Demográfica e Económica

PRR Plano de Recuperação e Resiliência
REPÚBLICA PORTUGUESA
Financiado pela União Europeia NextGenerationEU
Marinha Grande Município

1. Caracterização Social e Económica

1.1 Território e Localização

Figura 1: Mapa do Concelho da Marinha Grande



Fonte: GEOPORTAL da Marinha Grande

A Marinha Grande é um concelho localizado na região Centro de Portugal, pertencente ao distrito de Leiria.

Localiza-se a cerca de 12 quilómetros da cidade de Leiria, numa zona de transição entre o litoral e o interior, próxima do mar (a cerca de 10 quilómetros da costa), e encontra-se a uma altitude de 88 metros.

O concelho estende-se ao longo da margem esquerda do rio Lis e ocupa parte da orla oriental do Pinhal de Leiria, uma das maiores áreas florestais do país.

Está situada no limite norte da província da Estremadura, limitada a norte e este pelo concelho de Leiria e a sul pelo Concelho de Alcobaça.

O concelho está estrategicamente localizado entre duas das principais cidades portuguesas: Lisboa, a cerca de 147 quilómetros de distância, e o Porto, a aproximadamente 196 quilómetros.

Esta posição facilita a sua ligação com o resto do país, sobretudo graças a uma rede de acessos rodoviários e ferroviários. É atravessado pela Estrada Nacional 242, pelas autoestradas A8 e A17 e pela Linha do Oeste, o que torna a mobilidade de pessoas e bens eficiente.

Geograficamente, o território da Marinha Grande é caracterizado por uma extensa planície com solos predominantemente arenosos e com alguns afloramentos de saibro, o que influenciou historicamente as suas atividades económicas e o tipo de vegetação existente. Um dos elementos mais marcantes da paisagem é, sem dúvida, o Pinhal de Leiria, que cobre aproximadamente dois terços da área do concelho. Esta mancha florestal é não só um elemento identitário do território, como também um recurso ambiental, económico e cultural de grande relevância.

Em termos de delimitação geográfica, o concelho da Marinha Grande confronta a norte com Vieira de Leiria (através do Pinhal Nacional), a sul com a linha ferroviária do Oeste, e a poente com o mar, tendo como ponto de referência a localidade costeira de São Pedro de Moel.

Este território, com uma forte ligação à floresta e ao mar, apresenta um conjunto de características que moldam a sua história, economia e identidade cultural. A proximidade de recursos naturais, como a madeira e a areia, influenciou o desenvolvimento da indústria vidreira, que se tornou um dos marcos económicos e sociais da Marinha Grande. Esta conjugação entre natureza, localização e infraestruturas contribui para que o concelho continue a ser uma referência regional com dinâmicas próprias e um papel importante no contexto do distrito de Leiria.

1.1.1 Concelho da Marinha Grande (2023)

Tabela 1: Caracterização do concelho da Marinha Grande (2023)

Caracterização do Concelho da Marinha Grande	
Área geográfica	18724,45 hectares
População residente	41011 habitantes
Densidade populacional	219 habitantes/km^2
Freguesias	3 freguesias
Turismo de Lazer	Praia de S. Pedro de Moel Praia da Concha Praia Velha Praia das Pedras Negras Praia da Vieira
Turismo Cultural	Museu do Vidro Núcleo de Arte Contemporânea do Museu do Vidro Museu Joaquim Correia Casa da Cultura Museu Santos Barosa Casa-Museu Afonso Lopes Vieira

Fonte: INE (2025)

A Marinha Grande é um concelho situado na região centro de Portugal, pertence ao distrito de Leiria, NUT III Pinhal Litoral e Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.

O concelho tem uma área de 187,2 km2, ocupado em cerca de 2/3 pelo Pinhal de Leiria, faz fronteira a norte e leste com o concelho de Leiria, a sul com o concelho de Alcobaça e é limitado a oeste pelo Oceano Atlântico.

Em termos de distribuição territorial, a sua densidade é de 219 habitantes por metro quadrado e em 2023 a população residente atingiu os 41011 efetivos.

A atratividade económica da região, associada à presença de emprego técnico e especializado e à dinâmica industrial, transformou o concelho num destino para muitos migrantes e imigrantes.

Atualmente, a Marinha Grande continua a ser um dos principais polos industriais do país, com um perfil económico diversificado.

A indústria transformadora é o principal motor da economia local, concentrando-se sobretudo em três setores: vidro, moldes e plásticos. A aposta na inovação tecnológica e na engenharia industrial contribui para o reforço da competitividade local, nacional e internacional.

Considerada o berço da indústria vidreira, daí o seu reconhecimento como "capital do vidro", ganhou também o prestigiado título de "capital dos moldes", reconhecendo o seu papel de liderança num dos setores de ponta da indústria portuguesa.

Além da importância económica, o concelho possui um valioso património natural, histórico e cultural.

Destacam-se, o Museu do Vidro, que preserva e celebra o saber fazer dos mestres vidreiros; o Museu Joaquim Correia, dedicado à arte e escultura; e o Museu da Fábrica de Vidros Santos Barosa, que ajuda a compreender a evolução da indústria e do trabalho ao longo dos tempos.

A Praça Guilherme Stephens e o Parque do Engenho são espaços públicos que ligam a cidade à sua memória industrial e operária. Por outro lado, a Mata Nacional do Pinhal de Leiria — que ocupa grande parte do território do concelho — representa um legado ambiental de enorme valor.

A costa atlântica oferece qualidade de vida, atratividade turística e uma ligação íntima entre o mar e a floresta.

As festas e romarias são eventos que unem a comunidade. As Festas da Cidade da Marinha Grande, contemplam um programa com atividades musicais, culturais, desportivas e gastronómicas, com ênfase na promoção da identidade local, das pessoas e das associações.

Em suma, a Marinha Grande é uma terra onde a tradição industrial e o património natural convivem lado a lado. A população construiu uma identidade forte, moldada pelo trabalho, pelo associativismo e pela capacidade de adaptação.

O concelho está dividido em três freguesias: Marinha Grande, Vieira de Leiria e Moita. Esta última foi integrada no concelho em 2001, na sequência da Lei n.º 28/2001, publicada em Diário da República.

1.1.2 Freguesia da Marinha Grande (2021)

Tabela 2: Caracterização da Freguesia da Marinha Grande (2021)

Caracterização da Freguesia da Marinha Grande	
Área Geográfica	135,77 km2
População Residente	32322 Habitantes
Densidade Populacional	237,97 Habitantes/km^2

Fonte: Por Radar através do *site* da Junta de Freguesia da Marinha Grande e a partir de www.ine.pt

A freguesia da Marinha Grande tem uma área de 135,77 km^2, uma densidade de 238 habitantes por km^2 e em 2021 a população residente atingiu os 32322 habitantes.

1.1.3 Freguesia da Moita (2021)

Tabela 3: Caracterização da Freguesia da Moita (2021)

Caraterização da Freguesia da Moita	
Área Geográfica	8,4087 km2
População Residente	1.296 habitantes
Densidade Populacional	154 habitantes/km^2

Fonte: Por Radar Social a partir de www.ine.pt

A Freguesia da Moita é caracterizada por algumas indefinições administrativas ao longo sua história.

A título de exemplo, incorporou o primeiro concelho da Marinha Grande, entre 1836 e 1838 e mais tarde integrou o município de Alcobaça, após ter pertencido durante algum tempo à Paróquia da Maceira.

Durante anos, a Moita reivindicou a sua libertação do concelho de Alcobaça, tendo as lutas populares com vista à sua reintegração no município da Marinha Grande acontecido nas décadas de 30, 40 e 70 e 90.

A 19 de abril de 2001, os protestos e exigências dos moitenses são finalmente atendidos na Assembleia da República, ficando a Moita a pertencer oficialmente ao concelho da Marinha Grande, desde o dia 12 de julho de 2001, na sequência da publicação da Lei n.º 28/2001 no Diário da República n.º 160 I série A.

A freguesia da Moita tem uma área de 8,4087 km^2, uma densidade de 154 habitantes por km^2 e em 2021 a população residente atingiu os 1421 efetivos.

É economicamente caracterizada pela sua indústria, dispersa por um conjunto de atividades, onde predominam a tecnologia de ponta em áreas diversas como os moldes, aços, plásticos, móveis, a par de outras pequenas e médias empresas.

Embora o setor primário tenha pouco peso, no que diz respeito à economia local, a prática da agricultura é bastante notória, ainda que praticada em regime de autoconsumo pelas famílias residentes.

1.1.4 Freguesia de Vieira de Leiria (2021)

Tabela 4: Caracterização da Freguesia de Vieira de Leiria

Caraterização da Freguesia de Vieira de Leiria	
Área Geográfica	42,5 km2
População Residente	5 406 habitantes
Densidade Populacional	126 habitantes/km^2

Fonte: Por Radar Social a partir de www.ine.pt

Elevada a Vila, em 9 de julho de 1985, Vieira de Leiria está integrada no concelho da Marinha Grande. Localiza-se a cerca de 14 quilómetros da sede concelhia e a 24 quilómetros da cidade de Leiria. Situada na margem esquerda do Rio Lis e próxima do mar — a apenas a 4 quilómetros da costa atlântica — ocupa uma posição estratégica no extremo norte do Pinhal de Leiria.

A freguesia tem uma área total de aproximadamente 4700 hectares, dos quais 400 hectares correspondem à zona urbana. A sua estrutura é composta por vários lugares de povoamento, entre os quais se destacam Vieira de Leiria (sede da freguesia), Praia da Vieira, Boco, Casal das Raposas, Casal dos Lobos, Casal d'Anja, Galiota, Passagem, Outeiros da Vieira, Outeiros da Passagem e Casal da Malha.

Vieira de Leiria insere-se numa zona de transição, com características tanto do norte como do sul do país, o que se reflete nos modos de vida, nas práticas culturais e nos equilíbrios económicos. A fixação da população neste território deve-se muito ao curso do Rio Lis, cujas águas, apesar de instáveis, serviram de meio de transporte, de sustento e de organização da paisagem.

É ao longo do século XIX que Vieira de Leiria conhece um período de maior desenvolvimento, sobretudo devido à regularização do leito do rio Lis, que permitiu retomar a sua navegabilidade. Esta melhoria levou D. João VI a decretar que o embarque de madeiras do Pinhal de Leiria passasse a ser feito na Foz do Lis, o que aumentou a importância estratégica e económica da Vieira.

Foi construído o molhe Oudinot e instaladas as Tercenas, grandes armazéns para armazenar madeira, resina, pinhão e outros produtos. O movimento de embarcações aumentou, com destaque para os

caíques, lugres e saveiros que faziam a ligação entre o interior e o litoral, e entre a floresta e os centros urbanos.

Neste contexto, a vila torna-se um ponto dinâmico onde coexistem diversas profissões: construtores navais, pescadores, vidreiros, serradores, limeiros e ferreiros. A instalação de uma pequena fábrica de vidros em 1840 no cais reforça a ideia de um território versátil e multifuncional.

Vieira de Leiria foi, durante décadas, o centro mais importante de fabrico de limas em Portugal, uma indústria que transformou o tecido económico e social da vila. A pesca, apesar de ainda existir, tornou-se progressivamente uma atividade secundária.

A vila soube sempre adaptar-se às mudanças e promover a fixação da sua população. Isto deve-se não só à capacidade de organização comunitária, como também à existência de oportunidades de trabalho nos setores industrial, comercial e de serviços. O espírito trabalhador e associativo das suas gentes permitiu o surgimento de uma malha social coesa, capaz de resistir às dificuldades e de se reinventar ao longo do tempo.

1.2 Acessibilidades

O concelho da Marinha Grande assume uma posição territorial estratégica. Localiza-se na zona litoral do país e no centro da faixa compreendida entre as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, encontra-se a 140 km (1h20) de Lisboa e a 193 km (1h45) do Porto.

A A17 liga o concelho ao norte, nomeadamente a Aveiro, o que possibilita chegar ao Porto rapidamente, o que traz para o concelho um conjunto de oportunidades que decorrem diretamente da redução do tempo de deslocação à região e aos centros urbanos mais relevantes. A A8 liga a Marinha Grande a Lisboa, e facilita a deslocação e proximidade a importantes infraestruturas, nomeadamente ao Aeroporto Humberto Delgado, situado na grande Lisboa.

Regionalmente, a Marinha Grande encontra-se muito próxima dos dois municípios da Região de Leiria com maior número de população e maior volume de negócios: Leiria e Pombal.

A distância entre o Município da Marinha Grande e o Município de Leiria é de aproximadamente 12 km, resumindo-se aproximadamente a uma deslocação de 10 minutos de carro. Já em relação ao Município de Pombal, a distância resume-se a 37 km e representa uma deslocação de cerca de 30 minutos, de carro.

Em suma, seja a nível Nacional ou Regional, a sua localização geográfica potência uma forte atratividade sobre o território capaz de originar um intenso dinamismo empresarial e demográfico.

1.3 Rede de Transportes

A população do concelho da Marinha Grande tem ao seu dispor transportes públicos, promovidos pela empresa municipal - Transportes Urbanos da Marinha Grande (TUMG), com intuito de promover a melhoria das condições e qualidade de vida da população e ainda contribuir para a sustentabilidade e desenvolvimento económico do concelho.

A TUMG disponibiliza uma rede de transportes urbanos, de 16 Linhas, que cobrem todo o concelho, num total de 260 km, com horários também aos fins-de-semana e feriados. Durante a época balnear são assegurados transportes para a Praia de Vieira de Leiria e para a Praia de São Pedro de Moel.

Em 2023, em termos anuais e de acordo com os resultados do último relatório de desempenho da rede TUMG, utilizaram esta rede de transportes 273 305 mil pessoas. O índice de regularidade do horário ronda os 98% e de pontualidade do serviço os 93%.

A este nível o concelho conta ainda com:

- A Rodoviária do Tejo, S.A., que tem como missão aumentar a qualidade de vida das populações, através da prestação de serviços adequados às diferentes necessidades de deslocação contribuindo para a preservação do equilíbrio ambiental.
- A CP – Comboios de Portugal, E.P.E. que tem como missão prestar serviços de transporte ferroviário de passageiros, através da linha do Oeste. No entanto, a sua diversidade de serviços e de horários é reduzida, dispondo apenas dos serviços Regional e Inter-regional.

1.4 Indicadores Sócio Demográficos

1.4.1 População Residente

a) População Absoluta 2011-2021

A análise da população absoluta revela que, entre 2011 e 2021, Portugal registou uma diminuição da população residente, passando de cerca de 10,56 para 10,34 milhões de habitantes. Entre 2021 e 2023 estima-se um ligeiro aumento da população, que se traduz neste período, num crescimento próximo de 1%.

Estima-se que face a 2024, o aumento populacional alcance uma variação positiva em Portugal de +3,9%, contudo apesar do crescimento, continua em evidência o declínio demográfico em curso a nível nacional, provocado sobretudo pelos comportamentos demográficos da população, nomeadamente ao nível da natalidade, do envelhecimento e dos movimentos migratórios.

Tabela 5: População Residente (n.º) e Variação (%) da População por Local de Residência - 2011 e 2021;2023-2024

	Portugal	Centro	Concelho	Marinha Grande	Moita	Vieira de Leiria
2011	10.562.178	2.327.755	38.681	31.413	1.423	5.845
2021	10.343.066	1.653.195	39.024	32.322	1.296	5.406
2023	10.639.726	2.300.454	41011			
2024	**10.749.635**	**2.331.501**	**41773**			
Variação 2011-2021	-2,1	**-28,979**	**+0,887**	**+2,894**	**-8,925**	**-7,511**
Variação 2021-2023	**+0,7**	**+3,9**	**+5,1**			
Variação 2023-2024	**+1**	+1,3	**+2**			
Variação 2021-2024	**+3,9%**	+41	**+7**			

Fonte: Por Radar Social, a partir de : Portal do INE, extraído a 19/08/25 pelas 12h59 e em Portal do INE, extraído a 19/08/25 pelas 13h10; CCDRC - DataCentro, extraídos a 19/08/25 às11h30

A Região Centro, à semelhança dos valores nacionais, apresenta uma variação negativa no período de 10 anos, na ordem dos -28,98%.

Entre 2021 e 2024 apresenta uma variação positiva, atingindo em 2024 valores ligeiramente superiores a 2011.

Em contraste com estas tendências negativas, o concelho da Marinha Grande apresenta uma ligeira variação positiva na sua população, com um aumento entre 2011 e 2021 de cerca de 0,9%. Dados recentes apontam para a continuidade deste crescimento na ordem dos 7% entre 2021 e 2024.

A fundamentação deste crescimento justifica-se pela capacidade de retenção e atração populacional na sede do concelho, apoiada por um tecido económico que, apesar das dificuldades, se mantém robusto nas indústrias transformadoras e nas atividades tecnológicas e científicas.

A desagregação por freguesias confirma esta leitura: a freguesia da Marinha Grande cresceu quase três por cento, enquanto Moita e Vieira de Leiria perderam, respetivamente, cerca de nove e sete por cento da sua população no período de dez anos.

Estes dados revelam um desequilíbrio entre freguesias, com a concentração da população em áreas urbanas e perda nas zonas periféricas, possivelmente devido a fatores como o envelhecimento, menor oferta de serviços e mobilidade da população na procura de oportunidades de emprego com a sua fixação em zonas de maior acesso aos serviços essenciais.

b) População Relativa - Densidade Populacional

Tabela 6: Densidade Populacional (n.º/ km^2) por Local de Residência – 2011 e 2021; 2023-2024

	Portugal	Centro	Concelho Marinha Grande	Freguesia da Marinha Grande	Freguesia Moita	Freguesia Vieira de Leiria
2011	114,50	82,60	206,60	231,4	168,1	135,9
2021	112,15	71,03	208,41	237,96	154,1	125,69
2023	115,4	72,9	219			
2024	116,6	82,7	223,1			
Variação 2011-2021	**-2,052**	**-14**	**+0,876**	**+2,835**	**-8,328**	**-7,513**
Variação 2021-2023	**+2,9**	**+2,6**	**+5,1**			
Variação 2023-2024	**+1**	**+13,4**	**+1,9**			
Variação 2021-2024	**+4**	**+16,4**	**+7**			

Fonte: Por Radar Social, a partir de: Portal do INE extraído a 17/06/25 às 15h45;Portal do INE extraído a 17/06/25 às 15h43; CCDRC - DataCentro extraído a 19/08/25 pelas 15h15 e AER2023_II_01.xlsx extraído a 19/08/25 pelas 15h16

No que respeita à densidade populacional, os dados mostram que Portugal registou uma ligeira descida, passando de 114,50 para 112,15 habitantes por quilómetro quadrado, acompanhando o ritmo demográfico de decréscimo populacional residente.

A Região Centro apresenta uma descida mais pronunciada, na ordem dos 14%, o que confirma o esvaziamento das zonas interiores e rurais desta região.

A Marinha Grande, pelo contrário, viu a sua densidade aumentar ligeiramente, de 206,60 para 208,41 habitantes por quilómetro quadrado. Este incremento, ainda que reduzido, indica que o concelho continua a concentrar população num território limitado, com uma ocupação mais densa que a média regional e nacional.

A partir de 2021, a população residente apresenta uma tendência crescente e a densidade populacional apresenta valores de crescimento em todas as localizações em análise, sendo superior aos valores Nacionais (+4%) o incremento da densidade populacional na Região Centro (+16,4) e no concelho da Marinha Grande (+7%).

Observando a distribuição interna da população residente por fragmentação em freguesias, conclui-se que a freguesia da Marinha Grande acompanha este padrão de crescimento, com um aumento de cerca de seis habitantes por quilómetro quadrado entre 2011 e 2021.

As freguesias da Moita e de Vieira de Leiria apresentam reduções, sinalizando perda de população e, em paralelo, rarefação demográfica. Esta leitura reforça a ideia de que o crescimento da população está geograficamente concentrado no centro urbano, deixando as áreas mais distantes do núcleo da cidade vulneráveis à desertificação ao risco de perda de funcionalidade económica.

c) População Residente e Relação entre Géneros – Freguesias 2011-2021

Tabela 7: População Residente (N.º) por Género e Freguesia em 2011-2021

Freguesia	Género	2011	2021	Variação absoluta Nº
Marinha Grande	Feminino	16274	16717	+443
	Masculino	15160	15605	+445
	Total	31434	32322	+888
Vieira de Leiria	Feminino	3071	2799	-272
	Masculino	2774	2607	-167
	Total	5845	5406	-439
Moita	Feminino	720	667	-53
	Masculino	700	629	-71
	Total	1420	1296	-124

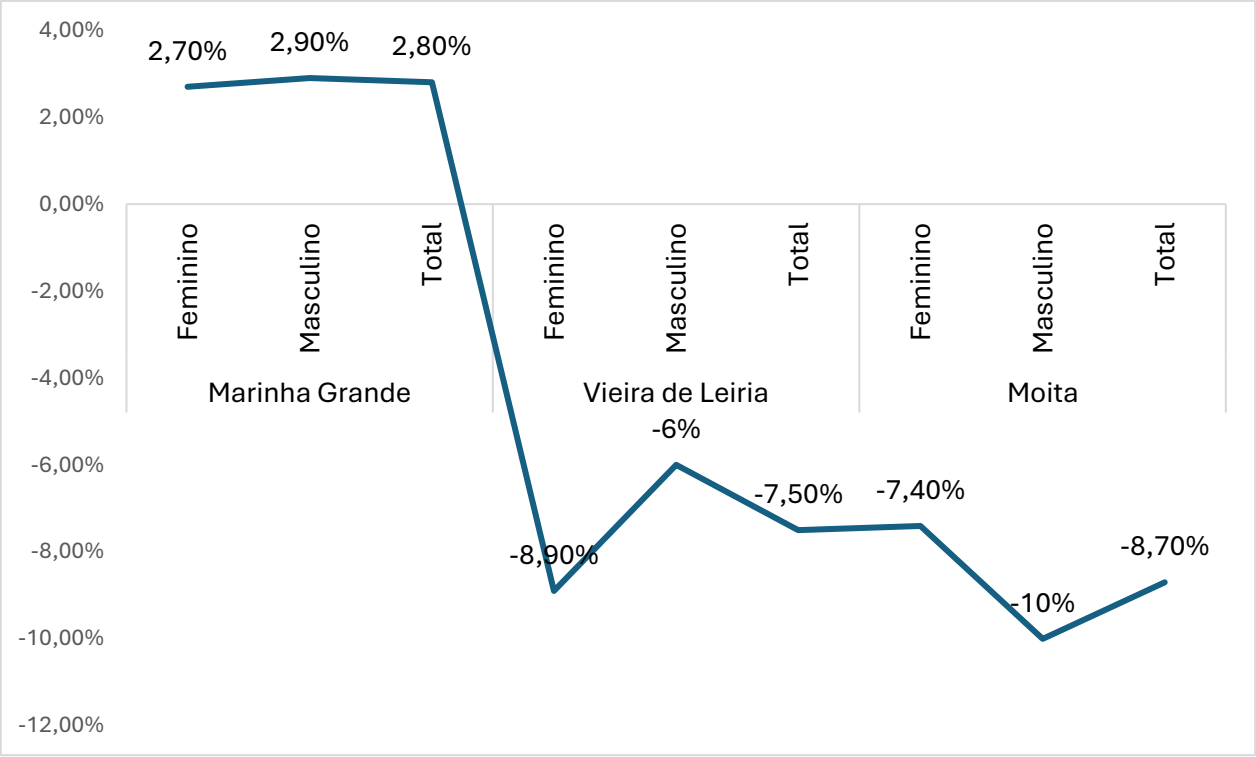
Fonte: Por Radar Social, a partir de www.ine.pt

A população residente em 2021 é de 32322 efetivos na freguesia da Marinha Grande, dos quais 51,7% são mulheres (16717 efetivos femininos) e 48,3% são homens (15605 efetivos masculinos).

Na freguesia de Vieira de Leiria, a população residente é de 5406 efetivos, dos quais 51,8% (2799) são mulheres e 48,2% (2607) são homens.

Na freguesia da Moita, a população residente é de 1296 pessoas, das quais 51,5% (667) são mulheres e 48,5% (629) são homens.

Figura 2: Variação (%) da População Residente por Freguesias em 2011-2021



Fonte: Por Radar Social, a partir de www.ine.pt

Entre 2011 e 2021:

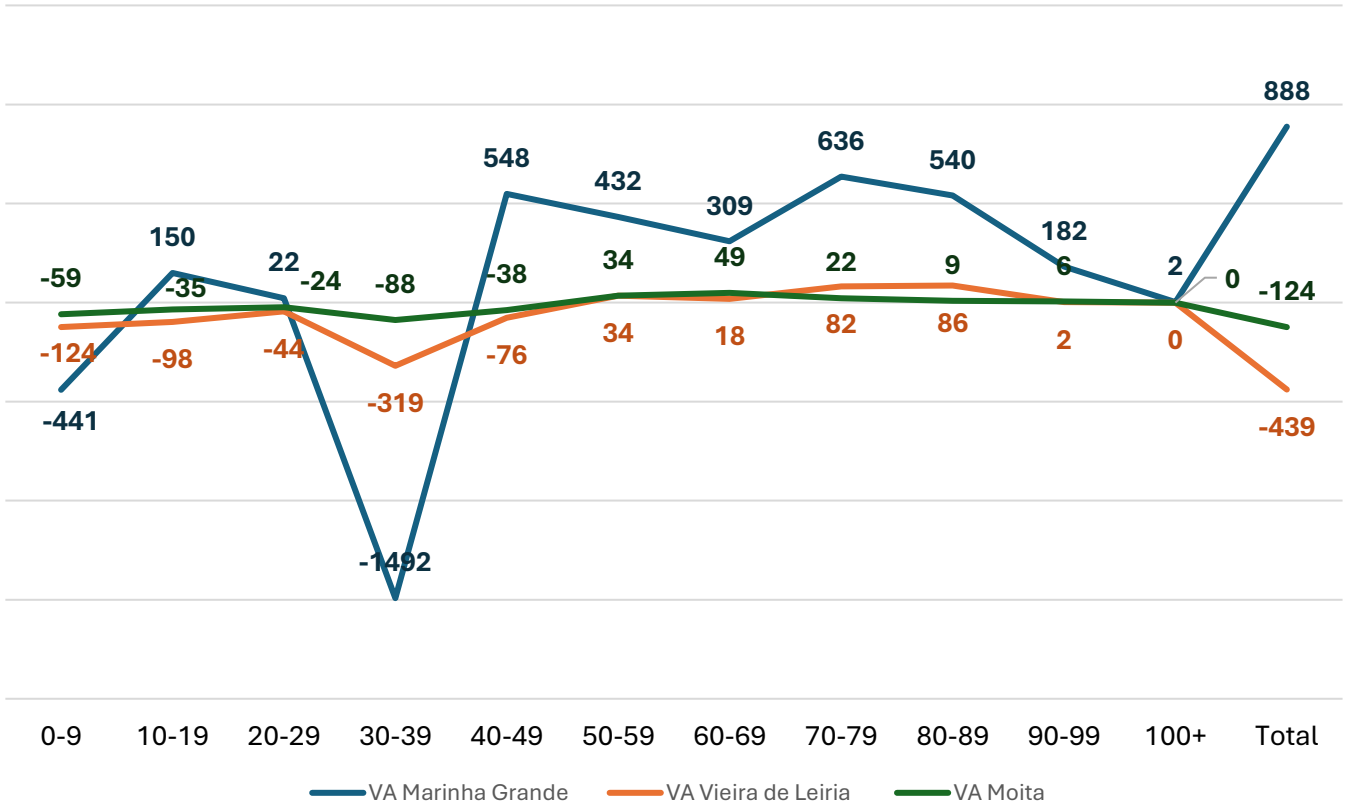
- Em termos nacionais há um declínio da população residente. Este padrão é compatível com as freguesias da Moita e Vieira de Leiria que neste período registaram perda da população.
- A Moita perdeu 124 efetivos, dos quais 71 homens e 53 mulheres.
- Vieira de Leiria reduziu 439 efetivos, dos quais 272 mulheres e 167 homens.
- No total das freguesias com perda populacional, o valor é de menos 563 efetivos.
- No inverso, a freguesia da Marinha Grande regista um aumento de +888 efetivos, dos quais 443 são mulheres e 445 são homens.
- Se subtrairmos a perda populacional e os ganhos das freguesias, o saldo é positivo (+325 efetivos) pelo que os valores do concelho apresentam um acréscimo de população residente, concentrada na freguesia da Marinha Grande.

Tabela 8: População Residente (Nº) por Grupos Etários e Freguesia em 2011-2024

	Marinha Grande			Vieira de Leiria			Moita		
	2011	2021	Variação absoluta	2011	2021	Variação absoluta	2011	2021	Variação absoluta
0-9	3160	2719	-441	510	386	-124	130	71	-59
10-19	3131	3281	+150	618	520	-98	163	128	-35
20-29	3350	3372	+22	557	513	-44	159	135	-24
30-39	5268	3776	-1492	797	478	-319	207	119	-88
40-49	4675	5223	+548	840	764	-76	239	201	-38
50-59	4193	4625	+432	768	802	+34	196	230	+34
60-69	3723	4032	+309	791	809	+18	146	195	+49
70-79	2682	3318	+636	619	701	+82	114	136	+22
80-89	1142	1682	+540	298	384	+86	60	69	+9
90-99	105	287	+182	46	48	+2	6	12	+6
100+	5	7	+2	1	1	0	0	0	0
Total	31434	32322	+888	5845	5406	-439	1420	1296	-124

Fonte: Por Radar Social, a partir de www.ine.pt

Figura 3: Variação Absoluta (N.º) da População Residente por Freguesias no Intervalo 2011-2021



Fonte: Por Radar Social, a partir de www.ine.pt

Analisar a distribuição da população por grupos etários permite identificar quais os ganhos ou perdas de população e quais os impactos dessa perda no tecido social das freguesias.

O declínio da população é uma tendência demográfica consequente dos níveis cada vez mais baixos de natalidade e do aumento esperança média de vida que tem permitido um aumento da longevidade da população.

Outros fatores como o mercado de trabalho, as acessibilidades a transporte e serviços de saúde, sociais e de comércio, os apoios às famílias em fase de constituição, o mercado da habitação, são fatores determinantes para a fixação da população nos territórios.

Da análise da tabela 8 e da figura 3, infere-se para o período de 2011-2021:

- Apesar da freguesia da Marinha Grande resistir ao declínio populacional, quando observado por grupo etários regista-se uma vulnerabilidade crítica na população em idade ativa, sobretudo a que se encontra por integrar o mercado de trabalho ou na fase inicial ou intermédia de constituição de família, nomeadamente a dos **30 aos 39 anos**, com -**1492 ativos** face a 2011.
- Para além da freguesia da Marinha Grande, também em Vieira de Leiria se observa a mesma situação, com uma perda no grupo dos **30-39 anos** de **- 319 efetivos**.
- Nas freguesias de **Vieira de Leiria e Moita** a perda da população ocorre de forma significativa nos grupos dos 0 aos 49 anos, **perdendo população em idade ativa e população infantil e jovem**.
- Na freguesia da Marinha Grande a perda de população ocorre de forma significativa nas faixas etárias **dos 0 aos 9 anos e dos 30 aos 39 anos**, apresentando perda de população infantil e nos grupos mais jovens em idade ativa.
- **Os ganhos de população**, na **Moita** e na **Vieira de Leiria** ocorrem, em ambas as freguesias, a **partir dos 50 anos,** não existindo perda de população nos escalões etários acima dessa idade. O grupo etário com **maior crescimento absoluto** de efetivos em **Vieira de Leiria** é o dos **80 aos 89 anos** com **+86 efetivos**, na **Moita** o dos **60 aos 69** com **+49 efetivos** e na Marinha Grande o dos **70 aos 79** com **+636 efetivos**.
- Esta distribuição em que se observa perda de população nas idades infantis e jovens, perda de população em idade ativa e aumento da população a partir dos 50 anos é característico de sociedades envelhecidas e cujas pirâmides etárias se caracterizam por uma base estreita e um topo alargado.

d) Estrutura Etária e Relação entre Géneros – Concelho 2011-2021 e 2023

Tabela 9: População Residente (N.º) e Variação Absoluta (N.º) por Género, no Concelho da Marinha Grande em 2011-2021 e 2023

Concelho	Género	2011	2021	VA 2011-2021	VA 2021-2023	VA
Marinha Grande	Feminino	20058	20183	+125	21125	+942
	Masculino	18623	18841	+218	19886	+1045
	Total	38681	39024	+343	41011	+1987

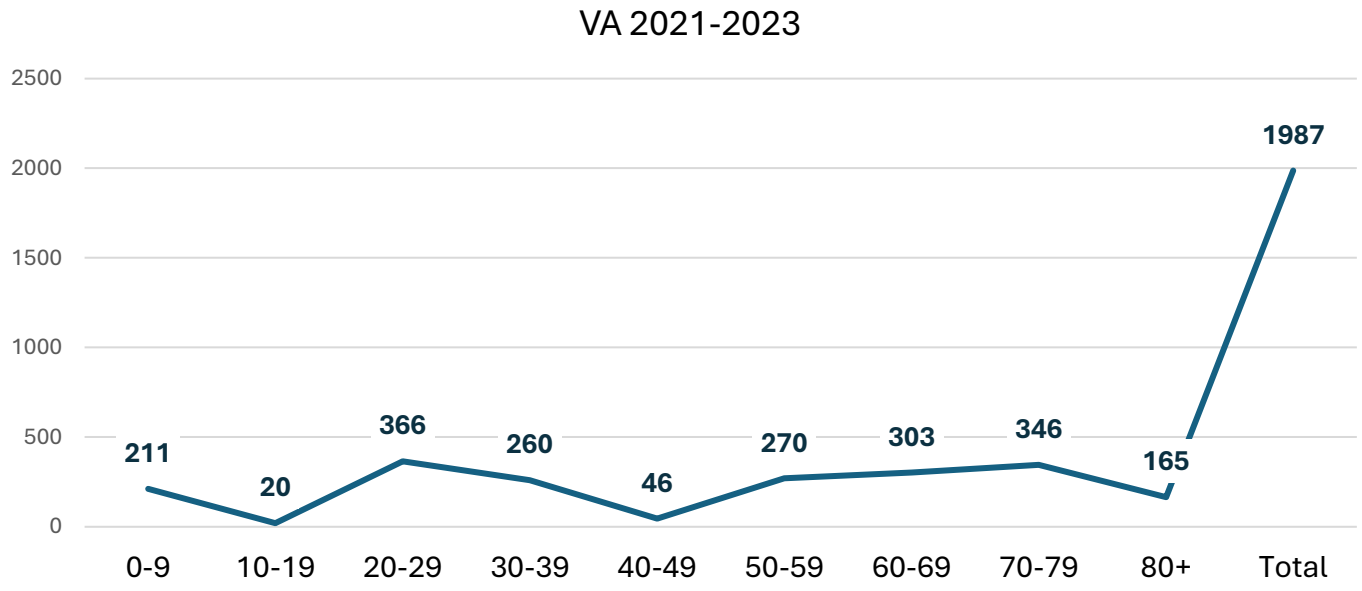
Fonte: Por Radar Social, a partir de www.ine.pt

Tabela 10: População Residente (N.º) e Variação Absoluta (N.º) por Género, no Concelho da Marinha Grande em 2011-2021 e 2023

	Concelho Marinha Grande		
	2021	2023	Variação absoluta
0-9	3176	3387	+211
10-19	3929	3949	+20
20-29	4020	4386	+366
30-39	4373	4633	+260
40-49	6188	6234	+46
50-59	5657	5927	+270
60-69	5036	5339	+303
70-79	4155	4501	+346
80+	2490	2655	+165
Total	39024	41011	+1987

Fonte: Por Radar Social, a partir de www.ine.pt

Figura 4: Variação Absoluta (N.º) da População Residente no Concelho da Marinha Grande em 2021-2023



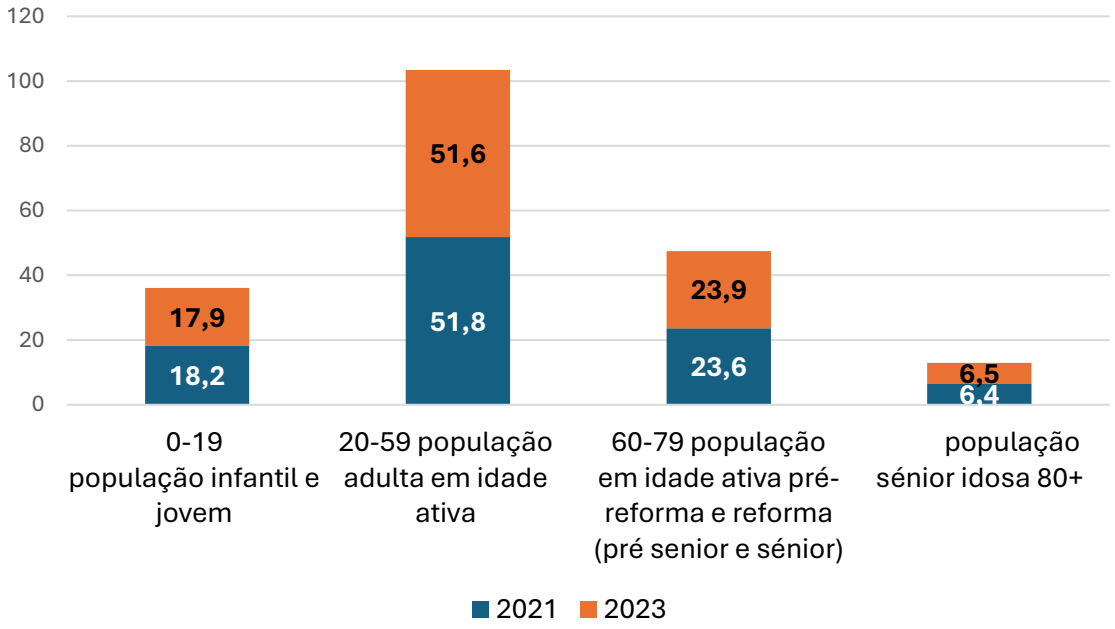
Fonte: Por Radar Social a partir de www.ine.pt

Estima-se para 2023 a continuidade do crescimento da população na visão de concelho, com valores absolutos mais elevados nas faixas dos 20 aos 29 anos com +366 efetivos, seguido da faixa dos 70 aos 79 anos com + 346 efetivos.

Entre 2021 e 2023 o aumento de efetivos da população é de +1987 indivíduos, apresentando uma variação relativa de +5,1%.

Na visão de concelho, estima-se no período 2021-2023 um alívio demográfico resultado do aumento do fluxo migratório nacional, regional e local observado nas faixas etárias com maior perda de população, nomeadamente os grupos etários dos 0-9 com +211 efetivos e dos 30-39 com +260 efetivos.

Figura 5: Proporção da População Residente (%) por Categorias Populacionais em 2021 e 2023 no Concelho da Marinha Grande

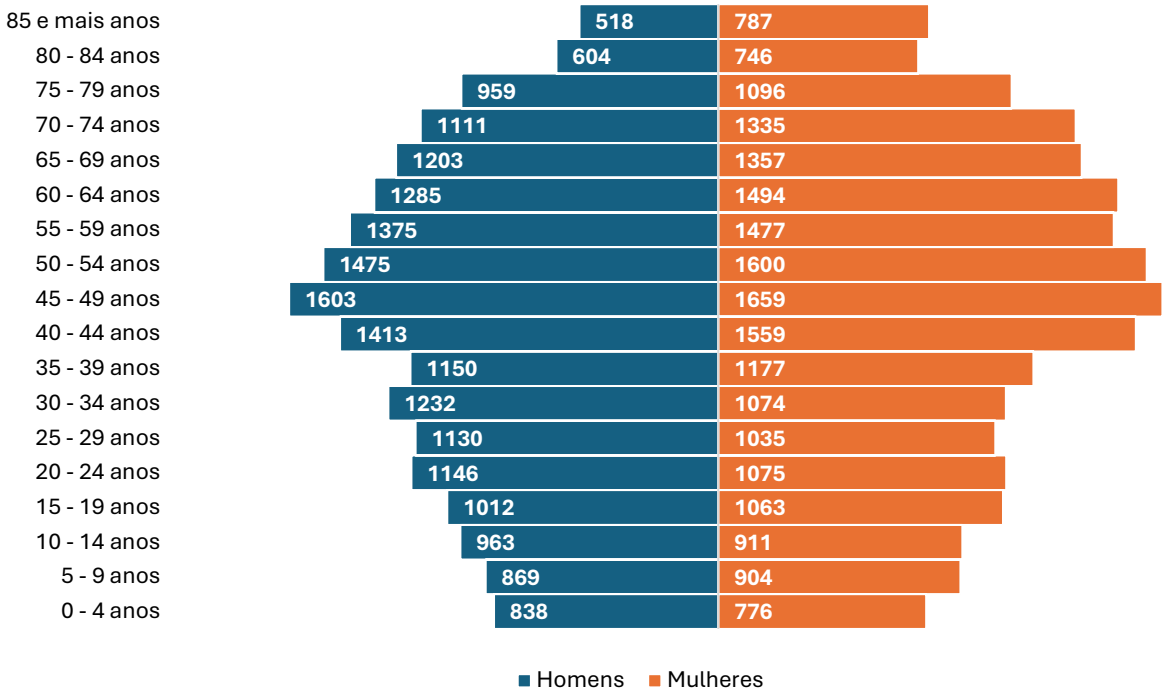


Fonte: Por Radar Social, a partir de www.ine.pt

Quando distribuído por categorias populacionais, observa-se na visão de concelho:

- Apesar do aumento absoluto de efetivos populacionais entre 2021 e 2023, em termos proporcionais as diferencias percentuais são redutoras.
- Observa-se que a população inscrita no mercado de trabalho há mais tempo, ou seja, a população prestes a entrar na reforma e que presta os últimos anos de contribuições e população reformada idosa totalizam 30% da população em 2023.
- A população infantil e jovem, apesar do aumento absoluto, em termos proporcionais apresenta valores inferiores aos de 2021.

Figura 6: Estimativa da Distribuição Etária da População Residente (N.º) na Marinha Grande – 2023



Fonte: Por Radar Social a partir de www.ine.pt

Em 2023 observa-se a continuidade de crescimento populacional, na visão do concelho, com especial destaque para:

- Um **predomínio feminino nas faixas etárias mais avançadas**. Esta diferença é particularmente acentuada a **partir dos 65 anos, e ainda mais visível nos 75 ou mais**, refletindo a maior longevidade das mulheres, que é um traço estrutural da demografia nacional.
- Nas faixas etárias ativas, contudo, os valores tendem para o equilíbrio, com alguma oscilação que pode ser atribuída a fenómenos de emigração seletiva por género ou às especificidades do mercado de trabalho local.
- A paridade nas idades ativas é positiva, uma vez que garante equilíbrio social e económico, mas a feminização da população idosa deve ser tida em conta na definição de políticas sociais e de saúde, uma vez que se trata de um segmento particularmente vulnerável e com necessidades específicas.
- A proporção de jovens com menos de 15 anos é reduzida, situando-se abaixo dos 10%, o que indica uma base estreita da pirâmide etária e, consequentemente, uma fraca capacidade de renovação populacional. Por outro lado, as faixas etárias superiores aos 65 anos assumem um peso cada vez mais relevante, com destaque para o grupo dos 75 ou mais anos, que representa já uma parte expressiva da população total.

Esta inversão do perfil etário é reveladora do envelhecimento populacional, motivado por uma combinação de baixa natalidade, adiamento da parentalidade e aumento da esperança de vida.

Nas faixas etárias ativas, sobretudo entre os 25 e os 39 anos, verifica-se um claro decréscimo, o que compromete não apenas a substituição das gerações, mas também a sustentabilidade do mercado de trabalho local apesar do crescimento de efetivos entre 2021 e 2023.

e) Índice de Envelhecimento

Tabela 11: Índice de Envelhecimento Local de Residência: 2011-2021

Índice de Envelhecimento				
		2011	2021	2023
País	Portugal	127,8	182,07	188,1
Região	Centro	163,4	236,77	242,2
Concelho	Marinha Grande	123,4	180	184,7
Freguesias	Marinha Grande	117,8	169,33	
	Moita	113,2	243,08	
	Vieira de Leiria	158,5	237,87	

Fonte: Por Radar Social, a partir de: Portal do INE extraído a 18/06/25 às12h04; Portal do INE extraído a 18/06/25 às 12h07; AER2023_II_01.xlsx extraído a 21/08/25 às 15h57

O **índice de envelhecimento**, que traduz o número de idosos por cada 100 jovens (até aos 14 anos), aumentou em todas as freguesias, revelando uma situação demográfica crítica.

Em 2021, na freguesia da Marinha Grande existiam 169 idosos por cada 100 jovens, na Moita esse valor ascendia a 243 e na Vieira de Leiria a 237, valores superiores aos nacionais e regionais registados em 2021.

Estes números indicam uma inversão demográfica profunda e duradoura, com implicações diretas na sustentabilidade dos serviços, na dinâmica económica e na vitalidade social do território com tendência para agudizar, como registado nos dados observados de 2023 com um índice estimado em 184,7 face aos 180 de 2021.

f) Índices de Dependência: Idosos; Jovens e Total

Tabela 12: Índice de Dependência de Idosos e Jovens por Local de Residência em 2011-2021 e estimado 2024

Índices de Dependência		Idosos			Jovens		
		2011	2021	2024	2011	2021	2024
País	Portugal	28,8	36,79	38,6	22,5	20,21	20,1
Região	Centro	35,1	44,96	46,1	21,5	18,99	18,7
Concelho	Marinha Grande	27,8	36,54	37,4	22,6	20,30	19,7
Freguesias	Marinha Grande	26,7	**34,77**		22,6	**20,54**	
	Moita	26,1	**37,18**		23,1	**15,29**	
	Vieira de Leiria	34,9	**47,80**		22,1	**20,09**	

Fonte: Por Radar Social, a partir de: Portal do INE e Portal do INE extraído a 21/08/25 às 16h12; Portal do INE extraído a 21/08/25 às 16h19; Portal do INE e Portal do INE extraído a 21/08/25 às16h43

O **índice de dependência de Idosos** medeia a relação entre o número de pessoas com 65+ anos e as pessoas em idade ativa compreendida entre os 15 e os 64 anos de idade.

No concelho da Marinha Grande em 2021 existiam 36,54 idosos por cada 100 pessoas em idade ativa. A variação do índice de dependência é positiva entre 2011 e 2021 e tem tendência a aumentar, estando em 2024 nos 37,4 idosos por cada 100 pessoas em idade ativa.

As freguesias da Moita e Vieira de Leiria assumem valores superiores ao concelho, apresentando-se como zonas territorialmente envelhecidas, em particular a Vieira de Leiria com uma diferença de +11,26 idosos, situando-se nos 47,80 em 2021.

A freguesia da Marinha Grande apresenta os valores mais baixos, em comparação com os dados do concelho e das restantes freguesias, apresentando o índice de 34,77 em 2021.

O **índice de dependência dos jovens** medeia a relação entre a população jovem, com idades entre os 0 e os 14 anos e a população em idade ativa, dos 15 aos 64 anos de idade.

Entre 2011 e 2021, este indicador apresenta uma recessão em todas as localizações em análise, com especial destaque para a freguesia da Moita que passou de 23,1 jovens por cada 100 ativos em 2011, valor superior ao concelho e restantes freguesias, para 15,29 em 2021.

As estimativas para o concelho em 2024 posicionam-se abaixo dos 20 efetivos, o que reflete a continuidade do agravamento do fenómeno.

Em todas as localizações em análise há uma redução do índice de efetivos jovens em relação à população em idade ativa, esta tendência demográfica revela um território com perda de população até aos 14 anos e dificuldades de substituição geracional.

É fundamental e prioritário investir nos territórios de forma a torná-los atrativos para a fixação de novas famílias e inverter as dificuldades demográficas de substituição geracional, sendo premente a priorização de políticas locais capazes de reduzir e mitigar o fenómeno.

Tabela 13: Índice Dependência Total por Local de Residência em 2011-2021 e Estimado 2024

Índice de Dependência Total		2011	2021	2024
País	Portugal	51,3	56,99	58,7
Região	Centro	56,6	63,95	64,9
Concelho	Marinha Grande	50,4	**56,84**	**57,1**
Freguesias	Marinha Grande	49,3	**55,31**	
	Moita	49,2	**52,47**	
	Vieira de Leiria	57	**67,89**	

Fonte: Por Radar Social, a partir de: Portal do INE ,Extraído a 13/06/25 às 15h39 (2011) e Portal do INE às 15h30 (2021); Portal do INE extraído a 21/08/25 às 16h55

O **índice de dependência total**, que compara o número de pessoas fora da idade ativa (menores de 15 e maiores de 64) com a população em idade ativa, também aumentou no concelho e nas suas freguesias.

A freguesia da Marinha Grande subiu de 49,3 para 55,31, a Moita de 49,2 para 52,47 e a Vieira de Leiria de 57 para 67,89.

Destaque para a freguesia de Vieira de Leiria, em que o índice de dependência total apresenta valores superiores face às restantes localizações, inclusive da região centro, com uma relação de 67,89 pessoas fora da idade ativa (dos 0 aos 14 anos e dos 65+ anos) por cada 100 em idade ativa (dos 15 aos 65).

Este indicador demonstra que há cada vez mais dependentes por cada 100 ativos, o que pressiona os sistemas de proteção social, aumenta a carga fiscal sobre os trabalhadores e compromete o dinamismo económico.

g) Índice de Renovação 2021-2024

Tabela 14: Índice de Renovação de População em Idade Ativa - 2021

		2021	2024
País	Portugal	76,11	77,4
Região	Centro	67,09	72,6
Concelho	Marinha Grande	**75,56**	**80,5**
Freguesias	Marinha Grande	**78,13**	
	Moita	**63,68**	
	Vieira de Leiria	**64,77**	

Fonte: Disponível e extraído em www.ine.pt

O **índice de renovação da população** em idade ativa, que compara os jovens entre os 15 e os 24 anos com os adultos entre os 55 e os 64, apresenta valores relativamente positivos no concelho, com a freguesia da Marinha Grande a atingir um valor superior à média nacional.

Este índice situa-se nos 75,56 para o concelho e nos 78,13 na freguesia da Marinha Grande. No entanto, a Moita e Vieira de Leiria apresentam valores abaixo de 65, o que indica disparidades relativas à entrada de jovens e saída de ativos do mercado de trabalho.

Este indicador reforça a necessidade de estratégias de desenvolvimento local diferenciadas, que combatam o despovoamento e promovam a fixação de jovens em todas as freguesias.

Em 2024 estima-se a continuidade do crescimento deste índice, apresentando o concelho valores superiores aos nacionais e regionais no que respeita à sua capacidade de renovação da população em idade ativa.

h) Taxas de Natalidade, Mortalidade, Saldo Natural e Migratório

Tabela 15: Outros Indicadores Demográficos de Saúde e Sociais do Concelho – 2011 e 2021

	Portugal		Centro		Marinha Grande	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Taxa de fecundidade	38,6	35,8	34,8	33,5	**35,9**	**31,4**
Taxa de natalidade	9,2	7,6	7,9	6,6	**8,5**	**6,7**
Taxa de mortalidade	9,7	12	11,3	14	**8,8**	**10,8**
Saldo natural	-5993	-45220	-8017	-16664	**-15**	**-161**
Saldo migratório	-25178	72040	-4247	29626	**12**	**593**

Fonte: Disponível e extraído em www.ine.pt

Da análise da tabela 15 conclui-se:

- A redução das mulheres em idade fértil com **taxas de fecundidade em decréscimo**, apresentando o concelho valores abaixo dos Nacionais.
- O **decréscimo da natalidade** em toda a região, com o concelho a apresentar valores similares aos da região centro, queda de 8,5 para 6,7 nados vivos por mil habitantes em 2021, representando uma variação negativa de -21,2% face a 2011.
- Caracterizada por ser uma região envelhecida, a região centro apresenta **valores de mortalidade acima dos nacionais.** No concelho a taxa passou de 8,8 em 2011 para 10,8 óbitos por mil habitantes em 2021.
- Em todas as regiões em análise o **saldo natural é negativo**, devido ao aumento da mortalidade e diminuição da natalidade, em termos práticos morre-se mais do que se nasce, o que contribui para valores negativos. De salientar o aumento do saldo natural em 2021, em que o contributo da pandemia do Covid-19 para a mortalidade foi significativo.
- Caracterizado pelo forte tecido económico e pela sua atratividade para o emprego, o concelho apresenta, contrariamente às restantes localidades em análise, **desde 2011 um saldo migratório positivo.**

Em suma, estes indicadores revelam que morrem mais pessoas do que nascem no município, refletindo uma tendência demográfica estrutural nacional, agravada pelo envelhecimento e pela queda da natalidade.

Contudo, o saldo migratório evoluiu positivamente, passando de +12 para +593, o que demonstra que a imigração compensa, em parte, o declínio natural.

2. Indicadores Sócio Económicos

2.1 Mercado de Trabalho e Tecido Empresarial da Marinha Grande

Reconhecida como a capital do vidro e dos moldes, a Marinha Grande permanece no panorama Nacional como um dos principais polos dinamizadores locais de emprego e formação profissional orientada para a inovação tecnológica e visão empreendedora das empresas.

Reconhecida pela sua dinâmica industrial, constituem zonas de acolhimento industrial as constantes na tabela 16:

Tabela 16: Descrição das Zonas de Acolhimento Industrial do Concelho da Marinha Grande

Marinha Grande (Casal da Lebre)	
Setores	Moldes, vidros, plásticos, cartão, borracha, estruturas em aço
Área	62,2 Ha
Acessos	A8; EN242; IC2;A1
Vieira de Leiria	
Área	18,8 Ha
Acessos	Localizada a 14 km da sede do concelho A8; EN242-1; IC2
Marinha Pequena (Pêro Neto)	
Área	61,2 Ha

Fonte: A partir de "Projeto Dá-te a Conhecer Melhor, Guia para o Investimento", OPEN p.16, COMPETE 2020

A perspetiva da formação profissional orientada para a integração no mercado de trabalho é sustentada por um conjunto de associações de apoio ao empreendedorismo e à atividade empresarial, essenciais para a revitalização do território.

Tabela 17: Descritivo das Entidades de Apoio ao Empreendedorismo e Atividade Empresarial

ACIMG Associação comercial e industrial da Marinha Grande
• Associação comercial que abrange os setores comercial, industrial e de serviços • Tem como objetivo a valorização dos recursos humanos no sentido de aumentar as competências da população ativa
CEFAMOL - Associação Nacional da Indústria de Moldes
• Associação empresarial que promove o desenvolvimento e expansão do setor dos moldes, a cooperação e investigação tecnológica e a formação técnico profissional • Organiza ações de marketing internacional
CENTRO EMPRESARIAL DA MARINHA GRANDE
• Apoia Associações Empresariais, Empresas e Empreendedores através da disponibilização de espaços de reunião, conferências, auditório e formação e serviços com restaurante/cafetaria
OPEN
• Incubadora de empresas que através do centro de incubação visa contribuir para a promoção da Inovação, do Empreendedorismo e a criação de emprego.

Fonte: A partir de "Projeto Dá-te a Conhecer Melhor, Guia para o Investimento", OPEN pág.17, COMPETE 2020

2.1.1. N.º de Empresas: Localização e Atividade Económica

Tabela 18: Empresas (nº) e Variação (%) por Localização Geográfica em 2011-2021 e 2022

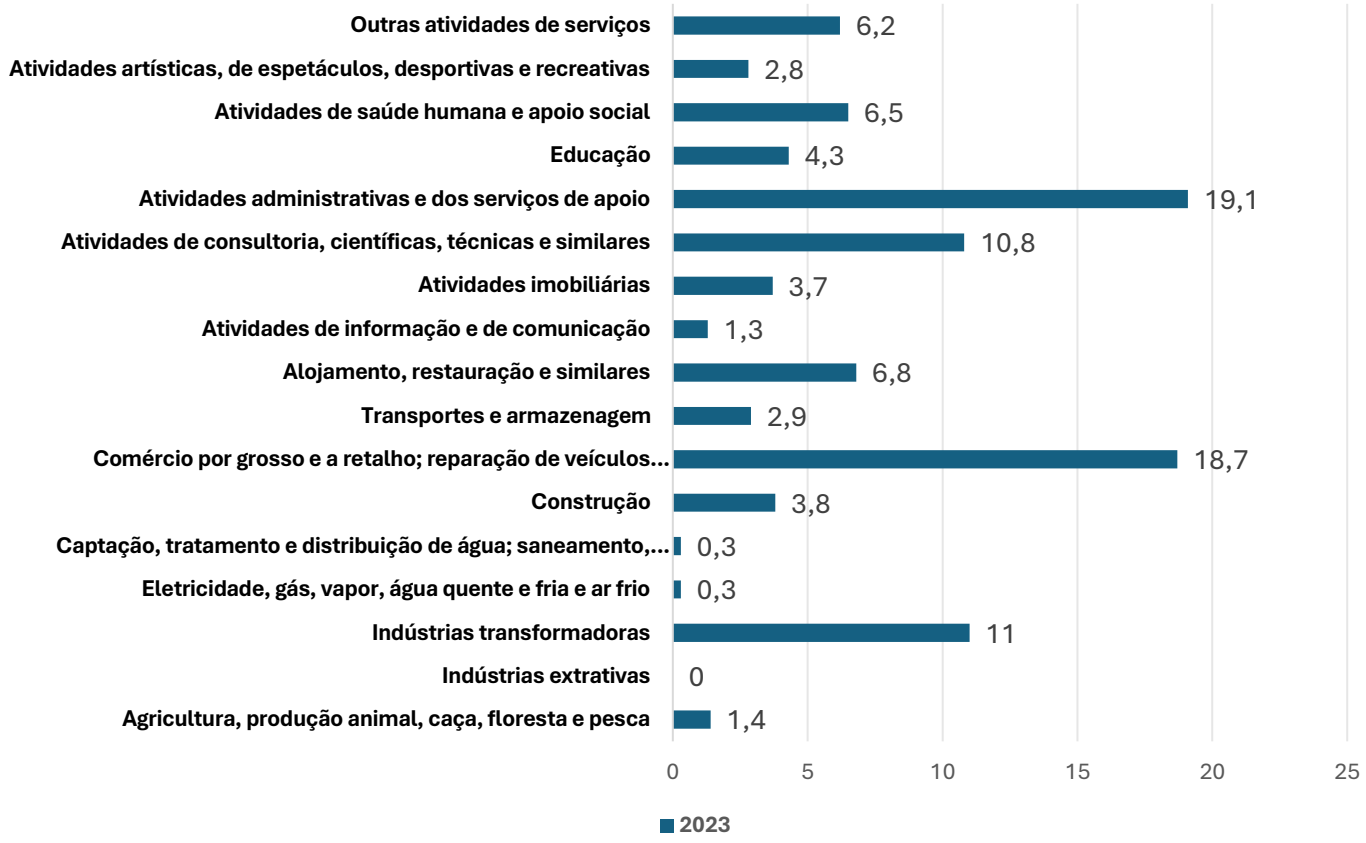
	2011	2021	2022	2011-2021	2021-2022
Portugal	1113559	1342116	1437254	+20,5	+7,1
Centro	241573	273145	287203	+13,1	+5,1
Marinha Grande	4432	4595	4913	+3,7	+7

Fonte: Por Radar Social, a partir de: Portal do INE extraído a 22/08/25, às 10h33

O número de empresas no País, na Região Centro e no Concelho da Marinha Grande apresenta uma tendência de crescimento, atingindo a Marinha Grande no ano de 2021-2022 um incremento de +7%.

Em 2023 o número de empresas na Marinha Grande ascende às 5159, reforçando a tendência de crescimento económico do concelho com um forte tecido empresarial associado, com um incremento de 5% face a 2022.

Figura 7: Proporção (%) de Empresas por Atividade Económica no Concelho da Marinha Grande em 2023



Fonte: Por Radar Social, a partir de Portal do INE extraído a 22/08/25 às 11h58

Em 2023, as atividades económicas que predominam no território concelhio são, as atividades administrativas e de serviços de apoio (19,1%), as atividades de comércio por grosso, a reparação de veículos automóveis (18,7%) e as atividades das indústrias transformadoras (11%).

De salientar o surgimento das atividades imobiliárias em 4.º lugar (10,8%), seguido das atividades de alojamento e restauração (6,8%) e das atividades de saúde humana e apoio social (6,5%).

Tabela 19: Empresas (nº) e Variação absoluta (Nº) por Localização Geográfica (Concelho) e Atividade Económica 2021-2023

	2021	2022	2023	Nº
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	62	68	71	+9
Indústrias extrativas	2	2	2	0
Indústrias transformadoras	550	556	567	+17
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	8	23	18	+10
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	12	13	14	+2
Construção	183	196	196	+13
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	963	961	967	+4
Transportes e armazenagem	94	120	148	+54
Alojamento, restauração e similares	322	345	349	+27
Atividades de informação e de comunicação	58	57	68	+10
Atividades imobiliárias	155	176	192	+37
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	501	528	558	+57
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	811	908	985	+174
Educação	196	217	224	+28
Atividades de saúde humana e apoio social	310	328	336	+26
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	112	134	143	+31
Outras atividades de serviços	256	281	321	+65
Total	**4595**	**4913**	**5159**	**+564**

Fonte: Por Radar Social, a partir de: Portal do INE extraído a 22/08/25 às 11h58

No triénio 2021-2023, o crescimento económico representado através do n.º de empresas existentes no concelho apresenta valores positivos em todas as atividades em análise, com o aumento absoluto de +174 empresas de atividades administrativas e de serviços de apoio, seguido de +57 empresas de atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares e + 56 empresas de atividades de transportes e armazenagem.

Estas três atividades representam 50,9% (+287) do total de novas empresas, em que 30,9% são empresas de atividades administrativas e serviços de apoio,10,1% empresas de atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares e 9,6% empresas de atividades de transporte e armazenagem. De salientar o aumento de outras atividades de serviços, com +65 empresas e que representa 11,5% do total de novas empresas no triénio 2021-2023.

O crescimento de novas empresas no território é de + 564 empresas face a 2021 e uma variação positiva de +12,5%.

Tabela 20: Empresas (Nº) por Freguesias e Atividade Económica em 2023

	Marinha Grande	Moita	Vieira de Leiria	Concelho
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	51	5	15	**71**
Indústrias extrativas	2	0	0	**2**
Indústrias transformadoras	499	36	32	**567**
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	16	1	1	**18**
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	11	2	1	**14**
Construção	153	8	35	**196**
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	781	24	162	**967**
Transportes e armazenagem	135	3	10	**148**
Alojamento, restauração e similares	249	4	96	**349**
Atividades de informação e de comunicação	63	1	4	**68**
Atividades imobiliárias	177	4	11	**192**
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	484	25	49	**558**
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	850	35	100	**985**
Educação	189	7	28	**224**
Atividades de saúde humana e apoio social	288	6	42	**336**
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	124	3	16	**143**
Outras atividades de serviços	271	9	41	**321**
Total	**4343**	**173**	**643**	**5159**

Fonte: disponível em Portal do INE extraído em 22/08/25 às 10h35

De acordo com a tabela 20, a maioria das empresas estão concentradas na freguesia da Marinha Grande, com um peso relativo total de 84,2% e absoluto de 4343 empresas, face a 3,4% da Moita e 12,5% de Vieira de Leiria.

Tabela 21: Proporção das Três Principais Atividades Económicas por Número de Empresas por Freguesia em 2023

3 principais atividades económicas	Freguesia da Marinha Grande	Freguesia da Moita	Freguesia de Vieira de Leiria
1º	Atividades administrativas e dos serviços de apoio – 19,6%	Indústrias Transformadoras – 20,8%	Comércio por grosso e reparação de veículos – 25,2%
2º	Comércio por grosso e reparação de veículos – 18%	Atividades administrativas e dos serviços de apoio — 20%	Atividades administrativas e dos serviços de apoio – 15,6%
3º	Indústrias Transformadoras-11,5%	Atividades de consultoria, técnicas e científicas 14,4%	Alojamento, restauração e similares – 14,9%

Fonte: Por Radar Social, a partir de Portal do INE extraído em 22/08/25 às 10h35

Quanto ao tecido empresarial, os dados de 2023 revelam um perfil marcadamente diversificado e industrializado. O concelho possui mais de cinco mil empresas, distribuídas por diferentes setores de atividade.

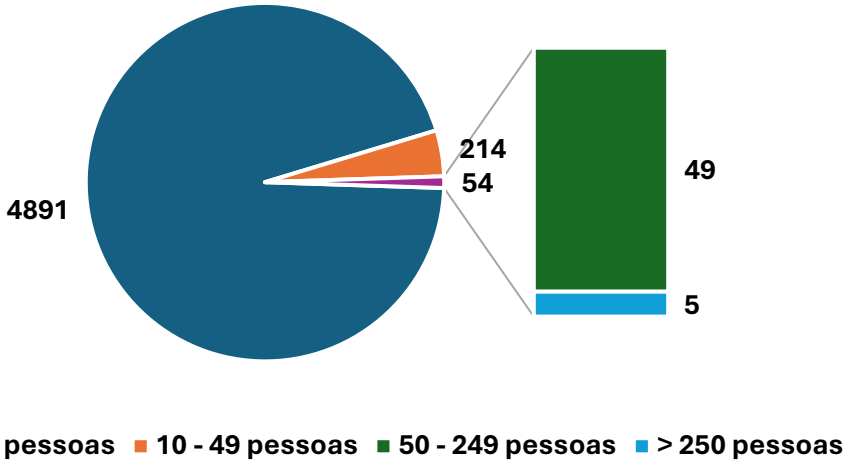
Destacam-se, com maior expressão, as atividades administrativas e dos serviços de apoio, o comércio a retalho e por grosso, as indústrias transformadoras e de consultoria técnico-científica.

O setor industrial é particularmente robusto, com 567 unidades de transformação, o que reforça o papel tradicional da Marinha Grande como centro fabril e tecnológico, sobretudo nas áreas do vidro, moldes e plásticos.

A distribuição das empresas por freguesia confirma a centralidade da sede concelhia, onde se concentra a esmagadora maioria das unidades empresariais. A Moita, com 173 empresas, e Vieira de Leiria com 643, evidenciam uma menor densidade empresarial.

2.1.2 Recursos Humanos

Figura 8: N.º de Empresas por Escalão de Pessoal ao Serviço no Concelho da Marinha Grande em 2023



Fonte: Disponível em Portal do INE extraído a 22/08/25 às 13h46

A **estrutura empresarial por escalão de pessoal** ao serviço, relativa ao ano de 2023, evidencia de forma clara a predominância de microempresas no tecido económico local.
Das 5.159 empresas registadas, 4.891 têm menos de 10 trabalhadores, o que corresponde a mais de 94% do total. Seguem-se as pequenas empresas (entre 10 e 49 trabalhadores) com 214 efetivos, representando cerca de 4% do total.

As médias empresas (de 50 a 249 trabalhadores) registadas são 49, e as grandes empresas (com mais de 250 trabalhadores) são residualmente representadas com 5 entidades registadas.

Esta estrutura empresarial é característica da economia portuguesa em geral e da economia industrial regional em particular, marcada pela forte presença de empresas familiares e unidades de pequena dimensão, muitas vezes especializadas e dependentes de mercados externos.

Em termos de remuneração, segundo dados do INE, em 2023, no concelho da Marinha Grande, **o ganho médio mensal** dos trabalhadores por conta de outrem é de 1515,60 euros, superior ao ganho médio Nacional que se situa nos 1460,80 euros.

Ao analisar o ganho médio mensal por setores de atividade observam-se assimetrias na sua distribuição.

2.1.3 Ganho Médio Mensal por Setores de Atividade

Figura 9: Ganho Médio Mensal (€) por Setor de Atividade Económica no Concelho da Marinha Grande (Trabalhadores por Conta de Outrem) – 2023

Fonte: disponível em Portal do INE, extraído a 23/06/25 às14h34

Na **agricultura e atividades associadas**, o ganho médio mensal é de 1.095,40€, valor que confirma a natureza pouco atrativa deste setor em termos remuneratórios e abaixo do valor médio ganho em termos Nacionais, fixado em 1123,44€ em 2023.

No **setor industrial, da construção, energia e água**, o rendimento médio sobe para 1.671,53€, refletindo a maior complexidade e exigência técnica destas atividades, bem como o peso de convenções coletivas e maior organização laboral, para além da atratividade deste setor cujo ganho médio mensal na Marinha Grande é de +297,29€, face ao valor nacional fixado em 1374,24€.

O **setor dos serviços** apresenta um rendimento médio de 1.280,29€, situando-se entre os dois extremos e abaixo do ganho médio nacional no valor 1506,67€, menos 226,38€.

Na tabela infra, é possível verificar a especialização económica de cada freguesia e a evolução da sua função produtiva ao longo da última década, para assim compreendermos as dinâmicas estruturais do mercado de trabalho local.

2.1.4 Empregabilidade por Setores de Atividade Económica

Tabela 22: População Empregada (Nº) e Variação (%) por Freguesias e por Atividade Económica por Freguesias e Concelho – 2011 e 2021

		Marinha Grande	Var. %	Moita	Var. %	Vieira de Leiria	Var. %	Concelho	Var. %
Setor primário	2011	48	+66,7	6	-83,3	21	-14,3	75	+32
	2021	80		1		18		99	
Setor secundário	2011	6685	+5,2	331	-6,3	713	+6,0	7729	+4,8
	2021	7034		310		756		8100	
Setor terciário (social)	2011	2572	+9,3	96	+6,3	577	-1,9	3245	+7,2
	2021	2811		102		566		3479	
Setor terciário (económico)	2011	4285	+5,5	140	-7,1	904	-13,9	5329	+1,9
	2021	4522		130		778		5430	

Fonte: Disponível e extraído em www.ine.pt

A **freguesia da Marinha Grande**, constitui o principal centro urbano e industrial do concelho, observa-se entre 2011 e 2021:

- Uma **continuidade** clara na preponderância do **setor secundário**. O número de pessoas empregadas na indústria aumentou **+349 efetivos** passando de 6.685 para 7.034, reforçando o papel do setor transformador como o principal pilar económico e laboral da freguesia. Este crescimento, apesar de moderado (cerca de 5,2%), é significativo num contexto nacional em que muitas zonas industriais perderam emprego.
- O dinamismo industrial da Marinha Grande está associado à especialização em setores de elevado valor acrescentado, como os moldes, os plásticos e a engenharia associada à produção. A manutenção de uma base produtiva sólida contribuiu para mitigar os efeitos da crise financeira da década anterior e favoreceu a retoma económica subsequente, com reflexos positivos na estabilidade do emprego.
- O setor terciário, por sua vez, apresenta também uma evolução positiva, embora menos pronunciada.
- No **terciário económico**, ou seja, nas atividades relacionadas com o comércio, transportes, serviços técnicos, financeiros e empresariais, o número de empregados aumentou **+237 efetivos** e passou de 4.285 para 4.522, o que representa um aumento relativo de 5,5%. Este dado confirma uma tendência já anteriormente detetada: o início de uma diversificação do tecido económico da freguesia, com crescimento de atividades de serviços associadas à industrialização e ao consumo urbano.
- O **terciário social**, composto por serviços públicos e sociais, como educação, saúde e ação social, aumentou **+ 239 efetivos** e passou de 2.572 para 2.811 pessoas empregadas,

sinalizando uma expansão controlada da função social da cidade. Ainda que estes números fiquem abaixo dos do setor secundário, evidenciam uma progressiva consolidação de um modelo urbano polivalente, capaz de agregar diferentes funções produtivas, sociais e comerciais.

- O **setor primário** permanece residual, com **+32 efetivos** e passou de 48 para 80 trabalhadores. Este dado, além de marginal, espelha a natureza urbana e industrializada da freguesia, onde a agricultura e atividades conexas praticamente não têm expressão económica.

Na **freguesia da Moita**, a análise revela uma situação distinta, marcada por uma tendência de regressão ligeira ou estagnação:

- O **setor secundário**, que em 2011 empregava 331 pessoas, passou a empregar 310 em 2021, revelando uma quebra de **-21 efetivos** e uma quebra relativa -6,3%. Esta retração industrial, poderá indicar dificuldades de adaptação tecnológica ou perda de competitividade.
- No **setor terciário económico** também se verifica um decréscimo, de 140 para 130 trabalhadores, **-10 efetivos**, reforçando a ideia de um enfraquecimento relativo da base económica local. Apenas no **terciário social** se regista um pequeno crescimento de **+6 efetivos**, passando de 96 para 102 pessoas empregadas, o que poderá refletir a manutenção dos serviços públicos de proximidade (escola, centro de saúde, serviços administrativos, serviços sociais).
- O **setor primário** praticamente desaparece, com apenas um trabalhador em 2021, face a seis em 2011. Este valor é meramente simbólico, mas ilustra o abandono quase completo das atividades agrícolas na freguesia.

Na freguesia de **Vieira de Leiria**:

- O **setor secundário** cresceu ligeiramente com **+43 efetivos empregados**, passando de 713 para 756, o que representa um aumento de cerca de 6%. Este crescimento é positivo e indica alguma resiliência industrial, provavelmente associada a pequenas unidades fabris, oficinas e empresas ligadas ao setor automóvel ou à indústria leve.
- O **terciário económico**, contudo, sofreu uma quebra expressiva, apresentando **-126 efetivos** e passou de 904 para 778 pessoas empregadas, o que corresponde a uma perda de -14%. Esta redução poderá refletir dificuldades no comércio local, na restauração e noutras atividades de proximidade, afetadas por fenómenos como o encerramento de pequenos negócios, o envelhecimento da população residente e a crescente concentração de consumo nas grandes superfícies ou fora da freguesia. No **terciário social**, a variação é também negativa com **-11**

efetivos, passando de 577 para 566 empregos, o que poderá estar ligado à racionalização de serviços públicos ou à diminuição da procura decorrente da pandemia Covid-19.

- No **setor primário**, a freguesia mantém um número residual de trabalhadores (18 em 2021, face a 21 em 2011), o que confirma a perda da função agrícola, mesmo em áreas que tradicionalmente mantinham alguma ligação à floresta e à agricultura familiar.

3. Economia Social: O Associativismo na Marinha Grande

Considerando que a identidade e a cultura são pilares básicos de integração social, torna-se imperioso identificar os motores de dinamização cultural e lúdica existentes no concelho.

Tem-se vindo a assistir na Marinha Grande ao reforço de iniciativas culturais e lúdicas, por parte de instituições, associações e cidadãos, que começam a perceber e a percecionar o poderoso papel dessas iniciativas, enquanto meios de requalificação e de reforço da imagem e da identidade de um território.

O Município da Marinha Grande caracteriza-se pelo forte associativismo institucionalizado, que, a par das entidades públicas, de carácter social, promovem o bem-estar social.

Existem várias coletividades e instituições particulares de solidariedade social (IPSS's) no concelho que são importantes agentes de participação e intervenção local. Destacam-se pela sua importância no desenvolvimento territorial em termos de dinamização social, educativa e cultural, sendo, por isso mesmo, promotores de convívio e interação das populações, evitando o isolamento social sendo privilegiados agentes de atuação e transformação social.

As tabelas seguintes ilustram as associações, coletividades existentes no Município por principal área de atuação:

3.1 Associações de Apoio ao Empreendedorismo, Emprego e Formação

Tabela 23: Descritivo das Associações de Apoio ao Empreendedorismo e Formação do Concelho da Marinha Grande

Nome	Atividades e Projetos	Contactos e Localização
ACIMG - Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande	• Formação profissional • Apoio aos comerciantes • Promoção de atividades lúdicas em prol do comércio local	244 560 112 comunicacao@acimg.pt 39°43'23.6"N 8°55'49.6"W
CEFAMOL - Associação Nacional da Indústria de Moldes	• Promoção internacional • Formação profissional • Informação às empresas via seminários, conferências • Publicação da revista "O Molde" • Apoio jurídico • Representação oficial do setor, junto das entidades oficiais • Desenvolvimento de projetos na área de internacionalização e formação	244 575 150 cefamol@cefamol.pt 39°43'23.2"N 8°55'48.4"W
OPEN - Associação Oportunidades Específicas de Negócios	• Promoção da inovação, do empreendedorismo e da criação de emprego, através do lançamento de empresas • Estímulo à cooperação empresarial, com impacto na produtividade e na competitividade regional e nacional	244 570 010 open@open.pt 39°43'17.8"N 8°55'50.3"W

CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos	• Assistência técnica • Metrologia • I&D (Investigação & Desenvolvimento) • Consultoria de gestão • Serviços de segurança no trabalho • Formação profissional • Seminários, conferências e workshops	244 545 600 info@centimfe.com 39°43'15.5"N 8°55'53.3"W
CENFIM - Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica	• Orientação e valorização profissional • Inserção profissional • Formação profissional • Estudos de diagnóstico, de avaliação e de impacte • Apoio técnico e organizacional	244 575 850 mgrande@cenfim.pt 39°44'57.1"N 8°55'41.4"W

Fonte: Por Radar Social, a partir de: Divisão do Desporto, Juventude e Associativismo e Divisão de Saúde e Bem-Estar do Município da Marinha Grande, 2024/2025

3.2 Associações Sociais e Educativas

Tabela 24: Descritivo das Associações de Âmbito Social e Educativo do Concelho da Marinha Grande

Nome	Atividades e Projetos	Contactos e Localização
ADESER II – Associação Para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande, IPSS	• Centro de Acolhimento Temporário "O Girassol" • Equipa Local de Intervenção Precoce • CLDS 5ª Geração Marinha Social • Sala de Estudo "O Nosso Mundo" • Gabinete Mão Aberta • Tertúlia dos Anos de Ouro	244 560 683 centroacolhimentogirassol@gmail.com geral@adeser2.org 39°44'26.5"N 8°55'41.0"W
APD - Associação Portuguesa de Deficientes, Delegação de Leira	• Apoios jurídico e social • Atividades culturais, recreativas e desportivas • Atendimento Psicossocial	244 569 130 info-leiria@apd.org.pt 39°45'14.6"N 8°55'53.9"W
APPACDM - Associação de Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	• CACI (Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão) • CENFOR (Centro de Formação Profissional) • CASE (Centro de Atividades Sócio Educativo) • Lar Residencial "Casinha da Várzea" • CRI (Centro de Recursos para a Inclusão) • CRQE (Centro de Recursos para a Qualificação e Emprego)	244 503 798 geral@appacdm-mg.pt 39°44'39.4"N 8°55'57.4"W
Associação Casa da Árvore	• Atividades lúdicas de apoio à Infância e Famílias	casadarvore.abcnatur@gmail.com 39°46'05.8"N 8°56'28.4"W
Associação Crescer e Crer	• CAFAP (Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental)	244 094 410 cafapmg@gmail.com acrescer.ipss@gmail.com 39°44'43.0"N 8°55'37.7"W
Associação de Dadores Benévolos de Sangue	Atividades de apoio á população: • Recolha de sangue	244 504 818 dadores.mg@gmail.com 41°27'22.4"N 8°17'48.3"W

Associação de Promoção Social de Vieira de Leiria – Jardim dos Pequeninos	Atividades de apoio à infância: • Creche • Pré-escolar • ATL	244 695 253 244 697 643 jdospequeninos@sapo.pt geral@jardimdospequeninos.com 39°52'03.3"N 8°56'04.9"W
Associação Novo Olhar II	Atividades de apoio à população em situação de sem abrigo e com comportamentos aditivos • SARA (Serviço Anónimo de Rastreio e Aconselhamento) • Centro Sócio Sanitário • Equipas de Rua "Santana" • Rede de Rastreio HIV Comunitário • Centro de formação profissional • Casa 22 – Apartamentos Partilhados	244 567 117 novoolhar2@hotmail.com 40°07'36.2"N 8°51'26.9"W
Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	Atividades de apoio à população idosa e/ou dependente e comunidade • Centro de Dia • Centro de Convívio • Serviço de Apoio Domiciliário • Ginástica para a Terceira Idade • Convívios para a população em geral • Bar • Feira de artesanato e gastronomia	244 552 207 clubecasalgalego@sapo.pt 39°45'21.9"N 8°55'15.0"W
ASURPI-Associação Sindical União dos Reformados Pensionistas e Idosos	Atividades de educação não formal para a terceira idade • Ginástica para a Terceira Idade • Convívios entre associados e população em geral • Bar • Teatro • Canto • Ações de consciencialização • Oficina da Cultura • Universidade Sénior	244 567 725 asurpi2@gmail.com 39°45'06.7"N 8°56'02.5"W
ATLAS – People Like Us	• Atividades no âmbito da educação não formal para a comunidade em geral e intergeracionais • Atividades de combate à pobreza, isolamento e exclusão dos idosos	secretariado.leiria@atlaspeoplelikeus.org 39°44'29.2"N 8°48'23.0"W
Associação Toca dos Esquilos e do Pé Descalço	• Atividades na natureza para crianças e jovens	atocadosequilos@gmail.com 39°44'30.7"N 8°57'43.7"W
Centro Social e Paroquial de Vieira de Leiria	Atividades de apoio à comunidade e pessoas idosas • Ginástica para a Terceira Idade • Lar de Idosos • Centro de Dia • Serviço Apoio Domiciliário	244 697 349 geral@cspvl.com 39°52'10.3"N 8°56'02.9"W
Comissão Unitária Reformados Pensionistas e Idosos	Atividades de apoio à comunidade e pessoas idosas • Ginástica para a Terceira Idade • Convívios para a população em geral •Atividades intergeracionais e de promoção envelhecimento ativo	244 691 040 reformadosvieiraleiria@gmail.com 39°52'14.2"N 8°55'55.7"W
Conferência de S. Vicente de Paulo Igreja Paroquial	Atividades de apoio à comunidade na privação material • Apoio à população carenciada, na distribuição de alimentos, roupas e outros bens	39°45'01.2"N 8°55'48.2"W
Corpo Nacional de Escutas –	• Atividades que promovem o desenvolvimento pessoal, social e físico das crianças e jovens	geral.36@escutismo.pt 39°44'31.0"N 8°55'59.8"W

Agrupamento 36 Marinha Grande		
Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1076 Vieira de Leiria	• Atividades que promovem o desenvolvimento pessoal, social e físico das crianças e jovens	geral.1076@escutismo.pt 39°52'28.0"N 8°54'55.6"W
Delegação Distrital da Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson	Atividades de apoio às famílias e pessoas portadoras da doença de Parkinson • Ginástica • Convívios para a população em geral • Apoio aos associados e aos cidadãos no geral (terapias, acompanhamento, formação)	244 577 188 parkinsonleiria@sapo.pt parkinsonleiria@gmail.com 39°45'05.5"N 8°55'49.6"W
FERLEI – Federação Regional das Associações de Pais e Encarregados de Educação de Leiria	Atividades de apoio às famílias e crianças na defesa dos seus direitos • Apoio às Associações de Pais • Formação e capacitação • Parcerias educativas • Representação institucional • Promoção da cidadania	info@ferlei.pt 39°44'38.5"N 8°55'39.5"W
APEGUS Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Guilherme Stephens		
PVMG – Projetos de Vida Cooperativa Social Cultural e lúdica Sénior da Marinha Grande, CRL	Atividades de educação não formal para a terceira idade e promoção do envelhecimento ativo • Universidade Sénior da Marinha Grande • GAS – Gabinete ao Apoio Sénior • Gymbei - Ginásio de Bem-Estar para o Idoso • Art'Senior	pvmg.senior@gmail.com 39°44'28.6"N 8°55'35.8"W
Rotary Club da Marinha Grande	Atividades de apoio à comunidade e desenvolvimento territorial • Distribuição de material de reabilitação • Bolsas de estudo • Projeto Insanium: Projeto Integrado de Tratamento Não Farmacológico da Demência	rotaryclubmarinhagrande@gmail.com 39°45'02.2"N 8°55'30.9"W
Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande	Atividades de apoio às famílias, crianças e jovens e população idosa • Centro de Dia • Serviço de Apoio Domiciliário • ERPI (2) (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas) • UCCI (Unidade de Cuidados Continuados Integrados) • Creche e Pré-escolar	244 502 409 larsantacasa@sapo.pt geral@santacasamg.pt 39°44'48.7"N 8°55'10.7"W
Serviço Caritativo de Ação Social da Paróquia de Vieira de Leiria	• Apoio à população carenciada ao nível de alimentos, roupas e outros bens, na freguesia	244 697 937 39°52'10.8"N 8°56'02.2"W
Sport Operário Marinhense	• Ginástica • Ensino articulado: música, teatro e dança • Atividades formativas em música, dança, teatro, xadrez e voleibol • Bar	244 503 984 sportp@gmail.telepac.pt geral@operariomarinhense.org 39°45'00.3"N 8°55'35.4"W

Sinais Novos – Associação Jovens Católicos da Marinha Grande		sinaisnovos@gmail.com 39°45'03.1"N 8°55'46.0"W
Fundação Ti Maria de Jesus	• Promoção de saúde mental • Prevenção de doença • Estilos de vida saudáveis	935 400 902 fundacaotimariadejesus@gmail.com 39°44'45.2"N 8°56'11.7"W

Fonte: Por Radar Social, a partir de: Divisão do Desporto, Juventude e Associativismo e Divisão de Saúde e Bem-Estar do Município da Marinha Grande, 2024/2025

3.3 Associações para a Proteção e Segurança

Tabela 25: Descritivo das Associações da Proteção e Segurança do Concelho da Marinha Grande

Nome	Atividades	Contactos e Localização
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande	Atividades de apoio à população em emergências e promoção do bem-estar • Ginástica • Futebol • Ambulatório • Convívios • Bar	244 575 112 39°44'55.0"N 8°55'58.9"W
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria		244 699 080 39°52'10.6"N 8°55'47.5"W

Fonte: Fonte: Por Radar Social, a partir de: Divisão do Desporto, Juventude e Associativismo e Divisão de Saúde e Bem-Estar do Município da Marinha Grande, 2024/2025

3.4 Associações Desportivas

Tabela 26: Descritivo das Associações Desportivas do Concelho da Marinha Grande 2024-2025

Nome	Atividades	Contactos e Localização
Associação de Ensino e Promoção Social Desportivo Náutico da Marinha Grande	• Triatlo • Surf • Natação	244 566 029 dnauticomg@mail.telepac.pt 39°44'57.6"N 8°55'29.4"W
Associação Jiu Jitsu e Artes Marciais da Marinha Grande – Carlinhos Santos	• Desporto adaptado • Jiu Jitsu	equipecheckmatbjjportugal@gmail.com 39°45'21.2"N 8°55'56.3"W
Associação Portuguesa de Treinadores Guarda-Redes de Futebol - APTGRF	• Futebol • Futebol de praia • Futsal	info@ap-tgrf.pt 39°44'41.7"N 8°56'05.5"W
Atlético Clube Marinhense	• Prática desportiva	244 042 641 39°44'59.0"N 8°56'10.6"W
Associação Equestre Cavalo Dourado	• Hipismo • Estilos de vida saudáveis	associacaocavlodourado@gmail.com 39°46'32.0"N

		8°55'26.4"W
Clube Caça e Pesca da Vieira	• Concursos de caça e pesca • Repovoamento cinegético • Convívios entre associados	ccpdavieira@iol.pt 39°51'48.2"N 8°55'48.6"W
Centro de Karatedo da Marinha Grande	• Karaté	zecalvete@netcabo.pt
Clube de Atletismo Mónica Rosa	• Prática desportiva Atletismo	geral@camr.pt 39°44'35.1"N 8°55'56.4"W
Clube Automóvel da Marinha Grande	• Prática desportiva	244 502 212 geral@camg.pt 39°46'03.9"N 8°55'25.1"W
Clube de Atletismo da Marinha Grande	• Prática desportiva Atletismo	catletismomg@gmail.com 39°44'12.0"N 8°55'56.6"W
Clube Desportivo da Garcia	• Bar • Prática desportiva	244 552 633 geral@cdgarcia.pt 39°46'48.7"N 8°55'39.1"W
Clube Desportivo Moitense	• Ginástica para a Terceira Idade • Convívios • Atividades lúdicas • Bar • Fonoteca	244 541 109 cdm.direccao@sapo.pt 39°42'08.3"N 8°57'05.4"W
Clube de Praticantes Ravens Footlgolf Club	• Prática desportiva	ravensfootgolfclub@gmail.com 39°44'50.2"N 8°56'38.1"W
Clube de Ténis da Marinha Grande	• Ténis	geral@ctmg.pt 39°44'27.8"N 8°56'01.7"W
CPIMG – Associação de Patinagem Inline Marinha Grande	• Patinagem de velocidade	geral@inlinemarinhagrande.pt
Futebol Clube "Os Belenenses"	• Prática desportiva	919 355 994 244 502 248 fcbelenenses@live.com.pt 39°44'42.6"N 8°56'05.7"W
Grupo Desportivo "Os Vidreiros"	• Prática desportiva	244 560 880 gdvidreiros@hotmail.com 39°43'51.3"N 8°54'22.2"W
Grupo Desportivo Águia Competição	• Pesca desportiva	gdcaguiacompeticao@gmail.com
Industrial Desportivo Vieirense	• Ginástica para a Terceira Idade • Natação • Hidroginástica	244 695 603 piscinamunicipalvieiradeleira@gmail.com id.vieira@gmail.com 39°52'08.9"N 8°54'53.4"W

Sport Lisboa e Marinha	• Prática Desportiva Futebol	sportlisboamarinha@sapo.pt 39°44'40.2"N 8°56'19.3"W
Sporting Clube Marinhense	• Atividades desportivas de basquetebol, hóquei em patins, patinagem, yoga, pilates • Bar • Convívios	244 502 873 geral@scmarinhense.pt 39°44'54.9"N 8°54'52.8"W
Núcleo Sporting Clube de Portugal Marinha Grande	• Prática desportiva de Futebol	nsportingmg@gmail.com 39°45'04.0"N 8°55'56.3"W

Fonte: Fonte: Por Radar Social, a partir de: Divisão do Desporto, Juventude e Associativismo e Divisão de Saúde e Bem-Estar do Município da Marinha Grande, 2024/2025

3.5 Associações Desportivas, Culturais e/ou Recreativas

Tabela 27: Descritivo das Associações Desportivas, Culturais e Recreativas do Concelho da Marinha Grande

Nome	Atividades	Contactos e Localização
AlóédaVieira – Associação Recreativa e Cultural	• Organização do Carnaval de Vieira de Leiria	carnavalvieira@gmail.com 39°51'51.3"N 8°55'55.8"W
Associação Cultural e Recreativa da Comeira	• Ginástica para a população em geral • Centro de convívio • Bar • Convívios culturais para a população em geral • Atividades culturais e formativas – música, teatro, palestras	244 566 186 acrcomeira@acrcomeira.pt 39°43'52.9"N 8°55'20.1"W
Associação Para o Desenvolvimento Sócio Cultural da Praia da Vieira	• Peddy Paper • Caminhadas	praiadavieira@praiadavieira.pt 39°52'28.2"N 8°58'08.7"W
Associação Arioso Conservatório de Artes da Marinha Grande	• Teatro • Música • Dança	geral@arioso.pt 39°46'51.6"N 8°55'53.1"W
Centro Recreativo e Cultural de Juventude de Casal de Anja	• Clube Futebol Salão • Convívios • Bar	244 695 510 39°52'40.4"N 8°55'20.4"W
Clube Recreativo Amieirinhense	• Escola de música • Bar • Atividades lúdicas • Ginástica	244 567 576 244 068 149 cramieirinhense@hotmail.com 39°43'51.0"N 8°56'00.2"W
Clube Desportivo e Recreativo da Amieira	• Escola de música • Bar • Atividades lúdicas • Ginástica	244 503 578 clube.d.r.amieira@gmail.com 39°46'16.2"N 8°53'30.6"W
Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de janeiro	• Ginástica • Bar	244 503 658 244 046 754

	• Convívios • Ténis de mesa	sbr-1janeiro@sapo.pt secretaria@sir1maio.org 39°44'12.9"N 8°56'46.9"W
Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	• Ginástica • Rancho folclórico • Andebol • Convívios	244 040 444 direcao@sir1demaio.pt sir_1_maio@netcabo.pt 39°43'54.7"N 8°54'45.0"W
Sociedade Desportiva e Cultural das Trutas	• Convívios • Bar • Ginástica	sdctrutas@gmail.com 39°45'32.8"N 8°54'15.7"W
Sociedade Desportiva e Recreativa do Pilado e Escoura	• Convívios • Atividades lúdicas • Bar • Desporto	244 551 251 244 551 237 sdrpe.geral@gmail.com 39°48'21.1"N 8°54'44.0"W
Sociedade Desportiva e Recreativa Garciense	• Ginástica • Convívios • Promoção de atividade física • Bar	244 552 531 sdesportivarecreativagarciense@gmail.com 39°47'09.5"N 8°55'41.3"W
Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro	• Ginástica • Danças flamengas • Bar • Convívios • Biblioteca infantil • Ioga • Atividades lúdicas	244 568 062 claudio74@sapo.pt 39°45'14.8"N 8°53'41.0"W
Sociedade União Albergaria	• Bar	dianasofia8@hotmail.com 39°44'43.8"N 8°53'14.7"W
Sport Império Marinhense	• Teatro • Bar • Convívios • Atividades lúdicas • Ginástica	244 551 362 imperio.marinhense@gmail.com 39°45'38.5"N 8°55'57.3"W

Fonte: Por Radar Social, a partir de: Divisão do Desporto, Juventude e Associativismo e Divisão de Saúde e Bem-Estar do Município da Marinha Grande, 2024/2025

3.6 Associações Culturais

Tabela 28: Descritivo das Associações Culturais do Concelho da Marinha Grande

Nome	Respostas Sociais/Projetos	Contactos e Localização
Associação Tocándar	• Promoção da música a nível nacional e internacional • Participação em eventos sociais de Apoio Social • Convívios	968 040 338 ptojas@sapo.pt tocandar2000@gmail.com 39°44'44.9"N 8°55'58.6"W
Biblioteca de Instrução e Recreio da Praia da Vieira	• Teatro • Música • Dança • Folclore	244 695 562 bibliotecapraia@gmail.com birpraiavieira@gmail.com 39°52'23.2"N 8°58'13.9"W
Clube dos Músicos da Marinha Grande	• Atividades culturais	clubemusicos.marinhagrande@gmail.com 39°44'59.4"N 8°55'57.9"W
Folhas Platónicas – Associação Cultural	• Teatro • Música • Dança	folhasplatonicas.ac@gmail.com 39°45'26.6"N 9°01'56.6"W
Teatro do Botão - Associação	• Teatro	teatro@teatrodobotao.pt 39°44'59.7"N 8°55'52.5"W
Teatresco – Grupo de Teatro de Vieira de Leiria	• Teatro	teatresco@hotmail.com 39°52'04.6"N 8°55'46.3"W

Fonte: Por Radar Social, a partir de: Divisão do Desporto, Juventude e Associativismo e Divisão de Saúde e Bem-Estar do Município da Marinha Grande, 2024/2025

3.7 Associações de Proteção Animal/Outros

Tabela 29: Descritivo das Associações de Proteção Animal e Outras do Concelho da Marinha Grande

Nome	Respostas Sociais/Projetos	Contactos
APAMG – Associação Protetora dos Animais da Marinha Grande	• Proteger, cuidador e promover o bem-estar dos animais	apamg.geral@gmail.com 39°45'05.5"N 8°56'00.7"W
Casa Esperanza Focinhos Marinha Grande – Associação de Defesa e Proteção Animal	• Proteger, cuidador e promover o bem-estar dos animais	casaesperanzafocinhos@gmail.com 39°44'21.8"N 8°56'22.1"W
Associação Spielpor		info@spielportugal.org soledade@spielportugal.org 39°45'22.2"N 8°56'28.9"W

Fonte: Por Radar Social, a partir de: Divisão do Desporto, Juventude e Associativismo e Divisão de Saúde e Bem-Estar do Município da Marinha Grande, 2024/2025

4. Cultura

A Cultura, entendida como o conjunto aprendido e partilhado de valores, saberes, práticas e expressões de uma comunidade, constitui um elemento essencial para a identidade de um povo. No caso da Marinha Grande, esta dimensão cultural adquire um peso particular, na medida em que se entrelaça profundamente com a sua história industrial, artística, associativa e social. Promover a cultura neste território não é apenas uma missão institucional, é também um imperativo de coesão, memória e desenvolvimento.

O Município da Marinha Grande tem vindo a afirmar-se como um agente ativo na preservação e dinamização do seu vasto património cultural, apostando em equipamentos de referência, iniciativas estruturantes e na valorização do seu capital simbólico.

4.1 Equipamentos Culturais e Museológicos do Concelho da Marinha Grande

a) Equipamentos Museológicos

O concelho dispõe de quatro museus principais, cada um com uma identidade própria:

- **Museu do Vidro** (inaugurado em 1998): instalado no Palácio Stephens, é o único museu em Portugal dedicado exclusivamente à história da arte e da indústria vidreira. Para além do seu acervo permanente, integra oficinas de trabalho ao vivo e o Núcleo de Arte Contemporânea (NAC), situado no emblemático "cubo de vidro", tornando-se um espaço privilegiado de encontro entre tradição e inovação.
- **Museu Joaquim Correia**: instalado num palacete do século XIX, é dedicado ao escultor Joaquim Correia, figura maior da arte portuguesa do século XX. Integra obras escultóricas, espólio documental e exposições temporárias.
- **Coleção Visitável do Futuro Museu da Indústria do Molde**: localizado no edifício da Resinagem, visa preservar a memória de um dos pilares económicos e identitários do concelho: a indústria dos moldes. Reúne maquinaria, documentação técnica e testemunhos vivos desta área que contribuiu para a modernização económica da região.
- **Casa-Museu Afonso Lopes Vieira,** em São Pedro de Moel: residência de verão do poeta, representa um dos mais belos exemplos da ligação entre património literário e identidade local. Com destaque para a capela decorada com conchas e motivos marítimos, é um espaço de culto à literatura, ao simbolismo e ao mar.

Ainda no domínio museológico, destaca-se a **Casa-Museu 18 de janeiro de 1934**, evocando a repressão operária do Estado Novo, bem como o **Arquivo Municipal**, que assegura a preservação da memória administrativa e social do concelho desde a sua fundação em 1917.

b) Bibliotecas e Espaços de Leitura

A **Biblioteca Municipal**, inaugurada em 2001, integra a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Está instalada num edifício adjacente à antiga Fábrica Escola Irmãos Stephens e representa um verdadeiro pólo de conhecimento, com livre acesso a todos os públicos. Assumindo o espólio da Biblioteca Fixa da Fundação Gulbenkian, cumpre um papel fulcral na promoção do livro, da leitura e da literacia digital e cultural.

c) Equipamentos de Difusão Cultural

- O **Teatro Stephens**, com origens no século XVIII, reabilitado e reaberto em 2013, é hoje um centro nevrálgico da programação cultural. Com uma oferta regular e diversificada, é palco de teatro, música, cinema e exposições, contribuindo para a formação de públicos. Em 2023 integrou a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses.
- O **Cineteatro Ator Álvaro**, localizado na Vieira de Leiria, funcional e versátil, acolhe eventos comunitários, iniciativas escolares e espetáculos promovidos pela autarquia e associações locais.

d) Turismo Cultural e Industrial

A Marinha Grande afirma-se como um dos mais notáveis exemplos de turismo industrial em Portugal, onde as visitas guiadas às unidades produtivas, especialmente no setor dos moldes e do vidro, revelam a história viva do território. O turismo industrial complementa o turismo cultural e balnear, oferecendo experiências que cruzam tecnologia, memória e inovação.

A requalificação dos equipamentos museológicos e o investimento em turismo interpretativo (como nos núcleos museológicos e espaços de arte ao vivo) contribuem para uma oferta diferenciada, orientada tanto para residentes como para visitantes nacionais e internacionais.

e) Iniciativas, Projetos e Eventos Culturais

Ao longo do ano, o Município promove um calendário cultural e turístico consistente e diversificado, que inclui:

- Exposições temporárias nas galerias e museus municipais;
- Oficinas e residências artísticas (nomeadamente no NAC);
- Encontros de autores, feiras do livro e ciclos de cinema;
- Projetos pedagógicos em articulação com o meio escolar e as associações;
- Eventos de recriação histórica, ligados à tradição vidreira ou ao movimento operário.

f) Festas da Cidade

As Festas da Cidade da Marinha Grande constituem um momento alto da vida coletiva local. Realizadas anualmente, estas festas combinam manifestações culturais, religiosas e recreativas. São exemplo disso:

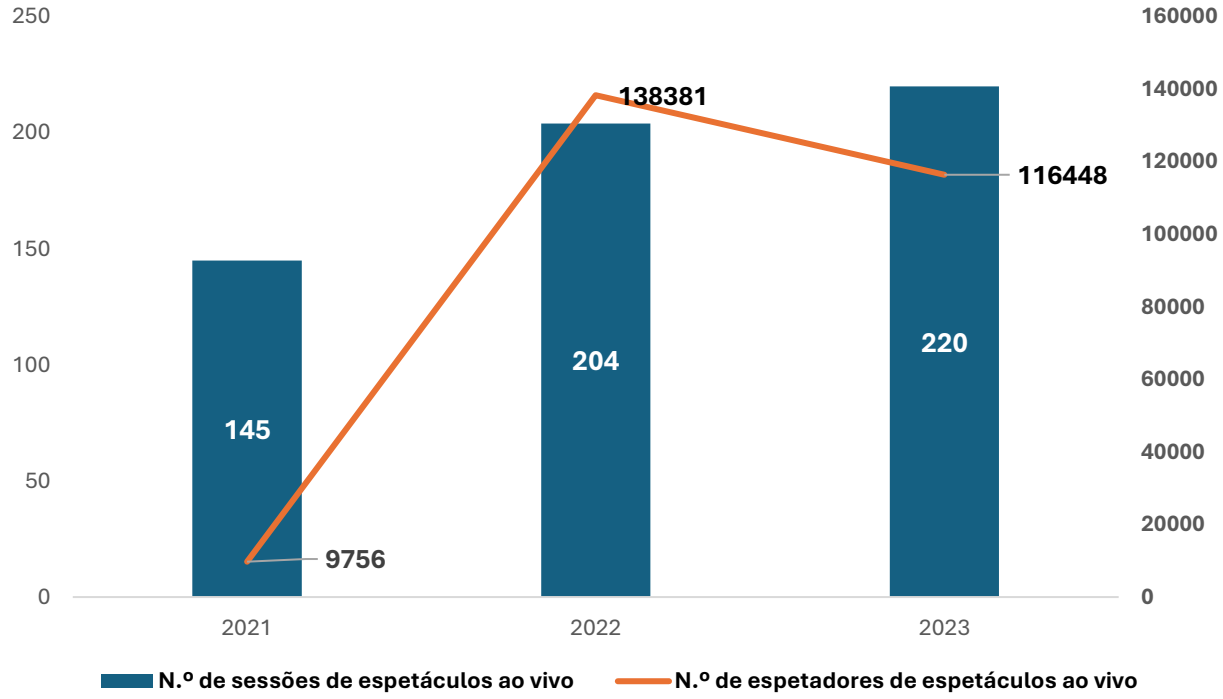
- Concertos ao ar livre, com artistas de projeção nacional;
- Feiras de artesanato e gastronomia, com especial destaque para os produtos locais;
- Exposições e performances culturais, que envolvem coletividades, escolas, artistas e artesãos;
- Eventos desportivos e recreativos, que mobilizam a comunidade.

Estas celebrações reforçam a identidade local e projetam a cidade no mapa turístico da região Centro.

A Marinha Grande é hoje um exemplo de como um território pode transformar o seu legado industrial em motor cultural. Com uma forte rede de equipamentos, projetos inovadores e uma comunidade ativa, a cultura surge aqui não como adorno, mas como motor de coesão, criatividade e desenvolvimento sustentável. Este investimento contínuo na cultura traduz-se na afirmação do concelho como território de criação e fruição cultural, valorizando o passado e projetando o futuro.

Abaixo, é possível verificar que entre 2021 e 2023, o número de sessões de espetáculos ao vivo e de espetadores assim como o investimento em cultura e associativismo cresceu significativamente, demonstrando uma recuperação da vida cultural e uma resposta positiva da população à oferta artística. Este aspeto, muitas vezes negligenciado nas análises estatísticas tradicionais, é fundamental para aferir a qualidade de vida e o bem-estar social, sendo igualmente um indicador da vitalidade comunitária e da atratividade do território.

Figura 10: Relação Entre N.º de Sessões de Espetáculos ao Vivo e Seus Espetadores na Marinha Grande – 2021-2023



Fonte: Disponível e extraído em www.ine.pt

Capítulo I – Síntese Conclusiva

Demografia

Em termos demográficos assiste-se a um **declínio populacional**, entre **2011 e 2021**, a nível nacional, da região centro e das **freguesias de Vieira de Leiria e da Moita**.

Na **Moita** a perda de população é maioritariamente **masculina**, e em **Vieira de Leiria feminina**. Em ambas a freguesia a perda de população observa-se **em todos os grupos até aos 49 anos**.

A **freguesia da Marinha Grande** e o concelho mantêm **valores positivos de crescimento** entre 2011 e 2021 e com tendência para a **continuidade em 2024** na ordem dos **2% face a 2023**. A variação é de +7% face a 2021 para a visão de concelho. **Situação crítica**, apesar do crescimento entre 2011-2021, é a **perda de população** nos grupos **até aos 9 anos** de idade e no **grupo dos 30 aos 39 anos**.

Os **ganhos em população** observam-se nas **faixas etárias mais avançadas**, em todas as localizações em análise, o que em termos de distribuição por grupos etários revela uma **pirâmide etária** com uma base estreita e um topo alargado, característico de **sociedades envelhecidas**.

A discrepância territorial revela uma maior atratividade da população em se fixar na freguesia da Marinha Grande em relação às restantes freguesias revelando um **crescimento assimétrico** no que respeita à distribuição da população pelo território.

Por sua vez a densidade populacional continua a aumentar na freguesia e concelho da Marinha Grande, enquanto no período de 2011-2021 existe perda de densidade populacional, nas freguesias da Moita e Vieira de Leiria associada à perda de população.

Os **índices** de dependência de jovens, idosos e total **acompanham a tendência demográfica**, com a **redução de jovens** no concelho (-10%), o **aumento do índice de envelhecimento e dependência** de idosos e total, a revelar um aumento agravado nas freguesias periféricas com tendência para **agudizar em 2024.**

As **taxas de natalidade**, **mortalidade**, **saldo natural** e **saldo migratório** influenciam diretamente a estrutura etária das populações. Desde a década de 80 que se assiste a um **decréscimo** nacional e local da **natalidade**, que se reflete no **saldo natural** que permanece **negativo** e revela a existência de uma dinâmica populacional em que há mais óbitos do que nados vivos por mil habitantes.

O **saldo migratório** permanece **positivo** desde 2011, contrariando as tendências nacionais negativas. A **atratividade** do território em termos de **emprego** continua a ser um pilar de atração para pessoas vindas de outros lugares, seja população de origem portuguesa de outros pontos do país, seja população de origem não portuguesa.

As estimativas para o período de **2021 e 2023**, no concelho revelam a **continuidade do crescimento da população** em todos os grupos etários, observável em **ganhos** populacionais nas **faixas etárias com vulnerabilidade crítica**.

Contudo o **crescimento** apesar de **positivo, apresenta fragilidades** pelo que a continuidade no **investimento** em **medidas de atração da população jovem para formação, emprego e fixação de famílias, apoios à parentalidade**, medidas de **investimento em envelhecimento ativo** numa lógica **transversal**, são pontos chave para o crescimento equilibrado da população.

O **crescimento da população sustentado pelo fenómeno migratório**, sublinha a importância de uma **política migratória** orientada para a capacidade de **acolhimento e integração da população migrante**, sendo cada vez mais evidente que a estabilidade demográfica da Marinha Grande depende da sua capacidade de atrair e fixar população.

Mercado de Trabalho e Tecido Empresarial:

Concelho

Em **2023** existem no concelho **5159 empresas**, +5,2% do que em 2022. Entre 2021 e 2023 o crescimento é de **+12,3%** passando de 4595 empresas em 2021 para 5159 em 2023 **(+564 empresas**).

O **Ranking das atividades económicas** do concelho, nomeadamente no que concerne à proporção de empresas por atividade económica existentes coloca em **1.º lugar as atividades administrativas e serviços de apoio**; em 2**.º lugar as atividades de comércio grosso, reparação de veículos automóveis** e em **3.º lugar as empresas das atividades das indústrias transformadoras**. Nos **lugares subsequentes** e por ordem decrescente, as atividades de **consultoria, científicas, técnicas** e similares; as atividades de **alojamento e restauração** e as atividades de **saúde humana e apoio social.**

Contudo, nem sempre a proporção acompanha o crescimento, pelo que a produtividade das empresas por atividades entre 2022 e 2023, apresenta o seguinte **ranking de crescimento**: em **1º as atividades administrativas e de serviços de apoio** continuam a crescer e são as que apresentam um peso mais significativo no concelho, em **2.º lugar outras atividades e serviços** e em **3.º lugar as atividades de consultoria e científicas.**

Nos **lugares subsequentes** as atividades de **transporte e armazenagem**, as **atividades imobiliárias** e as **atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas**.

O aparecimento das atividades artísticas como uma das áreas em crescimento é reflexo do investimento do município na área da cultura, a autarquia beneficia de um plano apoiado pela Direção-

Geral das Artes (DGArtes) e integra a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, o que promove e incita ao aparecimento de novas associações e organizações direcionadas para a área artística.

Freguesias

A distribuição das empresas por freguesia confirma a centralidade da sede concelhia, onde se concentra a esmagadora maioria das unidades empresariais.

A **Moita**, com 173 empresas, e a **Vieira de Leiria**, com 643, evidenciam uma **menor densidade empresarial**, o que contribui para explicar as dificuldades de retenção populacional e empregabilidade.

O **Ranking de atividades económicas na Moita** por ordem decrescente: em **1.º lugar a indústria transformadora**; em **2.º as atividades administrativas e de apoio aos serviços** e em **3.º lugar as atividades de consultoria e científicas.**

Por outro lado, **Vieira de Leiria** marcadamente turística, apresenta uma ordem diferenciada face à freguesia da Moita e da Marinha Grande.

Por ordem decrescente: em **1º as atividades de alojamento e restauração**, em **2º as atividades administrativas e serviços de apoio** e em **3º o comércio a grosso e reparação de veículos automóveis**.

A **indústria transformador**a e as **atividades de consultoria e científicas** aparecem em **4.º lugar** com 49 empresas e em **7.º lugar** a **indústria transformadora** com 32 empresas no território da freguesia.

A **freguesia da Marinha Grande** com um total de 4.343 empresas, apresenta por ordem decrescente, em **1º as atividades administrativas e serviços de apoio**, em **2º o comércio a grosso e reparação de veículos** e em **3º as indústrias transformadoras**.

As atividades administrativas dominam em todas as freguesias, posicionando-se em 2.º lugar nas freguesias da Moita e Vieira de Leiria; as indústrias transformadoras dominam nas freguesias da Marinha Grande e da Moita, posicionando-se em 3.º na freguesia da Marinha Grande e 1.º na freguesia da Moita.

A indústria transformadora é um dos principais motores da economia local, concentrando-se sobretudo em três setores: vidro, moldes e plásticos.

A inovação tecnológica e a engenharia industrial contribuem para o reforço da competitividade local, nacional e internacional.

Estruturas Empresariais

Evidência das **micro e pequenas empresas** no tecido empresarial do concelho, com 5.159 empresas registadas, **4.891 têm menos de 10 trabalhadores**, o que corresponde a mais de **94%** do total.

A concentração de microempresas representa simultaneamente uma oportunidade e uma vulnerabilidade: por um lado, denota uma elevada capacidade empreendedora e flexibilidade económica; por outro, implica baixa resistência a choques externos, menor capacidade de investimento em inovação e fragilidade em termos de estabilidade laboral.

A reduzida presença de empresas de média e grande dimensão dificulta a criação de emprego qualificado e a retenção de talento jovem, sendo desejável o investimento em políticas de estímulo ao crescimento empresarial e à agregação de valor.

Setores de Atividade e Ganho Médio Mensal

O **ganho médio mensal** dos trabalhadores por **conta de outrem**, na Marinha Grande, é superior ao ganho médio Nacional, contudo observam-se **disparidades de distribuição** do ganho médio mensal dos trabalhadores **por setores** de atividade.

As diferenças salariais preconizam-se pela seguinte ordem crescente de desigualdade, a indústria transformadora (1671,53€), seguido do setor dos serviços (1280,29 €) e o setor da agricultura (1095,40 €), sendo este que apresenta maiores diferenças salariais.

Esta estrutura salarial é coerente com o perfil económico do concelho, mas levanta questões importantes quanto à equidade e à atratividade das diferentes áreas profissionais.

O **rendimento industrial mais elevado** poderá explicar, em parte, a sua capacidade de retenção de trabalhadores, mas também sugere uma dependência do setor em relação à competitividade salarial como instrumento de atração.

Já os **baixos rendimentos nos serviços e na agricultura** podem comprometer a atratividade a profissionalização desses setores, exigindo políticas de valorização salarial, investimento em formação e apoio ao empreendedorismo.

Tabela 30: Empregabilidade por Setores de Atividade e Freguesias

Setor	Freguesia da Marinha Grande	Freguesia da Moita	Freguesia de Vieira de Leiria	Concelho
Primário	↑	↓	↓	↑
Secundário	↑	↓	↑	↑
Terciário Económico	↑	↑	↓	↑
Terciário social	↑	↓	↓	↑

Fonte: A partir de tabela 22 do capítulo I do Diagnóstico Social da Marinha Grande

Quanto à **empregabilidade** por setores de atividade, a tabela 30 resume os setores onde se verifica um aumento ou decréscimo da população empregada por freguesias entre 2011 e 2021.

Os dados mostram que a freguesia da Marinha Grande consolida a sua posição como centro dominante do concelho, com crescimento nos setores industrial e terciário.

As freguesias da Moita e de Vieira de Leiria apresentam, por comparação, estruturas económicas mais frágeis e vulneráveis, com perda ou estagnação da atividade produtiva e uma dependência cada vez maior da freguesia-sede para efeitos de emprego, consumo e acesso a serviços.

Esta realidade evidencia um desequilíbrio territorial crescente, que deverá ser corrigido através de políticas de desenvolvimento local que estimulem a fixação empresarial, a requalificação profissional e a valorização dos recursos endógenos de cada freguesia. A análise aqui apresentada confirma, mais uma vez, a importância de uma leitura territorialmente diferenciada da realidade concelhia, indispensável para fundamentar estratégias de planeamento e de coesão económica e social

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Caracterização do concelho da Marinha Grande (2023) 11
Tabela 2: Caracterização da Freguesia da Marinha Grande (2021) 13
Tabela 3: Caracterização da Freguesia da Moita (2021) 13
Tabela 4: Caracterização da Freguesia de Vieira de Leiria 14
Tabela 5: População Residente (n.º) e Variação (%) da População por Local de Residência - 2011 e 2021;2023-2024 17
Tabela 6: Densidade Populacional (n.º/ km^2) por Local de Residência – 2011 e 2021; 2023-2024 18
Tabela 7: População Residente (N.º) por Género e Freguesia em 2011-2021 19
Tabela 8: População Residente (Nº) por Grupos Etários e Freguesia em 2011-2024 21
Tabela 9: População Residente (N.º) e Variação Absoluta (N.º) por Género, no Concelho da Marinha Grande em 2011-2021 e 2023 23
Tabela 10: População Residente (N.º) e Variação Absoluta (N.º) por Género, no Concelho da Marinha Grande em 2011-2021 e 2023 23
Tabela 11: Índice de Envelhecimento Local de Residência: 2011-2021 26
Tabela 12: Índice de Dependência de Idosos e Jovens por Local de Residência em 2011-2021 e estimado 2024 27
Tabela 13: Índice Dependência Total por Local de Residência em 2011-2021 e Estimado 2024 28
Tabela 14: Índice de Renovação de População em Idade Ativa - 2021 29
Tabela 15: Outros Indicadores Demográficos de Saúde e Sociais do Concelho – 2011 e 2021 29
Tabela 16: Descrição das Zonas de Acolhimento Industrial do Concelho da Marinha Grande 31
Tabela 17: Descritivo das Entidades de Apoio ao Empreendedorismo e Atividade Empresarial 31
Tabela 18: Empresas (nº) e Variação (%) por Localização Geográfica em 2011-2021 e 2022 32
Tabela 19: Empresas (nº) e Variação absoluta (Nº) por Localização Geográfica (Concelho) e Atividade Económica 2021-2023 33
Tabela 20: Empresas (Nº) por Freguesias e Atividade Económica em 2023 34
Tabela 21: Proporção das Três Principais Atividades Económicas por Número de Empresas por Freguesia em 2023 35
Tabela 22: População Empregada (Nº) e Variação (%) por Freguesias e por Atividade Económica por Freguesias e Concelho – 2011 e 2021 38
Tabela 23: Descritivo das Associações de Apoio ao Empreendedorismo e Formação do Concelho da Marinha Grande 41
Tabela 24: Descritivo das Associações de Âmbito Social e Educativo do Concelho da Marinha Grande 42
Tabela 25: Descritivo das Associações da Proteção e Segurança do Concelho da Marinha Grande 45
Tabela 26: Descritivo das Associações Desportivas do Concelho da Marinha Grande 2024-2025 45
Tabela 27: Descritivo das Associações Desportivas, Culturais e Recreativas do Concelho da Marinha Grande 47
Tabela 28: Descritivo das Associações Culturais do Concelho da Marinha Grande 49
Tabela 29: Descritivo das Associações de Proteção Animal e Outras do Concelho da Marinha Grande 49
Tabela 30: Empregabilidade por Setores de Atividade e Freguesias 56

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Concelho da Marinha Grande 10
Figura 2: Variação (%) da População Residente por Freguesias em 2011-2021 20
Figura 3: Variação Absoluta (N.º) da População Residente por Freguesias no Intervalo 2011-2021 ... 21
Figura 4: Variação Absoluta (N.º) da População Residente no Concelho da Marinha Grande em 2021-2023 23
Figura 5: Proporção da População Residente (%) por Categorias Populacionais em 2021 e 2023 no Concelho da Marinha Grande 24
Figura 6: Estimativa da Distribuição Etária da População Residente (N.º) na Marinha Grande – 2023 25
Figura 7: Proporção (%) de Empresas por Atividade Económica no Concelho da Marinha Grande em 2023 32
Figura 8: N.º de Empresas por Escalão de Pessoal ao Serviço no Concelho da Marinha Grande em 2023 36
Figura 9: Ganho Médio Mensal (€) por Setor de Atividade Económica no Concelho da Marinha Grande (Trabalhadores por Conta de Outrem) – 2023 37
Figura 10: Relação Entre N.º de Sessões de Espetáculos ao Vivo e Seus Espetadores na Marinha Grande – 2021-2023 52

Diagnóstico Social da Marinha Grande 2026-2031

CAPÍTULO II

DIMENSÕES TRANSVERSAIS DE ANÁLISE

PRR Plano de Recuperação e Resiliência
REPÚBLICA PORTUGUESA
Financiado pela União Europeia NextGenerationEU
Marinha Grande Município

Índice

CAPÍTULO II 5

5. HABITAÇÃO 7

5.1 Indicadores Sociodemográficos dos Agregados Familiares **7**

5.1.1 Caracterização dos Agregados Domésticos Privados/Famílias Clássicas **7**

5.2 Programas e Apoios Sociais de Habitação 13

5.2.1 Programas Nacionais de Apoio ao Arrendamento **13**

5.2.2 Estratégia Local de Habitação da Marinha Grande: Programa 1º Direito **14**

5.2.3 Apoios Municipais ao Arrendamento e Habitação **19**

Síntese Conclusiva 21

6. EDUCAÇÃO 23

6.1 Indicadores Sociodemográficos de Educação 24

6.2 Indicadores de Desempenho Escolar 30

6.3 Oferta de Educação e Formação do Sistema de Ensino Português: Ensino Básico a Secundário 35

6.3.1 Ensino Básico e Secundário **36**

6.3.2 Ensino Tutelado pelo Ministério da Educação: Rede Pública e Privada de Ensino **42**

6.3.3 Educação Pré-Escolar **42**

6.3.4 1.º CEB da Rede de Ensino Público **48**

6.3.5 2.º e 3.º CEB da Rede Ensino Público **51**

6.3.6 1.º 2.º e 3.º CEB: Rede Privada Lucrativa **53**

6.3.7 Ensino Secundário **54**

6.3.8 Ensino Superior Privado **58**

6.4 Proteção Social na Escola 60

6.4.1 Apoios e Complementos Sócio Educativos – Rede Pública de Ensino **60**

6.4.2 Projetos e Programas Nacionais e Locais de Apoio à Educação e Inclusão Social . **68**

Síntese Conclusiva 74

7. EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL 79

7.1 Indicadores de Emprego e Formação Profissional 79

7.1.1 Empregabilidade e Mercado de Trabalho do Concelho da Marinha Grande **79**

7.2 Indicadores de Disparidades Salariais 83

7.3 Proteção Social no Emprego 86

7.3.1 Subsídio de Desemprego; Subsídio de Desemprego Parcial; Subsídio Social de Desemprego **86**

7.4 Medidas e Respostas Locais de Apoio ao Emprego e Formação Profissional 89
7.4.1 Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Marinha Grande 89
7.4.2 Caracterização da População Desempregada inscrita no IEFP da Marinha Grande 93
7.4.3 Gabinete de Inserção Profissional - GIP 98
7.4.4 CLDS 5ª Geração *Marinha Social* "Eixo 1: Emprego, Formação, Qualificação" 101
7.4.5 Medidas e Respostas Locais de apoio à Formação Profissional tutelada pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social 103
7.5 Formação Certificada: Centros Qualifica 103
7.6 IEFP: Centros de Gestão Participada 108
Síntese Conclusiva 114
8. SAÚDE 119
8.1 Estruturas Organizacionais do SNS 120
8.1.1 A Unidade Local de Saúde da Região de Leiria (ULSRL) 120
8.2 Cuidados de Saúde Primários ULS RL 121
8.2.1 Os Cuidados de Saúde Primários do Concelho da Marinha Grande 122
8.2.2 População Inscrita – Cuidados de Saúde Primários da Marinha Grande 125
8.3 Indicadores do Estado de Saúde da População 128
8.3.1 Determinantes de Saúde 129
8.4 Indicadores de Saúde e Bem Estar 132
8.4.1 Autoapreciação do Estado de Saúde e dos Serviços de Saúde 132
8.4.2 População Residente com Dificuldades 133
8.5 Indicadores Sociais e Demográficos de Saúde 135
8.5.1 Natalidade 135
8.5.2 Mortalidade 142
8.5.3 Causas de Morte 145
8.6 Indicadores do Sistema de Saúde 150
8.6.1 Recursos Humanos da Rede de Cuidados Hospitalares 150
8.7 Recursos Humanos e Atividade Assistencial das Unidades Funcionais dos Cuidados de Saúde Primários – Marinha Grande 151
8.8 Atividade Assistencial da Rede de Cuidados Hospitalares 151
8.9 Atividade Assistencial dos Cuidados Hospitalares da ULS RL 2023-2024 152
8.10 Atividade Assistencial da Rede de Cuidados Saúde Primários 159
8.11 Programas de Saúde Nacionais -PNS 2030 162

8.12 Programas de Rastreio de Base Populacional da Unidade Local de Saúde da Região de Leiria 163

8.13 Programas e Medidas Locais dos Cuidados de Saúde Primários da Marinha Grande ..163

8.14 RNCC: Rede Nacional de Cuidados Continuados 170

8.15 Unidade de Cuidados da Comunidade (UCC) 170

8.16 Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) 172

8.17 Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM) - Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande 172

8.18 Saúde Mental 173

8.18.1 Comportamentos Aditivos e Dependências 173

8.18.1.2 Indicadores de saúde 174

8.19 Respostas e Serviços Locais no âmbito dos comportamentos aditivos 176

8.20 Projetos, atividades e serviços da ANO II 179

Síntese Conclusiva 187

CAPÍTULO II

Dimensões Transversais de Análise

Mundialmente assiste-se ao aumento crescente de desastres com impactos na vida das pessoas e das comunidades, a título de exemplo, em 2021 a pandemia COVID-19 mobilizou a sociedade a vários níveis: na saúde com o aumento da mortalidade e a sobrecarga do sistema de saúde e consequente aumento de problemas de saúde mental, na educação com a mobilização do ensino à distância e no emprego muitos setores pararam e impactaram a perda de rendimentos das famílias e a insolvência de pequenas empresas e negócios para além do impacto direto em grupos específicos, como por exemplo as crianças e o seu desenvolvimento individual e social e os idosos com o aumento de situações de risco de saúde e de mortalidade.

A pandemia configurou na sociedade e nas pessoas um grau de exposição ao risco elevado, tornando-as mais vulneráveis e afetos à insuficiência de rendimentos, ao acesso limitado a serviços essenciais e à fragilidade das redes de apoio, com implicações diretas no isolamento social e saúde mental dos indivíduos.

No âmbito dos estudos em Sociologia do Risco, sob a alçada da Universidade de Coimbra e desenvolvidos pela "Associação Portuguesa de riscos, prevenção e segurança" destaca-se a obra de José Mendes (2015, pg.75) o qual afirma que "*os desastres são sempre sociais e o grau de vulnerabilidade social é o principal parâmetro de avaliação de riscos. Assim a abordagem dos riscos considera não só aspetos tecnocráticos e geofísicos, mas também as condicionantes sociais, culturais e políticas dos territórios*."

Por conseguinte, a vulnerabilidade social apesar de consequência direta de exposição a situações de risco advindas de catástrofes naturais engloba componentes estruturais e sociais como a desigualdade social, segundo Mendes (2015) :" *...parece haver consenso quanto ao fato de a vulnerabilidade não ser só uma simples consequência de exposição aos perigos, mas sim o resultado de condições de desigualdade social que precedem a ocorrência desses processos, e que podem estar relacionados com fatores como a pobreza, a idade, o sexo ou a classe social*" Assim a vulnerabilidade é percecionada não apenas como resultado dos riscos biofísicos dos desastres naturais mas também como resultado do grau de desenvolvimento económico, do acesso a recursos e do modos de vida dos grupos afetados.

O autor acrescenta que: "*para uma correta avaliação da vulnerabilidade social e da sua integração como instrumento eficaz de planeamento, devemos atender aos seguintes aspetos: as dimensões estruturais do território; as características biofísicas; a estrutura e a dinâmica demográfica das*

populações; o capital social e as redes sociais existentes; as dimensões socioculturais; as políticas públicas; as políticas de desenvolvimento e de investimento público e a atividade económica"

O presente Diagnóstico Social enquanto instrumento de planeamento privilegiado de compreensão dos fenómenos sociais está perspetivado e estruturado de forma a diagnosticar as vulnerabilidades territoriais e grupos vulneráveis expostos a situações de risco decorrentes das desigualdades sociais do território, adotando uma abordagem em que a vulnerabilidade social envolve o acesso a múltiplas dimensões da vida social, para além da insuficiência de rendimentos, como: a habitação, a saúde, a educação, o emprego e formação descritas no capítulo II como dimensões transversais essenciais para o acesso aos direitos fundamentais e ao exercício de uma cidadania participativa.

CAPÍTULO II
DIMENSÃO TRANSVERSAL DE ANÁLISE

5. HABITAÇÃO

A habitação constitui uma base para a melhoria da qualidade de vida da população, para a sua fixação no território e para a reprodução social, sendo um elemento central para o bem-estar e desenvolvimento dos cidadãos e comunidades.

As políticas sociais de habitação são compostas por medidas de apoio que visam a valorização da qualidade de vida da população, essencialmente a mais carenciada, promovendo a sua integração.

A insalubridade, o desconforto e a insegurança afetam consideravelmente a vivência individual e coletiva, bem como a saúde física e psicológica de todos os que se encontram em situações complexas, nomeadamente de pobreza e de exclusão social.

As autarquias têm competências ao nível da promoção da habitação social e da gestão do património municipal de habitação, no sentido de acionar estratégias de integração que visam a erradicação da pobreza e da exclusão social.

O Município da Marinha Grande em matéria de Habitação Social intervém junto dos munícipes através do Apoio à Habitação Social em regime de arrendamento apoiado. O regime de renda apoiada visa o acesso equitativo e inclusivo da população vulnerável a uma habitação condigna de forma a melhorar o bem-estar das famílias.

5.1 Indicadores Sociodemográficos dos Agregados Familiares

5.1.1 Caracterização dos Agregados Domésticos Privados/Famílias Clássicas

a) N.º e % de Agregados Domésticos Privados

Conjunto de pessoas que têm a residência habitual no alojamento familiar ou a pessoa interdependente que ocupa um alojamento.

Tabela 1: Agregados Domésticos Privados/Famílias Clássicas (N.º) e Variação (%) por Local Residência 2011-2021

	2011	2021	Variação
	Nº	Nº	%
Portugal	4043726	4149096	+2,6
Marinha Grande	15455	16112	+4,3

Fonte: Por Radar Social, a partir de: http://www.ine.pt, extraído a 24/08/25 às 14h40

O concelho, entre 2011 e 2021, aumentou o número de agregados domésticos privados em +657 agregados, com uma variação de +4,3%.

Tabela 2: % de Agregados Domésticos Unipessoais, Unipessoais +65 e com Todos os Membros Reformados por Localização de Residência em 2021

	Domésticos Unipessoais	Unipessoais com pessoas +65	Domésticos privados com todos os membros reformados
	2021		
Portugal	24,77	12,46	22,95
Centro	25,09	13,93	26,68
Concelho	24,63	11,99	25,47
Marinha Grande	24,62	11,47	24,50
Vieira de Leiria	26,10	15,43	30,86
Moita	17,98	10,30	26,87

Portal do INE extraído a 24/08/25 às 17h04; Portal do INE às 15h09; Portal do INE às 15h15

Cerca de ¼ dos agregados domésticos em análise são unipessoais na freguesia e concelho da Marinha Grande.

Especial atenção para a Vieira de Leiria com 26,10% de agregados unipessoais. A Moita apresenta uma percentagem mais baixa, a rondar os 18%.

Destes agregados unipessoais, cerca de 12% são constituídos por pessoas com mais de 65 anos na freguesia da Marinha Grande e concelho.

Destaque para a freguesia de Vieira de Leiria com 15,43% dos agregados unipessoais constituídos por pessoas com mais de 65 anos. A Moita atinge os 10,3%.

Vieira de Leiria destaca-se novamente com a percentagem de agregados domésticos privados em que todos os membros estão reformados, próximo dos 40%. Já na Moita é ligeiramente superior a ¼ e na freguesia e concelho da Marinha Grande com ¼ dos membros dos agregados domésticos todos reformados.

Tabela 3: % de Agregados Domésticos Privados com todos os membros empregados e com todos os membros desempregados por local de residência em 2021

	Domésticos privados com todos os membros empregados	Domésticos privados com todos os membros desempregados
	2021	
Portugal	59,09	3,03
Centro	57,44	2,09
Marinha Grande	60,11	2,40
Marinha Grande	61,29	2,47
Vieira de Leiria	53,92	2,07
Moita	56,77	1,82

Portal do INE extraído a 24/08/25 às 15h18; Portal do INE às 15h19

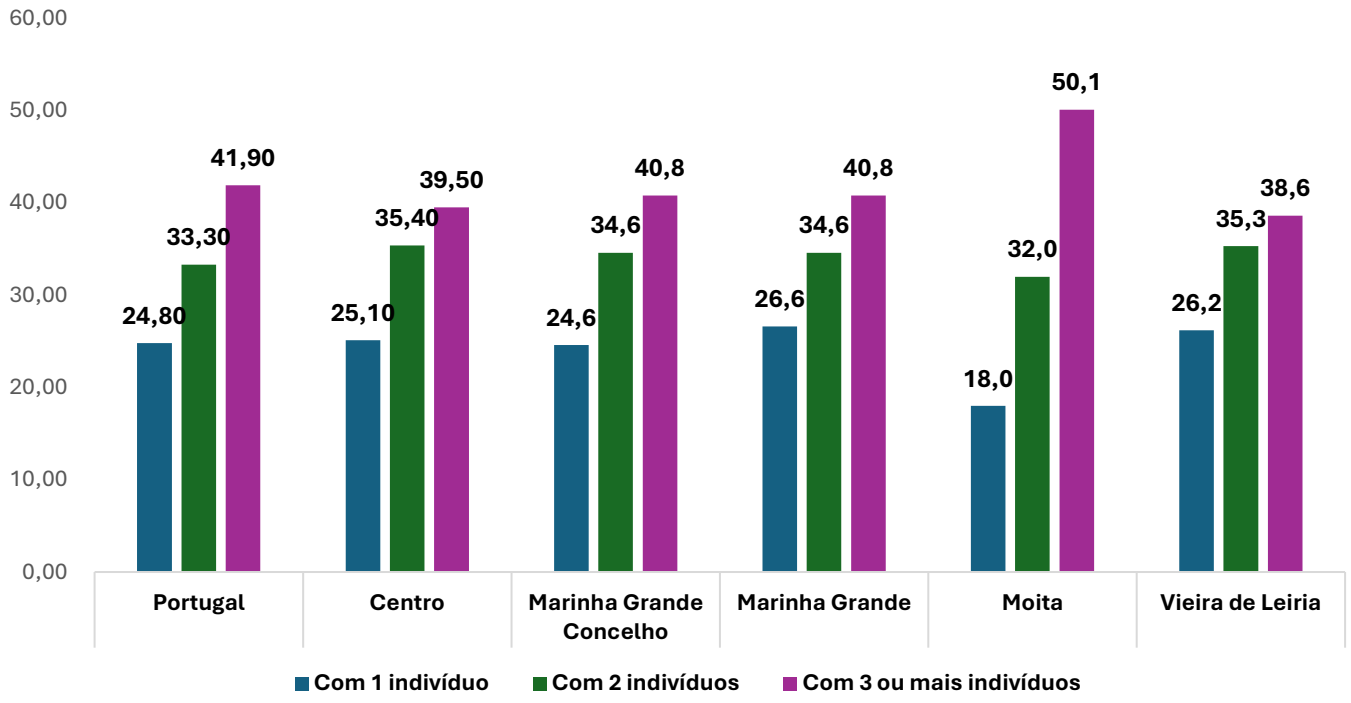
A freguesia que apresenta maior percentagem de agregados domésticos em que todos os membros se encontram empregados é a da Marinha Grande com 61,29%, seguido da Moita com 56,77% e de Vieira de Leiria com 53,92%.

A prevalência de agregados em que todos os membros se encontram empregados é superior no concelho face aos valores da região centro.

A predominância dos setores da indústria transformadora e da consultoria, bem como a maior proximidade ao centro urbano, podem explicar a maior percentagem de membros empregados nos agregados domésticos da Moita. Em contrapartida, em Vieira de Leiria, predominam os setores de atividade associados ao turismo, determinando maior instabilidade devido à influência do emprego sazonal.

Agregados domésticos em que todos os membros estão desempregados atingem valores na ordem dos 2%, estando abaixo deste valor na Moita. De reforçar que em todas as localizações do concelho a percentagem de agregados domésticos privados com todos os membros desempregados é inferior aos valores nacionais.

Figura 1: Proporção (%) de Agregados Domésticos Privados por Lugar e Escalão de Dimensão em 2023



Fonte: Por Radar Social, a partir de: http://www.ine.pt, extraído a 24/08/25 às 15h28

A Moita é a freguesia que apresenta maior proporção de agregados domésticos com três ou mais indivíduos (50,1%), seguida da Marinha Grande (freguesia e concelho), com cerca de 41%, e Vieira de Leira, com 38,6%.

De acordo com os dados do INE, em 2021, a dimensão média dos agregados domésticos privados era de 2,1 pessoas no concelho e freguesia da Marinha Grande, de 2,6 na Moita e de 2,4 em Vieira de Leiria. Isto significa que, em cada agregado doméstico coabitam em média 2,1 pessoas.

b) Agregados Domésticos Privados: Género

Tabela 4: Agregados Domésticos Privados (N.º) por Local de Residência e Género (Representante do Agregado Doméstico Privado) em 2021

	2021		
	Total	Masculino	Feminino
Portugal	4149096	2417613	1731483
Marinha Grande	16112	9852	6260
Marinha Grande	13349	8170 (61,2%)	5179 (38,8%)
Moita	495	319 (64,4%)	176 (35,6%)
Vieira de Leiria	2268	1363 (60,1%)	905 (39,9%)

Fonte: http://www.ine.pt

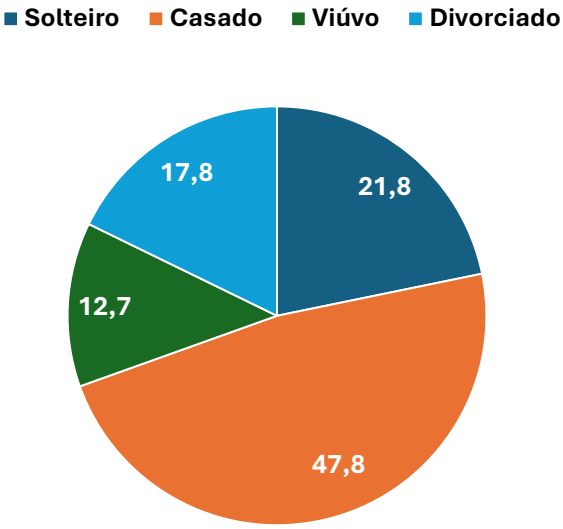
Através da análise da tabela 4 verifica-se que os agregados domésticos privados são predominantemente masculinos, apresentando a freguesia da Moita a maior percentagem de população masculina (64,4%), seguida da freguesia da Marinha Grande com 61,2% de população masculina e de Vieira de Leiria com 60,1%.

Entre as três freguesias, aquela que apresenta maior percentagem de mulheres nos agregados é Vieira de Leiria (39,9%), seguida da Marinha Grande com 38,8% e a Moita com 35,6%.

Os valores observados são ligeiramente superiores aos nacionais, onde a população masculina que constituiu os agregados ronda os 58%.

c) Agregados Domésticos Privados: Estado Civil

Figura 2: Estado Civil (%) das Pessoas Residentes nos Agregados Domésticos Privados por Local de Residência no Concelho e Freguesias da Marinha Grande em 2021

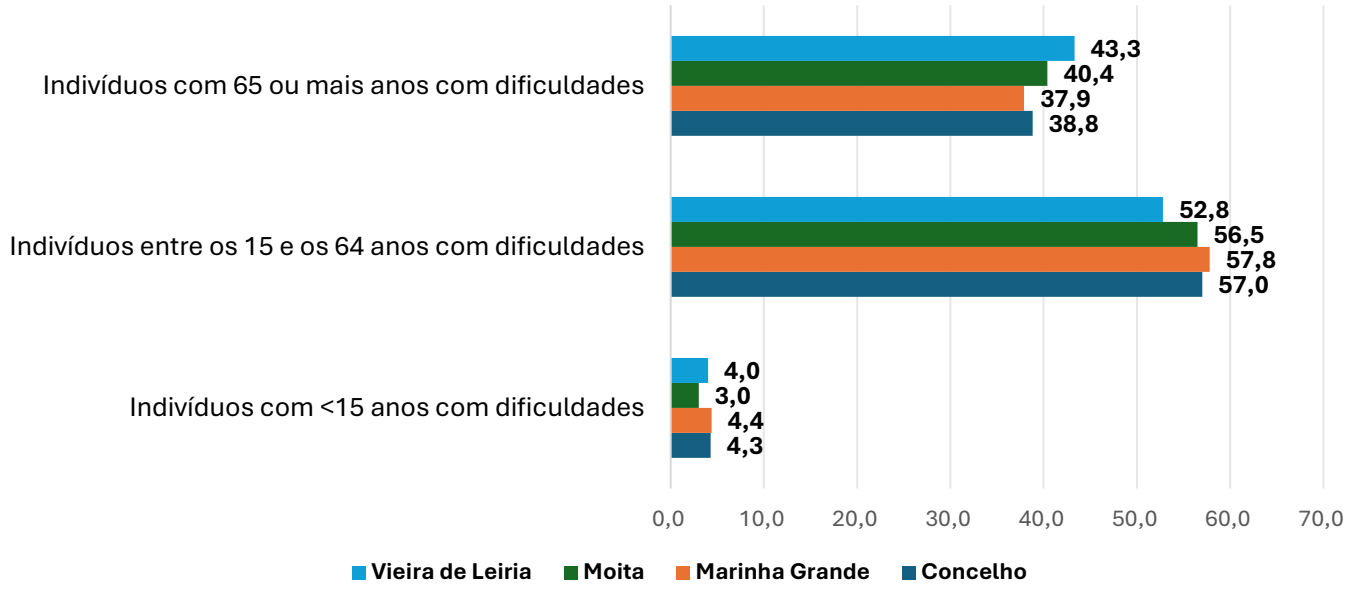


Fonte: Por Radar Social, a partir de http://www.ine.pt

No concelho, do total de agregados domésticos em análise (16.112), 47,8% dos indivíduos que constituem os agregados domésticos privados são casados (7.694 absolutos); 21,8% são solteiros (3.506); 17,8% são divorciados (2.866 absolutos) e 12,7% são viúvos (2046).

d) Agregados Domésticos Privados: Pessoas com Dificuldades

Figura 3: Proporção (%) de Indivíduos com Dificuldades nos Agregados Domésticos Privados por Escalão Etário e Local de Residência nas Freguesias e Concelho da Marinha Grande em 2021



Fonte: Por Radar Social, a partir de: http://www.ine.pt extraído a 24/08/25

Entre os indivíduos com +65 anos que apresentam dificuldades, as freguesias da Moita e de Vieira de Leiria, registam percentagens superiores às observadas na freguesia e concelho da Marinha Grande.

Por sua vez, entre a população em idade ativa com dificuldades nos agregados domésticos privados, a freguesia da Marinha Grande apresenta o valor mais elevado (58%), seguida da Moita (56,5%) e de Vieira de Leiria (52,8%).

e) Núcleos Familiares

Tabela 5: % de Núcleos Familiares por Local de Residência 2011-2021

	Núcleos Familiares Reconstituídos		Famílias Monoparentais		Núcleos Familiares de casais com filhos	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	6,55	8,81	14,89	18,54	58,79	55,57
Centro	5,69	7,31	12,55	15,34	55,83	51,88
Concelho	8,39	10,95	14,88	18,11	55,79	53,69
Marinha Grande	8,83	11,29	14,93	18,33	55,43	53,82
Vieira de Leiria	6,78	9,42	14,75	17,06	55,73	51,94
Moita	5,65	9,00	14,32	16,79	63,75	57,64

Portal do INE extraído a 24/08/25 às 16h27; Portal do INE extraído a 24/08/25 às 16h30; Portal do INE às 16h44 Portal do INE às 16h45; Portal do INE às16h49; Portal do INE às16h52

De uma forma geral, face a 2011, aumentaram em todas as localizações, os núcleos familiares reconstituídos e as famílias monoparentais. No inverso, a percentagem de núcleos familiares com filhos reduziu em todas as localizações.

Em termos de perdas percentuais:

- Nas famílias de casais com filhos, as maiores perdas são visíveis na Moita com -6,1 p.p, seguido de Vieira de Leiria com -3,79 e a freguesia da Marinha Grande com -1,61 p.p. face a 2011.
- Nas famílias monoparentais, a freguesia que apresenta maiores ganhos é a da Marinha Grande e Moita, com +3,4 p.p. e+ 3,35 p.p. respetivamente e de Vieira de Leiria com +2,64 p.p.
- Nas famílias reconstituídas os ganhos percentuais face a 2011, são maiores na freguesia da Moita, com + 3,35 p.p, seguido de Vieira de Leiria com +2,64 p.p. e a freguesia da Marinha Grande com 2,46 p.p.

5.2 Programas e Apoios Sociais de Habitação

5.2.1 Programas Nacionais de Apoio ao Arrendamento

A 4 de outubro de 2017 foi aprovada a Resolução de Conselho de Ministros que estabelece o sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação para uma Nova Geração de Políticas de Habitação (NPPH), tendo como foco a melhoria da qualidade de todas as habitações e a aposta na reabilitação do edificado com o objetivo de revitalização e dinamização do mercado de arrendamento. O pilar das novas políticas para a habitação são o arrendamento e a reabilitação urbana.

No âmbito da NGPH, e sendo essencial para a sua concretização, surge a Estratégia Local de Habitação (ELH) que intervém no âmbito das políticas de habitação.

Esta estratégia diagnostica as necessidades e carências habitacionais do concelho, define as soluções e prioridades para o território, sendo um documento estratégico de suporte obrigatório à candidatura do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – 1º Direito.

Tabela 6: Descritivo da Nova Geração de Políticas de Habitação 2025

Nova Geração de Políticas de Habitação		
Objetivo 1 NGPH " Dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional"	**Programas**	***Porta de Entrada e 1º Direito***
	Objetivo Geral	Garantir o acesso a todos a uma habitação adequada, entendida no sentido amplo de habitat e orientada para as pessoas, passando por um alargamento significativo do âmbito de beneficiários e da dimensão do parque habitacional com apoio público
	Objetivo Específico	Dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional
	Porta de Entrada **Descrição**	Aplica-se às situações de necessidade de alojamento urgente de pessoas que se vejam privadas, de forma temporária ou definitiva, da habitação ou do local onde mantinham a sua residência permanente ou que estejam em risco iminente de ficar nessa situação, em resultado de acontecimento imprevisível ou excecional.
	1º Direito **Descrição**	O Programa assenta numa dinâmica promocional predominantemente dirigida à reabilitação do edificado e ao arrendamento. Aposta também em abordagens integradas e participativas que promovam a inclusão social e territorial, mediante a cooperação entre políticas e organismos setoriais, entre a administração central, regional e local e os setores público, privado e cooperativo.
Objetivo 2 " Garantir o acesso à habitação a todos os que não têm resposta por via do mercado	**Programas**	***Arrendamento Acessível e Porta 65***
	Objetivo Geral	Criar as condições para que tanto a reabilitação do edificado como a reabilitação urbana passem de exceção a regra e se tornem nas formas de intervenção predominantes, tanto ao nível dos edifícios como das áreas urbanas.
	Objetivo Específico	Garantir o acesso à habitação a todos que não têm resposta por via do mercado
	Arrendamento Acessível **Descrição**	O Programa Arrendamento Acessível (PAA) é um programa de política de habitação que visa promover uma oferta alargada de habitação para o arrendamento a preços compatíveis com os rendimentos das famílias. Com este programa pretende-se dar resposta às necessidades habitacionais das famílias cujo rendimento não lhes permite aceder no mercado a uma habitação adequada às suas necessidades.
	Porta 65 Jovem **Descrição**	Visa apoiar os jovens dos 18 aos 35 anos no arrendamento de habitação para residência permanente, atribuindo uma percentagem do valor da renda como subvenção mensal

Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/nova-geracao-de-politicas-de-habitacao, consultado em 01/12/24

Para além dos programas acima descritos, a NGPH apresenta ainda mais dois objetivos, sendo o objetivo 3, a criação de condições para a reabilitação (programa "Casa Eficiente 2020") e o objetivo 4 a promoção da inclusão social e territorial (programas "Chave na Mão", "Da Habitação ao Habitat" e "Porta ao Lado").

5.2.2 Estratégia Local de Habitação da Marinha Grande: Programa 1º Direito

Enquadrado na NGPH, e segundo o Estudo de Diagnóstico da ELH da Marinha Grande, 1.º Direito, o "principal objetivo do Município da Marinha Grande, com a concretização da sua ELH, é garantir a todos o efetivo direito à habitação digna, assegurando a melhoria da qualidade de vida da população, consciente de que a habitação é um aspeto fundamental para a coesão e integração social."

Através do estudo de Diagnóstico para a Habitação, realizado no âmbito do Projeto Estratégico Local Intervenção para a Habitação, foi possível diagnosticar situações de carência e/ou de habitação indigna no território.

A tipologia dos agregados identificados é mista na identificação das suas necessidades, passando por agregados elegíveis para habitação social a agregados que se enquadram em programas de rendas e custos controlados.

Os dados apontam para a identificação de **625 agregados** no concelho, totalizando **1.417 indivíduos**. Embora sejam agregados com necessidades de intervenção diferenciadas, têm vulnerabilidades transversais: sociais, habitacionais, económicas e emocionais. Neste diagnóstico, realizado em 2022, foram identificados os agregados em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

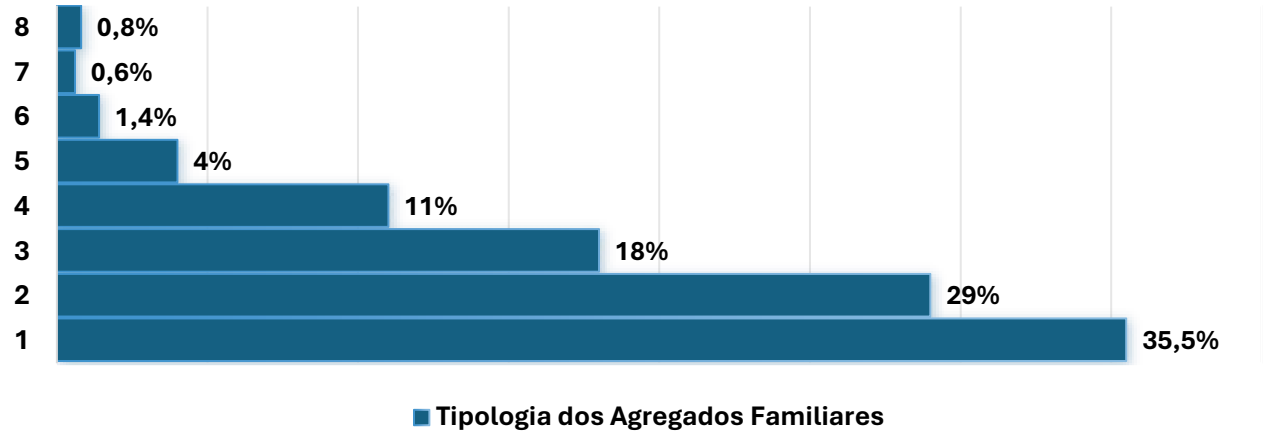
a) Caracterização dos Agregados Familiares

Tabela 7 Elementos (Nº) por agregado familiar do concelho da Marinha Grande em 2022

Número de elementos por agregado familiar	
Agregados Unipessoais	222
Agregados com dois elementos	183
Agregados com três elementos	110
Agregados com quatro elementos	71
Agregados com cinco elementos	25
Agregados com seis elementos	9
Agregados com sete elementos	4
Agregado com oito elementos	1
Total	625

Fonte: Por Radar Social, a partir de "ELH da Marinha Grande, 1º Direito", pg.51, Município da Marinha Grande, 2022

Figura 4: Tipologias dos Agregados Familiares da População Residente no Parque Habitacional do Concelho, 2022



Fonte: Por Radar Social, a partir de "ELH da Marinha Grande, 1º Direito", pg.51, Município da Marinha Grande, 2022

Dos 625 agregados identificados,35,5% são agregados constituídos por um elemento e abrangem 222 pessoas, designados de agregados domésticos unipessoais, sendo estas situações preocupantes por se tratar em alguns casos de pessoas isoladas, mais velhas e sem retaguarda familiar.

Os agregados com dois indivíduos totalizam os 183 elementos, com uma proporção de 29,2%; três indivíduos os 110 elementos com uma proporção de 18% e quatro elementos 71 indivíduos com uma proporção de 11%.

Com menos expressão, mas ainda a considerar relevante existem 25 agregados familiares com cinco elementos, 9 agregados com seis elementos, 4 agregados com sete elementos e 1 agregado com oito.

Se considerar o total dos agregados com 3 ou mais indivíduos, a proporção é de 35,2% e 220 indivíduos.

Tabela 8: Características Sociodemográficas dos Agregados Familiares da População Residente no Parque Habitacional do Concelho, 2022

Características de Vulnerabilidade dos Agregados Familiares	
Agregado Unititulado	124
Arrendatário +65 anos	72
Adulto, autónomo, sozinho e +65 anos	59
Agregado com pessoas com deficiência	40
Total	295

Fonte: "ELH da Marinha Grande, 1.º Direito", Município da Marinha Grande, 2022

Os agregados em análise (tabela 7) apresentam características específicas que lhes imprimem maior risco de vulnerabilidade social.

O agregado unititulado [1] corresponde ao agregado habitacional constituído por um ou mais dependentes e um único adulto não dependente, o que na realidade da Marinha Grande atinge os 124 elementos, com um peso de 41,7%.

Identificadas como situações de risco social, nas problemáticas do isolamento e envelhecimento foram identificados cerca de 131 indivíduos, dos quais 72 (24,2%) são arrendatários com 65 ou mais anos e 59 (20%) adultos autónomos com 65 ou mais anos a residir sozinhos. A percentagem de indivíduos sozinhos com mais de 65 anos é de 44,4%.

De salientar que um agregado pode apresentar mais que uma condição de vulnerabilidade, a título de exemplo, a vulnerabilidade de dependência associada à problemática da deficiência atinge 40 (13,6%) dos agregados.

Das situações de risco ou vulneráveis identificadas o estudo revela que dos 625 agregados identificados,60% abrangem 376 agregados que não vivem em casas próprias ou arrendadas, enquadrando-se parte deles na condição indigna da precariedade e por isso apresentam uma maior urgência de solução habitacional.

b) Caracterização da Propriedade das Habitações

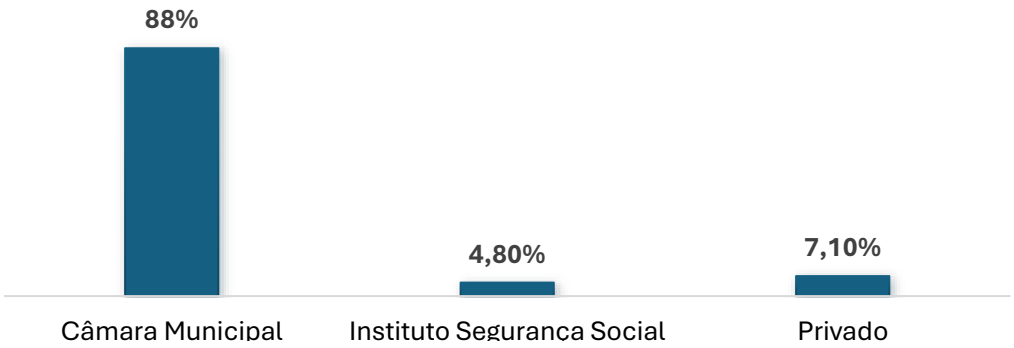
Tabela 9: Propriedade das Habitações da População Residente no Parque Habitacional do Concelho, 2022

Propriedade das Habitações	
Habitação Própria	22
Habitação Arrendada	226
Outro	377
Total	625

Fonte: "ELH da Marinha Grande, 1.º Direito", Município da Marinha Grande, 2022

[1] Definição do 1.º Direito, descrito em DL 37/2018, de 4 de Junho, na sua redação atual.

Figura 5: Proporção da Propriedade Habitações Arrendadas, 2022



Fonte: Por Radar Social, a partir de "ELH da Marinha Grande, 1.º Direito", Município da Marinha Grande, 2022

No que respeita à propriedade das habitações, dos 625 agregados identificados, 226 (36,2%) são habitação arrendada, 23 (3,7%) habitação própria e 377 outra situação.

No que concerne à habitação arrendada, dos 226 casos,199 respeitam a habitação da Câmara Municipal, o que perfaz um peso de 88% (Figura 5) dos casos de habitação arrendada.

Para além da Câmara Municipal, agrega este indicador 16 situações de arrendamento no mercado privado e 11 situações de habitação do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) e que perfazem 7,1% e 4,8% respetivamente. (Figura 5).

c) Condições de Habitabilidade

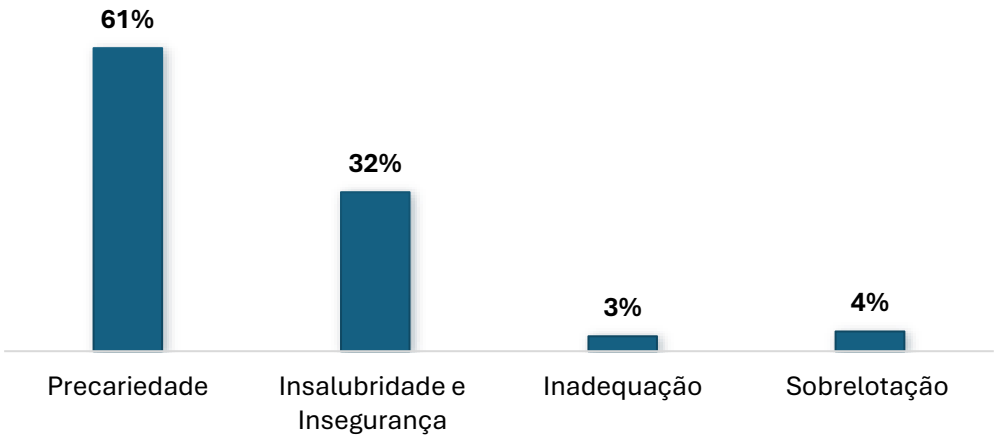
A tabela 8 descreve as condições de habitabilidade do universo em análise na Estratégia Local de Habitação do Município em 2022.

Tabela 10: Condições Indignas Identificadas nas Habitações do Parque Habitacional do Concelho, 2022

Condições Indignas nas Habitações	
Precariedade	378
Insalubridade e Insegurança	202
Inadequação	18
Sobrelotação	27
Total	625

Fonte: "ELH da Marinha Grande, 1.º Direito", Município da Marinha Grande, 2022

Figura 6: Proporção (%) das Condições de Habitação do Parque Habitacional do Concelho da Marinha Grande em 2022



Fonte: "ELH da Marinha Grande, 1.º Direito", Município da Marinha Grande, 2022

Quanto às condições de habitação dos agregados familiares identificados, foram avaliadas as condições de habitação indignas dos mesmos, no que respeita aos critérios «Precariedade», «Insalubridade e Insegurança», «Inadequação» e «Sobrelotação».

Em situação de «Precariedade» enquadram-se as pessoas sem abrigo ou aquelas que não dispõem de uma solução habitacional alternativa ao local que utilizam como residência. Em situação de «Insalubridade e Insegurança», os agregados com condições de habitação destituídas de condições básicas de salubridade, segurança estrutural, higiene ou sem condições mínimas de habitabilidade.

A maioria, cerca de 378 agregados, reside em condições de «Precariedade»; 202 em situações de «Insalubridade e Insegurança»; 18 em situações inadequadas face à mobilidade das pessoas que constituem os agregados e, 27 agregados, em situação de sobrelotação, o que significa que a tipologia dos agregados não é adequada face ao número de pessoas que integram esses agregados.

Tabela 11: Número de Agregados Familiares em Condições Indignas, Parque Habitacional do Concelho da Marinha Grande, 2022

Condições Indignas: Precariedade	
Alojamento Temporário	320
Barracas	28
Total	378

Fonte: "ELH da Marinha Grande, 1.º Direito", Município da Marinha Grande, 2022

Os 378 agregados identificados em situação de precariedade abrangem dois tipos de alojamento indignos, o alojamento temporário e barracas os quais correspondem a 84,6% e 7,4% das situações de precariedade identificadas.

Ambas as situações são urgentes na adoção de uma solução definitiva já que os **alojamentos temporários são espaços cedidos a título solidário ou em casas de familiares.**

As situações de precariedade em construção de barraca estão associadas algumas famílias de minorias étnicas, realçando a etnia cigana e 20 agregados/pessoas em situação de sem-abrigo.

Para além destes, identificaram-se oito agregados que têm de desocupar o local que utilizam como residência permanente devido a: situações de violência doméstica, insolvência e não renovação de contrato.

5.2.3 Apoios Municipais ao Arrendamento e Habitação

O Município apoia famílias no acesso à habitação. A Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, com as alterações introduzidas posteriormente pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto, veio uniformizar os diversos regimes de renda existentes, passando desde então a vigorar o regime de renda apoiado.

5.3 Caracterização do Parque Habitacional Social da Marinha Grande

a) Número de Fogos

O concelho dispõe, à data de dezembro de 2024, de 265 fogos. Os dados mais recentes apontam para 217 fogos ocupados e 48 por preencher à data de análise.

Estes distribuem-se da seguinte forma:

Tabela 12: Distribuição Territorial do Parque Habitacional Social do Concelho da Marinha Grande

Distribuição Territorial Habitações Sociais do Município da Marinha Grande		
Morada	**Número de Fogos**	**Localização**
R. Professor Melo Vieira	40	Marinha Grande
Av. da Liberdade	37	Marinha Grande
R. Júlio Braga Barros	37	Marinha Grande
R. General Humberto Delgado	8	Marinha Grande
Pct. da Liberdade	58	Marinha Grande
R. António Lopes	21	Camarnal
R. Adriano Marques Nobre	20	Camarnal
R. Bairro do Camarnal	29	Camarnal
Tv. de Diu	1	Embra
R. da Charnequinha	8	Moita
Casal da Anja	6	Vieira de Leiria
Total	265 Fogos	

Fonte: Divisão de Assuntos Sociais, Município da Marinha Grande, 2024

Dos 217 fogos ocupados (taxa de ocupação de 81,9%), 209 (96,3%) encontram-se sob o regime de renda apoiada, enquanto 8 fogos (3,7%) estão cedidos a associações da comunidade para a prossecução da sua missão social.

Segundo o relatório de atividades municipal (1 de junho de 2024 a 31 de janeiro de 2025) da Divisão dos Assuntos Sociais, o Município mantém três apartamentos cedidos em regime de comodato, designadamente à Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, na freguesia da Marinha

Em regime de protocolo de parceria, tem duas habitações cedidas à Associação Novo Olhar II, para apoio à população em situação de sem abrigo, no âmbito do Projeto "Casa 22 – Apartamentos Partilhados".

Enquadrado no Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento do Projeto de Formação Técnico-Profissional na área da Metalomecânica e CNC, estabelecido entre o Município da Marinha Grande, o Governo de Cabo Verde e o Cenfim, encontram-se alocadas três habitações sociais por formandos de nacionalidade cabo-verdiana que se encontram a frequentar o curso de formação profissional.

a) Tipologias das Habitações Sociais

Tabela 13: Tipologia das Habitações Sociais do Parque Habitacional do Concelho da Marinha Grande, 2024

Tipologia das Habitações Sociais	
T1	19
T2	102
T3	111
T4	27
Desconhecido	6
Total	265

Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão dos Assuntos Sociais - Habitação Social, 2024

A caracterização do parque habitacional remete para tipologias predominantemente direcionadas para agregados constituídos por dois a três elementos, o que vai de encontro com a dimensão média das famílias residentes no concelho.

Síntese Conclusiva

A Habitação é um direito consagrado na constituição da República, desde 1976, e através do artigo 65.º expressa "todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condição de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar".

Os desafios do crescimento populacional e a caracterização social dos grupos etários e segmentos populacionais existentes colocam-se como desafios e barreiras à consagração deste direito.

Os dados estatísticos dos Censos 2011 e 2021 relativos aos agregados domésticos privados, revelam que:

Marinha Grande	Vieira de Leiria	Moita
¼ da população em agregado unipessoal	Maior % agregados domésticos unipessoais e unipessoais com mais de 65 anos	Maior % de agregados domésticos constituídos por 3 ou + indivíduos Maior % de famílias reconstituídas
¼ dos agregados com todos os membros reformados	Maior % de agregados com todos os membros reformados	2ª posição percentual com todos os membros reformados
Menor % da população com 65 + anos a sentir dificuldades	Maior % da população com 65+ anos a sentir dificuldades	2ª posição percentual da população com +65 anos a sentir dificuldades
Maior % em que todos os membros estão empregados	Menor % de agregados em que todos os membros estão empregados	2º posição percentual em que todos os membros estão empregados
2ª Posição de maior % de efetivos masculinos	Maior % de efetivos femininos	Maior % de efetivos masculinos

A freguesia de Vieira de Leiria é a mais envelhecida, seguido da freguesia da Moita e da Marinha Grande com população com 65 ou mais anos nos agregados domésticos privados com mais dificuldades na execução das tarefas básicas da vida diária o que marca a necessidade de uma abordagem da habitação para o envelhecimento integradora.

O setor da indústria transformadora traz mais estabilidade e maior proximidade com o centro urbano, o que pode explicar o fato de existir uma percentagem maior de membros todos empregados nos agregados domésticos da freguesia da Moita face a Vieira de Leiria com impactos negativos, causa de fatores endógenos associados à sazonalidade do emprego.

As estruturas familiares existentes nas freguesias apontam para o crescimento de núcleos de famílias reconstituídas e monoparentais e a redução dos núcleos familiares de casais com filhos, transversal às freguesias, e com maiores ganhos percentuais na Moita, seguido de Vieira de Leiria e Marinha Grande.

A Estratégia Local de Habitação datada de 2022 é um documento estratégico de diagnóstico e caracterização da população residente e define prioridades de intervenção ao nível do Parque

Habitacional do Município nas áreas da reabilitação e construção de novos fogos habitacionais tendo como base de materialização a candidatura no âmbito do PRR ao programa do 1.º Direito.

Dados da habitação social revelam a necessidade de melhoramentos e intervenção dos 265 fogos existentes, à data de dezembro de 2024, em que 217 se encontravam ativos e 48 vagos por necessidades de intervenção.

A nível municipal estão diagnosticadas e definidas estratégias futuras que visam colmatar as necessidades de habitação e melhoramento do parque habitacional baseado numa intervenção diferenciada, com base na identificação de vulnerabilidades sociais transversais: sociais, habitacionais, económicas e emocionais, dos agregados identificados.

O estudo revela que as maiores necessidades habitacionais se centram nos agregados com 3 ou mais elementos (35,2%) e agregados com 1 elemento ou unipessoais (35,5%).

As condições indignas identificadas e que devem ser alvo de intervenção são por ordem decrescente, a precariedade, a insalubridade e insegurança, a inadequação e barreiras de acesso e a sobrelotação.

A Estratégia Local prioriza a reabilitação e construção em determinados fogos e zonas tendo em consideração a alocação dos inquilinos com maiores vulnerabilidades para habitações adequadas às suas necessidades, nomeadamente: membros da comunidade cigana, pessoas com dificuldades ou deficiência, vítimas de violência doméstica e famílias alargadas.

Ao nível da intervenção está previsto a reabilitação e requalificação dos Blocos L e M, situados na Avenida da Liberdade, no Casal de Malta [2]. A intervenção abrange um edifício de habitação multifamiliar municipal, com 36 fogos, realizado em regime de custos controlados.

Além da reabilitação do interior das habitações, está prevista a qualificação do espaço público envolvente.

O atraso na execução do PRR a nível local tem sido um constrangimento apontado no atraso da implementação da estratégia local, estando as necessidades territoriais diagnosticadas.

[2] Disponível em Revista Municipal da Marinha Grande 2021-2025 pág. 17

CAPÍTULO II
DIMENSÃO TRANSVERSAL DE ANÁLISE

6. EDUCAÇÃO

Mundialmente, a Educação constitui um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) aprovados na Cimeira das Nações Unidas em 2015 no âmbito da Agenda 2030.

A Agenda 2030 integra 17 objetivos, a serem implementados nos próximos 15 anos, sendo a educação o objetivo n.º 4: Educação de Qualidade "Assegurar a educação de qualidade, inclusiva, qualitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos" e reconhecida como um dos motores de desenvolvimento sustentável.

Em Portugal, a Lei de Bases da Educação[3] estabelece o quadro legal e normativo do sistema Educativo Português e define que "todos os Portugueses têm direito à educação no termos da Constituição da República"[4], sendo da "responsabilidade do Estado a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares"[5].

Para além de garantir o acesso efetivo de todos os cidadãos à educação, a lei de bases determina a escolaridade obrigatória para crianças e jovens em idade escolar, a universalidade da educação a partir do pré-escolar, a igualdade de oportunidades e a formação de educadores e professores de forma a garantir a qualidade do ensino.

Nas últimas décadas é visível a transformação da dinâmica populacional nacional e local, refletido em indicadores como a/o densidade/volume populacional ou a estrutura etária.

Tais mudanças têm impacto na oferta e procura de serviços educativos, tendo o sistema de ensino desafios permanentes no que respeita à qualidade e o acesso efetivo e gratuito da educação para todos, nomeadamente das crianças e jovens, tal como definido na Convenção da Declaração Universal do Direitos das Crianças e na Lei de Bases da Educação.

[3] Lei n.º 46/86 publicada em DR n.º 237/1986, Série I
[4] Lei n.º 46/86, artigo 2.º, n.º 1
[5] Lei n.º 46/86, artigo 2 n.º 2

A priorização de políticas publicas destinadas à educação é essencial para um desenvolvimento humano, social e territorial participativo, saudável, sustentável e inclusivo tal como definido nas políticas educativas e estratégias europeias para uma educação digna e de qualidade.

6.1 Indicadores Sociodemográficos de Educação

a) Nível de Escolaridade

Tabela 14: População Residente (N.º) e Variação (%) por Local de Residência e Nível de Escolaridade em 2011 e 2021

	Ano de Referência	Nenhum	1ª CEB	2º CEB	3ºCEB	Secundário	Pós-Secundário	Superior	Total
Portugal	2011	1999754	2688308	1412580	1716970	1411801	88023	1244742	10 652 178
	2021	1346575	2218626	1129862	1641453	2119842	103820	1782888	10 343 066
Variação	%	- 32,7	-17,5	-20	-4,4	+ 50,1	+17,9	+43,2	-2,9
Centro	2011	466146	640510	297911	370419	290871	18427	243471	2 327 755
	2021	293287	542328	237977	351 545	437 262	22180	342 660	2 227 239
Variação %	%	-37,1	-15,3	-20	-5,1	+ 50,3	+20,4	+40,7	-4,3
Concelho Leiria	2011	23807	29727	16651	21764	17851	1301	15796	126897
	2021	16686	26122	13045	20574	26730	1687	23759	128603
Variação	%	-29,9	-12,1	-21,7	-5,5	+49,7	+29,7	+50,4	+1,3
Concelho Marinha Grande	2011	7177	9567	4922	7187	5809	369	3650	38681
	2021	4881	8067	3941	6946	9347	511	5331	39024
Variação	%	-32	-15,7	-19,9	-3,4	+60,9	+38,5	+46,1	+0,9
Marinha Grande	2011	5760	7429	3987	5895	4899	309	3134	31413
	2021	4104	6298	3191	5751	7948	426	4604	32322
Variação	%	-28,8	-15,2	-20	-2,4	+62,2	+37,9	+47	+2,9
Vieira de Leiria	2011	1147	1728	743	1014	743	47	423	5845
	2021	644	1444	593	948	1120	63	594	5406
Variação	%	- 43,9	-16,4	-20,2	-6,5	+50,7	+34	+40,4	-7,5
Moita	2011	270	410	192	278	167	13	93	1423
	2021	133	325	157	247	279	22	133	1296
Variação	%	-50,7	-20,7	-18,2	-11,2	+ 67,1	+69,2	+43	-9,8

Fonte: Produzido por Radar Social através da fonte: www.ine.pt, extraído a 23/06/25 às 16h21 e em https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011697 extraído a 23/05/25 às 11h01

Quando analisado o nível de instrução da população residente por localização constata-se que:

- O nível de Instrução alcançado pela população evoluiu ao longo das últimas décadas de forma expressiva.

No período 2011-2021, registam-se ganhos consideráveis ao nível da instrução da população residente, de salientar:

- A redução da população com níveis de instrução limitados ou nenhum, nomeadamente até ao 2.º ciclo com taxas de variação a rondar os 15-20% para o primeiro e segundo ciclo.
- A população com nenhum nível de instrução apresenta ganhos em literacia com uma redução na ordem dos 28-50%;
- O aumento de níveis de qualificação superiores, com destaque a partir do secundário, independentemente da localização em análise;
- O concelho da Marinha Grande apresenta um crescimento na ordem 60,9% da população com o Ensino Secundário, superior em cerca de 10% aos valores regionais e nacionais;
- Se analisado por freguesias as conquistas da população com o ensino secundário entre 2011 e 2021, são maiores nas freguesias da Moita, com um crescimento de +67,1%, na freguesia da Marinha Grande, com um crescimento de +62,2% e a freguesia de Vieira de Leiria, com um crescimento de +50,7%;
- O aumento da população residente com o Ensino Superior é maior no concelho de Leiria, pólo aglutinador de oferta de serviços de educação superior, com uma variação de +50,4%. No concelho, atinge um crescimento de +46,1% e na freguesia da Marinha Grande um crescimento de+47%. Nas freguesias da Moita e Vieira de Leiria atinge os 43% e os 40,4% respetivamente.

b) Nível de Escolaridade e Género

Tabela 15: População Residente (N.º) e Variação (%) no Concelho da Marinha Grande Segundo o Nível de Escolaridade e o Género em 2011 e 2021

Ano de Referência / Sexo / Nível Escolaridade	2011 HM	2021 HM	2011-2021 HM Variação %	2011 H	2021 H	2011-2021 H Variação %	2011 M	2021 M	2011-2021 M Variação %
Nenhum	7177	4881	-32	2977	2122	-28,7	4200	2759	-34,3
1º CEB	9567	8067	-15,7	4657	3811	-18,2	4910	4256	-13,3
2º CEB	4922	3941	-20	2775	2164	-22	2147	1777	-17,2
3º CEB	7187	6946	-3,4	3975	3856	-3	3212	3090	-3,8
Ensino Secundário	5809	9347	+60,9	2737	4631	+69,2	3072	4716	+53,5
Pós-secundário	369	511	+38,5	184	283	+53,8	185	228	+23,2
Ensino Superior	3650	5331	+46	1318	1974	+49,8	2332	3357	+43,9
Total	38681	39024	+0,9	18623	18841	+1,2	20058	20183	+0,6

Fonte: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005981&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 , extraído a 24/06/25 às 10h08 e https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011697, extraído a 25/05/25 às 11h01

Tabela 16: População Masculina Residente (N.º) por Região, Freguesia e Concelho, Nível de Instrução e Género em 2011-2021

Localização	Ano de Referência	Nenhum	1ª CEB	2º CEB	3ºCEB	Secundário	Pós-Secundário	Superior	Total População Residente
Portugal	2011	867850	1293408	769232	899270	678270	48165	490405	5046600
	2021	602 487	1013463	613177	874205	1044358	59748	712782	4920220
Variação %		-30,6	-21,6	-20,3	-2,8	+54%	+24%	+45,3	-2,50
Centro	2011	191642	314032	165237	198977	140217	10026	91132	1 111 263
	2021	125632	249974	131513	191615	217493	12720	131664	1 060 611
Variação	%	-34,4	-20,4	-20,4	-3,7	+55,1	+26,8	+44,5%	-4,6
Concelho Leiria	2011	10196	14785	9312	11829	8591	740	5866	61319
	2021	7431	12214	7325	11302	13458	1025	9103	61858
Variação	%	-27,1	-17,4	-21,3	-4,5	+56,7%	+38,5	+55,2	+0,9%
Marinha Grande C.	2011	2977	4657	2775	3975	2737	184	1318	18623
	2021	2122	3811	2164	3856	4631	283	1974	18841
Variação	%	-28,7%	-18,1%	-22	-3	+69,2	+53,8	+49,7	+1,2%
Marinha Grande	2011	2420	3590	2253	3253	2325	155	1151	15147
	2021	1803	2988	1736	3183	3955	235	1705	15605
Variação	%	-25,5	-16,8	-22,9	-1,76	+70,1	+51,6	+48,1	+3%
Vieira Leiria	2011	447	869	403	556	336	23	140	2774
	2021	269	684	332	541	531	33	217	2607
Variação	%	-39,8	-21,3	-17,6	-2,7	+58	+43,5	+55	-6
Moita	2011	110	198	119	166	76	6	27	702
	2021	50	139	96	132	145	15	52	629
Variação	%	-54,5	-29,8	-19,3	-20,5	+90,8	+150	+92,6	-10,4

Fonte: Produzido por Radar Social através www.ine.pt a 23/06/25 às 16h21 e em https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011697 extraído a 23/05/25 às 11h01

Das localidades em destaque, em 2021 constata-se que a perda de população residente masculina é observável em Portugal, na zona centro, nas freguesias de Vieira de Leiria e Moita.

Por sua vez o crescimento da população masculina por nível de instrução é positivo no concelho e freguesia da Marinha Grande e no concelho de Leiria.

O aumento da qualificação da população masculina é visível em todas as localidades, colocando em destaque o efetivo acesso de todos às mesmas oportunidades de desenvolvimento. A população masculina em termos de literacia sofreu um incremento no nível secundário de +90% na freguesia da Moita, +58% em Vieira de Leiria e +70% na freguesia da Marinha Grande, valores superiores aos dos macro territórios descritos.

Restantes níveis de qualificação elevados apresentam taxas de crescimento a acima dos 40% ou mais, com destaque para o Ensino Superior.

Tabela 17: População Feminina Residente (N.º) por Região, Freguesia e Concelho de Residência em 2011 e 2021 por Nível de Instrução e Género (M)

Localização	Ano de Referência	Nenhum	1º CEB	2º CEB	3ºCEB	Secundário	Pós-Secundário	Superior	Total População Residente
Portugal	2011	1131904	1394900	643348	817700	733531	39858	754337	5515578
	2021	744088	1205163	516685	767248	1075484	44072	1070106	5422846
Variação	%	-34,3	-13,6	-19,7	-6,2	+46,6	+10,6	+41,8	-1,6%
Centro	2011	274504	326478	132674	171442	150654	8401	152339	1216492
	2021	167655	292 354	106464	159930	219769	9460	210996	1166628
Variação	%	-38,9	-10,5	-19,8	-6,7	+45,9	+12,6	+38,5	-4,1
Concelho Leiria	2011	13611	14942	7339	9935	9260	561	9930	65578
	2021	9255	13908	5720	9272	13272	662	14656	66745
Variação	%	-32	-6,9	-22,1	-6,7	+43,3	+18	+47,6	+1,8
Marinha Grande C.	2011	4200	4910	2147	3212	3072	185	2332	20058
	2021	2759	4256	1777	3090	4716	228	3357	20183
Variação	%	-34,3	-13,3	-17,2	-0,9	+53,5	+23,2	+44	+0,6
Marinha Grande	2011	3340	3839	1734	2642	2574	154	1983	16266
	2021	2301	3310	1455	2568	3993	191	2899	16717
Variação	%	-31,3	-13,8	-16,1	-2,8	+55,1	+24	+46,2	+2,8
Vieira Leiria	2011	700	859	340	458	407	24	283	3071
	2021	375	760	261	407	589	30	377	2799
Variação	%	-46,4	-11,5	-23,2	-11,1	+44,7	+25%	+33,2	-8,9%
Moita	2011	160	212	73	112	91	7	66	721
	2021	83	186	61	115	134	7	81	667
Variação	%	-92,8	-12,3	-16,4	+2,7	+47,3	0	+22,7	-7,5

Fonte: Produzido por Radar Social a partir de a 23/06/25 às 16h21 e em https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011697 extraído a 23/05/25 às 11h01

Das localidades em destaque, em 2021 constata-se que a perda de população residente feminina é observável em Portugal, na zona centro, nas freguesias de Vieira de Leiria e Moita.

Por sua vez, o crescimento da população feminina por nível de instrução é positivo no concelho e freguesia da Marinha Grande e no concelho de Leiria.

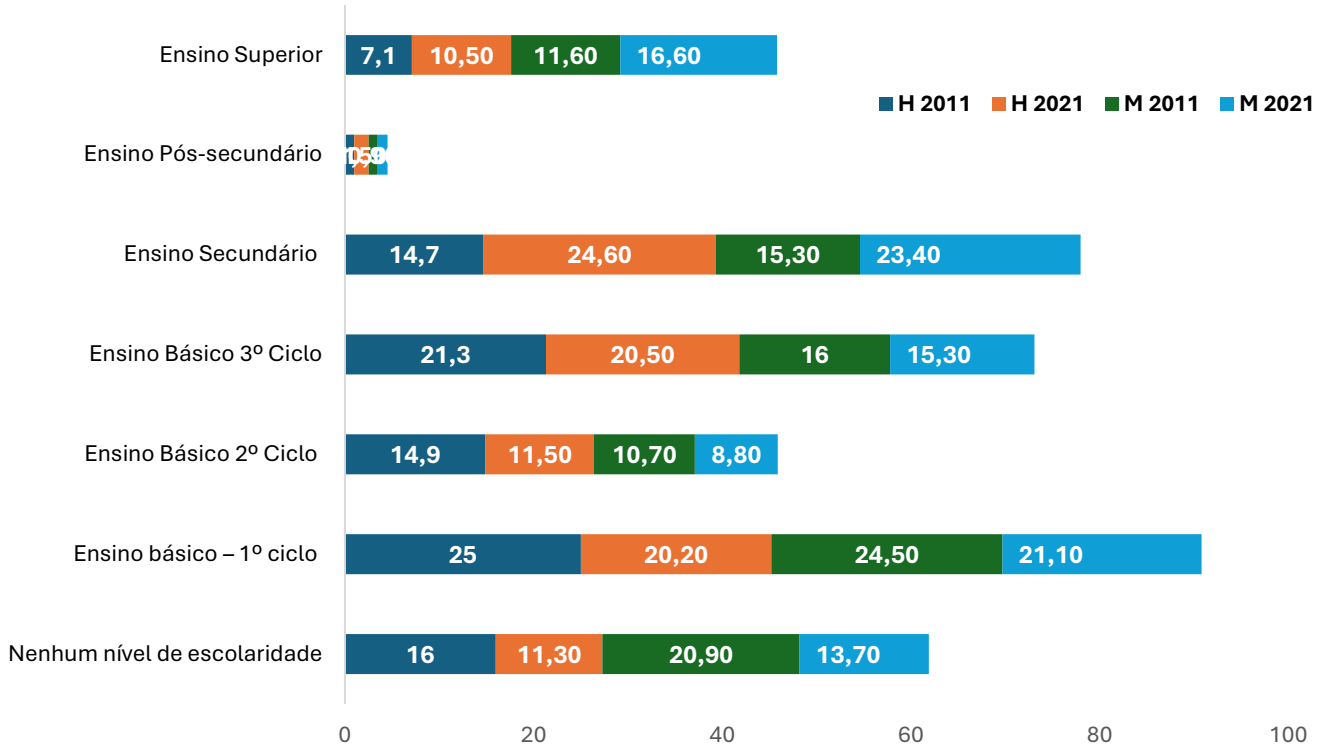
Ao contrário dos resultados obtidos pela população masculina, a população feminina em termos de literacia sofreu um incremento no nível secundário de 47% na freguesia da Moita e 55% na freguesia da Marinha Grande, valores onde o crescimento do nível de instrução foi mais elevado.

Destaque para os níveis de ensino superiores ao secundário, cujos valores de crescimento são mais reduzidos na Moita, cerca de 22,7%, comparativamente ao obtido pela população masculina para a mesma zona, cerca de 92,6%.

O ensino pós-secundário atrai mais população masculina do que feminina, os valores de crescimento variam entre os 38% e os 150%, apresentando taxas de crescimento, independentemente do género, superiores aos valores Nacionais, o que ressalva a existência de uma forte dinâmica empresarial articulada com a educação e o mercado de trabalho através da via profissionalizante e especializada do ensino.

No caso das mulheres, o ensino pós-secundário é menos atrativo, rondando um incremento de +10,6% a nível nacional e superior a nível local, com taxas de incremento que variam entre os +12% e os +25%.

Figura 7: % População Residente no Concelho da Marinha Grande, por Nível de Escolaridade e Género, em 2011 e 2021



Fonte: Por Radar Social, disponível em www.Ine.pt, extraído em junho de 2025

Em termos proporcionais constata-se:

- O género feminino foi o que obteve maiores ganhos de literacia, reduzindo de 20,9% a população em 2011 sem nenhuma escolaridade para 13,70% em 2021;
- A percentagem de população feminina que possui o Ensino Básico, em 2021 é de 45,2% e a masculina de 52,2%. Em ambos há uma redução face a 2011;
- No Ensino Secundário a distribuição da população por género apresenta poucas disparidades, cerca de 25% da população residente em 2021 com o ensino secundário é masculina e 23,4% é feminina.
- Em termos de escolarização por géneros, em 2021, a proporção de mulheres residentes com o Ensino Superior é maior face aos homens, 16,6% e 10,5% respetivamente, sendo esta a maior diferença a assinalar na distribuição dos níveis de qualificação da população, corroborando a afirmação de que o ensino superior é mais atrativo para o público feminino.

c) Taxa de Analfabetismo

Tabela 18: Taxa de Analfabetismo (%) e Variação (%) por Localização e Género em 2011 e 2021

Localização	Ano de Referência	HM	H	M
Portugal	2011	5,22	3,51	6,77
	2021	3,08	2,1	3,96
Variação	%	-41	-40,2	-41,5
Centro	2011	6,38	4,02	8,5
	2021	3,65	2,31	**4,84**
Variação	%	-42,8	-42,5	-43,1
Concelho Leiria	2011	4,64	2,6	6,52
	2021	2,66	1,63	**3,61**
Variação	%	-42,7	-37,3	-44,6
Marinha Grande C.	2011	4,85	2,46	7,05
	2021	**2,81**	1,59	**3,95**
Variação	%	-42,1	-35,4	-44
Marinha Grande	2011	4,54	2,42	6,51
	2021	**2,75**	1,57	**3,85**
Variação	%	- 39,4	-35,1	-40,9
Vieira Leiria	2011	6,05	2,55	9,16
	2021	**3,03**	1,65	**4,31**
Variação	%	-49,9	-32,3	-52,9
Moita	2011	6,59	3,35	10,14
	2021	**2,97**	1,85	**4,77**
Variação	%	-54,9	-44,8	-53

Fonte: Produzido por Radar Social, a partir de https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011606, extraído a 23/05/25 às 14h14

No que respeita à taxa de analfabetismo, e de acordo com os dados dos Censos em 2021, cerca de 2,81% das pessoas com 10 ou mais anos residentes no concelho da Marinha Grande não sabe ler nem escrever, isto significa que 2,81% são incapazes de ler e compreender uma frase escrita ou escrever uma frase completa.

Se analisado por freguesias, em 2021 verificamos que a taxa de analfabetismo é mais reduzida na freguesia da Marinha Grande (2,75%), território centralizado e urbanizado onde predominam os setores da indústria transformadora, face às freguesias com um carácter mais ruralizado ou piscatório como é o exemplo da Moita (2,97) e de Vieira de Leiria (3,03%).

No seu conjunto, o concelho da Marinha Grande apresenta, em 2021, uma taxa de analfabetismo inferior à média Nacional – 2,81% face a 3,08% respetivamente. No entanto, a Região Centro regista um valor ligeiramente superior, situando-se nos 3,65%.

Ao analisar a variação da taxa de analfabetismo por freguesias e género da população conclui-se que:

- A variação da taxa de analfabetismo no período dos Censos 2011-2021 reduziu em todas as regiões, concelhos e freguesias apresentando ganhos em literacia entre os 39% e os 55% em ambos os géneros;
- Embora com taxas mais reduzidas no grupo dos homens, os ganhos em literacia no grupo das mulheres são superiores. Nas mulheres a redução da taxa de analfabetismo atinge valores superiores ao valor Nacional (41,5%) no horizonte de 10 anos, sendo que nas freguesias da Moita e Vieira de Leiria esse ganho foi de 53% enquanto para os homens foi de 32,3% e 44,8% respetivamente;
- Apesar das conquistas da última década, existem disparidades de género observáveis através da análise da taxa de analfabetismo, é possível verificar taxas reduzidas abaixo do valor nacional para os homens praticamente em todas as localidades, com exceção da zona Centro. Nas mulheres a taxe de analfabetismo na freguesia da Marinha Grande e no concelho de Leiria apresenta-se inferior aos valores nacionais.

6.2 Indicadores de Desempenho Escolar

a) Taxa Bruta de Escolarização

A taxa bruta de escolarização relaciona em termos percentuais a população que está a frequentar um grau de ensino, ou seja, o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudos.

Tabela 19: Taxa Bruta de Pré-Escolarização e Escolarização do Ensino Básico e Secundário em Portugal e no Concelho da Marinha Grande, Anos Letivos 2013/2014 a 2022/2023

	Ano Letivo	Taxa bruta de Pré Escolarização Ensino Básico	Taxa bruta de Escolarização Ensino Básico	Taxa bruta de Escolarização Ensino Secundário
Portugal	2013/2014	88.8	109.8	116.4
	2014/2015	90	109.7	117.5
	2015/2016	90.6	109	114.7
	2016/2017	94.4	108.3	118.3
	2017/2018	94.2	108.3	120.8
	2018/2019	97	108.4	124
	2019/2020	98	108.6	123.3
	2020/2021	96.2	108.4	124.3
	2021/2022	98.3	110.4	126.9
	2022/2023	99.4	112	126.9
Marinha Grande	2013/2014	84.5	104.5	127
	2014/2015	89.2	105	131
	2015/2016	90	105.3	136.4
	2016/2017	95	104.6	133.4
	2017/2018	98.1	107.3	149.7
	2018/2019	99.3	107	142.6
	2019/2020	102.1	109.4	135.5
	2020/2021	96.6	111.5	138.6
	2021/2022	100.6	114.7	138.1
	2022/2023	104.7	117.1	152

Fonte: disponível em: https://estatisticas-educacao.dgeec.medu.pt/regioesemnumeros/caracterizacao_geral.asp; extraído a 30/06/25 às17h31

Comparativamente com os valores Nacionais, o concelho da Marinha Grande apresenta taxas de pré escolarização e escolarização superiores.

Com base na análise da tabela 19 conclui-se que no ano letivo 2022/2023, cerca de 104,7% da população em idade normal de frequência da pré-escolar se encontrava neste nível de ensino;117,1% no ensino básico e 152% no ensino secundário.

Os rácios superiores em 100% revelam o excesso do número de crianças face à população residente em idade escolar, que deverão ser, fenómenos de retenção e desistência e o fato da rede educativa concelhia absorver alunos provenientes de concelhos limítrofes.

Tabela 20: Taxa Bruta de Pré-Escolarização e Escolarização do Ensino Básico e Secundário em Portugal e no Concelho da Marinha Grande, por Género, Anos Letivos 2013/2014 a 2022/2023

	Ano Letivo	Pré Escolarização		Escolarização CEB		Escolarização Secundário	
		H	M	H	M	H	M
Marinha Grande	2013/2014	85.4	83.6	106.3	102.6	122.6	131.3
	2014/2015	89.5	88.8	107.4	102.5	127.9	134
	2015/2016	89.8	90.2	106.5	104.1	127.7	145.8
	2016/2017	97.8	92.2	106.4	102.8	122	146.2
	2017/2018	101.5	94.7	107.1	107.5	140.1	161.1
	2018/2019	99.6	99.1	106.6	107.3	135.2	150.5
	2019/2020	102.6	101.7	110.3	108.4	128.5	142.8
	2020/2021	95.3	97.7	112.3	110.7	136.1	141.1
	2021/2022	99.8	101.3	115.5	113.8	127.4	148.6
	2022/2023	105.9	103.5	116.8	117.3	143.8	159.4

Fonte: disponível em Regiões em Números - Educação -Indicadores - Taxas de escolarização extraído a 04/07/25 às 12h00

Em 2022/2023, no concelho a taxa de escolarização entre géneros atinge valores superiores aos 100%, com destaque para a população feminina no nível CEB e Secundário.

b) Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Superior

Tabela 21: Taxa Bruta (%) de Escolarização do Ensino Superior por Região e Concelho nos Anos Letivos 2013/2014; 2022/2024 e 2023/2024

Localização	Ano Letivo	Nível de Ensino Superior
Portugal	2013/2014	31,2
	2022/2023	42,5
	2023/2024	43,1
Centro	2013/2014	35,2
	2022/2023	46,9
	2023/2024	46,6
Concelho Leiria	2013/2014	46,2
	2022/2023	84,4
	2023/2024	82,2
Marinha Grande C.	2013/2014	0,3
	2022/2023	11,2
	2023/2024	6,6

Fonte: http://www.ine.pt; extraído em 23/05/25 às 12h19

A Taxa Bruta de Escolarização da população residente (tabela 21) informa que em 2023/2024 apenas 6,6% da população residente em idade de frequentar o ensino superior se encontra matriculada no ensino superior.

Comparativamente com 2022/2023 regista-se uma redução percentual de -4,6% de jovens residentes a frequentar o ensino superior.

Os valores registados apresentam grandes diferenças percentuais face às localizações do concelho de Leiria, que atinge valores acima dos 80%.

c) Taxa de Retenção e Desistência

A taxa de retenção e desistência diz respeito aos alunos que se encontram numa situação de retenção, consequente do não aproveitamento do aluno, por este não cumprir os requisitos previstos na legislação em vigor para a frequência do ano escolaridade seguinte ao que se encontra, ou numa situação de desistência, consequente do abandono do aluno ou formando da frequência das atividades escolares, por um período de formação ou de uma ou mais disciplinas. De salientar que na desistência é incluído o abandono escolar, a anulação da matrícula e a exclusão por excesso de faltas.

Tabela 22: Taxa de Retenção, Desistência e Não Conclusão por Nível de Ensino 2013-2023

Localização	Ano Letivo	Ensino Básico	1º CEB	2ºCEB	3º CEB	Secundário
Portugal	2013/2014	10	5	11.4	15.1	18.5
	2014/2015	7.9	4.1	8.6	12.3	16.6
	2015/2016	6.6	3.7	6.7	10	15.7
	2016/2017	5.5	3	5.8	8.5	15.1
	2017/2018	5.1	2.8	5.3	7.8	13.9
	2018/2019	3.8	2.1	3.8	5.8	13.1
	2019/2020	2.2	1.4	2.4	3	8.5
	2020/2021	3.1	2.1	3.3	4.3	8.3
	2021/2022	3.1	1.8	3.1	4.5	8.6
	2022/2023	3.8	1.9	3.6	6.2	9.8
Marinha Grande	2013/2014	4.7	3.3	6.1	5.4	12.9
	2014/2015	3.9	3.3	3.8	4.7	9.7
	2015/2016	3.4	1.7	2	6.5	12.3
	2016/2017	2.7	1.5	3	3.9	10.9
	2017/2018	2.5	1.3	1.1	4.7	9
	2018/2019	2.5	1	2.8	4	8.2
	2019/2020	1	1.3	0.7	0.7	6.3
	2020/2021	1.1	0.9	1.9	0.8	6.4
	2021/2022	1.7	1.4	2.8	1.3	5.4
	2022/2023	2.5	1.2	4.2	3	7

Fonte: https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2019/11/15/taxa-de-retencao-e-desistencia/#:~:text=A%20taxa%20de%20retenção%20e%20desistência%20diz%20respeito,disciplinas%20no%20decurso%20de%20um%20ano%20letivo”%20%28DGEEC%29, extraído a 04/07/25 às 12h15

A nível nacional as taxas de retenção e desistência são superiores aos valores concelhios, com exeção do 2ºCEB.

- No que respeita à taxa de retenção, desistência e não conclusão observa-se a sua diminuição gradual em todos os níveis de ensino no período 2011-2021.
- Os percursos escolares marcados pela retenção intensificam-se no 2.º ciclo (4,2%), tendo o Ensino Básico no seu total uma taxa de retenção de 2,5%. O Ensino Secundário é aquele que apresenta uma maior taxa de retenção, desistência e não conclusão (7%).
- No Ensino Básico o ano que apresenta menores taxas de retenção e desistência é o ano letivo de 2019/2020 com taxas próximas e à volta de 1%. No Ensino Secundário o ano letivo que apresenta uma menor taxa de retenção e desistência é o ano de 2021/2022 com uma taxa de 5,4%.

Tabela 23: Taxa de Retenção, Desistência e Não Conclusão por Género 2013/2014 a 2022/2023

Localização	Ano Letivo	Ensino Básico		1º CEB		2ºCEB		3º CEB		Secundário			
										Humanísticas		Profissional	
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Marinha Grande	2013/2014	5.4	3.9	3.1	3.6	8.2	3.8	6.3	4.5	18.3	14.6	11.4	3.7
	2014/2015	5.2	2.5	3.8	2.7	5.8	1.5	6.3	3	13.2	8.3	11.6	5.3
	2015/2016	4.8	2	1.9	1.5	2.8	1	9.5	3.2	15.1	10	14.7	9.9
	2016/2017	3.4	1.9	1.3	1.7	4.5	1.3	5.1	2.6	17.4	10.9	7.3	6.5
	2017/2018	3.2	1.7	1.6	1.1	1.8	**0.5**	6.1	3.4	15.4	10.6	**5.6**	**1.8**
	2018/2019	3.4	1.6	1.5	**0.6**	4.5	1.2	5	3	10.9	7.3	6	9
	2019/2020	1.2	**0.7**	1.2	1.5	1.2	**0.3**	1.1	**0.3**	5	4.3	12.1	4.3
	2020/2021	1.4	**0.7**	1.4	**0.7**	2.5	1.1	1.1	**0.5**	**4.1**	6.9	10.7	6.9
	2021/2022	2	**0.9**	2	**0.9**	3	2.6	1.3	1.2	5.9	5.8	6.2	5.8
	2022/2023	3.5	**0.9**	1.5	**0.9**	5.7	2.7	4.3	1.4	10.3	**2.9**	6.4	2.9

Fonte: Por Radar Social, a partir de www.ine.pt

A fragmentação por género, informa:

- As taxas de retenção são, em todos os níveis de ensino mais elevadas nos homens, geralmente o dobro;
- Os níveis de ensino com as taxas de retenção mais elevadas, em 2022/2023 são, no caso do género masculino, o Ensino Secundário Humanístico com 10,3%, seguido do Secundário Profissional com 6,4%. Apesar de serem os valores mais elevados, são inferiores aos valores nacionais.
- No Ensino Básico, o 2.º CEB apresenta a taxa de retenção no género masculino é de 5,7%.
- As taxas de retenção, do género feminino comparativamente ao género masculino, são menos elevadas, sendo a taxa máxima apresentada em 2022/2023 de 2,9% no Ensino Secundário em ambas as vertentes e de 2,7% no 2.º CEB.

d) Taxa de Transição e Conclusão do Ensino Básico

Tabela 24: Taxa (%) de Transição e Conclusão do Ensino Básico por Região, Distrito, Concelho nos Anos Letivos 2013/2014 e 2022/2023

Localização	Ano de Referência	Ensino Básico
Portugal	2013/2014	90
	2022/2023	96,2
Centro	2013/2014	91,2
	2022/2023	96,6
Concelho Leiria	2013/2014	93,5
	2022/2023	97,2
Marinha Grande C.	2013/2014	95,3
	2022/2023	97,5

Fonte: http://www.ine.pt; extraído em 23/05/25 às 12h19

Tabela 25: Taxa (%) de Transição e Conclusão do Ensino Básico e Variação (%) por Localização nos Anos Letivos 2013/2014 e 2022/2023

Localização	Ano de Referência	Ensino Secundário	Cursos Gerais Científico Humanistas	Cursos Tecnológicos Profissionais
Portugal	2013/2014	81,4	78,9	85,8
	2023/2024	90,4	90,7	89,4
	Variação 2013-2023	+11,1	+15	+4,2
Centro	2013/2014	82,6	80,3	86,2
	2022/2023	92,4	93	91,5
	Variação 2013-2023	+11,9	+15,8	+6,1
Concelho Leiria	2013/2014	81,6	80,5	83,8
	2022/2023	90,9	98,3	89,1
	Variação 2013-2023	+11,4	+22,1	+6,3
Marinha Grande C.	2013/2014	87,1	83,8	92,2
	2022/2023	93	91,7	95,1
	Variação 2013-2023	+6,8	+9,4	+3,1

Fonte: Por Radar Social, a partir de Portal do INE, extraído a 30/08/25 às13h10

O sucesso do concelho nesta área é notório com indicadores na área tecnológica e profissional expressivos, superiores aos nacionais e regionais em 2022/2023, com uma taxa de sucesso de 95,1%.

As taxas de incremento são positivas em todas as localizações em análise. O concelho beneficia da curta distância em relação ao concelho de Leiria que apresenta uma oferta educativa complementar.

Os resultados dos indicadores apresentados, pressupõe uma oferta de serviços educativos que responde às necessidades da população, potencia a proximidade entre o ensino profissional e o mercado de trabalho e apresenta percursos formativos diversificados que promovem o crescimento individual.

6.3 Oferta de Educação e Formação do Sistema de Ensino Português: Ensino Básico a Secundário

O Ensino Profissional, enquadrado pela Lei de Bases do Sistema educativo e Decretos-Lei n.º 401/91 e 405/01 apresenta duas formas distintas de organização.

A Formação Profissional inserida no sistema educativo, dependente do Ministério da Educação e a Formação Profissional inserida no mercado de emprego, dependente do Ministério da Economia e do Emprego.

As duas ofertas diferenciam-se pelas características das ofertas formativas e seus destinatários e articulam-se pelos princípios, finalidades, processos de certificação e principais conceitos, existindo uma relação entre ambas no que concerne às saídas profissionais e respetivos níveis de qualificação.

6.3.1 Ensino Básico e Secundário

Tabela 26: Oferta de Educação e Formação do Sistema de Ensino Português: Ensino Básico e Secundário (2022/2023)

Designação	Nível de Ensino				Certificação			
	Básico			Secundário	Básico			Secundário
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Cursos Gerais					1º CEB	N1 CE[6]	N2 CE	
Cursos Científico-Humanísticas								N3 CE
Cursos com planos próprios								N4 DC[7]
Ensino Artístico Especializado:								
Música						N1 CE	N2 CE	N3 CE
Dança						N1 CE	N2 CE	N4 DC
Teatro						N1 CE	N2 CE	N3 CE
Artes Visuais e Audiovisuais								N4 DC
Ensino Profissional								
Cursos Profissionais							N2 CE	N4 DC
Cursos de Aprendizagem								N4 DC
Ensino Recorrente								
Básico						N1 CE	N2 CE	
Curso Científico Humanísticos								N3 CE
Cursos de Educação e Formação (CEF)						N1 DC	N2 DC	N4 DC
Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)					CE	N1 CE	N2 CE	N4 CE
Percursos Curriculares Alternativos (PCA)					CE	N1 CE	N2 CE	
Programas Integrados de Educação e Formação (PIEF)					CE	N1 CE	N2 CE	
Vias de Conclusão Ensino Secundário								
Cursos Científico-Humanísticos								N3 CE
Cursos com Planos Próprios								N4 DC
Reconhecimento, Validação e Certificação de Competência (RVCC Escolar)					CE	N1 CE	N2 CE	N3 CE
Formações Modulares					CE	N1 CE	N2 DC	N4 DC

Fonte: Por Radar Social, a partir de: "Estatísticas da Educação 2022/2023", Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), págs. 28-33

A escola representa um vetor fundamental no desenvolvimento sustentado das sociedades, possibilitando a todos os cidadãos a oportunidade de acesso ao ensino. O artigo n.º 74, alínea 1, da Constituição da República Portuguesa, refere que todos os cidadãos têm direito ao ensino com a garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar, tendo o Estado de criar uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubram as necessidades de toda a comunidade.

[6] CE Certificação Escolar
[7] DC Dupla Certificação: Escolar e Profissional

Por conseguinte, o Sistema de Ensino Português é constituído por uma variedade de percursos escolares que permitem obter a escolaridade mínima obrigatória de acordo com as necessidades e histórico pessoal de cada criança ou indivíduo fazendo da aprendizagem um processo contínuo ou intervalado ao longo da vida e não limitado em termos de idade, tornando o ensino acessível a todos os cidadãos independentemente da religião, género, idade e nacionalidade.

A certificação escolar respeita à atribuição de uma certificação que confere um nível de escolaridade.

A Certificação Profissional permite o acesso a uma profissão ou atividade profissional.

A Dupla Certificação designa a certificação conferida através do reconhecimento da certificação escolar e profissional em simultâneo.

Orientado para a formação de adultos, ou seja, formação para indivíduos com mais de 18 anos, estão os seguintes tipos de percursos formativos: Educação e Formação de Adultos (EFA); Formações Modulares; Ensino Recorrente; Vias de Conclusão do Ensino Secundário e os processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de competências (RVCC).

A Taxa de Participação dos jovens em cursos de dupla certificação no Ensino Secundário na Marinha Grande no ano letivo 2022/2023 é de 40,3%, superior à taxa de participação do concelho de Leiria que atinge os 33,5% e Nacional que representa os 38,9%[8].

a) Descrição dos critérios de acesso e nível de qualificação da oferta formativa do Sistema de Ensino Português 2022/2023

- **Cursos Gerais**
- **Cursos Científico Humanísticas**
- **Cursos com planos próprios**

Os **Cursos com Planos Próprios** respeitam a um percurso educativo e formativo do Ensino Secundário com dupla certificação, de nível 4, e visam desenvolver competências sociais, científicas e profissionais essenciais ao exercício de uma atividade profissional ou prosseguimento de estudos.

É adotado um plano curricular específico, concebido pela escola. Estes cursos são criados através de portaria, publicada para cada estabelecimento de ensino e têm a duração de três anos, integrando componentes de formação geral, científica, tecnológica e em contexto de trabalho.

Para aceder a este curso, é necessário ter concluído o 9.º ano ou formação equivalente.

[8] Disponível em AER2023_II_02.xlsx

- **Ensino Artístico Especializado**

O Ensino Artístico Especializado, é orientado para o prosseguimento de estudos especializados e/ou para a inserção no mercado de trabalho, consoante a área artística.

Compreende três regimes de frequência distintos: integrado, articulado e supletivo.

No regime integrado os alunos frequentam todas as componentes do currículo no mesmo estabelecimento de ensino; no articulado as disciplinas da componente artística especializada são asseguradas por uma escola do ensino artístico e as restantes componentes por uma escola de ensino geral; no supletivo a formação é condicionada à componente de formação artística especializada dos planos de estudo dos cursos básico de música ou às componentes de formação científica e técnica artística nos cursos secundários de música.

No Ensino Básico os cursos na área da dança, música e teatro, conferem o nível 2 do Quadro Nacional de Qualificações e é atribuída uma certificação escolar.

No Ensino Secundário os cursos na área da Dança e das Artes Visuais e Audiovisuais conferem o nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações e a atribuição de dupla certificação. Na área da música é atribuído o nível 3 e a certificação escolar.

- **Ensino Profissional**

O Ensino Profissional é um tipo de ensino com o objetivo imediato a preparação técnica e científica para o exercício de uma profissão.

Os cursos profissionais são indicados para quem concluiu o 9.º ano ou tem uma formação equivalente e procura uma formação mais prática orientada para o mercado de trabalho ou prosseguimento dos estudos superiores.

Conferem a dupla certificação.

- **Cursos de Aprendizagem[9]**

Doravante designados “Cursos de Aprendizagem” e” Cursos de Aprendizagem” são cursos de aprendizagem que conferem uma qualificação de nível 4 ou 5 e designam um percurso de formação em alternância conferindo a dupla certificação, isto é, promovem o desenvolvimento de competências sociais, científicas e profissionais, centralizados numa forte componente de formação realizada em contexto de trabalho e permitem o acesso ao ensino pós-secundário e superior.

[9] Portaria nº70/2022,de 2 de fevereiro, versão consolidada, na sua redação atual

Os Cursos de Aprendizagem de nível 4 são indicados para jovens que à data de início da formação tenham concluído o 9.º ano ou sejam titulares de formação legalmente equivalente e tenham até 29 anos, inclusive.

- **Ensino Recorrente**

Tipo de ensino que se destina a pessoas com ≥ 15 anos para quem tem o objetivo de terminar o Ensino Básico e pessoas com ≥18 anos para quem tem o objetivo de terminar o Secundário. Ambos estão orientados para quem não completou o Ensino Básico ou Secundário ou não usufruiu na idade definida na legislação em vigor.

- **Cursos de Educação e Formação (CEF)**

Curso do Ensino Básico ou Secundário destinado a jovens, a partir dos 15 anos, com o 1.º ciclo completo e em risco de abandono escolar e que abandonaram o sistema de educação e formação antes de concluir a escolaridade obrigatória ou que tenha concluído, mas não possua uma qualificação profissional.

Este curso está orientado para a inserção no mercado de trabalho, permite o prosseguimento de estudos e confere Dupla Certificação (nível 2 ou 4).

- **Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)**

Educação e Formação dirigida a adultos com o objetivo de melhorar qualificações escolares e/ou profissionais, adquirir e desenvolver competências com o objetivo de concluir um nível de escolaridade e/ou atualizar os conhecimentos numa área específica.

- **Percursos Curriculares Alternativos (PCA)**

Consiste num programa do Ensino Básico geral que visa uma pedagogia diferenciada para o aluno que, estando na escolaridade obrigatória, apresenta insucesso escolar repetido, problemas de integração, risco de abandono/exclusão e/ou dificuldades de aprendizagem.

Destina-se a crianças e jovens até aos 15 anos e compreende o 1.º ciclo, o 2.º ciclo e o 3.º Ciclo do Ensino Básico.

Confere Certificação Escolar e Certificação Escolar nível 1 e nível 2.

- **Programas Integrados de Educação e Formação (PIEF)**

Consiste num programa do ensino básico geral direcionado para a reinserção escolar, através da integração em percursos alternativos de educação e/ou formação ou extraescolares tendo em vista o cumprimento da escolaridade obrigatória.

Destina-se a jovens a partir dos 15 anos, em situação de exploração de trabalho infantil, ou a menores com idade igual ou superior a 16 anos que celebrem contratos de trabalho, tem duração variável e confere certificação escolar ou dupla certificação.

- **Vias de Conclusão do Ensino Secundário**

Oferta educativa e formativa para pessoas com idade igual ou superior a 18 anos que tenha frequentado um plano de estudos já extinto ou em processo de extinção e tendo até seis disciplinas/ano por concluir, como limite máximo.

O indivíduo pode optar por dois percursos principais: realização de exames num estabelecimento de ensino ou conclusão de unidades de formação de curta duração (UFCD) do Catálogo Nacional de Qualificações

- **Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)**

Processo Formativo que permite o reconhecimento, a validação e a certificação de competências escolares e/ou profissionais, adquiridas ao longo da vida em contextos formais, não formais e informais, através do desenvolvimento de atividades específicas e de um conjunto de instrumentos de avaliação adequados.

Destina-se a adultos com idade igual ou superior a 18 anos e confere o 1.º, 2.º ou 3.º ciclos do Ensino Básico, o Ensino Secundário e os níveis de qualificação 2 e 4 do Quadro Nacional de Qualificações.

- **Formações Modulares**

As Formações Modulares Certificadas (FMC) estão organizadas em Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) ou Unidades de Competência (UC) com o objetivo de promover o acesso a qualificação, através de percursos flexíveis, modularizados e capitalizáveis. Tem como base de referência os referenciais de formação integrados no Catálogo Nacional de Qualificações[10].

[10] Portaria n.º 66/2022, de 1 de fevereiro – versão consolidada

As FMC destinam-se a adultos com idade ≥ 18 anos, sem a qualificação adequada para a inserção ou progressão no mercado de trabalho e prioritariamente sem a conclusão do Ensino Básico ou Secundário.

As Formações Modulares Certificadas para além de se desenvolverem nos estabelecimentos de ensino, podem desenvolver-se em unidades orgânicas tituladas pelo ministério da economia e do trabalho.

Ensino Pós-Secundário

- **Cursos de Especialização Tecnológica (CET)[11]**

Respeita a um percurso de formação pós-secundário não superior e visam conferir uma qualificação baseada em formação técnica e especializada. Conferem o nível 5 de qualificação do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), estando organizado em três componentes de formação: geral e científica; tecnológica; em contexto de trabalho.

Para ter acesso a esta formação é necessário ter idade ≥ 18 anos e que cumpram um dos seguintes requisitos: sejam titulares de um curso de Ensino Secundário ou legalmente equiparado que pretendam a qualificação ou reconversão profissional; tendo concluído o Ensino Básico, estejam a frequentar umas das modalidades de educação ou formação ou um processo de RVCC; sejam titulares de um diploma ou Certificado de nível 5 do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), de um diploma de especialização tecnológica ou de um grau ou diploma de Ensino Superior e que pretendam a requalificação profissional.

A tipologia desta formação pode funcionar em estabelecimentos de ensino público ou privado; Centros de Formação Profissional da Rede do Instituto e Formação Profissional I.P, Escolas Tecnológicas; Escolas de Hotelaria e Turismo do Instituto do Turismo de Portugal I.P. e outras entidades formadoras certificadas.

- **Cursos de Aprendizagem+**

Os “Cursos de Aprendizagem+” de nível 5 são indicados para adultos que à data de início da formação tenham idade compreendida entre os 18 e os 29 anos e sigam uma das seguintes condições: sejam titulares do curso de Ensino Secundário ou de habilitação legalmente equivalente; tenham concluído o nível básico de educação e estejam a frequentar uma das modalidades de educação e formação ou um processo de RVCC; sejam titulares de um diploma ou certificado de nível 5 do QNQ, de um diploma

[11] DL n.º 88/2006, de 23 de maio, alterado pelo DL n.º 39/2022, de 31 de maio

de especialização tecnológica ou grau/diploma do ensino superior e pretendam uma requalificação profissional.

6.3.2 Ensino Tutelado pelo Ministério da Educação: Rede Pública e Privada:

a) Parque Escolar da Marinha Grande

O parque escolar do Concelho da Marinha Grande é composto por 3 agrupamentos escolares, designadamente:

Tabela 27: Descritivo dos Agrupamentos Escolares Existentes no Concelho da Marinha Grande

Agrupamentos Escolares no Município da Marinha Grande
Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente
Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente
Agrupamento de Escolas de Vieira Leiria

Fonte: Divisão de Educação, Município Marinha Grande 2024/2025

O concelho da Marinha Grande possui, no ano letivo de 2024/2025, 18 estabelecimentos públicos de ensino, na dependência do Ministério de Educação, integrados em 3 unidades orgânicas distintas: - Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente (9 estabelecimentos escolares); - Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente (7 estabelecimentos escolares); - Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria (2 estabelecimentos escolares).

6.3.3 Educação Pré-Escolar

A Educação Pré-Escolar é facultativa e destina-se a crianças com idades entre os 3 anos e a idade de ingresso no Ensino Básico. Tem como objetivo geral promover o desenvolvimento pessoal e social da criança e das competências para o ingresso nas seguintes etapas educativas de forma mais sustentada e equilibrada.

O Decreto-Lei n. º147/97, de 11 de junho consolida as partes integrantes da rede de ensino e integra uma rede pública, promovida pela iniciativa da administração central e local e uma rede privada, desenvolvida a partir das iniciativas das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e de outras instituições sem fins lucrativos que prossigam atividades no domínio da educação e do ensino.

A tabela infra espelha a distribuição territorial por freguesias dos estabelecimentos de ensino Pré-Escolares existentes no concelho da Marinha Grande no ano letivo de 2024/2025.

Tabela 28: Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar da Rede Pública; Privada Lucrativa e Particular Solidária Existentes por Freguesia, no Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande

Rede Pública	Estabelecimentos de Ensino por Freguesia Estabelecimento Escolar	Freguesia
Agrupamento Nascente	E.B. Comeira	Marinha Grande
	E.B. Engenho	Marinha Grande
	E.B. Picassinos	Marinha Grande
	E.B. Pilado	Marinha Grande
	E.B. João Beare	Marinha Grande
	J.I. Boavista	Marinha Grande
	J.I. Pedrulheira	Marinha Grande
	J.I. Pilado	Marinha Grande
	J.I. Trutas	Marinha Grande
	J.I. Amieirinha	Marinha Grande
	J.I. Casal de Malta	Marinha Grande
	J.I. Fonte Santa	Marinha Grande
Agrupamento Poente	J.I. Francisco Veríssimo	Marinha Grande
	J.I. Moita	Moita
	J.I. Ordem	Marinha Grande
	J.I. Várzea	Marinha Grande
Agrupamento Vieira de Leiria	E.B. Praia da Vieira	Vieira de Leiria
	J.I. Vieira de Leiria	Vieira de Leiria
Rede Privada Particular Solidária	Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande "Centro Infantil Arco Íris"	Marinha Grande
	Associação de Promoção Social de Vieira de Leiria "Jardim dos Pequeninos"	Vieira de Leiria
Rede Privada Particular Lucrativa	Colégio Luso Internacional CLIC	Marinha Grande
	Colégio "O Recreio" - Infantim, Sociedade de Educação Infantil, LDA	Marinha Grande
	Escola Pátio da Inês	Marinha Grande
	Jardim de Infância Planeta dos Diabretes	Marinha Grande

Fonte: Divisão da Educação do Município da Marinha Grande e Carta Educativa Municipal

a) N.º de Alunos Matriculados no Pré-Escolar

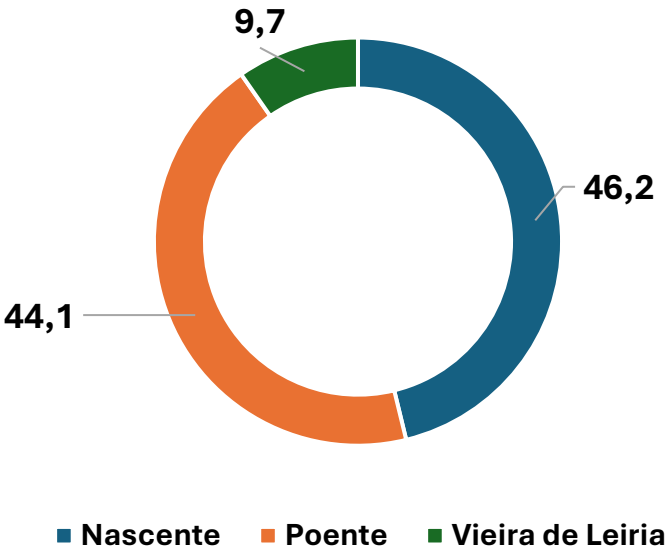
A tabela 28 espelha não só os estabelecimentos de ensino, consoante o Agrupamento, como também o número de alunos matriculados nos anos letivos 2024/2025.

Tabela 29: Número de Crianças Matriculadas no Ensino Pré-Escolar dos Estabelecimentos de Ensino da Marinha Grande, Ano Letivo 2024/2025

Ensino Pré-Escolar 2024/2025		
Agrupamento	**Estabelecimento Escolar**	**Nº de alunos**
Nascente	E.B. Comeira	50
	E.B. Engenho	21
	E.B. Picassinos	23
	E.B. Pilado	40
	E.B. João Beare	95
	J.I. Boavista	40
	J.I. Pedrulheira	50
	J.I. Pilado	40
	J.I. Trutas	44
Total Nascente		**403**
Poente	J.I. Amieirinha	66
	J.I. Casal de Malta	100
	J.I. Fonte Santa	20
	J.I. Francisco Veríssimo	20
	J.I. Moita	30
	J.I. Ordem	90
	J.I. Várzea	59
Total Poente		**385**
Vieira de Leiria	E.B. Praia da Vieira	42
	J.I. Vieira de Leiria	43
Total Vieira de Leiria		**85**
Total		**873**

Fonte: Divisão de Educação, Município da Marinha Grande, 2024/2025

Figura 8: % de Crianças Matriculadas no Pré-Escolar por Freguesia no Concelho da Marinha Grande, Ano Letivo 2024/2025



Fonte: Por Radar Social a partir de dados da Divisão de Educação do Município da Marinha Grande, 2024/2025

No ano letivo de 2024/2025 matricularam-se, no total dos agrupamentos, 873 crianças em pré-escolar, distribuídos da seguinte forma: 403 no agrupamento Nascente, 385 no agrupamento Poente e 85 no agrupamento de Vieira de Leiria, o que em termos percentuais corresponde a 46,2%, 44,1% e 9,7% respetivamente.

Tabela 30: Evolução do Número de Crianças por Estabelecimentos de Ensino e Unidade Orgânica – Rede Pública, Anos Letivos 2019/2020 – 2024/2025

Ensino Pré-Escolar Público					
Agrupamento	Estabelecimento	2019/2020	2022/2023	2024/2025	Variação (%) 2019-2025
Nascente	E.B. Comeira	49	44	50	+2
	E.B. Engenho	NA	25[12]	21	NA
	E.B. Picassinos	NA	NA	23[13]	NA
	E.B. Pilado	45	32	40	-11,1
	E.B. João Beare	75	75	95	+26,6
	J.I. Boavista	50	45	40	NA
	J.I. Pedrulheira	48	50	50	+4,2
	J.I. Pilado	45	32	40	-11,1
	J.I. Trutas	50	50	44	-12
Total	**9**	**317**	**353**	**403**	**+27,1**

Fonte: Divisão da Educação e Carta Educativa págs. 95 e 97

[12] Criada uma sala de JI
[13] Criadas 2 salas de JI na E.B. Picassinos

Tabela 31: Evolução do Número de Crianças por Estabelecimentos de Ensino e Unidade Orgânica – Rede Pública; Ano Letivo 2019/2020 – 2024/2025

Agrupamento	Estabelecimento	Ensino Pré-Escolar Público 2019/2020	2022/2023	2024/2025	Variação (%) 20-25
Poente	J.I. Amieirinha	43	45	66	+53,5
	J.I. Casal de Malta	107	110	100	-6,5
	J.I. Fonte Santa	25	25	20	-20
	J.I. Francisco Veríssimo	20	24	20	0
	J.I. Moita	22	34	30	+36,4
	J.I. Ordem	62	95	90	+45,2
	J.I. Várzea	65	60	59	-9,2
Total	**7**	**344**	**393**	**385**	**+11,9**

Fonte: Divisão da Educação e Carta Educativa págs. 95/97/98

Tabela 32: Evolução do Número de Crianças por Estabelecimentos de Ensino e Unidade Orgânica – Rede Pública; Ano Letivo 2019/2020 – 2024/2025

Agrupamento	Estabelecimento	Ensino Pré-Escolar Público 2019/2020	2022/2023	2024/2025	Variação (%) 20-25
Vieira de Leiria	E.B. Praia da Vieira	18	50	42	+122,2
	J.I. Vieira de Leiria	42	45	43	+2,4
Total	**2**	**60**	**95**	**85**	**+41,7**

Fonte: Divisão da Educação e Carta Educativa págs. 96/98

O concelho passou de 15 estabelecimentos do pré-escolar em 2019/2020 para 18 estabelecimentos.

No espaço de 6 anos, o número de crianças matriculadas no pré-escolar da Rede Pública apresenta uma variação positiva em todos os Agrupamentos.

No agrupamento Nascente a variação 2020-2025 é de 27,1% (+86 alunos), no Agrupamento Poente, de 11,9% (+41 alunos) e no Agrupamento de Vieira de Leiria, de 41,7% (+25).

Na visão de conjunto, no ano letivo 2019/2020 existiam 721 crianças a beneficiar do **pré-escolar da Rede Pública**, passando a 873 no ano letivo 2024/2025. Estes valores representam uma **variação absoluta** de **+ 152 crianças** e relativa **de +21,1 %.**

O crescimento da população residente em idade pré-escolar determina políticas de gestão da rede de ensino baseadas no aloucamento e distribuição ajustada das crianças pelos vários estabelecimentos de ensino, de forma a harmonizar as diferenças territoriais e cumprir com o compromisso da gratuitidade e acesso universal da educação.

Tabela 33: Número de Crianças Inscritas no Ensino Pré-Escolar Particular e Privado, Anos Letivos 2019/2020; 2022/2023 e 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande

Ensino Pré-Escolar	Privado Lucrativo e Particular Solidário				
Natureza Jurídica	Estabelecimento	2019/2020	2022/2023	2024/2025	Variação 2019-2025
Privado Lucrativo	Colégio "O Recreio"	23	17	16	
	Escola Pátio da Inês	55	59	66	
	Leiria International School	9	26	46	
	Planeta dos Diabretes	9	28	26	
Total Privado Lucrativo		**96**	**130**	**154**	**+60,4**
Particular Solidário	Associação de Promoção Social Jardim dos Pequeninos	61	65	60	
	Santa Casa da Misericórdia Centro Infantil Arco Íris	85	80	50	
Total Particular Solidário		**146**	**145**	**110**	**-24,7**
Total		**242**	**275**	**264**	**+9,1**

Fonte: Carta Educativa págs. 98 e 99; CARTA SOCIAL, disponível em https://www.cartasocial.pt/resultados-da-pesquisa?vt=11&tp=1104&l=10-10-00 consultado a 29/03/25

No horizonte temporal 2019-2025 o n.º de crianças a frequentar o pré-escolar no setor privado lucrativo cresceu +60,4% e que corresponde a +58 crianças inscritas.

No setor particular solidário, no espaço de 6 anos observa-se um decréscimo de - 24,7% e que corresponde a menos -36 crianças inscritas.

Na visão de conjunto o incremento relativo é de +9,1% e absoluto de 22 crianças.

Tabela 34: Número de Crianças Matriculadas no Pré-Escolar: Rede Pública, Particular Solidária e Privada, Anos Letivos de 2020/2021 a 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande

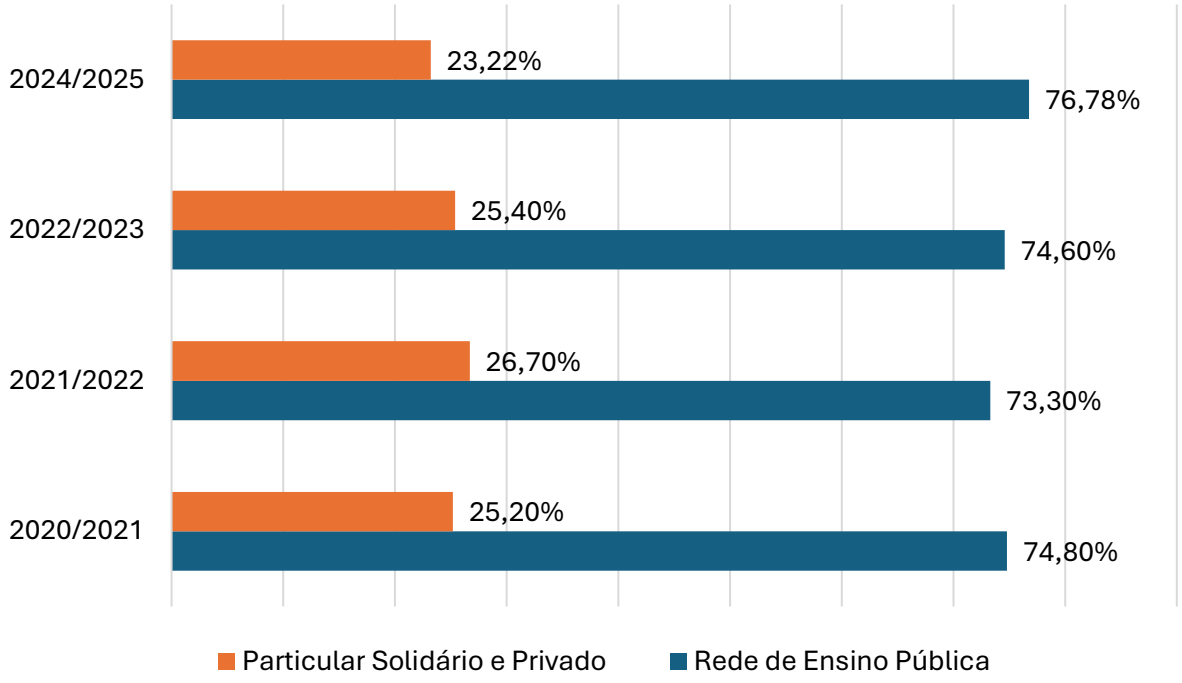
Pré-Escolar	2019/2020	2020/2021	2021/2022	2022/2023	2024/2025	Variação % 20-24
Rede de Ensino Pública	721	747	756	809	873	**+21,1**
Particular Solidário e Privado	242	252	276	275	264	**+9,1**
Total	963	999	1032	1084	1137	**+18,1**

Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão da Educação e Carta Educativa Municipal, pág. 94

Na totalidade estão abrangidas, no ano letivo de 2024/2025, **1137** crianças distribuídas por equipamentos públicos, IPSS e equipamentos privados com alvará para o efeito.

No Pré-Escolar assiste-se a um incremento de **+18,1%** de crianças inscritas e que corresponde a **+ 174 casos absolutos**.

Figura 9: % de Crianças Matriculadas no Pré-Escolar: Rede Pública, Particular Solidária e Privada, Anos Letivos de 2020/2021 a 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande



Fonte: Por Radar Social a partir de Divisão da Educação e Carta Educativa Municipal

A rede de ensino pública aglutina em 2024/2025, 76,78% das crianças em idade pré-escolar e a rede particular e privada aproximadamente 23,22%.

6.3.4 1.º CEB da Rede de Ensino Público

O Ensino Básico é universal, obrigatório e gratuito. Tem a duração de 9 anos (6 aos 15 anos de idade), e é constituído por três ciclos sequenciais do 1.º ao 3.º CEB, tal como consta na tabela 35.

Tabela 35: Organização do Nível de Ensino Básico do Sistema de Ensino Educativo Português 2025

Nível de Ensino Básico	Ano de Escolaridade	Idade
1º Ciclo (1ºCEB)	1º ao 4º	6-10 anos
2º Ciclo (2º CEB)	5º ao 6º	10-12 anos
3º Ciclo (3º CEB)	7º ao 9º	12-15 anos

Fonte: Carta Educativa Municipal, pág.109

Organizada em 3 Agrupamentos Escolares Públicos e 2 Escolas Privadas, a oferta educativa ao nível do 1.º ciclo do Ensino Básico do Município é composta por 18 equipamentos, num total de 1.737 alunos matriculados no ano letivo 2024/2025 em que 1.576 estão inscritos na rede pública e 154 na rede privada.

a) Número de Crianças Matriculadas 1.º CEB Rede Pública

Tabela 36: Número de Crianças Matriculadas no 1.º CEB: Rede Pública, Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande

1.º CEB do Ensino Público		
Agrupamento	**Nome do equipamento**	**N.º de alunos**
Nascente	E.B. Albergaria	37
	E.B. Comeira	89
	E.B. Engenho	133
	E.B. Picassinos	68
	E.B. Pilado	40
	E.B. Trutas	87
	E.B. João Beare	170
	E.B. Prof. Nery Capucho	87
Sub Total		**711**
Poente	E.B. Amieirinha	84
	E.B. Casal de Malta	125
	E.B. Guilherme Stephens	88
	E.B. Moita	71
	E.B. Várzea	61
	E.B. Fonte Santa	40
	E.B. Prof. Francisco Veríssimo	149
Sub Total		**618**
Vieira de Leiria	E.B. António Vitorino	203
	E.B. Praia da Vieira	44
Sub Total		**247**
Total		**1576**

Fonte: Divisão de Educação, Município da Marinha Grande 2024/2025

Tabela 37: Variação (%) do Número de Crianças Matriculadas no 1.º CEB do Agrupamento Nascente, Rede Pública, Ano Letivo 2024/2025, no Concelho da Marinha Grande

1.º CEB Nascente					
Agrupamento	**Estabelecimento E.B.**	**2019/2020**	**2022/2023**	**2024/2025**	**Variação (%) 20-25**
Nascente	Comeira	87	95	89	+2,3
	Engenho	116	111	133	+14,7
	Picassinos	55	53	68	+23,6
	Pilado	43	44	40	-7
	João Beare	182	182	170	-6,6
	Amieira	18	9	0	NA
	Garcia	8	NA	NA	NA
	Albergaria	46	28	37	-19,6
	Trutas	51	69	87	+70,6
	Prof. Nery Capucho	NA	42	87	NA
Total	**10**	**606**	**633**	**711**	**+17,3**

Fonte: Carta Educativa do Município da Marinha Grande, Divisão de Educação 2024/2025

Em 2021 decorreu o encerramento do 1º CEB do Pero Neto e da Garcia, exigindo a transferência dos alunos para outros estabelecimentos de ensino.

Por sua vez, a partir de 2021 a Escola Básica Professor Nery Capucho passou a integrar o Agrupamento Nascente e foram criadas duas turmas de 1º CEB no ano letivo 2022/2023.

Os estabelecimentos de 1º CEB foram cedidos em regime de comodato a duas Associações.

Atualmente funciona na Escola Básica da Garcia a Associação Arioso – Conservatória de Artes da Marinha Grande e possui uma escola de música e um programa de apoio ao sucesso escolar.

Na Escola Básica do Pero Neto funciona a sede da "2003 Moto Clube da Marinha Grande".

Tabela 38: Variação (%) do Número de Crianças Matriculadas no 1.º CEB do Agrupamento Poente, Rede Pública, Ano Letivo 2024/2025, no Concelho da Marinha Grande

1º CEB Poente					
Agrupamento	**Estabelecimento E.B.**	**2019/2020**	**2022/2023**	**2024/2025**	**Taxa de Variação (%)**
Poente	Amieirinha	76	78	84	**+10,5**
	Casal de Malta	98	106	125	**+27,5**
	Fonte Santa	35	41	40	**+14,3**
	Francisco Veríssimo	129	127	149	**+14,5**
	Moita	34	40	71	**+108,8**
	Guilherme Stephens	78	109	88	**+12,8**
	Várzea	66	63	61	**-7,6**
Total	**7**	**516**	**564**	**618**	**+19,8**

Fonte: Carta Educativa do Município da Marinha Grande, Divisão de Educação 2024/2025

Tabela 39: Variação (%) do Número de Crianças Matriculadas no 1.º CEB do Agrupamento de Vieira de Leiria, Rede Pública, Ano Letivo 2024/2025, no Concelho da Marinha Grande

1.º CEB Vieira de Leiria					
Agrupamento	**Estabelecimento E.B.**	**2019/2020**	**2022/2023**	**2024/2025**	**Variação (%) 20-25**
Vieira de Leiria	Praia da Vieira	40	36	44	**+10**
	António Vitorino	139	157	203	**+46**
Total	**2**	**179**	**193**	**247**	**+38**

Fonte: Carta Educativa do Município da Marinha Grande, Divisão de Educação 2024/2025

No espaço de 6 anos, o número de crianças matriculadas no 1.º CEB da Rede Pública apresenta uma variação total positiva em todos os agrupamentos.

No Agrupamento Nascente a variação relativa 2020-2025 é de +17,3% e absoluta de +105 alunos, no Agrupamento Poente de +19,8% e corresponde em termos absolutos a +102 alunos, já no Agrupamento de Vieira de Leiria, a variação relativa é de +38% e corresponde a + 68 alunos.

Na **visão de conjunto** dos agrupamentos, em **2024/2025** estão inscritas no **1º CEB 1.576** crianças a, passando de 1.301 em 2019/2020 para 1.576 em 2025. Estes valores representam uma **variação absoluta** de **+275 crianças** e **relativa** de **+21,1%.**

6.3.5 2.º e 3.º CEB da Rede Ensino Público

No 2.º e 3.º CEB, no ano letivo 2024/25, encontram-se inscritos **2.238 alunos**, sendo que 2.066 frequentam o ensino público e 172 no Ensino Privado.

a) 2.º CEB

Tabela 40: Número de Crianças Matriculadas no 2.º CEB: Rede Pública, Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande

2º CEB do Ensino Público		
Agrupamento	**Nome do equipamento**	**Nº de alunos**
Nascente	E.B. Prof. Nery Capucho	290
Poente	E.B. Guilherme Stephens	363
Vieira de Leiria	E.B. Padre Franklin	129
Total		**782**

Fonte: Divisão da Educação do Município da Marinha Grande 2024/2025

Em 2024/2025 o número de inscritos no 2.º CEB da Rede de Ensino Pública é de 782 crianças.

Tabela 41: Variação (%) do Número de Crianças Matriculadas no 2.º CEB do Agrupamento de Vieira de Leiria, Rede Pública, Ano Letivo 2024/2025, no Concelho da Marinha Grande

2º CEB do Ensino Público					
Agrupamento	**Estabelecimento E.B.**	**2019/2020**	**2022/2023**	**2024/2025**	**Taxa de Variação (%)**
Nascente	Prof. Nery Capucho	286	283	290	**+1,4**
Poente	Guilherme Stephens	388	354	363	**-6,4**
Vieira de Leiria	Padre Franklin	124	107	129	**+4**
Total		**798**	**744**	**782**	**-2**

Fonte: Carta Educativa do Município da Marinha Grande, Divisão de Educação 2024/2025

No espaço de 6 anos, o número de crianças matriculadas no 2.º CEB da Rede Pública apresenta um decréscimo do número de crianças inscritas.

No Agrupamento Nascente a variação 2020-2025 é de +1,4% e corresponde a +4 alunos, no Agrupamento Poente de -6,4 %, o que representa em números absolutos -20 alunos e no Agrupamento de Vieira de Leiria +5,6% correspondendo a +5 alunos.

Na visão de conjunto, em 2020 existiam 798 crianças a beneficiar do 2.º CEB da Rede Pública, passando a 782 em 2025. Estes valores representam uma variação absoluta de **-16** crianças face a 2020 e relativa de **-2%.**

b) 3.º CEB

Tabela 42: Número de Crianças Matriculadas no 3.º CEB: Rede Pública, Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande

3.º CEB do Ensino Público		
Agrupamento	**Nome do equipamento**	**Nº de alunos**
Nascente	E.B. Prof. Nery Capucho	119
	E.S. Pinhal do Rei	316
Poente	E.B. Guilherme Stephens	387
	E.S. Calazans Duarte	238
Vieira de Leiria	E.B. Padre Franklin ou José	223
Total		**1263**

Fonte: Carta Educativa do Município da Marinha Grande, Divisão de Educação 2024/2025

Em 2024/2025 o n.º total de crianças inscritas no 3.º CEB da Rede de Ensino Pública é de 1.263 crianças.

Tabela 43: Variação (%) do Número de Crianças Matriculadas no 3.º CEB do Agrupamento de Vieira de Leiria, Rede Pública, Ano Letivo 2024/2025, no Concelho da Marinha Grande

3.º CEB Rede Pública					
Agrupamento	**Estabelecimento escolar E.B.**	**2019/2020**	**2022/2023**	**2024/2025**	**Taxa de Variação (%)**
Nascente	Prof. Nery Capucho	274	118	119	**-56,6**
	Pinhal do Rei	179	290	316	**+76,5**
	Total Nascente	**453**	**408**	**435**	**-4**
Poente	Guilherme Stephens	384	377	387	**-0,7**
	Eng. Acácio Calazans Duarte	208	220	238	**+11,06**
	Total Poente	**592**	**597**	**605**	**+2,2**
Vieira de Leiria	José Loureiro Botas	225	212	223	**-0,9**
Total		**1270**	**1217**	**1263**	**-0,5**

Fonte: Carta Educativa do Município da Marinha Grande, Divisão de Educação 2024/2025

No espaço de 6 anos, o número de crianças matriculadas no 3.º CEB da Rede Pública apresenta uma variação total negativa.

No Agrupamento Nascente a variação 2010-2025 é de -4% (- 18 alunos), no Agrupamento Poente de +2,2% (+13 alunos) e no Agrupamento de Vieira de Leiria, de -0,9% (-2 alunos).

Na **visão de conjunto**, em 2020 existiam 1.270 crianças a beneficiar do 3.º CEB da Rede Pública, passando a **1.263** em **2025**. Estes valores representam uma **variação absoluta** de **-7 crianças** face a 2020 e **relativa** de **-0,5%.**

6.3.6 1.º 2.º e 3.º CEB: Rede Privada Lucrativa

a) N.º de Crianças Inscritas

Tabela 44: Número de Crianças Matriculadas do 1.º ao 3.º CEB: Rede Privada Lucrativa, Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande

Níveis CEB	Estabelecimentos Escolares – Rede Privada	2024/2025
1.º CEB	Escola Pátio da Inês	62
	Colégio Luso Internacional do Centro	92
	Lindos Carinhos lda (Mestre André)	10
	Subtotal	**164**
2.º CEB	Colégio Luso Internacional do Centro	61
	Subtotal	**61**
3.º CEB	Colégio Luso Internacional do Centro	89
	Escola Profissional e Artística da Marinha Grande	22
	Subtotal	**111**
	Total	**326**

Fonte: Divisão de Educação do Município da Marinha Grande 2024/2025

No ano letivo 2024/2025 estão inscritas no Ensino Básico da Rede Privada, 326 crianças e jovens.

Tabela 45: Variação (%) do Número de Crianças Matriculadas no 1.º, 2.º e 3.º CEB do Ensino Público, Privado e Particular Solidário, 2020-2025, no Concelho da Marinha Grande

Níveis	Natureza	Anos Letivos 2020/21	2021/22	2022/23	2024/2025	Variação (%)
1.º Ciclo	Público	1300	1252	1390	1576	+21,2
	Privado	129	132	140	164	+27,1
	Sub Total	**1429**	**1384**	**1530**	**1740**	**+21,8**
2.º Ciclo	Público	792	764	744	782	-1,26
	Privado	42	50	52	61	+45,2
	Sub Total	**834**	**814**	**796**	**843**	**+1,1**
3.º Ciclo	Público	1226	1204	1217	1263	+4,3
	Particular e Privado	37	40	52	111	+66,7
	Sub Total	**1263**	**1244**	**1269**	**1374**	**+8,8**
Total Ensino Básico	Público	3318	3220	3351	3621	+9,1
	Particular e Privado	208	222	244	326	+56,7
	Público e Privado	**3526**	**3442**	**3595**	**3947**	**+11,9**

Fonte: Por Radar Social, a partir de Carta Educativa pág.111 e Divisão da Educação do Município da Marinha Grande 2024/2025

Na **visão conjunta** do **ensino básico** observa-se, em cinco anos, um acréscimo da população em idade escolar, com um incremento face a 2020, de **+11,9%**, e que se traduz num aumento absoluto de **+ 421 crianças e jovens** a frequentar o **Ensino Básico Regular** em **2024/2025**.

Estão inscritas **3947** crianças e jovens no **Ensino Básico**, distribuídos por níveis. No **1.º ciclo**, estão inscritas **1740 crianças**, no **2.º ciclo 843** e no **3.º ciclo 1374** com uma representatividade de 44,1 % no 1.º CEB; 21,4 % no 2.º CEB e 34,8 % no 3.º CEB.

6.3.7 Ensino Secundário

Enquadrado na Lei de Bases do Sistema Educativo[14] os cursos do ensino secundário têm uma duração de três anos e distribuem-se por três níveis: 10.º, 11.º e 12.º anos.

Consolidado através do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 06 de julho, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, o ensino secundário visa proporcionar uma formação e aprendizagens diversificadas e compreende percursos formativos de várias tipologias e com condições de acesso distintas, nomeadamente cursos gerais, com planos próprios, artísticos e especializados, profissionais, ensino recorrente ou ensino vocacional.

O Ensino Profissional, enquadrado pela Lei de Bases do Sistema educativo e Decretos-Lei n.º 401/91 e DL nº 405/01 de 16 de Outubro apresenta duas formas distintas de organização.

A Formação Profissional inserida no sistema educativo, dependente do Ministério da Educação e a Formação Profissional inserida no mercado de emprego, dependente do Ministério da Economia e do Emprego.

As duas ofertas diferenciam-se pelas características das ofertas formativas e seus destinatários e articulam-se pelos princípios, finalidades, processos de certificação e principais conceitos, existindo uma relação entre ambas no que concerne às saídas profissionais e respetivos níveis de qualificação.

O **Ensino Secundário Profissional Escolar[15],** tem como público-alvo todos os jovens que tenham concluído o 9.º ano de escolaridade. Confere um diploma de nível secundário de educação e um certificado de qualificação profissional de nível IV, visando o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício de uma profissão e, simultaneamente, a possibilidade de acesso ao ensino superior.

Integram uma componente de prática em contexto de trabalho, fortalecendo a ligação ao tecido empresarial.

[14] Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada pelas Leis n.º 115/97, de 19 de setembro, 49/2005, de 30 de agosto e 85/2009, de 27 de agosto
[15] Portaria nº 235-A/2018, de 23 de Agosto

Todos os agrupamentos do concelho disponibilizam estes cursos, em diferentes áreas, estando inscritos no ano letivo 2024/2025, 734 alunos.

Deste modo, a tabela infra, descreve o número de alunos matriculados no ano letivo 2024/2025 de acordo com a natureza do Ensino Secundário: Geral, Vocacional e Profissional tutelado pelo Ministério da Educação.

a) Número de Alunos Matriculados no Ensino Secundário Escolar

Tabela 46: Número de Jovens Matriculados no Ensino Secundário: Rede Pública e Privada, Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande

Tipologias	Natureza	Ensino Secundário Escolar Estabelecimento E.S.	2024/2025
Ensino Secundário Geral	Público	Pinhal do Rei	152
		José Loureiro Botas	126
	Privado	Colégio Luso Internacional do Centro	54
	Subtotal		**332 (20,3%)**
Ensino Secundário Vocacional	Público	Calazans Duarte	571
	Privado	NA	NA
	Subtotal		**571(34,9%)**
Ensino Secundário Profissional Escolar	Público	Pinhal do Rei	190
		Loureiro Botas	29
		Calazans Duarte	270
	Particular	Escola Profissional Artística da Marinha Grande	245
	Subtotal		**734(44,8%)**
Total Ensino Secundário	Público		1338
	Particular e Privado		299
	Subtotal		**1637**

Fonte: Carta Educativa pág.111 e Divisão da Educação do Município da Marinha Grande 2024/2025

No ano letivo **2024/2025**, estão inscritos no **Ensino Secundário 1.637 jovens**, dos quais **1.338** estão matriculados na **Rede Pública** e **299** na **Rede Particular e Privada**.

A distribuição pelas diferentes tipologias de ensino secundário informa que **20,3%** das inscrições são relativas ao **ensino secundário geral**, **34,9%** ao **ensino secundário vocacional** e **44,8%** ao ensino **secundário profissional escolar**.

Tabela 47: Variação (%) do Número de Jovens Matriculados no Ensino Secundário da Rede Pública, 2020-2025, no Concelho da Marinha Grande

Agrupamentos	2019/2020	2022/2023	2024/2025	Variação (%) 2020-2025
Nascente				
Escola Secundária Pinhal do Rei	246	215	342	**+39**
Poente				
Escola Secundária Eng.º Acácio Calazans Duarte	1030	924	841	**-18,3**
Vieira de Leiria				
Escola Secundária José Loureiro Botas	76	115	155	**+103,4**
Total	**1352**	**1254**	**1338**	**-1,0**

Fonte: Divisão da Educação do Município da Marinha Grande e Carta Educativa Municipal

Tabela 48: Evolução e Variação (%) de Jovens Inscritos no Ensino Secundário Tutelado pelo Ministério da Educação em 2024/2025

Ensino Secundário Público, Particular e Privado						
	Natureza	2020/21	2021/22	2022/23	2024/2025	Variação 20-25 (%)
Ensino Secundário	Público	1275	1249	1254	1338	**+4,9**
	Particular e Privado	431	453	462	299	**-30,6**
	Rede Total	**1706**	**1702**	**1530**	**1637**	**-4**

Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão da Educação do Município da Marinha Grande e Carta Educativa Municipal

Em **cinco anos** é observável um **decréscimo** de jovens matriculados na Rede Pública de ensino na ordem dos **-4%,** passando de 1.756 em 2020 para 1.637 em 2024/25, uma diferença absoluta de **-69** jovens no Ensino Secundário tutelado pelo Ministério da Educação.

b) Oferta Formativa Ensino Secundário Profissional Escolar e Vocacional 2024/2025

Tabela 49: Descritivo dos Percursos Formativos Disponíveis no Ano Letivo 2024/2025 nos Agrupamentos Escolares da Rede Pública no Concelho da Marinha Grande

Percursos Formativos 2024/2025	
Agrupamento Nascente	
E.S. Pinhal do Rei	Programador Informático
	Técnico de Mecatrónica Automóvel
	Técnico de Design de Moda
	Técnico de Desporto
Agrupamento Vieira de Leiria	
E.S. José Loureiro Botas	Técnico de Eletrónica Automação e Computadores
	Técnico de Restaurante/Bar
Agrupamento Poente	
E.S. Calazans Duarte	Auxiliar de Saúde
	Mediação Intercultural
	Montagem de Moldes
	Massagem de Estética e Bem Estar
	Cozinha/Pastelaria
	Ação Educativa
	Design Industrial
	Multimédia

Fonte: Divisão da Educação do Município da Marinha Grande e https://aemgnascente.pt/; https://agvl.ccems.pt/; consulta em 03/12/24

c) Ensino Profissional Escolar – Escola Profissional e Artística da Marinha Grande EPAMG

Tabela 50: Nº. de Alunos Matriculados no Ensino Profissional Escolar por Oferta Formativa e Nível de Qualificação da EPAMG, Ano Letivo 2024/2025

Nível de Qualificação	Oferta Formativa EPAMG 2024/2025 Designação do Curso	Nº de alunos
II	Empregado(a) de Restaurante/Bar	22
IV	Animador(a) Sociocultural	23
	Cabeleireiro(a)	35
	Esteticista	32
	Programador(a) de Informática	28
	Técnico(a) de Eletrónica, Automação e Comando	26
	Técnico(a) de Desenho de Construções Mecânicas-Moldes	30
	Técnico(a) de Comunicação, Marketing, Relações-Públicas e Publicidade	49
	Técnico (a) de Turismo	27
Total		**272**

Fonte: Divisão da Educação do Município da Marinha Grande 2024/2025

Em 2024/2025 estão inscritos 272 alunos na EPAMG em cursos de qualificação, Nível, II e Nível IV. Destes 272, 8% (22) estão inscritos em cursos de nível I e 92% em cursos de nível IV, sendo o que apresenta mais alunos inscritos o curso de Técnico(a) de Comunicação, Marketing, Relações Publicas e Publicidade com 18% dos inscritos (49).

6.3.8 Ensino Superior Privado

a) Oferta Formativa: ISDOM – Instituto Superior Dom Dinis

Relativamente à oferta formativa superior, esta promove a integração dos seus alunos, permitindo-lhes experiências muito próximas da realidade profissional, através dos estágios curriculares e de formação prática em contexto de trabalho.

O concelho da Marinha Grande conta com um Pólo de Ensino Superior, pertencente ao grupo da lusófona, o Instituto Superior Dom Dinis (ISDOM).

O ISDOM, entidade privada, apresenta uma oferta formativa que pretende adaptar-se à realidade industrial do concelho da Marinha Grande.

A oferta formativa engloba Cursos Técnicos e Profissionais (CTSP); Licenciaturas e Mestrados constituídos por percursos formativos diferenciados.

Tabela 51: Descritivo dos Percursos Formativos Disponíveis no ISDOM, Ano Letivo 2024/2025

Oferta Formativa do ISDOM, ano letivo 2024/2025	
Nível de Qualificação	**Designação do Curso**
CTSP Nível 5	Automação e Produção Industrial
	Comércio Internacional
	Contabilidade e Gestão
	Design de Produto
	Design e Multimédia
	Gestão Administrativa de Recursos Humanos
	Gestão da Produção Aeronáutica
	Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança
	Gestão de Turismo
	Gestão e Organização Industrial
	Projeto de Moldes
	Sistemas Mecatrónicos e de Produção
12 percursos formativos	
Licenciatura Nível 6	Engenharia e Design Industrial
	Engenharia e Gestão da Produção Aeronáutica
	Engenharia e Gestão da Produção de Moldes
	Engenharia e Gestão da Tecnologia Industrial
	Gestão Comercial
	Gestão de Recursos Humanos
	Gestão Industrial e Inovação Tecnológica
7 percursos formativos	
Mestrado	Engenharia e Gestão da Produção de Moldes

Nível 7	Engenharia e Gestão Tecnológica de Sistemas de Produção
2 percursos formativos	
21 percursos formativos	

Fonte: https://www.isdom.pt/ consultado a 13/12/24

No Ensino Superior Privado, em 2025 estão matriculados 801 alunos, distribuídos pelos vários percursos formativos existentes.

d) Alunos por Nível de Ensino

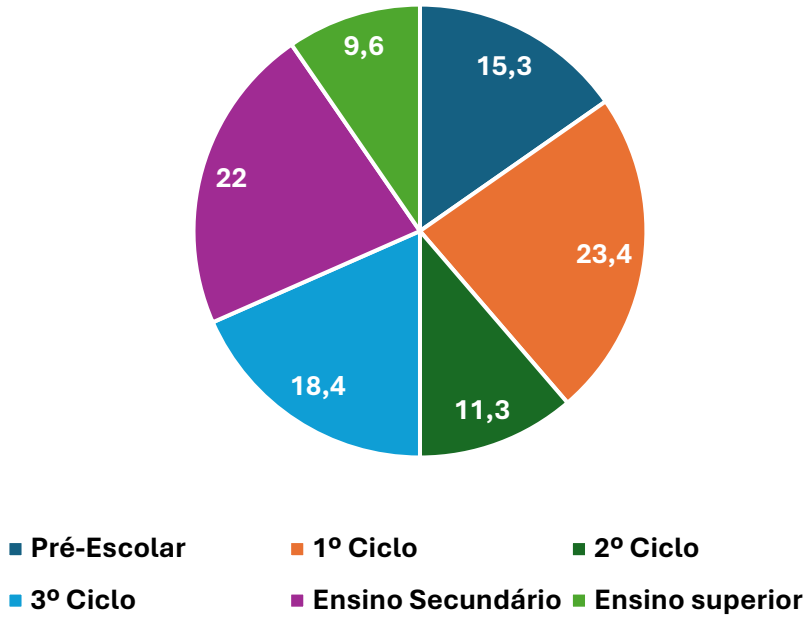
Tabela 52: Número de Crianças e Jovens Inscritas por Níveis, nos Estabelecimentos de Ensino da Marinha Grande e Tutelada pelo Ministério da Educação, 2024/2025

2024/2025	Pré-Escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino superior	Total
Público	873	1576	782	1263	1338	NA	5832
Particular e Privado	264	164	61	111	299	717	1616
Total	1137	1740	843	1374	1637	717	7448

Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão da Educação do Município da Marinha Grande 2024/2025 e Carta Educativa Municipal

No **ano letivo de 2024/2025**, do pré-escolar ao Ensino Superior estão matriculadas no **ensino tutelado pelo Ministério da Educação 7448 crianças e jovens**. O peso do ensino público é de 78,3% e o ensino particular e privado de 21,7%.

Figura 10: Proporção de Alunos Inscritos na Rede Pública, Particular e Privada Tutelada Pelo Ministério da Educação Por Níveis de Ensino do Concelho da Marinha Grande em 2024/2025



Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão da Educação do Município da Marinha Grande 2024/2025 e Carta Educativa Municipal

A distribuição da população infantil e jovem pelos diferentes níveis de ensino em 2024/2025 informa que **15,3%** se encontra a frequentar o **Pré-Escolar**; **53,1%** encontra-se a frequentar o **Ensino Básico**

(com maior peso relativo o 1.º ciclo com 23,1% dos inscritos, seguido do 3.º ciclo com 18,4% e do 2.º ciclo com 11,3%); **21,4%** o **Ensino Secundário** e **10,7%** o **Ensino Superior**.

Os três principais níveis de ensino por ordem crescente de peso relativo são: 3º CEB (18,4%); Ensino Secundário (22%) e o 1º Ciclo com 23,4%.

6.4 Proteção Social na Escola

6.4.1 Apoios e Complementos Sócio Educativos – Rede Pública de Ensino

A Lei de Bases do Sistema Educativo [16] defende o princípio da justa e efetiva igualdade de oportunidades de acesso à educação e sucesso escolar como garantia e reconhecimento do compromisso da Declaração Universal do Direitos das Crianças adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1959.

Vigente no 27.º artigo e seguintes da Lei de Bases do Sistema Educativo, estão definidas medidas de apoio e complementos educativos que visam a promoção da inclusão social, nomeadamente: apoios a alunos com necessidades escolares específicas, apoio psicológico e orientação escolar e profissional; ação social escolar; apoio de saúde escolar e apoio a trabalhadores-estudantes.

Ao abrigo das competências dos municípios no âmbito da educação, definidas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, estão determinados os apoios e complementos educativos no domínio da ação social escolar e as atividades relevantes para o desenvolvimento integral das crianças matriculadas na rede pública da Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Secundário do concelho.

Estes apoios e complementos têm por objetivo a prevenção da exclusão social e do abandono escolar e a promoção do sucesso escolar, com vista ao cumprimento e conclusão da escolaridade obrigatória.

Neste âmbito o município disponibiliza o acesso aos seguintes apoios:

Tabela 53: Descritivo dos Apoios Sociais e Complementos Educativos dos Agrupamentos Escolares da Rede de Ensino Pública no Concelho da Marinha Grande no Ano Letivo 2024/2025

Apoios e Complementos Educativos
Ação Social Escolar
Refeições Escolares
Lanches Escolares para crianças inscritas em AAAF e CAF
Transporte Escolar
Escola a Tempo Inteiro: AAAF, CAF, AEC

Fonte: Divisão de Educação, Município da Marinha Grande, 2024/2025

[16] Lei n.º 46/86, de 14 de outubro

a) Ação Social Escolar

As medidas de ação social escolar visam o exercício efetivo do direito ao ensino e à igualdade de oportunidades.

Consolidam-se num conjunto de medidas regidas pelo princípio da equidade, discriminação positiva e solidariedade e materializam-se em apoios e complementos socioeducativos, atribuídos às crianças e jovens que frequentam a educação pré-escolar, o ensino básico e secundário em estabelecimentos de ensino públicos, particulares ou cooperativos em regime de contrato de associação, como designado no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º55/2009, de 02 de março[17].

Na dimensão da **ação social escolar** existem as seguintes modalidades: **apoio alimentar; transporte escolar; alojamento; auxílio económico; prevenção de acidentes e seguro escolar**.

Para que tenham acesso ao mesmo, devem ser beneficiários dos escalões 1 e 2 do abono escolar para medidas de alimentação e beneficiários do 3.º escalão para a medida do prolongamento de horário. Poderão ainda beneficiar do apoio, excecionalmente, as crianças/alunos que se encontrem em situações especificas, em acordo com as Normas de Funcionamento e Gestão de Apoios e Complementos Socioeducativos.

Estes apoios consistem em:

- Comparticipação total ou parcial na mensalidade das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) – Prolongamento de Horário (crianças da Educação Pré-Escolar) e da Componente de Apoio à Família (CAF) – (alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico), em acordo com o escalão do abono de família;
- Comparticipação total ou parcial no valor da refeição escolar em acordo com o escalão do abono de família;
- Comparticipação total da aquisição/subscrição online de fichas de trabalho ou aquisição de dicionários, gramáticas ou outro material de apoio ao estudo, limitado ao valor do custo da licença/ficha de trabalho (alunos do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico), de acordo com mapas comprovativos a remeter pelos Agrupamentos de Escolas;
- Subsídio para material didático e/ou educação artística e/ou atividade física e desportiva, e/ou visitas de estudo (crianças da Educação Pré-Escolar e alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico).

[17] Alterado pelas leis n.º 7-A/2016, de 30 de Março, 114/2017, de 29 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro

Em 2024, beneficiaram da medida de apoio socioeducativo – atribuição de fichas de trabalho **3.466** alunos do 1.º ao 3.º ciclo dos três agrupamentos escolares.

b) Apoios Alimentares

O apoio a prestar compreende as seguintes modalidades:

Refeições Escolares

"Refeição Escolar" é a refeição servida no período de almoço pelo Município da Marinha Grande, nos estabelecimentos de ensino da rede pública, no âmbito da sua atividade educativa, durante o tempo letivo e durante as pausas ou interrupções letivas, sempre que nas instalações escolares sejam desenvolvidas atividades de apoio à família destinadas a crianças e/ou alunos do concelho.

As refeições escolares são confecionadas tendo em conta uma alimentação saudável, essencial no desenvolvimento e bem-estar das crianças e jovens.

Os objetivos deste apoio são:

- Contribuir para a melhoria do estado de saúde global das crianças e jovens;
- Inverter a tendência crescente de perfis de doença que se traduzem no aumento das taxas de incidência e prevalência da obesidade, diabetes tipo II, cáries dentárias, doenças cardiovasculares e outras;
- Colmatar carências nutricionais de uma população estudantil mais carenciada, fornecendo-lhes os nutrientes e a energia necessários para o bom desempenho cognitivo;
- Promover a saúde de crianças e jovens através da educação para a saúde, em matéria de alimentação saudável e atividade física.

Em 2023/2024, beneficiaram deste apoio **806 alunos** do pré-escolar e **4.696** alunos do 1.º ciclo ao Ensino Secundário.

Lanches Escolares para crianças inscritas em AAF e CAF

Traduz-se no fornecimento, às crianças e alunos da educação pré-escolar e do 1.º Ciclo da Rede Pública, inscritas em AAAF e CAF, de um lanche/suplemento, diário, a meio da tarde, composto na sua totalidade por três peças: pão variado, leite ou iogurte e fruta.

Este serviço está incluído na mensalidade devida pelo serviço de AAAF e CAF.

c) Transporte Escolar

Com vista à qualidade educativa e à acessibilidade dos serviços educativos a todas as crianças e jovens do Município está definido um plano de transporte escolar planeado e acessível a todos os alunos entre o local da residência e o local dos estabelecimentos de ensino da Rede Pública, abrange

os níveis de ensino da educação pré-escolar, ensino básico e secundário, assegurando a igualdade de oportunidades[18].

O serviço de Transporte Escolar é uma modalidade de ação social e destina-se a todos os alunos, em idade escolar obrigatória. Em 2024/2025 o serviço de transporte escolar contou com 7 autocarros escolares a operar nas três freguesias complementados pelos transportes urbanos.

São beneficiários do Transporte Escolar os alunos cujo percurso casa-escola seja igual ou superior a 1 km; os alunos do Ensino Básico ou Secundário, com necessidades específicas de educação; alunos que apresentem dificuldades de locomoção e beneficiários de medidas de apoio Educação Inclusiva; residentes no Município, que por inexistência de oferta educativa na sua área de residência, frequentem escolas fora do Município; frequentem o Ensino Artístico Especializado e que no decorrer do ano letivo, sejam transferidos de estabelecimento de ensino e reúnam os requisitos de atribuição de passe escolar.

Os alunos que não reúnam esses requisitos podem, em alternativa, solicitar passe gratuito para jovens, até aos 23 anos, ao abrigo da Portaria n.º 307-A/2024/1, de 28 de novembro, junto do operador TUMG, podendo desta forma utilizar gratuitamente os circuitos urbanos disponibilizados pela empresa.

No ano letivo 2023/2024, 449 alunos usufruíram de transporte escolar, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 54: Número de Alunos dos Agrupamentos Escolares da Rede Pública Beneficiários do Transporte Escolar no Ano Letivo 2024/2025

Transporte Escolar	
Agrupamento Escolar Marinha Grande Nascente	213
Agrupamento Escolar Marinha Grande Poente	112
Agrupamento Escolar Vieira de Leiria	124
Total	**449**

Fonte: Divisão de Educação, 2024, "Plano de Transporte Escolar 2024/2025", Município da Marinha Grande

d) Auxílios Económicos

Consiste num apoio económico atribuído aos agregados familiares cuja condição económica não lhes permite assegurar e suportar os encargos decorrentes da frequência da escola, nomeadamente: refeições, livros, material escolar e alojamento[19].

[18] Artigo 20.º do DL n.º 21/2019, de 30 de Janeiro
[19] Artigo 28.º, Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março

Os beneficiários do apoio são as crianças que frequentam a Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Secundário, de agregados com condições socioeconómicas precárias.

O Município no âmbito da Ação Social Escolar atribui em cada ano letivo os seguintes auxílios económicos:

Tabela 55: Descritivo do Auxílio Económico por Nível de Ensino, Escalão e Valor do Apoio Praticado no Concelho da Marinha Grande no Ano Letivo 2024/2025

Níveis Ensino	Escalões	Valor do apoio
Educação Pré-escolar	Escalão A	50,00€
	Escalão B	25,00€
Ensino Básico 1º Ciclo	Escalão A	40,00€
	Escalão B	20,00€

Fonte: Carta Educativa Municipal, pág.154

e) Prevenção e Seguro Escolar

Consiste numa modalidade de apoio socioeducativo complementar aos apoios assegurados pelo Sistema Nacional de Saúde, sendo beneficiárias todas as crianças e jovens que frequentam a escolaridade obrigatória [20].

f) Escola a Tempo Inteiro

A Escola a Tempo Inteiro pretende garantir que todos os tempos não letivos sejam diversificados e pedagogicamente ricos em aprendizagens, tendo como objetivo a educação plena, bem-estar e realização das crianças.

Integra uma visão articulada entre a escola e as respostas sociais de apoio às famílias e apresenta as seguintes modalidades:

- **AAAF: Atividades de Animação e de Apoio à Família na Educação Pré-escolar**

Destinam-se a assegurar o acompanhamento das crianças em Pré-Escolar antes e depois do período das atividades educativas, na hora de almoço e durante os períodos de interrupção letiva[21].

- **CAF: Componente de Apoio à Família – 1.º Ciclo**

Integra um conjunto de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico antes e/ou depois da componente curricular e das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), bem como durante os períodos de interrupção letiva[22].

[20] Artigo 41.º, Decreto-Lei n.º 55/2009, de 02 de março
[21] Artigo 3.º, da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de Agosto
[22] Artigo 5.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de Agosto

Desenvolve-se atendendo ao contexto do Estabelecimento de Ensino, tendo em conta os interesses dos alunos, a formação e perfil dos profissionais que asseguram as atividades e os recursos materiais e imateriais existentes, devendo desenvolver-se preferencialmente em espaços não escolares.

- **AEC (1.º Ciclo do Ensino Básico)**

As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) são atividades de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural, que atuam nos domínios: desportivo, artístico, científico e tecnológico. São atividades que visam a complementaridade entre a escola e o meio, a promoção da solidariedade e voluntariado e que promovem a dimensão europeia na educação[23].

Estas atividades são obrigatórias, de inscrição facultativa e de frequência gratuita.

No concelho da Marinha Grande são promovidas pelo Município.

Tabela 56: Número de Crianças Beneficiárias da Escola a Tempo Inteiro: Medidas de Apoio às Famílias, Ano Letivo 2024/2025

Medida	Escola a Tempo Inteiro 2024/2025			
	Agrupamento Nascente	Agrupamento Poente	Agrupamento de Vieira de Leiria	Nº Inscritos
AAAF	134	84	20	238
CAF	57	50	23	130
AAF e CAF[24]	93	129	23	245
AEC	301	292	115	708
Total				

Fonte: Divisão de Educação, Município da Marinha Grande, 2024/2025

Em 2024/2025 beneficiam da escola a tempo inteiro, nas medidas AAF e CAF 613 alunos do Pré-escolar e 1.º ciclo. O universo que frequenta o Pré-Escolar e o 1.º ciclo da rede de ensino pública em 2024/2025 é de 2.449 (873 pré-escolar e 1576 do 1º CEB) alunos potenciais beneficiadores da escola a tempo inteiro.

Em termos percentuais, a resposta dada aos 613 alunos corresponde a 1/4 da população infantil matriculada no Pré-Escolar e 1.º CEB da Rede Pública de ensino.

AS AEC dão resposta a 708 crianças do 1º CEB, pelo que apresentam um peso de 45% sobre o total de crianças e jovens que frequentam o 1º ciclo da rede de ensino pública da Marinha Grande.

[23] Artigo 7.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de Agosto
[24] Salas mistas

g) Outros Apoios Económicos de Proteção Social: Bolsas de Estudo

Tabela 57: Titulares (N.º) Beneficiários de Bolsas de Estudo, por Localização no Concelho da Marinha Grande em 2023 e 2024

Freguesia de Residência	Nº de Titulares	
	2023	2024
Marinha Grande	301	306
Vieira de Leiria	54	56
Moita	14	12
Total Concelho	369	374

Fonte: ISS, IP. Gabinete de Planeamento e Estratégia, Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/PFA), 01.04.2025

Tabela 58: Titulares (N.º) Beneficiários de Bolsas de Estudo, por Género no Concelho da Marinha Grande em 2023 e 2024

Sexo	Nº de Titulares	
	2023	2024
Masculino	170	183
Feminino	199	190
Total	369	373

Fonte: ISS, IP. Gabinete de Planeamento e Estratégia, Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/PFA), 01.04.2025

Tabela 59: Titulares (N.º) Beneficiários de Bolsas de Estudo, por Escalão Etário no Concelho da Marinha Grande em 2023 e 2024

Escalão Etário	Nº de Titulares	
	2023	2024
10-14	10	8
15-19	365	371
Total	375	379

Fonte: ISS, IP. Gabinete de Planeamento e Estratégia, Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/PFA), 01.04.2025

No espaço de um ano observa-se um aumento absoluto do número de atribuições de bolsas de estudo à população jovem residente no concelho, passando de 369 beneficiários para 374.

Em termos de género observa-se a predominância do sexo feminino, contudo as diferenças de género na atribuição de bolsas esbateram-se em 2024 com 51% dos beneficiários do sexo feminino face a 54% em 2023, apresentando uma redução de 3 p.p.

Em relação aos escalões etários, os escalões com maior atribuição de bolsas de estudo são o dos 15-19, aumentando em 2024 para +6 beneficiários.

6.4.2. Respostas e Serviços Educativos de Apoio às Famílias

a) Sala de Estudo "O Nosso Mundo"

A sala de estudo "O Nosso Mundo", localizada em Casal de Malta, é uma resposta da ADESER II, constituído por três salas de estudo (1.º e 2.º; 3.º e 4.º e 5.º ao 9.º ano) e realiza o acompanhamento a 70 crianças do concelho.

As crianças são acompanhadas ao longo do seu percurso de vida e o objetivo maior é promover a capacitação das crianças através do desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

Em 2021, teve um papel preponderante no acolhimento de crianças advindas da Ucrânia e cujo acompanhamento se mantém.

b) GAAF – Gabinete de Apoio ao Aluno e Família

O Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) é uma resposta de apoio sócio educativo integrado em contexto escolar, sob a metodologia da Mediação Escolar. Constitui no contexto escolar e comunitário, uma resposta de apoio especializado com intervenção das áreas do Serviço Social, Psicologia, Mediação e Educação.

Atualmente esta resposta está integrada num território educativo de intervenção prioritária, considerado uma iniciativa governamental, implementada em estabelecimentos de ensino localizados em territórios com elevados indicadores de pobreza e exclusão social.

São objetivos centrais desta intervenção a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

No que concerne ao público-alvo, os alunos em situação de risco direto são os destinatários diretos da intervenção. Trata-se de uma intervenção multidisciplinar de natureza preventiva, constituindo-se como um recurso ao nível da Comunidade Escolar.

Esta intervenção é preconizada através do acompanhamento psicossocial ao aluno, intervenção em grupo turma e grupo de controlo, através do Serviço Social de grupos; intervenção em contextos informais, com recurso à Mediação de Pátio; desenvolvimento de atividades em contexto comunitário em períodos de interrupção letiva; intervenção em contexto familiar com recurso às sessões de informação para grande grupo; apoio psicossocial a famílias de alunos referenciados; sessões de mediação familiar em situações específicas; formação a docentes e não docentes; trabalho em parceria com as respostas da Comunidade com vista à construção da rede de apoio social do aluno.

6.4.3. Projetos e Programas Nacionais e Locais de Apoio à Educação e Inclusão Social

a) Ambiente

Tabela 60: Descritivo dos Programas e Projetos de Apoio à Educação e Formação, Componente Ambiente, Implementados na Rede de Ensino Pública do Concelho da Marinha Grande

AMBIENTE	
Programa "Eco Escolas"	
Descrição	Programa internacional da "Foundation for Environmental Education" desenvolvido em Portugal desde 1996. A prioridades deste programa são motivar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pela escola na área da Educação Ambiental para a Sustentabilidade. As escolas desenham um plano de ação e são premiadas pelo trabalho realizado através da atribuição do galardão Eco Escolas.
Objetivos	• Trabalhar a gestão ambiental do espaço escola através de ações de melhoria na gestão recursos • Desenvolver ações de cidadania e atitudes pró-ativas na comunidade escolar e meio envolvente • Sensibilizar e informar a comunidade escolar para a melhoria da gestão ambiental da escola e do meio envolvente
Atividades	São exemplos "Hortas Bio nas Eco escolas"; "Eco recreios"; "O mar começa aqui"; "O ar que eu respiro", entre outros
Beneficiários	Crianças e Jovens em todos os níveis de educação, desde o Pré-escolar até ao Ensino Superior. Até 2022 estavam inscritas no programa, nove escolas básicas, duas escolas secundárias, dois jardins de infância e uma escola privada do concelho, tendo sido atribuído até 2022/2023, 142 galardões eco escolas. 25
Projeto "Partilha com Energia"	
Descrição	Projeto em colaboração entre a EDP e as escolas, operacionalizado em parceria com a Direção Geral da Educação, inserido na estratégia de Responsabilidade Social da EDP Tem como objetivo o empoderamento dos jovens adultos através da educação e formação de competências com vista à participação e cidadania ativa.
Objetivos	O projeto visa desenvolver competências sociais e individuais, nomeadamente através de ações promotoras dos valores da responsabilidade individual e social, da solidariedade, autonomia, direitos e deveres, abertura ao diálogo e respeito pelo outro, ou seja, ferramentas para uma cidadania verdadeiramente ativa.
Atividades	Atividades de empreendedorismo e criação de projetos: definição conjunta de programas de atividades de divulgação da região, potencialidades do território e recursos comunitários (espaços e serviços). A participação é realizada em equipas que assumem com o apoio da EDP e dos municípios a responsabilidade pelo planeamento e intercâmbio de contactos e parcerias com entidades locais, gestão de orçamentos e questões logísticas
Beneficiários	Professores e alunos do ensino secundário (15-19 anos)

[25] Carta Educativa Municipal, 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal, pág.157

Fonte: Divisão dos Assuntos Sociais, "Boas Práticas Políticas Locais" - Garantia para a Infância 2024 e Carta Educativa Municipal

b) Saúde Mental

Tabela 61: Descritivo dos Programas e Projetos de Apoio à Educação e Formação, Componente Saúde Mental e Bem-Estar, Implementados na Rede de Ensino Pública do Concelho da Marinha Grande

Saúde Mental	
Programa PIPSE - Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar	
Equipa	Psicóloga (1) Nutricionista (1)
Objetivos	O Plano visa combater as insuficiências graves na qualidade das aprendizagens de uma parte significativa da população escolar, agravadas pela pandemia da Covid-19, bem como contribuir para a melhoria dos indicadores educativos do território que enfrenta novos desafios, designadamente os que decorrem de um número crescente de alunos migrantes. Complementarmente, pretende-se o reforço da intervenção das comunidades locais na concretização de respostas educativas para todas as crianças e todos os jovens, sem exceção.
Beneficiários	Crianças sinalizadas em rastreios, por docentes ou técnicos para avaliação e intervenção dirigida ou universal. Em 2023/2024 foi acompanhada 1 criança a nível Psicológico no Pré-escolar, e 38 crianças dos 6 aos 17 anos.
Programa de Competências Sociais e Emocionais "Sentir as Emoções" e "Mindfulness" em contexto educativo	
Equipa	Grupo de Educação Emocional e Comportamental- Mindfulness em contexto educativo"
Níveis de Ensino	Pré-Escolar e 1.º CEB
Objetivos	Promover o desenvolvimento de competências sociais e emocionais, num ambiente positivo e estimulante reforçando e relação com a comunidade e o envolvimento parental. Reduzir o insucesso escolar; diminuir o absentismo e abandono escolar; potenciar o exercício da cidadania ativa e inclusão e promover a literacia. Combater os problemas de relacionamento e comportamentos inadequados, desenvolvendo a inteligência emocional através do estímulo da perceção emocional, da capacidade de entender e gerir as emoções, do desenvolvimento de competências de autocontrolo e desenvolvimento de competências sociais (relacionamento interpessoal) e tomada de decisão consciente. Sessões realizadas em turma, com uma Técnica Superior de Psicologia com o objetivo de promover o desenvolvimento de competências emocionais e transmitir hábitos saudáveis ao nível da saúde mental.
Beneficiários	Realizadas 7 sessões em seis turmas do primeiro ciclo, abrangendo 120 crianças em 2023/2024

Fonte: Divisão dos Assuntos Sociais, "Boas Práticas Políticas Locais" - Garantia para a Infância 2024

c) Estilos de Vida Saudáveis: Desporto

Tabela 62: Descritivo dos Programas e Projetos de Apoio à Educação e Formação, Componente Desportiva, Implementados na Rede de Ensino Pública do Concelho da Marinha Grande

ESTILOS DE VIDA SAUDÁVEL: DESPORTO	
Descrição	Atividades desportivas desenvolvidas como complemento curricular, de ocupação de tempos livres, facultativo e integrado no plano de atividades da escola com uma forte identidade com o território e ênfase no desporto feminino, inclusivo e comunitário.
Projetos e Programas Desportivos	**Ensino da Natação** São beneficiárias todas as crianças do 1º ciclo do ensino básico. Realiza-se uma vez por semana, nas piscinas municipais tendo como objetivos: o desenvolvimento social, cognitivo e motor através da promoção da atividade física; combate à obesidade infantil e doenças cardiovasculares; Em 2024 beneficiaram desta atividade 91 crianças do Agrupamento de escolas de Viera de Leiria do pré-escolar e 1495 alunos do 1º ciclo dos 3 agrupamentos escolares do Município.
	“Vai de Bike “ São beneficiárias as crianças do ensino pré-escolar e do 1º e 2º ciclo. É um projeto enquadrado na Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2023 e articulado com o Programa de Desporto Escolar Sobre Rodas; Programa Nacional de Ciclismo para todos e Escola Segura. Em 2024, beneficiaram deste projeto **806** crianças em pré-escolar e **2186** alunos do 1º e 2º ciclo.
	“A minha primeira caminhada “ Baseado no modelo “Outdoor Education” que visa sensibilizar a comunidade escolar para a preservação e conservação da natureza através do desenvolvimento de atividades físicas em espaço natural, são beneficiários do projeto as crianças do 1º Ciclo da Escola Secundária de Pinhal do Rei, na Marinha Grande.
	Programa de Educação Olímpica Criado pelo Comité Olímpico de Portugal, este programa visa promover hábitos de vida saudável através da prática desportiva. As atividades englobam ciclos de palestras, exposições e partilhas de experiências motivadoras.
	Corta-Mato Escolar Promovido pelo Município desde 1984. É uma atividade que reúne toda a comunidade escolar pública e privada através da prática desportiva.
	Torneio Futebol Víctor Pina Promove a prática de futebol através do “Torneio Futebol Vítor Pina”. Os beneficiários diretos são as crianças do 1º ciclo. Envolve a comunidade educativa, as associações de pais e o Município.
	Cartão Branco – Plano Nacional da Ética no Desporto Projeto que reconhece as boas práticas desportivas através da recompensa das atitudes e comportamentos eticamente relevantes dos jovens alunos, treinadores e espetadores

	"A Hora dos Superquinas" Visa desenvolver competências motoras, sociais e emocionais combatendo o sedentarismo e estimulando a prática de atividade física. Desenvolve a formação de docentes, partilha recursos pedagógicos e material desportivo. Implementado em parceria com a Federação Portuguesa de Futebol (FPF) e a CIM região de Leiria Em 2024, beneficiaram deste projeto 404 alunos do 1º ciclo da EB Engenho; EB Guilherme Stephens e EB António Vitorino

Fonte: Carta Educativa Municipal e Divisão dos Assuntos Sociais, "Boas Práticas Políticas Locais" - Garantia para a Infância 2024

d) Estilos de Vida Saudável: Alimentação

Tabela 63: Descritivo dos Programas e Projetos de Apoio à Educação e Formação, Componente Alimentação Saudável, Implementados na Rede de Ensino Pública do Concelho da Marinha Grande

	Medidas de Alimentação Saudável: Refeições Escolares
Âmbito de ação	Medidas de acesso efetivo e gratuito a pelo menos uma refeição saudável por dia letivo
Níveis de Ensino	Pré-Escolar e Escolaridade Obrigatória (6 aos 17 anos)
Descrição	**Alimentação Saudável nas Escolas**
Objetivos	Contribuir para melhorar o estado de saúde global das crianças e jovens; inverter a tendência crescente de perfis de doença que se traduzem no aumento das taxas de incidência e prevalência de enfermidades como sejam a obesidade, diabetes tipo II, cáries dentárias, doenças cardiovasculares e outras; colmatar carências nutricionais de uma população estudantil mais carenciada, fornecendo-lhes os nutrientes e a energia necessários para o bom desempenho cognitivo; promover a saúde de crianças e jovens através da Educação para a Saúde, especificamente em matéria de Alimentação Saudável e Atividade Física.
Beneficiários	806 alunos do pré-escolar e 4696 alunos do 1º,2º e 3º ciclo e ensino secundário em 2023/2024
Descrição	**Sessões de Informação e sensibilização sobre alimentação saudável**
Níveis de Ensino	Pré-Escolar e Escolaridade Obrigatória
Objetivos	Disponibilizar em meio escolar uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades das crianças/lugares e educar para uma alimentação saudável através de sessões de informação e sensibilização junto de crianças e alunos, docentes e não docentes e encarregados de educação.
Beneficiários	806 alunos do pré-escolar e 4696 alunos do 1º,2º,3º ciclo e secundário em 2023/2024
Descrição	**Programa de distribuição de fruta em meio escolar**
Níveis de Ensino	1º CEB
Objetivos	Promoção de hábitos de educação alimentar e de uma dieta equilibrada entre crianças. Contribuir para a redução da obesidade infantil e capacitação das famílias de hábitos de consumo de fruta em substituição dos lanches pobres em qualidade alimentar.
Beneficiários	1495 alunos do 1º CEB 2023/2024
Descrição	**Projeto "Planeta do Bem Estar"**
Níveis de Ensino	1º CEB

Objetivos	Promover a sustentabilidade alimentar em meio escolar através de uma abordagem à alimentação saudável, nomeadamente do reforço juntos dos alunos da necessidade de consumo integral da refeição dos refeitórios escolares através da explicação das suas componentes, da importância das escolhas alimentares para a saúde e ambiente.
Beneficiários	367 alunos do 1º CEB da Moita; Picassinos; Francisco Veríssimo e Casal de Malta em 2023/2024
Âmbito de ação	Acesso efetivo à alimentação saudável entre os 0 e os 17 anos
Descrição	**PASS – Promoção da Alimentação Saudável e Sustentável, programa de sensibilização enquadrado no Plano Nacional de Alimentação Equilibrada e Sustentável**
Objetivos	Incentivar a alimentação saudável; identificar produtos alimentares de produção local e sazonal; reduzir o desperdício alimentar; valorizar e salvaguardar a dieta mediterrânica.
Beneficiários	337 alunos do 6º ano de escolaridade dos 3 agrupamentos
Descrição	**Programa de monitorização das cantinas escolares**
Objetivos	Reconhecer e sensibilizar para a importância do consumo de refeições escolares saudáveis, garantindo a disponibilização de refeições de qualidade e o cumprimento de boas práticas, tendo em conta os referenciais da DGE e DGS, através da emissão de orientações para os refeitórios escolares.
Beneficiários	5502 crianças e alunos de todos os níveis de ensino (dos 3 aos 18 anos de idade), inseridos em estabelecimentos de ensino da rede pública; O Programa foi igualmente implementado, desde dezembro de 2023, em regime de parceria, numa IPSS do concelho: APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Marinha Grande.

Fonte: Carta Educativa Municipal e Divisão dos Assuntos Sociais, "Boas Práticas Políticas Locais" - Garantia para a Infância 2024

e) Criatividade, Cultura E Artes

Tabela 64: Descritivo dos Programas e Projetos de Apoio à Educação e Formação, Componente Cultural e Artística, Implementados na Rede de Ensino Pública do Concelho da Marinha Grande

	CULTURA E ARTES **Práticas Artísticas e Pensamento Contemporâneo**
Descrição	**Projeto de Mediação Cultural-Incorporar: Práticas Artísticas e Pensamento Contemporâneo** "Ciclo à Margem" "Casulo"
Níveis de Ensino	Escolaridade Obrigatória
Objetivos	Promover lugares em comum, trabalhar no encontro de pontos de contacto das práticas artísticas e de produção de pensamento-reflexão das diversas dimensões: estéticas, poéticas, éticas ou políticas, contemporânea e de cultura popular e memória coletiva. O Projeto "Ciclo à Margem" abrange artes performativas como o teatro, dança, cinema, música clássica, neoclássica, jazz, eletrónica, eletroacústica e experimental. O Projeto "Casulo" trabalha as várias dimensões da programação infantil, famílias, mediação de públicos, envolvimento das comunidades, educação, capacitação e acessibilidades.
Beneficiários	4696 alunos em 2023/2024

Medida Local	**Programa Rede de Bibliotecas Escolares (PRBE)**
Objetivos	Programa criado em 1996 A prioridades deste programa foi a instalação de uma rede de bibliotecas nas escolas básicas e secundárias, numa filosofia de partilha e rentabilização de recursos. Este programa visa estruturar, promover e acompanhar as bibliotecas e adequar os equipamentos à mudança e desafios atuais com vista à melhoria contínua dos serviços prestados.
Beneficiários	Escolas e crianças integradas na escolaridade obrigatória. No Município existem seis escolas básicas e três escolas secundárias aderentes ao programa e a Biblioteca Municipal da Marinha Grande.

Fonte: Carta Educativa Municipal e Divisão dos Assuntos Sociais, "Boas Práticas Políticas Locais" - Garantia para a Infância 2024

f) Participação Social das Crianças e Jovens

Tabela 65: Descritivo dos Programas e Projetos de Apoio à Educação e Formação, Componente Participação Social, Implementados na Rede de Ensino Pública do Concelho da Marinha Grande

PROJETOS E PROGRAMAS DE APOIO À PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS	
Projetos e Programas	CMJ – Conselho Municipal de Juventude
	Programa INSIDE JOVEM
	Programa de Acolhimento de Jovens – formações em contexto de trabalho
	Cartão Jovem Municipal
	Associativismo
	Concurso de Ideias "Empreendedorismo nas Escolas"
	"À Descoberta das 4 cidades"
	" O Cientista regressa à Escola"

Fonte: Carta Educativa Municipal e Divisão dos Assuntos Sociais, "Boas Práticas Políticas Locais" - Garantia para a Infância 2024

A promoção da participação social e envolvimento dos jovens na comunidade é vital para a aprendizagem e desenvolvimento de competências essenciais na vida futura, como a capacidade de autonomia, decisão e liderança e a transmissão e partilha entre gerações de conhecimentos é um ponto essencial para a transformação e desenvolvimento de uma comunidade mais positiva e inclusa.

Neste âmbito o Município desenvolve, em articulação com os agentes educativos e numa lógica de aprendizagem e conhecimento e proximidade do território.

O **Projeto INSIDE JOVEM – MY JOB**, promovido pelo do Município da Marinha Grande tem como objetivo a ocupação de jovens do ensino secundário, durante o período de pausa letiva, nas várias unidades orgânicas, numa lógica de ocupação dos tempos livres com a possibilidade de aquisição de aprendizagem em contexto de trabalho, estimulação de autonomia e tomada de decisões e fomento de boas práticas que sejam favorecedoras do processo de planeamento do seu percurso profissional e futura inserção no mercado de trabalho.

Este projeto é uma oportunidade para os jovens terem contacto com diversas profissões e áreas de intervenção municipal durante os períodos de férias.

Os destinatários são jovens dos 16 aos 19 anos residentes na Marinha Grande e que frequentam o Ensino Secundário no concelho da Marinha Grande.

O **Concurso de Ideias – Empreendedorismo nas Escolas "Arrisca Connosco" 2024/2025 tem como objetivo** desafiar os alunos da região a pensar de forma criativa, com espírito de iniciativa e compromisso com as suas comunidades.

A iniciativa promovida pela Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria e pelos 10 municípios, passa por construir uma geração capaz de enfrentar os desafios sociais e económicos com inovação, responsabilidade e visão empreendedora e integrada que envolve a participação da comunidade educativa num concurso de ideias cujos projetos resultantes são levados a concurso local e intermunicipal entre as várias escolas dos municípios envolvidos na iniciativa.

Esta iniciativa possibilita aos vencedores práticas de partilha de boas práticas transnacionais com base na mobilidade proporcionar aos jovens premiados um contacto direto com o meio académico, profissional e empresarial internacional, potenciando experiências inspiradoras para o seu futuro.

Síntese Conclusiva

A Educação por via do ensino é um direito fundamental consagrado na Constituição Portuguesa de 1976, declarada no artigo 74.º o qual designa no n.º 1 que "Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar".

A educação e a aprendizagem sãos motores de desenvolvimento social e económico estratégicos com vista ao desenvolvimento e fortalecimento de competências de participação e qualificação das pessoas e da comunidade, com impacto na inclusão e redução das desigualdades sociais.

Os ganhos em literacia, são indiscutíveis e progressivos até à atualidade.

Os dados dos **Censos 2011-2021** apresentam percentagens significativas da **redução da população**, desde o **nível de qualificação inferior ao 1.º até ao 3.º CEB**, e **aumento da população** com o Ensino **Secundário**.

A população com o **Ensino Superior** residente sofreu um **aumento** embora se mantenha abaixo dos 50%.

A **obrigatoriedade do ensino** alargado até ao 12.º ano em 2009, tornou a sociedade mais exigente na relação entre o mercado de trabalho e os níveis de qualificação da população, o que impulsionou novas medidas de **incentivo à formação, reconversão profissional** da população, **aumento da qualificação e promoção da aprendizagem ao longo da vida** desenvolvidas através **de programas e medidas específicas de formação profissional** promovidas pelo **Instituto de Emprego e Formação Profissional**, os **Centros Qualifica** e os **Centros de Formação Profissional**.

A relação direta entre o ensino e o mercado de trabalho viabiliza-se através da via profissionalizante do ensino, com a existência de oferta de **cursos superiores técnico profissionais** frequentados sobretudo pelo **género masculino**.

A distribuição dos níveis de qualificação entre géneros revela até ao Ensino Secundário que a proporção de efetivos masculinos é ligeiramente superior aos efetivos femininos.

A **maior distância entre géneros** dispara no **Ensino Superior**, sendo predominante nas mulheres face aos homens com o mesmo nível de qualificação.

O desenvolvimento da qualificação dos munícipes impacta numa **taxa de analfabetismo reduzida** e inferior aos valores nacionais, com **ganhos significativos** nas freguesias na **Moita e Vieira de Leiria**.

A redução da taxa de analfabetismo é desigual entre géneros, apesar dos ganhos consideráveis nesta área. As taxas de analfabetismo das mulheres são ainda o dobro ou triplo, de acordo com a localização, face às taxas da população masculina. Contudo foi a população feminina que obteve maiores ganhos e crescimento positivo ao longo dos anos.

A divisão e redefinição dos papéis de género, do papel social da mulher na família assim como a promoção de políticas de integração e paridade no mercado de trabalho são transformações sociais que legitimam a necessidade de formação e qualificação de todos, independentemente da idade ou género.

A Rede Pública de ensino e o investimento na manutenção e alargamento da rede de equipamentos educativos são objeto de avaliação contínua para a prossecução dos objetivos da universalidade e gratuitidade da educação.

O **parque escolar** da Marinha Grande é constituído por **três agrupamentos**: O **Agrupamento Escolar Poente; Nascente e Vieira de Leiria.**

A diversificação do sistema de ensino público português com vários percursos formativos adaptados à idade e qualificações da população com vista à promoção da aprendizagem ao longo da vida, qualificação e reconversão profissional da população empregada ou que procura emprego é um contributo significativo para o aumento da qualificação e literacia.

Indicadores como o **aumento da taxa bruta de escolarização**, revelam a existência nas escolas do concelho de situações de rácios superiores a 100% que indicam o **excesso do número de crianças face à população residente em idade escolar** e que deverão ser, fenómenos de retenção e desistência para além do fato da rede educativa concelhia absorver alunos provenientes de concelhos limítrofes.

A taxa de escolarização da população residente com o Ensino Superior, apesar de uma evolução positiva, é reduzida face às necessidades de qualificação especializada cada vez mais procuradas pela indústria 4.0.

As situações de **retenção** no ensino acontecem substancialmente no **2.º ciclo** e no **Ensino Secundário.**

Entre **géneros**, a **taxa de retenção é superior no Ensino Secundário** no **género masculino**, mais orientado para **cursos profissionais** enquanto o **género feminino** frequenta em maior número os **cursos das Humanísticas**.

Os dados apontam para **7.448** alunos distribuídos por vários níveis de escolaridade (desde o Pré-Escolar ao Ensino Superior) no ano letivo 2024/2025 **sob a tutela do Ministério da Educação**.

Nos **últimos seis anos**, o número de crianças **inscritas no Pré-Escolar** aumentou **+18,1%,** totalizando **+174** crianças.

No **Ensino Básico** registou-se um crescimento de **+11,9%**, correspondendo a **+421 alunos**. O maior número de crianças está inscrita no **1.º Ciclo (1.740)**, seguido do **3.º Ciclo (1.374)** e do **2.º Ciclo (843**). Em contrapartida, verificou-se um **decréscimo de -4%** na **população jovem inscrita no Ensino Secundário**, que totaliza **1.637 alunos**.

No **Ensino Secundário** predomina o **ensino escolar profissional** com **43,1% das inscrições**, seguido do **vocacional com 35,8%** e, por último, o **geral com 21,1% das inscrições**.

A distribuição da população infantil e jovem pelos diferentes níveis de ensino em 2024/2025 informa que **15,3%** se encontra a **frequentar o Pré-Escolar**; **53,1%** encontra-se a frequentar o **Ensino Básico** (com maior acumulação no 1.º ciclo com 23,4% dos inscritos, seguido do 3.º ciclo com 18,4 % e do 2.º ciclo com 11,3%); **22 % o Ensino Secundário** e **9,6 % o Ensino Superior**.

A escola é o espaço de encontro de várias realidades e problemáticas que afetam diretamente o crescimento e desenvolvimento das crianças e jovens, é o espaço privilegiado de preparação para os desafios da vida futura. Por forma a dar uma resposta equitativa no acesso de oportunidades, a escola promove a diversidade de apoios com vista à igualdade de oportunidades de inclusão social de todas as crianças.

A existência de **projetos educativos diversificados**, de vários âmbitos, desde a **promoção da saúde e desporto, ambiente e sustentabilidade**, promoção de uma **alimentação e crescimento saudável**, da **participação e empoderamento dos jovens** na comunidade, desenvolvimento criativo **através das artes** são boas práticas territoriais desenvolvidas no concelho da Marinha Grande com impacto direto na vida dos munícipes e que seguem os pilares fundamentais do Programa da Garantia para a Infância.

Os vários anos em análise apresentam variações diferenciadas no número de crianças inscritas nos agrupamentos e estabelecimentos de ensino. O ajustamento das estruturas municipais de ensino ao aumento do número de efetivos residentes e as responsabilidades adquiridas no âmbito da transferência de competências, determinam uma gestão do parque escolar próxima e articulada com a comunidade escolar, de forma a conhecer os seus desafios, criar sinergias e solucionar constrangimentos e barreiras de forma a dar resposta às necessidades da população.

O investimento e melhoramento das estruturas existentes encontra-se estrategicamente planeado e intenta nos próximos anos melhorar as infraestruturas educativas definidas na Carta Educativa Municipal.

Entre 2021 e 2024 foram realizadas as seguintes intervenções:

- Construção de refeitório do Jardim de Infância (JI) da Amieirinha;
- Espaço coberto na Escola Básica de Picassinos;
- Requalificação da JI da Comeira;
- Criação de espaço multiusos na EB Casal de Malta;
- Adaptação de EB de Picassinos para pré-escolar;
- Adaptação da Sala para JI na Escola Básica do Engenho;
- Remodelação do espaço de jogo e recreio da EB. Nery Capucho, do JI/EB Praia da Vieira e JI da Amieirinha;

Para além das intervenções executadas, em 2025 estão diagnosticados melhoramentos e a decorrer as seguintes obras:

- Reabilitação da Albergaria Nobre para Residência de Estudantes;

- Requalificação da Escola Secundária Pinhal do Rei;
- Requalificação da EB do Engenho.

CAPÍTULO II
DIMENSÃO TRANSVERSAL DE ANÁLISE

7. EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A melhoria dos níveis de qualificação profissional é de grande importância estratégica para sustentar o atual modelo de desenvolvimento económico e social, baseado na inovação e no conhecimento, tornando-o suficientemente competitivo para com a sociedade global.

O emprego e a formação profissional são parceiros e aliados no desenvolvimento/crescimento da esfera económica e social das sociedades. Cada vez mais a procura e manutenção de emprego exige qualificação/formação inicial e contínua, acompanhando as exigências de um mercado competitivo, informatizado, global, no sentido em que ultrapassa facilmente as fronteiras dos países.

A temática do emprego mantém-se em foco nas agendas políticas. O emprego impulsiona o desenvolvimento económico e social das sociedades. A sua falta ou insuficiência condiciona o bem-estar dos cidadãos, interfere com a sua dignidade e dificulta a sua inclusão e interação social, criando um ambiente propício ao advento de crises económicas e sociais, dentro e fora dos sistemas sociais.

6.1 Indicadores de Emprego e Formação Profissional

7.1.1 Empregabilidade e Mercado de Trabalho do Concelho da Marinha Grande

a) Taxas de Emprego e Atividade da População

Segundo o INE, a taxa de emprego mede a proporção da população ativa que está efetivamente empregada.

A população ativa é a soma da população empregada e da população desempregada.

A taxa de atividade, ou "taxa de participação", é a razão entre a população ativa (população com 15 e mais anos que está empregada ou desempregada) e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade), que efetivamente constitui a força de trabalho.

Tabela 66: Taxa de Emprego (%) e Variação (%) por Local de Residência 2011 – 2021

	2011	2021	Variação (%)
Portugal	48,51	49,12	+1,257
Centro	46,81	47,69	+1,880
Concelho	49,79	50,36	+1,145
Marinha Grande	50,95	51,51	+1,1
Vieira de Leiria	47,71	44,51	-6,7
Moita	44,09	46,57	+5,6

Fonte: Por Radar Social, a partir de Portal do INE extraído a 23/06/25

Tabela 67: Taxa de Atividade (%) por Local de Residência 2011 - 2021

	2011	2021	Variação (%)
Portugal	47,56	46,58	-2,061
Centro	45,38	44,74	-1,410
Marinha Grande	47,61	46,87	-1,554
Moita	45,92	44,68	-2,7
Vieira de Leiria	42,70	41,66	-2,4
Concelho	48,60	47,83	-2,1

Fonte: Disponível www.ine.pt e extraído em 20/06/25

A análise das taxas de emprego e de atividade entre 2011 e 2021 mostra uma ligeira melhoria do primeiro indicador e uma leve regressão do segundo.

A taxa de emprego passou de 49,79% para 50,36%, o que representa um aumento discreto, mas positivo, em linha com as tendências nacionais e regionais.

A taxa de atividade, contudo, decresceu em todas as freguesias e no concelho, sinalizando uma redução da proporção da população ativa (empregada e desempregada) face ao total da população em idade ativa.

Esta aparente contradição pode ser explicada pelo aumento da população não ativa, sobretudo pensionistas e redução da população jovem, que resulta do envelhecimento demográfico identificado anteriormente.

Neste cenário, de salientar a necessidade urgente de medidas de atração para a qualificação, emprego e autoemprego da população jovem e adulta em idade ativa em todas as localizações em análise, com especial destaque para Vieira de Leiria que no prazo a 10 anos viu a taxa de emprego decrescer 6,7%, o que demonstra fragilidades de renovação geracional, frágil crescimento dos setores de atividades com mais peso na freguesia orientados sobretudo para as atividades económicas de serviços e atividades de empresas relacionadas com o turismo (alojamento, restauração, comércio a grosso),as quais sofrem com a sazonalidade seguido da indústria transformadora.

A contrariar esta tendência, a Moita, apresenta um crescimento da taxa de emprego positivo de 5,6% e apesar do declínio populacional, apresenta no território a predominância do setor das indústrias transformadoras aliado ao aumento produtivo das atividades de consultoria, técnicas e científicas para além da proximidade ao centro urbano, os quais resultam em fatores de atração e dinamismo.

b) Taxas de Emprego por Género

Tabela 68: Taxas de Emprego por Género (%)

	Masculino			Feminino		
	2011	2021	Variação (%)	2011	2021	Variação
Portugal	53,65	53,25	-0,7	43,9	45,45	+3,5
Centro	52,53	51,92	-1,2	41,7	43,92	+5,3
Marinha Grande	55,75	56	+0,4	46,5	47,37	+1,9
Moita	52,24	49,30	-5,6	43,4	43,96	+1,3
Vieira de Leiria	46,59	45,95	-1,4	41,9	43,17	+3
Concelho	54,25	54,36	-0,2	45,7	46,67	+2,1

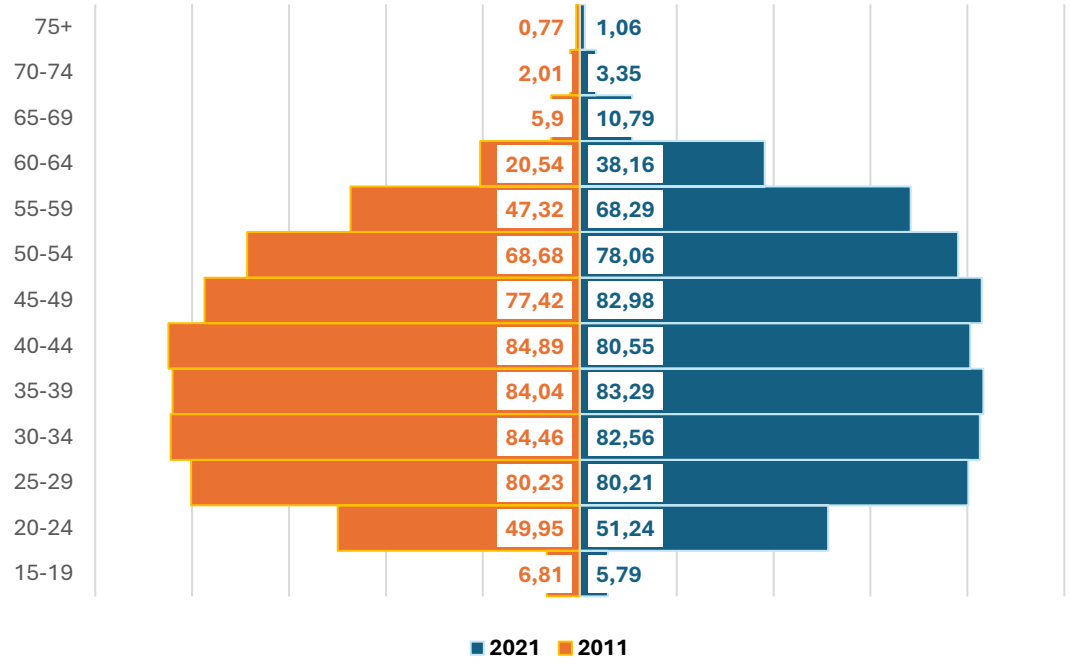
Fonte: Disponível www.ine.pt e extraído em 20/06/25

A taxa de emprego por género apresenta, no intervalo de 10 anos, valores positivos para as mulheres em todas as localizações, com especial destaque para a freguesia da Vieira de Leiria com +3% e o concelho com +2,1%.

A força do trabalho decresceu na população masculina e aumentou na população feminina.

c) Taxa de Emprego por Grupos Etários

Figura 11: Taxa de Emprego por Grupos Etários no Concelho da Marinha Grande em 2011 e 2021



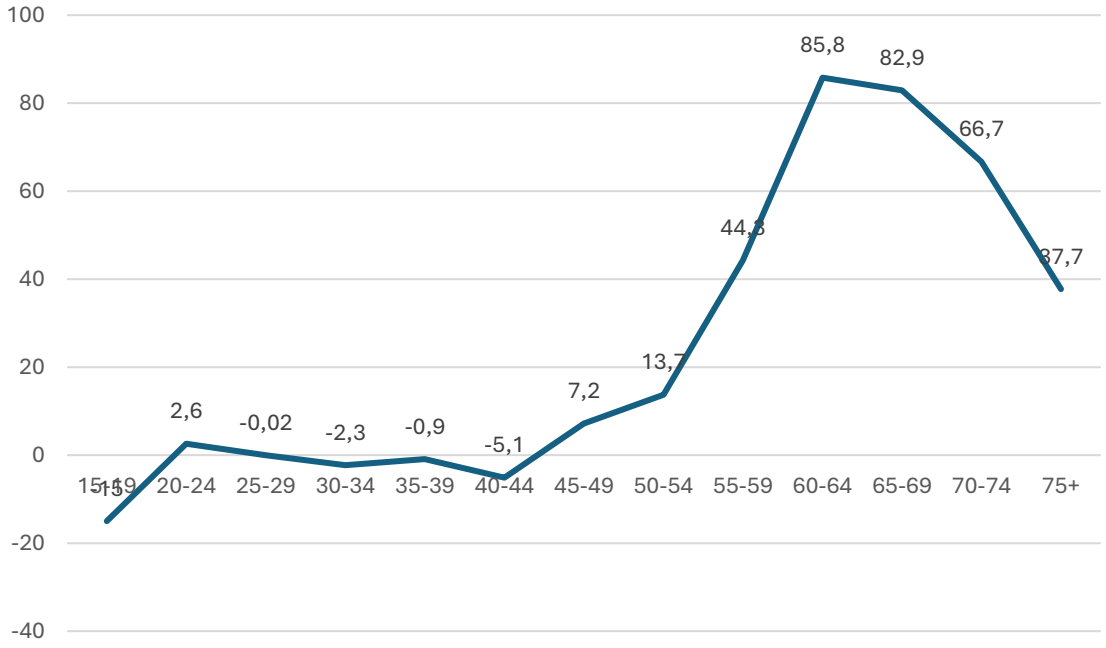
Fonte: Por Radar Social, a partir de Portal do INE, extraído a 11/09/25

Em termos etários, entre 2011 e 2021 as diferenças observáveis remetem para:

- Decréscimo da população jovem adolescente integrada no mercado de trabalho, passando de 6,81% para 5,79% e nos grupos etários até aos 44 anos.

- Taxa de emprego aumentou significativamente na população com idades acima dos 45 anos, com especial incidência na faixa dos 50 aos 54 anos, com um aumento percentual absoluto de cerca de 10% passando de 68,68% em 2011 para 78,06% em 2021, e na faixa dos 55 aos 59 com um aumento percentual absoluto de cerca de 20,97%, passando de 47,32% em 2011 para 68,29% em 2021.
- Tende-se para uma população ativa concentrada nos grupos etários em idade adulta madura e tendencialmente envelhecidos, com um aumento visível na população a partir dos 65 anos.

Figura 12: Variação (%) da Taxa de Emprego por Grupos Etários no Concelho da Marinha Grande em 2011-2021



Fonte: Por Radar Social, a partir de Portal do INE, extraído a 11/09/25

Analisada a variação, no período de 10 anos, regista-se uma taxa de emprego com incidência e aumento a partir das faixas etárias dos 45-49, com um incremento considerável nas faixas etárias próximas da idade da reforma.

7.2 Indicadores de Disparidades Salariais

a) População Residente Estudante e Empregada

Tabela 69: População Residente Estudante ou Empregada no Concelho da Marinha Grande – 2011 - 2021

	População Estudante			População Empregada		
	2011	2021	Variação (%)	2011	2021	Variação (%)
Marinha Grande	19347	20023	+3,5	13590	14447	+6,3
Moita	855	755	-11,7	573	543	-5,2
Vieira de Leiria	3302	2963	-10,3	2215	2118	-4,4
Concelho	**23504**	**23741**	+1	**16378**	**17108**	+4,5

Fonte: Por Radar Social, a partir de Portal do INE extraído a 01/09/25

A evolução da população empregada entre 2011 e 2021 confirma esta leitura. O número de pessoas empregadas no concelho aumentou +4,46%, passando de 16.378 para 17.108.

A freguesia da Marinha Grande registou um crescimento de mais de 6%, reforçando a sua centralidade económica e a sua capacidade de gerar emprego. Em contraste, as freguesias da Moita e de Vieira de Leiria registaram quebras na população empregada, respetivamente de - 5,2% e - 4,4%.

Esta divergência territorial já identificada noutros indicadores mantém-se evidente também no domínio do emprego, sugerindo uma maior vulnerabilidade socioeconómica nas freguesias periféricas. A tendência aponta para uma crescente concentração das oportunidades económicas na sede concelhia, em detrimento das restantes zonas do concelho, o que poderá gerar desequilíbrios sociais e acentuar disparidades internas.

Tabela 70: População Empregada (N.º) por Freguesia e por Género – 2011 e 2021

	Masculino			Feminino		
	2011	2021	Variação (%)	2011	2021	Variação %
Marinha Grande	7121	7531	+5,8	6469	6916	+7
Moita	303	281	-7,3	270	262	-3
Vieira de Leiria	1093	1050	-4	1122	1068	-4,8
Concelho	**8517**	**8862**	+4,1	**7861**	**8246**	+4,9

Fonte: Por Radar Social, a partir de Portal do INE extraído a 01/09/25

A análise da população empregada por freguesia e por género, para os anos de 2011 e 2021, permite observar uma evolução diferenciada, embora globalmente estável.

A freguesia da Marinha Grande concentra a maior parte da população empregada do concelho, tendo registado um aumento no número total de trabalhadores empregados ao longo da década.

Em 2011, esta freguesia contava com 7.121 homens e 6.469 mulheres empregadas, enquanto em 2021 esses números evoluíram para 7.531 homens e 6.916 mulheres, o que representa um aumento de 5,8% no total de indivíduos empregados. Esta variação, embora moderada, é indicativa de uma relativa solidez do mercado de trabalho urbano, compatível com o papel desta freguesia como centro económico do concelho.

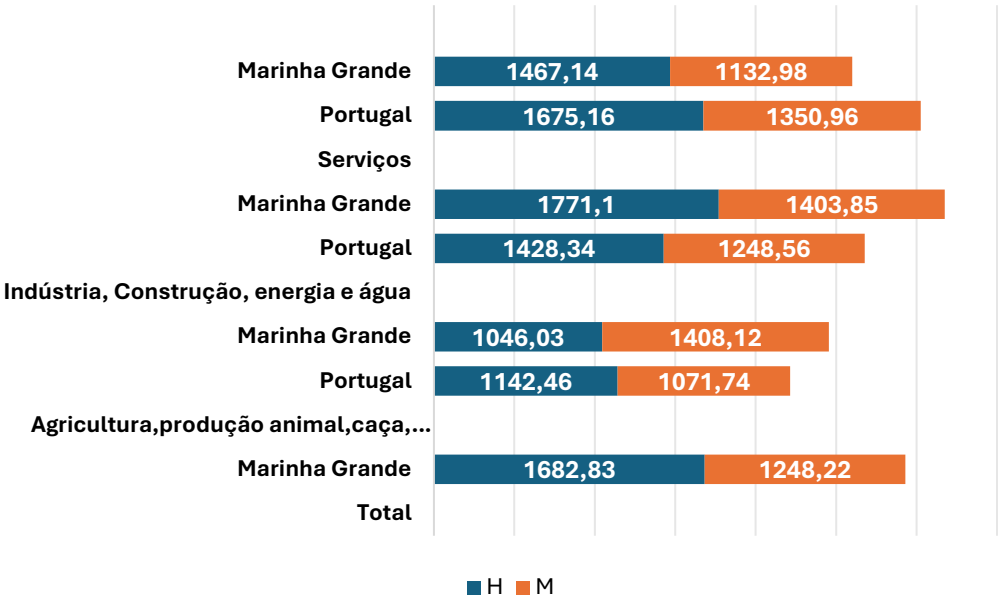
Na freguesia da Moita, regista-se uma ligeira quebra no emprego, com uma redução tanto do número de homens como de mulheres empregadas.

Em 2011 havia 303 homens e 270 mulheres empregados, passando para 281 e 262, respetivamente, em 2021, perda total de 30 efetivos (22 homens 8 mulheres). Este declínio, ainda que numericamente pouco expressivo, é revelador de uma menor capacidade de retenção da população ativa, o que pode estar associado à escassez de oportunidades económicas locais e à maior propensão da emigração ou ao deslocamento para freguesias vizinhas com maior dinamismo.

Na freguesia de Vieira de Leiria, observa-se uma ligeira redução no número de homens e mulheres empregados. Apesar da pequena variação negativa de 4% esta freguesia continua a apresentar uma composição de força de trabalho relativamente equilibrada em termos de género e dimensão, mas revela sinais de estagnação, facto que exige atenção na definição de políticas de desenvolvimento local.

b) Ganho Médio Mensal por Setor de Atividade Económica

Figura 13: Ganho Médio Mensal (€) por Setor de Atividade Económica e por Género no Concelho da Marinha Grande (Trabalhadores por Conta de Outrem) – 2023



Fonte: Por Radar Social, a partir de Portal do INE, extraído a 22/08/25 às 13h58

Em relação aos ganhas médios mensais – que incluem renumeração base, prémios e subsídios – por atividade económica e por género, importa salientar:

- **Na visão conjunta**, o **concelho** oferece ganhos médios mensais por género, superiores aos valores nacionais. No caso dos homens, com um ganho médio mensal de 1682,83 face a 1570,12 (+112,71) e inferiores aos valores Nacionais no caso das mulheres, com um ganho médio mensal de 1248,22 euros face a 1327,92 (-79,70).

Numa **visão fragmentada por setores de atividade**, os ganhos médios mensais do concelho são superiores aos ganhos nacionais, nomeadamente:

- No setor da agricultura e pescas as mulheres do concelho apresentam ganhos médios mensais superiores aos dos homens a nível concelhio e nacional com um ganho de +362,09 e +265,66 euros respetivamente.
- O concelho destaca-se em ganhos mensais acima da média nas áreas da indústria, construção, energia e água.
- Existem disparidades de distribuição média salarial entre géneros, com as mulheres a ganharem em média menos do que os homens, com exceção para o setor da agricultura, floresta e pescas em que o ganho é de mais 362,09 euros.
- Na área dos serviços a diferença salarial entre géneros é de 334,16 euros; no setor da indústria a diferença é de 367,25 euros.

O concelho da Marinha Grande apresenta uma **polarização do emprego** em 2021 de 1,03 enquanto o valor nacional é 0,93, isto significa que o mercado de trabalho cresce nas profissões de alta qualificação e nos empregos de baixa qualificação enquanto os empregos de qualificação média estão a diminuir.

O indicador **disparidade do ganho mensal entre géneros**, em 2021 e 2024 apresenta na Marinha Grande valores superiores aos Nacionais, a ascender os 15,3% em 2021 e os 14% em 2023[26], em comparação com os valores nacionais, de 8,5% em 2021 e 8,3% em 2023, apresentando apesar da diminuição percentual valores elevados na disparidade salarial entre géneros.

O indicador **disparidade no ganho médio mensal por setores de atividade**, revela a mesma tendência com valores superiores aos Nacionais a rondar disparidades significativas no concelho em 2021 os 12,9% e em 2023 os 12,7%, em contraste com os 5,3% e os 5,2% Nacionais[27].

[26] Disponível em Portal do INE Disparidade no ganho médio mensal (Entre sexos - %) da população empregada por conta de outrem por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual (1)
[27] Disponível em Portal do INE Disparidade no ganho médio mensal (Entre Setores de atividade - %) da população empregada por conta de outrem por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual - MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

O indicador **disparidade no ganho médio mensal por profissões** da população empregada por conta de outrem revela uma realidade concelhia menos desigual do que a realidade nacional. Os valores concelhios atingem em 2021 e 2023, os 28,4% e os 27,1% e apresentam uma ligeira redução das disparidades remuneratórias entre profissões. O panorama nacional apresenta valores em 2021 e 2023 de 37,4% e 36,3% respetivamente[28].

A **disparidade no ganho mensal entre níveis de habilitação** revela tendência local mais equilibrada do que em termos nacionais. O concelho apresenta valores em 2021 e 2023 de 14,3% e 14,8%, enquanto os nacionais atingem o dobro, com valores assentes em 2021 e 2023 nos 31,1% e nos 30,8%[29].

A **disparidade no ganho médio mensal entre escalões de empresa** revela na Marinha Grande uma maior paridade do que em termos nacionais, com valores em 2021 e 2023, de 12,8% e 10,9% comparativamente a 16,8% e 16,4%.[30]

7.3 Proteção Social no Emprego

7.3.1 Subsídio de Desemprego; Subsídio de Desemprego Parcial; Subsídio Social de Desemprego

Subsídio de Desemprego

Trata-se de uma prestação mensal em dinheiro atribuída às pessoas em situação involuntária de perda de emprego.

Subsídio de Desemprego Parcial

É uma prestação mensal em dinheiro atribuída aos trabalhadores que requereram ou estejam a beneficiar do subsídio de desemprego e iniciem atividade por conta de outrem com contrato a tempo parcial ou uma atividade independente.

Subsídio Social de Desemprego

Respeita a uma prestação mensal em dinheiro atribuída às pessoas na situação de perda involuntária de emprego, de forma a compensar a falta de remuneração, quando o beneficiário não reúne as condições para receber o subsídio de desemprego ou já tenha recebido a totalidade do subsídio a que tinha direito.

[28] Disponível em Portal do INE Disparidade no ganho médio mensal (Entre profissões - %) da população empregada por conta de outrem por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual - MTSSS/GEP, Quadros de pessoal
[29] Disponível em Portal do INE Disparidade no ganho médio mensal (Entre níveis de habilitação - %) da população empregada por conta de outrem por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual - MTSSS/GEP, Quadros de pessoal
[30] Disponível em Portal do INE Disparidade no ganho médio mensal (Entre escalões de empresa - %) da população empregada por conta de outrem por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual - MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

a) Número de Beneficiários

Tabela 71: Número de Beneficiários com Prestações de Desemprego em 2023 e 2024, Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Freguesia

Freguesia de Residência	Número de Beneficiários							
	2023				2024			
	Subsídio de Desemprego	Subsídio de Desemprego Parcial	Subsídio Social de Desemprego	Total	Subsídio de Desemprego	Subsídio de Desemprego Parcial	Subsídio Social de Desemprego	Total
Marinha Grande	1503	54	102	**1659**	1719	60	132	**1911**
Moita	59	3	4	**66**	59	*	*	*
Vieira de Leiria	158	8	11	**177**	191	*	*	*
Total	1720	65	48	**1902**	1969	68	155	**2192**

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ECI), 13/12/24

O número de beneficiários do subsídio de desemprego, em todas as modalidades e localidades em análise, aumentou entre 2023 e 2024, passando de 1.902 beneficiários em 2023 para 2.192 beneficiários em 2024, o que representa um crescimento de 15,2% e uma diferença absoluta de + 290 efetivos, destes 252 residem na freguesia da Marinha Grande e 38 estão distribuídos pelas freguesias periféricas.

b) Beneficiários por Género

Tabela 72: Número de Beneficiários de Prestações de Desemprego em 2023 e 2024, por Género, Residentes no Concelho da Marinha Grande

Género	Número de Beneficiários					
	2023			2024		
	Subsídio de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Total	Subsídio de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Total
Feminino	980	69	1049	1095	70	1165
Masculino	740	48	788	874	85	959
Total	1720	117	1837	1969	155	2124

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/DES), 18/04/25

Quando desagregado por género, observa-se em ambos os anos, um maior número de mulheres a beneficiar da prestação de desemprego.

Em 2024, 54,8% dos inscritos com atribuição de subsídio de desemprego são mulheres e 45,2% são homens, um diferencial absoluto de cerca de 10 p.p. observando-se disparidades entre sexos na integração e acesso ao mercado de trabalho, sendo o desemprego marcadamente feminino.

Contudo ao analisar a variação relativa e absoluta no período 2023 – 2024 observa-se que o aumento de casos face ao valor inicial é superior no caso dos homens face às mulheres.

Assim em 2024, os beneficiários são maioritariamente mulheres, mas o crescimento e agravamento do número de beneficiários é mais acentuado no sexo masculino.

Por conseguinte, entre 2023 e 2024 o número de beneficiários aumentou, no caso das mulheres, a variação relativa é de +11,15 % e corresponde a +116 efetivos absolutos femininos, e no caso dos

homens, a variação relativa é de + 21,7% e corresponde a + 171 efetivos masculinos a beneficiar do subsídio de desemprego em 2024.

c) Beneficiários por Grupo Etário

Tabela 73: Número de Beneficiários com Prestações de Desemprego em 2023 e 2024, por Grupo Etário, Residentes no Concelho da Marinha Grande

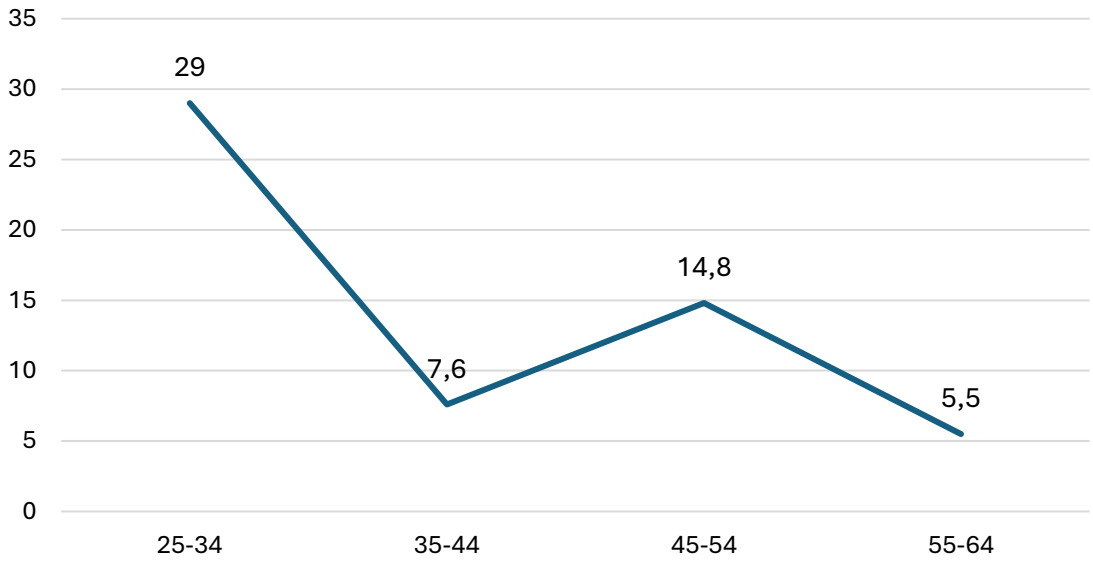
Grupo Etário	Número de Beneficiários					
	2023			2024		
	Subsídio de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Total	Subsídio de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Total
15-24	114	*	SI	128	10	138
25-34	388	32	420	480	62	542
35-44	449	26	475	498	38	536
45-54	413	30	443	484	25	509
55-64	331	15	346	344	19	363
65-74	25	*	SI	35	1	36
Total	1720	117	1837	1969	155	2124

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/DES), 18/04/25

Em todos os escalões etários há um aumento de beneficiários do subsídio de desemprego, com maior incidência, nos grupos etários dos 25 aos 34 com + 122 atribuições, do total dos 287 novos casos de atribuição de subsídio em 2024, correspondendo este grupo etário a uma proporção de 42,5% dos novos casos.

Estes dados complementam-se com a informação analisada respeitante à taxa de emprego que regista entre 2011 e 2021 a tendência para a perda de população ativa jovem empregada em todas as localizações, tornando-se prioritária a implementação de boas práticas locais de incentivo à empregabilidade da população jovem, com enfase no género feminino ao qual está atribuída uma maior vulnerabilidade e dificuldade de integração no mercado de trabalho.

Figura 14: Variação da População Beneficiária de Subsídio de Desemprego por Grupo Etário entre 2023-2024, da População Residente no Concelho da Marinha Grande



Fonte: Por Radar Social, a partir de ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/DES), 18/04/25

A análise da evolução entre 2011 e 2021 de atribuição da prestação do subsídio de desemprego informa que os grupos etários onde se observa um maior número de atribuições são, o grupo dos 25 aos 34 anos com um incremento de 29% e o grupo dos 45 aos 54 anos com um incremento de 14,8%.

7.4 Medidas e Respostas Locais de Apoio ao Emprego e Formação Profissional

7.4.1 Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)

O IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional[31] é um serviço de emprego público nacional. A sua missão é promover a criação e qualidade do emprego e o combate ao desemprego através da execução de políticas ativas de emprego com enfase na formação profissional.

É um organismo integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira, tutelado pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

O IEFP tem uma estrutura organizacional desconcentrada, flexível e de proximidade que integra, os serviços centrais, cinco delegações regionais (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), 30 centros de emprego e formação profissional, 23 centros de emprego e 1 centro de formação e reabilitação profissional.

De entre as várias atribuições, são objetivos do IEFP:

- Promover a informação, orientação, qualificação, reabilitação profissional com vista à colocação e progressão dos trabalhadores no mercado de trabalho;

[31] Informação disponível em Instituição - IEFP, I.P., consultado a 17/09/25

- Promover a qualificação escolar e profissional dos jovens e adultos através da formação de dupla certificação e formação profissional certificada ajustada aos percursos individuais e tecido económico local;
- Promover a colaboração com outras entidades parceiras na realização de formação profissional;
- Promover a reabilitação profissional das pessoas com deficiência em articulação com o Instituto Nacional de Reabilitação, IP;
- Incentivar a criação e manutenção de postos de trabalho através de medidas adequadas e de acordo com o perfil das entidades empregadoras;
- Incentivar a inserção profissional dos diferentes públicos, sobretudo os que se encontram em situação de exclusão social.

7.4.3. Formação Profissional IEFP, IP. – Polos de Formação da Marinha Grande

O Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria insere-se na Delegação Regional do Centro do IEFP, IP.

Integra a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL),abrange os concelhos de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pedrogão Grande, Pombal, Leiria, Batalha, Porto de Mós e Marinha Grande.

É a entidade responsável, na sua área de influência, pela implementação e execução de políticas ativas de emprego e formação profissional, e tem como missão institucional promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego.

Dispõe de 3 Serviços de Emprego (Leiria, Marinha Grande, Figueiró dos Vinhos) e 1 Serviço de Formação, com sede em Leiria e que agrega os Polos de Formação de Marinha Grande, Figueiró dos Vinhos e S. Romão, em Leiria.

A atividade formativa do IEFP, IP na Marinha Grande decorre em função de várias parcerias locais (empresas e escolas), mas também com recurso a um Polo de Formação em instalações anexas ao CENFIM, Centro Protocolar do IEFP, IP para a área da Metalurgia e Metalomecânica.

A partir de 2011, com a extinção do CRISFORM no concelho da Marinha Grande, o IEFP, IP-Centro de Formação Profissional de Leiria/ Serviço de Formação Profissional, assumiu a responsabilidade da gestão e manutenção da atividade formativa desta estrutura física, com a nova designação de **Polo de**

Formação Profissional de Marinha Grande, situada na Zona Industrial Casal da Lebre, Rua da Alemanha, Lote 18 - 2430-905 Marinha Grande.

Em 2024 abriu o Polo 2 da Marinha Grande, situado na Rua Tenente Cabeleira Filipe, 2430-028 Marinha Grande, dotado de salas teóricas e secções práticas de Informática.

Os atuais **Polo 1 e 2 de Formação Profissional de Marinha Grande** permitem operacionalizar no concelho a oferta formativa, de acordo com o quadro nacional de qualificações, e implementar as várias modalidades de formação, em função dos diferentes públicos, com idades a partir dos 15 anos.

O Plano de Atividades Anual tem por base o levantamento de necessidades junto das empresas do concelho, detetadas sobretudo a partir das ofertas de emprego de difícil satisfação pelo Serviço de Emprego, por déficit de qualificações dos candidatos a emprego, mas também a partir da auscultação das necessidades de qualificação profissional indicadas pelos representantes do Conselho Consultivo do Centro.

Tabela 74: Descritivo das Modalidades Formativas disponibilizadas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional de Leiria: Pólo de Formação da Marinha Grande,2024/2025.

Modalidades Formativas	Escolaridade Mínima de Acesso	Idade de Acesso	Idade Limite	Nível de Qualificação
Aprendizagem	9.º ano		29	4
Aprendizagem +	12.º ano		29	5
Educação Formação Adultos B3	6.º ano	18	---	2
Educação Formação Adultos Pro B3	9.º ano	18	---	2
Educação Formação Adultos NS Tipo A	9.º ano	21	---	4
Educação Formação Adultos Pro NS	12.º ano	18	---	4
Cursos de Especialização Tecnológica	12.º ano	18	---	5
Jovem + Digital	12.º ano	18	35	---
Vida Ativa Jovem	9.º ano ou 12.º ano	18	29	---
Vida Ativa Desempregados - Nível 4	9.º ano	18	---	---
Vida Ativa Desempregados - Nível 2	4.º ano	18	---	---
Formação Modular para Ativos Empregados	4.º ano	18	---	---
Português Língua de Acolhimento	Saber ler e escrever	16	---	---

Fonte: Informação disponibilizada por: IEFP, IP. Delegação Regional Centro, Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria, 15/01/2026

Esta estrutura física inclui as secções práticas de Informática, Cabeleireiro, Estética, secção móvel de costura e simuladores de soldadura.

Ao abrigo de um protocolo que remonta à década de oitenta, com as empresas de metalurgia e metalomecânica da região e o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, possui nesta última estrutura, uma secção de CNC, que vem sendo utilizada nas ações de formação com saídas profissionais afins.

Sempre que sejam identificadas pelas empresas necessidades de formação à medida, são agilizados os meios necessários à sua execução, podendo as ações decorrer nas instalações das próprias empresas.

De 2020 até ao presente, foram abrangidos **4655 formandos/**as em ações de formação, nos Polos de Formação da Marinha Grande, distribuídos pelas várias modalidades e saídas profissionais, que compõem o Plano Anual de Formação (tabela 75)

Tabela 75:Número de formandos beneficiários de formação nos Polos da Marinha Grande ,2020-2025

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Nº de Formandos	722	762	831	680	990	670	4655

Fonte: Informação disponibilizada por: IEFP, IP. Delegação Regional Centro, Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria, 15/01/2026

Acresce referir que não estão contabilizados os ativos empregados que no contexto de situação de Lay-off ou outras necessidades efetuaram formação nas instalações das respetivas empresas.

Ainda que de forma não muito expressiva neste concelho, o Centro Qualifica deste Serviço de Formação tem desenvolvido processos RVCC com trabalhadores das empresas/instituições que sinalizam essa necessidade. A título de exemplo, as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande, Crisal, Gallo Vidro, etc.

De salientar o grande envolvimento na certificação na área de Proteção de Pessoas e Bens, abrangendo os Bombeiros Voluntários a operar no concelho, por ocasião dos incêndios de 2017 que devastaram a região.

Numa ótica de articulação e integração no mercado de trabalho e com uma vocação setorial (construção civil, metalurgia, metalomecânica, indústria vidreira, moda, comércio...) os Centros de Gestão Participada, complementam e reforçam a ação das unidades organizativas locais através da celebração de protocolos entre o IEFP e os parceiros sociais.

Na Marinha Grande os Centros de Gestão Participada com protocolo com o IEFP sãos os centros de formação profissional CENFIM e o CENCAL e atuam respetivamente nas áreas setoriais dos moldes e da indústria vidreira.

7.4.2 Caracterização da População Desempregada inscrita no IEFP – Pólo Marinha Grande

a) Género

Tabela 76: População Desempregada (Nº) e Variação Relativa (%) e Colocações no Mercado de Trabalho (Nº) e Variação Absoluta (Nº), por Género, Inscrita no IEFP da Marinha Grande em julho de 2011; 2021; 2024 e 2025

População Desempregada						
Sexo	**2011**	**2021**	**VR %**	**2024**	**2025**	**VR %**
Masculino	698	554	**-20,6**	645	638	**-1,2**
Feminino	1010	843	**-16,5**	903	834	**-7,6**
Total	1708	1397	**-18,2**	1548	1472	**-4,9**
Colocações no mercado de trabalho por Sexo						
Sexo	**2011**	**2021**	**VA Nº**	**2024**	**2025**	**VA Nº**
Masculino	51	17	**-34**	24	12	**-12**
Feminino	59	29	**-30**	48	24	**-24**
Total	110	46	**-64**	72	36	**-36**

Fonte: Por Radar Social, a partir de: Estatísticas - IEFP, I.P., consultado a 16/09/25

No que respeita ao número de pessoas inscritas observa-se:

- Em Julho de 2025, 43,3% das pessoas inscritas no centro de emprego são do género masculino e 56,7% são do género feminino.
- Observa-se no intervalo a dez anos um decréscimo (-18,2%) de pessoas inscritas no centro de emprego, de ambos os géneros, com maior incidência nos efetivos masculinos.
- Entre Julho de 2024 e Julho de 2025 continua a ser observável o decréscimo (-4,9%) de pessoas inscritas, em ambos os géneros e com maior incidência no género feminino (-7,6%).

Em relação ao n.º de colocações no mês de Julho e nos anos em análise observa-se:

- No total, um decréscimo absoluto de colocações nos meses e anos em análises de -36 efetivos no desemprego.
- Em 2011, dos 1708 inscritos no IEFP, 6,4% (110) foram colocados no mercado de trabalho.
- Em 2021, dos 1397 inscritos no IEFP, 3,2% (46) foram colocados no mercado de trabalho.
- Em 2024, dos 1548 inscritos no IEFP, 4,6% (72) foram colocados no mercado de trabalho.
- Em 2025, dos 1472 inscritos no IEFP, 2,4% (36) foram colocados no mercado de trabalho.

- As colocações no mercado de trabalho são superiores no género feminino, atingindo em 2024 e 2025 o dobro dos valores absolutos masculinos.

b) Grupo Etário

Tabela 77: População Desempregada, por Grupo Etário, Inscrita no IEFP da Marinha Grande em 2011; 2021; 2024 e 2025

	População Desempregada					
Grupo Etário	2011	2021	VA	2024	2025	VA
≥55	273	315	+42	344	368	+24
35-54	861	677	-184	726	653	-73
25-34	399	285	-114	321	299	-22
<25	175	120	-55	157	152	-5
Total	1708	1397	-311	1548	1427	-121

Fonte: Por Radar Social, a partir de: Estatísticas - IEFP, I.P., consultado a 16/09/25

O número de inscritos no IEFP por grupo etário, desde 2011 apresenta uma redução das pessoas inscritas até aos 54 anos.

Em contrapartida, verifica-se a tendência crescente do grupo de pessoas com mais de 55 anos de idade, com um crescimento absoluto de +42 inscritos no espaço de 10 anos, e + 24 inscritos no espaço de 1 ano.

Entre 2021 e 2024, o número de efetivos inscritos aumentou, contudo observam-se reduções do n.º de inscritos em todos os grupos etários, entre 2024 e 2025.

c) Tempo de Inscrição no IEFP

Tabela 78: Tempo de Inscrição da População em Situação de Desemprego Inscrita no IEFP da Marinha Grande em 2011; 2021; 2024 e 2025

	Tempo de Inscrição			
	2011	2021	2024	2025
<1 ano	1124	812	1048	1019
≥ 1 ano	584	585	500	453
Total	1708	1397	1548	1472

Fonte: Por Radar Social, a partir de: Estatísticas – IEFP, I.P., consultado a 16/09/25

Em todos os anos em análise, observa-se uma tendência de tempo de inscrição inferior a um ano.

Em 2025, o tempo de inscrição inferior a 1 ano, apresenta-se na ordem dos 69,2%, sendo a proporção relativa mais alta registada da tabela 75.

d) Situação face ao emprego

Tabela 79: Situação Face ao Emprego da População Desempregada Inscrita no IEFP da Marinha Grande em 2011; 2021; 2024 e 2025

Situação face ao emprego						
	2011	2021	VR %	2024	2025	VR %
1º Emprego	105	110	+4,8	119	118	-0,8
Novo Emprego	1603	1287	-19,7	1429	1354	-5,2
Total	1708	1397		1548	1472	

Fonte: Por Radar Social, a partir de: Estatísticas - IEFP, I.P., consultado a 16/09/25

As pessoas inscritas no IEFP procuram sobretudo um novo emprego.

Embora esta categoria apresente uma desaceleração ao longo dos anos, com um decréscimo do número de inscritos nesta condição a procura de um novo emprego continua a ser o motivo principal de inscrição no centro de emprego.

As pessoas inscritas à procura do primeiro emprego aumentaram no espaço de 10 anos cerca de 5%. Entre 2024 e 2025 o número de pessoas à procura do primeiro emprego manteve-se estável, com uma regressão subtil de - 0,8%.

e) Nível de Escolaridade

Tabela 80: População Desempregada por Nível de Escolaridade, inscrita no IEFP da Marinha Grande em 2011; 2021; 2024 e 2025

	2011	2021	2024	2025
<1º Ciclo	49	62	138	120
	2,9%	4,4%	9%	8%
1º Ciclo	362	158	130	109
	21,2%	11,3%	8,4%	7,4%
2º Ciclo	309	168	182	163
	18,1%	12%	11,8%	11,1%
3º Ciclo	390	326	344	307
	22,8%	23,3%	22,2%	20,9%
Secundário	432	530	617	649
	25,3%	38%	39,9%	44,1%
Superior	166	153	137	124
	9,7%	11%	8,9%	8,4%
Total	1708	1397	1548	1472
	100%	100%	100%	100%

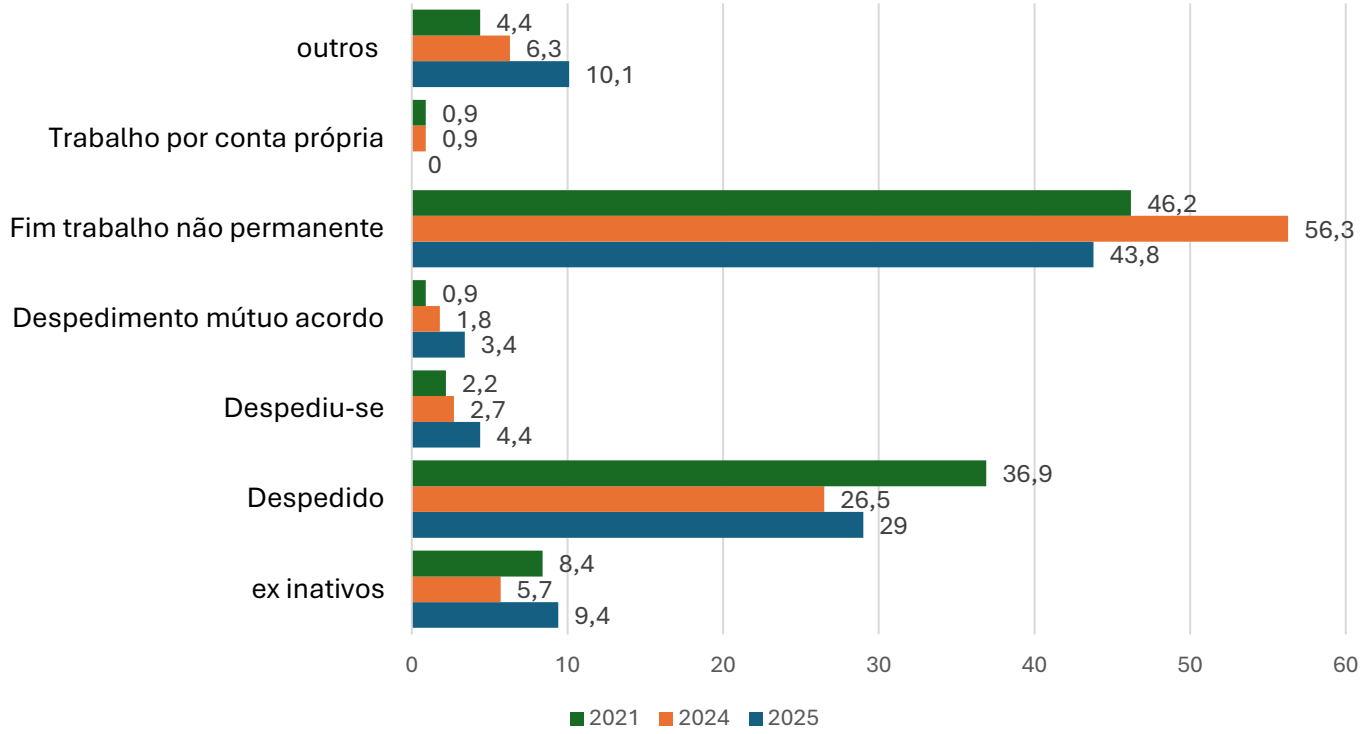
Fonte: Por Radar Social, a partir de: Estatísticas – IEFP, I.P., consultado a 16/09/25

No que concerne à escolaridade, no total dos inscritos verifica-se em 2025:

- Comparativamente a 2011 e 2021 um aumento da proporção relativa do número de desempregados inscritos com escolaridade inferior ao 1.º ciclo, passando de 2,9% em 2011 para 8% em 2025.
- Situação semelhante em relação ao ensino secundário, passando de 25,3% do total dos inscritos em 2011 para 44,1% dos inscritos em 2025.
- Situação inversa, em que existe uma redução da proporção relativa de inscritos por nível de escolaridade em comparação com 2011, observa-se nos inscritos com o 1.º ciclo, passando de 21,2% em 2011 para 7,4% em 2025.
- Redução da proporção relativa dos inscritos com o 2.º ciclo passando de 18,1% em 2011 para 11,1% em 2025.
- Observam-se reduções também nas pessoas inscritas com o 3.º ciclo, passando de 22,8% em 2011 para 20,9% em 2025.
- Os inscritos com o nível de ensino superior sofreram uma ligeira diminuição da proporção relativa, passando de 9,7% em 2011 para 8,4% em 2025.

f) Motivo de Inscrição

Figura 15: Motivo (%) de Inscrição no IEFP da Marinha Grande em julho de 2021; 2024 e 2025



Fonte: Por Radar Social, a partir de: Estatísticas – IEFP, I.P., consultado a 17/09/25

Quanto aos motivos de inscrição no Serviço de Emprego, e analisando os anos de 2021, 2024 e 2025 referente aos movimentos do mês de Julho verifica-se:

- Os principais motivos para a inscrição no IEFP são expressamente as situações de fim de trabalho não permanente, ou seja, situações de contratos a termo, seguido dos despedimentos por parte da entidade empregadora.
- Um aumento percentual das pessoas em situação de ex inatividade, passando de 5,7% em 2021 para 9,4% em 2025.
- Uma redução percentual das pessoas despedidas, passando de 36,9% do total de casos registados em 2021 para 29% dos casos registados em 2025.
- Um aumento percentual dos despedimentos por iniciativa do trabalhador. Em 2021 a proporção sobre o total registado é de 2,2% passando ao dobro em 2025 com um registo de 4,4% dos casos.
- O despedimento por mútuo acordo, atingiu em 2025 valores na ordem dos 3,4%, sendo o valor mais alto registado dos anos em análise.
- Uma redução percentual da situação de fim de trabalho não permanente, atingindo em 2025 valores abaixo dos registados em 2021, passando de 46,2% para 43,8%. De salientar que em 2024 este critério atingiu os 56,3%, tendo estabilizado em 2025 face aos valores de 2021.

g) Oferta Formativa IEFP

Tabela 81: Oferta Formativa do IEFP da Marinha Grande em 2024

Oferta Formativa - IEFP Marinha Grande em 2024		
Modalidade	**Designação**	**Nível**
Aprendizagem +	Técnico/a Especialista em Comércio Internacional	5
EFA	Cabeleireiro (Nova Versão)	4
	Técnico Administrativo	
	Técnico/A De Logística	
	Técnico/A Desenho De Moldes	
	Técnico/A Auxiliar De Farmácia	
	Técnico Administrativo	
	Técnico/A De Ação Educativa	
	Esteticista	
	Técnico/a Comercial	
	Operador/a de Jardinagem	2
Modulares	Organização pessoal e gestão do tempo	4
	Poupança e suas aplicações	
	Saúde, Higiene	2
	Gestão de Correio Eletrónico E_D	
	Poupança conceitos básicos	

	Planeamento e Gestão do Orçamento Familiar	
	Literacia Digital – Iniciação	
	Poupança Conceitos Básicos	
	Comunicação Assertiva TPE	
	Literacia Digital – Iniciação	
	Desenvolvimento pessoal e técnicas de procura de emprego	
	Literacia Digital – Iniciação	
	Desenvolvimento pessoal e técnicas de procura de emprego	
Português Língua de Acolhimentos	A1- Utilizador Elementar Nível A1	n.a.
	A2 - Utilizador Elementar Nível A2	
	B1 - Utilizador Independ. Nível B1	
T&C Verdes	Armazenagem, preparação e expedição de resíduos perigosos	

Fonte: IEFP-Marinha Grande, 2024

7.4.3 Gabinete de Inserção Profissional - GIP

O GIP é um serviço credenciado pelo IEFP para apoiar os desempregados no seu percurso de inserção no mercado de trabalho.

É regulamentado pela portaria n. º140/2015, de 20 maio e de forma a estender a cobertura territorial funciona numa lógica de complementaridade e proximidade e articulação entre o Instituto de Emprego e Formação e o Município da Marinha Grande desde 2019.

Os objetivos do GIP são:

- Reforçar o apoio ao desenvolvimento do percurso de (re)inserção profissional dos desempregados;
- Complementar a atividade do serviço público de emprego numa lógica de proximidade;
- Promover o acesso às oportunidades educativas e formativas;
- Desenvolver uma atitude empreendedora de abordagem do mercado de trabalho;

Os destinatários deste serviço de proximidade são:

- Jovens e adultos desempregados inscritos nos serviços de emprego e por estes sinalizados/afetos;
- Pessoas em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho;
- Os jovens *Not in Education, Employment or Training* (NEET) direcionados pela plataforma Garantia Jovem ou que se dirijam ao GIP por sua iniciativa.

Caracterização dos serviços do GIP 2024

Tabela 82: Descritivo das atividades desenvolvidas pelo GIP da Marinha Grande em 2024

Atividades GIP
Ações de informação sobre medidas ativas de emprego e formação, oportunidades de emprego e formação, programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego ou na formação
Ações de apoio à procura de emprego e desenvolvimento de atitude empreendedora
Encaminhamento para ações de formação ou medidas de emprego
Receção e registo de ofertas de emprego e divulgação de apoios e incentivos do IEFP
Apresentação de desempregados a ofertas de emprego
Colocação de desempregados em ofertas de emprego
Apoio à utilização dos serviços online do IEFP (inscrição, requerimento de subsídio)

Fonte: Portaria n.º 140/2015, de 20 de maio 2015

a) Atendimentos

Tabela 83: Número de Atendimentos Realizados pelo GIP da Marinha Grande em 2024

Atendimentos
676

Fonte: Divisão de Assuntos Sociais, Município da Marinha Grande 2024

Em 2024 foram realizados 676 atendimentos.

b) Género

Tabela 84: Género das Pessoas Atendidas pelo GIP da Marinha Grande em 2024

Sexo	
Masculino	194
Feminino	320
Total	514

Fonte: Divisão de Assuntos Sociais, Município da Marinha Grande - 2024

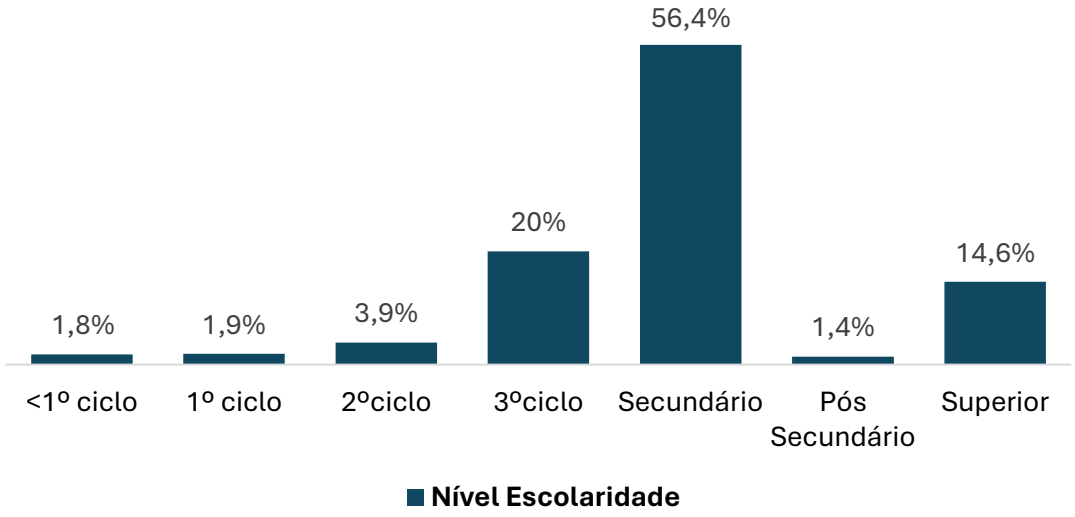
Dos 514 atendimentos realizados, 226 respeitam a candidatos não subsidiados e 288 a candidatos subsidiados.

Dos 514 acompanhamentos realizados no GIP, 37,7% (194) são homens e 62,3% (320) são mulheres.

Em suma, são as mulheres que procuram expressamente este serviço sendo também as mais afetadas pelo desemprego, sobressaindo as desigualdades de integração no mercado de trabalho entre homens e mulheres.

c) Nível de Escolaridade

Figura 16: Nível de Escolaridade das Pessoas Acompanhadas pelo GIP da Marinha Grande em 2024

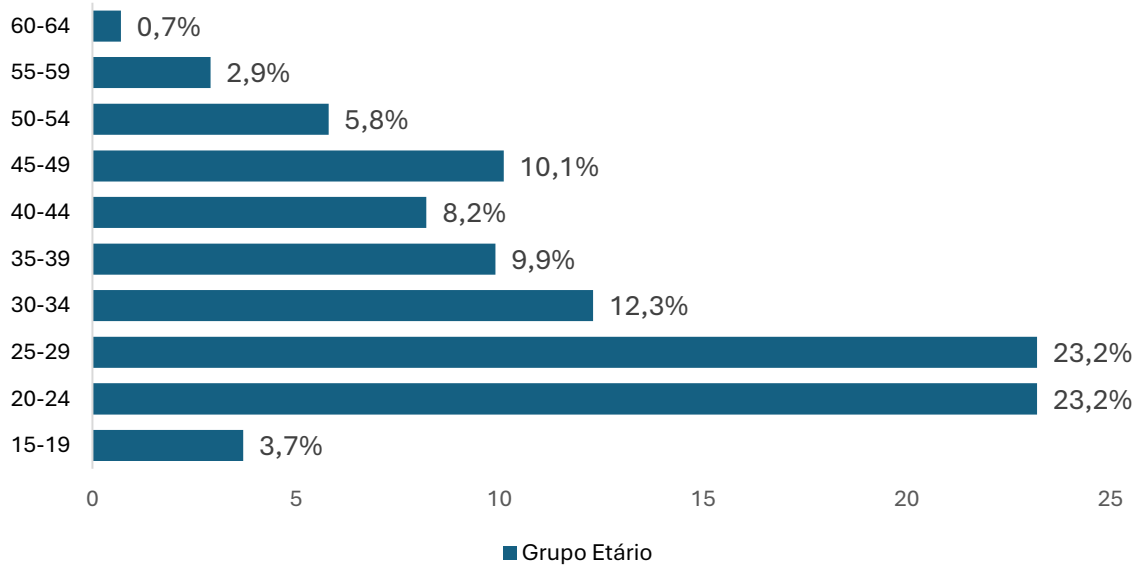


Fonte: Divisão de Assuntos Sociais, Município da Marinha Grande 2024

A maioria das pessoas acompanhadas pelo GIP em situação de desemprego têm o 12.º ano de escolaridade (56,4%), em seguida o 3.ºCiclo (20%) e o ensino superior (14,6%).

d) Grupos Etários

Figura 17: Grupos Etários das Pessoas Acompanhadas pelo GIP da Marinha Grande em 2024

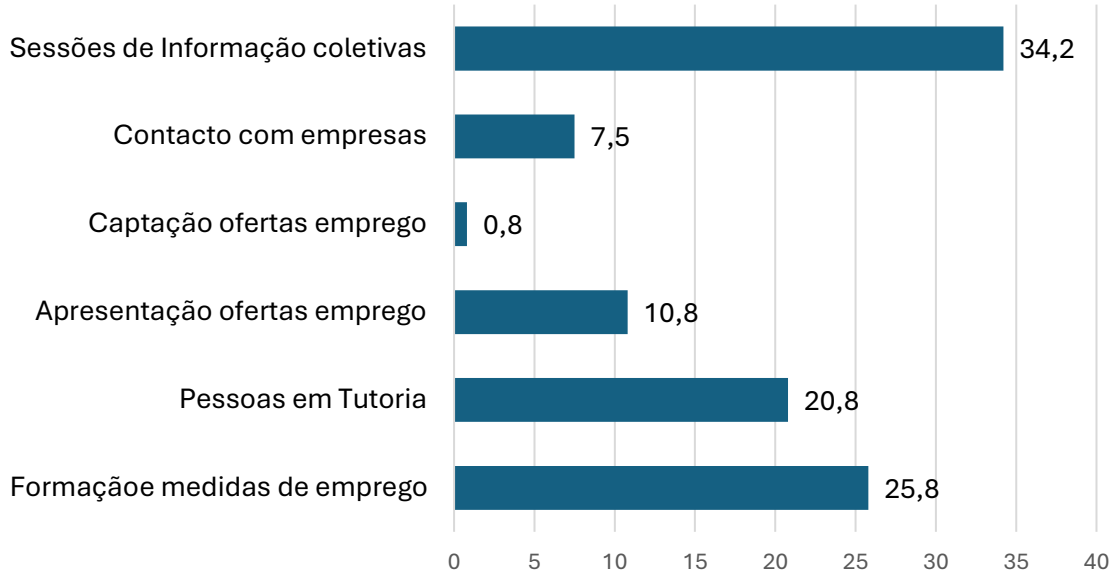


Fonte: Divisão de Assuntos Sociais, Município da Marinha Grande 2024

A problemática do desemprego jovem reflete-se nos dados apresentados, em que 46,4% da população acompanhada tem entre 20 e 29 anos, seguido da população com 30-34 anos e em terceiro a população dos 45-49 anos com 10,1% dos casos.

e) Medidas de Apoio ao Emprego e Formação

Figura 18: Medidas de Apoio ao Emprego e Formação Profissional Aplicadas pelo GIP Marinha Grande em 2024



Fonte: Divisão de Assuntos Sociais, Município da Marinha Grande 2024

Em 2024 foram aplicadas 120 medidas de apoio ao emprego e formação profissional.

As mais recorrentes são as sessões coletivas de procura ativa de emprego com 34,2% (41) e o encaminhamento para formação e medidas de emprego com 25,8% (31).

7.4.4 CLDS 5ª Geração *Marinha Social* "Eixo 1: Emprego, Formação, Qualificação"

Com vista a promover a inclusão social e integração socioprofissional de grupos que revelem maiores níveis de vulnerabilidade social, o CLDS 5G (CLDS 5G), publicado pela Portaria n.º 428/2023, de 12 de dezembro, promovido pela ADESER II, IPSS, irá desenvolver diversas ações, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos.

O CLDS 5G está organizado em quatro eixos de intervenção, sendo que o "Eixo 1: Emprego, Formação e Qualificação", tem as seguintes ações direcionadas para a comunidade na problemática do Emprego e Formação Profissional.

Tabela 85: Descritivo do Contrato Local de Desenvolvimento Social 5G Marinha Social, Eixo 1 "Emprego, Formação e Qualificação"

CLDS 5G: Eixo 1 "Emprego, Formação e Qualificação"	
Âmbito Atuação	Eixo 1 Públicos Vulneráveis - Empregabilidade
Programa	**GIP Ativo**
Objetivos	Capacitar e desenvolver competências de procura ativa de emprego
Ações	Apoio na procura de emprego, divulgação de ofertas emprego, medidas de apoio ao emprego e formação profissional.
Beneficiários	Desempregados à procura do 1º emprego e à procura de novo emprego

Programa	**Oportunidades 360º**
Objetivos	Informar sobre o conteúdo e abrangência das medidas ativas de emprego
Ações	Criação de materiais informativos, campanhas de comunicação, sessões informativas e workshops, parcerias estratégicas, apoio personalizado
Beneficiários	Desempregados à procura 1º emprego, à procura de novo emprego e Desempregados de Longa Duração à procura de novo emprego
Programa	**Marinha Qualifica**
Objetivos	Informar e encaminhar para oportunidades de qualificação desenvolvidas pelas autoridades públicas e privadas, medidas no âmbito da empregabilidade de públicos vulneráveis específicos: jovens, migrantes, cuidadores informais, pessoas LGBTQIA+
Ações	Divulgar e encaminhar os candidatos, identificar programas e medidas de qualificação para o público especificado, utilizar plataformas digitais para disseminar a informação, colaborar com entidades públicas e privadas que trabalham com o público-alvo.
Beneficiários	Desempregados à procura do 1º Emprego
Programa	**GIP Multicultural**
Objetivos	Desenvolver ações de apoio à capacitação, empregabilidade e integração social de grupos de migrantes
Ações	Mapear necessidades especificas (capacidades profissionais, idioma) e recursos (escolas públicas, serviços sociais, cursos de alfabetização), promover a empregabilidade (parcerias com empresas e programas de estágio, feiras de emprego e networking, mentoria), apoiar a integração social
Beneficiários	Minorias Étnicas e Migrantes
Programa	**Proximidade 5G**
Objetivos	Sensibilizar empresários e entidades empregadoras para uma participação ativa nas medidas de emprego e inserção profissional, nomeadamente no regresso e integração no mercado de trabalho de públicos socialmente vulneráveis
Ações	Campanhas de sensibilização direcionadas para empresários, parcerias estratégicas com organizações de defesa de direitos, capacitação e treinamento, promoção de práticas inclusivas
Beneficiários	População em geral com vulnerabilidades sociais
Programa	**Cowork Marinha**
Objetivos	Desenvolver Ações que potenciem as capacidades empreendedoras dos jovens e pessoas em idade ativa
Ações	Criação de um espaço a ser utilizado por empresas e/ou pessoas individuais para desenvolvimento do seu trabalho, numa lógica de trabalho à distância e colaborativo
Beneficiários	Residentes no território

Fonte: Plano de Ação "Contrato Local de Desenvolvimento Social 5G- Marinha Social", 2025/2029

7.4.5 **Medidas e Respostas Locais de apoio à Formação Profissional** tutelada pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

A formação profissional resulta de um conjunto de atividades, que visam a aquisição teórica e prática de conhecimentos, habilidades e atitudes fundamentais para o sucesso na concretização dos objetivos e funções de determinada profissão.

Pretende-se, com a formação profissional, melhorar as capacidades dos indivíduos na realização de determinada função, adquirindo ou desenvolvendo diversas competências:

- Competências psicossociais/relacionais – permitem desenvolver as atitudes comunicacionais e os efeitos comportamentais;
- Competências cognitivas – situam-se ao nível do desenvolvimento intelectual e;
- Competências psicomotoras – para o desenvolvimento das capacidades manuais, situadas ao nível do saber-fazer, mas também promovendo a autonomia.

O acesso à formação não só prepara os indivíduos para o mercado de trabalho, atualmente muito competitivo e globalizado, como também melhora a conduta dos indivíduos, já integrados nesta esfera, no desempenho/concretização de determinada tarefa.

Nesta sequência, e reconhecendo a necessidade de formação, tornou-se imperativo incentivar o acesso à formação por parte do trabalhador, legitimado pelo Código do Trabalho, que apela à obrigatoriedade das entidades patronais de proporcionarem formação profissional e formação contínua dos seus funcionários. O não cumprimento desta obrigação, pelos empregadores, é penalizado pelas entidades competentes.

Neste sentido, é também recorrendo ao auxílio de uma formação profissional que os colaboradores poderão aumentar a sua produtividade, impulsionado o crescimento/desenvolvimento da empresa e dos recursos humanos.

7.5 Centros Qualifica: Formação Certificada

Os Centros Qualifica[32] são centros especializados em educação e formação de adultos e promovem a aprendizagem ao longo da vida e a melhoria das qualificações, escolares e profissionais, valorizando os percursos individuais e a acessibilidade ao mercado de trabalho.

[32] Portaria n.º62/2022, de 31 de Janeiro

Destinam-se a adultos, de idade igual ou superior a 18 anos com necessidades de atualização e/ou reconversão profissional, com o objetivo da melhoria das competências e níveis de qualificação, de modo a contribuir para melhores condições de acesso ao mercado de trabalho.

Estes centros são também vocacionados para jovens que não se encontram a frequentar modalidades de educação e formação e que não estão inseridos no mercado de trabalho (jovens NEET).

Os critérios de acesso estão definidos para pessoas com:

- Ensino Básico ou Secundário incompleto;
- Iletrados ou com níveis de literacia muito insuficientes;
- Com percursos de qualificação incompletos, de índole escolar ou profissional.

Os serviços disponibilizados visam desenvolver processos de informação e orientação com o objetivo de encaminhar os indivíduos para os percursos formativos mais adequados e desenvolver processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)[33] Profissional ou Escolar.

A intervenção é centrada e orientada para o individuo e engloba as fases de: acolhimento; diagnóstico; informação e orientação; encaminhamento; formação; reconhecimento e validação de competências; e certificação de competências dos formandos.

No Concelho da Marinha Grande existem 3 Centros Qualifica, nomeadamente:

Tabela 86: Descritivo dos Centro Qualifica 2024/2025

Centros Qualifica - Dupla Certificação: Profissional e Escolar
Agrupamento de Escolas MG Poente
EPAMG
CENFIM - Marinha Grande

Fonte: Divisão de Educação, Município da Marinha 2024/2025

a) Centro Qualifica Agrupamento de Escolas MG Poente – Dados da Atividade em 2024/2025

RVCC Básico e Secundário

- Em 2024 inscreveram-se em processos de RVCC Básico (9.º ano) e Secundário (12.º) 72 formandos;
- 17 formandos obtiveram o Certificado de Formação;
- Em 2025, à data de maio, estão inscritos 33 formandos em processos de RVCC.

[33] Portaria n.º61/2022, de 31 de Janeiro

Formação Modular

- Em 2024, beneficiaram de formação modular 275 formandos, maioritariamente com residência fora do concelho da Marinha Grande devido a encaminhamentos ao abrigo de protocolos com entidades parceiras que desenvolvem formação modular à distância.

Cursos EFA

- Em 2024 inscreveram-se em cursos EFA, 37 formandos.

Tabela 87: N.º de Formandos Inscritos no Centro Qualifica MG Poente, por Local de Residência, entre janeiro de 2024 e maio de 2025

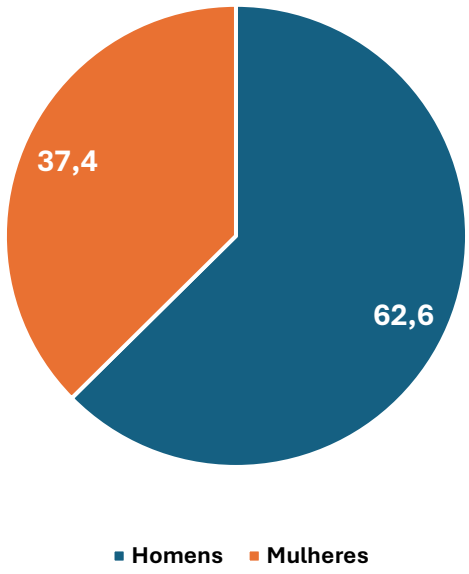
Número de Inscritos Centro Qualifica	
Marinha Grande	663
Vieira de Leiria	23
Moita	11
Sub Total Concelho	697
Outros Concelhos	540
Total	1237

Fonte: Centro Qualifica MG Poente a partir da plataforma SIGO 2024/2025

Entre janeiro de 2024 e maio de 2025 inscreveram-se no Centro Qualifica, independentemente do tipo de formação, 1.237 formandos, dos quais 697 do concelho da Marinha Grande e 540 de outros concelhos, em termos percentuais corresponde a 56,3% e 43,7% respetivamente.

Dos inscritos residentes no concelho, a freguesia da Marinha Grande predomina face às restantes com 663 inscritos, ou seja, 95,1% das inscrições, face a 23 (3,3%) dos inscritos residentes em Vieira de Leiria e 11(1,6%) dos inscritos residentes na Moita.

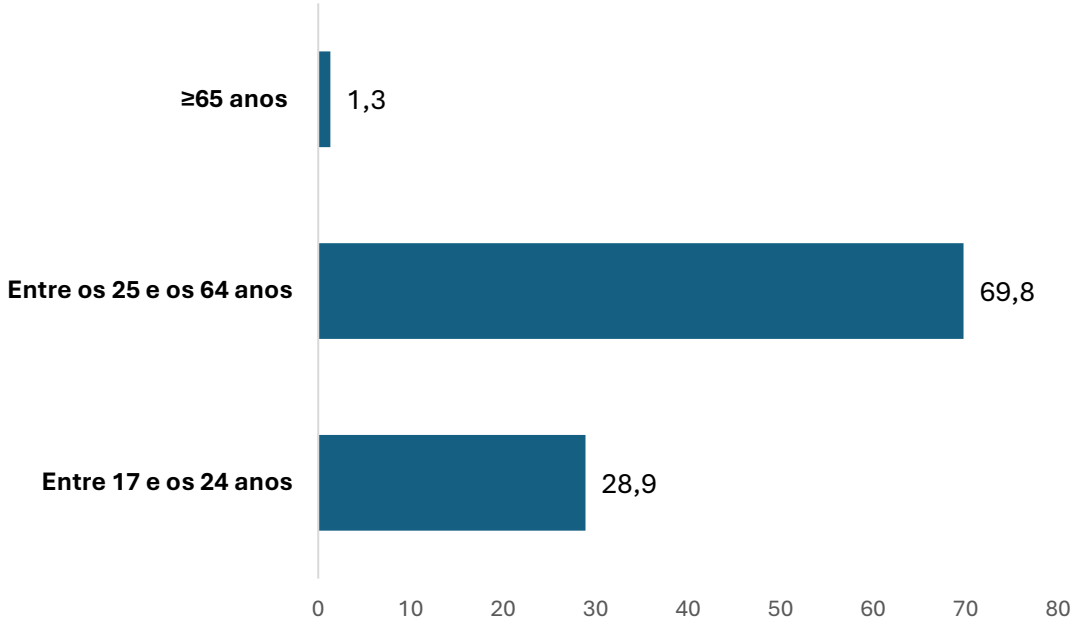
Figura 19: Formandos Inscritos no Centro Qualifica MG Poente, por Género, entre janeiro de 2024 e maio de 2025



Fonte: Por Radar Social a partir de: Centro Qualifica MG Poente a partir da plataforma SIGO 2024/2025

Dos formandos inscritos no Centro Qualifica do MG Poente entre janeiro de 2024 e maio de 2025, 37,4% são mulheres (463 casos absolutos) e 62,6% são homens (774 casos absolutos).

Figura 20: Formandos Inscritos no Centro Qualifica MG Poente, por Escalão Etário, entre janeiro de 2024 e maio de 2025



Fonte: Por Radar Social a partir de: Centro Qualifica MG Poente a partir da plataforma SIGO 2024/2025

Em termos absolutos e relativos, o total de 1.237 formandos inscritos no Centro Qualifica, no período em análise, estão distribuídos em termos etários da seguinte forma:

- Os jovens adultos (dos 17 aos 24 anos) totalizam 358 inscrições com um peso relativo de 28,9% das inscrições;
- Os formandos adultos em idade ativa (dos 25 aos 64 anos) totalizam 863 inscrições com um peso relativo de 69,8%;
- Os formandos adultos em situação de reforma ou próxima da reforma (idade ≥ 65 anos) totalizam 16 inscrições com um peso relativo de 1,3%.

b) Quadro Nacional de Qualificações (QNQ)

O Quadro Nacional de Qualificações (QNQ)[34] é um sistema que classifica as qualificações obtidas na área da educação e formação em Portugal. Está estruturado em 8 níveis e cada nível é definido por um conjunto de resultados de aprendizagem em termos de conhecimentos, aptidões e atitudes.

O nível 1 equivale ao 2.º ciclo do Ensino Básico e é um pré-requisito para avançar para níveis mais elevados de qualificação.

As qualificações obtidas no nível 1 são reconhecidas em todo o espaço europeu facilitando a mobilidade e empregabilidade dos indivíduos.

A qualificação de nível 2 corresponde ao 3.º ciclo do Ensino Básico e pode ser obtido no ensino regular ou em percursos de dupla certificação.

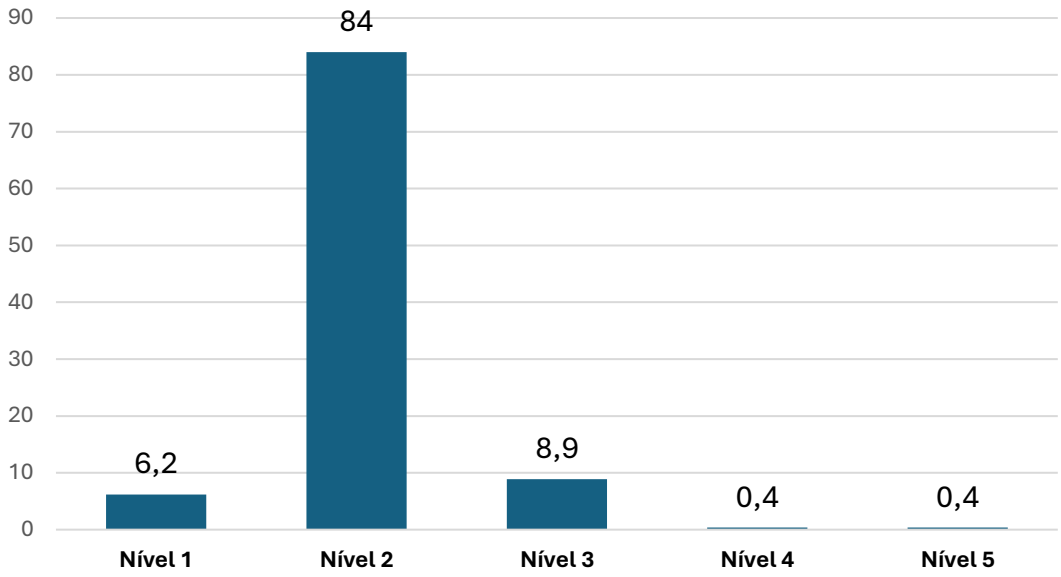
A qualificação de nível 3 corresponde ao Ensino Secundário e fornece aos indivíduos as ferramentas necessárias para a integração no mercado de trabalho ou o prosseguimento de estudos de nível superior.

O nível 4 do QNQ, corresponde ao Ensino Secundário obtido através da dupla certificação. Esta certificação é acrescida de estágio profissional com uma duração mínima de 6 meses e visa preparar os alunos para o mercado de trabalho ou o prosseguimento dos estudos a nível superior.

O nível 5 corresponde a qualificações de nível pós-secundário não superior e inclui cursos superiores profissionais (CTeSP), este nível é caracterizado por atribuir uma formação mais especializada inerente a competências técnicas e profissionais valorizadas no mercado de trabalho.

[34] Portaria n.º 782/2009, de 23 de Julho

Figura 21: Níveis de Qualificação dos Formandos Inscritos no Centro Qualifica MG Poente entre janeiro de 2024 e maio de 2025



Fonte: Por Radar Social a partir de: Centro Qualifica MG Poente a partir da plataforma SIGO 2024/2025

7.6 Centros de Gestão Participada do IEFP

Os Centros de Gestão Participada do IEFP são unidades que têm uma vocação setorial e atuam em áreas específicas, a título de exemplo, na construção civil, metalurgia, cortiça, moda ou comércio.

São unidades que complementam e reforçam as unidades locais do IEFP e são constituídos através de protocolos com parceiros sociais, associações patronais e sindicais. A rede inclui centros de emprego e centros de gestão participada com o objetivo de promover a formação e inserção profissional.

Na Marinha Grande existem dois Centros de Gestão Participada que atuam em setores diferenciados da indústria local, o Cencal orientado para a o setor dos vidros e o Cenfim no setor dos moldes.

a) CENCAL – Centro de Formação para a Indústria Cerâmica

O Cencal tem como missão a formação e consultoria para a valorização dos recursos humanos e das empresas, em especial o setor da cerâmica e do vidro.

Tem como visão, entre outras, promover a qualificação e competências das pessoas e das empresas e oferecer respostas personalizadas e flexíveis adequadas às necessidades dos seus clientes e partes interessadas.

Os objetivos passam por:

- Orientar a oferta de formação modular para as necessidades efetivas da população ativa e das empresas, na ótica da construção de percursos flexíveis de qualificação profissional que promovam a empregabilidade das pessoas e a competitividade das entidades empregadoras.
- Reforçar a oferta formativa em modalidades de formação que priviligiem o contacto com a realidade laboral, potenciando a integração da formação prática em contexto laboral.
- Contribuir para a qualificação da população jovem e adulta, empregada e desempregada, proporcionando respostas de formação que se revelem ajustadas para promover as condições de empregabilidade e de (re)inserção no mercado de trabalho, em especial, dos desempregados com maiores dificuldades de inserção profissional motivadas pelas suas baixas qualificações ou pelo fato de se encontrarem afastados do mercado de trabalho há mais tempo.
- Apoiar, através de ações de requalificação profissional, as empresas, as pessoas e a economia, nos processos de adaptação aos desafios gerados pelas transições em curso – digital, demográfica e climática, considerando, como prioritárias, no quadro do core de cada centro, as áreas e saídas profissionais associadas a sustentabilidade ambiental, transição energética e ação climática, digital, economia social, indústria 4.0.

O CENCAL desenvolve formação inicial de jovens, ao nível de operadores e técnicos intermediários nas diversas áreas de atuação.

O pólo da Marinha Grande tem em funcionamento um Laboratório de Ensaios Físico-Químicos, para a realização de ensaios das matérias-primas e do vidro produzido nas empresas.

Desenvolve formação profissional direcionada para ativos empregados e desempregados e para empresas.

Para os ativos empregados e desempregados existem as ofertas de cursos EFA, formação continua de ativos empregados e desempregados e formação modular certificada e extra Catálogo Nacional de Qualificações.

Para as empresas as modalidades de formação baseiam-se na prestação de serviços adaptadas ao cliente na modalidade de formação modular certificada e abrange várias áreas, nomeadamente:

Tabela 88: Descritivo dos Serviços de Formação Modular Adaptada às Empresas Prestado pelo Cencal – Pólo da Marinha Grande em 2024/2025

Formação modular adaptada às empresas
Vidro (Técnicas de Produção Industrial, Técnicas de Vidro Artístico)
Gestão (estratégica, financeira, marketing, produção, empreendedorismo, etc)
Qualidade, Ambiente e Energia
Produtividade e Organização Industrial
Informática e Tecnologias da Informação
Línguas Estrangeiras
Higiene e Segurança no Trabalho
Trabalho Administrativo
Recursos Humanos e Formação Comportamental
Contabilidade
Técnicas Comerciais e Vendas
Outras (por solicitação Empresarial)

Fonte: Cencal Marinha Grande, dados solicitados a 18/09/25

As ações de formação podem ser desenvolvidas em regime presencial ou online (formação à distância e e-learning) e em vários horários.

As ações podem ser desenvolvidas para formandos de várias empresas (interempresas) ou para formandos de uma só empresa (intraempresa).

O público-alvo é prioritariamente ativos das empresas, em particular do setor do vidro e da cerâmica, bem como desempregados.

As ações de formação têm entre 15 a 20 formandos, consoante as características operacionais da formação.

Percursos Formativos e Formação Ministrada em 2024

- Realizadas **61** ações de formação.
- Das **61** formações, **24** foram sessões **online.**
- A formação abrangeu **854** formandos e **1808** horas de formação e um volume de **23144** horas.

Tabela 89: Descritivo da Formação Modular realizada em 2024 pelo Cencal da Marinha Grande

Percursos Formativos Modulares 2024 Ativos Empregados Desempregados e Empresas	
Modalidade	**Designação**
Modulares	Vitral Tifanny – Técnicas e Execução
	Vitral Tradicional – Técnicas e Execução
	Vitral Tradicional – Técnicas e Execução
	Inteligência Emocional – FD
	Gestão de Tempo e Organização do Trabalho – FD
	Prevenção e Combate de Incêndios
	Imposto sobre o Rendimento (IRS)-FD
	Língua portuguesa – Técnicas de Escrita – EA
	Legislação Laboral – FD
	Auditorias ao Sistema de Gestão de Qualidade – EA

	Língua espanhola – Relações Laborais – Iniciação
	Folha de Cálculo Excel – Funcionalidades avançadas FD e EA
	Sistemas de Transporte e Elevação de Carga
	Relações com o Cliente/Comportamento Organizacional – FD
	Língua Espanhola Conversação-FD
	Noções e Normas de Qualidade -FD
	Organização e Preparação do Trabalho- Planificação Logística-FD
	Gestão de Equipas e de Conflitos – FD
	Ética e Deontologia na Organização do Trabalho em Equipa – FD
	Condução e manobra de equipamentos de carga e descarga (6 ações de 25h cada, realizadas em 2024)
	Comunicação Interpessoal- Comunicação Assertiva- EA
	Normativos Legais aplicados à Segurança e Saúde no Trabalho - EA
	Fundamentos de Segurança no Trabalho

Fonte: Cencal Marinha Grande, dados solicitados a 18/09/25

Tabela 90: Descritivo dos Percursos Formativos Modulares promovidos pelo Cencal-Pólo da Marinha Grande em 2024

Ativos Empregados Desempregados e Empresas	
Modalidade	**Designação**
Modulares Reciclagem Aperfeiçoamento	Técnicas de produção de vidro soprado e acabamentos – 8 ações realizadas
	Técnicas de fusão de vidro- 2 ações realizadas
	Vidro soprado e acabamentos
	Oficina do Vidro Soprado – 7 ações realizadas
	Língua Inglesa – Iniciação – FD – 2 ações
	Língua Espanhola- Iniciação
	Seminário de Inteligência Emocional -FD
	Seminário de Programação Neurolinguística -FD

Fonte: Cencal Marinha Grande, dados solicitados a 18/09/2025

b) CENFIM – Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica

O CENFIM - Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica é um centro protocolar de âmbito nacional, que promove a **formação, orientação e valorização profissional** dos Recursos Humanos do Setor Metalúrgico, Metalomecânico e Eletromecânico.

O CENFIM tem 14 Núcleos, localizados em Amarante, Arcos de Valdevez, Caldas da Rainha, Ermesinde, Grândola, Lisboa, Marinha Grande, Oliveira de Azeméis, Peniche, Porto, Santarém, Sines, Torres Vedras e Trofa.

O Núcleo do CENFIM da Marinha Grande apoia e responde às contínuas e crescentes necessidades de formação da Indústria Metalomecânica e Eletromecânica da Região, nomeadamente a de Moldes, abrangendo e cooperando diretamente com cerca de 250 empresas.

Tem como objetivo a valorização e desenvolvimento de competências das pessoas e empresas, materializado através da prestação de serviços de formação e consultoria, com base em modalidades

de formação contínua e aprendizagem ao longo da vida, educação e formação de adultos (EFA) e formação de profissionais de formação; da promoção de formação e inserção profissional dos jovens e jovens adultos através de cursos de aprendizagem, cursos de especialização tecnológica (CET) e educação e formação de jovens (CEF); da prestação de serviços integrados às empresas de formação, estudos de diagnóstico, de avaliação e de impacte e apoio técnico e organizacional.

O CENFIM desenvolve projetos de cooperação abrangentes e inovadores a nível nacional e transnacional, reconhece e valida competência profissionais, atua de modo abrangente e inovador, incentiva a uma política de igualdade de oportunidades e promove a integração dos formandos, permitindo-lhes experiências muito próximas da realidade profissional, através dos estágios curriculares e de formação prática em contexto de trabalho.

Tabela 91: N.º de Formandos Inscritos por Oferta Formativa, CENFIM - Núcleo da Marinha GArande 2024/2025

Percursos Formativos CENFIM Nível de Qualificação		Nº
II EFA	Soldador(a)	87
II Percursos Formativos Modulares Ciclos de Formação Técnica Especializada	Projeto e Design para Impressão 3D Programação e Operação CNC Instalações Elétricas Eletromecânico/a de Manutenção Industrial	
IV Sistemas de Aprendizagem	Técnico/a de Maquinação e Programação CNC Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando Técnico/a de Mecatrónica Técnico/a de Soldadura	256
IV EFA Educação e Formação de Adultos	Técnico/a de Desenho de Moldes Técnico/a de Maquinação e Programação CNC	
V CET Cursos de Especialização Tecnológica	Técnico/a Especialista em Tecnologia Mecatrónica Técnico/a Especialista em Gestão da Produção	22
TOTAL		365

Fonte: CENFIM núcleo da Marinha Grande, dados solicitados em Dezembro 2024

No ano letivo 2024/2025 o CENFIM tem inscritos 365 formandos, dos quais 23,8% (87 absolutos) em cursos de nível II de qualificação, distribuídos por cursos EFA e percursos formativos modulares de formação técnica especializada;70,1% (256 absolutos) em cursos de nível IV distribuídos por cursos de Sistemas de Aprendizagem e cursos EFA, e 6% (22 absolutos) inscritos em cursos de nível 5 de especialização tecnológica (CET).

Tabela 92: Descritivo dos Projetos Educativos do Núcleo CENFIM da Marinha Grande, 2024/2025

CENFIM Núcleo da Marinha Grande: Projetos Educativos	
Modalidade	Formação no sistema de aprendizagem e EFA Tecnológico CNC
Âmbito Atuação	EFA - Educação e Formação de Adultos
Atividades	Acompanhamento Social e Psicopedagógico dos formandos Curso de Formação Profissional
Resultados	90% de empregabilidade em empresas da região: IBEROMOLDES, VANGEST, RIBERMOLD, TJ MOLDES, HIDROMARINHA
Destinatários	Jovens até aos 30 anos Formandos de Cabo Verde 15 beneficiários em 2024
Modalidade	Cursos Sistema APZ (dupla certificação)
Âmbito Atuação	Integração de Jovens no mercado de trabalho
Atividades	Visitas de jovens candidatos e suas famílias Receção e acompanhamento realizados por equipa de Psicólogas e Técnicos de formação
Resultados	Em mais de 80% os filhos ou educandos ingressaram no CENFIM 20 famílias acompanhadas em 2023
Destinatários	Jovens e Famílias
Modalidade	Apoios extracurriculares
Âmbito Atuação	Integração de Jovens no mercado de trabalho
Atividades	Sessões formativas de recuperação de aprendizagens de Português, Matemática ou inglês
Destinatários	Formandos com necessidades de recuperação de matérias

Fonte: CENFIM, Núcleo da Marinha Grande, 2024/2025

Tabela 93: Descritivos das Atividades de Responsabilidade Social do Núcleo do CENFIM da Marinha Grande, 2024/2025

Responsabilidade Social	
Parceiros	Instituto Português do Sangue e da Transplantação de Coimbra
Âmbito Atuação	Responsabilidade Social
Atividades	Colheitas de sangue
Resultados	Colheita realizada a 50 pessoas
Intervenientes	Formandos; Formadores; Psicólogas e trabalhadores NMG; Comunidade em Geral
Parceiros	Semana da Interculturalidade (CMMG, Rede Europeia Anti Pobreza)
Âmbito Atuação	Diversidade Cultural
Beneficiários	EFA CNC - Protocolo com Cabo Verde; Formadores e Técnicos de Formação; Psicólogas NMG.

Projeto	Recolha de bens alimentares
Âmbito Atuação	Privação material: Bens de 1º necessidade
Atividades	Recolha de bens alimentares realizado pela comunidade educativa
Beneficiários	Alunos com necessidades de apoio alimentar e Instituições da zona territorial da Marinha Grande
Projeto	Reparação de equipamentos
Âmbito de Atuação	Responsabilidade Social e desenvolvimento de competências saber fazer
Atividades	Recuperação e reparação de aparelhos eletrodomésticos integrado nas aulas formativas
Beneficiários	Famílias e Idosos com dificuldades económicas

Fonte: CENFIM, Núcleo da Marinha Grande, 2024/2025

Síntese Conclusiva

O trabalho, instituído como direito fundamental na Constituição da República Portuguesa, coloca em ação os direitos perante a condição do trabalho entre os cidadãos e o Estado nos artigos 58.º e 59.º.

No concelho, em **10 anos**, a **taxa de emprego aumentou** ligeiramente, acima dos valores nacionais, contudo a **taxa de atividade** (mede a população em idade ativa com a que está realmente empregada) **desceu** o que significa que há uma **redução dentro da população em idade ativa da força do trabalho**, ou seja, uma redução da população que efetivamente está integrada no mercado de trabalho.

Apesar disso, a taxa de emprego, superior à média nacional e regional, sugere que o concelho tem conseguido manter os seus níveis de empregabilidade, beneficiando de um setor industrial forte e de um tecido empresarial local dinâmico apesar das necessidades de qualificação e de trabalho especializado face aos desafios da inovação tecnológica e da indústria 4.0 assim como de políticas orientadas para a atração e fixação de jovens e suas famílias no território.

Na **freguesia e concelho da Marinha Grande** regista-se um **aumento da população empregada**, enquanto na **Moita e Vieira de Leiria** há **perda de população empregada** residente.

Em termos da divisão do trabalho por género, regista-se um **aumento da força de trabalho feminina** com variação positiva de 2% no concelho e **perda da força masculina**, valores são contundentes com os nacionais e da região centro.

Registam-se **disparidades de género** em relação ao **ganho médio mensal** (inclui remuneração base, prémios e subsídios) **por setor de atividade**.

O tecido empresarial oferece ganhos médios mensais por género, superiores aos valores nacionais no caso dos homens e inferiores aos valores nacionais no caso das mulheres.
O concelho destaca-se em ganhos mensais acima da média nacional nas áreas da indústria, construção, energia e água.

Registam-se **disparidades de distribuição média salarial entre géneros**, superior aos valores nacionais, com **as mulheres a ganharem em média menos do que os homens**, com exceção para o setor da agricultura, floresta e pescas em que o ganho é de mais 362,09 euros

Por conseguinte, a aposta em políticas de conciliação entre o trabalho, a vida profissional e as famílias, assim como uma visão positiva das práticas de parentalidade positiva da parte das entidades empregadoras é condição para a permanência dos núcleos familiares no concelho através de políticas de apoio aos trabalhadores inclusivas e paritárias.

Observa-se uma extensão de idades da vida laboral acima dos 66 anos de idade.

A taxa de emprego por grupos etários revela o **aumento da população empregada** nas faixas a **partir dos 45 +**, com uma **retração na população jovem** e **jovem adulta até aos 44** anos a apresentar uma variação negativa.

A **população empregada por grupo etário** cresceu sobretudo na população acima dos 45, em especial dos **50-54**, torna-se assim necessário, numa população empregada envelhecida promover práticas de trabalho baseadas na formação e aprendizagem ao longo da vida, na reconversão profissional, na preparação e interiorização de um envelhecimento ativo e saudável com a possibilidade de (complementaridade entre emprego e reforma) conciliação de reforma e atividade ativa, seja na necessidade de mudanças na mentalidade das entidades empregadoras e dos próprios séniores com ideias assentes na divisão trabalho/ e reforma como realidades distintas.

Práticas de sensibilização e combate ao idadismo nas escolas e no mercado de trabalho e possibilitar as práticas de experiências de trabalho entre diferentes gerações de forma equilibrada e resiliente são respostas positivas às necessidades registadas da população de extensão da vida laboral após os 66 anos de idade.

O concelho da Marinha Grande apresenta uma **polarização do emprego** superior ao valor Nacional, o que significa que **o mercado de trabalho cresce nas profissões de alta qualificação e nos empregos de baixa qualificação enquanto os empregos de qualificação média estão a diminuir**, sendo um

dos desafios a enfrentar dada a predominância da população residente com o ensino técnico profissional face ao ensino superior especializado e qualificado, com menor peso na população residente.

A Indústria 4.0 e os desafios da automação do emprego determinam o nascimento de novas profissões, altamente especializadas e tecnologicamente avançadas em detrimento de profissões obsoletas ou em vias de extinção, mas também criam diferenças salarias acentuadas entre quem detém conhecimentos especializados e não especializados e imprime uma necessidade constante de atualização de conhecimentos, informação e formação.

Esta tendência cria uma separação ou descontinuidade entre estes dois polos o que leva a uma maior segregação e desigualdade no trabalho.

Para contrariar esta realidade as boas práticas passam pela aposta na formação ao longo da vida, pelo incentivo ao aumento da qualificação da população através do acesso efetivo e igualitário a percursos formativos especializados e integrados e pelas boas práticas de inclusão das mulheres em cargos de liderança no mercado de trabalho altamente qualificado e a aposta de políticas de progressão de carreira.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, no nº1 do artigo 23º, "Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego".

Dados solicitados ao IGSS relativos a 2023 e 2024 revelam que na Marinha Grande, **o número de beneficiários do subsídio de desemprego aumentou** 15,2% com +290 efetivos, sendo 55% mulheres.

O **maior número de beneficiários de subsídio de desemprego** manifesta-se nas faixas etárias dos **25-34**, caracterizando-se por **desemprego jovem, seguido** do grupo dos **45-54.**

Embora o número de beneficiários tenha aumentado, a taxa de inscritos no IEFP diminuiu em 10 anos e continua a decrescer entre 2023 e 2024.

Os **motivos para o desemprego** são em **1º o fim do trabalho não permanente (contratos a termo**) e em **2º o despedimento** por parte da **entidade empregadora**.

O Perfil dos inscritos no IEFP e acompanhados pelo GIP remetem para:

IEFP	GIP
Desemprego envelhecido Inscritos maioritariamente com idade ≥55 anos, mas beneficiários do subsídio de desemprego maioritariamente 25-34	Desemprego Jovem Inscritos maioritariamente no grupo 20-29
Maioritariamente mulheres	Maioritariamente mulheres
Aumento dos inscritos com escolaridade inferior 1º CEB e ensino secundário	Aumento dos inscritos com ensino secundário

Os serviços servem a população de forma integrada e articulada.

Outros programas estão instituídos no território com vista ao atendimento da população em geral, mas com especial enfoque na integração no mercado de trabalho da população em situação de pobreza e vulnerabilidade.

O CLDS 5ºG Marinha Social, iniciou em janeiro de 2025, é um programa de desenvolvimento territorial que visa responder a várias problemáticas sociais do território, entre elas o emprego, formação e qualificação.

O Eixo 1 designado de "Emprego, Formação e Qualificação "tem como público-alvo a população desempregada e em situação de fragilidade social e pretende apoiar esta franja da população através do desenvolvimento dos programas "GIP ATIVO"; "Oportunidades 360º"; "Marinha Qualifica"; "GIP Multicultural"; "Proximidade 5G" e "CO WORK Marinha" com base ao incentivo à formação, aperfeiçoamento de competências e promoção do empreendedorismo.

As respostas de serviços de atendimento e aconselhamento para o emprego funcionam de forma complementar e integrada no território.

O IEFP para além de ser um organismo que auxilia no planeamento da procura de emprego, é também uma entidade formadora que promove a formação de forma participada e articulada com outras entidades formadoras do território, estrategicamente orientado para a formação associada às características do tecido empresarial. Na Marinha Grande o IEFP tem protocolos de colaboração de Gestão Participada com os centros de formação profissional, CENFIM e CENCAL e que atuam respetivamente nas áreas setoriais dos moldes e da indústria vidreira.

O Núcleo do CENFIM da Marinha Grande apoia e responde às contínuas e crescentes necessidades de formação da Indústria Metalomecânica e Eletromecânica da região, nomeadamente a de Moldes com 70% dos alunos inscritos, em 2024/2025, em cursos de nível V distribuídos pelas modalidades de aprendizagem; sistemas de aprendizagem e cursos EFA e 6% em cursos de especialização tecnológica (CET).

O CENCAL presta serviços de formação e consultoria para a valorização dos recursos humanos e das empresas, em especial o setor da cerâmica e do vidro. A formação ministrada pelo IEFP e pelos Centros de Gestão Participada é tutelada pelo ministério do trabalho, solidariedade e segurança social.

CAPÍTULO II
DIMENSÃO TRANSVERSAL DE ANÁLISE

8. SAÚDE

A Lei de Bases da Saúde[35], explana os direitos e deveres dos cidadãos na proteção em saúde, como definido na Base 1, do DL n.º 95/2019, de 4 de setembro na alínea n.º 1, "O direito à proteção da saúde é o direito de todas as pessoas gozarem do melhor estado de saúde física, mental e social, pressupondo a criação e o desenvolvimento de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam níveis suficientes e saudáveis de vida, de trabalho e de lazer.", de acordo com a alínea n.º 2 "o direito à proteção da saúde constitui uma responsabilidade conjunta das pessoas, da sociedade e do Estado e compreende o acesso, ao longo da vida, à promoção, prevenção, tratamento e reabilitação da saúde, a cuidados continuados e paliativos".

A Lei de Bases da Saúde coloca assim no centro, as pessoas e o coletivo, colocando a tônica na importância da participação de todos os cidadãos, comunidades, atores sociais e políticos, numa perspetiva de prevenção e proteção de saúde e bem-estar comum, como designa o n.º 3 da Base 1 "A sociedade tem o dever de contribuir para a proteção da saúde em todas as políticas e setores de atividade".

Para o efetivo acesso da população aos serviços de saúde "O Estado promove e garante o direito à proteção da saúde através do Serviço Nacional de Saúde (SNS), dos Serviços Regionais de Saúde e de outras instituições públicas, centrais, regionais e locais".

Por conseguinte, "O SNS é o conjunto organizado e articulado de estabelecimentos e serviços públicos prestadores de cuidados de saúde, dirigido pelo ministério responsável pela área da saúde"[36].

São princípios orientadores do SNS a universalidade, o carácter geral e tendencialmente gratuito, a equitabilidade e atenção aos grupos mais vulneráveis, a qualidade dos serviços numa base humanista e de proximidade, a sustentabilidade e a transparência.

As Políticas em Saúde visam responder às necessidades mundiais, europeias, nacionais e locais diagnosticadas, de forma estratégica e planeada com o fim de obter ganhos em saúde junto da população e de promover a igualdade e a não discriminação no acesso aos serviços.

[35] DL n.º 95/2019, de 4 de Setembro (atualizado); revoga DL n.º 48/90, de 24 de Agosto e o DL n.º 185/2002 de 20 de Agosto
[36] Base 20, n.º 1 do DL n.º 95/2019, de 4 de Setembro

8.1 Estruturas Organizacionais do SNS

8.1.1 A Unidade Local de Saúde da Região de Leiria (ULSRL)

De acordo com o artigo 10.º do Estatuto do SNS [37], integram-se nas unidades de saúde, os agrupamentos de centros de saúde (ACES), hospitais, centros hospitalares, Institutos Portugueses de Oncologia e as Unidades Locais de Saúde (ULS).

À Unidade Local de Saúde da Região de Leiria compete garantir a prestação integrada de cuidados de saúde primários, hospitalares e de saúde pública, diferenciados e de qualidade, bem como intervir nos comportamentos aditivos e nas dependências, à população da sua área de influência, de acordo com as Redes de Referenciação Hospitalar.

A Unidade Local de saúde da Região de Leiria, tem atribuídas competências de desenvolvimento de atividades de investigação, incluindo investigação clínica e inovação em saúde, formação e ensino assumindo um papel fundamental no sistema de saúde português.

Entrou em funcionamento em janeiro de 2024, após reorganização do modelo de funcionamento. Esta reorganização teve por base o Modelo de ULS, criado pela primeira vez em 1999, pelo DL n.º 207/99 de 9 de junho, no Município de Matosinhos.

O DL n.º 102/2023, de 7 de novembro materializa a criação de novas Unidades Locais de Saúde através da integração de hospitais e centros hospitalares existentes com o ACES, adotando o modelo de funcionamento em ULS, de acordo com os estatutos do SNS, como designado no artigo 1.º, "O presente decreto-lei procede à reestruturação das seguintes entidades públicas empresariais, integradas no Serviço Nacional de Saúde (SNS), adotando-se o modelo de organização e funcionamento em unidades locais de saúde (ULS)".

As entidades são, de acordo com a alínea o) "O Centro Hospitalar de Leiria, E. P. E., com integração do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Litoral, os Centros de Saúde de Ourém e de Fátima, atualmente integrado no Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo, e os Centros de Saúde de Alcobaça e da Nazaré, atualmente integrados no Agrupamento de Centros de Saúde do Oeste Norte, passando a denominar-se Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, E.P.E.".

Relativamente à região centro (NUTS II), a ULS integra cinco concelhos da Região de Leiria (NUTS III), sendo estes Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós, dois da Região Oeste (NUTS III), Alcobaça e Nazaré e um da Região do Médio Tejo (NUTS III), Ourém.

[37] DL n.º 52/2022, de 4 de Agosto

As unidades de saúde que integram a ULS da Região de Leiria, E. P. E, são: Hospital de Alcobaça Bernardino Lopes de Oliveira; Hospital de Santo André, em Leiria; Hospital Distrital Pombal; Centro de Saúde da Batalha; Centro de Saúde Dr. Arnaldo Sampaio; Centro de Saúde Dr. Gorjão Henriques; Centro de Saúde da Marinha Grande; Centro de Saúde de Pombal; Centro de Saúde de Porto de Mós; Centro de Saúde de Ourém; Centro de Saúde de Fátima; Centro de Saúde de Alcobaça; e, Centro de Saúde da Nazaré.

8.2 Cuidados de Saúde Primários ULS RL

a) População Inscrita

Em abril de 2025 e com referência ao ano de 2024, de acordo com relatório "Perfil de Saúde da ULSRL" elaborado pela unidade de estudos e planeamento em saúde, aprovado em 2025, estão inscritos na ULSRL 404.724 utentes.

Tabela 94:População Inscrita (% e Nº) na ULSRL, Com e Sem Médico de Família, ULS RL 2024

Concelho	Utentes com médico		Utentes sem médico		Total
	Nº	%	Nº	%	
Alcobaça	51764	88	6787	12	58551
Batalha	16000	98	247	2	16247
Leiria	92756	65	50492	35	143248
Marinha Grande	**38288**	**90**	**4278**	**10**	**42566**
Nazaré	10690	62	6477	38	17167
Ourém	27233	58	19338	42	46571
Pombal	41082	75	13681	25	54763
Porto de Mós	19700	77	5911	23	25611
Total ULSRL	**297513**	**74**	**107211**	**26**	**404724**

Fonte: Perfil de Saúde Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, Unidade de Estudos e Planeamento Em Saúde, Departamento de Saúde Pública ULS Região de Leiria, pág.23

Dos 404.724 inscritos em 2025 na ULSRL, 42.566 estão afetos aos Cuidados de Saúde Primários do concelho da Marinha Grande. A população do concelho inscrita nos cuidados de saúde primários com médico atribuído é de 90%, dando resposta a 38.288 pessoas. Pelo contrário, 10% das inscrições aguardam por atribuição de médico de família, correspondendo a 4.278 pessoas inscritas.

De acordo com a tabela 90, existem na área de abrangência da ULS RL 107.211 pessoas sem médico de família.

Para mitigar a situação, a ULS RL adotou soluções complementares como a contratação de médicos aposentados, o que permitiu a realização de 1.225.822 consultas médicas, um aumento de 0,7% em relação a 2023[38].

[38] Relatório e Contas 2024 ULS RL, Versão aprovada em reunião do conselho de Administração de 28 de maio de 2025

As unidades orgânicas e funcionais dos cuidados de saúde primários estão organizadas na atividade assistencial prestada em:

- Atividades de vigilância, promoção da saúde e prevenção da doença nas diferentes fases da vida: saúde da mulher - planeamento familiar, cuidados pré-concecionais, vigilância da gravidez; Saúde infantil – saúde do recém-nascido, da criança e do adolescente; Saúde do Adulto e do Idoso; consultas de acompanhamento de doenças crónicas: consulta de Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus.
- Cuidados em situação de doença aguda.
- Cuidados no domicílio.

Em consonância com o Programa Nacional de Rastreios estão implementados rastreios nas seguintes áreas: Cancro da Mama, Cancro do Colo do Útero, Cancro do Cólon e Reto, Retinopatia Diabética e Saúde Visual Infantil.

8.2.1 Os Cuidados de Saúde Primários do Concelho da Marinha Grande

Figura 22: Mapa das Unidades Funcionais do Centro de Saúde da Marinha Grande

Fonte: Divisão de Saúde e Bem Estar do Município da Marinha Grande, 2025

a) Unidades Funcionais dos CSP da Marinha Grande

Tabela 95: Unidades Funcionais dos Cuidados de Saúde Primários do Concelho da Marinha Grande, 2025

Unidades Funcionais dos Cuidados de Saúde Primários da Marinha Grande 2024			
Unidade Funcional	Localização	Contactos	Inicio da Atividade
USF Vitrius	Marinha Grande	usf.vitrius@ulsrl.min-saude.pt	10-05-2018
USF Stephens	Marinha Grande	usf.stephens@ulsrl.min-saude.pt	01-11-2021
USF Semear	Marinha Grande	usf.semear@ulsrl.min-saude.pt	01-08-2023
UCSP Atlântica	Vieira de Leiria	ucsp.atlantica@ulsrl.min-saude.pt	06-05-2019
UCSP Marinha Grande	Marinha Grande	ucsp.marinhagrande@ulsrl.min-saude.pt	SI
UCC Marinha Grande	Marinha Grande	ucc.marinhagrande@ulsrl.min-saude.pt	24-02-2014
USP Marinha Grande	Marinha Grande	usp.marinhagrande@ulsrl.min-saude.pt	SI

Fonte: disponível em UCSP Atlântica; UCC Marinha Grande; USF Semear; UCSP Atlântica; UCC Marinha Grande; USF Vitrius; USF Stephens; SAP Marinha Grande extraído a 28/07/25

Consubstanciado na Lei dos Estatutos do SNS, o artigo 38.º do DL n.º 52 /2022, de 4 de Agosto, através do n.º 1 , determina que "Os ACES incluem as seguintes unidades funcionais: a) Unidade de Saúde Familiar (USF); b) Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP); c) Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC); d) Unidade de Saúde Pública (USP); Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP)" para além de "outras unidades ou serviços, mediante proposta fundamentada do respetivo diretor executivo, nos termos a definir em portaria do membro do Governo responsável pela área da saúde".

A resposta de serviços públicos de saúde na Marinha Grande é prestada pelos Cuidados de Saúde Primários (CSP), disponibiliza serviços de saúde através de um Centro de Saúde, composto por três infraestruturas e organizado em unidades funcionais: três unidades de Saúde Familiares (USF Vitrius; USF Stephens e USF Semear), uma unidades de cuidados de saúde personalizados (UCSP Atlântica), uma Unidade de Cuidados da Comunidade (UCC), abrangendo **42.566 pessoas** inscritas em 2024, um Serviço de Atendimento Permanente (SAP), uma Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP) e um pólo da unidade de saúde pública (USP).

De acordo com o n.º 3 do DL n.º 52/2022, de 4 de Agosto, que estabelece os Estatutos do SNS , as **USF** **"**são unidades de cuidados personalizados, formadas por médicos, enfermeiros e assistentes técnicos, com autonomia funcional e técnica, que desenvolvem a sua atividade com base na contratualização de objetivos e que garantem aos cidadãos nelas inscritos uma carteira básica de serviços, constando o seu regime de diploma próprio", têm como missão "a prestação de cuidados de

saúde personalizados à população inscrita numa determinada área geográfica, garantindo a centralidade no utente, a globalidade, a acessibilidade, a qualidade, a eficiência e a continuidade de cuidados ao longo da vida”[39] .

As **UCSP**, “são também unidades de cuidados personalizados, formadas por médicos, enfermeiros e assistentes técnicos, com autonomia funcional e técnica, mas não organizados em USF”[40].

As **UCC** “são unidades de cuidados de saúde e apoio psicológico e social, com autonomia funcional e técnica e com intervenção de âmbito domiciliário e comunitário, junto das pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência, atuando na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção, sendo compostas por médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, terapeutas da fala e outros profissionais”[41].

As **USP** são “unidades com autonomia funcional e técnica, às quais cabe a vigilância epidemiológica, a elaboração de informações e planos no domínio da saúde pública, a gestão de programas de intervenção no âmbito da prevenção, promoção e proteção da saúde da população e de grupos específicos, colaborando no exercício de funções de autoridade de saúde e sendo compostas, entre outros profissionais, por médicos de saúde pública, enfermeiros especialistas na área de enfermagem de saúde comunitária e de saúde pública e técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica.” [42]

As **URAP** são “unidades com autonomia funcional e técnica, que prestam cuidados de saúde e serviços de consultoria às demais unidades funcionais do ACES, promovendo a articulação com os cuidados hospitalares e com outros recursos da comunidade, sendo compostas por médicos de especialidades hospitalares, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, terapeutas da fala e ocupacionais, médicos dentistas, higienistas orais, assistentes sociais e outros profissionais integralmente afetos à URAP, mas que repartem o seu desempenho por várias unidades funcionais”[43].

[39] Artigo n.º 4 do DL n.º 103/2023, de 7 de Novembro
[40] N.º 4 do Artigo 38.º do DL n.º 52/2022, 4 de Agosto
[41] N.º 5 do Artigo n.º 38 do DL n.º 52/2022, de 4 de Agosto
[42] N.º 9 do Artigo n.º 38 do DL n.º 52/2022, de 4 de Agosto
[43] N.º 10 do Artigo n.º 38 do DL n.º 52/2022, de 4 de Agosto

8.2.2 População Inscrita – Cuidados de Saúde Primários da Marinha Grande

Tabela 96: N.º de Utentes Inscritos por Unidade Funcional (CSP) do Concelho da Marinha Grande, 2024 e 2025

Unidade Funcional	Inscritos UF(N) 2024	Inscritos UF(N) 2025	Variação UF(N)
USF Vitrius	12211	12179	-0,3
USF Semear	8586	8618	+0,4
USF Stephens	9121	9126	+0,1
CSP Atlântica	6250	6228	-0,4
CS MG sem médico	**2146**	2502	+16,6
Total	**38314**	**38653**	**+0,9**
Totais inscritos (ACES)	**42566**	**42747**	**+0,4**

Fonte: Carta de compromisso 2025 dos CSP da Marinha Grande da ULSRL e UCSP Atlântica; UCC Marinha Grande; USF Semear; UCSP Atlântica; UCC Marinha Grande; USF Vitrius; USF Stephens extraído a 28/07/25

O número de pessoas nos cuidados de saúde primários da Marinha Grande em 2024 é de 38.314 pessoas, sendo no total do ACES 42.566 pessoas inscritas.

Entre 2024 e 2025 registam-se + 339 efetivos populacionais inscritos nos CSP MG; +356 inscritos nos CSP MG sem médico de família.

Por sua vez, há um ligeiro aumento de pessoas inscritas sem médico de família (+356), refletindo um crescimento da procura de proteção na saúde de 16,6%.

a) Índices Sócio Demográficos da população inscrita nos CSP da Marinha Grande

Tabela 97: Índices Sociodemográficos da População Inscrita nas USF/USCP em 2024 e 2025 do Concelho da Marinha Grande

	Nº de inscritos	Índice de dependência de Jovens (%)	Índice de dependência de Idosos (%)	Índice de dependência Total
		2024		
Inscritos nas USF/UCSP na área abrangência da UCC	41990	19,23	37,97	57,2
		2025		
Inscritos nas USF/UCSP na área de abrangência da UCC	42747	19,67	37,56	57,23
Inscritos na USF Stephens	10149	18,55	38,09	56,64
Inscritos na USF Vitrius	13853	19,37	**38,96**	58,34
Inscritos na USF Semear	9456	17,42	**48,97**	66,39
Inscritos na UCSP Atlântica	6974	18,16	35,32	53,48

Fonte: Carta de compromisso 2025 dos CSP da Marinha Grande da ULSRL e UCSP Atlântica; UCC Marinha Grande; USF Semear; UCSP Atlântica; UCC Marinha Grande; USF Vitrius; USF Stephens extraído a 28/07/25

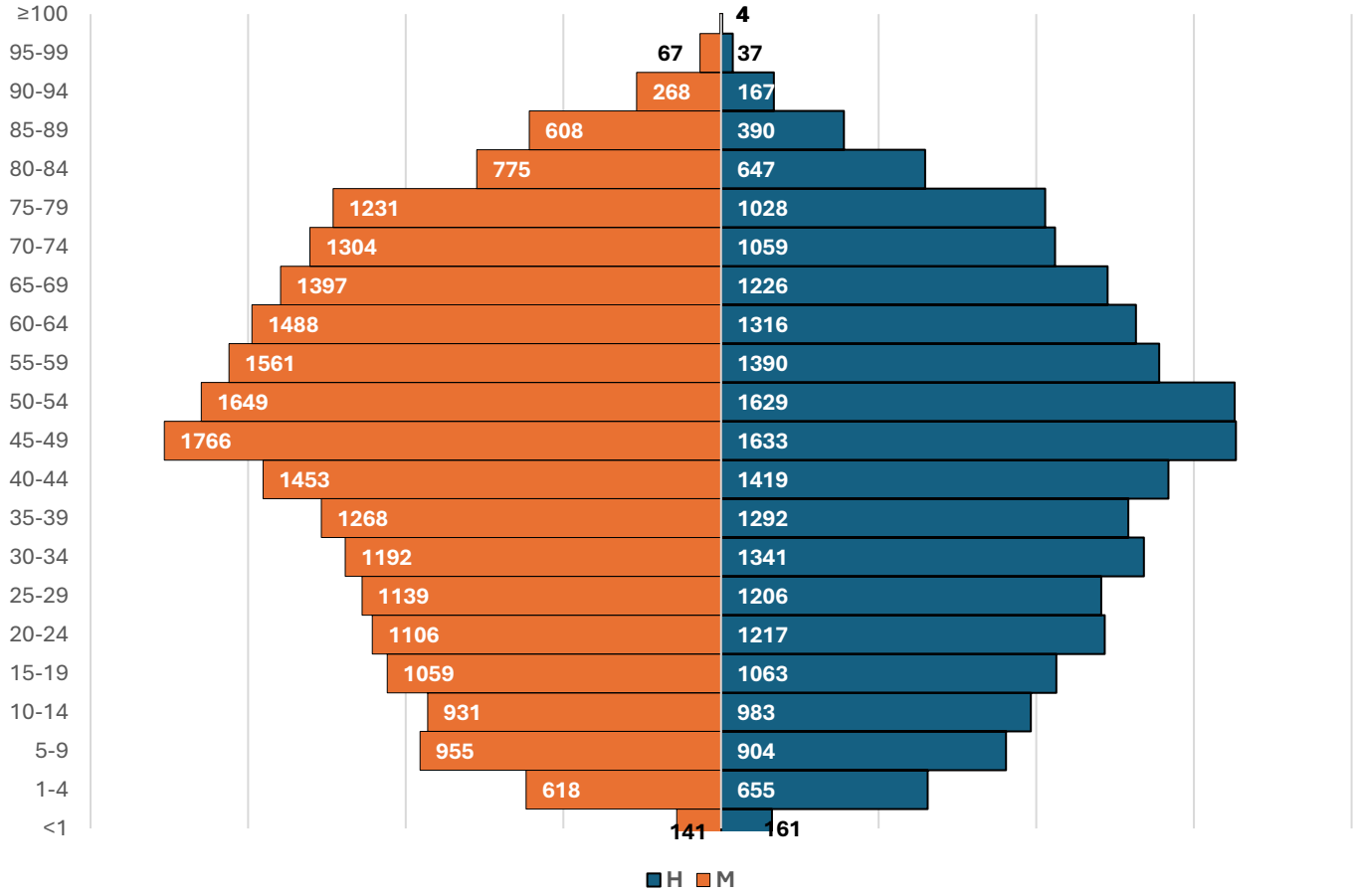
Conhecer os índices de dependência de idosos e jovens das pessoas inscritas nos Cuidados de Saúde Primários permite perspetivar a proteção na saúde face às necessidades da população, rentabilizar de forma mais adequada os recursos e equipamentos de saúde e promover uma saúde sustentável e de acesso para todos assente nas melhores práticas de prevenção e atuação.

As últimas atualizações e estimativas do INE referentes aos índices populacionais de 2024 e 2025 indicam a tendência para um agravamento dos níveis de dependência dos jovens e dos idosos residentes no concelho, que se espelha na população inscrita nos cuidados de saúde primários, nomeadamente:

- Os valores Nacionais apontam para um **índice de dependência de idosos** em 2025 de 38,6, valor este inferior ao verificado na população inscrita nas USF Vitrius (38,9) e USF Semear (48,9).
- No concelho da Marinha Grande, os últimos dados apontam para um índice de dependência de idosos de 37,4, face a 36,5 em 2021 e 27,8 em 2011.
- As respostas de saúde do concelho refletem a dinâmica populacional existente, sendo a USF Semear a que apresenta um índice de dependência de idosos mais elevado. Nesta unidade por cada 100 jovens inscritos em 2025, 48,9 são idosos, ou seja, praticamente metade da população que frequenta esta unidade tem idade igual ou superior a 65 anos de idade.
- A unidade funcional que apresenta um índice de dependência de idosos mais reduzido, quando comparada com as restantes unidades, é a Unidade de Cuidados de Saúde Primários Atlântica, a qual dá resposta à freguesia de Vieira de Leiria e apresenta um índice de 35,32.
- Por sua vez os índices de **dependência dos jovens** apresentados são reduzidos, em 2024 por cada 100 idosos existiam no território português 20,1 jovens até aos 14 anos de idade. Ao observar os valores, todas as respostas de saúde apresentam este indicador abaixo do valor Nacional, sendo o índice mais baixo apresentado, o da UF Semear (17,4) e o mais elevado o da UF Vitrius (19,3).
- O **índice de dependência total**, compara o número de pessoas fora da idade ativa com a população em idade ativa (menores de 15 e maiores de 64), em 2024 é, em termos Nacionais de 59,2, isto diz-nos que, por cada 100 ativos em território Nacional existem 59,2 pessoas dependentes, ou seja, que não estão inseridas no mercado de trabalho e não são economicamente ativas.
- No concelho, a unidade de saúde que apresenta um maior índice de dependência total é a Semear com valores acima dos Nacionais (66,39), a mesma que apresenta um índice de dependência de idosos mais elevado (48,9) e de dependência de jovens mais baixo do concelho (17,4).
- Na sua totalidade, as unidades funcionais que abrangem a UCC apresentam um índice de dependência de acordo com os valores Nacionais (57,2).

8.2.2.1 Grupos Etários da população inscrita nos CSP da Marinha Grande

Figura 23: Pirâmide Etária da População Abrangida pela UCC da Marinha Grande em 2025



Fonte: Disponível em UCC Marinha Grande extraído a 28/07/25 às 14h51

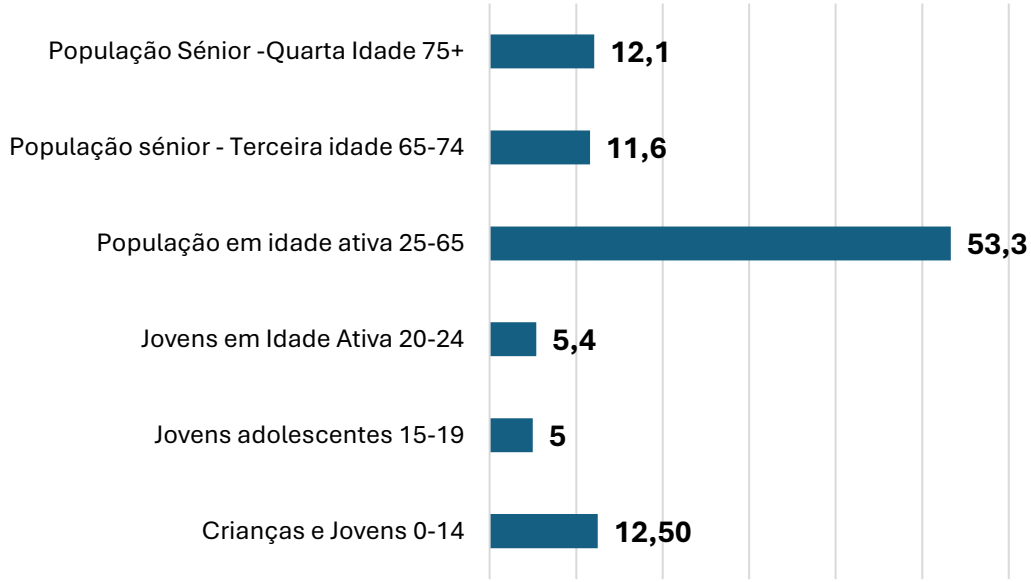
A distribuição da população por grupos etários e sexo permite analisar a população inscrita em termos de distribuição de idades e sexo.

A pirâmide etária da população inscrita apresenta uma configuração de duplo envelhecimento no topo e na base, o que significa que a população inscrita é caracterizada por baixos níveis de natalidade na sua base e o aumento da esperança de vida no topo, característico das sociedades envelhecidas.

A consulta de dados referentes ao mês de junho de 2025, apontam para 20.767 (48,6%) homens inscritos e 21.980 (51,4%) mulheres inscritas.

A maior concentração de população feminina e masculina situa-se nas faixas etárias entre os 45 e os 49 anos de idade.

Figura 24: População (%) Abrangida pela UCC da Marinha Grande por Tipologia Etária em 2025



Fonte: Por Radar Social a partir de UCC Marinha Grande extraído a 28/07/25 às 14h51

Se agrupado por tipologias etárias é possível observar que a população inscrita em idade ativa é de 53,3%, seguido da população sénior, com especificidades para a heterogeneidade das necessidades deste grupo, subdividido em dois grandes subgrupos, dos 65 aos 74 anos e dos 75 e mais anos, que no seu conjunto totalizam 23,7% da população sénior.

De salientar que a percentagem de pessoas acompanhadas em saúde com 75 anos ou mais (12,1%) é superior à acompanhada entre os 65 e os 74 anos de idade (11,6%).

Os jovens em idade ativa e jovens adolescentes representam 10,4% das inscrições nos cuidados de saúde primários da Marinha Grande, e o grupo das crianças e jovens 12,50%. No seu conjunto, desde o momento do nascimento até aos 24 anos, a população inscrita atinge os 22,9%, valor ainda assim inferior ao total da população representada com idade igual ou superior aos 65 anos de idade (23,7%).

8.3 Indicadores do Estado de Saúde da População

O estado de saúde da população está relacionado com os determinantes de saúde, os quais irão influenciar e determinar a carga de cada doença na população, a medicação prescrita e o decurso da vida das pessoas no que respeita a anos de vida saudável nas várias fases da vida, desde o nascimento até à morte dados estes indicadores estarem diretamente relacionados com as características comportamentais, ambientais e biológicas da população.

8.3.1 Determinantes de Saúde

Respeitam aos fatores que contribuem para o estado atual da saúde de uma pessoa ou população, pelo aumento ou redução da probabilidade de ocorrência de doença ou de morte prematura e evitável.

Um mesmo determinante de saúde pode estar relacionado com mais do que um problema de saúde e vice-versa. Também um grupo de determinantes pode estar relacionado com um grupo de vários problemas de saúde.

A evidência mostra que cada vez mais os diferentes tipos de determinantes de saúde interagem entre si, formando uma rede intrincada e complexa de relações e influência, determinando uma perspetiva integradora e articulada dos vários fatores que influenciam o melhor estado de saúde possível.

Os determinantes de saúde são classificados por categorias, nomeadamente: ambientais, biológicos, comportamentais ou estilos de vida, demográficos e sociais, económicos e relacionados com o sistema de saúde e a prestação de cuidados de saúde.

8.3.1.1 Determinantes de Saúde Comportamentais e Sociais

Dados do relatório "Estado da saúde na EU: Portugal Perfil de Saúde do País, 2023" indicam que em Portugal, cerca de um terço de todas as mortes registadas em 2019 podem ser atribuídas a fatores de risco comportamentais, nomeadamente ao tabagismo, aos riscos alimentares, ao consumo de álcool e ao baixo nível de exercício físico.

Figura 25: Fatores de Risco Comportamentais Para a Saúde – Portugal 2030

Fonte: disponível em "State of Health in the EU, Portugal-Perfil de Saúde do País 2023", OECD Better Policies for Better Lives, European Observatory on Health Systems and Policies, pág. 7

8.3.1.2 Excesso de Peso e Obesidade

O excesso de peso e a obesidade são um determinante de saúde na medida em que estão diretamente relacionados com o risco de desenvolvimento de várias patologias, nomeadamente: cardiovasculares, articulares, endócrinas e renais, entre outras.

Ao nível Europeu, em 2023, Portugal apresenta melhores resultados do que a maioria dos outros países da EU em todos os fatores de risco comportamentais com exceção da atividade física e obesidade[44].

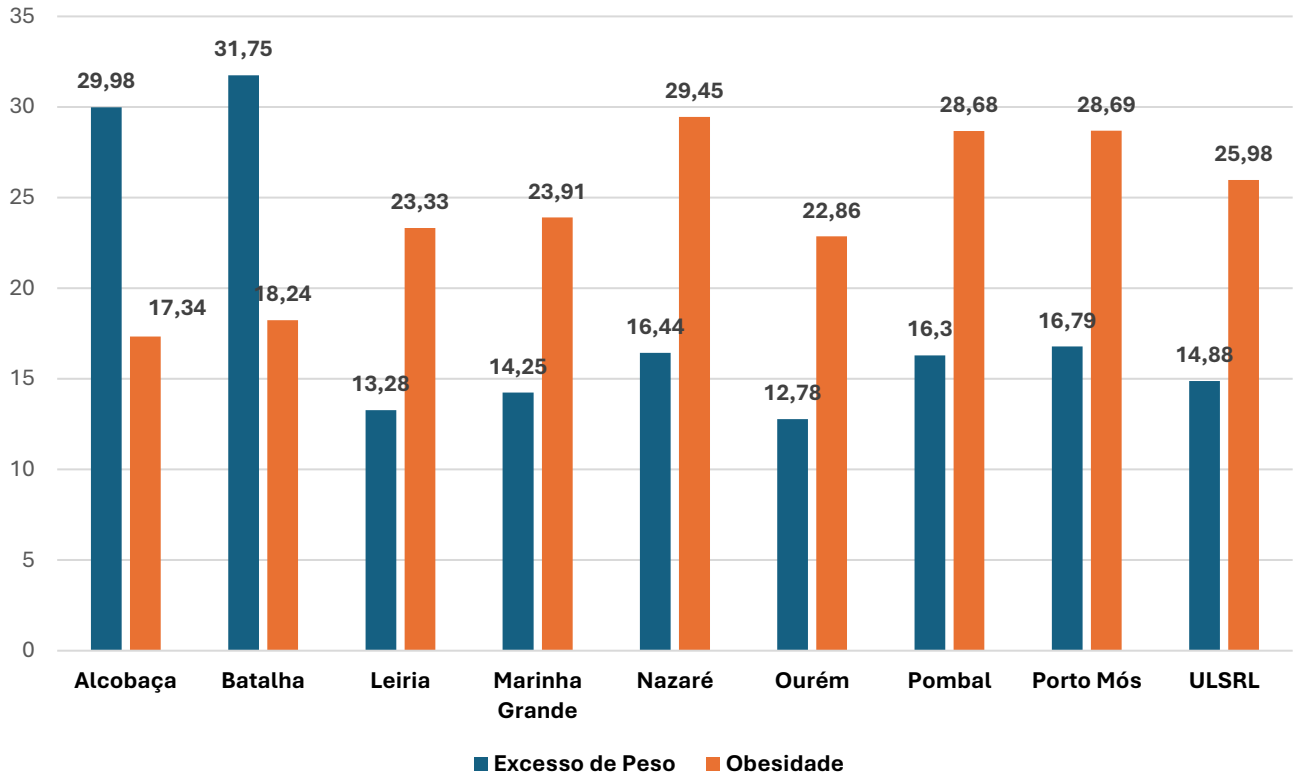
O conceito de obesidade e excesso de peso é materializado através da avaliação do Índice de Massa Corporal (IMC). O excesso de peso corresponde a um IMC ≥25 e ≤30, a obesidade corresponde a um IMC ≥30.

Em 2022, foi realizada pela Divisão de Saúde e Bem Estar do Município, no âmbito da proposta de Elaboração da Estratégia Municipal de Saúde, auscultação por questionário à população marinhense sobre a sua auto perceção do estado de saúde.

Das 440 pessoas validadas, apenas 21 (6,1%) reportaram estar em situação de obesidade ou excesso de peso, contudo o índice de Massa Corporal (IMC) informado pelos inquiridos indica que 51,7%, à data do questionário, apresentavam excesso de peso ou obesidade, expressando uma baixa consciencialização deste determinante de saúde e das suas implicações para o aparecimento de patologias associadas a este indicador.

[44] "State of Health in the EU, Portugal-Perfil de Saúde do País 2023", OECD Better policies for better lives, European Observatory on Health Systems and Policies, pg.

Figura 26: % de Utentes dos Cuidados de Saúde Primários da ULSRL com Diagnóstico de "Excesso de Peso" e "Obesidade"



Fonte: Perfil de Saúde Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, Unidade de Estudos e Planeamento Em Saúde, Departamento de Saúde Pública ULS Região de Leiria, pág.52

Em 2024, todos os concelhos apresentam uma prevalência de valores acima dos 35% de pessoas inscritas com excesso de peso e obesidade, destes, destacam-se a Batalha e Alcobaça com valores de excesso de peso a rondar os 30% e 18% de obesidade, e que no seu conjunto totalizam percentagens próximas dos 50%. Do lado oposto, destaca-se o concelho de Ourém com valores mais reduzidos, mas mesmo assim a rondar 35%.

O Concelho da Marinha Grande apresenta uma percentagem de pessoas com excesso de peso inscritas de 14,3% e de obesidade de 24%, o que no total perfaz 38% de pessoas inscritas nesta condição.

Dos 8 concelhos que integram a ULSRL, a Marinha Grande apresenta-se em 6.º lugar da população inscrita em situação de excesso de peso.

Relativamente a este indicador, os concelhos com maior representatividade de incidência de excesso de peso são: a Batalha (31,75%), seguido de Alcobaça (29,98%) e Porto de Mós (16,79%).

No que concerne à obesidade, a Marinha Grande apresenta-se em 4.º lugar com 23,91% da população inscrita em situação de obesidade.

Os concelhos com maior representatividade de casos de obesidade são: a Nazaré (29,45%), seguido de Porto de Mós (28,69%) e Pombal (28,68).

8.3.1.3 Prevalência e Incidência de Consumo de Tabaco

O Tabagismo apresenta riscos para a saúde da população, estando associado ao cancro do pulmão, esófago, estômago e bexiga, entre outros, ao aumento do risco cardiovascular associado aos acidentes vasculares cerebrais e patologia respiratória aguda ou crónica associado à doença pulmonar e obstrutiva.

Em Portugal, em 2023, a prevalência de fumadores é de 12%, valores próximos dos registados em 2024 pela ULSRL, em que dos inscritos, 11,6% são fumadores, o que representa 46.484 fumadores ativos, destes 8,2% iniciaram o consumo em 2024, representando 3.837 pessoas.

O Relatório "Perfil de Saúde Unidade Local de Saúde da Região de Leiria" menciona que os dados poderão estar subestimados dado que provêm de informação produzida pelos cuidados de saúde, o que significa que poderão existir fumadores que por diversas razões não recorram aos serviços de saúde.

8.3.1.4 Abuso Crónico do Álcool

O consumo de álcool apresenta riscos quando o seu consumo é frequente e prolongado tendo impactos na saúde e na probabilidade de desenvolvimento de patologias gástricas, hepáticas e pancreáticas, oncológicas e crónicas.

Este indicador não revela diretamente a quantidade de álcool ingerida individualmente, mas os episódios de grave prejuízo para a saúde, dependência, estado de privação ou distúrbios psicóticos.

Em 2024 a percentagem de utentes com idade superior a 15 anos com consumo de álcool crónico inscritos na ULSRL é de 1,4%.

Apesar deste valor reduzido, em 2023, dados do relatório "Perfil de Saúde de Portugal 2023" menciona que o consumo de álcool em Portugal é elevado entre adultos e que o consumo excessivo do álcool está a aumentar.

8.4 Indicadores de Saúde e Bem Estar

8.4.1 Autoapreciação do Estado de Saúde e dos Serviços de Saúde

Dos resultados do questionário aplicado em 2022 aos munícipes no âmbito da proposta da Estratégia Municipal para a Saúde, inferiu-se que 48,9% dos inquiridos consideram apresentar um estado de

saúde razoável, seguido de bom com 38,6%, Muito Bom com 6,8%, Mau com 4,5% e Muito Mau com 1,1%.

8.4.2 População Residente com Dificuldades

Tabela 98: População Residente (N.º) Com Pelo Menos Uma Dificuldade por Freguesias no Concelho da Marinha Grande em 2021

	1 dificuldade	2 dificuldades	3 dificuldades	4 dificuldades	5 dificuldades	6 dificuldades	Total
Marinha Grande	5889	3436	2203	1515	837	710	14590
Moita	252	128	90	93	40	25	628
Vieira de Leiria	1023	627	422	306	837	114	2673
Total	7164	4191	2715	1914	1058	849	17891

Fonte: Portal do INE, extraído a 18/02/25

Inquiridas através dos Censos 2021 sobre as dificuldades sentidas no dia a dia em relação às funções: ver, ouvir, andar ou subir degraus, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sozinho e compreender os outros ou fazer-se compreender, 40% (7.164) das pessoas residentes no concelho com idade igual ou superior a 5 anos afirmam ter pelo menos uma dificuldade, 23,4% (4.191) afirmam ter pelo menos duas dificuldades, 15,2% (2.715) afirmam ter pelo menos três dificuldades, 10,7% (1.914) afirma ter pelo menos quatro dificuldades, 5,9% (1.058) afirma ter pelo menos cinco dificuldades e 4,7% (849) afirma ter seis dificuldades.

a) Grupos Etários

Tabela 99: População Residente (N.º) e (%) no Concelho da Marinha Grande Com Pelo Menos Uma Dificuldade, por Grupos Etários em 2021

	1 dificuldade		2 dificuldades		3 dificuldades		4 dificuldades		5 dificuldades		6 dificuldades		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nª	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
5-9	253	3,53	78	1,86	27	0,99	3	0,16	4	0,38	3	0,35	368	2,06
10-14	262	3,66	79	1,88	25	0,92	13	0,68	2	0,19	4	0,47	385	2,15
15-19	329	4,59	74	1,77	26	0,96	9	0,47	3	0,28	3	0,35	444	2,48
20-24	313	4,37	85	2,03	34	1,25	7	0,37	2	0,19	2	0,24	443	2,48
25-29	360	5,03	108	2,58	31	1,14	9	0,47	5	0,47	6	0,71	519	2,90
30-34	381	5,32	131	3,13	37	1,36	10	0,52	2	0,19	5	0,59	566	3,16
35-39	466	6,50	167	3,98	67	2,47	26	1,36	11	1,04	9	1,06	746	4,17
40-44	619	8,64	240	5,73	119	4,38	37	1,93	10	0,95	7	0,82	1032	5,77
45-49	758	**10,58**	387	9,23	183	6,74	85	4,44	28	2,65	8	0,94	1449	8,10
50-54	733	**10,23**	417	9,95	236	8,69	135	7,05	48	4,54	13	1,53	1582	8,84
55-59	606	8,46	458	**10,93**	268	9,87	204	10,66	67	6,33	30	3,53	1633	**9,13**
60-64	585	8,17	449	**10,71**	310	**11,42**	204	10,66	88	8,32	39	4,59	1675	**9,36**
65-69	500	6,98	432	**10,31**	337	**12,41**	238	**12,43**	97	9,17	42	4,95	1646	**9,20**
70-74	466	6,50	468	**11,17**	346	**12,74**	252	**13,17**	148	**13,99**	85	10,01	1765	**9,87**
75-79	299	4,17	311	7,42	280	10,31	248	**12,96**	140	**13,23**	120	**14,13**	1398	7,81
80-84	150	2,09	191	4,56	235	8,66	203	10,61	176	**16,64**	194	**22,85**	1149	6,42
85-89	70	0,98	90	2,15	119	4,38	154	8,05	155	**14,65**	163	**19,20**	751	4,20
90+	14	0,20	26	0,62	35	1,29	77	4,02	72	6,81	116	**13,66**	340	1,90
Total	7164	100	4191	100	2715	100	1914	100	1058	100	849	100	17891	100

Fonte: Por Radar Social, a partir de: Portal do INE, extraído a 18/02/25

Ao analisar por grupos etários, conclui-se que:

- A população residente no concelho que menciona apresentar pelo menos **uma dificuldade** no dia a dia apresenta uma maior proporção relativa nos intervalos **45-54** anos, totalizando este intervalo **os 20,81**% na dimensão uma dificuldade.
- A população residente que diz apresentar pelo menos **duas dificuldades** apresenta uma maior proporção relativa no intervalo etário dos **55 aos 74 anos**, totalizando este intervalo os **43,12%** na dimensão duas dificuldades.
- A população residente que diz apresentar pelo menos **três dificuldades** apresenta uma maior proporção relativa no intervalo etário dos **60 aos 74 anos**, totalizando este intervalo os **36,57**
- A população residente que diz apresentar pelo menos **quatro dificuldades** apresenta uma maior proporção relativa no intervalo etário dos **65 aos 79 anos**, totalizando este intervalo os **38,56%** na dimensão quatro dificuldades.
- A população residente que diz apresentar pelo menos **cinco dificuldades** apresenta uma maior proporção relativa no intervalo etário dos **70 aos 89 anos**, totalizando este intervalo os **58,51%** na dimensão cinco dificuldades.
- A população residente que diz apresentar pelo menos **seis dificuldades** apresenta uma maior proporção relativa no intervalo etário dos **75 aos 90 anos**, totalizando este intervalo os **69,84%** na dimensão seis dificuldades.

Em suma, há medida que avançamos nos grupos etários, maior é a representatividade das pessoas que apresentam mais de três dificuldades nas tarefas do dia a dia. Este indicador pode ser considerado um determinante de saúde na medida em que as dificuldades podem estar associadas a estilos de vida que conduzem ao aparecimento de patologias crónicas limitativas na funcionalidade motora e mental dos indivíduos.

8.5 Indicadores Sociais e Demográficos de Saúde

8.5.1 Natalidade

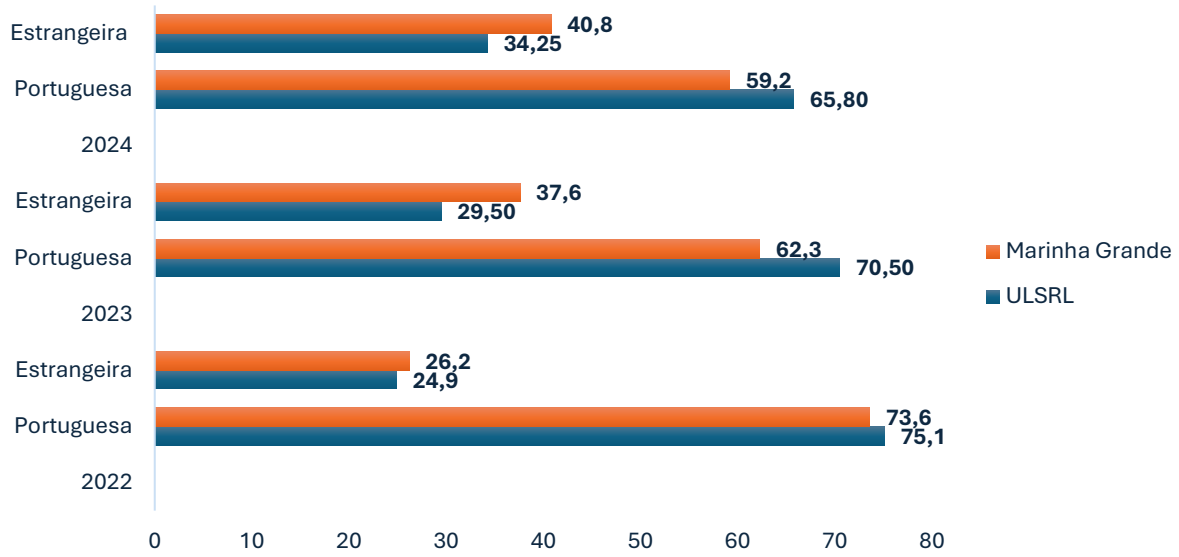
a) Nados Vivos por Naturalidade Materna por Concelho

Tabela 100: Número Absoluto de Nascimentos de Nados Vivos por Naturalidade Materna na ULSRL entre 2022 e 2024

Naturalidade Materna	Continente	Alcobaça	Batalha	Leiria	Marinha Grande	Nazaré	Ourém	Pombal	Porto Mós	ULSRL
2022										
Portuguesa	59795	360	91	810	**220**	90	214	260	125	2170
Estrangeira	20050	77	23	304	**79**	20	105	87	23	718
Total	79845	437	114	1114	**299**	110	319	347	148	2888
2023										
Portuguesa	57315	344	118	766	**214**	91	233	281	139	2186
Estrangeira	24594	97	37	358	**129**	40	100	121	33	916
Total	81910	441	155	1125	**343**	131	333	402	172	3102
2024										
Portuguesa	53510	323	87	670	**177**	81	215	241	145	1939
Estrangeira	27468	110	30	403	**122**	55	115	122	53	1010
Total	80978	433	117	1073	**299**	136	330	363	198	2949

Fonte: Perfil de Saúde Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, Unidade de Estudos e Planeamento Em Saúde, Departamento de Saúde Pública ULS Região de Leiria, pág.32

Figura 27: % de Nados Vivos por Naturalidade Materna no Concelho da Marinha Grande e ULSRL entre 2022 e 2024



Fonte: Por Radar Social, baseado em "Perfil de Saúde Unidade Local de Saúde da Região de Leiria", Unidade de Estudos e Planeamento Em Saúde, Departamento de Saúde Pública ULS Região de Leiria, pág.32

Em termos absolutos, o concelho da Marinha Grande apresenta valores de nascimentos de mães de origem estrangeira relevantes:

- De entre os concelhos que integram a ULSRL, em 2022, o concelho posiciona-se em 4.º lugar, com 79 nascimentos de mães estrangeiras.
- Em 2023 esse número sobe para 129 nascimentos, sofre um crescimento relativo de 63,3% e absoluto de + 50 nados vivos, face a 2022.

- Em 2024 sofre uma ligeira redução, mas mantém-se acima dos 120 nascimentos.
- Tendo como referência os valores de 2022, passa de 79 para 122 nados vivos em 2024, oriundos de mães de origem estrangeira, apresenta uma variação positiva de 54,4%.

A evolução do número absoluto de nascimentos ocorridos entre 2022 e 2024 demonstra que os nascimentos advindos de mães de origem estrangeira têm vindo a aumentar no concelho da Marinha Grande.

- Em reverso, a evolução dos nados vivos provenientes de mães de origem portuguesa revela um decréscimo do n.º de nados vivos, passando de 220 em 2022 para 177 em 2024, apresentando uma variação negativa, no intervalo de dois anos de -19,5%.
- De salientar que em todos os concelhos da ULSRL, em termos de variação, o saldo de nados vivos das mães estrangeiras é positivo, enquanto o das mães de origem portuguesa é negativo.

b) Taxa Bruta de Natalidade

Tabela 101: Taxa Bruta de Natalidade (%) por Local de Residência da População 2011 e 2021-2024

Taxa Bruta de Natalidade %	Continente	Alcobaça	Batalha	Leiria	Marinha Grande	Nazaré	Ourém	Pombal	Porto Mós
					2011				
	9,2	6,9	9,3	9,5	8,5	9,3	7,4	7,3	8,6
					2021				
	7,6	6,5	6,6	7,6	6,7	8,2	7,2	7,1	7,6
					2023				
	8,1	7,8	9,5	8,5	8,5	8,4	7,2	7,8	7,2
					2024				
	7,9	7,5	7	8	7,2	8,6	7,1	6,9	8,2

Fonte: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008264&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2; extraído a 17/07/25 às 11h34

De entre os concelhos que integram a ULSRL, a Marinha Grande e Batalha são os que apresentam maior oscilação de valores no período de 2021 a 2023.

Em 2023, os concelhos da Batalha, Leiria, Marinha Grande e Nazaré apresentaram um valor de taxa bruta de natalidade superior ao do Continente.

No Concelho da Marinha Grande, a taxa bruta de natalidade em 2024 é de 7,1%, isto significa que durante o ano de 2024 por cada 1000 habitantes residentes no concelho nasceram 7,1 nados vivos. Em 2023 o acréscimo da taxa pode estar relacionado com a população estrangeira cujos nados vivos em 2023 atingiram o maior valor percentual, atingindo os valores de 2011.

c) Índice Sintético de Fecundidade

Em termos demográficos, o valor de referência para garantir a substituição de gerações, sem que existam contrações ou aumentos populacionais, excluindo as emigrações e imigrações equivale ao valor de 2,1 nados vivos por mulher em idade fértil.

Tabela 102: Índice Sintético de Fecundidade por Localidade e Região entre 2021 e 2024

Índice Sintético de Fecundidade	Continente	Região Centro	Região de Leiria
	2021		
	1,35	1,27	1,33
	2022		
	1,43	1,34	1,39
	2023		
	1,45	1,36	1,49
	2024		
	1,41	1,31	1,36

Fonte: Portal do INE extraído a 17/07/25 às 15h41

O limiar de reposição de gerações, ou seja, o número de nascimentos necessários para assegurar a manutenção do contingente populacional residente, não é assegurado desde a década de 80 pela sociedade portuguesa. O último ano em que o ISF, que mede o número médio de crianças nascidas vivas por mulher em idade fértil, registou valores que asseguravam essa reposição foi em 1983. [45]

A Região de Leiria apresenta, nos anos em análise, um ISF, inferior aos valores Nacionais, mas superior aos da região Centro.

d) Taxa de Fecundidade Geral

Tabela 103: Taxa de Fecundidade Geral (%) por Local de Residência da ULSRL 2011-2023

Taxa Fecundidade Geral %	Continente	Alcobaça	Batalha	Leiria	Marinha Grande	Nazaré	Ourém	Pombal	Porto Mós
	2011								
	38,6	30,2	38,7	38,6	35,9	40,9	32	33,2	38
	2021								
	35,9	33	38,7	35,1	31,4	42,5	36,3	36,8	37,4
	2023								
	38,8	39,7	44,8	39,8	40	42,7	36,1	41	36

Fonte: Portal do INE, extraído a 17/07/25 pelas 15h41

Em termos médios, a TFG em 2011 nos concelhos que integram a ULSRL é de 35,9 e em 2023 está estimada em 40.

[45] "A natalidade em Portugal: uma questão política, económica e social" Conselho económico e social, pag.6, Lisboa 2022

Em 2023, os dados indicam que apenas Ourém e Porto de Mós (36,1 e 36) apresentam Taxas de fecundidade gerais inferiores ao valor nacional (38,8).

A Marinha Grande posiciona-se em 4.º lugar, com a TFG a alcançar os 40 nados vivos por mil mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos de idade).

e) Idade Média das Mulheres ao nascimento do 1.º filho

Em 2024, segundo dados da PORDATA[46], a idade média das mulheres ao nascimento do 1.º filho é de 30,3 anos no que respeita a Portugal (Continente e Ilhas), sendo de 30,5 na região de Leiria.

Em 2011 os valores ascendiam em Portugal aos 28,4 anos, o que em termo de variação corresponde a um aumento da idade média das mulheres ao nascimento do 1º filho de 7,4%.

f) Idade Fértil das Mulheres inscritas nos CSP da Marinha Grande em 2025

Tabela 104: Número e Proporção (%) de Mulheres em Idade Fértil Inscritas nos CSP por Unidade Funcional no Concelho da Marinha Grande em 2025

Unidades Funcionais CSP	Nº de mulheres	Nº de Mulheres em idade fértil	% de Mulheres em idade fértil
Inscritas nas USF/UCSP na área de abrangência da UCC	21980	8983	40,9
Inscritas na USF Stephens	5276	2090	39,6
Inscritas na USF Vitrius	7115	2859	40,2
Inscritas na USF Semear	4985	1805	36,2
Inscritas na UCSP Atlântica	3511	1526	43,5

Fonte: UCSP Atlântica; UCC Marinha Grande; USF Semear; UCSP Atlântica; UCC Marinha Grande; USF Vitrius; USF Stephens; extraído a 28/07/25 às 17h18

A informação considerada, compreende na sua fonte, em idade fértil, as mulheres que se encontram entre os 15 e os 54 anos de idade.

A Tabela 99, informa que na área de abrangência da UCC, estão inscritas 8983 mulheres em idade fértil, representando 40% das mulheres inscritas.

Valores percentuais semelhantes ocorrem nas restantes unidades funcionais, sendo o valor máximo a apontar, os 43,5% na UCSP Atlântica e o valor mínimo na Semear com 36,2%, sendo esta a que abrange uma população inscrita mais envelhecida em comparação com as restantes.

[46] Disponível em Idade média das mulheres ao nascimento de um filho e do 1.º filho | PORDATA

g) Nascimentos Pré-Termo e Crianças com baixo peso à nascença

Tabela 105: Proporção (%) de Nascimentos Pré-Termo e Nados Vivos com Baixo Peso à Nascença da ULSRL em 2023

2023	Nascimentos pré-termo	Crianças com baixo peso à nascença
Continente	7,23	8,47
Alcobaça	6,80	7,71
Batalha	3,87	5,16
Leiria	6,93	8,53
Marinha Grande	6,12	9,04
Nazaré	6,87	4,58
Ourém	9,91	9,31
Pombal	6,72	7,71
Porto de Mós	13,95	13,95

Fonte: Perfil de Saúde Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, Unidade de Estudos e Planeamento em Saúde, departamento de saúde pública ULS Região de Leiria, pág. 60 (fonte original INE, 2025)

O nascimento de pré-termo ou prematuro respeita à idade gestacional em que ocorre o nascimento, antes das 37 semanas de gestação.

No ano de 2023 a proporção de nascimentos pré-termo era na Marinha Grande de 6,12, valor inferior ao Nacional que se situa em 7,23. Dos concelhos integrados na ULS RL Ourém e Porto de Mós apresentam valores mais elevados, situando-se nos 13.95 e os 9.91 respetivamente. A Batalha apresenta o valor mais baixo, situando-se nos 3.87.

Considera-se uma criança com baixo peso à nascença, os nados vivos que tenham como primeira medida obtida após o nascimento inferior a 2500 gramas.

Em 2023 a proporção de crianças com baixo peso à nascença na Marinha Grande era de 9,04%, sendo superior aos valores Nacionais, de 8,47%. Neste sentido, Leiria, Ourém, Pombal e Porto de Mós apresentam valores superiores aos Nacionais, sendo o valor mais elevado apresentado por Porto de Mós, de 13,95%.

O valor mais baixo e inferior aos valores Nacionais é projetado pelo concelho da Nazaré com valores de 4,58%, seguido da Batalha com 5,16%.

h) Esperança Média de Vida à nascença por sexos

A esperança média de vida respeita ao número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.

Tabela 106: Esperança Média de Vida à Nascença e Esperança de Vida aos 65 anos, em Portugal e Centro no Triénio 2021-2023

	Portugal			Centro		
	HM	H	M	HM	H	M
Esperança Média de Vida à Nascença	**2021-2023**					
	81,17	78,37	83,67	81,57	78,81	84,12
	2020-2022					
	80,96	78,05	83,52	81,44	78,58	84,07
Esperança de Vida aos 65 anos	**2021-2023**					
	19,75	18,99	21,11	20,15	18,46	21,48
	2020-2022					
	19,61	17,76	20,98	19,95	18,15	21,40

Fonte: Portal do INE, extraído a 31/07/25 pelas 15h30 e Portal do INE extraído a 01/08/25 às 11h39

A esperança média de vida à nascença em Portugal, no triénio 2021-2023, foi estimada em 81,17 anos, sendo 78,37 anos para os homens e 83,67 anos para as mulheres, o que representa, relativamente a 2020-2022, um aumento de 0,32 anos para os homens e de 0,15 anos para as mulheres.

A esperança de vida aos 65 anos em Portugal, no período 2021-2023, foi estimada em 19,75 para o total da população. Aos 65 anos, os homens podiam esperar viver mais 18,00 anos e as mulheres 21,11 anos, o que corresponde a um aumento de 0,24 anos para os homens e 0,13 anos para as mulheres relativamente a 2020-2022.

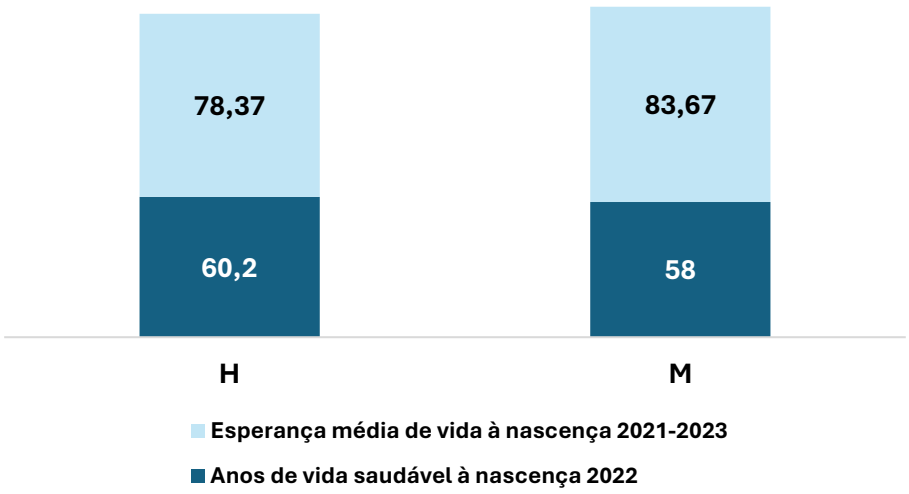
De salientar que os valores apresentados da região Centro são ligeiramente superiores em ambos os indicadores quando comparados com os valores de Portugal.

Quando subdividido por sexo, a esperança de vida tanto à nascença como aos 65 anos é superior nas mulheres.

O ganho em anos de vida reflete que as pessoas têm probabilidade de viver mais anos, mas não indica ou informa se os anos ganhos de vida significam ganhos em saúde refletidos num envelhecimento digno ou de qualidade.

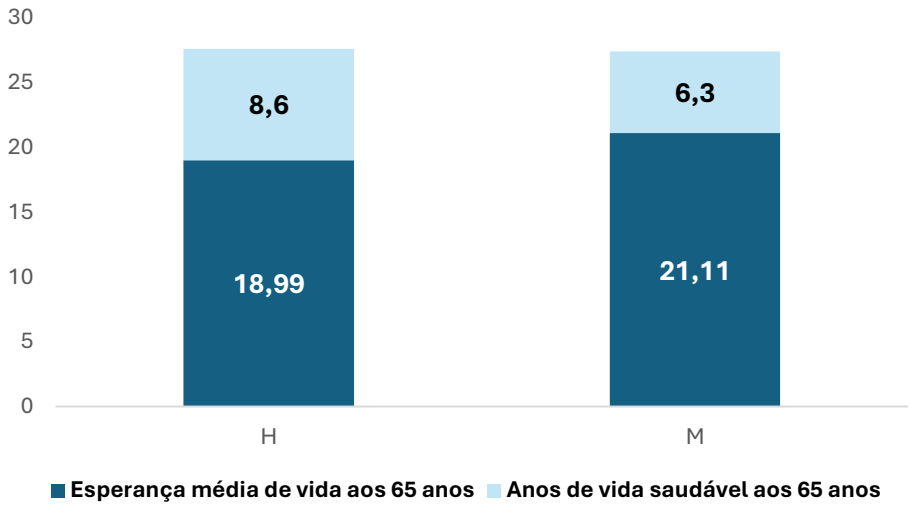
i) Esperança Média de Vida e Anos de Vida Saudável à nascença e aos 65 anos

Figura 28: Esperança Média de Vida (%) à Nascença e Anos de Vida Saudável (%) à Nascença em Portugal



Fonte: Por Radar Social, a partir de: Portal do INE extraído a 01/08/25 às 11h39 e Portal do INE, extraído a 31/07/25 pelas 15h30

Figura 29: Esperança Média de Vida (%) à Nascença e Anos de Vida Saudável (%) à Nascença em Portugal



Fonte: Por Radar Social, a partir de: Portal do INE extraído a 01/08/25 às 11h39 e Portal do INE, extraído a 31/07/25 pelas 15h30

A figura 29 apresenta a comparação entre os indicadores "esperança média de vida à nascença" e "anos de vida saudável à nascença" no triénio 2021-2023 em Portugal.

Considerando a informação relativa à existência de limitações devido a problemas de saúde, a estimativa de anos de vida saudável à nascença é de 58 anos para as mulheres e 60,2 anos para os homens.

Ao atingir os 65 anos, a mulheres têm uma esperança de vida estimada de mais 21,11 anos, destes 6,3 anos são expectáveis de anos vividos de forma saudável. O sexo masculino tem uma esperança de

vida estimada em mais 18,99 anos, embora mais reduzida que no grupo das mulheres, a estimativa de anos de vida saudável depois dos 65, é de 8,6 anos.

Em suma, "esperança média de vida à nascença", apresenta níveis inferiores no indicador "anos de vida saudável à nascença", o que significa que o aumento da esperança de vida não é, necessariamente, acompanhado de um aumento de tempo vivido em boa saúde.

A situação é mais evidente no sexo feminino que no sexo masculino, uma vez que, apesar de apresentarem uma esperança média de vida à nascença superior à dos homens, as mulheres têm uma expetativa de anos de vida saudáveis inferior.

8.5.2 Mortalidade

a) Taxa Bruta de Mortalidade

Tabela 107: Taxa Bruta de Mortalidade (%) por Local de Residência 2011-2024

	Continente	Alcobaça	Batalha	Leiria	Marinha Grande	Nazaré	Ourém	Pombal	Porto Mós
Taxa Bruta de Mortalidade %					**2011**				
	9,7	10,2	8,9	7,8	**8,8**	11,9	9,6	11,1	10,2
					2021				
	12	13,9	10,6	9,8	**10,8**	14,4	13,9	15,4	12,7
					2024				
	11,1	12,3	10,9	9,9	**10,7**	11,2	13	14	13

Fonte: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0013046&contexto=bd&selTab=tab2 extraído a 17/07/25 às 12h26

A Taxa Bruta de Mortalidade respeita ao número de óbitos observado durante um determinado período, normalmente um ano civil, referido à população média desse período, expressa habitualmente em número de óbitos por 1000 habitantes.[47]

Segundo Estatísticas Demográficas do INE[48], em 2024, registaram-se 118374 óbitos de pessoas residentes em Portugal (50% óbitos de homens e 50% óbitos de mulheres), o que corresponde a uma redução de 0,4 % (573 óbitos) relativamente a 2023.

Na Marinha Grande, a taxa bruta de mortalidade foi 10,7% em 2024 e 10,8% em 2023.

De entre os concelhos que integram a ULSRL, a Marinha Grande posiciona-se como um dos que apresenta uma das taxas de mortalidade mais reduzidas (10,7) e ligeiramente inferior aos valores do Continente (11,1%) juntamente com a Batalha (10,9) e Leiria (9,9).

[47] Fonte: INE 2025
[48] Disponível em Portal do INE , e consultado a 01.08.2025 às 15:04

b) Taxa de Mortalidade Infantil

Tabela 108: Taxa de Mortalidade Infantil (%) Quinquenal 2017-2021 e Trianual 2021-2023 dos Concelhos que Integram a ULSRL

	Taxa mortalidade infantil 2017-2021	Taxa de mortalidade infantil 2021-2023
Continente	2,7	2,50
Alcobaça	2,7	3,23
Batalha	3,2	2,68
Leiria	3	3,10
Marinha Grande	1,30	1,10
Nazaré	3,4	2,75
Ourém	1,3	3,07
Pombal	1,7	0,90
Porto de Mós	1,2	0,00

Fonte: Perfil de Saúde Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, Unidade de Estudos e Planeamento em Saúde, departamento de saúde pública ULS Região de Leiria, pág. 61-63 (fonte original INE, 2025) e AER2022_II_04.xlsx disponível em INE.pt

No triénio 2021-2023 a taxa de mortalidade infantil respeita ao número de óbitos com menos de 1 ano de idade observados num determinado período. No triénio 2021-2023 atingiu em cinco concelhos da ULSRL valores superiores ao do Continente (2,50). Em contrapartida, Pombal (0,90), Porto de Mós (0,0) e Marinha Grande (1,10) apresentam valores abaixo dos Nacionais.

Em comparação com a Taxa de Mortalidade Infantil quinquenal 2017-2021[49]:

- Mantém-se a tendência de redução da mortalidade infantil nos concelhos da Marinha Grande passando de 1,3 em 2017-2021 para 1,1 em 2021-2023;
- Para além da Marinha Grande, Batalha, Nazaré, Pombal e Porto de Mós apresentam redução da taxa de mortalidade infantil;
- No lado oposto, Alcobaça, Leiria e Ourém apresentam taxas superiores no intervalo 2021-2023 face a 2017-2021;

[49] Disponível em AER2022_II_04.xlsx, e consultado a 01.08.2025 às 16:07

c) Taxas de Mortalidade: Neonatal; Neonatal Precoce; Pós Neonatal e Perinatal

Tabela 109: Taxas de Mortalidade Neonatal; Neonatal Precoce; Pós Neonatal e Perinatal por Local de Residência dos Concelhos Integrados na ULSRL, em 2023

	Neonatal	Neonatal precoce	Pós Neonatal	Perinatal
Continente	1,6	1,1	0,9	3,3
Alcobaça	1,6	0	1,6	2,7
Batalha	0	0	2,7	3,1
Leiria	1,2	0,9	1,9	5,5
Marinha Grande	0	0	1,1	2,7
Nazaré	2,7	0	0	1,0
Ourém	0	3,1	3,1	4,0
Pombal	0,9	0	0	4,0
Porto de Mós	0	0	0	0,0

Fonte: Perfil de Saúde Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, Unidade de Estudos e Planeamento em Saúde, departamento de saúde pública ULS Região de Leiria, pág. 61-63 (fonte original INE, 2025)

A **Taxa de Mortalidade Neonatal** designa o número de óbitos de crianças com menos de 28 dias observado durante um determinado período, de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período, expresso habitualmente em número de crianças com menos de 28 dias de idade por 1000 nados vivos.

- Os valores de 2023 indicam que nos concelhos da Batalha, Marinha Grande, Ourém e Nazaré não se registam mortes de nados vivos com menos de 28 dias.
- A Nazaré apresenta valores superiores aos do Continente, sendo o único concelho nessa situação.

A **Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce** respeita ao número de óbitos de crianças com menos de 7 dias de idade observado num determinado período, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período, habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 7 dias por 1000 nados vivos.

- Os valores de 2023 indicam que não se registaram óbitos de nados vivos com menos de 7 dias de idade na Marinha Grande.

A **Taxa de Mortalidade Pós Neonatal** designa o número de óbitos de crianças com mais de 28 dias e menos de um ano de idade por cada mil nascimentos vivos num determinado período e numa dada área geográfica

- Em 2023 a Marinha Grande apresenta uma taxa de 1,1, ligeiramente superior aos valores do Continente (0,9).
- Ourém e Batalha apresentam as taxas mais altas, 3,1 e 2,7 respetivamente.

A **Taxa de Mortalidade Perinatal** designa o número de óbitos fetais de 28 ou mais semanas de gestação e óbitos de nados vivos com menos de 7 dias de idade observado num determinado período, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas do mesmo período, habitualmente expressa em óbitos fetais de 28 ou mais semanas e óbitos de nados vivos com menos de 7 dias de idade por 1000 nados vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas.

- Marinha Grande e Alcobaça apresentam uma Taxa de Mortalidade Perinatal de 2,7 nados por mil habitantes, ocupando a segunda posição no que respeita a menos mortes observadas de entre os concelhos em análise.
- Com valores superiores aos apurados para o Continente (3,3), apresentam-se os concelhos de Leiria (5,5), Ourém (4) e Pombal (4)

8.5.3 Causas de Morte

a) Principais Causas de Morte 2011-2021

Tabela 110: Óbitos % por Causas de Morte no Continente e Concelho da Marinha Grande 2011-2021

	Continente		Variação	Marinha Grande		Variação
	2011	2021	%	2011	2021	%
Aparelho Circulatório	30,7	25,8	-16	24	26,4	+9,1
Tumores Malignos	25	21,9	-12,4	28,7	24,2	-15,7
Diabetes	4,3	2,8	-35	5,3	2,6	-50,9
Respiratórias	11,4	8	-29,8	13,2	9,9	-25
Digestivas	4,4	4,2	-4,5	4,1	4,7	+14,6
Suicídio	1	0,7	-30	1,5	0,7	-30

Fonte: https://www.pordata.pt/pt/search?search=%C3%B3bitos%20por%20causas%20de%20morte%20; extraído a 18/07/25 pelas 9h48

No espaço de 10 anos, no Continente todas as causas de morte em análise apresentam uma redução de incidência.

Por seu lado, na Marinha Grande as principais causas de morte a registar associadas a uma taxa de variação positiva são as do **aparelho circulatório** e **aparelho digestivo**, com uma taxa de crescimento de 9,1% e 14,6% respetivamente.

A incidência em termos de proporção relativa observável revela que as patologias do aparelho circulatório e os tumores malignos são as principais causas de morte, e em 2021 o concelho apresenta valores percentuais de incidência superiores aos registados no Continente, 26,4% face a 25,8% e 24,2% face a 21,9% respetivamente.

b) Principais Causas de Morte 2022-2023

Tabela 111: Óbitos (N.º) por Causas de Morte e Variação (%) por Localidade em 2022 e 2023

	Continente		Variação	Região Leiria		Variação	Marinha Grande		Variação
	2022	2023	%	2022	2023	%	2022	2023	%
Circulatório	26,5	25,4	-4,2	23	24,7	7,4	23,8	22,9	-3,8
Tumores Malignos	22,4	23,8	6,3	21,4	22,8	6,5	20,7	27,8	34,3
Maligno Mama	1,5	1,6	6,7	1,5	1,9	26,6	2,6	1,9	-26,9
Cólon do útero	0,1	0,2	100	0,1	0,2	100	0,2	0,5	150
Próstata	1,5	1,6	6,7	1,9	1,8	-5,3	1,3	2,8	115,4
Respiratórias	9,6	11	14,6	12,4	12,3	-0,8	14,3	9,1	-36,4
Endócrinas	4,4	4,2	-4,5	5,7	5,5	-3,5	5,1	6,1	19,6
Digestivos	4,3	4,4	2,3	4,4	5	13,6	4,3	5,4	25,6
Diabetes	3	2,7	-10	3,6	3,4	-5,6	3,2	4	25
Mentais	5,4	5,8	7,4	3,9	4,1	5,1	4,1	4,2	2,4
Suicídios	0,8	0,9	1,3	0,9	1,2	33,3	0,9	1,6	77,8
Isquémicas do Coração	5,5	5,4	-1,8	3,7	4,1	10,8	4,5	4	-11,1
Cérebro Vasculares	3,4	3,4	0	7,4	7,7	4,1	7,5	7,7	2,6
Fígado	0,7	0,6	-14,2	0,7	0,5	-28,6	0,4	0,7	75
HIV	0,2	0,1	-50	0,1	0,1	0	0,2	0	0

Fonte: Por Radar Social, a partir de Portal do INE, extraído a 18/07/25 às 14h00

Em 2022 e 2023 ocorreram no Continente 118527 e 113168 óbitos; na Região de Leiria 3510 e 3262 óbitos e no concelho da Marinha Grande 467 e 428 óbitos respetivamente.

No que respeita à análise da tabela 110, numa visão de conjunto, deduz-se que:

- Entre 2022 e 2023 as patologias com maior incidência (%) de causa de morte em todas as localizações são **as doenças do aparelho respiratório** e **os tumores malignos**.

- De entre o tipo de tumores descritos, na Marinha Grande, em 2023, apresentam na sua maioria uma tendência de crescimento positivo, com exceção do cancro da mama.
- De salientar que o maligno da mama apresenta em 2023 uma variação de redução de incidência na Marinha Grande e no Continente, mas mantém-se o seu crescimento na região de Leiria.
- O do cólon do útero embora com percentagens de incidência bastante reduzidas, cresceu em 2023, o da próstata apresenta um crescimento no Continente e na Marinha Grande e uma redução na região de Leiria.
- Na Marinha Grande a **redução da taxa de incidência** das patologias associadas às causas de morte, verifica-se nas **doenças do aparelho circulatório, maligno da mama, respiratórias, isquémicas do coração e cérebro vasculares**.
- O **aumento da variação da taxa** de incidência, na Marinha Grande, observa-se **nos tumores malignos, cólon do útero, próstata, endócrinas, digestivas, diabetes, mentais, suicídios ou comportamentos auto lesivos e nas doenças do fígado**.
- De salientar que as **patologias do fígado, a diabetes e as endócrinas** apresentam valores de redução no continente e na região de Leiria, mas **mantêm uma tendência de crescimento** na Marinha Grande.

c) Causas de Morte: Género Masculino

Tabela 112: Óbitos (%) por Causas de Morte e Variação Relativa (%), por Género Masculino e Localização em 2022 e 2023

	Continente		Variação	Região Leiria		Variação	Marinha Grande		Variação
	2022 H	2023 H	%	2022 H	2023 H	%	2022 H	2023 H	%
Circulatório	23,7	23	-3	20,9	22,2	6,2	21,1	21,6	2,4
Tumores Malignos	26,9	27,5	2,2	23,9	26,6	11,3	20,7	32,6	57,5
Maligno Mama	0,03	0,04	33,3	0,2	0,1	-50	0	0	0
Próstata	3	3	0	3,7	3,7	0	2,6	5,5	11,2
Respiratórias	10	11,4	14	14	11,3	-19,3	17,2	7,3	-57,6
Endócrinas	3,7	3,4	-8,1	4,8	5,2	8,3	6	5	-16,7
Digestivos	4,8	4,8	0	5,6	5,8	3,6	6	7,8	30
Diabetes	2,6	2,3	-11,5	3,3	2,9	-12,1	3	3,2	6,7

Mentais	3,8	4,2	**10,5**	2,6	3,4	**30,8**	1,3	2,8	**115,4**
Suicídios	1,3	1,2	**-7,7**	1,5	2	**33,3**	1,7	2,8	**64,7**
Isquémicas Coração	6,5	6,3	**-3,1**	4,3	4,7	**9,3**	5,6	4,1	**-26,8**
Cérebro Vasculares	6,7	6,9	**3**	6,8	6,9	**1,5**	6	7,3	**21,7**
Fígado	1,3	1,4	**7,7**	1	1,5	**50**	0,9	1,4	**56**
HIV	0,2	0,2	**0**	0,2	0,1	**-50**	0,4	0	**-100**

Fonte: Por Radar Social, a partir de Portal do INE, extraído a 18/07/25 às 14h00

Em 2023, ocorreram 218 óbitos masculinos na Marinha Grande, o que perfaz, do total de óbitos entre sexos, uma proporção face ao total, **de 50,9% de óbitos do género masculino**.

Em relação a 2022, ocorreram menos 14 óbitos no género masculino, as principais causas de mortalidade são:

- Os **tumores malignos**, ascenderam aos 32,6% em 2023, esta causa de morte sofreu uma variação +57,5% face à proporção de 2022.
- Seguido das **patologias do sistema circulatório**, embora com uma redução de 2,4% a sua incidência ascende aos 21,6% dos óbitos em 2023
- Em todas as localizações em análise, na população **masculina há uma redução positiva das mortes causadas por doenças do aparelho circulatório, Endócrino, Diabetes, Isquémicas do coração e HIV.**
- Em todas as localizações, há um **crescimento das mortes causadas por transtornos mentais e doenças do fígado**
- Para além dos tumores malignos as patologias que estão na origem dos óbitos do sexo masculino, no concelho em 2023 e que sofreram uma variação positiva face a 2022, são: **a próstata; doenças do aparelho digestivo, transtornos comportamentais e doenças mentais, suicídios ou comportamentos auto lesivos, as doenças cérebro vasculares e crónicas do fígado.**
- As patologias que apresentam uma **redução de crescimento** como causa de morte no concelho da **Marinha Grande são: as do aparelho circulatório, as respiratórias, endócrinas, diabetes, isquémicas do coração e o HIV.**

d) Causas de Morte: Género Feminino

Tabela 113: Óbitos (N.º) por Causas de Morte e Variação (%), por Género Feminino e Localização em 2022 e 2023

	2022 M	2023 M	%	2022 M	2023 M	%	2022 M	2023 M	%
Circulatório	29,3	27,8	-5,1	25	27,2	8,8	26,4	24,3	-8
Tumores Malignos	18,3	19,6	6,6	19	19,3	1,60	20,9	22,9	9,6
Maligno Mama	3	3	0	3	3,6	20	5,1	3,8	-25,5
Maligno Colo Útero	0,3	0,3	0	0,1	0,4	300	0,4	1	150
Respiratórias	9,3	10,6	14	12,2	13,2	8,2	11,5	11	-4,3
Endócrinas	5,2	4,9	-5,8	6,6	5,9	-10,6	4,3	7,1	65,1
Digestivos	3,8	4	0,5	3,2	4,3	34,4	2,6	2,9	11,5
Diabetes	3,3	3,1	-6,5	4	3,8	-5	3,4	4,8	41,2
Mentais	7	7,4	5,7	5,3	4,8	-9,4	6,8	5,7	-16,2
Suicídios	0,4	0,4	0	0,3	0,4	25	0,4	0	-100
Isquémicas Coração	4,4	4,4	0	3,1	3,5	12,9	3,4	3,8	11,8
Cérebro Vasculares	8,8	8,7	-1,1	8	8,5	6,3	9,8	8,1	-17,3
Fígado	0,3	0,3	0	0,3	0,4	25	0	0	0
HIV	0,1	0,1	0	0,1	0	-100	0	0	0

Fonte: Disponível em Portal do INE, extraído a 18/07/25 às 14h00

Em 2023, ocorreram 210 óbitos femininos na Marinha Grande, o que perfaz, do total de óbitos entre sexos, uma proporção face ao total, de **49,1% de óbitos do género feminino**.

Em relação a 2022, ocorreram menos 25 óbitos do género feminino, e as principais causas de morte associadas são:

- Os **tumores malignos**, ascenderam aos 22,3% em 2023, esta causa de morte sofreu uma variação +9,6% face à proporção de 2022.
- Seguido das **patologias do sistema circulatório**, embora com uma redução de 8% a sua incidência ascende aos 24,3% dos óbitos do sexo feminino em 2023.

- Em todas as localizações, há **um crescimento das mortes causadas por tumor maligno do colon do útero e doenças do aparelho digestivo**.

- Para além dos tumores malignos, colón do útero e doenças digestivas, as patologias que estão na origem dos óbitos do sexo feminino, no concelho em 2023 e que sofreram **uma variação positiva** face a 2022, são: as **patologias endócrinas, os diabetes, e as doenças isquémicas do coração**.
- As patologias que apresentam uma **redução como causa de morte** no concelho da Marinha Grande no género feminino são: as do **aparelho circulatório, os tumores malignos da mama, as patologias respiratórias, as mentais, os suicídios e as doenças cérebro vasculares**.

8.6 Indicadores do Sistema de Saúde

8.6.1 Recursos Humanos da Rede de Cuidados Hospitalares

Tabela 114: Pessoal ao Serviço (N.º) nos Hospitais e Variação (%) por Localização Geográfica (Nuts-2024) e Tipo de Pessoal ao Serviço, 2022 e 2023

Pessoal ao serviço	Continente			Região Leiria		
	2022	2023	VR %	2022	2023	VR %
Médicos	23759	23960	+0,8	353	356	+0,8
Enfermeiros	46172	46909	+1,6	921	920	-0,1
Pessoal Auxiliar	35846	36000	+0,4	584	590	+1
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	10272	10482	+2	181	185	+2,2
Outros	24380	24881	+2,1	395	399	+1

Fonte: Disponível em Portal do INE, extraído a 23/07/25 às 14h58

Em relação aos recursos humanos, é possível verificar em termos absolutos o seu ligeiro aumento em 2023 face a 2022. Na região de Leiria, o pessoal médico aumentou três efetivos, o pessoal de enfermagem reduziu um efetivo, o pessoal auxiliar para mais seis efetivos, os técnicos de Diagnóstico e Terapêutica para mais quatro efetivos e outras categorias de serviço para mais 4 efetivos.

Tabela 115: Recursos Humanos de Saúde por Localização em 2023

2023	Continente	Região de Leiria	Marinha Grande
Enfermeiros p/1000 habitantes	7,7	5,9	2,7
Médicos p/1000 habitantes	5,9	3,3	1,7
Farmácias e postos móveis p/1000 habitantes	0,3	0,3	0,2

Fonte: INE 2025, disponível em AER2023_II_04.xlsx

Em 2023 existem na Região de Leiria 5,9 enfermeiros por mil habitantes e na Marinha Grande 2,7 enfermeiros por mil habitantes.

O pessoal médico disponível por 1000 habitantes é de 5,9 no Continente, 3,3 na região de Leiria e 1,7 na Marinha Grande.

8.7 Recursos Humanos e Atividade Assistencial das Unidades Funcionais dos Cuidados de Saúde Primários – Marinha Grande

a) Recursos Humanos

Tabela 116: Número de Profissionais Afetos às Unidades Funcionais do CSP do Concelho da Marinha Grande em 2025

Unidades Funcionais	Médicos	Enfermeiros	Secretários Clínicos	Outros Profissionais de Saúde
USF Vitrius	8	8	6	3 Internos
USF Semear	6	6	4	2 Internos
USF Stephens	6	6	5	2 Internos
USCP Atlântica	3	4	2	0
UCC Marinha Grande	1	11	2	1 TS Psicologia 1 TS Serviço Social

Fonte: UCSP Atlântica; UCC Marinha Grande; USF Semear; UCSP Atlântica; UCC Marinha Grande; USF Vitrius; USF Stephens; extraído a 28/07/25 às 17h18

Os dados apresentados referem-se ao número de profissionais alocados na unidade orgânica independentemente da % de alocação e horário associado.

Na área de abrangência do concelho da Marinha Grande, a unidade com mais recursos humanos afetos é a USF Vitrius com 25 colaboradores de saúde.

8.8 Atividade Assistencial da Rede de Cuidados Hospitalares

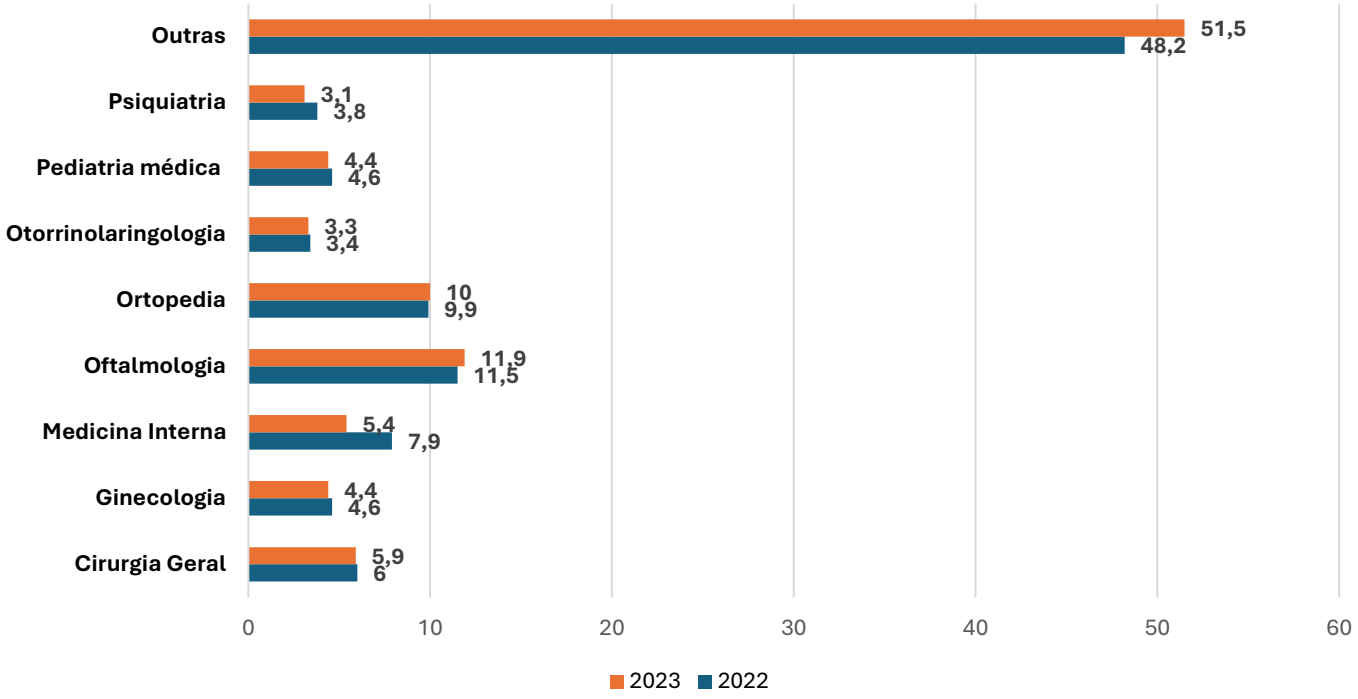
a) Consultas Externas Região de Leiria 2022-2023

Tabela 117: Consultas Médicas na Unidade de Consulta Externa (N.º) dos Hospitais por Localização Geográfica em 2022 e 2023

Consultas médicas na unidade de consulta Externa	Continente			Região Leiria		
	2022	2023	Variação	2022	2023	Variação
Cirurgia Geral	997348	1051072	+5,4	27811	28570	+2,7
Ginecologia	1467710	1496107	+1,9	21276	21609	+1,6
Medicina Interna	795412	820293	+3,1	36353	26350	-27,5
Oftalmologia	1715704	1806720	+5,3	52907	57701	+9,1
Ortopedia	1915757	1982540	+3,5	45621	48765	+6,9
Otorrinolaringologia	1025207	1102090	+7,5	15706	15991	+1,8
Pediatria médica	1047152	1076731	+2,8	21285	21339	+0,3
Psiquiatria	829886	845577	+1,9	17297	15069	-12,9
Outras	11506874	12205844	+6,1	221893	250437	+12,9
Total de Consultas	21301050	22386974	+5,1	460149	485831	+5,6

Fonte: Portal do INE, extraído a 23/07/25 às 17h28

Figura 30: Consultas Médicas na Unidade de Consulta Externa (%) dos Hospitais na Região de Leiria em 2022 e 2023



Fonte: Por Radar Social a partir de
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012864&contexto=bd&selTab=tab2

Dados estatísticos do INE relativos à atividade de 2022 e 2023 remetem para um **crescimento** generalizado no Continente das **consultas externas** realizadas.

Na região de Leiria, regista-se uma redução de consultas externas das especialidades de Medicina Interna, com menos 10 0003 consultas e uma variação negativa de 27,5% e Psiquiatria, com menos 2228 consultas e uma variação negativa de 12,9%

Destaque para as especialidades de Oftalmologia e Ortopedia com 10% e 11,9% das consultas externas realizadas em 2023 na RL.

8.9 Atividade Assistencial dos Cuidados Hospitalares da ULS RL 2023-2024

Em 2024, foi criada a Unidade Local de Saúde da região de Leiria (ULS RL) com o objetivo de integrar e melhorar os serviços de saúde da região, servindo cerca de 400.000 habitantes em 8 Municípios.

Os cuidados hospitalares da ULS RL são compostos por três unidades de saúde e surgiram da fusão entre o Hospital de Santo André, E.P.E. (HSA situado em Leiria, o Hospital Distrital de Pombal (HDP) situado em Pombal e da transferência de competências do centro Hospitalar Oeste, no que respeita ao Hospital de Alcobaça Bernardino Lopes de Oliveira (HABLO), sita em Alcobaça.

A ULS RL promove uma articulação por intermédio de um sistema de referenciação com os centros de saúde que a compõem, com os demais hospitais do distrito e de Coimbra do SNS e com as instituições integradas na rede de cuidados continuados integrados.

Segundo o relatório de contas 2024, a procura pelos serviços aumentou, especialmente as urgências. Há melhorias a apontar na atividade assistencial com um aumento de 16,8% nas sessões do hospital de dia, 3,5% na atividade cirúrgica e 3,5% nas consultas externas. [50]

a) Internamentos

Tabela 118: Número de Camas para Fins de Internamento por Serviço de Especialidade da ULS RL em 2024

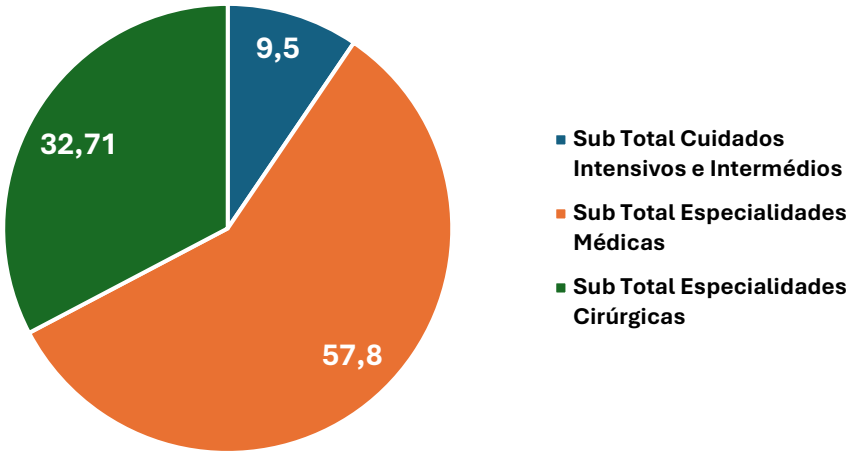
Serviço	Lotação	%
Cardiologia	11	2,1
Cirurgia Geral	66	**12,3**
Cuidados de Convalescença	15	2,8
Cuidados Paliativos	12	2,2
Gastrenterologia	15	2,8
Ginecologia	6	1,1
Medicina Intensiva	10	1,9
Medicina Interna	165	**30,8**
Nefrologia	5	1
Neonatologia	8	1,5
Neurologia	10	1,9
Obstetrícia	24	4,5
Ortopedia	60	**11,2**
Otorrinolaringologia	3	0,5
Pediatria	14	2,6
Pneumologia	17	3,2
Psiquiatria (agudos)	37	6,9
Urologia	16	3
U.C.I Coronários	5	1
U.C.I Intermédios	16	3
U.C. Polivalentes Agudos	20	3,7
Total	535	100

Fonte: Relatório e Contas da ULS RL 2024, pág.8, Versão aprovada em reunião do conselho de Administração de 28/05/25

As áreas de serviço que apresentam maior cobertura de camas são a cirurgia geral (12,3%), a Medicina Interna (30,8%) e a Ortopedia (11,2%). Do total de camas, estas três áreas no seu conjunto abrangem 54,3% das camas para fins de internamento.

[50] Relatório e Contas, ULS RL 2024, Versão aprovada em reunião do conselho de Administração de 28 de Maio de 2025

Figura 31: % de Camas Para Fins de Internamento Por Áreas Especializadas de Saúde da ULS RLem 2024



Fonte: Por Radar Social, a partir de: Relatório e Contas da ULS RL 2024, pág.8, Versão aprovada em reunião do conselho de Administração de 28/05/25

Em 2024, a ULS RL funcionou com 535 camas, das quais 463 em Leiria, 33 em Pombal e 39 em Alcobaça.

As especialidades de saúde com maior proporção de camas são as especialidades médicas com 57,8% das camas, seguido das especialidades cirúrgicas com 32,71% das camas e os Cuidados Intensivos e Intermédios com 9,5% das camas.

Para além das 535 camas dos serviços de especialidade, acresce a este valor, as que constituem o Berçário com 24 camas, as da Unidade de Internamento de doentes de Evolução Prolongada de Psiquiatria (UIDEPP) com 50 camas, 12 camas da Unidade de Hospitalização Domiciliária (UHD) e 18 camas de contingência, totalizando com estas unidades 639 camas.

Tabela 119: Atividade Assistencial (N.º) e Variação (%) dos Internamentos da ULS RL em 2023 e 2024

Internamentos	Atividade 2023	Atividade de 2024	VR %
Doentes Saídos	18941	17995	-5
Demora média	7,61	7,66	+0,7
Taxa de ocupação	71,3%	83,6%	+17,2
Lotação	578	585	+1,2

Fonte: Relatório e Contas da ULS RL 2024, pág.63, Versão aprovada em reunião do conselho de Administração de 28/05/25

Com exceção do berçário, em 2024, a atividade assistencial de internamento registou 17.995 utentes saídos, tendo reduzido 0,5% face a 2023.

Observa-se um aumento da demora média global do internamento, fixado em 7,66 dias em 2024 e um aumento da lotação com um crescimento face a 2023 de 1,2%.

Tabela 120: Especialidades Com Maior Volume de Internamentos em 2023 e 2024 na ULS RL

Especialidade Internamentos	Doentes saídos 2023	Doentes saídos 2024	VR %
Medicina Interna	4381	3858	-11,9%
Obstetrícia	2377	1508	-36,6
Ortopedia	2225	2530	+13,7
Cirurgia Geral	2339	2612	+11,7
Urologia	905	1032	+14
Sub Total	12227	11540	-5,6
Total	18 941	17995	-5

Fonte: Relatório e Contas da ULS RL 2024, pág.64, Versão aprovada em reunião do conselho de Administração de 28/05/25

As cinco especialidades com maior número de utentes saídos de internamento em 2024 são a medicina interna, a cirurgia geral, a ortopedia, a obstetrícia e a urologia. As três primeiras especialidades são também as que apresentam um maior nº de camas.

Estas especialidades representam 64,1%, do total de doentes saídos de internamentos em 2024.

Regista-se um decréscimo nos internamentos de obstetrícia que poderá estar relacionado, como mencionado no relatório de contas da ULS RL, com os períodos de fecho das urgências ginecológica-obstétrica e pediátrica.

b) Principais Diagnósticos dos Internamentos na ULSRL em 2024

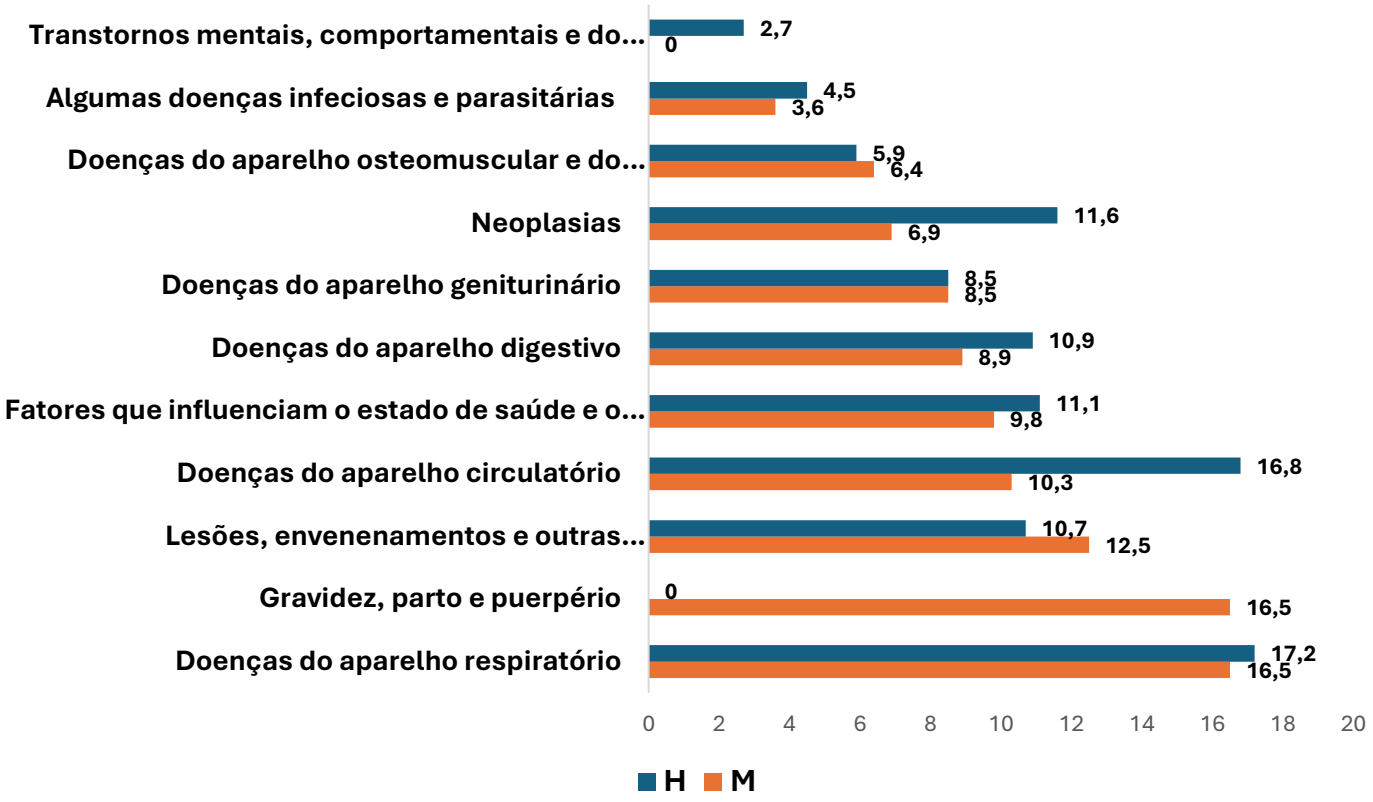
Tabela 121: Principais Diagnósticos (N.º) Codificados ao Nível do Internamento, Por Género, na ULSRL em 2024

10 Principais Diagnósticos Internamentos 2024	M	H
Doenças do aparelho respiratório	927	906
Gravidez, parto e puerpério	925	N.A.
Lesões, envenenamentos e outras consequências de causas externas	701	565
Doenças do aparelho circulatório	576	885
Fatores que influenciam o estado de saúde e o contacto com os serviços de saúde	550	583
Doenças do aparelho digestivo	502	574
Doenças do aparelho geniturinário	479	449
Neoplasias	385	610
Doenças do aparelho osteomuscular e do tecido conjuntivo	359	309
Algumas doenças infeciosas e parasitárias	202	238
Transtornos mentais, comportamentais e do neuro desenvolvimento	SI	144
Total	5606	5263

Fonte: Perfil de Saúde Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, Unidade de Estudos e Planeamento em Saúde, Departamento de Saúde Pública ULS Região de Leiria, pág. 66-67 (fonte original SIARS, 2025)

Os principais diagnósticos de internamento, por sexo em 2024 é, por ordem crescente e no caso das mulheres: as lesões, envenenamentos e outras consequências de causas externas, a gravidez, parto e puérpio e as doenças do aparelho respiratório. Nos homens, por ordem crescente: as neoplasias, doenças do aparelho circulatório e as doenças do aparelho respiratório.

Figura 32: Principais Diagnósticos (%) ao Nível do Internamento, Por Género, na ULSRL em 2024



Fonte: Por Radar Social, a partir de: Perfil de Saúde Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, Unidade de Estudos e Planeamento em Saúde, departamento de saúde pública ULS Região de Leiria, pág. 66-67 (fonte original SIARS,2025)

Na ULS RL os 10 principais diagnósticos obtidos durante o internamento são do género masculino com 48,4% e do género feminino com 51,5%.

Relativamente às principais causas de internamento na ULS RL em 2024 constata-se que as doenças do aparelho respiratório tiveram a maior contribuição para o regime de internamento em ambos os géneros, com 16,5% no género feminino e 17,2% no caso dos homens.

Destacam-se, com os maiores contributos no género feminino, as condições associadas à gravidez e às lesões por causa externa e no género masculino, as doenças do aparelho circulatório e as neoplasias evidenciam-se. De referir que entre as 10 causas de internamento no género masculino, os transtornos mentais são uma realidade que afeta este segmento da população.

c) Consultas Externas

Tabela 122: Tipologia de Consultas Externas Médicas e Não Médicas da ULS RL em 2024

Consultas Médicas			Não Médicas
Anestesiologia	Imuno-alergologia	Ortopedia	Avaliação Docente
Dor	Imuno-hemoterapia	Otorrinolaringologia	Enfermagem
Cardiologia	Infeciologia	Paliativos	Neuropsicologia
Cirurgia Geral	Medicina Física e Reabilitação	Pediatria	Nutrição e Dietética
Dermatologia	Medicina Interna	Pneumologia	Psicologia
Endocrinologia	Nefrologia	Pedopsiquiatria	Serviço Social
Estomatologia	Neurologia	Reumatologia	
Gastrenterologia	Obstetrícia	Urologia	
Ginecologia	Oftalmologia		
Hematologia Clínica	Oncologia Médica		

Fonte: Relatório e Contas da ULS RL 2024, pág.8-9, Versão aprovada em reunião do conselho de Administração de 28/05/25

A ULS RL em 2024, dispõe de 212 gabinetes para fins de consultas médicas; técnicas de enfermagem e tratamento, dos quais 187 localizam-se em Leiria, 13 em Pombal e 12 em Alcobaça.

Tabela 123: Consultas Externas (N.º) e Variação (%) Realizadas na ULS RL em 2023 e 2024

Consultas Externa	Ano 2023	Ano 2024	Variação %
1ªas Consultas	89333	88865	-0,5
Subsequentes	210023	220853	+5,2
Total	299356	309718	+3,5
Total (%)	29,8%	28,7%	-3,9

Fonte: Relatório e Contas da ULS RL 2024, pág.63, Versão aprovada em reunião do conselho de Administração de 28/05/25

Em 2024 foram realizadas 309 718 consultas externas, mais 10362 consultas externas face a 2023, com um crescimento percentual de 3,5%.

Os registos revelam uma redução das primeiras consultas na ordem dos 0,5%, o que corresponde a menos 468 primeiras consultas. Por sua vez regista-se um aumento nas consultas subsequentes, com um crescimento de 3,5% e que corresponde a mais 10830 consultas subsequentes em 2024.

O crescimento registado, nomeadamente nas consultas subsequentes, resulta dos aumentos das consultas de Pneumologia (+2490); Cirurgia Geral (+2020); Gastrenterologia (+1733); Sangue (+1519); Medicina Interna (+1320) e Ortopedia II (+1238)[51].

[51] Relatório e Contas da ULS RL 2024, pg.64, Versão aprovada em reunião do conselho de Administração de 28 de Maio de 2025

d) Hospital de Dia

Tabela 124: Especialidades do Serviço de Hospital de Dia da ULS RL em 2024

Atividade Assistencial: Hospital de Dia		
Cardiologia	Medicina	Pneumologia
Cirurgia Geral	Nefrologia	Pedopsiquiatria
Dermatologia	Neurologia	Psiquiatria
Endocrinologia	Oftalmologia	Reabilitação Cardíaca
Gastrenterologia	Oncologia Médica	Reabilitação Respiratória
Hematologia Clínica	Paliativos	Reumatologia
Imunoalergologia	Pé Diabético	Urologia
Imuno-Hemoterapia	Pediatria	

Fonte: Relatório e Contas da ULS RL 2024, pág.9, Versão aprovada em reunião do conselho de Administração de 28/05/25

A ULS RL em 2024 dispõe de 17 camas e 65 cadeirões na unidade de Leiria, duas camas e cinco cadeirões na unidade de Pombal e uma cama e quatro cadeirões na unidade de Alcobaça.

Tabela 125: Sessões Realizadas em Hospital de Dia Por Especialidade em 2023 e 2024 na ULSRL

Hospital de Dia	Ano 2023	Ano 2024	Variação Absoluta Nº
Cardiologia	1294	1603	+309
Cirurgia	15	3	-12
Cuidados Paliativos	1865	1991	+126
Dermatologia	1122	1867	+745
Endocrinologia	1345	1554	+209
Gastrenterologia	968	1121	+153
Hematologia/Imunoterapia	5903	7067	+1164
Imunoalergologia	775	947	+172
Medicina	203	228	+25
Nefrologia	133	191	+58
Oftalmologia	24	100	+76
Oncologia Médica	6478	7178	+700
Pediatria	335	327	+8
Pé Diabético	1663	2920	+1257
Pedopsiquiatria	0	225	+225
Pneumologia	3589	4209	+620
Psiquiatria	2263	2477	+214
Psiquiatria- Ambulatório	4498	4339	-159
Reab. Cardio Respiratória	917	1036	+119
Reumatologia	78	111	+33
Serviço Social	11	0	-11
Urologia	2255	2367	+112
Total	36198	42467	+6069

Fonte: Relatório e Contas da ULS RL 2024, pág.68, Versão aprovada em reunião do conselho de Administração de 28/05/25

Face ao período homólogo regista-se em 2024 um aumento em 16,8%, que se traduz em números absolutos em mais 6069 sessões em contexto de hospital de dia.

Contribuiu para este crescimento o aumento absoluto registado das sessões dos serviços das especialidades de Hematologia/Imunohemoterapia (+1164 sessões), Pé Diabético (+1257 sessões), Pneumologia (+620), Dermatologia (+745 sessões) e Oncologia Médica (+700 sessões).

Na redução da atividade sobressai em ambulatório as sessões de Psiquiatria, com menos 159 sessões e o serviço social com menos 11 sessões.

8.10 Atividade Assistencial da Rede de Cuidados Saúde Primários

a) Principais Diagnósticos CSP

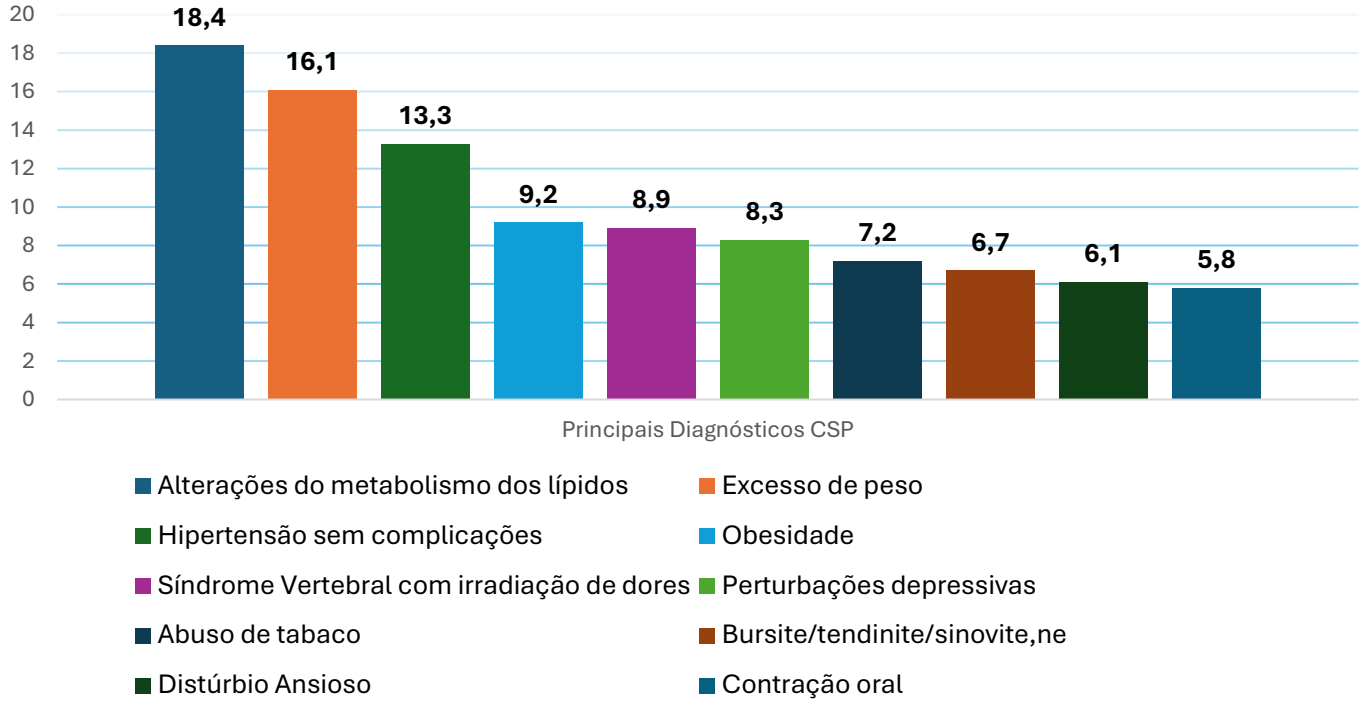
Tabela 126: 10 Principais Diagnósticos (N.º) Codificados ao Nível dos Cuidados de Saúde Primária, da ULSRL em 2024

Principais 10 Diagnósticos dos Cuidados de Saúde Primários	
Alterações do metabolismo dos lípidos	119541
Excesso de peso	104347
Hipertensão sem complicações	86524
Obesidade	59748
Síndrome Vertebral com irradiação de dores	57681
Perturbações depressivas	53572
Abuso de tabaco	46546
Bursite/tendinite/sinovite,ne	43190
Distúrbio Ansioso /Estado de Ansiedade	39301
Contraceção Oral	37881
Total 10 Principais Diagnósticos CSP	648331

Fonte: Perfil de Saúde Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, Unidade de Estudos e Planeamento em Saúde, Departamento de Saúde Pública ULS Região de Leiria, pág. 66 (fonte original INE, 2025)

No que concerne aos 10 principais **diagnósticos dos utentes dos cuidados de saúde primários** destacam-se: **a alteração do metabolismo dos lípidos**, com 119541 (18,1%) casos diagnosticados, **excesso de peso** com 104347 (16,1%) casos e **a hipertensão sem complicações** com 86524 (13,3%) casos. Para além destas, as **patologias musco-esqueléticas** e **mentais** são relevantes na população da ULSRL de acordo com o relatório e contas da ULS RL em 2024.

Figura 33: Principais Diagnósticos (%) dos Cuidados de Saúde Primários da ULSRL em 2024



Fonte: Por Radar Social a partir de: Perfil de Saúde Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, Unidade de Estudos e Planeamento em Saúde, Departamento de Saúde Pública ULS Região de Leiria, pág. 66 (fonte original INE, 2025)

b) Principais Prescrições CSP

Tabela 127: Número de Prescrições dos 10 Fármacos Mais Prescritos nos CSP da ULSRL em 2024

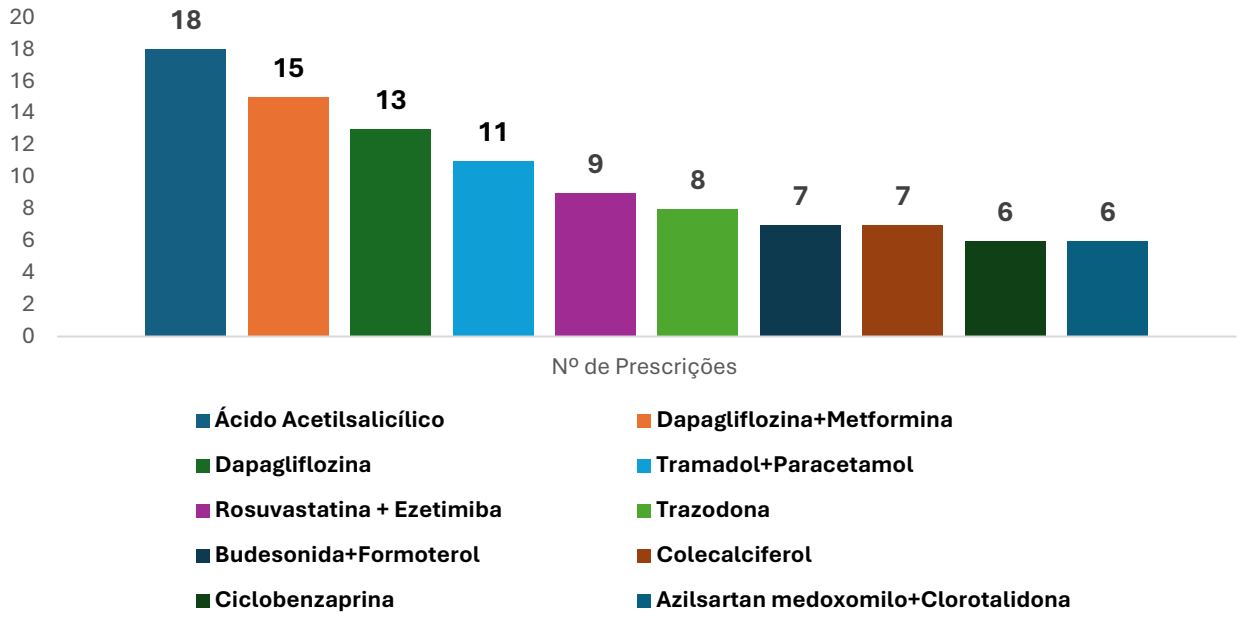
Princípio Ativo	Nº de Prescrições
Ácido Acetilsalicílico	60184
Dapagliflozina+Metformina	51686
Dapagliflozina	44796
Tramadol+Paracetamol	38559
Rosuvastatina + Ezetimiba	30580
Trazodona	26574
Budesonida+Formoterol	23936
Colecalciferol	23936
Ciclobenzaprina	20120
Azilsartan medoxomilo+Clorotalidona	19666
Total	340037

Fonte: Perfil de Saúde Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, Unidade de Estudos e Planeamento em Saúde, Departamento de Saúde Pública ULS Região de Leiria, pág. 67 (SIARS, 2025)

O maior número de prescrições está associado a patologias do **sistema circulatório** dirigidos à prevenção de eventos trombóticos/embólicos, do **sistema endócrino** ao nível de controlo da glicémica e da **prevenção ou tratamento agudo da dor**, nomeadamente, 18% das prescrições correspondem a medicamentos com o princípio ativo do ácido acetilsalicílico, 15% a medicamentos com o principio ativo dapagliflozina+metformina, 13% ao principio ativo dapagliflozina e 11% ao principio ativo tramadol+paracetamol, no seu conjunto perfazem 57% da totalidade das prescrições registadas. Constata-se ainda um **volume considerável** de fármacos no âmbito do **controlo do**

metabolismo dos lípidos, da **manutenção da saúde mental**, da **manutenção da doença respiratória** e **controlo do perfil tensional**

Figura 34: % de Prescrições dos 10 Fármacos Mais Prescritos nos CSP da ULSRL em 2024



Fonte: Por Radar Social a partir de: Perfil de Saúde Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, Unidade de Estudos e Planeamento em Saúde, Departamento de Saúde Pública ULS Região de Leiria, pág. 67 (fonte original SIARS, 2025)

8.11 Programas de Saúde Nacionais -Plano Nacional de Saúde (PNS) 2030

Existem vários programas Nacionais de saúde com o fim de promover hábitos e estilos de vida saudáveis, visam sobretudo a prevenção da doença e a obtenção de ganhos em saúde, estão integrados e partilham a visão do PNS 2030, são eles:

Tabela 128: Programas Nacionais e Programas Nacionais Prioritários - 2030

Programas Nacionais Prioritários	
Programa Nacional para a promoção da Alimentação Saudável	Programa Nacional de Promoção da Alimentação Saudável: DGS
Programa Nacional para a promoção da Atividade Física	Programa Nacional para a Promoção da Atividade Física
Programa de Prevenção e Controlo de Infeções e de Resistência aos Antimicrobianos	Programa de Prevenção e Controlo de Infeções e de Resistência aos Antimicrobianos
Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo	Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo
Programa Nacional para a Diabetes	Programa Nacional para a Diabetes
Programa Nacional para as Doenças Cérebro Cardiovasculares	Direção-Geral da Saúde
Programa Nacional para as Doenças Respiratórias	Direção-Geral da Saúde
Programa Nacional para as Doenças Oncológicas	Direção-Geral da Saúde
Programa Nacional para as Hepatites Virais	Programa Nacional para as Hepatites Virais
Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por VIH	Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por VIH
Programa Nacional para a Tuberculose	Programa Nacional para a Tuberculose
Programa Nacional para a Saúde Mental	Saúde Mental - Página Inicial
Programas Nacionais	
Vacinação	Direção-Geral da Saúde
Saúde Infantil e Juvenil	Direção-Geral da Saúde
Intervenção Precoce	Início | Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância
Saúde Sexual e Reprodutiva	Direção-Geral da Saúde
Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral	Direção-Geral da Saúde
Programa Nacional de Saúde Ocupacional	Programa Nacional de Saúde Ocupacional
Programa Nacional de Saúde Escolar	Direção-Geral da Saúde
Programa Nacional de Saúde da Visão	Direção-Geral da Saúde
Programa Nacional de Prevenção de Acidentes com Crianças e Jovens	Direção-Geral da Saúde
Programa Nacional para a Prevenção e Controlo da Dor	programa_nacional_para_a_prevencao_e_controlo_da_dor.pdf
Programas Nacionais de Prevenção da Violência ao Longo do Ciclo de Vida	
Ação de Saúde para Crianças e Jovens em Risco (ACSJR)	Acção de Saúde para Crianças e Jovens em Risco
Ação de Saúde sobre Género Violência e Ciclo de Vida	Direção-Geral da Saúde
Prevenção da Violência no Setor da Saúde	PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO SETOR DA SAÚDE

Fonte: Disponível em Direção-Geral da Saúde, consultado a 07/08/25 às 11h30

8.12 Programas de Rastreio de Base Populacional da Unidade Local de Saúde da Região de Leiria

a) Indicadores de execução dos programas de rastreio ULS RL

Tabela 129: Programas de Rastreio de Base Populacional, Indicadores de Execução 2024 – ULSRL

Rastreio do Colo do Útero	Rastreio do Cancro da mama
População elegível :20 420	População elegível: 39666
População convidada: 9501	População convidada: 30587
População rastreada: 9356	População rastreada:21426
Taxa de rastreio populacional: 45,8%	Taxa de rastreio populacional: 54,02%
Taxa de cobertura populacional: 46,5%	Taxa de cobertura populacional:77,11%
Taxa de adesão: 98,5%	Taxa de adesão: 70,05%
Rastreio do Cólon e Reto	**Rastreio de Saúde Visual Infantil**
População elegível:54538	População elegível:5911
População convidada:11678	População convidada:4854
População rastreada:9306	População rastreada:4227
Taxa de rastreio populacional: 17,06%	Taxa de rastreio populacional:71,51%
Taxa de cobertura populacional:21,41%	Taxa de cobertura populacional:82,12%
Taxa de adesão: 79,69%	Taxa de adesão: 87,08%
Rastreio de Retinopatia Diabética	
População elegível:33454	
População convidada:5571	
População rastreada:3356	
Taxa de rastreio populacional:10,03	
Taxa de cobertura populacional: 16,65	
Taxa de adesão: 60,24	

Fonte: Perfil de Saúde Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, Unidade de Estudos e Planeamento em Saúde, Departamento de Saúde Pública ULS Região de Leiria, pág. 65 (fonte original plataforma PowerBI da DE-SNS – Monitorização de Rastreios Oncológicos, Dados da Liga Portuguesa Contra o Cancro e Plataforma PowerBI da DE-SNS- Monitorização de Rastreios Oncológicos)

Dos rastreios realizados na ULS RL em 2024, apresenta uma maior taxa de adesão, o rastreio do cólo do útero (98,5%), seguido do rastreio de saúde infantil (87,1%), o rastreio do Cólon e reto (79,69), o rastreio do cancro da mama (70%) e o rastreio de retinopatia diabética (60%).

A taxa de cobertura populacional mais elevada corresponde a 82% e respeita ao rastreio de saúde visual infantil, seguido do rastreio do cancro da mama (77%). A menor taxa de cobertura apresentada é a do rastreio de retinopatia (16%).

8.13 Programas e Medidas Locais dos Cuidados de Saúde Primários da Marinha Grande

a) Saúde da Mulher

Os programas de preparação para o parto e parentalidade e de recuperação pós-parto, são iniciativas de intervenção junto da comunidade, mais especificamente junto de mulheres grávidas e suas famílias. O objetivo é contribuir para uma parentalidade informada nas vertentes da gravidez, parto, puerpério e na educação para a parentalidade.

Tabela 130: Descritivo das Consultas do Programa de Saúde "Vamos Nascer"

Programa "Vamos Nascer"
"Vamos Nascer" Curso de Preparação para o parto
"Sessões em meio aquático"
"Consultas de plano de parto"
"Consultas de Pós-parto"
"Consultas de Puerpério"
"Consultas de aconselhamento e amamentação"

Fonte: Dados solicitados 2024 e Relatório de Atividades da UCC, 2024

Com este programa foram acompanhados em 2023, em termos anuais, 135 casais grávidos e 133 em 2024.

Em 2024 decorreu na Unidade de Cuidados da Comunidade 10 cursos de preparação para o parto. Este programa é constituído por 8 sessões de 3 horas cada e envolveu, em 2024 a realização de 72 consultas de Saúde Materna.

Em 2024 não se realizou o curso de recuperação pós-parto por motivos de ausência de recursos humanos especializados.

As consultas de amamentação, foram em 2024 requisitadas por 38 mulheres, são consultas realizadas na unidade de cuidados da comunidade cujo objetivo é apoiar as mulheres com dificuldades na amamentação e incentivar a amamentação exclusiva até aos 6 meses.

a) Saúde Infantil e Juvenil

Tabela 131: Ações Desenvolvidas de Promoção da Saúde Infantil dos Cuidados de Saúde Primários da Marinha Grande 2024/2025

Consultas de Enfermagem para adolescentes:
Promoção de competências Sócio Emocionais
Prevenção da obesidade
Prevenção de consumos
Prevenção violência do namoro
Prevenção da gravidez na adolescência
Prevenção da sexualidade de risco
SNIPI, ELI - Coordenação e acompanhamento de famílias
Maus-Tratos em Crianças e Jovens _NACJR

Fonte: Levantamento Informação por e-mail a dezembro 2024 e Relatório de Atividades da UCC, 2024

No âmbito da prevenção e acompanhamento de crianças e jovens, o Centro de Saúde da Marinha Grande integra **vários grupos de intervenção** desta área na comunidade.

Representado por uma enfermeira especializada na saúde infantil, este elemento integra várias **equipas multidisciplinares**.

Medidas Locais de Prevenção da Obesidade Infantil

Tabela 132: Descrição do Projeto de Inovação e Empreendedorismo Social na Luta contra a Obesidade Infantil "DAR´te e MOVE´te"

Entidade Promotora	Judo Clube da Marinha Grande
Parcerias	UCC da Marinha Grande; Município da Marinha Grande, Agrupamentos de Escolas da Marinha Grande; Instituto da Segurança Social; Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CPCJ)
Duração	12 meses
Público-Alvo	Jovens com diagnóstico de excesso de peso e obesidade entre os 12 e os 17 anos de idade.
Descrição e Objetivos	Capacitação dos jovens e os pais para hábitos de vida saudáveis e potenciação para a prática desportiva dos jovens com diagnóstico de obesidade e/ou excesso de peso
Atividades	As atividades são desenvolvidas em grupo e abrangem a dimensão artística com a aceitação do corpo e da mente para a transformação e a dimensão emocional com sessões promotoras da autoestima e valorização pessoal em grupo e individualmente.
Atividade 1 Monitorização e Avaliação de Impacto	Decorre em três fases, antes do início do programa, durante o programa e no final.
Atividade 2 MOVE 'te	Implementação de ações de movimento e desporto, com frequência semanal e ou quinzenal que potencie o movimento e a prática de atividade física com vista ao gasto energético.
Atividade 3 DAR´te	Implementação de ações artísticas que potenciam a aceitação do corpo e mente, com frequência semanal e ou quinzenal através do desenvolvimento infanto juvenil e as competências pessoais, emocionais e capacitação artística.
Atividade 4 CONHECE´te	Implementação de ações grupais e individuais de psicologia do desporto, nutrição e educação social, com frequência quinzenal que visam dar ferramentas que promovem uma mudança positiva nos comportamentos disfuncionais, ajudando os adolescentes a alterações duradouras nos hábitos de vida.
Atividade 5 GAMIFICA´te	Desenvolvimento de estratégias de gamificação através da Implementação de uma plataforma digital que visa motivar os beneficiários para os objetivos a atingir através de gratificações virtuais que potenciem a manutenção da disciplina e assiduidade nas atividades desenvolvidas.

Fonte: Por Radar Social, a partir de: Divisão dos Assuntos Sociais 2025

Crianças e Jovens em situação de risco/perigo

Assim no âmbito de ação do **Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco**, em 2024, foram realizadas 10 visitas domiciliárias multidisciplinares, 56 apoios em tribunal no âmbito de ação da CPCJ, 40 reuniões de comissão restrita, 38 articulações com o hospital, entre outras diligências para dar resposta aos **509** casos em acompanhamento.

Dos 509 casos em acompanhamento, em 2024 foram sinalizados **242 novos casos**, o que perfaz um peso de **47,5% de novos casos**.

Na esfera da **Intervenção precoce**, as enfermeiras de saúde infantil e pediátrica participam na Equipa Local de Intervenção Precoce. Em 2024 foram acompanhadas **135 crianças**, sendo 51 novas referenciações e que perfaz um peso de 37,8% de novos casos.

A consulta de adolescente é realizada sempre que solicitado pela CPCJ e entidades parceiras. Esta consulta é caracterizada pela proximidade com o serviço de pedopsiquiatria e articulação com a Equipa de Cuidados Continuados aquando do internamento paliativo.

b) Saúde Escolar

Integrada numa equipa local de saúde escolar (ELSE), a UCCMG é um elemento ativo nesta parceria.

A população alvo deste programa de saúde é a comunidade escolar, mais especificamente as crianças e jovens que integram os estabelecimentos escolares privados, particulares solidários e a rede pública.

O Plano de ação está subdividido em 6 eixos, são eles: Capacitação; Ambiente Escolar e Saúde; Condições de saúde; Qualidade e Inovação; Formação e Investigação em Saúde Escolar e Parcerias.

Na tabela infra, segue descrito as ações desenvolvidas em 2024 pela UCCMG na esfera do projeto Saúde Escolar +Contigo, nos eixos de 1 a 3.

Tabela 133: Eixos e Ações do Programa de Saúde Escolar +Contigo, 2024

Saúde Escolar + Contigo 2024	
Eixo 1: Capacitação	
Sessões de promoção da saúde mental e desenvolvimento de competências sócio emocionais	845 alunos 36 docentes
Sessões de informação sobre os afetos e sexualidade na adolescência	711 alunos 28 docentes
Alimentação Saudável	244 alunos 28 docentes
Hábitos de Sono e Repouso	297 alunos 16 docentes
Comportamentos Aditivos	268 alunos 10 docentes 2 não docente
Eixo 2: Ambiente Escolar e Saúde	
Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros	250 alunos 11 docentes 42 não docente
Eixo 3: Condições de Saúde	

Necessidades de Saúde Especiais	9 PSI 9 alunos 41 docentes 53 não docente

Fonte: UCC MG, Relatório de Atividades 2024

Em 2024, foram beneficiários do programa de saúde escolar, por ação desenvolvida, no mínimo 9 e no máximo 845 alunos, nos mínimo 10 e no máximo 41 docentes e no mínimo 2 e no máximo 53 não docentes.

Orientado para várias temáticas e problemáticas da vida das crianças e dos adolescentes, visa sobretudo a prevenção do suicido na adolescência abordando temas diversificados e correlacionados.

A ação orientada para a capacitação que envolveu mais elementos técnicos e profissionais foi a das necessidades de saúde especiais, que envolveu 41 docentes e 53 não docentes.

A ação que envolveu um maior número de beneficiários alunos foram as sessões de promoção da saúde mental e desenvolvimento de competências sócio emocionais.

a) Saúde Mental

Na dimensão da saúde mental a UCCMG mantém um papel ativo nesta área sendo promotora de projetos de forma autónoma ou em parceria como descrito na tabela 133.

Tabela 134: Descritivo de Ações Desenvolvidas na Saúde Mental pela UCCMG em 2024

Saúde Mental	
Consultas Individuais de Saúde Mental	30 utentes; 45 consultas
Consultas de Psicologia	173 consultas
Integrado no Projeto Insanium: Yoga do Riso e Despertar os sentidos	230 idosos
Workshop Baby Blues e depressão pós-parto (integrado CPP)	133 grávidas
Tertúlia: “As Demências” em parceria com a Universidade Sénior	30 idosos
Consultas de Alcoologia (médico da UCC)	15 consultas
Consultas de Cessação Tabágica	52 consultas

Fonte: UCC MG, Relatório de Atividades 2024

As ações descritas (tabela 133), dão resposta a diferentes grupos etários e diferentes problemáticas integradas na área da saúde mental, desde o nascimento até às idades mais avançadas, à avaliação dos comportamentos de risco e dos determinantes de saúde, como o tabagismo ou a dependência do álcool. As ações apresentadas integram-se em programas específicos de saúde que integram a componente da saúde mental.

a. Saúde do Idoso

A UCC da Marinha Grande na área de atuação da problemática do idoso centra a sua atuação no acompanhamento e monitorização da gestão terapêutica do idoso e na promoção do envelhecimento saudável. Em 2024 integrou vários projetos e promoveu outros de forma a responder às necessidades desta população.

Tabela 135: Descritivo das Ações Desenvolvidas na Saúde do Idoso pela UCC MG em 2024

Saúde do Idoso	
"Insanium": Yoga do Riso e Despertar os Sentidos	230 idosos
"Envolver+"	35 utentes
"Viver com DPOC"	Projeto Piloto 5 utentes
Diabetes em Movimento	196 sessões
"Cuida-me e Cuida-te"	21 idosos
"Avós(z) do Judo"	Workshop do encontro 10 anos de proximidade
"Aqui Contigo"	Utentes da ECCI

Fonte: UCC MG, Relatório de Atividades 2024

O Programa "Viver com DPOC"

Integrado no Programa Nacional para as doenças Respiratórias, no âmbito do programa Viver com Doença Progressiva Obstrutiva Crónica, em 2023 foram desenvolvidas 4 ações do projeto, 8 sessões e foram envolvidos 30 utentes.

O Programa Diabetes em Movimento

Enquadrado no Programa Nacional para a prevenção da Diabetes, em 2023 foram desenvolvidas 2 ações do projeto, realizadas 27 sessões e envolvidos 30 utentes.

Este projeto de intervenção com diabéticos, do tipo II, visa prevenir complicações e a melhoria do estado de saúde por meio da atividade física. Dos 30 referenciados em 2023, 7 encontram-se a frequentar as sessões com regularidade, representado 23% dos referenciados.

O Programa "Cuida-me e Cuida-te" – Apoio ao Cuidador Informal

No sentido de promover a qualidade de vida e a prestação de cuidados dignos, a pessoa cuidada e o cuidador têm acesso a benefícios, medidas de apoio, serviços e respostas adequadas às suas necessidades.

O programa "Cuida-me e Cuida-te" tem como objetivo principal a capacitação do cuidador informal principal como agente promotor de bem-estar da pessoa cuidada e enfatiza a ação do cuidador realçando a importância da autogestão de cuidados e proteção na saúde de quem cuida, seguindo os princípios de que para cuidar dos outros é necessário antes de mais salvaguardar o bem-estar físico e emocional dos cuidadores e promover a sua autoproteção.

A priorização por quem presta cuidados está firmada na lei de bases da saúde de 95/2019 de 4 de Setembro, na Base n.º 3, onde descreve " 1 - A lei deve promover o reconhecimento do importante papel do cuidador informal, a sua responsabilização e capacitação para a prestação, com qualidade e segurança, dos cuidados básicos regulares e não especializados que realizam.

2 - A lei estabelece o estatuto dos cuidadores informais de pessoas em situação de doença crónica, deficiência, dependência parcial ou total, transitória ou definitiva, ou noutra condição de fragilidade e necessidade de cuidados, os seus direitos e deveres e medidas de apoio aos cuidadores informais e às pessoas cuidadas.

3 - O Estado, através do ministério responsável pela área da saúde, deve ainda assegurar a articulação entre a pessoa cuidada, o cuidador informal e os serviços de saúde e a implementação do plano integrado de prestação de cuidados de saúde de que a pessoa carece."

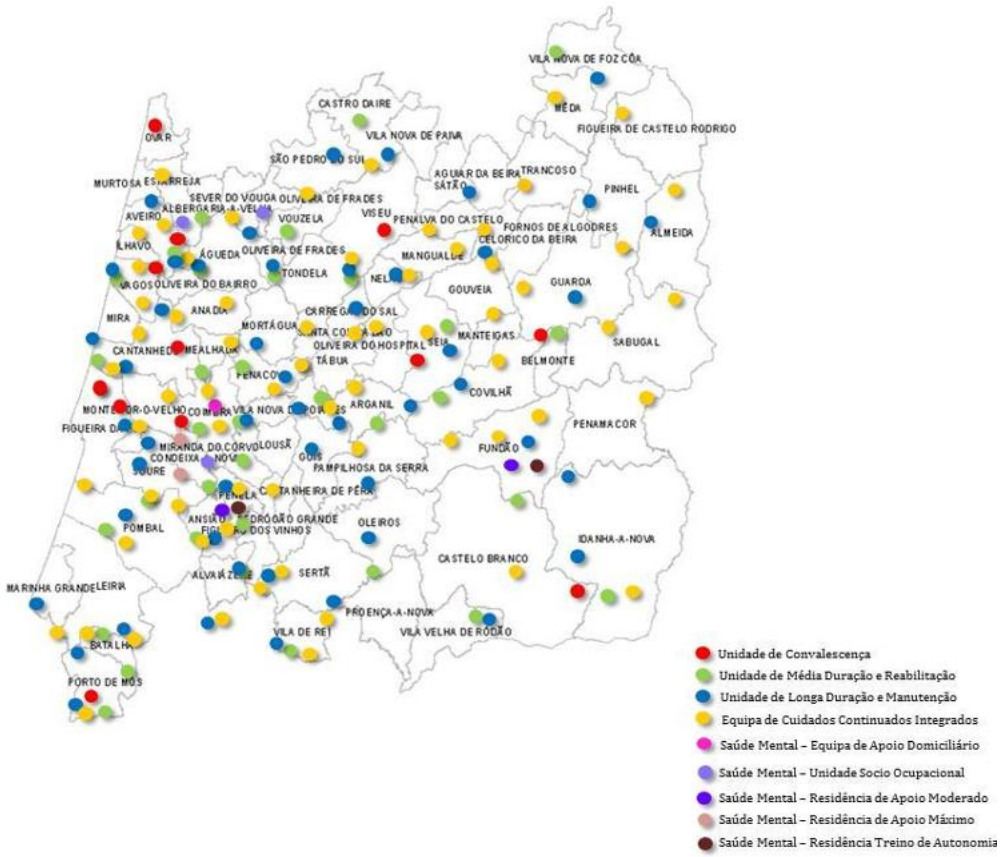
Em 2023 no contexto do projeto foram desenvolvidas 4 ações, 28 sessões realizadas e 45 utentes envolvidos.

Em 2024 foram desenvolvidas 2 edições, 7 sessões psicoeducativas e abrangeu 21 participantes.

Comparando ao ano homólogo, registam-se menos participantes, apresentando uma variação negativa de 53,3%.

8.14 RNCC: Rede Nacional de Cuidados Continuados

Figura 35: Rede Nacional de Cuidados Continuados



Fonte: Figura retirada de ARS CENTRO, IP (2022, pág. 75)

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) explanada no DL nº 101/2006 de 6 de julho destina-se a pessoas que se encontram em situação de dependência.

8.15 Unidade de Cuidados da Comunidade (UCC)

As UCC medeiam a relação entre o ACES e a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, podendo integrar a equipa coordenadora local e constituir a equipa de cuidados continuados integrados local, como definido no DL nº101/2006, de 6 de junho, na sua redação atual.

A UCC da Marinha Grande tem como MISSÃO: “ Prestar cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco/dependência física e funcional, ou doença que exija um acompanhamento próximo, bem como intervir a nível da promoção e educação para a saúde” e “contribuir para a melhoria do estado de saúde da população na sua área geográfica de intervenção” , a sua VISÃO centra-se na prestação de cuidados de saúde através de um trabalho disciplinar que garanta as respostas imprescindíveis à manutenção de um bom nível de bem-estar”

A UCC da Marinha Grande iniciou atividade a 24-02-2014, funciona das 8h00 às 20h00 de segunda a sexta e das 9h00 às 13h00 aos sábados, domingos e feriados se necessário.

A UCC participa na RNCCI e integra na sua carteira de serviços a Equipas de Cuidados Continuados Integrados.

As ECCI centram-se na recuperação global da pessoa, promovendo a sua autonomia e funcionalidade, no âmbito da situação de dependência em que se encontram.

Tabela 136: N.º Absoluto de Vagas na RNCCI de Acordo Com a Tipologia, ULSRL 2024

	ECCI	UC	UMDR	ULDM
Alcobaça	25	0	0	0
Batalha	5	0	35	23
Leiria	15	0	27	13
Marinha Grande	14	0	0	51
Nazaré	10	0	8	18
Ourém	50	15	89	50
Pombal	10	15	42	0
Porto de Mós	7	20	27	30
Total ULSRL	136	50	228	185

Fonte: Perfil de Saúde Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, Unidade de Estudos e Planeamento Em Saúde, Departamento de Saúde Pública ULS Região de Leiria, pág.26

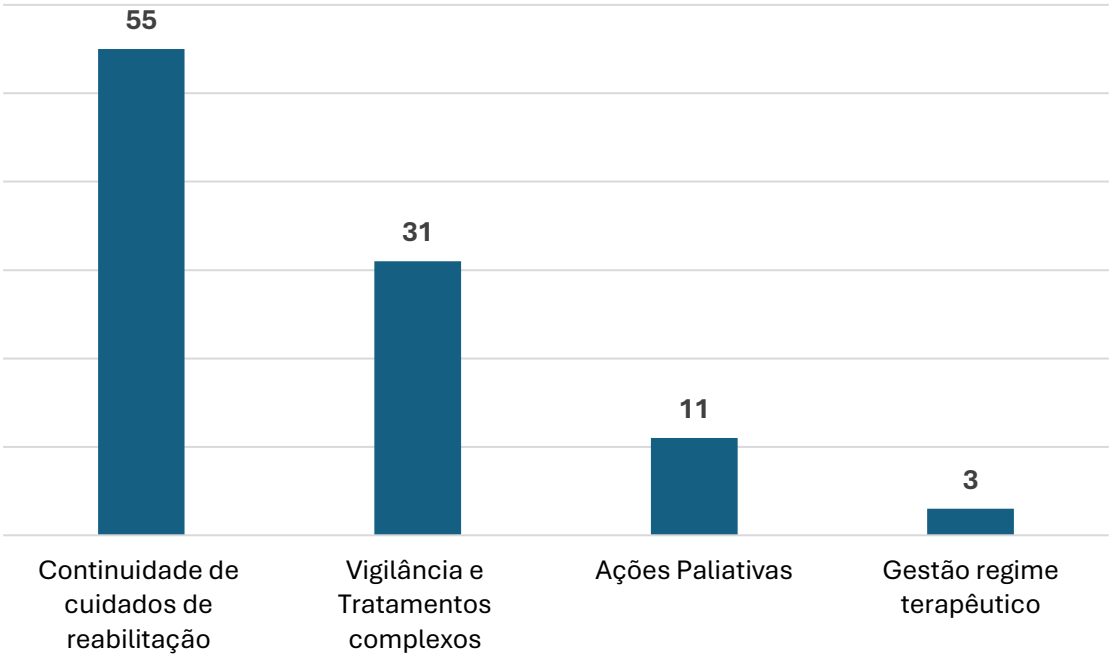
A RNCCI está representada na Marinha Grande pela Unidade de Longa Duração e Manutenção da SCMMG e pela equipa de ECCI inserida na UCCMG. A primeira com uma lotação de 51 lugares, (+ 20, face a 2015) e a segunda com a capacidade de prestação de cuidados multidisciplinares a 14 (+6, face a 2015) utentes. Ambas as unidades prestam cuidados de saúde e de apoio social a pessoas com doença crónica, com diferentes níveis de dependência.

Relativamente à Saúde Mental, o concelho da Marinha Grande apresenta uma forte incidência de doença mental grave, situação que se agrava pelo isolamento social destes indivíduos.

Neste âmbito, a UCC Marinha Grande, tem um programa específico para o acompanhamento de doentes mentais graves em parceria com o hospital de referência e as entidades da rede social que intervêm nesta área. No entanto, esta é uma das áreas da saúde mais preocupante e ainda a descoberto. Mantém-se a intervenção da Unidade de Saúde Pública para as emergências psiquiátricas.

8.16 Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI)

Figura 36: Motivo de Referenciação (%) Para a ECCI da Marinha Grande em 2024



Fonte: "Relatório de Atividades 2024" da Unidade de Cuidados na Comunidade da Marinha Grande

Em 2024 foram admitidos 65 utentes na Equipa de Cuidados Continuados Integrados e apresentou uma taxa de ocupação de 78%.

No que se refere ao motivo de admissão dos utentes na Unidade de Cuidados na Comunidade – Equipa de Cuidados Continuados Integrados, em 2024, 55% foram admitidos por necessidade de cuidados de reabilitação, 31% por motivos de monitorização e vigilância de tratamentos complexos, 11% devido a ações paliativas e 3% por necessidade de gestão do regime terapêutico.

As atividades desenvolvidas pela ECCI englobam visitas domiciliárias ao utente e família de acordo com as necessidades identificadas e o plano de intervenção individual.

A equipa articula com a equipa de coordenação local (ECL), serviços hospitalares, equipas de saúde familiares e diferentes estruturas da comunidade.

8.17 Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM) - Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande

Inaugurada a 17 de janeiro de 2011, a Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande é uma infraestrutura vocacionada para o acolhimento e tratamento de utentes que necessitam de cuidados de longa duração e manutenção.

Dispõe de uma capacidade máxima de 61 camas, integradas na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). Acolhe utentes encaminhados pelos Centros de Saúde da Sub-Região de Leiria, bem como por diversas unidades hospitalares.

A unidade presta cuidados de apoio social a pessoas com doença crónica, com diferentes graus de dependência, que por vários motivos não podem ser acompanhadas no domicílio.

Conta com uma equipa qualificada, dinâmica e criativa e meios tecnológicos de ponta, que garantem uma resposta eficaz e humanizada às necessidades dos utentes.

O período de internamento habitual nesta tipologia de unidade é superior a 90 dias, sendo realizada uma reavaliação clínica aos 180 dias.

Em situações temporárias, como dificuldades de apoio familiar ou necessidade de descanso do cuidador principal, é possível o internamento por períodos inferiores, até ao limite de 90 dias por ano.

À data de 31 de dezembro de 2024, o número total de pessoas apoiadas foi de 60 utentes. A unidade funciona com uma modalidade mista: 51 camas com acordo RNCCI e 9 camas de gestão privada. Até essa data, 51 utentes estavam integrados através de acordo.

A ULDM assegura atividades de manutenção e de estimulação, cuidados de enfermagem diários, cuidados médicos, prescrição e administração de fármacos, apoio psicossocial, cuidados de fisioterapia e de reabilitação psicomotora, e animação sociocultural. A alimentação é adaptada às necessidades clínicas dos utentes.

Devido à rotatividade e à natureza temporária do internamento, não é possível indicar com exatidão o número de utentes por idade, género ou grau de autonomia nas atividades da vida diária. Ainda assim, estima-se que cerca de 90% dos utentes apresentam grau de incapacidade permanente igual ou superior a 60%.

8.18 Saúde Mental

8.18.1 Comportamentos Aditivos e Dependências

8.18.1.2 Indicadores de saúde

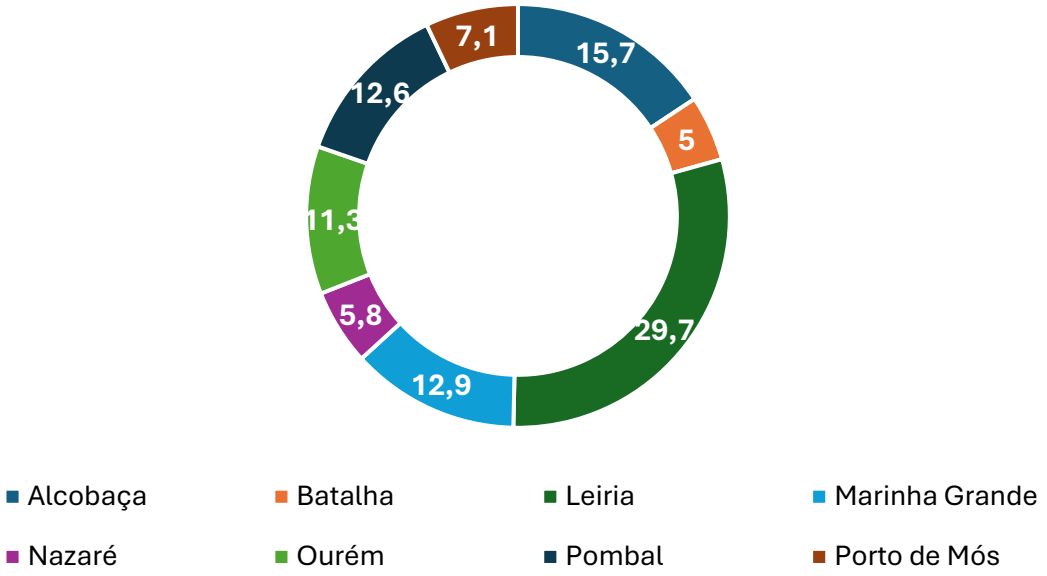
Tabela 137: Doenças de Notificação Obrigatória dos Utentes da ULS RL em 2024

	Alcobaça	Batalha	Leiria	Marinha Grande	Nazaré	Ourém	Pombal	Porto de Mós	Total Nª	%
Campilobacteriose	7	0	7	**5**	0	7	4	1	**31**	8,5
Criptosporidíase	0	0	0	**0**	0	0	0	2	**2**	0,5
Dengue	1	0	0	**0**	0	0	0	0	**1**	0,3
Doença de Hansen	0	0	0	**0**	0	0	0	1	**1**	0,3
Legionários	1	1	1	**1**	0	2	2	1	**9**	2,5
Invasiva pneumocócica	5	1	8	**6**	3	1	4	4	**32**	8,8
Invasiva por H. influenza	1	0	3	**0**	0	2	0	0	**6**	1,6
Meningocócica	0	0	1	**0**	0	0	1	0	**2**	0,5
Giardíase	0	1	1	**0**	2	3	0	2	**9**	2,5
Gonorreia	7	1	21	**4**	5	4	4	4	**50**	13,4
Hepatite A	1	0	2	**0**	0	1	0	0	**4**	1,1
Hepatite B	2	0	0	**0**	0	0	2	0	**4**	1,1
Hepatite C	5	1	4	**2**	2	6	1	2	**23**	6,3
Leptospirose	0	1	0	**0**	0	1	0	0	**2**	0,5
Listeriose	0	0	1	**1**	0	0	0	0	**2**	0,5
Malária	1	2	4	**0**	0	0	0	1	**8**	2,2
Paralisia flácida aguda	0	0	0	**0**	0	1	0	0	**1**	0,3
Salmoneloses	3	2	5	**1**	0	0	1	0	**12**	3,3
Sífilis	2	3	18	**5**	1	4	6	2	**41**	11,3
Tosse Convulsa	1	0	7	**1**	0	4	7	1	**21**	5,8
Tuberculose	2	4	7	**3**	0	1	2	0	**19**	5,2
VIH/SIDA	12	0	0	**11**	4	1	8	3	**39**	10,7
Infeção por C. *Trachomatis*- Excluindo Linfogranuloma Venéreo	6	0	17	**7**	4	2	3	2	**41**	11,3
Infeção por C. *Trachomatis*- Linfogranuloma Venéreo	0	1	1	**0**	0	1	1	0	**4**	**1,1**
Total (Nº)	**57**	**18**	**108**	**47**	**21**	**41**	**46**	**26**	**364**	
	15,7%	**5%**	**29,7%**	**12,9%**	**5,8%**	**11,3%**	**12,6%**	**7,1%**		**100%**

Fonte: Perfil de Saúde Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, Unidade de Estudos e Planeamento Em Saúde, Departamento de Saúde Pública ULS Região de Leiria, pág.71

Na ULSRL, em 2024, a doença de notificação obrigatória com maior % de prevalência é a Gonorreia com 13,4% (50 casos), seguido da sífilis e Infeção por C. Trachomatis(exclui Linfogranuloma Venério) ambas a atingir os 11,3% (40 casos cada), e em terceiro o VIH/SIDA com 10,7% (39 casos).

Figura 37: % de Incidência de Doenças de Notificação Obrigatório por Localização, da ULSRL em 2024



Por Radar Social a partir de: Perfil de Saúde Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, Unidade de Estudos e Planeamento em Saúde, Departamento de Saúde Pública ULS Região de Leiria, pág. 71 (fonte original SINAVE, 2025)

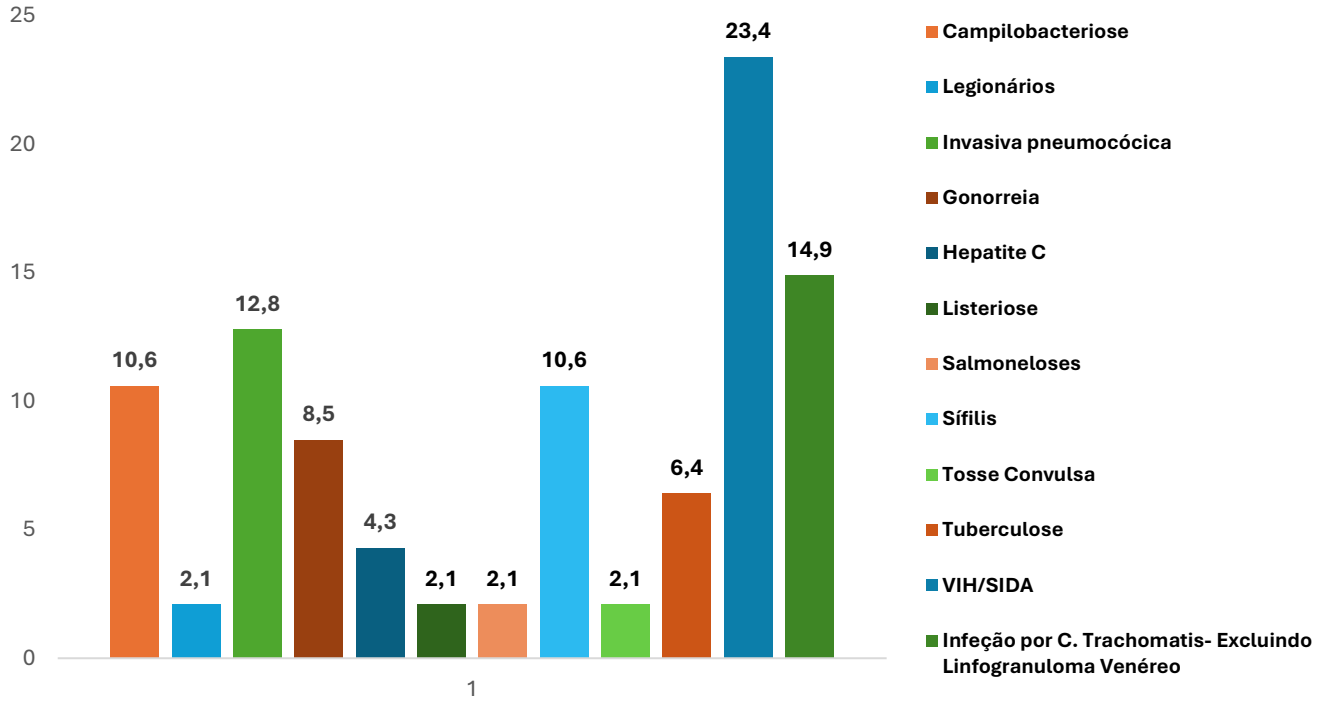
Dos concelhos que integram a ULS RL, em 2024 o volume percentual de casos referenciados atinge valores mais altos no concelho de Leiria (29,7%), seguido de Alcobaça (12,6%) e Marinha Grande com (12,9%), posicionando-se em terceiro lugar nesta problemática.

Tabela 138: Incidência de Doenças de Notificação Obrigatória no Concelho da Marinha Grande em 2024

	Incidência de Doenças de notificação obrigatória (%)
Campilobacteriose	10,6
Legionários	2,1
Invasiva pneumocócica	12,8
Gonorreia	8,5
Hepatite C	4,3
Listeriose	2,1
Salmoneloses	2,1
Sífilis	10,6
Tosse Convulsa	2,1
Tuberculose	6,4
VIH/SIDA	23,4
Infeção por C. *Trachomatis*- Excluindo Linfogranuloma Venéreo	14,9
Total (%)	99,9

Fonte: Por Radar Social a partir de: Perfil de Saúde Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, Unidade de Estudos e Planeamento em Saúde, Departamento de Saúde Pública ULS Região de Leiria, pág. 71 (fonte original SINAVE, 2025)

Figura 38: % de Incidência de Doenças de Notificação Obrigatória no Concelho da Marinha Grande, 2024



Fonte: Por Radar Social, a partir de: Perfil de Saúde Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, Unidade de Estudos e Planeamento em Saúde, Departamento de Saúde Pública ULS Região de Leiria, pág. 71 (fonte original SINAVE, 2025)

No concelho da Marinha Grande a doença de notificação obrigatória com maior % de prevalência é o VIH/SIDA com 11 casos (23,4%), seguido da Infeção por C. Trachomatis(exclui Linfogranuloma Venério) com 7 casos (14,9%) e em terceiro a doença invasiva pneumocócia com 6 casos identificados (12,8%).

De salientar também a Sífilis e a campilobacteriose, ambas com 10,6% dos casos.

8.19 Respostas e Serviços Locais no âmbito dos comportamentos aditivos

a) ICAD Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, I.P.

Em outubro de 2023, com a aprovação do Decreto-Lei n.º 89/2023, é criado o Instituto para os Comportamentos Aditivos e Dependências (ICAD), no reconhecimento da necessidade de implementação de um novo modelo orgânico para esta área, enfraquecida ao longo dos anos que se seguiram à extinção do ex-Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT).

Neste contexto, o ICAD assume-se como o organismo responsável nesta matéria, incorporando as competências e recursos dispersos pelas Administrações Regionais de Saúde (ARS) e Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), garantindo a continuidade, a integração e o alinhamento da intervenção em matéria de comportamentos aditivos e dependências (CAD).

O Plano Estratégico deste Instituto, ambiciona ser um instrumento de alinhamento em torno da missão de prevenir e reduzir os comportamentos aditivos e as dependências, assegurar o tratamento, a redução de riscos e a minimização de danos e a reinserção social, bem como fomentar a capacitação e formação diferenciada, a investigação e a inovação nesses domínios.

A estratégia ICAD pretende ainda traduzir a visão, experiência e conhecimento acumulado dos profissionais de referência na área dos CAD, responsáveis por respostas e serviços inovadores e sustentados, de proximidade, e baseados na evidência, centralidade no cidadão e nas comunidades. O Instituto é composto por unidades orgânicas nucleares e flexíveis de âmbito central e local, estas últimas integradas no SNS e distribuídas pelo território nacional.

De âmbito local, integradas no SNS e na dependência hierárquica do Conselho Diretivo do ICAD, existem unidades funcionais desconcentradas e com a natureza de unidades orgânicas flexíveis, as quais assumem competências de Intervenção na área dos CAD, nomeadamente os Centros de Resposta Integrada (CRI), que operacionalizam o modelo de intervenção integrada no âmbito dos CAD.

b) CRI – Centro de Respostas Integradas

Os Centros de Respostas Integradas (CRI), são unidades de intervenção local de cariz operativo, referenciados a um território definido e que dispõem de equipas técnicas especializadas para as diversas áreas de intervenção.

Compete aos CRI executar programas de intervenção local de prevenção dos comportamentos aditivos, bem como garantir a prestação de cuidados integrados e globais a pessoas com CAD, segundo as modalidades terapêuticas mais adequadas a cada situação, em regime de ambulatório, com vista à prevenção, à redução de riscos e minimização de danos, ao tratamento e à reinserção social, bem como à sua referenciação.

Para cumprir os objetivos das suas áreas de intervenção, os CRI articulam com as demais estruturas do SNS, no âmbito da rede de referenciação. De forma a promover o aumento da acessibilidade aos cuidados de saúde, os CRI disponibilizam ainda uma vasta rede de consultas descentralizadas em todo o país e também em meio prisional.

A prevenção, é uma área em que o principal objetivo é a intervenção sobre as causas do fenómeno, procurando que este não venha a manifestar-se futuramente, fomentando não apenas o conhecimento sobre o fenómeno, mas também exponenciando a abrangência, eficácia, eficiência e qualidade dos programas de prevenção implementados.

Para a execução deste trabalho a equipa de tratamento da Marinha Grande conta com uma psicóloga, uma assistente social, uma assistente técnica, enfermagem a meio tempo e uma grande dificuldade a nível de resposta médica.

A redução de riscos e minimização de danos, é um vetor que assume como princípio fundamental uma abordagem pragmática e humanista ao fenómeno da toxicodependência. Pressupõem uma atuação numa perspetiva de saúde pública, em que o objetivo (independentemente do uso de drogas em si mesmo) é centrar a intervenção nas consequências, sociais e de saúde que decorrem desse consumo, ou seja, ainda que se procure privilegiar a redução dos riscos associados, deverá sempre ter-se em conta, por força de uma atitude pragmática, a minimização dos danos associados a esse mesmo consumo. Este trabalho é levado a cabo na Equipa Técnica da Marinha Grande, mas também pela Associação Novo Olhar (ANO II).

c) Associação Novo Olhar II (ANO II)

No âmbito da redução de danos associados aos comportamentos aditivos e dependências, a ANO II desenvolve um trabalho contínuo nesta área, assegura o acompanhamento sistemático dos utentes e articula com os serviços de saúde (Unidades de Cuidados da Comunidade da Marinha Grande e CRI) para a implementação das intervenções planeadas. Esta associação dinamiza programas de intervenção direcionados para o rastreio de doenças infeciosas, nomeadamente VIH/SIDA e Hepatites Víricas.

8.20 Projetos, atividades e serviços da ANO II

No âmbito da intervenção da ANO II, os projetos em desenvolvimento na área de comportamentos aditivos são:

a) S.A.R.A. Serviço Anónimos de Rastreio e Aconselhamento

Tabela 139: Descrição do Projeto S.A.R.A. da ANO II, 2024

S.A.R.A. Serviço Anónimo de Rastreio e Aconselhamento	
Projeto	S.A.R.A – Serviço Anónimo de Rastreio e Aconselhamento
Âmbito de Atuação	O programa S.A.R.A desenvolve a sua intervenção na promoção da saúde e na redução de riscos e minimização de danos associados aos comportamentos aditivos e dependências, com especial enfoque na prevenção e controlo da infeção por VIH/SIDA, hepatites virais e outras infeções sexualmente transmissíveis.
Objetivos	Aumentar o acesso à prevenção e testes de rastreio para doenças sexualmente transmissíveis (V.I.H., V.H.C.,V.H.B.,IST)
Atividades	**Troca de seringas e distribuição de material assético para injeção**, no âmbito do Programa Troca de Seringas, conforme o Decreto-Lei n.º 183/2001, de 21 de junho, promovendo práticas de consumo mais seguras. São igualmente **distribuídos preservativos masculinos femininos e gel lubrificante**, com o objetivo de prevenir infeções sexualmente transmissíveis. A equipa desenvolve ainda **ações de educação para a saúde**, abordando temáticas como redução de riscos, consumo mais seguro e prevenção de doenças. São também assegurados o **atendimento e avaliação psicossocial** dos utentes, bem como **prestação de cuidados de enfermagem**, promovendo uma resposta integrada às necessidades de saúde desta população.
Destinatários	500 pessoas pertencentes aos grupos populacionais com maior vulnerabilidade à infeção por VIH e outras infeções, nomeadamente trabalhadores de sexo e seus clientes, pessoas em situação de sem-abrigo, utilizadores de drogas intravenosas e homens que têm sexo com homens (HSH).

Fonte: Relatório de Atividades 2024, ANO II

Tabela 140: Serviços de Acompanhamento, Rastreio e Diagnóstico do Projeto S.A.R.A. 2023 e 2024

S.A.R.A. Serviço Anónimo de Rastreio e Aconselhamento						
	Território de Intervenção Marinha Grande e Leiria			Território Marinha Grande		
Ano de Referência	2023	2024	Variação %	2023	2024	Variação %
Nº de pessoas acompanhadas	580	552	-4,8%	226	268	+18,6
Número de preservativos distribuídos	43522	63188	+45,2%	21761	12637	-41,9
Testes de VIH; Sífilis; Hepatites realizados	642	1069	+66,5%	153	256	+67,3

Fonte: Relatório de Atividades 2024 e 2025, ANO II

Em 2024 o Projeto S.A.R.A VIII acompanhou 552 pessoas em situação de risco, distribuiu 63.188 preservativos e realizou 1069 testes de despiste de doenças sexualmente transmissíveis.

A intervenção é realizada no território da Marinha Grande e Leiria e o projeto é financiado e está integrado no Programa Nacional para a Infeção VIH e SIDA e Programa Nacional para as Hepatites Virais.

Os indicadores da atividade prestada ao nível do acompanhamento na visão territorial conjunta (concelho e distrito) e separada (concelho) revela uma redução no número de pessoas (-4,8%) acompanhadas, mas um reforço significativo do número de pessoas acompanhadas no território da Marinha Grande (+18,6%).

Na prevenção, com um maior número de preservativos distribuídos na visão territorial conjunta, com um incremento de +45,2% e na visão separada, um decréscimo de 41,9%, valores suscetíveis de uma focalização da distribuição de preservativos no território de Leiria. Os testes de rastreio realizados cresceram cerca de 67% em ambas dimensões de análise.

Género

Tabela 141:Utentes integrados no projeto S.A.R.A

S.A.R.A. Serviço Anónimo de Rastreio e Aconselhamento			
Território Intervenção	**Marinha Grande**		
Género	2023	2024	Variação
Feminino	82	96	**+17,1**
Masculino	141	169	**+19,9**
Transgénero	3	3	**0**
	226	**268**	**+18,9**

Fonte: Relatório de Atividades 2024 e 2025, ANO II

Em termos de género observa-se o aumento absoluto e relativo da população feminina e masculina, com um aumento de +14 mulheres e +28 homens. Mantém-se o número de pessoas transgénero.

Problemáticas e Caracterização População

Tabela 142: Problemáticas (%) e Tipologia (%) das Pessoas Acompanhadas no Projeto S.A.R.A. pela ANO II por Localização em 2023 e 2024

S.A.R.A. Serviço Anónimo de Rastreio e Aconselhamento			
Território Intervenção	**Marinha Grande**		
Problemáticas e Caracterização	**2023**	**2024**	**Variação absoluta**
Trabalhadores do Sexo	11,5	10,4	**-1,1**
Utilizadores Substâncias ilícitas por via fumada	28	31,7	**+3,7**
Utilizadores de Substâncias ilícitas por via endovenosa	7	8,2	**+1,2**
HSH	14	13,8	**-0,2**
População em geral(clientes)	24,2	21	**-3,2**
Pessoa em Situação de Sem Abrigo	10	3,7	**-6,3**
Migrantes	5,3	3,7	**-1,6**
NR	0	7,5	
Total	100%	100%	

Fonte: Dados solicitados Ano II e Relatório de Atividades 2024 e 2025, ANO II

No âmbito das problemáticas acompanhadas pela ANO II observa-se no território da Marinha Grande um aumento de +3,7 p.p. de utilizadores de substâncias ilícitas por via fumada e de 1,2 p.p. de utilizadores de substâncias ilícitas por via endovenosa.

b) Centro Sócio Sanitário Porta Azul

Tabela 143: Descrição do Projeto Porta Azul- Centro Sócio Sanitário, ANO II

Porta Azul - Centro Sócio Sanitário	
Projeto	Porta Azul – Centro Sócio Sanitário
Âmbito de Atuação	Este programa atua na promoção da saúde e redução de riscos e minimização de danos associados aos comportamentos aditivos, com especial enfoque na prevenção e controlo da infeção VIH/SIDA, hepatites virais e infeções sexualmente transmissíveis
Objetivos	Garantir o acompanhamento psicossocial de pessoas que consomem drogas e de trabalhadores do sexo que vivem com VIH/SIDA e se encontram em situação de vulnerabilidade social
Atividades e Serviços	O programa Porta Azul oferece um conjunto de serviços e atividades dirigidas a pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo **atendimento e acompanhamento psicossocial** (social, psicológico e familiar), **apoio de enfermagem**, **jurídico** e **alimentar**, bem como **cuidados de higiene pessoal e tratamento de roupa**. Promove ainda o acesso a **informação sobre infeção por VIH**, realiza **ações de educação para a saúde** e desenvolve **atividades ocupacionais** que incentivam o autocuidado e a inclusão pessoal
Destinatários	200 Utilizadores de drogas e pessoas que vivem com a infeção VIH e SIDA, envolventes, afetados e familiares

Fonte: Relatório de Atividades 2024, ANO II

Está desenhado para dar resposta a pelo menos 200 utilizadores de drogas e de pessoas que vivem com a infeção HIV e Sida, envolventes, afetados e familiares no território da Marinha Grande.

A intervenção na esfera deste projeto é realizada no território da Marinha Grande desde 2006, é financiado pela Direção Geral da Saúde, enquadrado no Programa Nacional para a Infeção VIH e Sida e Programa Nacional para as Hepatites Virais.

Serviços

Tabela 144: Serviços Prestados (N.º) e Variação (%) aos Utentes do Centro Sócio Sanitário Porta Azul Pela ANO II em 2023 e 2024

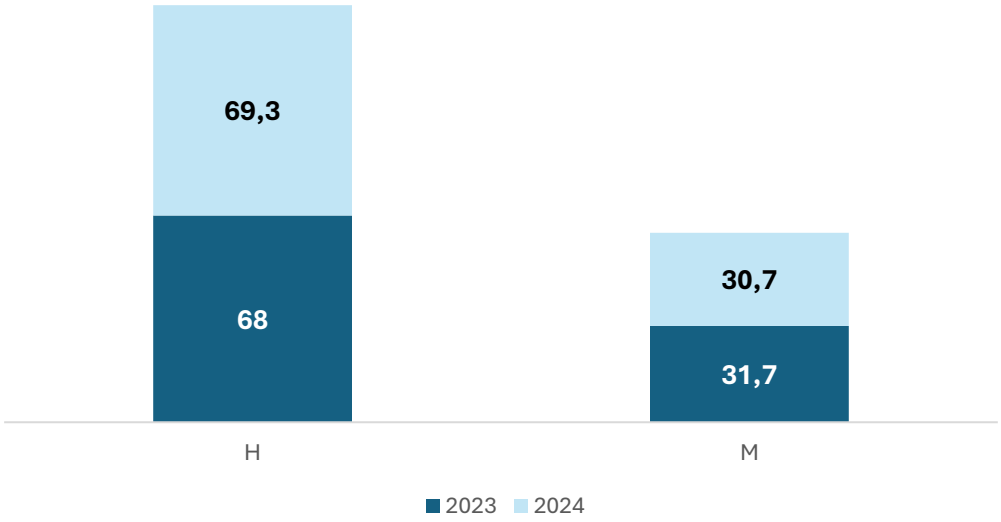
Ano de Referência	2023	2024	Variação
Utentes acompanhados	224	254	+13,4%
Atendimento Psicossocial	S.I.	4109	S.I.
Apoio Alimentar	7699	3594	-53,3%
Apoio Jurídico	108	39	-63,9%
Acompanhamentos à Saúde	155	71	-54,2%
Gestão e Administração Terapêutica Medicamentosa	310	132	-57,4
Higiene e Conforto Pessoal	459	451	-1,7

Fonte: Relatório de Atividades e contas 2023 e Relatório de Atividades - Indicadores obtidos a 31/12/24, IPSS ANO II

Observa-se um aumento dos utentes acompanhados de +13,4%, que corresponde a +30 efetivos absolutos. Por sua vez observa-se um decréscimo dos serviços de acompanhamento realizados no âmbito do Projeto Sócio Sanitário Porta Azul.

Género

Figura 39: Género dos Utentes que Frequentam o Centro Sócio Sanitário Porta Azul



Fonte: Ano II e Relatório de Atividades e Contas 2024 e 2025, Associação Novo Olhar II

Entre 2023 e 2024 existe um aumento no número de pessoas acompanhadas, passando de 224 em 2023 para 254 em 2024.

Apresenta uma taxa de crescimento com base no valor absoluto de 13,4%, apesar de, em termos relativos o número de mulheres acompanhadas baixar ligeiramente.

Em termos absolutos, em 2024 existe um aumento de 7 pessoas do sexo feminino face ao período homologo, passando de 71 para 78 em 2024, por sua vez, os homens passam de 153 para 176, um aumento de mais 23 pessoas em acompanhamento face ao ano anterior.

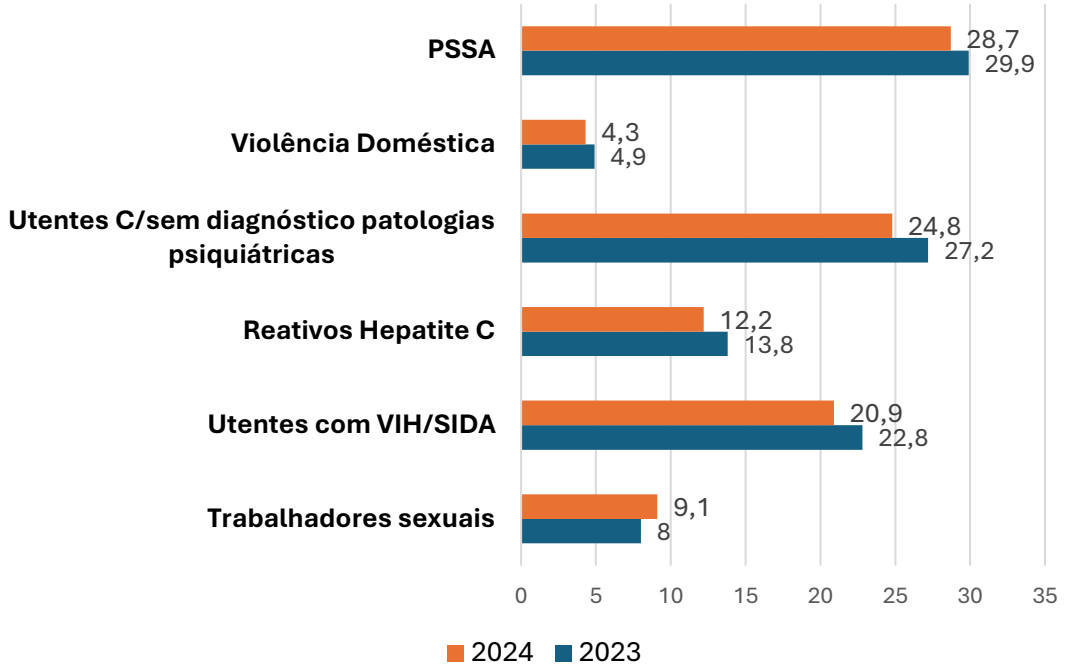
Problemáticas

Tabela 145: Problemáticas (N.º) e Variação Absoluta dos Utentes Integrados no Projeto Sócio Sanitário Porta Azul em 2023 e 2024

Problemáticas	2023	2024	VA
Trabalhadores sexuais	18	23	+5
Utentes com VIH/SIDA	51	53	+2
Reativos Hepatite C	31	31	0
Utentes C/sem diagnóstico patologias psiquiátricas	61	63	+2
Violência Doméstica	11	11	0
PSSA	67	73	6
Total	224	254	+30

Fonte: Ano II e Relatório de Atividades e Contas 2024 e 2025, Associação Novo Olhar II

Figura 40: Problemáticas (%) dos Utentes Integrados no Projeto Sócio Sanitário Porta Azul em 2023 e 2024



Fonte: Por Radar Social, a partir de Ano II e Relatório de Atividades e Contas 2024 e 2025, Associação Novo Olhar II

No espaço de 1 ano observa-se um aumento percentual das problemáticas acompanhadas de trabalhadores sexuais (+1,1p.p.). Nas restantes problemáticas observam-se ligeiras reduções percentuais, com maior incidência nos utentes com e sem diagnóstico de patologias psiquiátricas de – 2,4 p.p. e dos utentes com VIH/SIDA com uma redução de 1,9. p.p.

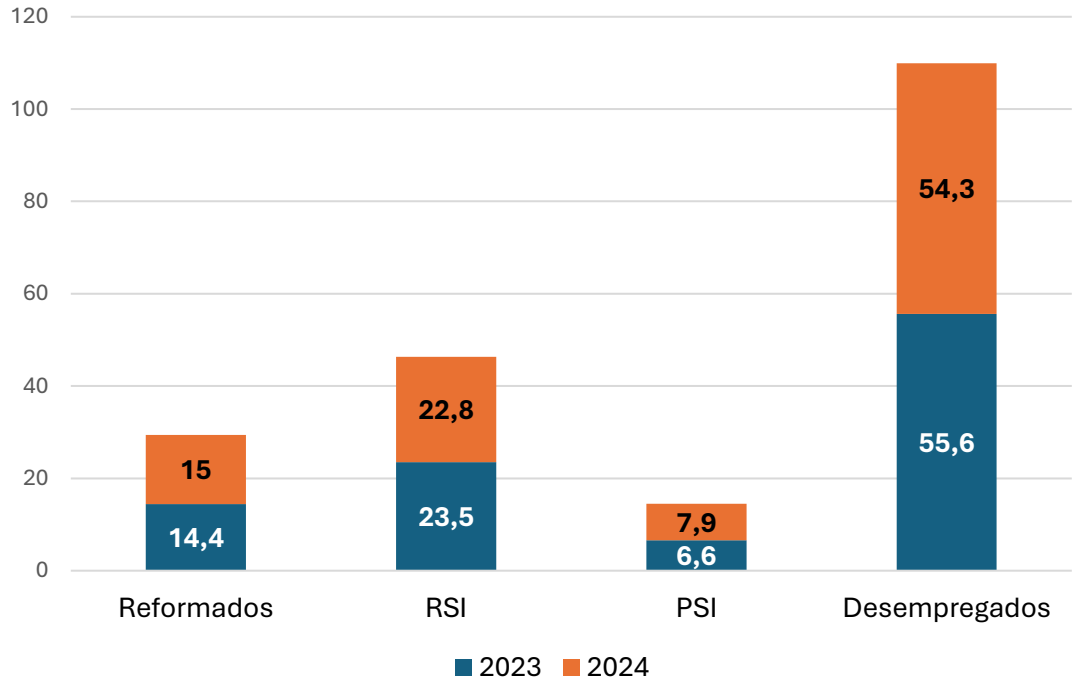
Condição perante os Rendimentos

Tabela 146: Condição Perante os Rendimentos dos Utentes Integrados no Projeto Sócio Sanitário Porta Azul em 2023 e 2024

Condição perante os Rendimentos	2023	2024	Variação
Utentes acompanhados	224	254	+30
Reformados	35	38	+3
RSI	57	58	+1
PSI	16	20	+4
Desempregados	135	138	+3
Total	243	254	

Fonte: Por Radar Social, a partir de Ano II e Relatório de Atividades e Contas 2024 e 2025, Associação Novo Olhar II

Figura 41: Condição Perante os Rendimentos (%) dos Utentes Integrados no Projeto Sócio Sanitário Porta Azul no Território da Marinha Grande em 2023 e 2024



Fonte: Por Radar Social, a partir de Ano II e Relatório de Atividades e Contas 2024 e 2025, Associação Novo Olhar II

No que concerne à situação perante o rendimento dos utentes acompanhados, regista-se um aumento absoluto de +3 em situação de reforma, +1 a receber o RSI, +4 a receber a PSI e +3 em situação de desemprego.

A maioria encontra-se em situação de desemprego com um peso de 54,3% em 2024, seguido do RSI com 22,8%. Em termos proporcionais observa-se um aumento de p.p. dos utentes com PSI (+1,3%).

c) SANTANA Equipas de Rua

Tabela 147: Descrição do Projeto SANTANA - Equipas de Rua, ANO II

Santana	
Projeto	Santana: Equipas de Rua
Âmbito de Atuação	A equipa de rua intervém em espaços públicos do concelho, direcionando-se a consumidores e traficantes de substâncias psicoativas, com foco na redução de riscos e minimização de danos num contexto em que o consumo é visto como problema social
Objetivos	O programa visa minimizar os riscos pessoais e sociais associados ao consumo de drogas, promover o encaminhamento e a motivação para o tratamento das pessoas em situação de risco, bem como prevenir a propagação de doenças infectocontagiosas.
Atividades	Este programa promove a **troca de seringas** e **apoio psicossocial**, atua junto de consumidores em risco com **ações de sensibilização** e **encaminhamentos para cuidados de saúde e tratamento**. Inclui **administração de cloridrato de metadona**, **cuidados de enfermagem** e **intervenção em crises**.
Destinatários	150 Consumidores de substâncias psicoativas

Fonte: Relatório de Atividades e Contas 2023 e Relatório de Atividades - Indicadores obtidos a 31/12/24, ANO II

Serviços

Tabela 148: Serviços Prestados (N.º) e Variação (Nº) aos Utentes do Projeto SANTANA em 2023 e 2024

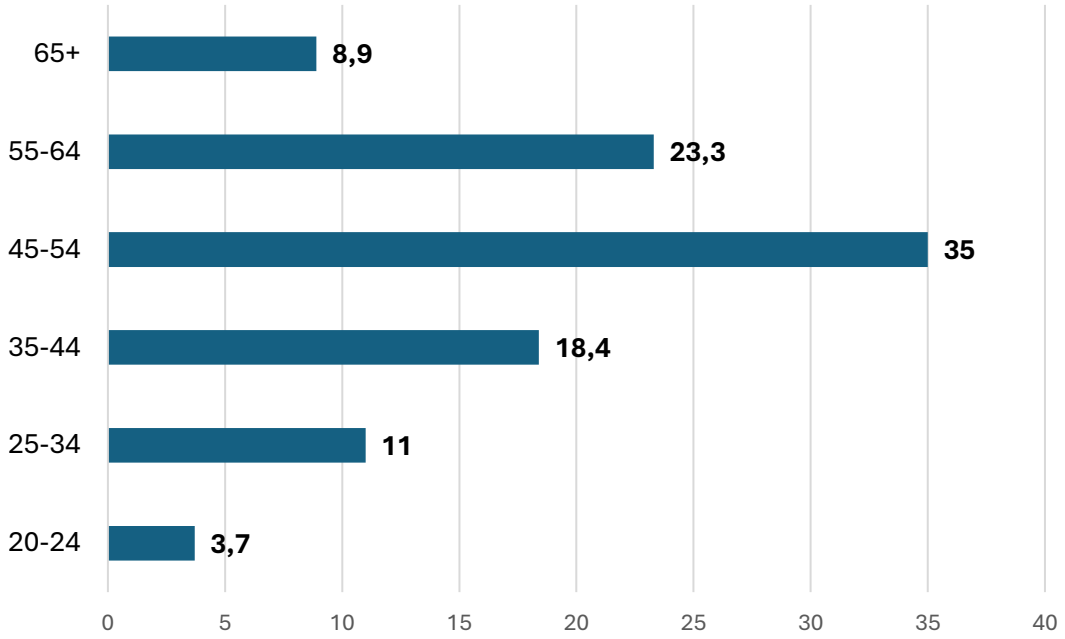
Ano de Referência	2023	2024	Variação absoluta
Utentes acompanhados	175	163	**-12**
Seringas Trocadas	5404	5399	**-5**
Internamentos em CT	33	23	**-10**
Internamentos em Unidades de Desabituação	8	15	**+7**
Acompanhamentos à Saúde e Outros serviços	373	313	**-60**

Fonte: Relatório de atividades 2024 e 2025, ANO II

Os serviços prestados no âmbito do projeto SANTANA sofreram uma redução absoluta, com exceção dos encaminhamentos e internamentos em unidades de desabituação com + 7 efetivos absolutos, reforçando o aumento de situações advindas de aumento situações de dependência de substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas.

Grupos Etários

Figura 42: Grupos Etários dos Utentes Acompanhados no Projeto SANTANA em 2024



Fonte: Por Radar Social, a partir de Relatório de atividades 2024 e 2025, ANO II

A população acompanhada, em termos etários situa-se expressamente nos intervalos 45-54, seguido do intervalo 55-64.

Síntese Conclusiva

Uma abordagem estratégica da saúde para o desenvolvimento sustentável é essencial para a saúde e bem-estar dos cidadãos e das comunidades na medida em que promove e viabiliza metas a alcançar e práticas essenciais para a promoção de estilos de vida saudável potenciadores de ganhos em anos de saúde.

A **Estrutura organizacional** dos **SNS** integra nas unidades de saúde, os agrupamentos de **centros de saúde (ACES), hospitais, centros hospitalares, Institutos Portugueses de Oncologia e as Unidades Locais de Saúde (ULS).**

Na **ULS da Região de Leiria** estão inscritos **404724** utentes em **2025**. Em 2024, nos cuidados de saúde primários da Marinha Grande, **90%** da população residente tinha **médico de família atribuído**, contudo os dados revelam, em relação a 2025, uma tendência de aumento das situações sem médico de família atribuído como designado na tabela 89.

Dificuldades inerentes ao setor público da saúde, desde a atratividade dos recursos humanos e das infraestruturas limita a resposta do SNS na resposta em saúde às necessidades da população.

As unidades orgânicas e funcionais dos cuidados de saúde primários da Marinha Grande são constituídos pelas seguintes unidades funcionais: 3 USF´s; 1 USCP; 1 UCC; 1 USP; 1 URAP;1 SAP

O perfil da população inscrita enquadra-se nos valores dos índices de dependência total, de idosos e jovens nacionais.

A distribuição da população inscrita por sexo e grupo etário revela uma pirâmide etária com uma configuração de duplo envelhecimento: no topo e na base, o que significa que a população inscrita é caracterizada por baixos níveis de natalidade na sua base e o aumento da esperança de vida no topo, característico das sociedades envelhecidas.

A distribuição por género [52] revela que **48,6% são homens e 51,4% são mulheres**, com maior concentração de população feminina e masculina nas faixas etárias entre os 45 e os 49 anos de idade.

Do momento do nascimento até aos 24 anos os inscritos são 22,9%; em idade ativa, dos 25 aos 65 anos totalizam 53,3% e com +65 anos 23,7%.

Os indicadores de saúde demográficos apontam para a **idade média de nascimento do 1º filho de 30,2** anos na **região de Leiria**, em 2011 esse valor era de 28 anos. Das mulheres inscritas na unidade local de saúde da Marinha Grande, 40% estão em idade fértil.

A evolução do número absoluto de nascimentos ocorridos entre **2022 e 2024** no concelho da Marinha Grande, demonstra que os **nascimentos**, advindos de **mães de origem estrangeira** têm vindo a **aumentar** e por seu lado, a evolução dos **nados vivos** provenientes de **mães de origem portuguesa** a **decrescer**.

A **esperança média de vida à nascença** em Portugal, no triénio **2021-2023**, foi estimada em **81,17** anos, sendo **78,37** anos para os **homens** e **83,67** anos para as **mulheres**.

O **ganho em anos de vida** reflete que as pessoas têm probabilidade de viver mais anos, mas não indica ou informa se os anos ganhos de vida significam ganhos em saúde refletidos num envelhecimento digno ou de qualidade.

Ao atingir os 65 anos, em Portugal, a **mulheres têm uma esperança de vida** estimada de mais **21,1 anos**, destes **6,3 são expectáveis de anos vividos de forma saudável**. O sexo **masculino** tem uma **esperança de vida estimada** em **mais 18,99 anos**, e embora mais reduzida que no grupo das mulheres, a **estimativa de anos de vida saudável depois dos 65, é de 8,6 anos**.

[52] Junho de 2025

De entre os concelhos que integram a ULSRL, a Marinha Grande posiciona-se como um dos que apresenta uma das **taxas de mortalidade mais reduzidas** (10,7) e ligeiramente inferior aos valores do Continente (11,1%) juntamente com a Batalha (10,9) e Leiria (9,9).

Apresenta uma **taxa de mortalidade infantil** (óbitos com menos de 1 ano) **inferior aos valores nacionais** e não apresenta registos de taxas de mortalidade neonatal e neonatal precoce. Apresenta registos de mortalidade infantil perinatal de 2,7 óbitos por mil habitantes, inferior aos valores nacionais.

Em **2011-2021**, as **principais causas de morte**, são em proporção as do **aparelho circulatório** e os **tumores malignos**.

Entre **2022 e 2023** as **principais causas de morte** são as do **aparelho respiratório** e os **tumores malignos.**

Nos **homens**, com crescimentos a apontar para o **aumento das causas de morte** devido a **transtornos mentais; suicídios ou comportamentos auto-lesivos, doenças cérebro vasculares e crónicas do fígado** e nas **mulheres** com o aumento das causas de morte por **doenças endócrinas, diabetes e isquémicas do coração.**

Entre 2022 e 2023 a atividade do hospital de Santo André da ULS RL registou um **aumento da atividade das consultas externas com exceção da medicina interna e psiquiatria**, contudo realizaram-se menos 468 novas primeiras consultas e aumentaram as consultas de acompanhamento.

Há um **decréscimo de internamentos de obstetrícia** que poderão estar relacionados com os **períodos de fecho das urgências ginecológica obstétrica e pediátrica**. As **sessões em Hospital de Dia** também **aumentaram**, em quase todas as especialidades, com **exceção do serviço social, com menos 11 sessões e a Psiquiatria com menos 159 sessões**.

O facto de estarmos perante uma população envelhecida centra a ação dos atores sociais e de saúde nas premissas do envelhecimento ativo, digno e transversal a todas as gerações.

Esta dinâmica determina práticas de saúde orientadas para a capacitação dos familiares e utentes em relação à prestação de cuidados, à identificação das necessidades de capacitação dos profissionais de saúde, da reabilitação e preservação da autonomia dos utentes, da promoção da saúde mental e estilos de vida saudável da comunidade e da promoção da literacia em saúde, sem descurar todos os grupos etários, a fim de promover ganhos em saúde ao longo do ciclo de vida, perspetivado como um processo consistente e contínuo afim de obter o melhor estado de saúde possível para as pessoas e população.

Consciencializar e sensibilizar a população para a existência de determinantes sociais e comportamentais que podem ser monitorizados e minimizados é uma medida preventiva em saúde devido a autopercepções erradas do estado de saúde, como o exemplo dado do excesso de peso.

Dos concelhos integrantes da ULS RL, a Marinha Grande apresenta uma **% de pessoas com excesso de peso** inscritas de **14,3% e de obesidade de 24%**, o que no total perfaz **38%** de pessoas inscritas nesta condição**,** apresenta-se em **6.º lugar** da população inscrita em situação de excesso de peso.

No que concerne **à obesidade**, a Marinha Grande apresenta-se em **4.º lugar** com **23,91%** da população inscrita em situação de obesidade.

O **excesso de peso** assume a segunda posição de **diagnóstico da ULS RL**, estando em **primeiro lugar** as **alterações do metabolismo dos lípidos** e em **terceiro a Hipertensão Arterial sem Complicações**. De salientar, em **sexto lugar as perturbações depressivas** e em **9º o distúrbio ansioso/ estado de ansiedade**. As principais prescrições medicamentosas nos cuidados de saúde primários da ULSRL estão relacionadas com prevenção de eventos trombóticos/embólicos; medicação para sistema endócrino, prevenção e tratamento da dor.

A atividade da UCC da Marinha Grande está organizada e orientada para as necessidades identificadas da população em saúde, dá uma resposta transversal a todas as idades e gerações com vista ao alcance do melhor estado de saúde possível da população do concelho.

Segue as práticas e orientações de base da Agenda 2030 e do Plano Nacional de Saúde 2030, e centra a ação em programas locais que visam a capacitação de todos, desde os profissionais de saúde ao cidadão comum.

Assim com vista a obter ganhos e promover a literacia em saúde dá resposta através dos programas implementados à prossecução dos seguintes indicadores de atuação: à redução da mortalidade infantil através do acompanhamento a casais grávidos, na promoção do seu bem-estar e na capacitação para uma parentalidade positiva; no acompanhamento a crianças e jovens no âmbito da prevenção de comportamentos desviantes e pouco saudáveis e no acompanhamento a adultos através de programas que visam a redução de hábitos e estilos de vida pouco saudáveis e que são fatores de risco para o aparecimento de doenças crónicas que determinam a causa de morte , como o álcool, o tabaco, e o excesso de peso e obesidade;

A promoção dos programas de acompanhamento como a Diabetes em Movimento, ou o Programa Viver com DPOC, enquadram-se em programas nacionais e visam a redução da diabetes e das

doenças respiratórias como principal fator de risco ou causa de morte, promovendo o melhor estado de saúde possível do utente e a sua capacitação em lidar com a doença.

Na saúde mental e comportamentos de risco e de perigo a UCC articula e acompanha situações referenciadas pela ANO II e outros parceiros da rede social.

A ANO II é uma IPSS sediada na Marinha Grande, com intervenção direta nos territórios da Marinha Grande e Leiria e atua na dimensão dos comportamentos de risco e minimização de danos promovendo a proteção em saúde. Desenvolve vários projetos e serviços para a população em geral, centrados na sensibilização e autoconsciencialização da problemática, apoio e capacitação das pessoas em situação de sem abrigo e com comportamentos de risco (pessoas com IST).

Desafios e Barreiras

Atualmente apesar de 90% da população ter médico de família, existe lista de espera para consulta e as estruturas encontram-se inadaptadas para a prática médica para além da pouca atratividade do SNS para os profissionais de saúde e da falta de condições para a prática clínica.

A UCC e a ULDM encontram-se sem vagas. Os motivos de acompanhamento pela ECCI advêm necessidades de cuidados de reabilitação, motivos de monitorização e vigilância de tratamentos complexos e ações paliativas e gestão do regime terapêutico enquanto na ULDM a ação centra-se na prestação de serviços de conforto e bem-estar a pessoas em situações de dependência agravada com o objetivo de retardar o agravamento da dependência.

Apesar dos fechos das urgências obstétricas, não se conhecem no território da Marinha Grande nascimentos de nados vivos em contexto de ambulância, realidade cada vez mais frequente no País, continuando a apresentar valores mais baixos que os Nacionais em relação à Taxa de Mortalidade Infantil.

Os nados vivos de mães estrangeiras continuam a aumentar, desde 2022 enquanto os nados vivos de mães portuguesas, a decrescer. O País não se pode tornar apenas uma porta de nascimentos, mas de acolhimento e integração de forma a minimizar a médio prazo os efeitos demográficos da reduzida natalidade.

A saúde mental, apesar de existente em programas de saúde, como o +Contigo de âmbito escolar, ainda é deficiente, com o aumento, embora ligeiro, de situações de suicídio e comportamentos auto lesivos, sobretudo no sexo masculino, as reduções observadas de consultas de Psiquiatria em Hospital de Dia e as dificuldades de referenciação de situação de comportamento aditivos por falta/ ausência de equipa completa no CRI da Marinha Grande.

Neste âmbito a ANO II, IPPS especializada na redução e minimização de comportamentos de risco, articula com o médico da UCC ou diretamente com o CRI de Leiria, contudo esta articulação não é suficiente.

Em relação aos comportamentos de risco e aditivos, existe a necessidade conhecer em números as expectativas e comportamentos dos jovens da comunidade, existindo poucos elementos estatísticos ou dados uniformizados sobre esta temática. A Marinha Grande continua a ser um território com fragilidades nesta área, por exemplo, no que toca à taxa de incidência de notificação de doenças obrigatórias a Marinha Grande posiciona-se em 3º lugar face aos restantes 7 concelhos que integram a ULSRL, estando em primeiro lugar o VIH/SIDA.

A constatação empírica da NOVO II na área da sensibilização junto da comunidade escolar necessita de ver reforçada a sua ação, centrando-se numa ação voluntária por falta de apoio financiado para a área da sensibilização. A experiência no terreno informa que quanto mais precoce o primeiro contacto maior será a evolução da dependência, o que irá acarretar riscos físicos, mentais e sociais podendo levar à desinserção social e ao abandono do projeto de vida. A perceção de risco é elevada, pois mais de metade dos jovens atribui pouca ou nenhuma importância aos consumos de drogas e álcool.

Novos fenómenos de dependência e de risco surgem associados ao mundo digital e às redes sociais, o vicio de jogos eletrónicos tem alta prevalência entre os jovens para além dos jogos a dinheiro como as raspadinhas, ou o casino online, transversal a todas as gerações.

O consumo de álcool abusivo e com consequências físicas e psicológicas com o aumento de internamentos hospitalares e risco acrescido de infeções é também uma realidade empírica para a qual nos devemos direcionar, contudo o fecho da unidade de desabituação de Coimbra em Fevereiro de 2025 por falta de funcionários e com 78 pessoas à espera de internamento segundo avança a RTP notícias, afunda a falta de resposta sentida nesta área pelos profissionais.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Agregados Domésticos Privados/Famílias Clássicas (N.º) e Variação (%) por Local Residência 2011-2021 7
Tabela 2: % de Agregados Domésticos Unipessoais, Unipessoais +65 e com Todos os Membros Reformados por Localização de Residência em 2021 8
Tabela 3: % de Agregados Domésticos Privados com todos os membros empregados e com todos os membros desempregados por local de residência em 2021 8
Tabela 4: Agregados Domésticos Privados (N.º) por Local de Residência e Género (Representante do Agregado Doméstico Privado) em 2021 10
Tabela 5: % de Núcleos Familiares por Local de Residência 2011-2021 12
Tabela 6: Descritivo da Nova Geração de Políticas de Habitação 2025 13
Tabela 7 Elementos (Nº) por agregado familiar do concelho da Marinha Grande em 2022 14
Tabela 8: Características Sociodemográficas dos Agregados Familiares da População Residente no Parque Habitacional do Concelho, 2022 15
Tabela 9: Propriedade das Habitações da População Residente no Parque Habitacional do Concelho, 2022 16
Tabela 10: Condições Indignas Identificadas nas Habitações do Parque Habitacional do Concelho, 2022 17
Tabela 11: Número de Agregados Familiares em Condições Indignas, Parque Habitacional do Concelho da Marinha Grande, 2022 18
Tabela 12: Distribuição Territorial do Parque Habitacional Social do Concelho da Marinha Grande .. 19
Tabela 13: Tipologia das Habitações Sociais do Parque Habitacional do Concelho da Marinha Grande, 2024 20
Tabela 14: População Residente (N.º) e Variação (%) por Local de Residência e Nível de Escolaridade em 2011 e 2021 24
Tabela 15: População Residente (N.º) e Variação (%) no Concelho da Marinha Grande Segundo o Nível de Escolaridade e o Género em 2011 e 2021 26
Tabela 16: População Masculina Residente (N.º) por Região, Freguesia e Concelho, Nível de Instrução e Género em 2011-2021 26
Tabela 17: População Feminina Residente (N.º) por Região, Freguesia e Concelho de Residência em 2011 e 2021 por Nível de Instrução e Género (M) 27
Tabela 18: Taxa de Analfabetismo (%) e Variação (%) por Localização e Género em 2011 e 2021 29
Tabela 19: Taxa Bruta de Pré-Escolarização e Escolarização do Ensino Básico e Secundário em Portugal e no Concelho da Marinha Grande, Anos Letivos 2013/2014 a 2022/2023 31
Tabela 20: Taxa Bruta de Pré-Escolarização e Escolarização do Ensino Básico e Secundário em Portugal e no Concelho da Marinha Grande, por Género, Anos Letivos 2013/2014 a 2022/2023 31
Tabela 21: Taxa Bruta (%) de Escolarização do Ensino Superior por Região e Concelho nos Anos Letivos 2013/2014; 2022/2024 e 2023/2024 32
Tabela 22: Taxa de Retenção, Desistência e Não Conclusão por Nível de Ensino 2013-2023 33
Tabela 23: Taxa de Retenção, Desistência e Não Conclusão por Género 2013/2014 a 2022/2023 34
Tabela 24: Taxa (%) de Transição e Conclusão do Ensino Básico por Região, Distrito, Concelho nos Anos Letivos 2013/2014 e 2022/2023 34

Tabela 25: Taxa (%) de Transição e Conclusão do Ensino Básico e Variação (%) por Localização nos Anos Letivos 2013/2014 e 2022/2023 35
Tabela 26: Oferta de Educação e Formação do Sistema de Ensino Português: Ensino Básico e Secundário (2022/2023) 36
Tabela 27: Descritivo dos Agrupamentos Escolares Existentes no Concelho da Marinha Grande 42
Tabela 28: Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar da Rede Pública; Privada Lucrativa e Particular Solidária Existentes por Freguesia, no Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande 43
Tabela 29: Número de Crianças Matriculadas no Ensino Pré-Escolar dos Estabelecimentos de Ensino da Marinha Grande, Ano Letivo 2024/2025 44
Tabela 30: Evolução do Número de Crianças por Estabelecimentos de Ensino e Unidade Orgânica – Rede Pública, Anos Letivos 2019/2020 – 2024/2025 45
Tabela 31: Evolução do Número de Crianças por Estabelecimentos de Ensino e Unidade Orgânica – Rede Pública; Ano Letivo 2019/2020 – 2024/2025 46
Tabela 32: Evolução do Número de Crianças por Estabelecimentos de Ensino e Unidade Orgânica – Rede Pública; Ano Letivo 2019/2020 – 2024/2025 46
Tabela 33: Número de Crianças Inscritas no Ensino Pré-Escolar Particular e Privado, Anos Letivos 2019/2020; 2022/2023 e 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande 47
Tabela 34: Número de Crianças Matriculadas no Pré-Escolar: Rede Pública, Particular Solidária e Privada, Anos Letivos de 2020/2021 a 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande 47
Tabela 35: Organização do Nível de Ensino Básico do Sistema de Ensino Educativo Português 2025 48
Tabela 37: Número de Crianças Matriculadas no 1.º CEB: Rede Pública, Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande 49
Tabela 38: Variação (%) do Número de Crianças Matriculadas no 1.º CEB do Agrupamento Nascente, Rede Pública, Ano Letivo 2024/2025, no Concelho da Marinha Grande 49
Tabela 39: Variação (%) do Número de Crianças Matriculadas no 1.º CEB do Agrupamento Poente, Rede Pública, Ano Letivo 2024/2025, no Concelho da Marinha Grande 50
Tabela 40: Variação (%) do Número de Crianças Matriculadas no 1.º CEB do Agrupamento de Vieira de Leiria, Rede Pública, Ano Letivo 2024/2025, no Concelho da Marinha Grande 50
Tabela 41: Número de Crianças Matriculadas no 2.º CEB: Rede Pública, Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande 51
Tabela 42: Variação (%) do Número de Crianças Matriculadas no 2.º CEB do Agrupamento de Vieira de Leiria, Rede Pública, Ano Letivo 2024/2025, no Concelho da Marinha Grande 51
Tabela 43: Número de Crianças Matriculadas no 3.º CEB: Rede Pública, Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande 52
Tabela 44: Variação (%) do Número de Crianças Matriculadas no 3.º CEB do Agrupamento de Vieira de Leiria, Rede Pública, Ano Letivo 2024/2025, no Concelho da Marinha Grande 52
Tabela 45: Número de Crianças Matriculadas do 1.º ao 3.º CEB: Rede Privada Lucrativa, Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande 53
Tabela 46: Variação (%) do Número de Crianças Matriculadas no 1.º, 2.º e 3.º CEB do Ensino Público, Privado e Particular Solidário, 2020-2025, no Concelho da Marinha Grande 53
Tabela 47: Número de Jovens Matriculados no Ensino Secundário: Rede Pública e Privada, Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande 55

Tabela 48: Variação (%) do Número de Jovens Matriculados no Ensino Secundário da Rede Pública, 2020-2025, no Concelho da Marinha Grande 56
Tabela 49: Evolução e Variação (%) de Jovens Inscritos no Ensino Secundário Tutelado pelo Ministério da Educação em 2024/2025 56
Tabela 50: Descritivo dos Percursos Formativos Disponíveis no Ano Letivo 2024/2025 nos Agrupamentos Escolares da Rede Pública no Concelho da Marinha Grande 57
Tabela 51: Nº. de Alunos Matriculados no Ensino Profissional Escolar por Oferta Formativa e Nível de Qualificação da EPAMG, Ano Letivo 2024/2025 57
Tabela 52: Descritivo dos Percursos Formativos Disponíveis no ISDOM, Ano Letivo 2024/2025 58
Tabela 53: Número de Crianças e Jovens Inscritas por Níveis, nos Estabelecimentos de Ensino da Marinha Grande e Tutelada pelo Ministério da Educação, 2024/2025 59
Tabela 54: Descritivo dos Apoios Sociais e Complementos Educativos dos Agrupamentos Escolares da Rede de Ensino Pública no Concelho da Marinha Grande no Ano Letivo 2024/2025 60
Tabela 55: Número de Alunos dos Agrupamentos Escolares da Rede Pública Beneficiários do Transporte Escolar no Ano Letivo 2024/2025 63
Tabela 56: Descritivo do Auxílio Económico por Nível de Ensino, Escalão e Valor do Apoio Praticado no Concelho da Marinha Grande no Ano Letivo 2024/2025 64
Tabela 57: Número de Crianças Beneficiárias da Escola a Tempo Inteiro: Medidas de Apoio às Famílias, Ano Letivo 2024/2025 65
Tabela 58: Titulares (N.º) Beneficiários de Bolsas de Estudo, por Localização no Concelho da Marinha Grande em 2023 e 2024 66
Tabela 59: Titulares (N.º) Beneficiários de Bolsas de Estudo, por Género no Concelho da Marinha Grande em 2023 e 2024 66
Tabela 60: Titulares (N.º) Beneficiários de Bolsas de Estudo, por Escalão Etário no Concelho da Marinha Grande em 2023 e 2024 66
Tabela 61: Descritivo dos Programas e Projetos de Apoio à Educação e Formação, Componente Ambiente, Implementados na Rede de Ensino Pública do Concelho da Marinha Grande 68
Tabela 62: Descritivo dos Programas e Projetos de Apoio à Educação e Formação, Componente Saúde Mental e Bem-Estar, Implementados na Rede de Ensino Pública do Concelho da Marinha Grande 69
Tabela 63: Descritivo dos Programas e Projetos de Apoio à Educação e Formação, Componente Desportiva, Implementados na Rede de Ensino Pública do Concelho da Marinha Grande 70
Tabela 64: Descritivo dos Programas e Projetos de Apoio à Educação e Formação, Componente Alimentação Saudável, Implementados na Rede de Ensino Pública do Concelho da Marinha Grande 71
Tabela 65: Descritivo dos Programas e Projetos de Apoio à Educação e Formação, Componente Cultural e Artística, Implementados na Rede de Ensino Pública do Concelho da Marinha Grande 72
Tabela 66: Descritivo dos Programas e Projetos de Apoio à Educação e Formação, Componente Participação Social, Implementados na Rede de Ensino Pública do Concelho da Marinha Grande 73
Tabela 67: Taxa de Emprego (%) e Variação (%) por Local de Residência 2011 – 2021 79
Tabela 68: Taxa de Atividade (%) por Local de Residência 2011 - 2021 80
Tabela 69: Taxas de Emprego por Género (%) 81

Tabela 70: População Residente Estudante ou Empregada no Concelho da Marinha Grande – 2011 - 2021 83
Tabela 71: População Empregada (N.º) por Freguesia e por Género – 2011 e 2021 83
Tabela 72: Número de Beneficiários com Prestações de Desemprego em 2023 e 2024, Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Freguesia 87
Tabela 73: Número de Beneficiários de Prestações de Desemprego em 2023 e 2024, por Género, Residentes no Concelho da Marinha Grande 87
Tabela 74: Número de Beneficiários com Prestações de Desemprego em 2023 e 2024, por Grupo Etário, Residentes no Concelho da Marinha Grande 88
Tabela 75: População Desempregada (Nº) e Variação Relativa (%) e Colocações no Mercado de Trabalho (Nº) e Variação Absoluta (Nº), por Género, Inscrita no IEFP da Marinha Grande em julho de 2011; 2021; 2024 e 2025 93
Tabela 76: População Desempregada, por Grupo Etário, Inscrita no IEFP da Marinha Grande em 2011; 2021; 2024 e 2025 94
Tabela 77: Tempo de Inscrição da População em Situação de Desemprego Inscrita no IEFP da Marinha Grande em 2011; 2021; 2024 e 2025 94
Tabela 78: Situação Face ao Emprego da População Desempregada Inscrita no IEFP da Marinha Grande em 2011; 2021; 2024 e 2025 95
Tabela 79: População Desempregada por Nível de Escolaridade, inscrita no IEFP da Marinha Grande em 2011; 2021; 2024 e 2025 95
Tabela 80: Oferta Formativa do IEFP da Marinha Grande em 2024 97
Tabela 81: Descritivo das atividades desenvolvidas pelo GIP da Marinha Grande em 2024 99
Tabela 82: Número de Atendimentos Realizados pelo GIP da Marinha Grande em 2024 99
Tabela 83: Género das Pessoas Atendidas pelo GIP da Marinha Grande em 2024 99
Tabela 84: Descritivo do Contrato Local de Desenvolvimento Social 5G Marinha Social, Eixo 1 "Emprego, Formação e Qualificação" 101
Tabela 85: Descritivo dos Centro Qualifica 2024/2025 104
Tabela 86: N.º de Formandos Inscritos no Centro Qualifica MG Poente, por Local de Residência, entre janeiro de 2024 e maio de 2025 105
Tabela 87: Descritivo dos Serviços de Formação Modular Adaptada às Empresas Prestado pelo Cencal – Pólo da Marinha Grande em 2024/2025 110
Tabela 88: Descritivo da Formação Modular Realizada em 2024 pelo Cencal da Marinha Grande 110
Tabela 89: Descritivo dos Percursos Formativos Modulares promovidos pelo Cencal-Pólo da Marinha Grande em 2024 111
Tabela 90: N.º de Formandos Inscritos por Oferta Formativa, CENFIM - Núcleo da Marinha GArande 2024/2025 112
Tabela 91: Descritivo dos Projetos Educativos do Núcleo CENFIM da Marinha Grande, 2024/2025 113
Tabela 92: Descritivos das Atividades de Responsabilidade Social do Núcleo do CENFIM da Marinha Grande, 2024/2025 113
Tabela 93:População Inscrita (% e Nº) na ULSRL, Com e Sem Médico de Família, ULS RL 2024 121
Tabela 94: Unidades Funcionais dos Cuidados de Saúde Primários do Concelho da Marinha Grande, 2025 123

Tabela 95: N.º de Utentes Inscritos por Unidade Funcional (CSP) do Concelho da Marinha Grande, 2024 e 2025 125
Tabela 96: Índices Sociodemográficos da População Inscrita nas USF/USCP em 2024 e 2025 do Concelho da Marinha Grande 125
Tabela 97: População Residente (N.º) Com Pelo Menos Uma Dificuldade por Freguesias no Concelho da Marinha Grande em 2021 133
Tabela 98: População Residente (N.º) e (%) no Concelho da Marinha Grande Com Pelo Menos Uma Dificuldade, por Grupos Etários em 2021 133
Tabela 99: Número Absoluto de Nascimentos de Nados Vivos por Naturalidade Materna na ULSRL entre 2022 e 2024 135
Tabela 100: Taxa Bruta de Natalidade (%) por Local de Residência da População 2011 e 2021-2024 136
Tabela 101: Índice Sintético de Fecundidade por Localidade e Região entre 2021 e 2024 137
Tabela 102: Taxa de Fecundidade Geral (%) por Local de Residência da ULSRL 2011-2023 137
Tabela 103: Número e Proporção (%) de Mulheres em Idade Fértil Inscritas nos CSP por Unidade Funcional no Concelho da Marinha Grande em 2025 138
Tabela 104: Proporção (%) de Nascimentos Pré-Termo e Nados Vivos com Baixo Peso à Nascença da ULSRL em 2023 139
Tabela 105: Esperança Média de Vida à Nascença e Esperança de Vida aos 65 anos, em Portugal e Centro no Triénio 2021-2023 140
Tabela 106: Taxa Bruta de Mortalidade (%) por Local de Residência 2011-2024 142
Tabela 107: Taxa de Mortalidade Infantil (%) Quinquenal 2017-2021 e Trianual 2021-2023 dos Concelhos que Integram a ULSRL 143
Tabela 108: Taxas de Mortalidade Neonatal; Neonatal Precoce; Pós Neonatal e Perinatal por Local de Residência dos Concelhos Integrados na ULSRL, em 2023 144
Tabela 109: Óbitos % por Causas de Morte no Continente e Concelho da Marinha Grande 2011-2021 145
Tabela 110: Óbitos (N.º) por Causas de Morte e Variação (%) por Localidade em 2022 e 2023 146
Tabela 111: Óbitos (%) por Causas de Morte e Variação Relativa (%), por Género Masculino e Localização em 2022 e 2023 147
Tabela 112: Óbitos (N.º) por Causas de Morte e Variação (%), por Género Feminino e Localização em 2022 e 2023 149
Tabela 113: Pessoal ao Serviço (N.º) nos Hospitais e Variação (%) por Localização Geográfica (Nuts-2024) e Tipo de Pessoal ao Serviço, 2022 e 2023 150
Tabela 114: Recursos Humanos de Saúde por Localização em 2023 150
Tabela 115: Número de Profissionais Afetos às Unidades Funcionais do CSP do Concelho da Marinha Grande em 2025 151
Tabela 116: Consultas Médicas na Unidade de Consulta Externa (N.º) dos Hospitais por Localização Geográfica em 2022 e 2023 151
Tabela 117: Número de Camas para Fins de Internamento por Serviço de Especialidade da ULS RL em 2024 153
Tabela 118: Atividade Assistencial (N.º) e Variação (%) dos Internamentos da ULS RL em 2023 e 2024 154
Tabela 119: Especialidades Com Maior Volume de Internamentos em 2023 e 2024 na ULS RL 155

Tabela 120: Principais Diagnósticos (N.º) Codificados ao Nível do Internamento, Por Género, na ULSRL em 2024 155
Tabela 121: Tipologia de Consultas Externas Médicas e Não Médicas da ULS RL em 2024 157
Tabela 122: Consultas Externas (N.º) e Variação (%) Realizadas na ULS RL em 2023 e 2024 157
Tabela 123: Especialidades do Serviço de Hospital de Dia da ULS RL em 2024 158
Tabela 124: Sessões Realizadas em Hospital de Dia Por Especialidade em 2023 e 2024 na ULSRL ..158
Tabela 125: 10 Principais Diagnósticos (N.º) Codificados ao Nível dos Cuidados de Saúde Primária, da ULSRL em 2024 159
Tabela 126: Número de Prescrições dos 10 Fármacos Mais Prescritos nos CSP da ULSRL em 2024 160
Tabela 127: Programas Nacionais e Programas Nacionais Prioritários - 2030 162
Tabela 128: Programas de Rastreio de Base Populacional, Indicadores de Execução 2024 – ULSRL. 163
Tabela 129: Descritivo das Consultas do Programa de Saúde “Vamos Nascer” 164
Tabela 130: Ações Desenvolvidas de Promoção da Saúde Infantil dos Cuidados de Saúde Primários da Marinha Grande 2024/2025 164
Tabela 131: Descrição do Projeto de Inovação e Empreendedorismo Social na Luta contra a Obesidade Infantil “DAR´te e MOVE´te” 165
Tabela 132: Eixos e Ações do Programa de Saúde Escolar +Contigo, 2024 166
Tabela 133: Descritivo de Ações Desenvolvidas na Saúde Mental pela UCCMG em 2024 167
Tabela 134: Descritivo das Ações Desenvolvidas na Saúde do Idoso pela UCC MG em 2024 168
Tabela 135: N.º Absoluto de Vagas na RNCCI de Acordo Com a Tipologia, ULSRL 2024 171
Tabela 136: Doenças de Notificação Obrigatória dos Utentes da ULS RL em 2024 174
Tabela 137: Incidência de Doenças de Notificação Obrigatória no Concelho da Marinha Grande em 2024 175
Tabela 138: Descrição do Projeto S.A.R.A. da ANO II, 2024 179
Tabela 139: Serviços de Acompanhamento, Rastreio e Diagnóstico do Projeto S.A.R.A. 2023 e 2024 179
Tabela 140:Utentes integrados no projeto S.A.R.A. 180
Tabela 141: Problemáticas (%) e Tipologia (%) das Pessoas Acompanhadas no Projeto S.A.R.A. pela ANO II por Localização em 2023 e 2024 181
Tabela 142: Descrição do Projeto Porta Azul- Centro Sócio Sanitário, ANO II 182
Tabela 143: Serviços Prestados (N.º) e Variação (%) aos Utentes do Centro Sócio Sanitário Porta Azul Pela ANO II em 2023 e 2024 182
Tabela 144: Problemáticas (N.º) e Variação Absoluta dos Utentes Integrados no Projeto Sócio Sanitário Porta Azul em 2023 e 2024 184
Tabela 145: Condição Perante os Rendimentos dos Utentes Integrados no Projeto Sócio Sanitário Porta Azul em 2023 e 2024 185
Tabela 146: Descrição do Projeto SANTANA - Equipas de Rua, ANO II 186
Tabela 147: Serviços Prestados (N.º) e Variação (Nº) aos Utentes do Projeto SANTANA em 2023 e 2024 186

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Proporção (%) de Agregados Domésticos Privados por Lugar e Escalão de Dimensão em 2023 9
Figura 2: Estado Civil (%) das Pessoas Residentes nos Agregados Domésticos Privados por Local de Residência no Concelho e Freguesias da Marinha Grande em 2021 11
Figura 3: Proporção (%) de Indivíduos com Dificuldades nos Agregados Domésticos Privados por Escalão Etário e Local de Residência nas Freguesias e Concelho da Marinha Grande em 2021 11
Figura 4: Tipologias dos Agregados Familiares da População Residente no Parque Habitacional do Concelho, 2022 15
Figura 5: Proporção da Propriedade Habitações Arrendadas, 2022 17
Figura 6: Proporção (%) das Condições de Habitação do Parque Habitacional do Concelho da Marinha Grande em 2022 18
Figura 7: % População Residente no Concelho da Marinha Grande, por Nível de Escolaridade e Género, em 2011 e 2021 28
Figura 8: % de Crianças Matriculadas no Pré-Escolar por Freguesia no Concelho da Marinha Grande, Ano Letivo 2024/2025 45
Figura 9: % de Crianças Matriculadas no Pré-Escolar: Rede Pública, Particular Solidária e Privada, Anos Letivos de 2020/2021 a 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande 48
Figura 10: Proporção de Alunos Inscritos na Rede Pública, Particular e Privada Tutelada Pelo Ministério da Educação Por Níveis de Ensino do Concelho da Marinha Grande em 2024/2025 59
Figura 11: Taxa de Emprego por Grupos Etários no Concelho da Marinha Grande em 2011 e 2021 81
Figura 12: Variação (%) da Taxa de Emprego por Grupos Etários no Concelho da Marinha Grande em 2011-2021 82
Figura 13: Ganho Médio Mensal (€) por Setor de Atividade Económica e por Género no Concelho da Marinha Grande (Trabalhadores por Conta de Outrem) – 2023 84
Figura 14: Variação da População Beneficiária de Subsídio de Desemprego por Grupo Etário entre 2023-2024, da População Residente no Concelho da Marinha Grande 89
Figura 15: Motivo (%) de Inscrição no IEFP da Marinha Grande em julho de 2021; 2024 e 2025 96
Figura 16: Nível de Escolaridade das Pessoas Acompanhadas pelo GIP da Marinha Grande em 2024 100
Figura 17: Grupos Etários das Pessoas Acompanhadas pelo GIP da Marinha Grande em 2024 100
Figura 18: Medidas de Apoio ao Emprego e Formação Profissional Aplicadas pelo GIP Marinha Grande em 2024 101
Figura 19: Formandos Inscritos no Centro Qualifica MG Poente, por Género, entre janeiro de 2024 e maio de 2025 106
Figura 20: Formandos Inscritos no Centro Qualifica MG Poente, por Escalão Etário, entre janeiro de 2024 e maio de 2025.....106
Figura 21: Níveis de Qualificação dos Formandos Inscritos no Centro Qualifica MG Poente entre janeiro de 2024 e maio de 2025 108
Figura 22: Mapa das Unidades Funcionais do Centro de Saúde da Marinha Grande 122
Figura 23: Pirâmide Etária da População Abrangida pela UCC da Marinha Grande em 2025 127
Figura 24: População (%) Abrangida pela UCC da Marinha Grande por Tipologia Etária em 2025 128
Figura 25: Fatores de Risco Comportamentais Para a Saúde – Portugal 2030 129

Figura 26: % de Utentes dos Cuidados de Saúde Primários da ULSRL com Diagnóstico de “Excesso de Peso” e “Obesidade” 131
Figura 27: % de Nados Vivos por Naturalidade Materna no Concelho da Marinha Grande e ULSRL entre 2022 e 2024 135
Figura 28: Esperança Média de Vida (%) à Nascença e Anos de Vida Saudável (%) à Nascença em Portugal 141
Figura 29: Esperança Média de Vida (%) à Nascença e Anos de Vida Saudável (%) à Nascença em Portugal 141
Figura 30: Consultas Médicas na Unidade de Consulta Externa (%) dos Hospitais na Região de Leiria em 2022 e 2023 152
Figura 31: % de Camas Para Fins de Internamento Por Áreas Especializadas de Saúde da ULS RLem 2024 154
Figura 32: Principais Diagnósticos (%) ao Nível do Internamento, Por Género, na ULSRL em 2024 ... 156
Figura 33: Principais Diagnósticos (%) dos Cuidados de Saúde Primários da ULSRL em 2024 160
Figura 34: % de Prescrições dos 10 Fármacos Mais Prescritos nos CSP da ULSRL em 2024 161
Figura 35: Rede Nacional de Cuidados Continuados 170
Figura 36: Motivo de Referenciação (%) Para a ECCI da Marinha Grande em 2024 172
Figura 37: % de Incidência de Doenças de Notificação Obrigatório por Localização, da ULSRL em 2024 175
Figura 38: % de Incidência de Doenças de Notificação Obrigatória no Concelho da Marinha Grande, 2024 176
Figura 39: Género dos Utentes que Frequentam o Centro Sócio Sanitário Porta Azul 183
Figura 40: Problemáticas (%) dos Utentes Integrados no Projeto Sócio Sanitário Porta Azul em 2023 e 2024 184
Figura 41: Condição Perante os Rendimentos (%) dos Utentes Integrados no Projeto Sócio Sanitário Porta Azul no Território da Marinha Grande em 2023 e 2024 185
Figura 42: Grupos Etários dos Utentes Acompanhados no Projeto SANTANA em 2024 187

Diagnóstico Social da Marinha Grande

2026-2031

CAPÍTULO III

Vulnerabilidades e Grupos Vulneráveis

PRR Plano de Recuperação e Resiliência
REPÚBLICA PORTUGUESA
Financiado pela União Europeia NextGenerationEU
Marinha Grande Município

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 5

Pobreza e Exclusão Social: Vulnerabilidades e Grupos Vulneráveis 5

9. Famílias e Proteção Social 8

9.1. Ação e Proteção Social 8

9.1.1. Parentalidade e Encargos Familiares **8**

9.2 Respostas e serviços locais de apoio aos Agregados Familiares e Indivíduos 24

9.2.1 Privação Material e Social **24**

9.3. Programas e Medidas de apoio às famílias e grupos vulneráveis 31

9.4 Respostas e serviços de apoio aos Agregados Familiares e Indivíduos - Privação Alimentar 32

10. Comportamentos de Risco e Segurança 34

10.1 Indicadores Violência Doméstica 34

10.2 Programas, Projetos e Medidas Locais de Combate à Violência Doméstica e aos Maus-Tratos 38

10.2.1 Respostas e Serviços de Combate à Violência Doméstica **38**

10.2.2 Indicadores Estatísticos das Autoridades Policiais no Combate à Violência Doméstica: PSP e GNR -2023 e 2024 ..... **44**

10.2.3 Mulher do Séc. XXI: Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres **53**

10.3 Programas e Medidas de Proximidade e Segurança – Comportamentos de Risco - Públicos Vulneráreis (Crianças e Jovens e Pessoas Idosas e ou com deficiência e incapacidade) 59

10.3.1. Dados Policiamento Comunitário **63**

10.3.2. Programas de Localização Geográfica_ PSP **67**

11. Infância e Juventude 68

11.1 Medidas e Programas de Apoio à Infância e Juventude 68

11.1.1 Garantia de Apoio para a Infância **68**

11.1.2 Medida Creche Feliz: Rede de Creches Gratuitas **69**

11.1.3 Medida de Apoio à Natalidade e à Família **70**

11.2 Respostas e serviços sócio educativos para a 1ª Infância: Rede Solidária e Privada tutelada pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social 71

11.3 Atividades Municipais de apoio e incentivo à Participação e Ocupação de Tempos Livres das Crianças e Jovens 75

11.4 Respostas e Serviços de proteção a Crianças e Jovens Especialmente Vulneráveis 76

11.4.1 Crianças e Jovens em situação de Risco e/ou Perigo **76**

11.4.2 CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens 78

11.4.3 NACJR – Núcleo de Apoio e Jovens em Risco 86

11.4.4 Associação Crescer e Crer: CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental 89

11.4.5 Centro de Acolhimento Temporário "O Girassol" 94

12. Pessoas Com Deficiência e Incapacidade e/ou Perturbações do Desenvolvimento 95

12.2 Respostas e Serviços dirigidos a PDCI 108

13. Envelhecimento e Pessoas Idosas 117

13.1 Respostas e Serviços do concelho da Marinha Grande dirigidos a Pessoas Idosas 117

13.1.1 Respostas Tipificadas 117

13.1.2 Caracterização da população que frequenta as Respostas Sociais Tipificadas: Rede Particular Solidária 122

13.2 Respostas Não Tipificadas 125

13.3 Programas e Medidas dirigidos a Pessoas Idosas 132

14. Minorias: Pessoas Imigrantes 136

14.1 Enquadramento 136

14.2 Dados Sociodemográficos da População Imigrante.....139

14.3 Programas e Medidas Municipais dirigidos à população imigrante 147

14.3.1 Medidas de Apoio à Integração e Acolhimento.....147

14.3.2 Apoio à Formação e Empregabilidade 150

14.3.3 Dimensão Educativa: Rede Pública de Ensino Regular e Profissional: Escolaridade Obrigatória.....151

14.3.4. Projetos de Acolhimento e Integração Locais: Dimensão Educativa e Artística....157

15. Comunidade Cigana 167

15.1. Caracterização Sócio Demográfica 167

Agregados Familiares 169

Proteção Social 170

16. Pessoas em Situação de Sem Abrigo 171

16.1 O Conceito da Pessoa em Situação de Sem-Abrigo 171

16.2 Medidas e Programas Nacionais de Apoio às Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 173

16.3. Caracterização e perfil da Pessoa em Situação de Sem-Abrigo: 174

16.4. O Perfil local da Pessoa em Situação de Sem-Abrigo 182

16.5. Respostas e serviços dirigidos às Pessoas em Situação de Sem Abrigo no Concelho da Marinha Grande.....184

INTRODUÇÃO

Pobreza e Exclusão Social: Vulnerabilidades e Grupos Vulneráveis

Na campanha da Rede Europeia Anti Pobreza (EAPN, 2025) "Pobreza de A a Z", Maria José Vicente afirma "a pobreza nunca vem sozinha, perder o emprego, ficar sem casa estável, a saúde piorar, e os filhos terem de sair cedo da escola...uma coisa puxa a outra. A pobreza é feita de muitas camadas que se sobrepõem e nos tornam ainda mais vulneráveis"

Segundo a EAPN, a pobreza de carácter multidimensional é definida como aquela em que "as pessoas são deixadas de fora da vida em sociedade, sem acesso a recursos e oportunidades ou a participar nas decisões que lhes dizem respeito. Este processo afeta o acesso a bens essenciais como habitação, saúde, educação, emprego, cultura, lazer e redes familiares e comunitárias, reforçando a vulnerabilidade e isolamento social."

Neste contexto, vulnerabilidade social respeita a uma exposição a situações de risco e perigo resultantes de condições de desigualdade social que podem estar associadas a fenómenos de pobreza, a idade, sexo ou a classe social.

Assim, as componentes que constituem a vulnerabilidade social variam de acordo com as características da comunidade ao nível de desenvolvimento económico, o acesso a recursos, os modos de vida e os meios de subsistência das pessoas e dos grupos afetados.

As populações vulneráveis são aquelas que estão expostas a situações risco.

A análise das vulnerabilidades sociais e dos riscos é segundo o autor casuística e cada contexto possui mecanismos próprios de exclusão e marginalização e acrescenta que independentemente da escala de análise utilizada (nacional, regional ou local) as pesquisas na área das vulnerabilidades devem ser efetuadas de "baixo para cima" envolvendo os cidadãos e promovendo a sua participação na elaboração de políticas públicas capazes de mitigar os fenómenos de desigualdade e pobreza social promovendo o crescimento inclusivo e equilibrado dos territórios.

No âmbito das desigualdades, os últimos dados publicados pela EAPN no relatório "Pobreza e Exclusão Social em Portugal" relatório 2025, revela que o risco de pobreza ou exclusão social em Portugal é de 19,7%. Este valor reduziu face a 2015, contudo aproximadamente **2,1 milhões de pessoas permanecem em situação de vulnerabilidade**, evidenciando a persistência de desigualdades estruturais, com agravamento para os **idosos e crianças**.

A pobreza monetária situa-se nos 16,6% e agravar-se-ia para os 21,4% se não fossem considerados os rendimentos das prestações sociais associadas ao emprego, família, saúde, combate à pobreza e exclusão social.

O limiar de pobreza é de 7.588€ anuais (632€ mensais) e a taxa de intensidade da pobreza de 25,7% mostrando um território de carências severas existindo, neste sentido, indivíduos/famílias, que pelo seu contexto pessoal, familiar e social, se encontram em situações de maior vulnerabilidade.

Grupos Sociais Vulneráveis no âmbito do indicador de Pobreza e Exclusão Social 2024 (PES)

Em relação ao perfil dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade, o estudo da EAPN revela que se encontram em risco de pobreza e exclusão social as **pessoas desempregadas** (59,8%), as **famílias monoparentais** (37,5%), **pessoas idosas que vivem sós** (35,9%), **indivíduos com grau severo de incapacidade** (35,4%), **arrendatários com rendas a preço reduzido ou gratuitas** (31%) e **população estrangeira extracomunitária** (30,9%).

A **população em risco** apresenta **vulnerabilidades estruturais** que **conjugam desigualdade de género, idade, composição familiar e a condição perante o trabalho.**

Outros fatores em que sobressaem as **vulnerabilidades da população**, são segundo o relatório, os **agregados unipessoais (sobretudo de mulheres idosas), os casais idosos sem filhos, as famílias monoparentais e as famílias nucleares com um ou dois filhos**.

A definição dos grupos vulneráveis e especialmente vulneráveis para a elaboração do capítulo III tem por base a Resolução de Conselho de Ministros nº3/2023, de 17 de Janeiro de 2023 que aprova o Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030 e o relatório “Pobreza e Exclusão Social em Portugal” relatório 2024 da Rede Europeia Anti Pobreza (EAPN).

Diagnóstico Social da Marinha Grande

2026-2031

CAPÍTULO III

DIMENSÕES ESPECÍFICAS DE ANÁLISE

Vulnerabilidades e Grupos Vulneráveis

PRR Plano de Recuperação e Resiliência
REPÚBLICA PORTUGUESA
Financiado pela União Europeia NextGenerationEU
Marinha Grande Município

9. Famílias e Proteção Social

A Lei de Bases nº4/2007 estabelece as bases gerais do sistema de segurança social em Portugal, garantindo direitos e promovendo a proteção social a todos os cidadãos e tem como principal objetivo o acesso de todos os cidadãos a um sistema de proteção social baseado em princípios fundamentais como a equidade, universalidade, a igualdade, a solidariedade, a inserção e a integração social.

9.1. Ação e Proteção Social

9.1.1. Parentalidade e Encargos Familiares

a) Famílias e Comunidade

Abono de Família

Em 2024 foram atribuídas mensalmente no concelho da Marinha Grande 4895 prestações de abono de família, das quais 4111 atribuídas a crianças residentes na freguesia, 651 a residentes na freguesia de Vieira de Leiria e 133 a residentes na freguesia da Moita.

Em relação a 2023, observa-se um crescimento no número de beneficiários de abono de família, com uma variação positiva de +3,8% no concelho. De salientar o crescimento da atribuição desta prestação na freguesia da Vieira de Leiria de +5,2% e uma redução na freguesia da Moita de - 3,8%.

Tabela 1: N.º de Titulares de Abono de Família para Crianças e Jovens, Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Sexo, em 2023 e 2024

	Número de Titulares		
	2023	2024	Variação %)
Feminino	2292	2383	+4
Masculino	2408	2491	+3,4
Total	4700	4874	+3,7

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/PFA), 01/04/25

Em ambos os sexos, aumentou o número de prestações atribuídas. Os números absolutos apontam para uma atribuição da prestação predominante ao sexo masculino, contudo em termos de crescimento em relação ao ano de 2023, regista-se um crescimento ligeiro dos titulares do sexo feminino em 2024.

Tabela 2: N.º de Titulares de Abono de Família para Crianças e Jovens, Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Grupo Etário, em 2023 e 2024

Grupo Etário	Número de Titulares		Proporção %	Variação %
	2023	2024		
15 a 29 anos	1294	1285	23,4	-0,7
5 a 14 anos	2566	2663	48,5	+3,8
Até 4 anos	1485	1538	28	+3,6
Total	5345	5486	100%	+2,6

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/PFA), 01/04/25

Em 2024 aumentou o número de titulares do abono de família entre os 0 e os 14 anos e reduziu na faixa etária dos 15 aos 19 anos de idade.

Tabela 3: N.º de Titulares de Abono de Família para Crianças e Jovens, Residentes no concelho da Marinha Grande, por Escalão de Rendimento, em 2023 e 2024

Escalão de Rendimento	Número de Titulares		Variação %
	2023	2024	
1º Escalão	1171	1273	+8,7
2º Escalão	1626	1611	-0,9
3º Escalão	1824	1903	+4,3
4º Escalão	533	527	-1,1
Total	5154	5314	+3,1

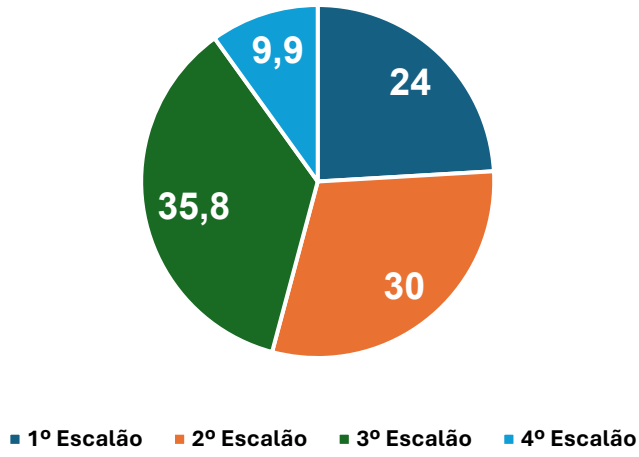
Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/PFA), 01/04/25

A atribuição da prestação é determinada de acordo com o escalão de rendimentos do agregado familiar. O valor atribuído mínimo é de 42,91 e o máximo de 183,03. Os valores variam de acordo com o posicionamento do escalão e a idade da criança.

A variação apresentada remete para um incremento de titulares do abono em 2024 no 1º e 3º escalão, com maior incidência do 1º com + 102 absolutos e o 3º com + 79 absolutos.

Ao primeiro escalão corresponde a atribuição máxima da prestação e o seu crescimento face ao ano homologo é de +8,7%. Este crescimento remete para um possível crescimento de famílias com crianças, nomeadamente crianças em situação de privação.

Figura 1: Proporção de Titulares de Abono de Família por Escalão Etário no Concelho da Marinha Grande em 2024



Fonte: Por Radar Social, a partir de dados solicitados: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/PFA), 01/04/25

A distribuição percentual dos titulares por escalão apresenta a predominância do escalão 2 e 3, com um peso total de 65,8% dos titulares beneficiários do abono de família.

Abono de Família Pré-Natal

Tabela 4: N.º de Titulares de Abono de Família Pré-Natal, em 2023 e 2024, Residentes no Concelho da Marinha Grande

Concelho de Residência	Número de Titulares 2023	2024	Variação %
Marinha Grande	380	333	-12,4

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/PFA), 01/04/25

O Abono de Família Pré-Natal é um apoio pago em dinheiro, por mês, às mulheres grávidas a partir da 13.ª semana de gravidez, para compensar as despesas adicionais durante a gravidez (ex.: deslocações para consultas) e incentivar a maternidade[1].

Em 2024 assiste-se a uma redução do crescimento da atribuição do apoio na ordem do 12,4% e que acompanha a redução de nados vivos em relação ao ano de 2023.

[1] Guia Prático Abono de Família Pré-Natal, Instituto da Segurança Social, I.P.

b) Crianças e Jovens Vulneráveis

Bonificação por Deficiência

Trata-se de um complemento financeiro ao abono de família, pago em dinheiro, a crianças e jovens com deficiência e/ou incapacidade, até aos 10 anos, ou seja, que têm uma condição de saúde, de nascença ou adquirida, que afeta a mente ou o corpo, e precisam de ajuda especial, como apoio pedagógico ou terapia.[2] Destina-se a crianças e jovens com deficiência com idade inferior a 24 anos que, em 30 de setembro de 2019 já recebiam a bonificação por deficiência e cumpram as condições para ter direito.

Tabela 5: N.º de Titulares de Bonificação por Deficiência, Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Freguesia em 2023 e 2024

Freguesia de Residência	Número de Titulares		Variação
	2023	2024	%
Marinha Grande	256	279	+9
Vieira de Leiria	43	43	0
Moita	13	12	-7,7
Total	312	334	+7

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/PFA), 01/04/25

Dos titulares registados, a tabela 5 informa que aumentou o n.º de titulares na Freguesia da Marinha Grande, manteve em Vieira de Leiria e reduziu 1 caso absoluto na Moita. No total do concelho há um incremento de +7% de titulares de bonificação por deficiência face ao ano de 2023.

Tabela 6: N.º de Titulares de Bonificação por Deficiência Residentes no Concelho da Marinha Grande por Sexo, 2023 e 2024

Sexo	Número de Titulares	
	2023	2024
Feminino	110	117
Masculino	202	213
Total	312	330

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/PFA), 01/04/25

Em termos de género, a atribuição é feita maioritariamente a crianças do sexo masculino.

Em números absolutos, no espaço de um ano existem +7 titulares do género masculino e +11 do sexo feminino e uma proporção de 64,5% de titulares masculinos em 2024.

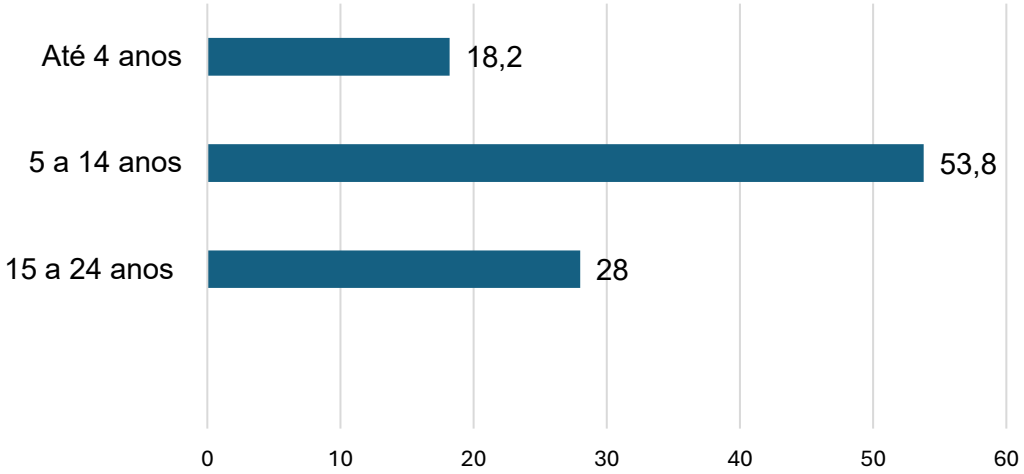
[2] Guia Prático – Bonificação por Deficiência, Instituto da Segurança Social, I.P.

Tabela 7: N.º de Titulares de Bonificação por Deficiência, Residentes no Concelho da Marinha Grande por Grupo Etário, em 2023 e 2024

Grupo Etário	Número de Titulares		Variação %
	2023	2024	
15 a 24 anos	116	106	-8,6
5 a 14 anos	189	204	+7,9
Até 4 anos	63	69	+9,5
Total	368	379	+3

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/PFA), 01/04/25

Figura 2: Proporção (%) de Titulares de Bonificação por Deficiência por Grupo Etário, Residentes no Concelho da Marinha Grande em 2023 e 2024



Fonte: Por Radar Social a partir de; ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/PFA), 01/04/25

A bonificação por deficiência em 2024 foi atribuída expressivamente em 53,8% dos casos, entre os 4 e os 14 anos, seguido dos 15 aos 24 anos, com 28% e até aos 4 anos com 18,2% dos casos.

c) Idosos e Pessoas Inativas

Pensões

Outros apoios prestados pela Segurança Social são as pensões, quer do regime contributivo (quem contribuiu/descontou), quer do regime não contributivo. O regime contributivo agrega o regime geral e regime rural regulamentar, o regime não contributivo agrega o regime rural transitório e o regime de pensão social

Velhice, é uma prestação pecuniária paga mensalmente, destinada a proteger os beneficiários, quando atingem a idade mínima legal de reforma, como forma de garantir um rendimento quando deixa de trabalhar.

Invalidez, que é uma prestação pecuniária paga mensalmente, destinada a proteger os beneficiários nas situações de incapacidade permanente para o trabalho. No que respeita ao regime não contributivo a Pensão Social (regime não contributivo) de Invalidez foi integrada na Prestação Social para a Inclusão.

Sobrevivência, atribuída, se o beneficiário falecido tiver preenchido o prazo de garantia de 36 meses, ao cônjuge ou pessoa com quem vivia há mais de 2 anos. Poderá ainda ser atribuída a descendentes, mediante algumas condições especiais.

Tabela 8: N.º de Pensionistas Ativos em dezembro de 2023 e 2024 Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Sexo, Regime e Tipo de Pensão

Tipo de Pensão	Sexo	Número de Pensionistas Ativos			
		Regime Contributivo		Regime não contributivo	
		Dezembro 2023	Dezembro 2024	Dezembro 2023	Dezembro 2024
Invalidez	Masculino	564	549	a)[3]	a)
	Feminino	521	491	a)	a)
	Total	**1085**	**1040**	**a)**	**a)**
Velhice	Masculino	4215	4334	9	13
	Feminino	4499	4543	33	43
	Total	**8714**	**8877**	**42**	**56**
Sobrevivência	Masculino	585	592	*[4]	0
	Feminino	2171	2164	*	*
	Total	**2756**	**2756**	**6**	*****
Total		12555	12673	48	112

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social; AP 5615 Mapa 1 – Estatística anual do total de pensionistas ativos a 31 de dezembro de cada ano

Entre 2023 e 2024 há um aumento absoluto de +118 pensionistas do regime contributivo e +64 do regime não contributivo.

Existe uma redução nas atribuições das reformas de invalidez possivelmente relacionado com a sua conversão em determinados casos em PSI, as restantes tipologias de pensão sofreram aumentos absolutos.

A pensão de velhice está distribuída entre sexos de forma similar enquanto os beneficiários da reforma de sobrevivência são predominantemente as mulheres com 2164 atribuições em 2024 face a 592 atribuições no sexo masculino.

Esta diferença pode estar relacionada com o fato da esperança média de vida nas mulheres ser superior à dos homens, vivendo mais anos de vida com pensão de viuvez/sobrevivência atribuída.

[3] A pensão de invalidez do regime não contributivo foi integrada na Prestação social para a Inclusão
[4] Sem dados disponíveis

Tabela 9: Valor Médio Mensal das Pensões em 2023/24 de Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Sexo, Regime e Tipo de Pensão

Tipo de Pensão	Sexo	Número de Pensionistas Ativos			
		Regime Contributivo		Regime não contributivo	
		Dezembro 2023	Dezembro 2024	Dezembro 2023	Dezembro 2024
Invalidez	Masculino	721,00	767,63	a)[5]	a)
	Feminino	462,25	504,36	a)	a)
	Total	**596,75**	**643,34**	a)	a)
Velhice	Masculino	850,32	928,19	299,76	273,14
	Feminino	421,56	473,47	280,59	296,04
	Total	**628,95**	**695,48**	**284,59**	**290,73**
Sobrevivência	Masculino	207,89	227,30	*[6]	n.a.
	Feminino	357,10	393,66	*	*
	Total	**325,43**	**357,93**	**135,73**	*

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social; AP 5615 Mapa 1 – Estatística anual do total de pensionistas ativos a 31 de dezembro de cada ano

O valor médio das pensões no território em análise é em 2024 para a pensão de invalidez de 596,75 euros, existindo disparidades entre sexos na sua distribuição, com 462,25 euros para o sexo feminino e 721,00 para o masculino, sendo o diferencial de +258,75.

Para a pensão de velhice o valor total médio é de 628,95, atribuído em média ao sexo feminino no valor de 421,56 e 850,35 para o sexo masculino, com um diferencial de +428,79.

A situação inversa, em que as mulheres apresentam uma pensão média superior à dos homens, é relativa à pensão de sobrevivência. No total o valor atingido é de 325,43 euros, atingindo as mulheres os 357,43 e os homens os 207,89, com um diferencial de +149,21 euros.

Rendimento Social de Inserção

De acordo com o Guia Prático do Instituto da Segurança Social, o RSI constitui um mecanismo de combate à pobreza e a forma de assegurar a satisfação das necessidades primárias da população mais carenciada.

Consiste numa prestação incluída no Subsistema de Solidariedade, no âmbito do Sistema de Proteção Social de Cidadania, e num Programa de Inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares, apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.

Podem requerer o RSI os indivíduos e famílias em situação de grave carência económica e que satisfaçam as restantes condições de atribuição de acordo com a legislação em vigor.

[5] A pensão de invalidez do regime não contributivo foi integrada na Prestação social para a Inclusão
[6] Sem dados disponíveis

O Contrato de Inserção do RSI corresponde a um conjunto articulado e coerente de ações faseadas no tempo, estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar beneficiário, que tem como objetivo, promover gradualmente a autonomia das famílias, através do exercício de uma atividade profissional ou de outras formas de inserção social.

Tabela 10: N.º de Beneficiários com Processamento de RSI, Residentes em Portugal e no Concelho da Marinha Grande em 2021-2024

Variação %	Portugal	Marinha Grande	Variação %
2023-2021		**2021**	**2023-2021**
-8,2	262 206	1109	-17,7
2023-2024		**2023**	**2023-2024**
-6,1	240 771	913	-8,2
2021-2024		**2024**	**2021-2024**
-13,7	226071	844	-24

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI), 01.04.2025 e Portal do INE, extraído a 27.08.25 às 10:28 min

O decréscimo da atribuição da prestação de RSI é uma realidade observável no período de 2021-2024 a nível local e nacional, passando de 1109 beneficiários na Marinha Grande em 2021 para 844 em 2023, resultando num decréscimo de -24%.

Tabela 11: N.º de Beneficiários com Processamento de RSI, Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Freguesia, 2023 e 2024

Freguesia	2023	2024	Variação
Marinha Grande	761	706	-7,2
Moita	28	31	+10,7
Vieira de Leiria	124	107	-13,7
Total	913	844	-7,6

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI), 01.04.2025

O Rendimento Social de Inserção apresenta uma diminuição dos beneficiários em 2024.

Em comparação com o ano homologo decresceu 7,2% na freguesia da Marinha Grande e 13,6% na freguesia de Vieira de Leiria.

Evidencia-se a freguesia da Moita com um incremento de beneficiários de 10,7%, contrariamente à freguesia da Marinha Grande e de Vieira de Leiria.

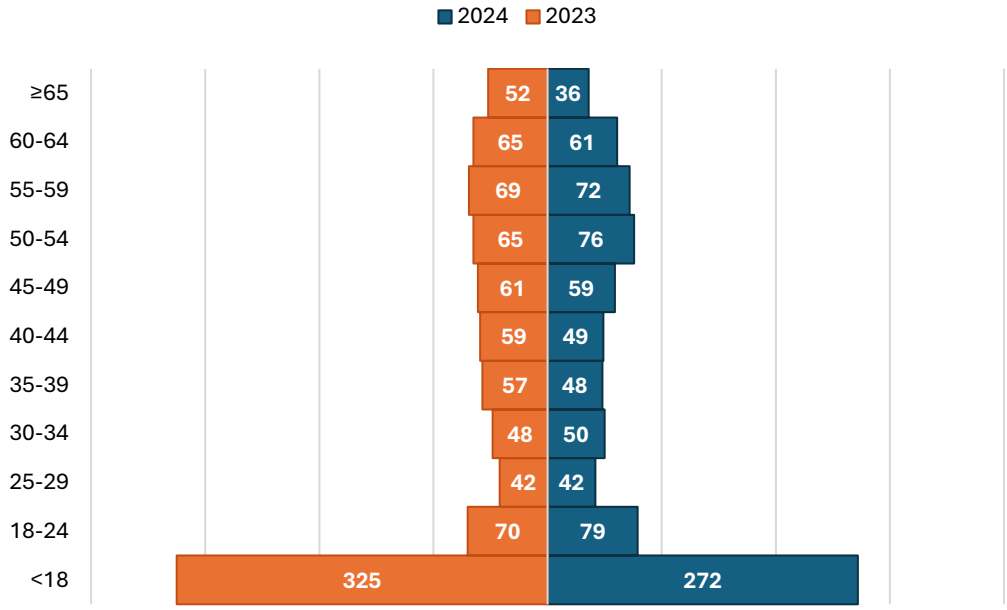
Tabela 12: N.º de Beneficiários com Processamento de RSI Residente no Concelho da Marinha Grande, por Sexo, em 2023 e 2024

Sexo	2023	2024
Feminino	495	441
Masculino	418	403
Total	913	844

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI), 01/04/25

Da relação entre sexos ressalta que existem em 2024, 441 mulheres com processamento de RSI e 403 homens. Em termos relativos significa que 52,3% dos beneficiários com processamento de RSI são mulheres e 47,7% são homens.

Figura 3: N.º de Beneficiários com Processamento de RSI em 2023 e 2024, Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Grupo Etário



Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI), 01/04/25

Os grupos etários que apresentam um aumento absoluto em relação a 2023 são os jovens adultos (dos 18 aos 24; dos 30 aos 34; e nos adultos no intervalo dos 50 aos 59 anos).

Por outro lado, assiste-se a uma diminuição dos beneficiários de RSI nas idades inferiores a 18, nas idades intermédias dos 40 aos 49 e a partir dos 60+ anos.

Tabela 13: N.º de Agregados Familiares com Requerimento de RSI Deferido Não Cessado, Residentes no Concelho da Marinha Grande em 2023 e 2024

Concelho	Número de Famílias Beneficiárias	
	2023	2024
Marinha Grande	460	449

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI), 01/04/25

Os agregados que beneficiam de RSI em 2024 são 449, com um diferencial absoluto de menos 11 agregados face a 2023.

d) Pessoas com Deficiência e/ou incapacidade e Famílias

Prestação Social Inclusão

Implementada em outubro através do DL nº 126-A/2017, a Prestação Social para a Inclusão (PSI), agrega um conjunto de prestações dispersas.

Trata-se de uma prestação em dinheiro paga mensalmente a pessoas com deficiência, com grau de incapacidade igual ou superior a 60 %, com vista a promover a sua autonomia e inclusão social.

Esta prestação é constituída por três componentes: a componente base, o complemento e a majoração.

A componente base destina-se a compensar os encargos gerais acrescidos que resultam da condição de deficiência e visa substituir o subsídio mensal vitalício e a pensão social de invalidez.

O complemento é aplicável na eventualidade de carência ou insuficiência de recursos, constituindo um instrumento de combate à pobreza das pessoas com deficiência.

A majoração visa substituir as prestações que, no atual regime de proteção na deficiência, se destinam a compensar encargos específicos acrescidos resultantes da deficiência.

A medida está a ser implementada de forma faseada, assumindo a progressiva substituição das prestações sociais e delimitação de grupos prioritários, com uma gradual extensão a todo o ciclo de vida.

A 1 de Outubro de 2019 foi alargada à Infância e Juventude podendo ser requerida a partir do nascimento.

Tabela 14: N.º de Beneficiários com Processamento de PSI em 2023 e 2024, Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Freguesia e Sexo

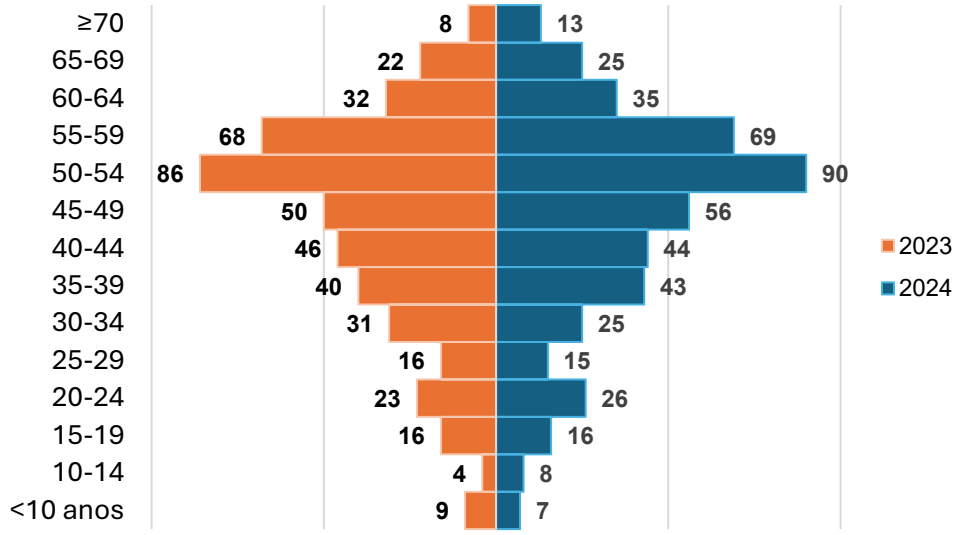
Freguesia	2023			2024		
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
Marinha Grande	196	158	354	203	170	373
Moita	8	14	22	8	14	22
Vieira de Leiria	37	39	76	40	37	77
Total do Concelho	241	211	452	251	221	472

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GADI), 18/04/25

Os beneficiários de PSI em 2024 aumentaram na freguesia da Marinha Grande e Vieira de Leiria e mantiveram o número na freguesia da Moita. Na maioria dos casos beneficiam em maior número desta medida as mulheres, existindo um aumento face a 2023.

O aumento do número de beneficiários face a 2023, no concelho é em termos de variação é de 4,4%.

Figura 4: N.º de Beneficiários com Processamento de PSI, Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Grupo Etário em 2023 e 2024



Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GADI), 18/04/25

Os beneficiários de PSI em 2024 aumentaram em termos absolutos a partir dos 50+ anos e reduziram nas faixas etárias 40-44;30-34;25-29 e <10 anos. A medida veio substituir progressivamente a reforma por invalidez o que pode justificar a sua predominância nas faixas etárias com maior número absoluto de processamentos registados, nomeadamente a faixa etária dos 50-54 anos.

Subsídio por Assistência de 3ª Pessoa

O Subsídio por Assistência de Terceira Pessoa destina-se às famílias que tenham descendentes com deficiência, a receber abono de família com bonificação por deficiência, em situação de dependência e com necessidades de acompanhamento de uma terceira pessoa.

Tabela 15: N.º de Beneficiários com Processamento de Subsídio de Assistência a 3.ª Pessoa por Freguesia no Concelho da Marinha Grande em 2023 e 2024

Freguesia	2023	2024
Marinha Grande	55	58
Moita	7	8
Vieira de Leiria	7	6
Total	69	72

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ECI), 01/12/24

Entre 2023 e 2024 observa-se um aumento do nº de beneficiários do Subsídio de Assistência à 3ª pessoa nas freguesias da Marinha Grande e da Moita, por sua vez Vieira de Leiria diminuiu 1 efetivo.

Complemento por Dependência

Em 1999, através do DL nº265/99 foi instituído o Complemento Por Dependência. Trata-se de uma prestação mensal paga aos pensionistas que se encontram em situação de dependência e que precisam da ajuda de outra pessoa para satisfazer as necessidades básicas da vida quotidiana, especificamente para a realização de tarefas domésticas, apoio na alimentação, locomoção e cuidados de higiene, ou seja, apoio nas atividades básicas da vida diária (ABVD´s).

Tabela 16: N.º de Beneficiários de Complemento por Dependência Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Freguesia, Grau de Dependência e Sexo, em 2023 e 2024

Freguesia	Grau de Dependência	2023			2024		
		Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
Marinha Grande	1	500	286	786	526	293	819
	2	124	77	201	128	78	206
	Sub Total	**624**	**363**	**987**	**654**	**371**	**1025**
Vieira de Leiria	1	128	55	183	123	52	175
	2	31	15	46	32	18	50
	Sub Total	**159**	**70**	**229**	**155**	**70**	**225**
Moita	1	32	10	42	35	13	48
	2	8	4	12	10	4	14
	Sub Total	**40**	**14**	**54**	**45**	**17**	**62**
Total		**823**	**447**	**1270**	**854**	**458**	**1312**

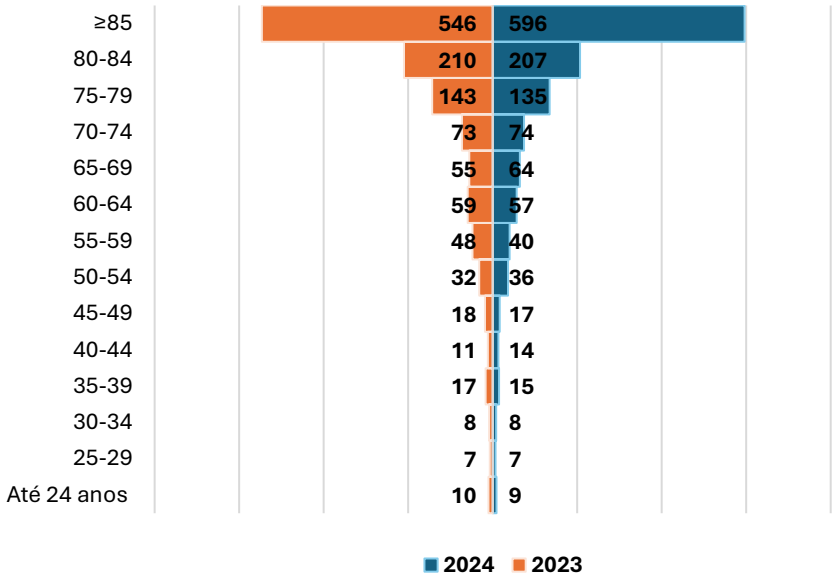
Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/SIP), 18/04/25

No período de 2023-2024, observa-se:

- Na visão de conjunto, ou seja, do concelho, em 2024 beneficiam de complemento de dependência 1312 pessoas, um diferencial positivo de +42 pessoas, com uma variação associada de +3,3% face a 2023.
- Em 2024, a repartição entre sexos apresenta, no concelho, um peso relativo de 65% para as mulheres e de 35% para os homens
- Na visão fragmentada, por freguesias, observa-se um aumento absoluto de beneficiários na Marinha Grande e na Moita e uma redução de -4 beneficiários em Vieira de Leiria
- Em 2024, a repartição entre sexos apresenta, nas freguesias, um peso relativo de 64% para as mulheres e 36,1% para os homens na Marinha Grande, 68,9% para as mulheres e 31,1% para os homens na freguesia de Vieira de Leiria e 72,6 para as mulheres e 27,4% para os homens na freguesia da Moita.
- A maioria dos beneficiários, independentemente da localização, têm um grau de dependência de nível 1, nas freguesias, a Marinha Grande concentra 80% dos casos no nível 1; a Moita

apresenta 77,1% dos casos de nível 1 observados na freguesia e Vieira de Leiria apresenta 77,8% dos casos.

Figura 5: N.º de Beneficiários do Complemento por Dependência, em 2023 e 2024, residentes no concelho da Marinha Grande, por Grupo Etário



Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/SIP), 18.04.2025

Da análise da figura 5 observa-se:

- Beneficiários do complemento por dependência **maioritariamente idosos** com idade **igual ou superior a 65 anos** de idade. Em 2024 este grupo totaliza 1076 beneficiários, dos 1280 identificados, o que corresponde a 84% dos casos. Em 2023 os valores estavam nos 1027, dos 1237 beneficiários atribuídos o que corresponde a 83% dos casos
- De salientar o **peso** do grupo dos dependentes com **idade igual ou superior a 85** anos, sofreu um aumento absoluto de +50 beneficiários e a redução nas faixas etárias dos 75 aos 84 de -11 efetivos absolutos, o que reflete a longevidade e dependência da população.

Complemento Solidário para Idosos

O Complemento Solidário para Idosos (CSI), pode ser requerido por pessoas com 66 ou mais anos de idade e é uma prestação pecuniária, para utentes com baixos recursos, sendo o seu valor pago mensalmente. A prestação tem outros benefícios adicionais de saúde, tais como: acesso gratuito à medicação; apoio em óculos e lentes e próteses dentárias removíveis.

Esta medida foi criada essencialmente para apoiar idosos com baixos recursos económicos, inclusive os pensionistas de invalidez que não recebem Prestação Social de Inclusão, isto é, todos os que não conseguem garantir a sua sustentabilidade ou necessidades básicas.

Tabela 17: N.º de Requerentes de CSI, Residentes no Concelho da Marinha Grande por Freguesia em 2023 e 2024

Freguesias	2023	2024	Variação
Marinha Grande	426	576	+35,2
Moita	16	19	+18,8
Vieira de Leiria	72	107	+48,6
Total	514	702	+36,6

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/CSI), 18.04.2024

Beneficiários do complemento solidário para idosos **maioritariamente da freguesia da Marinha Grande.**

Em todas as freguesias existe um crescimento de requerentes do CSI.

O aumento absoluto de requerentes passou de 514 para 702, variando positivamente na ordem dos 36,6%.

Este aumento pode estar associado à simplificação dos critérios de acesso ao apoio.

No concelho da Marinha Grande, encontra-se refletido o envelhecimento da população, exigindo, portanto, um olhar atento a este grupo afeto a vulnerabilidades.

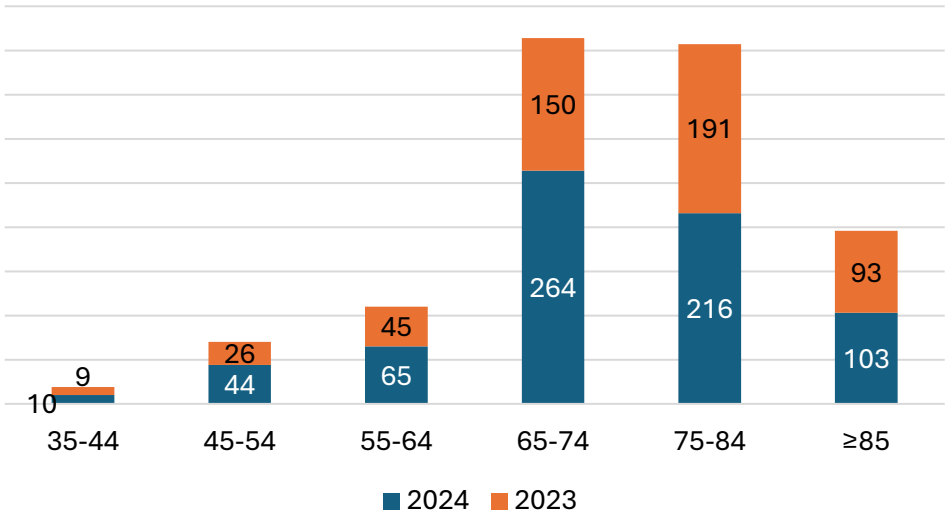
Tabela 18: N.º de Requerentes de CSI em 2023 e 2024, Residentes no Concelho da Marinha Grande por Sexo

Sexo	2023	2024	Proporção
Feminino	359	458	65,2%
Masculino	155	244	34,8%
Total	514	702	100%

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/CSI), 18.04.2024

O CSI é requerido em 65,2% dos casos de 2024 por mulheres e 34,8% por homens no concelho da Marinha Grande.

Figura 6: N.º de Requerentes de CSI, Residentes no Concelho da Marinha Grande por Grupo Etário em 2023 e 2024



Fonte: Por Radar Social, a partir de ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/CSI), 18.04.2024

A figura 6 remete para um aumento do número de requerentes de CSI em todos os grupos etários, com especial incidência nos grupos etários dos 65-74 e 75-84. No conjunto das idades com mais de 65 anos, verifica-se uma concentração, em 2024 de 583 requerentes absolutos e uma proporção relativa de 83% dos requerentes com mais de 65 anos de idade.

Estatuto do Cuidador Informal e Subsídio de Apoio ao Cuidador Informal Principal e Não Principal

Segundo o Guia Prático "Estatuto do Cuidador Informal: Cuidador Informal Principal e Cuidador Informal Não principal", Instituto de Segurança Social, Instituto Público (ISS, IP), o Estatuto do Cuidador Informal, aprovado pela Lei nº100/2019, de 06 de setembro, regula os direitos e os deveres do cuidador e da pessoa cuidada, estabelecendo as respetivas medidas de apoio.

O Decreto Regulamentar nº 1/2022, de 10 de janeiro, estabelece os termos e as condições do reconhecimento do estatuto do cuidador informal bem como as medidas de apoio aos cuidadores informais e às pessoas cuidadas.

O Estatuto do cuidador Informal veio reconhecer a atividade dos cuidadores e atribuir-lhes direitos e benefícios sociais.

Tabela 19: N.º de Cuidadores Informais com Estatuto Deferido e Ativo em 2023 e 2024, Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Tipo de Estatuto

Tipo de Estatuto	Número de Cuidadores	
	2023	2024
Principal	44	59
Não Principal	33	60
Total	77	119

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ECI), 18.04.2025

A tabela 19 informa que em 2024 aumentou o número de cuidadores principais com estatuto deferido, atingindo os 49,5%.

Tabela 20: N.º de Cuidadores Informais com Estatuto Deferido e Ativo em 2023 e 2024, Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Freguesia

Freguesia de Residência	Número de Cuidadores	
	2023	2024
Marinha Grande	64	98
Moita	10	17
Vieira de Leiria	3	4
Total	77	119

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ECI), 18.04.2025

Dos cuidadores com estatuto deferido, observa-se um aumento de atribuições em todas as localizações em análise.

A segmentação dos dados por freguesias releva um aumento da atribuição do estatuto na freguesia da Marinha Grande de +34 atribuições, na Moita +7 e em Vieira de Leiria +1.

Tabela 21: N.º de Cuidadores Informais com Estatuto Deferido e Ativo em 2023 e 2024, Residentes no Concelho

Sexo	Número de Cuidadores	
	2023	2024
Feminino	62	91
Masculino	15	28
Total	77	119

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ECI), 18.04.2025

A geração que agora cuida é fortemente influenciada pela divisão de papéis de género das sociedades paternalistas. Por conseguinte, o cuidar e autorresponsabilização do mesmo está expressamente impresso na população feminina, delegando essa função na mulher enquanto ser cuidador e protetor.

Os dados remetem para uma feminização dos cuidados, contudo há a remeter a existência em 2024 de 5 estatutos atribuídos a cuidadores do sexo masculino.

De salientar o aumento da população masculina com estatuto atribuído com um aumento de +13 estatutos deferidos e ativos.

Na população feminina, a variação absoluta é de +29 estatutos deferidos e ativos. Em 2024, a proporção relativa da população masculina é de 23,5% e da feminina de 76,5%.

Tabela 22: N.º de Cuidadores Informais com Estatuto Deferido e Ativo em 2023 e 2024, Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Escalão Etário

Grupo Etário	Nº de Beneficiários		Proporção %	Variação %
	2023	2024		
Até 49 anos	18	22	18,5	+22,2
50-59	20	45	37,8	+125
60-65	21	22	18,5	+4,5
≥65	18	30	25,2	+66,7
Total	77	119	100	+54,5

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ECI), 18/04/2025

Quem cuida encontra-se maioritariamente nas faixas etárias entre os 50-59 anos, com uma proporção relativa de 37,8%.

De reforçar a visão de que quem cuida também precisa de ser cuidado, independentemente da idade ou condição de saúde que apresente.

Em contrapartida, os dados mostram que quem cuida situa-se também numa posição vulnerável em termos de idade e apontam no seu conjunto para um peso considerável no total da população das faixas etárias com +60 anos, totalizando 35,7% dos casos registados em 2024.

9.2 Respostas e serviços locais de apoio aos Agregados Familiares e Indivíduos

9.2.1 Privação Material e Social

a) Serviço de Atendimento e Ação Social do Município da Marinha Grande

Na sequência da descentralização de competências para as autarquias locais com matéria de Ação Social (Lei nº 50/2018 de 16 de agosto), o Município da Marinha Grande assumiu as competências do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) em abril de 2022.

Tabela 23: Descritivo de Serviços da Câmara Municipal da Marinha Grande no Âmbito da Ação Social por Áreas de Atuação

Serviços da CMMG – Ação Social		
Nome	**Freguesias**	**Áreas de Atuação**
CMMG - Divisão de Assuntos Sociais	**Marinha Grande, Vieira de Leiria e Moita**	Habitação Social Garantia de Apoio À Infância- NLGI Apoio à Natalidade Apoio à população migrante - CLAIM
SAAS Serviço de Atendimento e Ação Social do Município da Marinha Grande		RSI, Ação Social, PTDQI, Apoios à Família (Fundo Coesão Social) Acompanhamento de públicos vulneráveis (pessoas em situação de sem abrigo, minorias, vítimas de violência doméstica, idosos dependentes e isolados, pessoas com perturbações do desenvolvimento e deficiência)

Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão de Assuntos Sociais, Município da Marinha Grande

O SAAS é um serviço de proximidade à comunidade e tem como objetivos:

- Assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social de pessoas e famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
- Prestar informações e apoio no acesso a direitos sociais e serviços da comunidade;
- Atribuir prestações pecuniárias de carácter eventual em emergência e risco social, no âmbito do Regulamento Municipal do Fundo de Coesão Social;
- Promover o acompanhamento dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI).

Tabela 24: Descritivo dos Locais de Atendimento dos Serviços de Ação Social da Câmara Municipal da Marinha Grande em 2024/2025

Locais de Atendimento – CMMG- SAAS
Edifício do Arquivo Municipal (Segunda a Sexta: 9h30 às 12h00) para residentes da Marinha Grande)
Junta de Freguesia de Vieira de Leiria (Segundas das 9h30 às 12h00)
Junta de Freguesia da Moita (Quintas das 9h30 às 12h00)

Fonte: Por Radar Social, a partir de: Divisão dos Assuntos Sociais, Município da Marinha Grande, 2024

b) Gabinetes de Apoio Social e Psicológico (GAP): Junta de Freguesia da Marinha Grande e Junta de Freguesia de Vieira de Leiria

Os GAP da Juntas de Freguesia da Marinha Grande e de Vieira de Leiria constituem-se como um instrumento de atuação de proximidade à comunidade das respetivas freguesias. Disponibilizam informação e mobilizam recursos adequados a cada situação. Estes serviços promovem a melhoria das condições de vida e o bem-estar da população, residente na freguesia da Marinha Grande e na freguesia de Vieira de Leiria.

GAP da Freguesia da Marinha Grande

Apoio Social

A resposta social do GAP tem por objetivo referenciar as sinalizações rececionadas pela comunidade residente no concelho.

O encaminhamento tem presente um conjunto de ações, que podem resultar em contactos telefónicos, no envio de mails, elaboração de cartas, entre outros, resultando numa articulação de excelência com os diferentes serviços de apoio disponíveis para a comunidade.

No ano 2024 foram realizados 354 atendimentos, cujos pedidos foram devidamente encaminhados para os serviços com competência na área respetiva e na grande maioria com um contacto prévio, evitando deslocações desnecessárias e um melhor acompanhamento das situações.

Este Serviço também atua no apoio à integração profissional de indivíduos em situação vulnerável, em parceria com o IEFP, CENFOR da APPACDM e OASIS. Presta ainda apoio aos Fregueses, na candidatura ao Apoio Extraordinário e Excecional aos Consumidores Domésticos Beneficiários de Tarifa Social de Energia Elétrica ou de Prestações Sociais Mínimas na Aquisição de Gás de Petróleo Liquefeito Engarrafado, bem como ao programa Vale Eficiência 2ª Fase do Fundo Ambiental.

Apoio Psicológico

O GAP da Freguesia da Marinha Grande disponibiliza gratuitamente atendimento personalizado em Psicologia (apoio Psicoterapêutico) para a população da freguesia da Marinha Grande.

Este serviço funciona, na Junta de Freguesia da Marinha Grande, de Segunda a Sexta-feira.

É constituído por uma equipa multidisciplinar na área das Ciências Sociais e Saúde. Atua nas modalidades de atendimento e acompanhamento social, avaliação e acompanhamento psicológico e nutricional.

Para além do apoio individualizado, o GAP da freguesia da Marinha Grande tem como missão atuar a nível comunitário desenvolvendo um conjunto de ações planeadas com o intuito da promoção do bem-estar social dos cidadãos da freguesia e a consequente melhoria da sua qualidade de vida.
Como tal este GAP desenvolveu um conjunto de ações abertas à comunidade em diferentes áreas de atuação.

Tabela 25: Serviços de Apoio Psicológico realizado pelos Gabinete de Apoio Psicológico das Juntas de Freguesia da Marinha em 2024

Serviços de Apoio Psicológico	GAP Marinha Grande Número de Beneficiários
Nº de sessões individuais realizadas	527
Nº de utentes acompanhados ativos e não ativos	79
Nº de acompanhamentos iniciados	15
Nº de utentes acompanhamento contínuo	79

Fonte: Por Radar Social, a partir de dados solicitados Junta de Freguesia Marinha Grande, 2025

Anualmente (2024) foram agendadas 676 sessões, das quais resultaram 527 sessões individuais, apresentando uma taxa de execução entre o número de agendamentos e o nº de sessões realizadas de 77,9%.
O número de utentes acompanhados continuamente ascende aos 79.
Iniciaram em 2024, 15 pessoas o acompanhamento no GAP da freguesia da Marinha Grande.

Tabela 26: Número de Utentes Acompanhados pelo GAP da Junta de Freguesia da Marinha Grande em 2024, por Grupo de Idades

Grupo de Idades	GAP Marinha Grande Número de Beneficiários
Até aos 17 anos	18
≥18	61
Total	79

Fonte: Por Radar Social, a partir de dados solicitados Junta de Freguesia Marinha Grande, 2025

No que respeita aos escalões etários, dos 79 em acompanhamento, 18 têm menos de 18 anos e representam 22,8% da população acompanhada e 61 idade igual ou superior a 18 anos, o que representa 77,2% dos casos acompanhados em 2024.

Tabela 27: Lista de Espera do Gabinete de Apoio Psicológico das Junta de Freguesia da Marinha Grande em Dezembro de 2024 e Maio de 2025

Lista de Espera	Dezembro 2024	Maio 2025
GAP Marinha Grande	6	15

Fonte: Por Radar Social, a partir de dados solicitados Junta de Freguesia Marinha Grande, 2025

O GAP da Marinha Grande, à data de análise, apresenta lista de espera, e entre Dezembro de 2024 e Maio de 2025 regista um aumento absoluto de +9 pessoas, em lista de espera, num total de 15 pessoas.

As problemáticas que deram origem ao acompanhamento, em 2024, no âmbito do GAP da Marinha Grande foram o luto, as dificuldades de gestão emocional, perturbações de humor, perturbações de ansiedade, dificuldades de adaptação ao contexto familiar e/ou profissional e traumas.

Serviço de Nutrição

O Serviço de Nutrição do GAP da Freguesia da Marinha Grande realiza acompanhamento em consulta de nutrição a adultos e crianças/jovens.

No ano 2024, foram realizados 172 agendamentos de consulta, tendo tido em acompanhamento 67 adultos e 7 crianças/jovens. Para além do acompanhamento em consulta de nutrição, o serviço de nutrição dinamiza e participa em projetos e iniciativas comunitários no âmbito da prevenção de doença, promoção de saúde e bem-estar e melhoria da literacia alimentar e nutricional dirigidos à população em geral e, em particular, à população escolar.

GAP da Freguesia de Vieira de Leiria: Apoio Psicológico

O GAP de Vieira de Leiria disponibiliza consultas de Psicologia.

Realizam-se sob marcação, duas vezes por semana entre as 14h e as 17h30 nas instalações da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria.

Distingue-se do GAP da Marinha Grande, na medida em que os atendimentos resultam de sinalizações e encaminhamentos referenciados pela CPCJ e Segurança Social, sendo o seu público-alvo, as crianças e jovens em situação de perigo e/ou risco e respetivos agregados no âmbito da capacitação.

Tabela 28: Serviço de Apoio Psicológico realizado pelo Gabinete de Apoio Psicológico da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria em 2024

Serviços de Apoio Psicológico	GAP Vieira de Leiria Número de Beneficiários
Nº de sessões individuais realizadas	350
Nº de utentes acompanhados ativos e não ativos	18
Nº de acompanhamentos iniciados	10
Nº de utentes acompanhamento contínuo	18

Fonte: Por Radar Social, a partir de dados solicitados Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, 2025

Anualmente (2024) foram realizadas 350 sessões individuas no GAP de Vieira de Leiria.

O número total de utentes acompanhados ascende aos 18, tendo iniciado acompanhamento 10 crianças ou jovens.

O acompanhamento é realizado de forma contínua.

Tabela 29: Número de Utentes Acompanhados pelo Gabinetes de Apoio Psicológico da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria em 2024, por Grupo de Idades

Grupo de Idades	Número de Beneficiários GAP de Vieira de Leiria
Até aos 17 anos	14
≥18	4
Total	18

Fonte: Por Radar Social, a partir de dados solicitados Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, 2025

Dos 18 utentes que beneficiaram do serviço em 2024, o GAP de Vieira de Leiria, acompanhou 7 pessoas do sexo masculino e 11 pessoas do sexo feminino, o que representa 38,8% com idades inferiores a 17 anos e 22,2% com idade igual ou superior a 18 anos.

Em termos etários, o GAP de Vieira de Leiria apoiou 14 pessoas até aos 17 anos de idade e 4 pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, correspondendo a 77,7% com idades até aos 17 anos e 22,2% com idade igual ou superior a 18 anos.

As problemáticas que deram origem ao acompanhamento, em 2024, na esfera de intervenção do GAP de Vieira de Leiria foram dificuldades do foro emocional, comportamental, escolares e de capacitação parental, no domínio de atuação das crianças e jovens e suas famílias.

Tabela 30: Lista de Espera do Gabinete de Apoio Psicológico da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria em Dezembro de 2024 e Maio de 2025

Lista de Espera	Dezembro 2024	Maio 2025
GAP Vieira de Leiria	1	0

Fonte: Por Radar Social, a partir de dados solicitados Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, 2025

Em 2025 o GAP da Marinha Grande apresenta uma lista de espera de 15 pessoas, com um diferencial positivo absoluto de + 9 pessoas face a dezembro de 2024. Por seu lado o GAP de Vieira de Leiria não apresenta lista de espera na data de maio de 2025.

c) CLDS 5 G Marinha Social 2025-2029

O projeto, coordenado pela ADESER II em parceria com o Município da Marinha Grande, tem como objetivo melhorar as condições de vida das pessoas mais vulneráveis, através de ações nos seguintes eixos:

- Emprego, Formação e Qualificação
- Desenvolvimento Social e Intervenção Comunitária

Iniciou em Abril de 2025, com uma vigência de quatro anos, é promovido pela ADESER II e tem como foco a promoção da inclusão e o acesso a oportunidades profissionais.

O Contrato Local de Desenvolvimento Social 5ª Geração (CLDS 5G), publicado pela Portaria n.º 428/2023, de 12 de dezembro, promovido pela ADESER II, IPSS, tem a finalidade de promover a inclusão social e integração socioprofissional de grupos que revelem maiores níveis de vulnerabilidade social através de ações, a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos.

O CLDS 5G está organizado em quatro eixos de intervenção, sendo que o "Eixo 4: Desenvolvimento social, "capacitação comunitária e intervenção em contextos de emergência social e de cenários de exceção", está direcionado para a comunidade residente no território nas vertentes do acesso a uma vida digna, participada e informada.

É constituído por uma equipa multidisciplinar que agrega uma Coordenadora, uma Assistente Social, uma Psicóloga e uma Antropóloga.

São objetivos principais o apoio na procura ativa de emprego, a qualificação profissional, a promoção da literacia financeira e o apoio social.

Para a concretização da sua missão, realizam atividades de proximidade com o objetivo de dar voz à comunidade e valorizar a identidade local. Apoiar famílias, jovens e públicos vulneráveis é o cerne da intervenção através da criação de espaços de partilha e de bem-estar em sessões de grupos e criando pontos de escuta ativa.

Objetivamente visa a capacitação dos cidadãos através do desenvolvimento de competências sociais, relacionais e profissionais com o reforço do acompanhamento biopsicossocial do cidadão como ferramenta de estabilização e de auto-organização.

Tabela 31: Descritivo do Programa CLDS 5G Marinha Social "Eixo 4-Públicos Vulneráveis – Acessibilidades e Capacitação para a Ação", 2025

Programas no CLDS 5G	
Âmbito Atuação	CLDS 5G Marinha Social
	Eixo 4- Públicos Vulneráveis - Acessibilidades e Capacitação para a ação"
Programa	*Know How de autorganização*
Objetivos	Promover a igualdade de acesso das pessoas em agregados com vulnerabilidades sociais a serviços essenciais: cuidados de saúde, alimentação, habitação e apoio social
Ações	Acompanhar cidadãos residentes no concelho em situação de crise
Programa	*Caminhos Culturais*
Objetivos	Dinamizar ações que promovem a integração de agregados familiares vulneráveis na comunidade através da sua participação em atividades culturais, recreativas, desportivas, de educação para uma cidadania plena
Ações	Promover campanhas educativas e informativas para sensibilizar a comunidade para os desafios dos grupos vulneráveis; criar espaços de oportunidade para a interação entre diferentes grupos sociais e culturais; criar um guia de acolhimento à comunidade migrante
Programa	*Passo Firme*
Objetivos	Realizar um acompanhamento de proximidade às situações de vulnerabilidade identificadas e aplicar um modelo de intervenção social orientado para a identificação de gestores de caso de forma a realizar uma intervenção participada, individualizada e participada.
Ações	Acompanhar de forma individualizada cidadãos do concelho como foco numa intervenção individualizada; articular com os diferentes serviços e recursos de forma a obter uma visão integrada da intervenção; acompanhar e Monitorizar o progresso da intervenção.
Programa	*É tempo de …*
Objetivos	Realizar ações de divulgação e informação aos cidadãos mais vulneráveis sobre os seus direitos e deveres, participação e cidadania
Ações	Desenvolver seminários e ações de sensibilização em diferentes áreas da sociedade civil (Cultura e Saúde, Respeito e tolerância, Diálogo Intercultural…)

9.3. Programas e Medidas de apoio às famílias e grupos vulneráveis

a) Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão (PTDQI) – Pessoas 2030 – Privação Material: Distribuição Direta

O Programa baseia-se numa intervenção de apoio alimentar, assim como no desenvolvimento de medidas de acompanhamento que capacitem as pessoas mais carenciadas em situação de privação material.

O Município da Marinha Grande, através do SAAS, tem a função de avaliar e acompanhar os beneficiários que são inscritos no programa pelas entidades mediadoras.

A Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande (SCMMG), enquanto entidade coordenadora, funciona como Pólo de receção e tem como responsabilidade o armazenamento dos géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade, garantindo a entrega nas instalações das entidades mediadoras através de transporte adequado, assegurando a boa receção dos produtos.

Para além de coordenadora, a SCMMG, medeia a distribuição juntamente com outras entidades, sendo que à mediação cabe a distribuição direta dos géneros alimentares e/ou bens de necessidade aos destinatários finais.

Assim são entidades mediadoras a SCMMG, a Associação Social Cultural e Desportiva de Casal Galego e o Centro Social Paroquial de Vieira de Leiria.

Tabela 32: Instituições Mediadoras do PTDQI- Distribuição Direta

Instituições	Freguesia
Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande	Marinha Grande
Associação Social Cultural e Desportiva de Casal Galego	Marinha Grande
Centro Social Paroquial Vieira Leiria	Vieira de Leiria

Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão dos Assuntos Sociais – Município da Marinha Grande, 2024

Fonte: Por Radar Social, a partir de: Divisão de Assuntos Sociais – Município da Marinha Grande, 2024

Tabela 33:Número (Nº) de destinatários a abranger PTDQI - Distribuição Direta

Instituições	Nº de Destinatários
Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande	89
Associação Social Cultural e Desportiva de Casal Galego	40
Centro Social Paroquial Vieira Leiria	40

Fonte: Centro Distrital, ISS, IP,2024

Tabela 34: Beneficiários do PTDQI- Privação Material anual 2024

	2022	2023	2024
Individuais	166	241	241
Agregados	437	666	670
Nº Total de Beneficiários	603	907	911

Fonte: Por Radar Social, a partir de: Divisão de Assuntos Sociais – Município da Marinha Grande, 2024

Regista-se um ligeiro aumento de beneficiários do programa de privação material, materializado em + 3 efetivos em 2024.

b) (PTDQI) – Pessoas 2030 – Privação Material: Distribuição Indireta – Cartão Social (antigo POAPMC)

O PTDQI respeita à atribuição de um montante financeiro associado a um cartão eletrónico para a aquisição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade. O objetivo do programa é mitigar a privação material e promover a integração social de pessoas mais carenciadas, em risco de pobreza ou de exclusão social.

Pretende promover a aquisição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade, promovendo a não estigmatização dos destinatários e o incentivo à sua autodeterminação, em linha com os princípios de uma dieta equilibrada e da autonomia e capacidade de livre escolha dos destinatários.

Consequentemente, é similar ao modelo de distribuição direta, envolvendo uma organização coordenadora e organizações mediadoras do processo.

Cabe à coordenação a atualização da informação no sistema e aos mediadores a receção e distribuição dos cartões eletrónicos e acompanhamento orientado para a autonomia.

Tabela 35:Número (Nº) de destinatários a abranger - Cartões Sociais - Distribuição Indireta

Instituições	Nº de Destinatários
Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande	137
Associação Social Cultural e Desportiva de Casal Galego	54
Centro Social Paroquial Vieira Leiria	54

Fonte: Centro Distrital, ISS, IP,2024

9.4 Respostas e serviços de apoio aos Agregados Familiares e Indivíduos - Privação Alimentar

a) Cantina Social

Esta resposta insere-se na rede solidária das cantinas sociais e constitui-se como uma resposta de intervenção, no âmbito do Programa de Emergência Social, que tem por objetivo suprir as necessidades alimentares dos indivíduos e famílias, em situação de vulnerabilidade socioeconómica,

através da disponibilização de refeições a quem não reúne as condições ou equipamentos para a sua confeção.

No concelho da Marinha Grande, existem 2 IPSS's que abraçaram este projeto, nomeadamente a SCMMG, sita na freguesia da Marinha Grande, e o Centro Social e Paroquial de Vieira de Leiria, na freguesia de Vieira de Leiria.

b) Conferência S. Paulo Vicente

Desenvolve a sua ação junto da população mais desfavorecida da Freguesia da Marinha Grande. Nas Freguesias da Moita e Vieira de Leiria outros organismos desempenham as mesmas tarefas, através de um grupo de voluntários.

Embora desde a sua fundação, em 1924, se encontre ligada à Igreja Católica, a sua ação, por força das normas internas, abrange qualquer cidadão, nacional ou estrangeiro, independentemente do seu credo religioso, raça ou filiação partidária.

A única condição necessária é que se encontre em situação de fragilidade social e, no que respeita à situação económica, que esta se enquadre nas normas sugeridas pelos serviços da Segurança Social.

Com o objetivo de evitar situações de injustiça social e tendo em atenção que os bens são cada vez mais escassos, todas as situações sociofamiliares são objeto de análise.

As atividades de apoio à comunidade centram-se na receção, recolha, aquisição e distribuição de bens alimentares, vestuário e calçado e na implementação estratégica de peditórios do banco alimentar contra a fome.

c) Serviço caritativo da ação social da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres

A freguesia de Vieira Leiria conta também com uma resposta semelhante, que é da responsabilidade do Serviço Caritativo da Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres.

As atividades de assistência à comunidade são a recolha e distribuição de roupas e outros bens e o apoio pontual na aquisição de medicamentos.

d) Igreja Evangélica Batista

No apoio direto à comunidade, a igreja Evangélica Batista fornece apoio alimentar pontual e/ou contínuo a famílias carenciadas, realiza a recolha e distribuição de vestuário e fornece aulas de alfabetização à população migrante.

10. Comportamentos de Risco e Segurança

10.1 Indicadores Violência Doméstica

Tabela 36: N.º de Ocorrências Nacionais de Violência Doméstica Participadas à PSP e GNR (4.º Trimestre de 2023 e 1.º, 2.º e 3.º Trimestre de 2024)

Ocorrências de VD, participadas à PSP e GNR (4.º T 2023, e 1.º, 2.º e 3.º T 2024) – Nacional					
	4.º T 2023	1.º T 2024	2.º T 2024	3.º T 2024	Total
N.º Ocorrências	6.973	6.879	7.738	8.415	30.005

Fonte: https://www.cig.gov.pt/area-portal-da-violencia/portal-violencia-domestica/indicadores-estatisticos/#title1 consultado em 16/01/25

Os dados mostram uma ligeira diminuição no início de 2024 face ao final de 2023, contudo, a partir do 2.º trimestre de 2024, observa-se uma tendência de crescimento, atingindo o valor mais elevado no 3.º trimestre (8.415).

No conjunto dos quatro períodos analisados, foram registadas 30.005 ocorrências, evidenciando a persistência elevada deste crime em Portugal.

A subida a meio de 2024 pode estar associada ao aumento de denúncias, maior sensibilização e consciencialização do problema ou intensificação da violência, exigindo reforço nas medidas de prevenção e proteção das vítimas.

Tabela 37: Suspensões Provisórias do Processo Executadas com o Acompanhamento pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – Nível Nacional (4.º Trimestre 2023, 1.º ao 3.º Trimestre 2024)

Suspensões Provisórias – Nacional					
	4.º T 2023	1.º T 2024	2.º T 2024	3.º T 2024	Total
N.º Suspensões	1.827	1.824	1.813	1.822	7.286

Fonte: https://www.cig.gov.pt/area-portal-da-violencia/portal-violencia-domestica/indicadores-estatisticos/#title1 consulta a 16/01/25

Os valores mantêm-se relativamente estáveis entre os trimestres, com pequenas oscilações (entre 1.813 e 1.827). Este tipo de resposta judicial — a suspensão provisória do processo com acompanhamento — mostra-se uma via largamente utilizada, representando uma alternativa às penas de prisão.

Ao analisar detalhadamente os dados do terceiro trimestre de 2024, infere-se que das 8415 ocorrências registadas (tabela 32), 1822 resultaram em suspensões provisórias, atingindo a proporção de 21,7% das ocorrências registadas nesse período.

Tabela 38: N.º de Reclusos por Crime de Violência Doméstica – Nacional (4.º Trimestre 2023, 1.º ao 3.º Trimestre 2024)

Reclusos – Nacional					
	4.º T 2023	1.º T 2024	2.º T 2024	3.º T 2024	Total
Prisão Preventiva	323	326	338	342	1.329
Prisão Efetiva	1.003	1.000	1.011	1.027	4.041
Total	1.326	1.326	1.349	1.369	5.370

Fonte: https://www.cig.gov.pt/area-portal-da-violencia/portal-violencia-domestica/indicadores-estatisticos/#title1 consulta a 16/01/25

Os dados revelam uma tendência ligeiramente crescente na aplicação da prisão preventiva, subindo de 323 (final de 2023) para 342 (3.º trimestre de 2024). Quanto à prisão efetiva, os valores são bastante superiores, mantendo-se estáveis, mas sempre acima dos mil reclusos por trimestre.

Isto demonstra uma resposta judicial significativa, onde a privação de liberdade é uma consequência aplicada a este tipo de crime, reforçando a perceção de maior firmeza no combate à violência doméstica.

Tabela 39: Medidas de Coação em Vigor no Âmbito do Crime de Violência Doméstica – Nacional (4.º Trimestre 2023, 1.º ao 3.º Trimestre 2024)

Medidas de Coação em Vigor no Âmbito do Crime de VD - Nacional					
	4.º T 2023	1.º T 2024	2.º T 2024	3.º T 2024	Total
Com Vigilância Eletrónica	895	872	885	932	3.584
Sem Vigilância Eletrónica	266	266	249	272	1.053
Total	1.161	1.138	1.134	1.204	4.637

Fonte: https://www.cig.gov.pt/area-portal-da-violencia/portal-violencia-domestica/indicadores-estatisticos/#title1 consulta a 16/01/25

As medidas de coação com vigilância eletrónica mantêm valores elevados (895 no 4.º trimestre de 2023 e 932 no 3.º trimestre de 2024). Relativamente às medidas sem vigilância eletrónica têm vindo a representar menor expressão (266 no 4.º trimestre de 2023 e 272 no 3.º trimestre de 2024).

A vigilância eletrónica é a medida mais utilizada, reforçando o controlo sobre os agressores fora do meio prisional.

Tabela 40: Pessoas Integradas em Programas para Agressores, em Meio Prisional e na Comunidade – Nacional (4.º Trimestre 2023, 1.º ao 3.º Trimestre 2024)

Pessoas Integradas em Programas Para Agressores - Nacional					
	4.º T 2023	1.º T 2024	2.º T 2024	3.º T 2024	Total
Em Meio Prisional	239	129	149	165	682
Na Comunidade	2.255	2.401	2.482	2.582	9.720
Total	2.494	2.530	2.631	2.747	10.402

Fonte: https://www.cig.gov.pt/area-portal-da-violencia/portal-violencia-domestica/indicadores-estatisticos/#title1 consulta a 16/01/25

Observa-se um crescimento significativo (tabela 35) de pessoas integradas em programas para agressores na comunidade, passando de 2.255 no 4.º trimestre de 2023 para 2.582 no 3.º trimestre de 2024, o que representa um aumento de cerca de 14,5%.

Os valores de integração na comunidade são claramente superiores aos registados em meio prisional (165 no último trimestre analisado), o que evidencia uma aposta crescente na reabilitação em meio comunitário, possivelmente com o objetivo de prevenir a reincidência e promover uma reintegração mais eficaz.

Tabela 41: Teleassistência (N.º) a Vítimas de Violência Doméstica – Nacional (4.º Trimestre 2023, 1.º ao 3.º Trimestre 2024)

Pessoas Abrangidas por Teleassistência - Nacional				
	4.º T 2023	1.º T 2024	2.º T 2024	3.º T 2024
Em Meio Prisional	5.222	5.295	5.122	5.516

Fonte: https://www.cig.gov.pt/area-portal-da-violencia/portal-violencia-domestica/indicadores-estatisticos/#title1 consulta a 16/01/25

A nível nacional, os números de teleassistência variam entre 5.222 (no 4.º trimestre de 2023) e 5.516 (no 3.º trimestre de 2024). Há uma tendência de aumento, o que pode refletir uma maior procura de apoio e maior capacidade de resposta do sistema.

As medidas de proteção tecnológica (teleassistência) estão a crescer, indicando o reforço no apoio às vítimas.

Tabela 42: N.º de Pessoas Acolhidas na Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica – Nacional (4.º Trimestre 2023, 1.º ao 3.º Trimestre 2024)

Pessoas Acolhidas na Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica – Nacional					
	4.º T 2023	1.º T 2024	2.º T 2024	3.º T 2024	Total
Mulheres	659	678	703	746	2786
Homens	22	21	23	21	87
Crianças	615	630	693	693	2631
Total	1296	1329	1419	1460	5504

Fonte: https://www.cig.gov.pt/area-portal-da-violencia/portal-violencia-domestica/indicadores-estatisticos/#title1 consulta a 16/01/25

A análise da tabela 37 mostra que, entre o 4.º trimestre de 2023 e o 3.º trimestre de 2024, houve um crescimento significativo no número de pessoas acolhidas na Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica.

O total de pessoas acolhidas passou de 1.296 para 1.460, o que representa um aumento de cerca de 12,7%. A maioria dos acolhimentos refere-se a mulheres, que passaram de 659 para 746 no período em análise (+13,2%), confirmando que continuam a constituir o grupo mais afetado.

As crianças também registaram um aumento expressivo, de 615 para 693 (+12,7%), refletindo o impacto indireto da violência doméstica nas famílias.

Já os homens representam uma minoria residual, com valores estáveis (entre 21 e 23 por trimestre).

Estes dados revelam não apenas uma maior procura na utilização da rede de apoio, mas também a sua relevância crescente no acolhimento de vítimas, sobretudo mulheres e crianças, reforçando a necessidade de manter e ampliar os recursos disponíveis.

Tabela 43: Crimes de Violência Doméstica, Contra Cônjuges ou Análogos, por Localização de Residência e por Mil Habitantes, Registados Pelas Autoridades Policiais 2022/2023

Crimes e Crimes de VD contra Cônjuge ou Análogos Por Mil Habitantes (R – Rácio) – 2022 e 2023		
	2022	2023
Portugal	(R) 2,5	(R) 2,5
Região de Leiria	(R) 2,3	(R) 2,2
Alvaiázere	(R) 1,7	(R) 2,2
Ansião	(R) 1,4	(R) 1,1
Batalha	(R) 3,1	(R) 3,4
Castanheira de Pêra	(R) 1,1	(R) 1,9
Figueiró dos Vinhos	(R) 2,7	(R) 2,5
Leiria	(R) 2,0	(R) 1,8
Marinha Grande	(R) 3,4	(R) 3,5
Pedrógão Grande	(R) 3,1	(R) 1,4
Pombal	(R) 2,0	(R) 1,7
Porto de Mós	(R) 2,5	(R) 2,8

Fonte: www.pordata.pt consulta a 04/02/2025

De acordo com a tabela 38 podemos verificar:

- Em Portugal, o rácio manteve-se estável em 2,5 por 1000 habitantes, em 2022 e 2023.
- A Região de Leiria registou igualmente estabilidade, com 2,3 por 1000 habitantes em 2022 e 2,2 em 2023.
- No município da Marinha Grande, verificou-se um aumento, passando de 3,4 por 1000 habitantes em 2022 para 3,5 em 2023.

Conclui-se que, apesar de o número absoluto de casos ser reduzido, a Marinha Grande apresenta um rácio superior ao da região de leiria e do país, configurando-se como o município com a incidência proporcional mais elevada na região.

Tabela 44: Crimes e Crimes de Violência Doméstica contra Cônjuges ou Análogos, por Localização de Residência, Registados pelas Autoridades Policiais 2022/2023

Crimes e Crimes de VD contra Cônjuge ou Análogos – 2022 e 2023				
	Total de Crimes		Crime de VD contra cônjuge ou análogos	
	2022	2023	2022	2023
Portugal	34.3845	37.1995	26.073	26.041
Região de Leiria	7.350	8.153	664	645
Marinha Grande	1.297	1.494	135	142

Fonte: www.pordata.pt consulta a 03/02/2025

Segundo a tabela 39, relativamente ao total de crimes registados:

- Em Portugal registaram-se 34.3845 crimes em 2022 e 37.1995 em 2023, o que representa um crescimento de 8,2%.

- Relativamente à Região de Leiria, em 2022 registaram-se 7.350 crimes, valor que aumentou para 8.153 crimes em 2023, correspondendo a um acréscimo de 11%, semelhante ao registado a nível nacional.
- Quanto ao concelho da Marinha Grande, observa-se em 2022 a ocorrência de 1.297 crimes e 1.494 em 2023, o que representa um crescimento de 15,2%, uma variação superior à verificada a nível Nacional e Regional.
- Em termos proporcionais, em 2023 o total de crimes ocorridos na Marinha Grande apresenta um peso relativo de 18,3% face ao total de crimes ocorridos na Região de Leiria.
- Do total de crimes ocorridos na Marinha Grande em 2023, correspondem a crimes de violência doméstica 9,5% dos casos registados (142).
- Em relação aos crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos foi visível uma ligeira descida a nível nacional: em Portugal, registaram-se 26.073 em 2022 e 26.041 em 2023.
- Na Região de Leiria, também se verificou uma diminuição, de 664 casos em 2022 para 645 em 2023, ou seja, menos -2,9%.
- Em contrapartida, no concelho da Marinha Grande a situação é diferente: os valores subiram de 135 crimes em 2022 para 142 em 2023, o que representa um acréscimo de 5,2%. Apesar de se tratar de números absolutos reduzidos, este aumento contrasta a tendência de descida verificada a nível nacional e distrital, revelando que localmente o problema se tem agravado.

10.2 Programas, Projetos e Medidas Locais de Combate à Violência Doméstica e aos Maus-Tratos

10.2.1 Respostas e Serviços de Combate à Violência Doméstica

No concelho da Marinha Grande, a intervenção no âmbito da violência doméstica assenta numa rede de recursos locais, articulada com iniciativas nacionais de prevenção e combate à violência.

Estão disponíveis os seguintes **serviços e recursos** no território aos quais os munícipes podem recorrer para sinalização de situações de violência doméstica e maus-tratos:

Tabela 45: Descritivo dos Serviços de Atendimento e Apoio aos Munícipes para Sinalização e Denúncia de Situações de Violência Doméstica e Maus-Tratos, no Concelho da Marinha Grande em 2024

Categoria	Entidade
Proteção à Infância	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) da Marinha Grande Centro de Apoio Familiar e de Aconselhamento Parental (CAFAP) Núcleo de Apoio às Crianças e Jovens em Risco (NACJR) Marinha Grande
Justiça/Segurança	Juízo de Competência Genérica Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP)/ Ministério Público Posto Territorial da GNR de Vieira de Leiria e S. Pedro de Moel Esquadra da PSP da Marinha Grande
Saúde	Equipa de Prevenção da Violência em Adultos (EPVA) – Marinha Grande – Equipa multidisciplinar de profissionais de saúde e apoio social que atua na prevenção, deteção e acompanhamento de situações de violência contra adultos Linha da Saúde 24 – Apoio à Vítima
Proteção Social	Segurança Social – Serviço Local da Marinha Grande
Administração Pública	Câmara Municipal da Marinha Grande (CMMG) – Serviço de Atendimento e Ação Social (SAAS)
Contactos Nacionais de apoio à Vítima	Comissão Para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) - Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica: 800 202 148 (Atendimento permanente – 24h por dia, 7 dias por semana) Linha SMS: 3060 (mensagens de texto) E-mail: violencia@cig.gov.pt Associação Mulher Século XXI: 244 821 728 (Atendimento nos dias úteis das 9h30-12h30/14h-18h Linha APAV: 116006 (Atendimento nos dias úteis das 8h às 23h) Linha de Atendimento à Vítima Idosa de Violência Doméstica: 800 210 340

Fonte: Divisão dos Assuntos Sociais 2024/2025

O Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica (GAV) instalado em Leiria resultou de protocolo assinado a 19 de Dezembro entre o Ministério da Justiça, a Procuradoria-Geral da República e a Associação Mulher Séc. XXI, de âmbito distrital, é a resposta mais próxima do concelho para a intervenção direta nesta problemática.

A articulação com a Associação Mulher Século XXI e os parceiros da rede é eficiente, sendo uma mais-valia o fato de estar relativamente próxima (cerca de 13 Km de distância) e relativamente distante do local de residência das vítimas e agressores.

É importante destacar que as vítimas não precisam apresentar queixa para aceder ao apoio disponível, podendo contactar qualquer uma das entidades referidas ou linhas nacionais de apoio se assim necessitarem.

Esta situação contribui para a fragmentação da informação relativa aos casos de violência doméstica, uma vez que os dados estão dispersos por várias entidades e nem sempre referem diretamente a residência das vítimas. Para além disso, estima-se que 2 em cada 3 vítimas não apresentam queixa, o que faz com que os números conhecidos sejam significativamente inferiores à realidade.

Neste contexto, o Município da Marinha Grande aderiu, em 2019, ao protocolo "Municípios Solidários com as Vítimas de Violência Doméstica", celebrado entre a CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). Este protocolo está inscrito no Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica (2018-2021) e na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 – Portugal + Igual.

O seu principal objetivo é reforçar a autonomização e o empoderamento das vítimas, especialmente no momento da saída das estruturas de acolhimento de emergência ou das casas de abrigo da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD), através da identificação de soluções habitacionais adequadas.

Neste âmbito, o Regulamento Municipal de atribuição, de gestão e de utilização das Habitações Sociais da Marinha Grande (de 2018) prevê a atribuição habitacional excecional e temporária a vítimas de violência doméstica, com contratos de arrendamento com a duração máxima de dois anos.

A Rede Local de Prevenção da Violência ao Longo do Ciclo de Vida (RLPVLCV) da Marinha Grande, constituída por um grupo de parceiros, tem como missão definir e implementar estratégias eficazes de prevenção e resposta, com o objetivo de quebrar o ciclo da violência em todas as suas formas, ao longo das diferentes fases da vida.

Tabela 46: Entidades Parceiras da Rede Local de Prevenção da Violência ao Longo do Ciclo de Vida (RLPVLCV) da Marinha Grande 2024/2025

Entidades Parceiras na RLPVLC Marinha Grande
Unidade Local de Saúde da Região de Leiria (ULSRL) – Equipa para a Prevenção de Violência em Adultos (EPVA) da Marinha Grande Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências (ICAD) – Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) de Leiria
Câmara Municipal da Marinha Grande
Junta de Freguesia da Marinha Grande
Junta de Freguesia da Moita
Junta de Freguesia de Vieira de Leiria
Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente
Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente
Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) da Marinha Grande
Ministério Público (DIAP de Leiria)
Centro Distrital de Segurança Social de Leiria
Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande
Associação Crescer e Crer/ Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) da Marinha Grande
Associação Novo Olhar II
ADESER II
APPACDM da Marinha Grande
Associação Mulher Século XXI
PSP Comando Distrital de Leiria – Esquadra da Marinha Grande
GNR Posto Territorial de S. Pedro de Moel Posto Territorial de Vieira de Leiria
Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria
Direção Geral da Reinserção e Serviços Prisionais - Equipa do Pinhal Litoral

Fonte: Divisão dos Assuntos Sociais – 2024/2025

a) Licença de Reestruturação Familiar

Criada pelo Decreto-Lei nº 101/2020, de 26 de Novembro, confere uma licença especial de reestruturação familiar e um subsídio para as vítimas de violência doméstica que se vejam obrigadas a abandonar o seu local habitual de residência.

Com o objetivo de combater as dificuldades de reestruturação familiar das vítimas de violência doméstica, o apoio é estendido a trabalhadores independentes, membros de órgãos estatutários e vítimas de violência doméstica sem vínculo laboral ou profissional.

A licença é concedida por um período máximo de 10 dias seguidos, é remunerada pelo empregador e não resulta da perda de direitos.

b) GNR – Projeto de Investigação e Apoio às Vítimas Específicas (IAVE) e Teleassistência a Vítimas de Violência Doméstica

Em atuação no nosso concelho, para este eixo da população, existe o Projeto de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (IAVE), uma iniciativa da GNR criada no âmbito da reorganização da investigação criminal.

O seu principal objetivo é qualificar o tratamento das matérias relacionadas com a violência cometida contra mulheres, crianças e outros grupos específicos de vítimas.

Para centralizar a resposta especializada a vítimas, foi criado o Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE), localizado na zona de Leiria.

Este núcleo, tem como missão principal o atendimento especializado, acompanhamento, encaminhamento para os recursos adequados e investigação criminal de crimes sensíveis, especialmente de violência doméstica, maus-tratos, crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, assim como outros crimes relacionados com vítimas vulneráveis.

A queixa-crime ou denúncia pode ser apresentada junto de várias autoridades, incluindo:

- Ministério Público;
- Polícia Judiciária;
- Polícia de Segurança Pública (PSP);
- Guarda Nacional Republicana (GNR);
- Sistema de Queixa Eletrónica (através da plataforma eletrónica disponível em: https://queixaselectronicas.mai.gov.pt);
- Instituto de Medicina Legal.

Todas as entidades têm o dever de receber as queixas, independentemente da área territorial ou da competência para a investigação criminal.

É fundamental que a atuação do NIAVE esteja centrada nas prioridades das vítimas, e não nas prioridades das organizações ou dos profissionais envolvidos. O princípio da confidencialidade deve ser garantido, mas equilibrado com a responsabilidade de partilhar informações de forma adequada, sempre que necessário para prevenir agressões graves ou até mesmo mortes.

Para além do Projeto IAVE, existe ainda o programa "Teleassistência a Vítimas de Violência Doméstica" que é um programa de proteção e apoio que visa garantir uma resposta imediata e eficaz a vítimas com risco elevado ou muito elevado, promovendo a sua segurança e autonomia. O serviço consiste na disponibilização de um dispositivo de alarme portátil, ligado 24 horas por dia a uma central de

emergência, que permite a vítima contactar diretamente os serviços de socorro, nomeadamente a PSP ou a GNR, em caso de perigo iminente.

Este sistema é complementado por:

- Monitorização e resposta imediata por profissionais especializados;
- Acompanhamento técnico e psicossocial;
- Cooperação entre entidades de justiça, forças de segurança e apoio social.

A medida está integrada no Regime Jurídico das Medidas de Proteção das Vítimas de Violência Doméstica (Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro) e destina-se a vítimas com medida de afastamento do agressor decretada pela autoridade judicial.

Este projeto revela-se fundamental para prevenir a revitimização, reforçar o sentimento de segurança e romper ciclos de violência, sendo uma ferramenta eficaz de intervenção em contextos de vulnerabilidade e risco.

No combate à violência doméstica, a Polícia Judiciária (PJ) tem vindo também a reforçar a sua intervenção através da investigação especializada, ações de sensibilização e participação em redes de apoio à vítima. A nível nacional, promoveu seminários e formações destinadas a técnicos e profissionais da justiça, visando a melhoria do atendimento, sinalização e encaminhamento das vítimas.

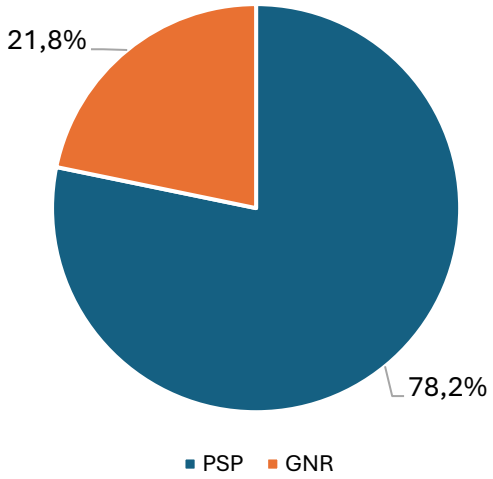
A atuação da PJ privilegia uma abordagem integrada e articulada com outras entidades, como a CIG, o Ministério Público, a APAV, a Segurança Social, autarquias e estruturas locais de apoio, contribuindo para uma resposta mais eficaz à violência doméstica e para o empoderamento das vítimas.

Apesar de a intervenção da PJ ser centrada na investigação criminal, tem vindo a assumir um papel ativo na construção de soluções que promovam a proteção, a prevenção e a justiça para todas as pessoas afetadas por este tipo de crime, em estreita articulação com a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD).

10.2.2 Indicadores Estatísticos das Autoridades Policiais no Combate à Violência Doméstica: PSP e GNR -2023 e 2024

a) N.º de Denúncias Violência Doméstica

Figura 7: N.º de Denúncias (%) Violência Doméstica Apresentadas às Forças de Segurança (PSP/GNR) do Concelho da Marinha Grande em 2024



Fonte: Por Radar Social, a partir de: dados disponibilizados pela PSP e GNR do concelho da Marinha Grande 2025

Territorialmente a área de intervenção da PSP, abrange as freguesias da Marinha Grande e da Moita, enquanto a área de intervenção da GNR corresponde à freguesia de Vieira de Leiria, o lugar de S. Pedro de Moel e a Amieira na freguesia da Marinha Grande.

Em 2024, a PSP registou 115 denúncias por violência doméstica e a GNR 32, o que corresponde, respetivamente, a 78,2% e 21,8% do total de casos denunciados.

No total as forças de segurança registaram 147 denúncias por violência doméstica. Das 115 denúncias registadas pela PSP resultaram 119 vítimas; das 32 denúncias registadas pela GNR resultaram 44 vítimas, mais duas do que em 2023 (42).

b) Género das Vítimas

Tabela 47: Género das Vítimas de Violência Doméstica Denunciadas pelas Forças de Segurança do Concelho da Marinha Grande em 2023 e 2024

Forças de Segurança						
	PSP 2024		GNR 2023		GNR 2024	
Género	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Feminino	86	72,3	30	71,4	29	65,9
Masculino	31	26,1	12	28,6	15	34,1
Desconhecido	2	1,7	0	0	0	0
Total	119	100	42	100	44	100

Fonte: Por Radar Social, a partir de: dados disponibilizados pela PSP e GNR do concelho da Marinha Grande 2024/2025

O género das vítimas revela uma predominância clara do sexo feminino em todos os contextos analisados. Em ambos os casos, a diferença é particularmente acentuada, com o número de vítimas do sexo feminino a representar aproximadamente 72% dos casos registados no total das duas forças de segurança.

Nos dados da GNR, embora o sexo feminino continue a ser o mais representado, a discrepância face ao sexo masculino é menos expressiva, verificando-se um aumento do número de vítimas do sexo masculino. De facto, em relação a 2023, na área de intervenção da GNR, registou-se um crescimento de 5,5% do número de casos envolvendo vítimas masculinas em 2024.

De acordo com o Relatório Anual de Monitorização de Violência Doméstica de 2021, realizado pelo Ministério da Administração Interna, a nível nacional, 81,1% das vítimas eram do sexo feminino, confirmando a predominância já identificada localmente.

Comparando os dados locais com os nacionais, constata-se que, embora a violência doméstica afete sobretudo mulheres em todos os contextos, na Marinha Grande a proporção de vítimas do sexo masculino é mais expressiva do que na média nacional.

c) Género dos Agressores

Tabela 48: Género dos Agressores de Violência Doméstica Denunciadas pela PSP do Concelho da Marinha Grande 2024

Forças de Segurança		
		PSP 2024
Género	**Nº**	**%**
Feminino	38	31,93
Masculino	**77**	**64,71**
Desconhecido	2	1,68
Total	119	100

Fonte: Por Radar Social, a partir de: dados disponibilizados pela PSP do Concelho da Marinha Grande

O género dos agressores revela uma predominância marcada do sexo masculino, representando 64,71% do total de casos registados. O sexo feminino corresponde a 31,93% dos agressores identificados.

De acordo com o Relatório Anual de Monitorização de Violência Doméstica de 2021, realizado pelo Ministério da Administração Interna, a nível nacional, o género masculino representa 83,5% dos agressores, confirmando uma maioria muito expressiva.

Comparando os dados locais com os nacionais, verifica-se que, no concelho da Marinha Grande, a percentagem de agressores do sexo masculino (64,71%) é inferior aos nacionais (83,5%), enquanto a proporção de agressores do sexo feminino é bastante superior à tendência nacional.

Estes resultados evidenciam que, embora os homens constituam a maioria dos denunciados em ambos os contextos, as mulheres também assumem um papel relevante como agressoras.

Tal realidade reforça a importância de desenvolver estratégias de intervenção e prevenção que considerem as dinâmicas da violência exercida por ambos os géneros, adaptando as respostas institucionais às especificidades de cada caso.

d) Grupos Etários Vítimas de VD

Tabela 49: Grupos Etários (N.º) das Vítimas de Violência Doméstica por Força de Segurança (PSP e GNR) em 2024

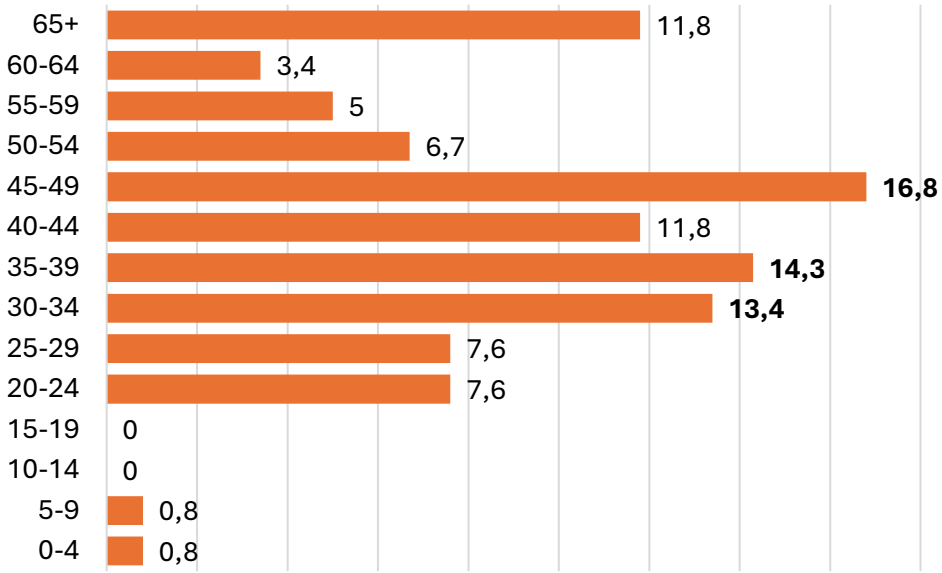
Idades por Grupos Etários			
	PSP 2024	**GNR 2024**	**Total**
< 16 anos	2	2	4
16 – 24 anos	9	2	11
≥ 25 anos	108	40	148
Total	**119**	**44**	**163**

Fonte: Por Radar Social, a partir de dados disponibilizados pelas Forças de Segurança (PSP e GNR) do concelho da Marinha Grande em 2024/2025

Em 2024, das 147 denúncias realizadas, resultaram 163 vítimas por violência doméstica.

A análise conjunta dos dados permite verificar que a maioria das vítimas se concentra na idade adulta ativa, com 148 (90,1%) casos registados de vítimas com idades iguais ou superiores a 20 anos.

Figura 8: Grupos Etários (%) das Vítimas de Violência Doméstica Denunciadas em 2024 à PSP da Marinha Grande

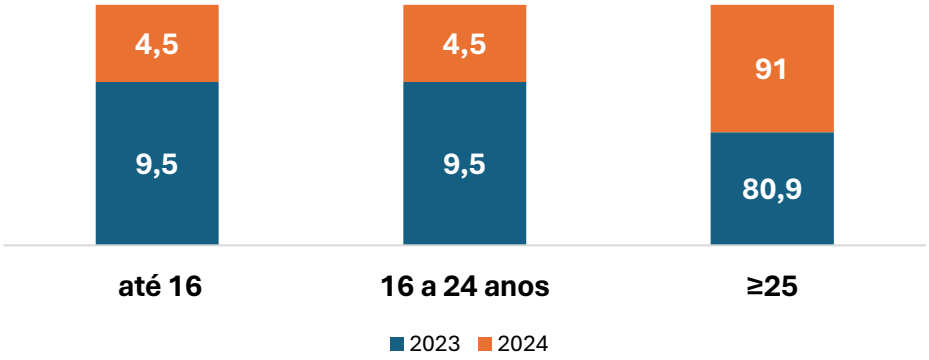


Fonte: Por Radar Social, a partir de dados disponibilizados pela PSP da Marinha Grande 2024/2025

Na informação da PSP, destacam-se especialmente as faixas entre os 30 e os 49 anos, com realce para o grupo dos 45 aos 49 anos, que concentra o maior número de vítimas e 16,8% dos casos. O intervalo

etário 30-49 representa 56,3% das vítimas, sugerindo que este período da vida é particularmente afetado no contexto analisado.

Figura 9: Grandes Grupos Etários (%) das Vítimas de Violência Doméstica Denunciadas em 2023/2024 à GNR de Vieira Leiria



Fonte: Por Radar Social, a partir de dados disponibilizados pela GNR de Leiria em 2024/2025

Os dados da GNR apresentam uma categorização diferente, mas confirmam esta tendência: a faixa etária dos 25 ou mais anos é claramente predominante, representando a quase totalidade dos casos registados.

Em 2023 registaram-se 80,9% de vítimas com ≥25 anos e 91% em 2024, com um crescimento relativo de 10,1%.

Por outro lado, as idades mais baixas (<16 anos) e intermédias (16-24 anos) mantêm uma incidência residual e com uma tendência de decréscimo face aos valores de 2023.

Segundo os dados da PSP, a partir dos 55 anos, há uma diminuição gradual das denúncias, embora continuem a existir valores relevantes, nomeadamente no grupo dos 65 ou mais anos onde se registam 14 vítimas, totalizando 11,8% dos casos.

Assim, os resultados indicam que as estratégias de prevenção e intervenção devem centrar-se em todos os grupos etários, com especial enfase na população adulta, sobretudo a partir dos 25 anos, sem descurar ações direcionadas para faixas mais jovens e idades mais avançadas, que, embora em menor número, são afetadas pela transversalidade do fenómeno, sustentado na visão do ciclo da violência ao longo da vida e da necessidade de quebrar a replicação do fenómeno através de ações sensibilização e capacitação para a comunidade e famílias.

e) Grupos Etários dos Agressores

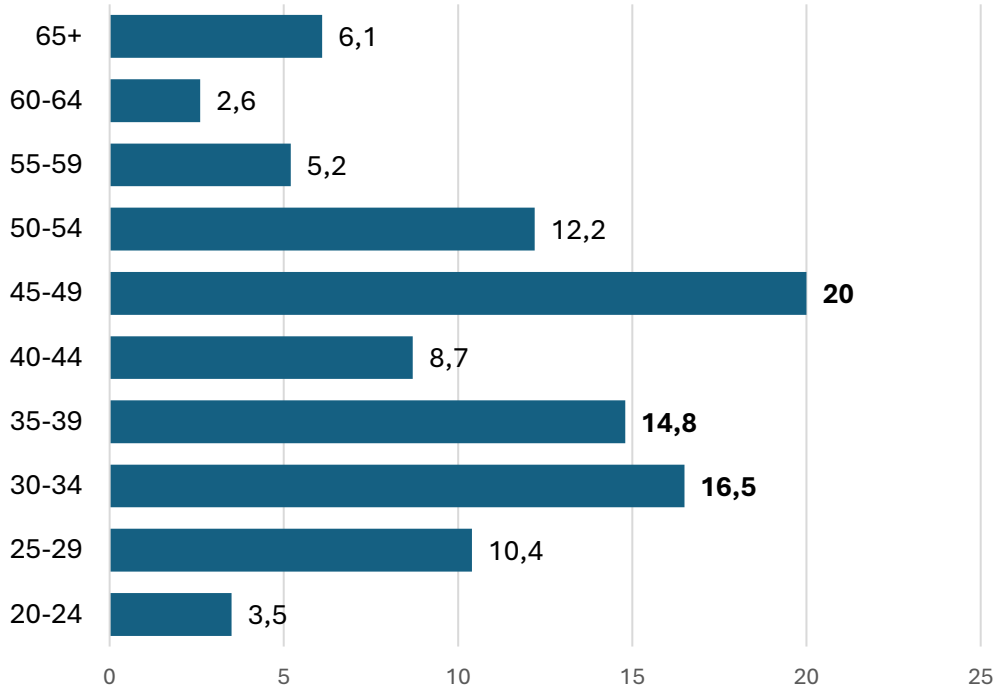
Tabela 50: Grupos Etários dos Agressores de Violência Doméstica dos casos denunciados à PSP em 2024

Idades por Grupos Etários
PSP 2024

	N.º
20-24 anos	4
25-29 anos	12
30-34 anos	19
35-39 anos	17
40-44 anos	10
45-49 anos	23
50-54 anos	14
55-59 anos	6
60-64 anos	3
65 ou + anos	7
Total	**115**

Fonte: Por Radar Social, a partir de dados disponibilizados pela PSP da Marinha Grande 2024/2025

Figura 10: Grupos Etários (%) dos Agressores de Violência Doméstica dos Casos Denunciados à PSP em 2024



Fonte: Fonte: Por Radar Social, a partir de: dados disponibilizados pela PSP da Marinha Grande 2024/2025

A tabela 45 mostra a distribuição etária dos agressores de violência doméstica registados pela PSP em 2024.

O maior número de ocorrências concentra-se entre os 25 e os 49 anos, com destaque para o grupo dos 45-49 anos com 20% dos agressores.

Este intervalo etário (25-49 anos) totaliza 70,4% dos agressores (81 em 115), evidenciando uma prevalência significativa desta faixa etária da população.

Nos grupos etários mais avançados (50-65 ou mais anos) verifica-se uma redução gradual com 26,1% dos agressores (30 em 115), um valor que embora mais baixo é relevante.

Isto demonstra que, embora menos expressivo, o fenómeno também ocorre em idades mais tardias.

Em síntese, a análise sugere que os agressores se concentram sobretudo em idades adultas ativas (25-49 anos), coincidindo com a fase da vida em que muitas pessoas se encontram em relações conjugais ou familiares, o que pode aumentar a exposição a contextos de violência relacional.

f) Vínculo relacional Vítima-Agressor

Tabela 51: Tipologia (N.º), Proporção (%) e Variação Relativa (%) da Relação da Vítima Com o Agressor das Denúncias Realizadas às Forças de Segurança do Concelho da Marinha Grande em 2023 e 2024

Relação com o Agressor	PSP 2024	%	GNR 2023	%	GNR 2024	%	Variação GNR 23-24
Relação afetiva	74	62,2	17	53,1	22	68,9	+29,8
Antigos vínculos afetivos	33	27,7	3	9,4	3	9,4	0
Pais	6	5	3	9,4	2	6,3	-33
Filhos	3	2,5	2	6,3	1	3,1	-50,8
Irmãos	1	0,8	0	0	0	0	0
Avó	1	0,8	0	0	0	0	0
Outra	1	0,8	7	21,8	4	12,5	-42,7
Total	**119**	100	**32**	100	**32**	100	0

Fonte: PSP Marinha Grande e GNR Vieira de Leiria (dados solicitados por e-mail) 2023 e 2024

De acordo com o Relatório Anual de Monitorização de Violência Doméstica de 2021, realizado pelo Ministério da Administração Pública, a nível nacional, relativamente à relação vítima-denunciado(a), 50,4% das vítimas mantinham uma relação conjugal com o(a) agressor(a) no momento da participação da ocorrência, 21% já haviam tido uma relação conjugal anterior, 12,2% encontravam-se numa relação de namoro, 7,9% eram descendentes, 7,8% ascendentes e 0,7% tinham outro tipo de relação.

Comparando os dados locais com o panorama nacional, observa-se que tanto no território da PSP como no da GNR se regista **uma prevalência elevada de casos em contexto de relações conjugais ou afetivas na ordem dos 62,2% e 68,9% respetivamente.**

Em 2023 e 2024 a maioria das situações de agressões registadas tanto pela PSP como pela GNR ocorre no contexto de relações íntimas ou familiares.

No seu conjunto, as categorias relação afetiva e antigos vínculos representam 89,91% das situações denunciadas à PSP e 78,13% à GNR.

Comparando 2023 e 2024, verifica-se um aumento do número de casos associados a relações afetivas, com mais 5 situações registadas, enquanto as restantes categorias apresentaram um ligeiro decréscimo.

Já as situações de violência entre ascendentes e descendentes, embora presentes, surgem em percentagens mais reduzidas.

g) Tipologia da Violência Denunciada

Tabela 52: Tipologia da Violência das Denúncias Registadas em 2024 pela PSP da Marinha Grande

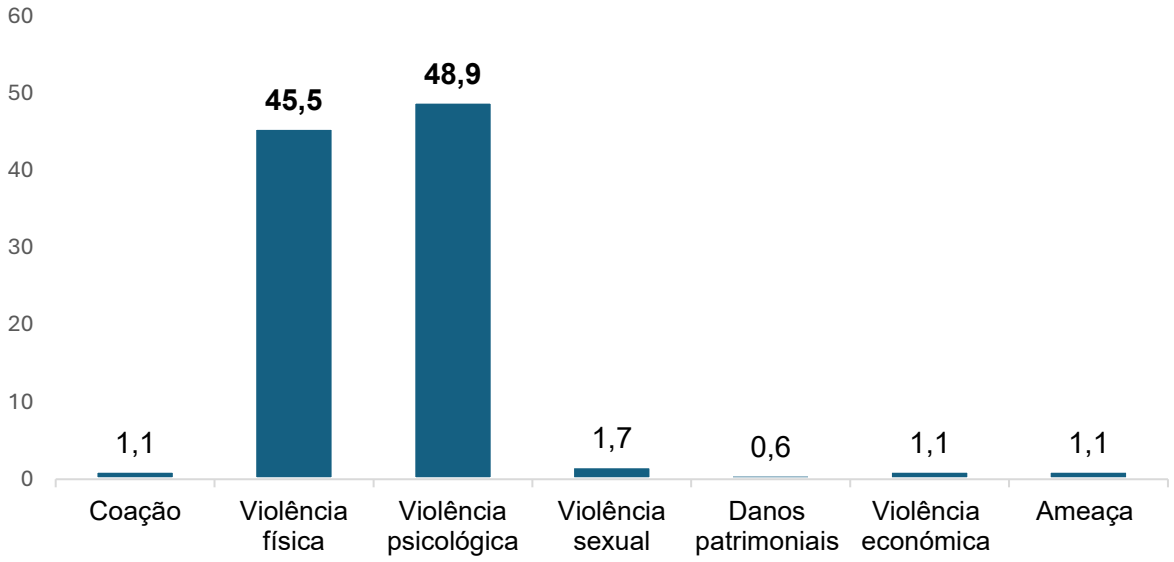
Tipologia da Violência – PSP	
Coação	2
Violência física	81
Violência psicológica	87
Violência sexual	3
Danos patrimoniais	1
Violência económica	2
Ameaça	2
Total	**178**

Fonte: Por Radar Social, a partir de dados disponibilizados pela PSP da Marinha Grande, 2025

Em 2024, a PSP da Marinha Grande registou um total de 178 denúncias relacionadas com situações de violência.

A análise das tipologias evidencia que a violência psicológica e a violência física representam a grande maioria dos casos, somando um conjunto de 168 ocorrências, 94,4% dos casos.

Figura 11: Tipologias da Violência das Denúncias Registadas pela PSP das Freguesias da Marinha Grande e Moita em 2024



Fonte: Dados disponibilizados pela PSP da Marinha Grande, 2025

As restantes tipologias registam valores significativamente mais baixos: violência sexual, coação, ameaça, violência económica e danos patrimoniais totalizam 5,6% dos casos.

Esta disparidade pode refletir não só a menor frequência destas formas de violência, mas também uma possível subnotificação, sobretudo nas tipologias mais difíceis de identificar ou denunciar.

Importa ainda referir que o número total de registos apresentados é superior ao número de vítimas, uma vez que uma mesma pessoa pode ser alvo de múltiplas formas de violência em simultâneo. Esta realidade reforça a necessidade de uma abordagem integrada e multidisciplinar no acompanhamento e intervenção junto das vítimas.

Tabela 53: Tipologia da Violência das Denúncias Registadas em 2023/2024 pela GNR de Vieira de Leiria

Tipologia da Violência	2023	2024
Força física (inclui espancamento, estrangulamento...)	16	15
Ameaça/coação psicológica	12	12
Armas de fogo de caça	0	0
Armas de fogo de defesa	0	0
Arma branca	0	3
Instrumento de trabalho	0	0
Outras armas	0	2
Veículo (tentativa de atropelamento)	1	0
Veneno ou outro produto químico	0	0
Outros instrumentos	3	0
Total	**32**	**32**

Fonte: Dados disponibilizados pela GNR de Leiria,2024/2025

A análise dos dados fornecidos pela GNR, tanto em 2023 como em 2024, permite identificar que a violência física e psicológica é predominante, somando em conjunto 28 denúncias registadas em 2023 (87,5%) e 27 denúncias em 2024 (84,4%). Embora a violência física e psicológica lidere o número de denúncias, observa-se que a GNR detalha ainda a utilização dos meios específicos no ato agressivo, como armas de fogo, veículos (tentativas de atropelamento) ou outras armas.

De reforçar a ocorrência em 2024 de cinco situações com recurso a arma branca (3) e outras armas (2), situações não verificadas em 2023 que sugerem o aumento da gravidade das situações de risco que envolvem os atos de violência praticada.

Ambas as forças confirmam que a violência física e psicológica são as mais recorrentes. Esta elevada incidência, próxima entre si, confirma a tendência de que ambas as formas de violência ocorrem frequentemente em simultâneo.

h) Situação face ao emprego das Vítimas

Tabela 54: Situação da Vítima face ao Emprego das Denúncias Registadas pela PSP e GNR em 2023/2024

Situação face ao emprego	GNR		PSP	Total
Ano de Referência	2023	2024	2024	2024
Ativa	10	18	74	92
Desempregada	2	8	27	35
Aposentada	9	10	14	24
Desconhecida	16	5	2	7
Total	**41**	**41**	**117**	**158**

Fonte: Por Radar Social, a partir de dados disponibilizados PSP Marinha Grande e GNR de Leiria 2023/2024

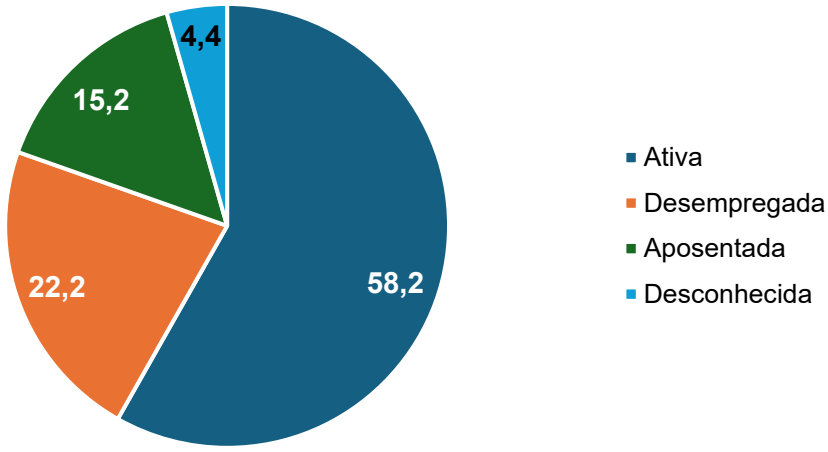
Nas denúncias registadas por ambas as forças de autoridade, a maioria das vítimas encontra-se em situação ativa profissionalmente, seguidas pelas que se encontram desempregadas e, em menor número, pelas aposentadas.

Estes dados evidenciam que a violência doméstica afeta maioritariamente pessoas inseridas no mercado de trabalho, o que sugere que, apesar da possível autonomia económica, podem persistir situações de dependência ou outros fatores que contribuem para a perpetuação da violência.

No caso da GNR, comparando 2023 e 2024, observa-se um aumento no número de vítimas profissionalmente ativas, com uma variação absoluta de mais 8 casos face a 2023 e um ligeiro crescimento entre as vítimas desempregadas, com mais 4 casos registados.

O número de vítimas aposentadas mantém-se relativamente estável entre os dois anos

Figura 12: Situação da Vítima face ao Emprego (%) das Situações de Violência Doméstica Denunciadas às Forças de Autoridade (PSP e GNR) do Concelho da Marinha Grande em 2024



Fonte: Por Radar Social, a partir de dados disponibilizados pela PSP e GNR 2023/2024

Da análise dos dados conjunta, relativo ao ano de 2024, confirma-se que a maioria das vítimas se encontra profissionalmente ativa, com 58,2% dos casos, seguido da situação de desemprego com 22,2%.

As situações de desemprego reportadas podem evidenciar uma maior vulnerabilidade económica, que frequentemente está associada a situações de dependência e por sua vez dificuldades em quebrar o ciclo de violência.

Contudo a violência pode manifestar-se como resultado de várias causas.

Os dados demonstram que a violência não se restringe às faixas etárias ativas, podendo ocorrer também entre pessoas mais velhas, nomeadamente em contextos de violência doméstica entre cônjuges idosos ou situações de violência intrafamiliar e geracional, com 15,2% das situações denunciadas originárias de pessoas aposentadas.

10.2.3 Mulher do Séc. XXI: Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres

A Associação Mulher Século XXI[7] foi fundada em 2001, constituiu-se como uma organização de defesa dos direitos das mulheres, com o objetivo de devolver à mulher a dignidade social.

É uma Organização Não Governamental que visa promover a Igualdade de Género e a Cidadania, prevenir e combater a Violência de Género, em especial, a Doméstica, a Violência no namoro e a Violência Doméstica Contra Pessoas Idosas, adequando as suas ações em conformidade com as orientações estratégicas nacionais e internacionais.

A sua missão é desenvolver ações e criar estruturas de apoio às mulheres, crianças e idosos/as delas dependentes, promover iniciativas na área da prevenção da Violência de Género, implementar serviços e grupos de interajuda, de modo a melhorar a sua qualidade de vida.

Os objetivos da Associação são:

- Promover a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação;
- Apoiar as vítimas de Violência de Género e Violência Doméstica e contribuir para a sua informação e proteção;
- Desenvolver ações que persigam o combate à discriminação das Mulheres e que favoreçam a inserção das mulheres no mercado de trabalho e na vida ativa;

[7] Informação disponível em Quem Somos – Mulher Século XXI, consultada a 24/09/25

- Criar infraestruturas e estruturas de apoio às mulheres, crianças e idosos/as em situação de vulnerabilidade social.

10.2.3.1 Centro de Atendimento e Apoio à Vítima do Distrito de Leiria - Concelho da Marinha Grande

a) Género das Vítimas

Tabela 55: Género das Vítimas de Violência Doméstica Atendidas pelo CAVVDDL (Dados Relativos ao Concelho da Marinha Grande) 2024 e 2023

	2024		2023	
Género	Nº	%	Nº	%
Feminino	23	96	19	90
Masculino	1	4	2	10
Total	**24**	**100**	**21**	**100**

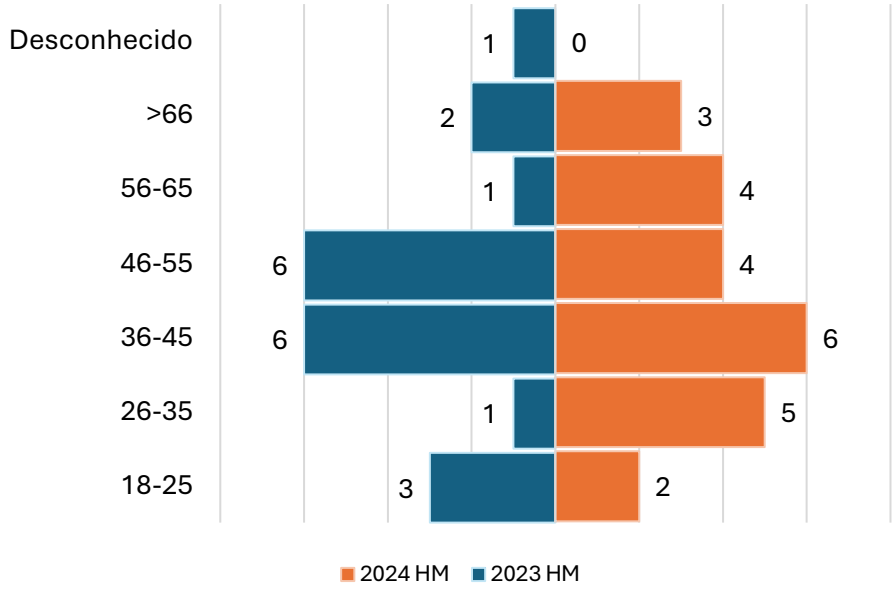
Fonte: Por Radar Social, a partir de dados disponibilizados pela Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres – Mulher Séc. XXI 2023/2024

A análise dos dados referentes ao Centro de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Leiria e relativos à intervenção no concelho da Marinha Grande permitem identificar que, em ambos os anos considerados (2023 e 2024), a grande maioria das vítimas é do género feminino.

Em 2023, 90% das vítimas são mulheres, percentagem que aumentou em 2024 para 96%. Este dado confirma que a violência doméstica continua a atingir de forma desproporcional as mulheres, enquadrando-se na tendência nacional.

b) Grupos Etários das Vítimas 2023 e 2024

Figura 13: Idade das Vítimas de Violência Doméstica por Grupos Etários Atendidas pelo CAVVDDL em 2023 e 2024



Fonte: Por Radar Social a partir de dados disponibilizados pela Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres – Mulher Séc. XXI 2023/2024

A comparação entre os anos de 2023 e 2024 evidencia uma ligeira subida do número de vítimas atendidas, passando de 21 para 24.

No que respeita à distribuição etária, verifica-se uma consistência na concentração de vítimas em idades adultas, sobretudo entre os 26 e os 55 anos, que representam a maioria dos casos em ambos os anos.

Em 2024 surge um aumento das situações em idades mais avançadas, com destaque para a faixa dos mais de 66 anos.

De forma global, os dados revelam uma tendência de crescimento no número de vítimas atendidas e uma diversificação etária, ainda que mantendo a predominância de mulheres em idade adulta.

Estes resultados sublinham a necessidade de reforçar as respostas de prevenção e intervenção, tanto junto da população ativa como também junto da população idosa.

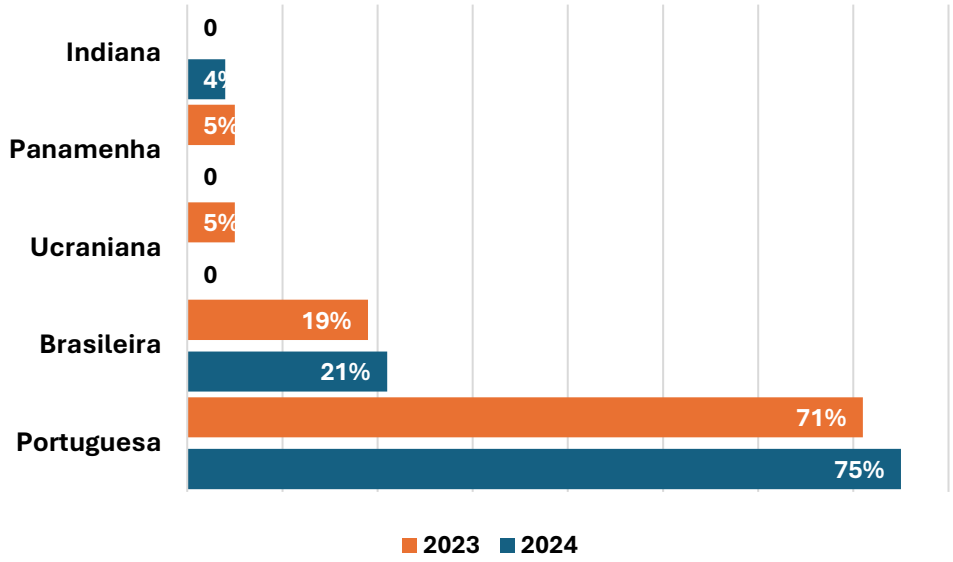
c) Nacionalidade das Vítimas

Tabela 56: Nacionalidade das Vítimas de Violência Doméstica atendidas pelo CAVVDDL (Dados Relativos ao Concelho da Marinha Grande) 2024 e 2023

Nacionalidade das Vítimas	2023	2024
	Nº	Nº
Portuguesa	15	18
Brasileira	4	5
Ucraniana	1	0
Panamenha	1	0
Indiana	0	1
Total	**21**	**24**

Fonte: Por Radar Social, a partir de dados disponibilizados pela Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres – Mulher Séc. XXI 2023/2024

Figura 14: Nacionalidade (%) Das Vítimas de Violência Doméstica Atendidas pelo CAVVDDL (Dados Relativos ao Concelho da Marinha Grande) 2024 e 2023



Fonte: Por Radar Social, a partir de dados disponibilizados pela Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres – Mulher Séc. XXI 2023/2024

De acordo com o Relatório Anual de Monitorização de Violência Doméstica de 2021, realizado pelo Ministério da Administração Pública, a nível nacional, 84,9% das vítimas e 84,8% dos denunciados nasceram em Portugal, enquanto 15,1% das vítimas e 15,2% dos denunciados eram oriundos de países estrangeiros.

Comparando os dados locais de 2023 e 2024 com o panorama nacional, confirma-se a mesma tendência: as vítimas de nacionalidade portuguesa constituem a esmagadora maioria.

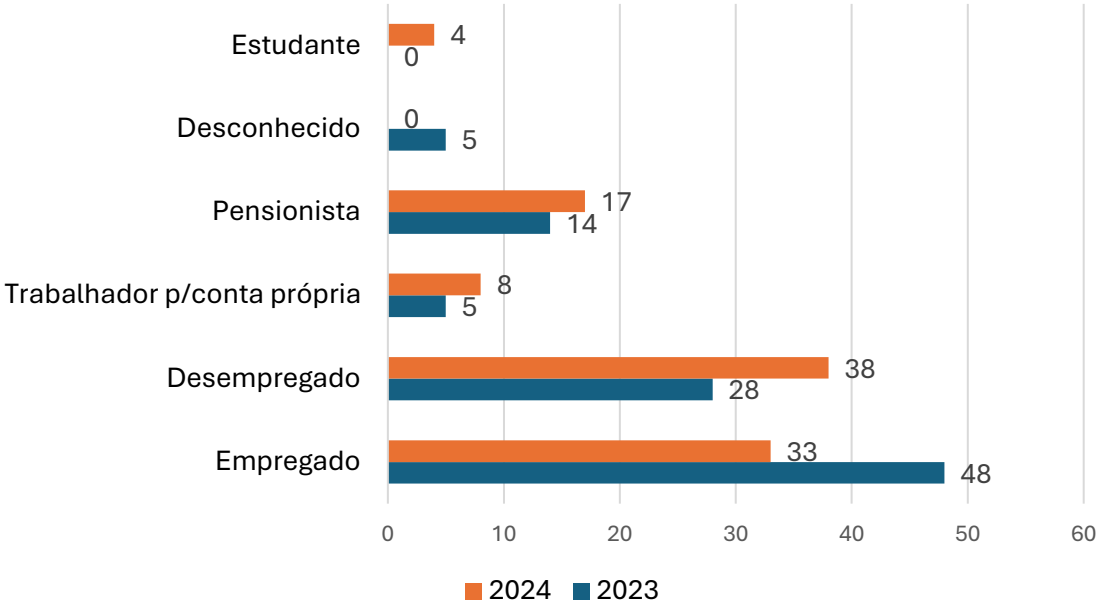
A comparação entre os dois anos demonstra que a tendência de maior incidência entre vítimas portuguesas se mantém, passando de 71% em 2023 para 75% em 2024.

As vítimas de nacionalidade brasileira também mantêm expressão, com uma ligeira subida em termos absolutos (de 4 para 5 casos), representando cerca de um quinto do total em ambos os anos.

De forma global, os dados evidenciam que a violência doméstica atinge sobretudo a população portuguesa residente, mas também reflete a pluralidade cultural existente no concelho, com a presença de vítimas estrangeiras de diferentes origens registadas.

d) Situação Laboral das Vítimas de Violência Doméstica

Figura 15: Situação Laboral (%) das Vítimas de Violência Doméstica Atendidas pelo CAVVDDL (Dados Relativos ao Concelho da Marinha Grande) em 2023



Fonte: Por Radar Social, a partir de: dados disponibilizados pela Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres – Mulher Séc. XXI 2023/2024

No espaço de 1 ano aumentou a proporção de vítimas desempregadas, trabalhadoras por conta própria e pensionistas. Em contrapartida, baixou a proporção de vítimas empregadas.

Do ponto de vista laboral, constata-se uma transformação no perfil das vítimas: se em 2023 predominavam as pessoas empregadas, em 2024 observa-se um crescimento significativo de vítimas desempregadas e pensionistas, indicando maior vulnerabilidade destes grupos.

e) Nível de Escolaridade Vítimas de Violência Doméstica

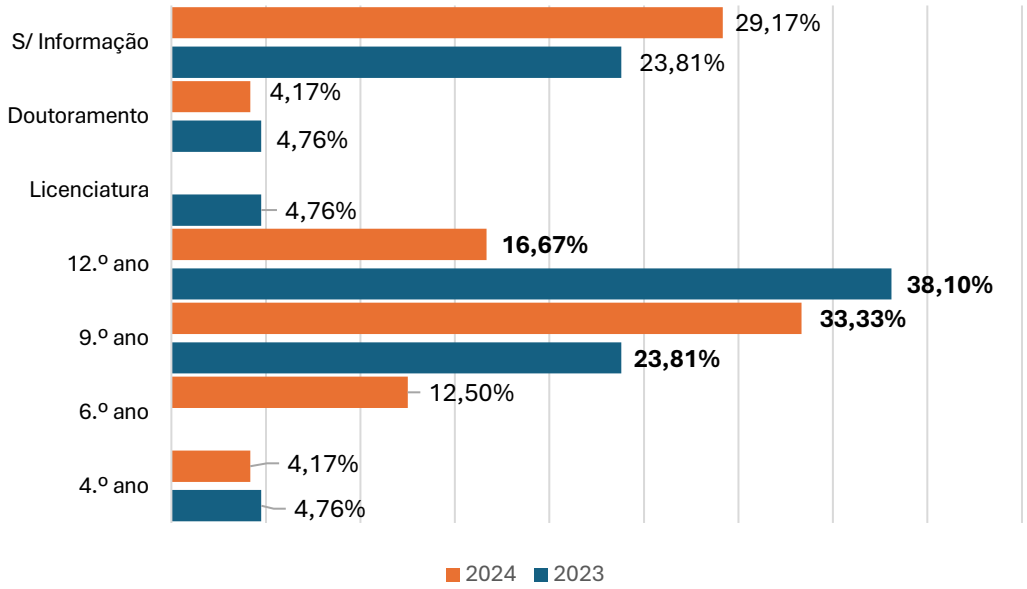
Tabela 57: Nível de Escolaridade (N.º) Das Vítimas de Violência Doméstica Atendidas pelo CAVVDDL (Dados Relativos ao Concelho da Marinha Grande) 2024 e 2023

Nível de Escolaridade			
Ano de Referência	**2023**	**2024**	**Total**
4.º ano	1	1	2
6.º ano	0	3	3
9.º ano	5	8	13
12.º ano	8	4	12
Licenciatura	1	0	1
Doutoramento	1	1	2
S/ informação	5	7	12
Total	**21**	**24**	**45**

Fonte: Por Radar Social, a partir de dados disponibilizados pela Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres – Mulher Séc. XXI 2023/2024

Em termos totais, o 9.º e o 12.º ano de escolaridade são os níveis mais frequentes entre as vítimas (13 e 12 respetivamente).

Figura 16: Nível de Escolaridade (%) Das Vítimas de Violência Doméstica Atendidas pelo CAVVDDL (Dados Relativos ao Concelho da Marinha Grande) em 2023 e 2024



Fonte: Por Radar Social, a partir de dados disponibilizados pela Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres – Mulher Séc. XXI 2023/2024

O gráfico evidencia diferenças na distribuição percentual das vítimas de violência doméstica segundo o nível de escolaridade entre 2023 e 2024:

- Em 2023, destacam-se as vítimas com o 12.º ano de escolaridade, que representam 38,10% do total, seguidas das vítimas com o 9.º ano (23,81%).
- Em 2024, observa-se uma alteração significativa neste padrão: o 9.º ano torna-se o nível de escolaridade mais frequente entre as vítimas (33,33%), enquanto o 12.º ano desce para 16,67%.
- Apesar de menos expressivos, registam-se ainda casos de vítimas com licenciatura e doutoramento em ambos os anos, representando cerca de 4 a 5%.
- Importa sublinhar o peso da categoria "sem informação", que se mantém elevado nos dois anos (23,81% em 2023 e 29,17% em 2024).

f) Tipologia da violência

Tabela 58: Tipologia da Violência dos Casos de Violência Doméstica dos Utentes Acompanhados pelo CAVVDDL (Dados Relativos ao Concelho da Marinha Grande) em 2023 e 2024

Tipologia dos Casos	2023	2024
Física	16	20
Psicológica	21	24
Sexual	4	6
Social	4	2
Financeira	3	1
Total	**48**	**53**

Fonte: Por Radar Social, a partir de dados disponibilizados pela Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres – Mulher Séc. XXI 2023/2024

Em ambos os anos, as formas de violência mais prevalecentes são a psicológica e a física.

De salientar que, à semelhança dos dados da PSP, o número total de registos por tipologia é superior ao número de vítimas acompanhadas. Isto ocorre porque uma mesma vítima de violência doméstica pode estar sujeita a mais do que uma forma de violência em simultâneo, acumulando diferentes impactos (psicológicos, físicos, sociais ou económicos).

Em 2023, a violência psicológica (21 casos) já superava a física (16 casos), tendência que se mantém em 2024, com 24 e 20 casos, respetivamente.

Globalmente, regista-se um aumento do número total de situações (de 48 para 53), o que pode refletir quer uma intensificação do fenómeno, quer uma maior procura de apoio e visibilidade das vítimas.

A **violência psicológica** assume um papel central, superando a violência física e revelando-se a mais frequente. A persistência deste padrão demonstra a necessidade de reforçar medidas de prevenção e atuação.

10.3 Programas e Medidas de Proximidade e Segurança – Comportamentos de Risco - Públicos Vulneráreis (Crianças e Jovens e Pessoas Idosas e ou com deficiência e incapacidade)

a) PSP-MIPP

O Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP) é uma estratégia operacional da Polícia de Segurança Pública (PSP), que visa promover uma atuação policial mais próxima, preventiva e articulada com os diferentes atores sociais. Este modelo assenta na lógica da proximidade à comunidade, com especial enfoque em grupos mais vulneráveis, como crianças, jovens, pessoas idosas e vítimas de violência.

O MIPP operacionaliza-se através de projetos e programas específicos, tais como: “Escola Segura”; “Idosos em Segurança”; “Comércio Seguro”;” A Solidariedade não tem Idade”;” Significativo Azul”; “Juntos por Todos” e Saúde em Segurança”. [8]

Este modelo promove:

- A prevenção da criminalidade e de comportamentos de risco;
- O reforço do sentimento de segurança e confiança na PSP;
- A colaboração com instituições locais, como escolas, autarquias, serviços sociais e associações.

Desta forma, a PSP posiciona-se como agente de coesão social, fomentando uma atuação proativa, preventiva e centrada na resolução de problemas concretos das comunidades.

b) GNR-PEPP

No contexto da segurança pública local, destaca-se também a atuação da Guarda Nacional Republicana (GNR), através dos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade (PEPP). Estes programas representam uma resposta estratégica orientada para a prevenção da criminalidade e o reforço da coesão social, sobretudo em territórios com populações mais vulneráveis e dispersas.

O modelo de policiamento que sustenta os PEPP baseia-se numa presença regular e visível dos militares no terreno, promovendo relações de confiança com a comunidade e incentivando o envolvimento ativo na resolução de problemas de segurança. Trata-se de um paradigma que privilegia a proatividade, a antecipação de riscos e a intervenção precoce, em oposição a uma abordagem meramente reativa.

Este modelo tem-se revelado particularmente eficaz em zonas rurais ou de baixa densidade populacional, onde a GNR assume competências exclusivas. Os PEPP estão estruturados para responder a diferentes perfis e necessidades sociais, destacando-se programas como: “Escola Segura”; “Apoio 65 – Idosos em Segurança”; “Comércio Seguro”; “Operação Censos Sénior” e o “Programa de Apoio a Pessoas com Deficiência (PAPCD)”.[9]

A eficácia destes programas depende fortemente da articulação com outras entidades locais, como autarquias, juntas de freguesia, instituições sociais e serviços de saúde. Contudo, em algumas

[8] Disponível em https://www.psp.pt/Pages/homePage.aspx# a 20/06/25
[9] Disponível em https://www.gnr.pt/#, extraído a 23/06/25

localidades, ainda existe desconhecimento por parte da população sobre a existência ou funcionamento destes programas, o que limita o seu alcance e impacto.

Assim, a integração estruturada dos PEPP no planeamento local de segurança e a promoção da sua visibilidade junto das populações são fundamentais para reforçar a prevenção, a proteção e o sentimento de segurança nas comunidades.

De forma geral, a PSP e a GNR desenvolvem diversos programas e projetos de proximidade a nível local, com o objetivo de promover a segurança, prevenir situações de risco e reforçar a ligação com a comunidade. Estas iniciativas são dirigidas a diferentes grupos da população, nomeadamente crianças e jovens, idosos, pessoas com deficiência e cidadãos em situação de vulnerabilidade, sendo desenvolvidas em articulação com entidades e parceiros locais e famílias.

Na tabela 54, apresentam-se alguns dos trabalhos implementados por estas forças de segurança, direcionados ao público-alvo identificado neste diagnóstico.

Tabela 59: Descritivo dos Programas de Proximidade das Forças de Segurança Nacionais (PSP e GNR) em 2024/2025

Programa	Objetivos	Público-Alvo	Entidade Promotora
"Apoio 65 – Idosos em Segurança"	Reforço da segurança de idosos em zonas rurais; visitas domiciliárias, patrulhamento e sensibilização	Idosos com 65 ou mais anos	PSP e GNR
"Escola Segura"	Presença Policial em meio escolar para o reforço da segurança e cidadania	Alunos, Professores e Famílias	
"Estou Aqui! Adultos"	Pulseiras com identificação para resposta rápida a desaparecimentos.	Direcionado a maiores de 18 anos com risco de desorientação, pessoas com demência ou alzheimer	PSP
"Estou Aqui! Crianças"		Menores entre os 2 e os 10 anos	
"A Solidariedade Não Tem Idade"	Visitas, sessões e atividades para prevenir o isolamento dos idosos	Idosos	
"Significativo Azul"	Segurança de pessoas com deficiência intelectual ou multideficiência	Pessoas com deficiência	PSP

"Juntos Por Todos"	Inclusão de migrantes e capacitação de polícias	Comunidades Migrantes	
"E-GUARD"	Teleassistência com botão de emergência para idosos vulneráveis	Idosos em situação de isolamento, dependência ou vulnerabilidade	GNR
"PAPcD – Programas de Apoio a Pessoas com Deficiência"	Segurança e bem-estar das pessoas com deficiência; articulação com FENACERCI e INR	Pessoas com deficiência e cuidadores	

Fonte: Por Radar Social, a partir de https://www.psp.pt/Pages/homePage.aspx# a 20/06/25 e https://www.gnr.pt/# 23/06/25

Para além dos projetos e programas descritos, desenvolvidos pela PSP e pela GNR, importa salientar que a Polícia Judiciária (PJ) desenvolve, a nível nacional, diversos projetos de prevenção e investigação dirigidos a populações particularmente vulneráveis, como crianças, jovens, pessoas idosas, migrantes e pessoas em situação de sem-abrigo. Entre os mais relevantes destaca-se:

Tabela 60: Descritivo dos Projetos de Prevenção e Investigação Criminal da Polícia Judiciária 2024-2025

Projeto	Descrição
Projeto "RAYUELA"	De âmbito europeu, focado na prevenção do cibercrime juvenil
Projeto "4Children"	Visa melhorar a resposta a crianças vítimas de abuso sexual, seguindo o modelo Barnahus

Fonte: https://www.policiajudiciaria.pt/projetos-financiados/#

A PJ também promove ações de sensibilização em escolas e comunidades sobre segurança digital e tem vindo a produzir guias para profissionais de investigação e parceiros sociais, reforçando a capacitação em matéria de proteção de menores.

Embora não existam projetos exclusivos para migrantes ou pessoas em situação de sem-abrigo, a PJ intervém sempre que existem indícios de crimes graves, como tráfico de seres humanos ou exploração, atuando em articulação com entidades como a AIMA, serviços de saúde, autarquias e organizações da sociedade civil. Estas ações são desenvolvidas com abrangência nacional, em parceria com estruturas locais e organismos nacionais e internacionais como a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPCJ), CIG, APAV, Europol e Interpol.

10.3.1. Dados Policiamento Comunitário

a) Grupo Vulnerável: Idosos

Tabela 61: Tipologia de Ações (N.º) de Intervenção no Âmbito do Policiamento Comunitário a Idosos Realizados pelas Forças de Segurança (PSP e GNR) do Concelho da Marinha Grande em 2024

Policiamento Comunitário Idosos	PSP	GNR	Total
N.º de idosos em situação de risco social (violência, isolamento social, habitação indigna, insegurança...)	14	3	17
N.º de ocorrências registadas	26	4	30
N.º de ações de sensibilização realizadas na comunidade	3	0	3
N.º de contactos individuais	75	NR	75

Fonte: PSP Marinha Grande, GNR Vieira de Leiria (solicitado por e-mail em 2024 e 2025)

A análise dos dados relativos ao policiamento comunitário em 2024 junto da população idosa no concelho da Marinha Grande revela que as autoridades de segurança identificaram 17 idosos em situação de risco, registaram 30 ocorrências e realizaram, no caso da PSP, 75 contactos individuais.

b) Grupo Vulnerável: Pessoas com Deficiência

PES (Programa Escola Segura)

Em termos Nacionais o Programa Escola Segura da PSP, existe desde 1992, sendo o programa de policiamento mais antigo em desenvolvimento.

Segundo o Despacho nº 8927/2017, de 10 de Outubro que define as atuais regras do programa, é descrito como de âmbito nacional e integra todos os estabelecimentos de ensino não superior: públicos, privados e cooperativos e visa garantir a segurança do meio escolar, sua envolvente prevenindo comportamentos de risco e reduzindo atos de insegurança em meio escolar.

Tabela 62: Tipologia de Ações (N.º) de Intervenção no Âmbito do Policiamento Comunitário a Pessoas com Deficiência Realizados pelas Forças de Segurança do Concelho da Marinha Grande em 2024

Policiamento Comunitário: Escola segura Pessoas com Deficiência	PSP	GNR	Total
N.º de pessoas sinalizadas com deficiência/famílias em situação de risco social (violência, isolamento, habitação indigna...)	2	1	3
N.º de ocorrências registadas	2	1	3
N.º de ações de sensibilização	1	NR	1
N.º de contactos individuais	7	NR	7

Fonte: PSP Marinha Grande, GNR Vieira de Leiria (solicitado por e-mail em 2024 e 2025)

A análise dos dados relativos ao Policiamento Comunitário dirigido a Pessoas com Deficiência evidencia os seguintes aspetos:

- Foram sinalizadas três pessoas/famílias em situação de risco social. A PSP foi responsável por duas sinalizações e a GNR por uma.
- Registaram-se três ocorrências formais, o que parece coincidir com o número de sinalizações, podendo indicar que cada situação sinalizada deu origem a uma intervenção ou registo de ocorrência.
- Foi realizada apenas uma ação de sensibilização, pela PSP. A GNR não reportou ações nesse domínio.
- A PSP contabilizou sete contactos individuais. No entanto, o indicador "n.º de contactos individuais" carece de clarificação, uma vez que não está definido se se refere a visitas domiciliárias, atendimentos individualizados, contactos informais ou outro tipo de acompanhamento direto.

c) Grupo Vulnerável: Crianças e Jovens

Tabela 63: Tipologia de ações (N.º) de Intervenção no Âmbito do Policiamento Comunitário Escolar Realizados Pelas Forças de Segurança do Concelho da Marinha Grande em 2024

Policiamento Comunitário: Escola Segura Educação: Escola Segura	PSP	GNR	Total
N.º de ocorrências registadas	54	3	57
N.º de ocorrências criminais/ não criminais	32/22	2/2	34/24
N.º de ações de sensibilização na comunidade escolar e temas associados na área da prevenção	59	20	79

Fonte: Por Radar Social a partir de questionário à PSP Marinha Grande, GNR Vieira de Leiria 2024/2025

Com base nos dados analisados no âmbito do programa Escola Segura, verifica-se que:

- A PSP registou 94,7% do total de ocorrências (54 em 57) e a GNR registou 5,3% (3 em 57).
- Das ocorrências registadas pela PSP, cerca de 59% foram de natureza criminal (32 em 54) e 41% não criminais (22 em 54)
- Das ocorrências registadas pela GNR 2/3 são ocorrências criminais e 1/3 não criminais.
- Relativamente às ações de sensibilização, a PSP 59 ações e a GNR 20.

Tabela 64: Tipologia de Ações (N.º) de Intervenção no Âmbito do Policiamento Comunitário a Crianças e Jovens Realizados pelas Forças de segurança do concelho da Marinha Grande em 2024

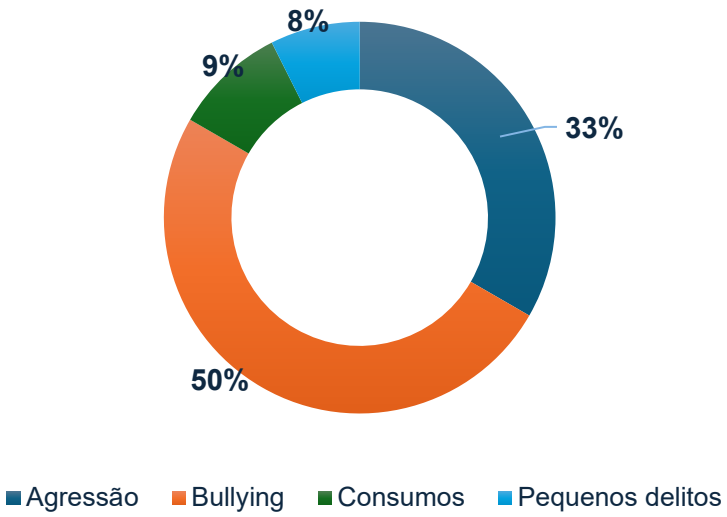
Policiamento Comunitário: Escola Segura Crianças e Jovens/comportamentos de risco	PSP	GNR	Total
N.º de ocorrências registadas de crianças em situação de risco e perigo (vítimas de violência ou expostas a situação de violência)	54	3	57
N.º de comportamentos de risco identificados na população jovem (agressão, *bullying*, consumo de substâncias psicoativas, pequenos delitos...)	54	1	55

Fonte: Dados disponibilizados por PSP Marinha Grande, GNR Vieira de Leiria, 2024/2025

Em 2024, no âmbito do policiamento comunitário direcionado a crianças e jovens no concelho da Marinha Grande, registaram-se 54 ocorrências pela PSP relacionadas com situações de risco e perigo, 3 pela GNR, totalizando 57 casos.

Relativamente aos comportamentos de risco identificados no público jovem, nomeadamente agressões, *bullying*, consumo de substâncias psicoativas e pequenos delitos, a PSP sinalizou 54 ocorrências, e a GNR registou uma.

Figura 17: Comportamentos de Risco Identificados na População Jovem no Âmbito do Policiamento Comunitário a Crianças e Jovens Realizado pela PSP do concelho da Marinha Grande em 2024

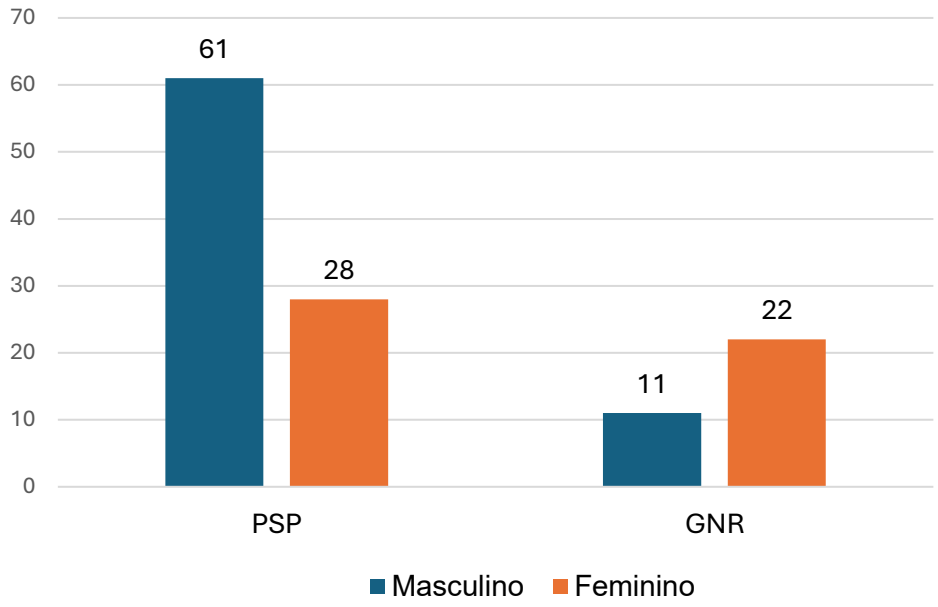


Fonte: PSP Marinha Grande (solicitado por e-mail em 2024 e 2025)

De acordo com os dados fornecidos pela PSP da Marinha Grande, os comportamentos de risco mais prevalecentes na população jovem correspondem ao *bullying* (50%) e à agressão (33%), representando juntos uma larga maioria (83%) dos casos sinalizados.

Estes números evidenciam a urgência de reforçar estratégias de prevenção da violência em contextos escolares e sociais. Por sua vez, os pequenos delitos (9%) e os consumos de substâncias (8%) surgem com menor incidência, mas continuam a constituir sinais de alerta importantes.

Figura 18: N.º de Denúncias Registadas por Género das Vítimas no Âmbito do Policiamento Comunitário a Crianças e Jovens Realizado pelas Forças de Segurança do Concelho da Marinha Grande em 2024



Fonte: Por Radar Social, a partir de, PSP Marinha Grande, GNR Vieira de Leiria (solicitado por e-mail em 2024 e 2025)

A figura 18 apresenta a distribuição das denúncias registadas por género das vítimas no contexto do policiamento comunitário a crianças e jovens realizados pela PSP e pela GNR no concelho da Marinha Grande, em 2024.

Observa-se que, no caso da PSP, o número de vítimas do género masculino é significativamente superior ao feminino, enquanto na GNR a distribuição é mais equilibrada, embora com ligeira predominância de vítimas do género feminino.

Estes resultados sugerem que, no âmbito da PSP, as ocorrências reportadas afetam maioritariamente rapazes, ao passo que na GNR as denúncias revelam uma incidência mais próxima entre os dois géneros, com relevo para o feminino podendo refletir diferentes tipos de ocorrências ou perfis de vítimas abordados por cada força de segurança.

10.3.2. Programas de Localização Geográfica_ PSP

c) Programa "Estou Aqui"

Tabela 65: Programas da PSP da Marinha Grande em 2024

"Estou Aqui"	
N.º de pulseiras solicitadas na Marinha Grande, Programa "Estou Aqui Adultos"	67
N.º de pulseiras solicitadas na Marinha Grande, Programa "Estou Aqui Crianças"	341

Fonte: PSP Marinha Grande 2024/2025

Em 2024, no âmbito do Programa "Estou Aqui" da PSP, foram solicitas na Marinha Grande um total de 408 pulseiras de localização, das quais 341 destinavam-se ao programa "Estou Aqui Crianças" e 67 ao "Estou Aqui Adultos". Estes dados revelam uma maior adesão por parte das famílias com crianças, refletindo uma crescente preocupação com a segurança infantil em espaços públicos. Ainda assim, a procura pelo programa dirigido a adultos demonstra também sensibilidade em relação à proteção de pessoas em situação de sem abrigo.

11. Infância e Juventude

11.1 Medidas e Programas de Apoio à Infância e Juventude

11.1.1 Garantia de Apoio para a Infância

Com o objetivo de combater a pobreza e as desigualdades junto das crianças e jovens foi aprovada em Conselho de Ministros nº184/2021, de 29 de dezembro a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2023 e consagra a recomendação (UE) 2021/1004, do Conselho, de 14 de junho de 2021 relativa à criação da Garantia Europeia para a Infância.

A Garantia Europeia para a Infância tem como objetivo prevenir e combater a exclusão social e garantir o acesso das crianças aos serviços essenciais, consubstanciados na defesa dos seus direitos e nos princípios do 11º Pilar Europeu dos Direitos Sociais promovendo a igualdade de oportunidades.

Por conseguinte é criado o Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030, que reflete a estratégia de combate à pobreza infantil.

O Plano de Ação da Garantia para a Infância preconiza assim quatros pilares de ação chave:

Pilar I — Emprego, qualificações e competências;

Enquadrado neste pilar está a garantia e reforço do rendimento das famílias. Direcionado para medidas que promovam a integração no mercado de trabalho dos pais das crianças e jovens, com situações de desemprego de longa duração ou de inatividade, bem como programas focados na requalificação, reconversão e formação de adultos com baixas qualificações e/ou competências

Pilar II — Proteção social e ação social

Criada em 2022, a Garantia de apoio para a infância, trata-se de um complemento ao abono de família a todas as crianças e jovens menores de 18 anos em risco de pobreza extrema. Ao nível do aumento do abono de família, destaca -se o aumento do valor dos 1.º e 2.º escalões do abono de família e a alteração dos escalões de modo a refletir a evolução do salário mínimo nacional desde 2015

Pilar III — Serviços Essenciais de Qualidade

O Pilar III é constituído por cinco objetivos estratégicos e um conjunto de 49 medidas que visam dar resposta às necessidades das crianças e jovens no acesso ao acolhimento na primeira infância, a uma educação e atividades em contexto escolar, a cuidados de saúde, a uma alimentação saudável e a uma habitação digna.

Pilar IV — Inclusão de crianças e jovens especialmente vulneráveis

O Pilar IV enfatiza as crianças e jovens que, pela situação de especial vulnerabilidade, origem ou condição, implicam uma especial intervenção, nomeadamente as crianças e jovens em perigo e as crianças e jovens imigrantes, refugiados ou de grupos minoritários, concretamente de comunidades portuguesas ciganas, pela singularidade e gravidade dos problemas e barreiras a que estão expostas

O Pilar IV contém três objetivos estratégicos, contemplando 19 medidas dirigidas a crianças e jovens em perigo e a crianças e jovens oriundas da imigração ou de grupos minoritários.

11.1.2 Medida Creche Feliz: Rede de Creches Gratuitas

A Portaria 198/2022, de 27 de julho regulamenta as condições de acesso à medida da gratuitidade das creches e creches familiares, integradas no sistema de cooperação (definido por um acordo de cooperação entre as Instituições e o ISS), bem como das amas do Instituto da Segurança Social, I. P.

Esta medida pretende combater a exclusão e pobreza infantil, promovendo o acesso de oportunidades a todas as crianças, independentemente do contexto socioeconómico em que vivem, com o objetivo de romper os ciclos de pobreza.

Trata-se de uma medida de apoio às famílias que visa melhorar o acesso das crianças aos serviços das creches apoiando as famílias na diminuição dos seus encargos familiares, especificamente no que respeita ao pagamento da comparticipação familiar.

Esta medida aplica-se às crianças nascidas a partir de 1 de setembro de 2021, matriculadas em creches da rede solidária, creches da rede pública, amas da Segurança Social ou em creches da rede privada lucrativa e que façam parte da bolsa de creches aderentes, têm direito à creche gratuita.

Em janeiro de 2024 a medida foi alargada às creches da rede pública (autarquias locais, creches de instituições de ensino superior público ou de outras pessoas coletivas de natureza pública, designadamente creches de empresas públicas, creches de sociedades anónimas de capitais públicos, creches de institutos públicos ou de outros organismos de natureza similar).

A gratuitidade abrange, de acordo com o artigo 3º da Portaria 198/2022, de 27 de Julho, todas as atividades das creches regulamentadas na Portaria 262/2011, nomeadamente no artigo 5º (Atividades e Serviços da Creche) e artigo 6º (projeto pedagógico); a alimentação; todas as despesas inerente ao processo de inscrição e seguros; a frequência de períodos de prolongamento de horário e extensão semanal e no âmbito do projeto pedagógico , as ações educativas que permitem acompanhar a evolução do desenvolvimento de cada criança, designadamente a nível motor, cognitivo, pessoal, emocional e social.

Tabela 66: N.º de Creches e de Crianças Beneficiárias da Medida em 2023-12 e 2024-12 no Concelho da Marinha Grande

	Dezembro 2023		Novembro de 2024	
Concelho	Nº de Creches	Nº de Crianças	Nº de Creches	Nº de Crianças
Marinha Grande	7	333	7	480

Fonte: ISS,IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/COOP), 04/07/25

Tabela 67: N.º de Amas e de Crianças Apoiadas em 2023-12 e 2024-12, no Concelho da Marinha Grande

	Dezembro 2023		Novembro de 2024	
Concelho	Nº de Amas	Nº de Crianças	Nº de Amas	Nº de Crianças
Marinha Grande	0	0	0	0

Fonte: ISS, IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ECI), 07/12/24

Entre 2023 e 2024 é visível o aumento do nº de crianças apoiadas pela medida creche feliz, embora o número de creches aderentes se mantenha o mesmo. Este aumento reflete uma variação de 44,1% em 11 meses.

Em termos formais não há amas a apontar no concelho, contudo o mercado informal reflete uma realidade diferente em que é comum observar, por exemplo, nas redes sociais, pessoas a oferecer serviços para tomar conta de crianças após as aulas, serviços de transporte ou outros que consigam colmatar a necessidade dos pais em conciliar o a vida profissional com a vida familiar, o que inclui o acompanhamento dos filhos quando não é possível ao agregado realizar essa função.

11.1.3 Medida de Apoio à Natalidade e à Família

Trata-se de uma medida de incentivo e apoio à natalidade aliviando custos associados à parentalidade.

O Município da Marinha Grande tem em vigor o Programa de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família que consiste na atribuição de um subsídio, por ocasião do nascimento de cada criança no concelho, sendo esta atribuição regulada por Regulamento próprio.

Regulamentada através do Despacho do Diário da República 2ªsérie, Nº207 de 26 de outubro de 2018 que define e estabelece as regras de atribuição de um subsídio dividido em duas tranches iguais face a despesas diretas com a criança relativas aos bens essenciais (acessórios e produtos de alimentação; produtos e serviços de saúde, higiene e conforto; mobiliário; puericultura; vestuário e roupa de cama) por ocasião do nascimento de cada criança natural do concelho da Marinha Grande.

Esta medida aplica-se às crianças nascidas a partir de 01 de janeiro de 2018 e o valor do subsídio a atribuir situa-se entre os 300€ e os 1000€ de acordo com as condições económicas do agregado

familiar e os critérios que definem as condições de atribuição do apoio mencionados no artigo 6º do referido despacho.

A Autarquia pretende promover, por um lado, a melhoria das condições de vida das crianças nos primeiros anos de vida, e por outro, fomentar a economia do concelho, através da aceitação de despesas relativas ao bebé, realizadas em estabelecimentos comerciais do concelho, impulsionando assim os hábitos de consumo do mesmo.

11.2 Respostas e serviços sócio educativos para a 1ª Infância: Rede Solidária e Privada tutelada pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social

a) Educação Pré-escolar

Resposta social orientada para o desenvolvimento de crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, proporcionando-lhes atividades educativas e atividades de apoio à família, com os seguintes objetivos:

- Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança e proporcionar-lhe condições de bem-estar e segurança
- Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem e desenvolvimento da expressão e da comunicação
- Estimular a curiosidade e o pensamento crítico
- Despistar inadaptações, deficiências e precocidades para melhor orientação e encaminhamento da criança
- Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de colaboração com a comunidade
- Apoiar a família através de fornecimento de refeições às crianças e de prolongamento de horários com atividades de animação socioeducativa.[10]

Para além das Respostas para a Infância da rede de estabelecimentos públicos Rede Pré-Escolar que se encontram sob a tutela do Ministério da Educação existe uma rede de estabelecimentos particulares solidários tutelados pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social direcionados para a 1ª Infância.

[10] Fonte: ISS – ISS, IP

Tabela 68: N.º de Crianças por Capacidade, Ocupação (N.º) e Taxa de Ocupação (%) dos Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar da Rede Privada Lucrativa e Particular Solidária 2024/2025

Pré-Escolar	Capacidade (Nº)	Ocupação (Nº)	Taxa de Ocupação (%)
Rede Privada Lucrativa			
Pátio da Inês	100	64	64%
Infantim	25	16	64%
VIACOGNOS	75	14	18,7%
Planeta dos Diabretes	40	26	65%
Clic	50	25	50%
Total	290	145	50%
Rede Particular Solidária			
Jardim dos Pequeninos	**75**	56	74,7%
Centro Infantil "Arco Íris"	75	50	66,7%
Total	150	106	70,6%
Rede Total			
Total	440	251	55%

Fonte: Por Radar Social, a partir de CARTA SOCIAL, disponível em https://www.cartasocial.pt/resultados-da-pesquisa?vt=11&tp=1104&l=10-10-00, consultado a 29/03/25

No concelho, existem 7 estabelecimentos de Pré-escolar com uma capacidade de resposta de 440 lugares.

À data de março de 2025 a ocupação é de 251 lugares, o que perfaz uma taxa de ocupação total de 55% na visão conjunta da rede particular solidária e privada lucrativa de estabelecimentos de Pré-escolar do concelho.

A visão fragmentada informa que os estabelecimentos da rede particular solidária apresentam uma taxa de ocupação de 70,6%, com uma diferença de 20,6 p.p. em relação à rede privada lucrativa.

A capacidade dos estabelecimentos do Pré-Escolar é superior no privado lucrativo, com 290 lugares face a 150 da rede particular solidária.

b) Creche

Resposta social de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos 3 anos de idade, durante o período de impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto. Tem por objetivos:

- Proporcionar, através de um atendimento individualizado, o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afetiva e física
- Colaborar com a família na partilha de cuidados e responsabilidades no desenvolvimento das crianças

- Colaborar no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência assegurando o seu encaminhamento adequado.[11]

Tabela 69: N.º de Crianças por Capacidade, Ocupação (N.º) e Taxa de Ocupação (%) dos Estabelecimentos de Creche da Rede Privada Lucrativa e Particular Solidária 2024/2025

Creche	Capacidade	Ocupação	Taxa de Ocupação (%)
Rede Privada Lucrativa			
Pátio da Inês	98	98	100%
Infantim	39	39	100%
Planeta dos Diabretes	39	37	95%
Os Kanitos	54	52	96%
Puro Mimo	37	15	41%
Lindos Carinhos	33	33	100%
Total	300	274	91,3%
Rede Particular Solidária			
Jardim dos Pequeninos	94	93	99%
Centro Infantil "Arco Íris"	137	137	100%
Total	231	230	99,5%
Rede Total			
	531	504	95%

Fonte: Por Radar Social, a partir de CARTA SOCIAL, disponível emhttps://www.cartasocial.pt/resultados-da-pesquisa?vt=11&tp=1104&l=10-10-00, consultado 29/03/25

No concelho, existem 8 estabelecimentos de creche com uma capacidade de resposta de 531 lugares. À data de março de 2025 a ocupação é de 504 lugares, o que perfaz uma taxa de ocupação total de 95% na visão conjunta da rede de estabelecimentos de creche existentes no concelho.

A visão fragmentada informa que os estabelecimentos da rede particular solidária apresentam uma taxa de ocupação superior à rede privada lucrativa, no valor de 99,5% e com uma diferença de 8,2 p.p. em relação à rede privada lucrativa.

A capacidade dos estabelecimentos de creche é superior no privado lucrativo, com 300 lugares face a 231 da rede particular solidária.

[11] Fonte: ISS – ISS, IP

c) Centros de Atividades e Tempos Livres

Resposta social que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e atividades diversas.

Os objetivos desta resposta social, são:

- Criar um ambiente favorável ao desenvolvimento de cada criança ou jovem, de forma a ser capaz de se situar e expressar num clima de compreensão, respeito e aceitação de cada um;
- Colaborar na socialização de cada criança ou jovem, através da participação na vida em grupo;
- Favorecer a relação entre família, escola, comunidade e estabelecimento, com vista a uma valorização, aproveitamento e rentabilização de todos os recursos do meio;
- Proporcionar atividades integradas num projeto de animação sociocultural, em que as crianças possam escolher e participar voluntariamente, tendo em conta as características dos grupos e como base o maior respeito pela pessoa;
- Melhorar a situação social e educativa e a qualidade de vida das crianças;
- Potenciar a interação e a integração social das crianças com deficiência, em risco e em exclusão social e familiar.

São características das atividades integradas nos modelos de intervenção referidos:

- Acompanhamento/inserção: atividades de animação de rua e atividades de porta aberta.
- Prática de atividades específicas: desporto, biblioteca, ludotecas, ateliers de expressão, cineclubes, clubes de fotografia e quintas pedagógicas.[12]

[12] Fonte: ISS – ISS, IP

Tabela 70: N.º de crianças por Capacidade, Ocupação (N.º) e Taxa de Ocupação (%) dos Estabelecimentos de Creche da Rede Privada Lucrativa e Particular Solidária 2024/2025

Centros de Atividades de Tempos Livres	Capacidade	Ocupação	Taxa de Ocupação (%)
Rede Privada Lucrativa			
Infantim	55	44	80%
Ekipa+	32	28	88%
O Cantinho do Recreio	32	51	159%
ATL Pequenos Sábios	20	0	NA
Catraios MCM Pessoal	19	0	NA
Total	158	123	78%
Rede Particular Solidária			
Jardim dos Pequeninos	55	45	82%

Fonte: Por Radar Social, a partir de CARTA SOCIAL, disponível emhttps://www.cartasocial.pt/resultados-da-pesquisa?vt=11&tp=1104&l=10-10-00 consultado a 29/03/25

No concelho, existem 6 estabelecimentos de CATL com uma capacidade de resposta de 213 lugares. À data de março de 2025 a ocupação comunicada ao I.S.S. é de 168 lugares, porém este valor encontra-se enviesado por falta de resposta de dois estabelecimentos.

A visão fragmentada informa que existe um estabelecimento da rede particular solidária que apresenta uma taxa de ocupação de 82%.

11.3 Atividades Municipais de apoio e incentivo à Participação e Ocupação de Tempos Livres das Crianças e Jovens

a) Colónia Balnear Afonso Lopes Vieira

A colónia de férias, é uma resposta para todas as crianças e jovens residentes no concelho com idades entre os 8 e os 14 anos e tem como objetivo promover a ocupação saudável dos tempos livres das crianças e dos jovens, proporcionar atividades de convívio e desenvolvimento do espírito de grupo e assim como o contacto com novas iniciativas e experiências menos comuns.

Funciona em regime residencial e presta serviços de alojamento, alimentação, transporte, participação e lazer através de um programa de atividades lúdicas, culturais e desportivas adaptadas às crianças e jovens.

As crianças e os jovens subsidiados pelo sistema de ação social escolar beneficiam da redução ou isenção de pagamento, dependendo do respetivo escalão do abono de família. Prevê-se ainda uma quota até 40% das vagas existentes em cada período, para casos definidos no respetivo regulamento municipal.

b) Campo de Férias "Tecnologia, Desporto e Arte"

Os Campos de Férias "Tecnologia, Desporto e Arte", realizado em 2025, é uma iniciativa gratuita que visa proporcionar momentos de aprendizagem, diversão e convívio a crianças e jovens dos 7 aos 12 anos, divido em 4 turnos com um limite por turno de 10 participantes.

O objetivo é promover uma ocupação saudável dos tempos livres durante a pausa letiva, através de experiências enriquecedoras que conciliam aprendizagem, diversão e socialização.

Apresenta um programa diversificado que engloba atividades tecnológicas, desportivas e artísticas com o objetivo de ocupar os tempos livres dos participantes durante o período de pausa letiva, fomentando o desenvolvimento de competências, a criatividade, a prática de exercício físico e o contacto com diferentes formas de expressão. Entre as atividades programadas e realizadas constam sessões de expressão dramática, artes plásticas, exploração da natureza, atividades aquáticas e oficinas tecnológicas orientadas pela Happy Code.

Os locais das atividades decorrem nos espaços municipais e culturais do concelho, nomeadamente, Edifício da Resinagem, Museu Joaquim Correia, Estádio Municipal, Piscina Municipal e Parque da Portela.

c) Semana da Criança: Crianças ao Palco 1.ª Edição+ O desporto é para todos +

Habitualmente decorre no Parque da Cerca, no final de Maio e início de Junho, a semana da Criança que conta com um programa lúdico, inclusivo e educativo.

O evento pretende proporcionar experiências enriquecedoras às crianças, envolvendo escolas, famílias, instituições e a comunidade em geral através de um conjunto diversificado de atividades lúdicas, desportivas, ambientais, culturais e artísticas, destacando-se as visitas escolares com estações temáticas, espetáculos, oficinas, jogos e ações de sensibilização.

O programa integra várias iniciativas com atividades que visam a promoção da inclusão, diversidade e o diálogo através do desporto e da arte.

11.4 Respostas e Serviços de proteção a Crianças e Jovens Especialmente Vulneráveis

11.4.1 Crianças e Jovens em situação de Risco e/ou Perigo

SNIPI: Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância

O DL nº 281/2009 , consolida a intervenção do SNIPI, que de acordo com o Artigo 1º, nº1 " consiste num conjunto organizado de entidades institucionais e de natureza familiar, com vista a garantir

condições de desenvolvimento das crianças com funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social, e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso no desenvolvimento", é "desenvolvido através da atuação coordenada dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social, da Saúde e da Educação, com envolvimento das famílias e da comunidade." (Artigo 1º, nº2).

A estrutura do SNIPI é constituída por uma Comissão de Coordenação (CC), com as cinco Subcomissões de Coordenação Regional (SCR), 22 Núcleos de Supervisão Técnica (NST) de âmbito distrital e 155 Equipas Locais de Intervenção (ELI).

A Intervenção Precoce na Infância (IPI) pode ser definida como um conjunto de medidas de apoio na área social, da educação e da saúde que visam melhorar as oportunidades de aprendizagem, fortalecer as competências dos cuidadores e desenvolver os recursos da família e comunidade. É constituída por um conjunto de ações, a aplicar nos contextos habituais e na rotina da criança, nomeadamente em casa, na creche, no jardim de infância, entre outros.

É assim uma Resposta que visa garantir condições de desenvolvimento das crianças com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal e social e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso de desenvolvimento. Orienta-se para a intervenção de crianças dos 0-6 anos de idade em situação de prevenção ou risco de perturbações do desenvolvimento ao domicílio e em respostas para a primeira infância.

A mediação do processo entre a família, as Instituições e a criança é realizadas através de uma equipa multidisciplinar constituída por profissionais de Saúde, da Educação e do Serviço Social.

São objetivos da Intervenção Precoce:

- Assegurar às crianças a proteção dos seus direitos e desenvolvimento das suas capacidades, através de ações de intervenção precoce na infância em todo o território nacional
- Detetar e sinalizar todas as crianças com risco de alterações ou alterações nas funções e estruturas do corpo ou risco grave de atraso de desenvolvimento
- Intervir, após a deteção e sinalização daquelas situações, em função das necessidades do contexto familiar de cada criança elegível, de modo a prevenir ou reduzir os riscos de atraso no desenvolvimento

- Apoiar as famílias no acesso a serviços e recursos dos sistemas da Segurança Social, da Saúde e da Educação
- Envolver a comunidade através da criação de mecanismos articulados de suporte social.

a) Equipa Local de Intervenção Precoce na Infância

No Concelho da Marinha Grande, a equipa local de Intervenção precoce é da competência da ADESER II e constituída por uma equipa multidisciplinar.

Tabela 71: Capacidade e Equipa Multidisciplinar de Intervenção Precoce da Marinha Grande

Intervenção Precoce Infância, Equipa Local de Intervenção		
Nome	**Capacidade**	**Equipa Multidisciplinar**
ADESER, II	60	Assistente Social Psicóloga Terapeuta da Fala Enfermeira Educadora de Infância

Fonte: Por Radar Social, a partir de dados solicitados à ADESER II, 2025

Segundo os dados fornecidos pela entidade promotora, ADESER II, atualmente o acompanhamento é realizado a 72 crianças, sendo 12 em extra acordo.

Tabela 72: Processo ELI (N.º) Referenciados, Ativos e Arquivados em 2023

Número de Processos	
Número de Processos Referenciados para a ELI	133
Número de Processos Ativos	84
Número de Processos Arquivados	49

Fonte: Por Radar Social, a partir de dados solicitados ADESER II, 2025

Dos 84 processos ativos, 67 foram acompanhados por um mediador de caso e 17 estavam em fase de avaliação.

Em relação às perturbações de desenvolvimento identificadas, dos 133 processos referenciados, não foi possível diagnosticar a etiologia do atraso de desenvolvimento identificado.

Das 133 sinalizações, 5 não foram alvo de intervenção por falta de interesse das famílias, por recusa do apoio, apesar de algumas terem sido referenciadas pelo hospital já com avaliação efetuada.

11.4.2 CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

Em conformidade com a Comissão Nacional, a CPCJ da Marinha Grande é uma instituição oficial não judiciária, com autonomia funcional que visa a promoção e proteção dos direitos da criança e do

jovem, no sentido de prevenir ou pôr fim a situações suscetíveis de colocar em risco a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

A CPCJ da Marinha Grande rege-se, atualmente, pela Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro, segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro.

a) Indicadores de Atividade 2013/2023/2024

Número de Processos Ativos

De acordo com os dados da atividade desenvolvida em 2023 e 2024, é possível realizar uma comparação com a atividade desenvolvida em 2013. Em relação aos processos ativos a situação comparativa é a seguinte:

Tabela 73: Processos Ativos (N.º) no Âmbito de Atuação da CPCJ em 2013-2023 e 2024

Número de Processos Ativos CPCJ, 2013 e 2023			
	2013	2023	2024
Transitados	186	234	202
Instaurados	158	179	243
Reabertos	45	64	64
Total	389	477	509

Fonte: CPCJ – Marinha Grande, novembro 2024 e maio de 2025

No horizonte temporal de 10 anos verifica-se um acréscimo global do número de processos de promoção e proteção instaurados e reabertos.

No ano 2023 transitaram 234 processos, foram instaurados 179 processos e reabertos 64.

Em 2024 o número de processos transitados reduziu para 202 e por sua vez, aumentou para 243 o número de processos instaurados.

Entre 2023 e 2024 manteve-se o número de processos reabertos.

No total, o aumento do número de processos ativos anual variou 30%, o que se traduz num acréscimo absoluto de mais +32 processos ativos.

Origem da Referenciação

Tabela 74: Origem das Referenciações (N.º) no Âmbito de Atuação da CPCJ em 2013-2023 e 2024

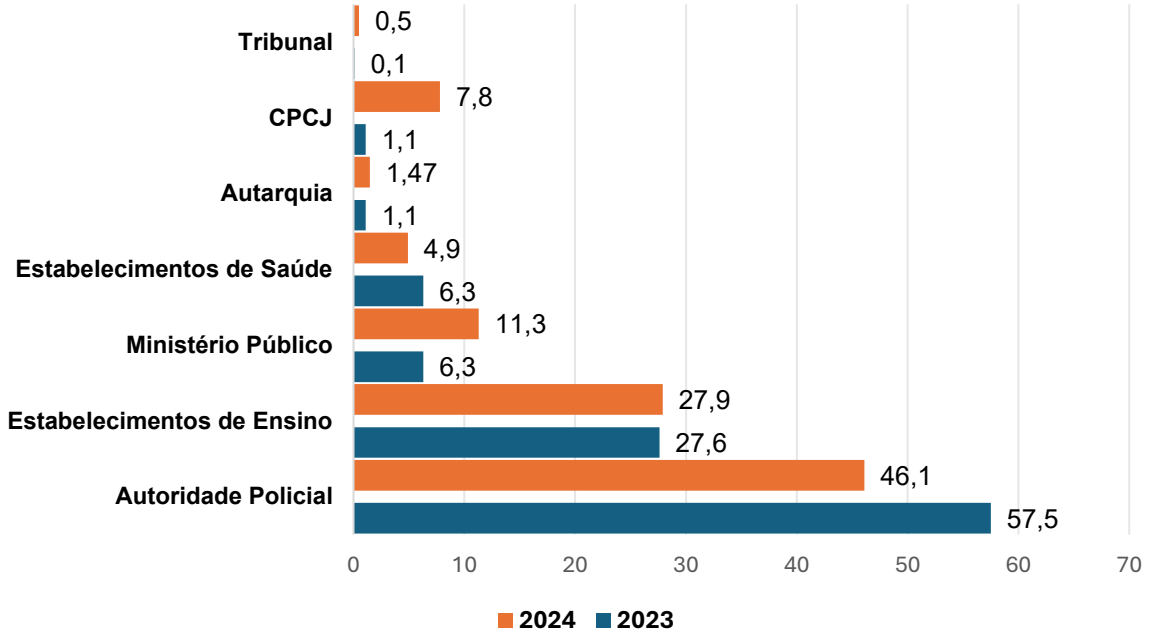
Origem das sinalizações			
Rede Formal	**2023**	**2024**	**Variação (absoluta)**
Autoridade Policial	100	94	**-4**
Estabelecimentos de Ensino	48	57	**+9**
Ministério Público	11	23	**+12**
Estabelecimentos de Saúde	11	10	**-1**
Autarquia	2	3	**+1**
CPCJ	2	16	**+14**
Tribunal	4	1	**-3**
Totais sinalizações rede formal	**174**	**204**	**+30**
Anónimos	45	33	-12
Vizinhos ou particulares	11	9	-2
Pai/Mãe	12	6	-6
Totais sinalizações rede informal	**68**	**48**	**-20**
Número Total de Sinalizações	**242**	**252**	**+10**

Fonte: CPCJ – Marinha Grande, novembro 2024 e maio 2025

Da análise da tabela infere-se, em relação ao período 2023-2024:

- Aumento das sinalizações referenciadas pela rede formal e um decréscimo das sinalizações referenciadas pela rede informal. O reforço das sinalizações pela rede formal permitiu obter um crescimento em 2024 do total de sinalizações referenciadas.
- Maior atividade junto da comunidade educativa, com um aumento absoluto de mais 12 casos e aumento da atividade da CPCJ com um aumento de +14 sinalizações.

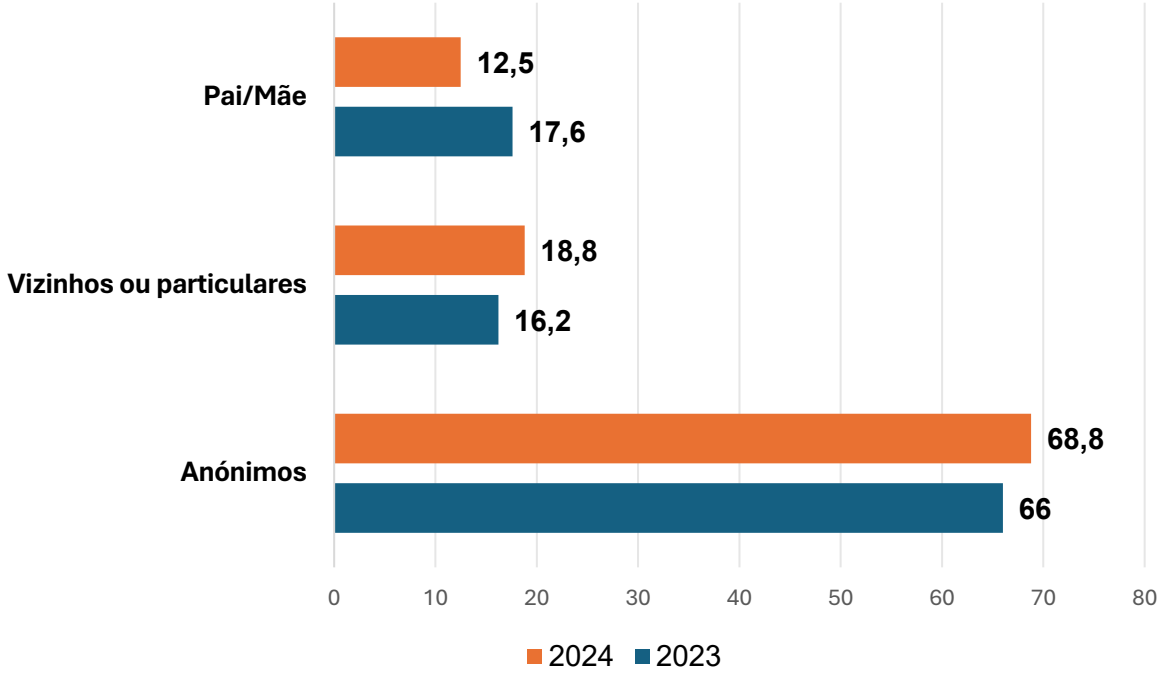
Figura 19: Origem (%) das Sinalizações Referenciadas pela Rede Formal à CPCJ no Concelho da Marinha Grande, 2033-2024



Fonte: CPCJ – Marinha Grande, novembro 2024 e maio 2025

Em 2024, a entidade que mais sinaliza é a autoridade policial com 46,1% das sinalizações, seguido dos estabelecimentos de ensino. Ambas as organizações convivem diariamente com as faixas etárias mais jovens, através dos programas de proximidade e das atividades diárias decorrentes do ambiente escolar o que determina uma maior proximidade com a população alvo.

Figura 20: Proporção de Sinalizações Referenciadas pelas Entidades da Rede Informal de Apoio a Crianças e Jovens no Concelho da Marinha Grande, 2033-2024



Fonte: CPCJ – Marinha Grande, novembro 2024 e maio 2025

Evidencia-se a rede informal com um decréscimo de sinalizações, o que reforça a necessidade contínua de capacitar todos os públicos da sociedade para a questão dos maus-tratos em crianças e jovens.

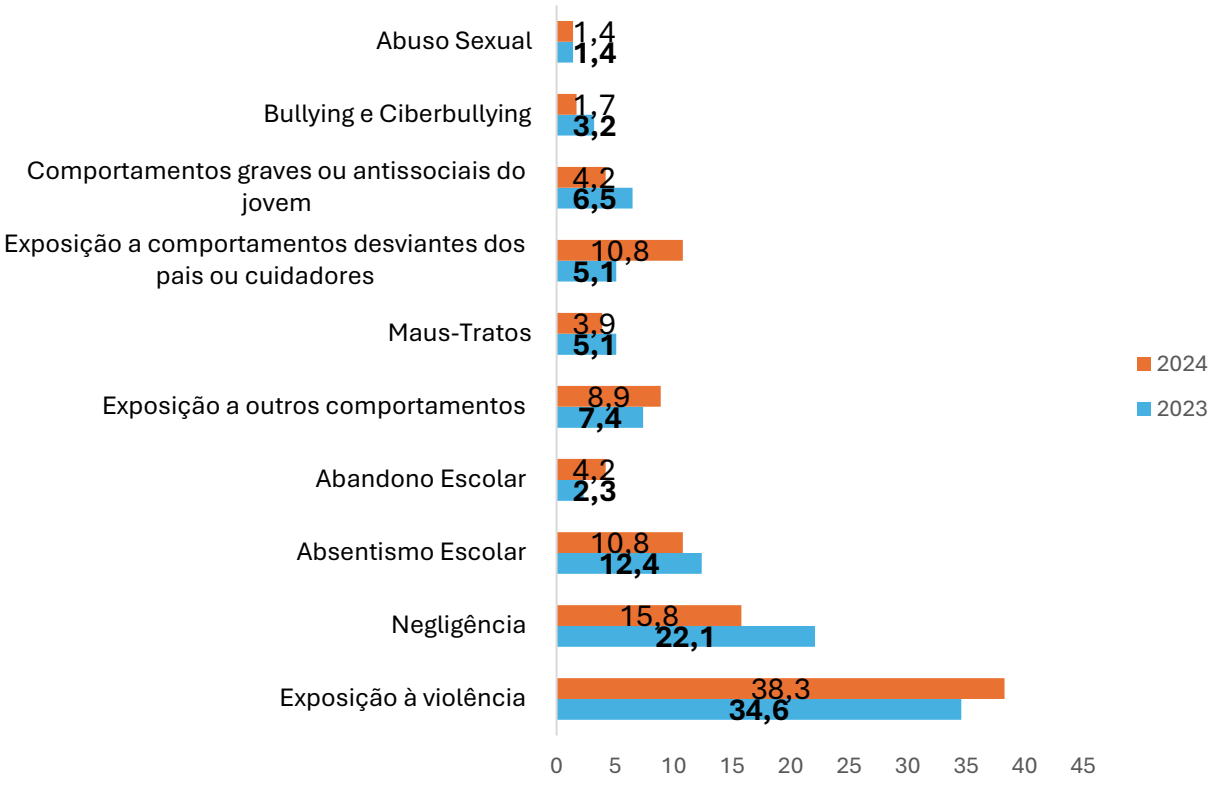
Problemáticas de Risco e Perigo Sinalizadas

Tabela 75: Número de Crianças Sinalizadas por Tipologias de Risco e Perigo Comunicadas à CPCJ em 2023 e 2024

Problemáticas	2023	2024	Variação absoluta
Exposição à violência	75	138	+63
Negligência	48	57	+9
Absentismo Escolar	27	39	+12
Abandono Escolar	5	15	+10
Exposição a outros comportamentos	16	32	+16
Maus-Tratos	11	14	+3
Exposição a comportamentos desviantes dos pais ou cuidadores	11	39	+28
Comportamentos graves ou antissociais do jovem	14	15	+1
Bullying e Ciberbullying	7	6	-1
Abuso Sexual	3	5	+2
Total	**214**	**360**	**+146**

Fonte: CPCJ – Marinha Grande, novembro 2024 e maio 2025

Figura 21: Proporção de Problemáticas de Risco Sinalizadas em 2023 e 2024 à CPCJ por Tipologias



Fonte: CPCJ, novembro 2024 e maio de 2025

As problemáticas de risco predominantes em 2024 são a negligência (21%) e a exposição à violência doméstica (35%), em conjunto perfazem 56% dos tipos de violência sinalizados.

De salientar as alterações à lei que remetem para uma proteção mais alargada, nomeadamente no que à exposição diz respeito. A 16 de agosto, entrou em vigor a Lei n.º 57/2021, que altera a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, e alarga a proteção das vítimas de violência doméstica, também o Código Penal e o Código de Processo Penal foram alterados no que à Violência Doméstica diz respeito.

Assim, de acordo com a alteração legislativa, passa a considerar-se vítima "a pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou psíquica, um dano emocional ou moral, ou uma perda material, diretamente causada por ação ou omissão, no âmbito do crime de violência doméstica previsto no artigo 152.º do Código Penal, incluindo as crianças ou os jovens até aos 18 anos que sofreram maus-tratos relacionados com exposição a contextos de violência doméstica.

Em 2024 foram aplicadas 137 medidas, das quais 118 foram executadas perfazendo uma % de execução de 86,1%. As medidas são deliberadas em reunião de comissão restrita e aplicadas após assinatura do acordo de promoção e proteção pelos intervenientes, o que por vezes não acontece por variados motivos.

Tabela 76: Medidas de Proteção Executadas (N.º) pela CPCJ em 2024 e 2025

Medidas de Proteção	2023	2024	Variação absoluta
Apoio Junto ao Pais	95	108	+13
Apoio Junto de Outro Familiar	8	4	-4
Confiança a Pessoa Idónea	3	2	-1
Acolhimento Familiar	1	3	+2
Acolhimento Residencial	0	1	+1
Apoio para a Vida Autónoma	0	0	0
Total	107	118	+11

Fonte: CPCJ, novembro 2024 e maio de 2025

Comparativamente a 2023, observa-se um aumento absoluto do número de medidas executadas, passando de 107 para 118 em 2024.

O aumento observa-se, nas medidas, apoio junto dos pais (+13), acolhimento familiar (+2) e acolhimento residencial (+1). Por sua vez há uma ligeira redução de medidas executadas no que respeita ao apoio junto de outro familiar (-4) e confiança em pessoa idónea (-1).

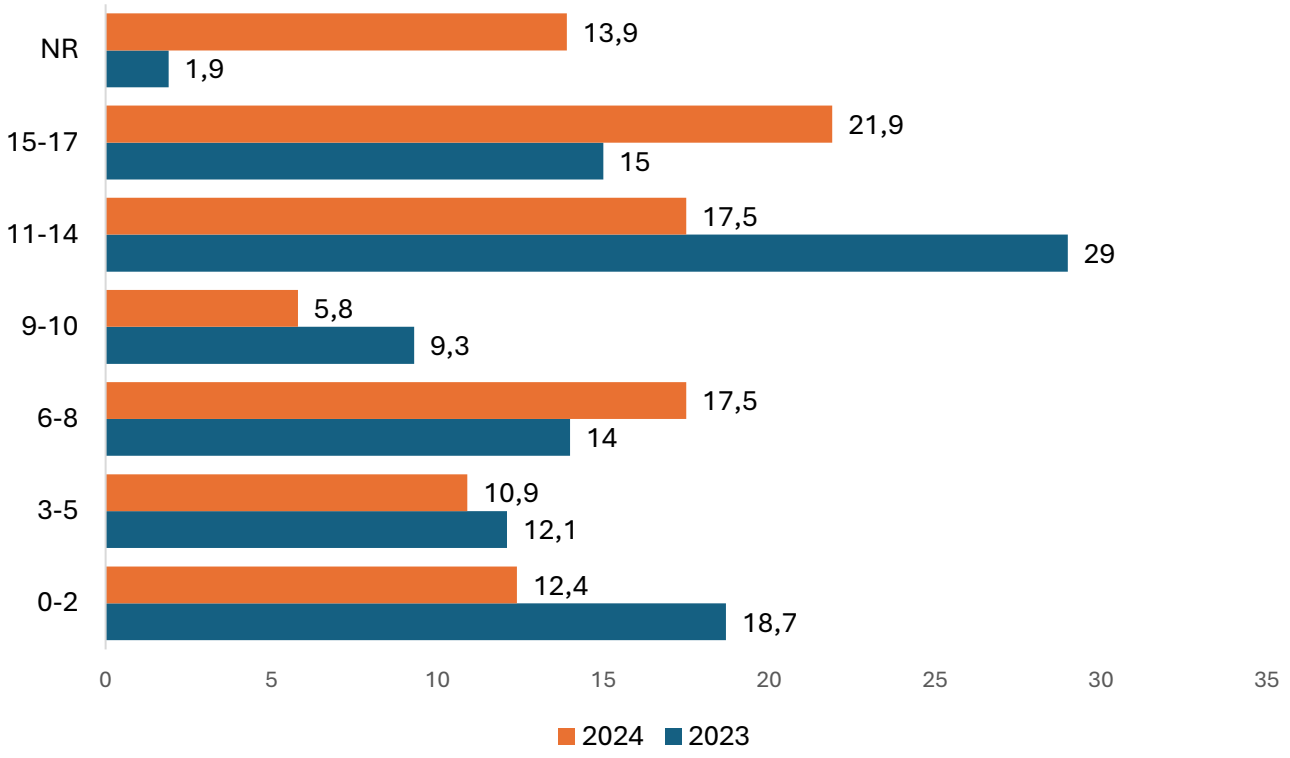
Tabela 77: Medida Aplicada com Maior Expressividade por Grupo Etário em 2024 e 2025

	Apoio Junto dos Pais		Total Das medidas aplicadas	
	2023	2024	2023	2024
0-2	18	17	20	17
3-5	12	14	13	15
6-8	14	22	15	24
9-10	9	6	10	8
11-14	26	21	31	24
15-17	14	28	16	30
NR			2	19
Total	93	108	107	118

Fonte: CPCJ, novembro 2024 e maio de 2025

- A medida Apoio Junto dos Pais foi aplicada em 108 situações face ao total de 118 medidas executadas, com um peso de 91,5%.
- A medida Apoio Junto dos Pais, em 2024 é aplicada maioritariamente em crianças e jovens situados no escalão etário dos 15 aos 17 anos (28 casos em 2024 num total de 30 medidas aplicadas), seguido das idades dos 6 aos 8 anos (22 casos, num total de 24 medidas aplicadas).
- Dos dados fornecidos pela CPCJ consta a medida junto de outro familiar executada maioritariamente no escalão dos 9 aos 10 anos em 2024.
- O número de medidas aplicadas face a 2023, aumentou em + 11medidas aplicadas, com relevância para a medida Apoio Junto dos pais

Figura 22: Proporção (%) de Medidas Aplicadas às Crianças e Jovens Acompanhados pela CPCJ 2023 e 2024



Fonte: CPCJ, novembro 2024 e maio de 2025

Observa-se face a 2023 uma redução percentual das medidas aplicadas nos grupos etários dos 0-2; dos 3-5; dos 9-10; e dos 11 aos 14 anos. Em contrapartida há um aumento percentual nos grupos etários dos 6-8 anos e dos 15 aos 17 anos de idade.

Os motivos de arquivamento em 2024 ascendem aos 313 motivos, sendo 258 (82,4%) de processos trabalhados e 57 (18,2%) de processos não trabalhados. Dos 57 processos não trabalhados, 20 são arquivamentos liminares e 37 arquivamentos em sede da CPCJ por existência prévia de processo de promoção e proteção judicial.

Tabela 78: Processos Arquivados (Nº) pela CPCJ em 2023 e 2024

Processos Arquivados			
Motivo Arquivamento	**2023**	**2024**	**Variação absoluta**
A residir fora do território nacional	10	12	+2
Situação de perigo já não subsiste	146	124	-22
Jovem atingiu a maioridade	16	18	+2
Situação de perigo não se confirma	45	36	-9
Remessa a MP por processo de urgência	2	0	-2
Remessa a MP por não prestação de consentimento	24	22	-2
Remessa a MP por retirada de consentimento	4	10	+6
Remessa a MP para apensação a processo judicial	4	2	-2
Remessa a MP por incumprimento reiterado de APP	12	25	+13
Transferência por alteração de competência territorial	12	9	-3
Total	275	258	-17

Fonte: CPCJ, novembro 2024

- Entre 2023 e 2024 há uma redução de processos arquivados na ordem absoluta de -17 casos
- Há um aumento de casos arquivados de situações a residir fora do território nacional, devido à maioridade, devido à retirada de consentimento para a intervenção e consequente remessa para o Ministério Público e por incumprimento de retirada de APP.
- Há uma redução de casos arquivados maioritariamente por não subsistir a situação de perigo e por não se verificar, com um peso de 48% sobre o total de casos trabalhados.

11.4.3 NACJR – Núcleo de Apoio e Jovens em Risco

O Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR) é constituído por uma equipa multiprofissional (uma médica, duas enfermeiras, uma assistente social e uma psicóloga) e tem como missão a promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em risco como forma de garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral (Lei 147/99, de 1 de setembro).

O NACJR foi criado a partir do despacho 965/2009 de agosto com a premissa de que os fatores de risco social funcionam como indicadores inespecíficos, não podendo ser causa direta de situações de risco ou de perigo social, pelo que a sua avaliação deve atender ao contexto global do indivíduo em aspetos biopsicossociais seus e do seu agregado familiar. A esta equipa cabe esta mesma avaliação e sinalização no sentido de prevenir maus-tratos.

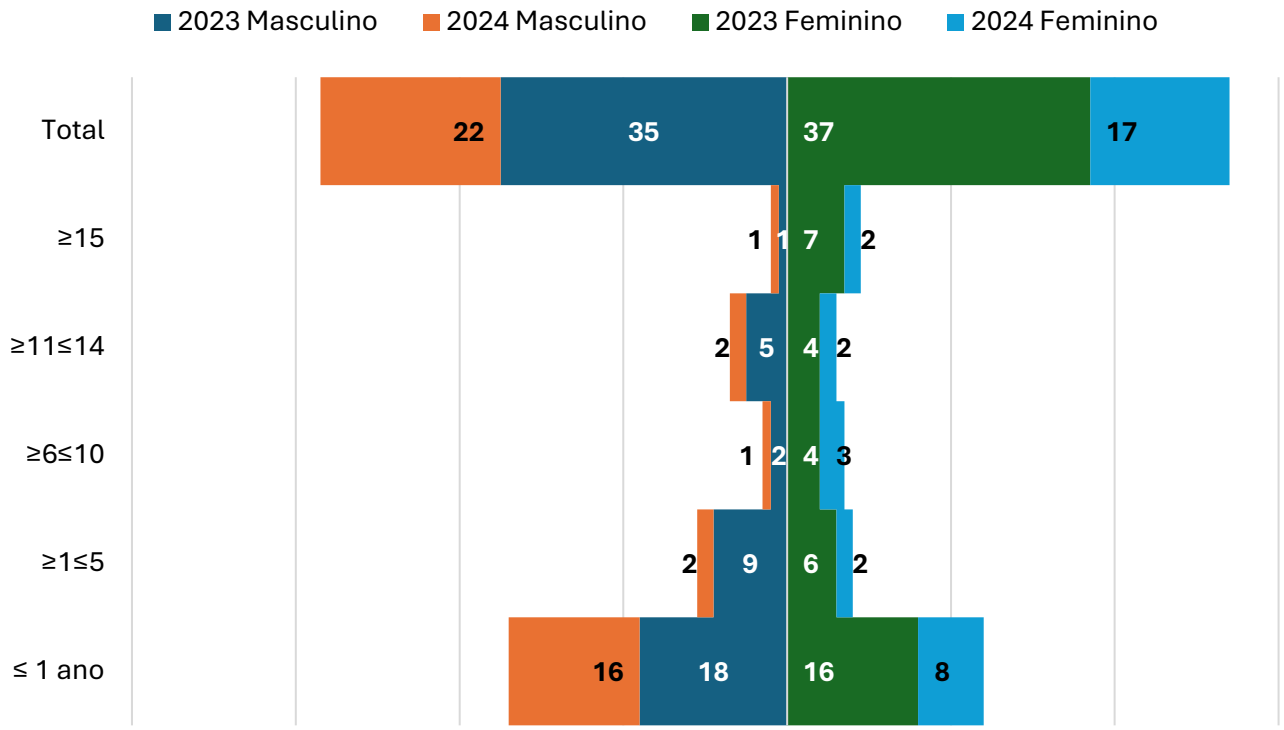
Assim, o NACJR sito no Centro de Saúde da Marinha Grande reúne mensalmente onde são apresentadas e discutidas situações de risco, altura em que é atribuído um gestor de caso que passa

a investigar e classificar o risco da família, intervindo diretamente, quer com a família, quer com as outras entidades da comunidade, por exemplo a escola, segurança social e outras.

Caracterização da atividade do NACJR 2023-2024

- **Nº de Sinalizações, Género e Grupo Etário**

Figura 23: Crianças e Jovens (Nº) por Grupo Etário e Género, Sinalizados pelo NACJR em 2023 e 2024



Fonte: Por Radar Social, a partir de dados disponibilizados pela UCC da Marinha Grande

Em 2023 foram abertos 72 casos e 39 casos em 2024.

Dos casos abertos, em 2023, 51,4% (37) são crianças do sexo feminino e 48,6% (35) crianças e jovens do sexo masculino.

Em 2024, 43,6% (17) são femininos e 56,4% (22) são masculinos. Entre 2023 e 2024 observa-se um aumento percentual de casos abertos do sexo masculino, com um acréscimo de +12,8 p.p.

A fragmentação por género revela em 2024 uma distribuição menos paritária dos casos abertos com uma distribuição díspar entre sexos.

- **N.º de Sinalizações por situação de risco elevado**

Em 2024 o número de casos abertos em que existe risco elevado, não havendo ainda sujeição a maus-tratos é de 23 crianças, ou seja, 59 % dos casos.

São considerados riscos elevados, risco social, gravidez não vigiada, problemas ligados à procura/acesso de cuidados, défice de competências parentais, problemas de adição nos pais e/ou outras doenças mentais, violência doméstica, história prévia de maus-tratos a outras crianças, crianças e jovens com deficiência/incapacidade, entre outras.

- **N.º de Sinalizações por Grupos Especialmente Vulneráveis**

Crianças e Jovens Migrantes

Em 2023 realizaram-se 25 sinalizações de crianças migrantes em risco/perigo. Embora em menor número em 2024, com 14 casos abertos, o peso sobre o total em cada ano ronda os 35%, sendo em 2023 de 34,7% e em 2024 de 35,9%.

Crianças e Jovens Portadoras de Deficiência

O número de crianças sinalizadas é de 7,7% em 2024 com 3 casos abertos, em 2023 o valor é de 9 casos em 72 abertos, o que corresponde a 12,5% do total sinalizado.

Crianças e Jovens com avaliação de Risco Familiar

A situação de risco familiar, ocorre em 2024, em 51,3% dos casos (20 absolutos)

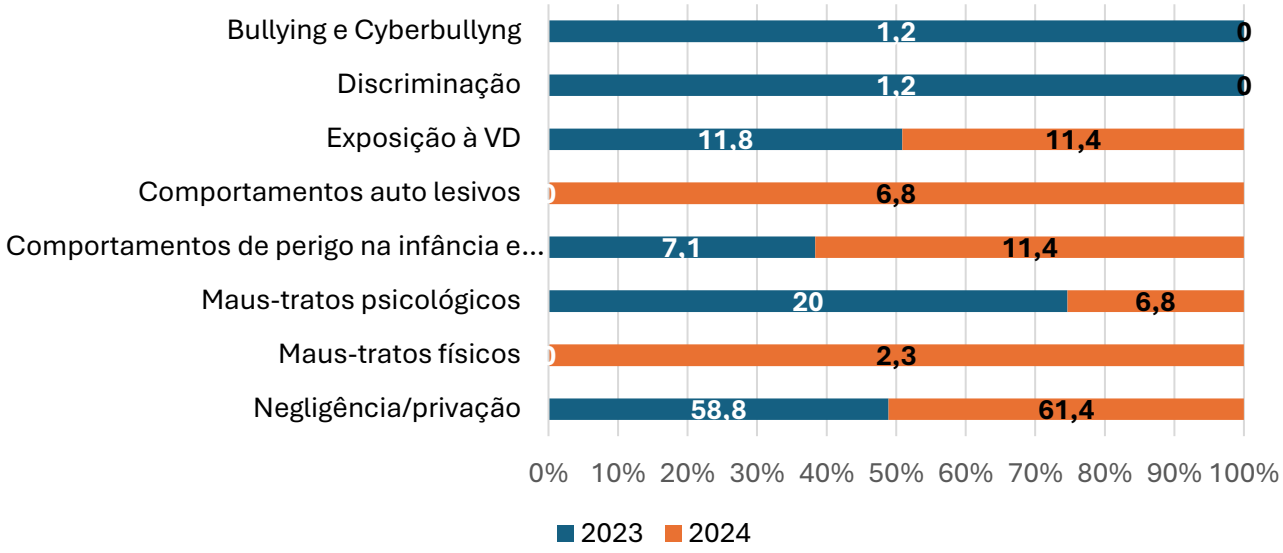
- **Tipologias e SUB Tipologias de Risco/Maus-Tratos**

Tabela 79: Crianças e Jovens (N.º) por Tipologias e Sub-tipologias Sinalizados ao NACJR em 2023 e 2024

Tipologias e sub tipologias de maus-tratos	2023	2024
Negligência/privação	50	27
Maus-tratos físicos	0	1
Maus-tratos psicológicos	17	3
Comportamentos de perigo na infância e juventude	3	5
Comportamentos auto lesivos	0	3
Exposição à VD	10	5
Discriminação	1	0
Bullying e Cyberbullyng	1	0
Nº de motivos	85	44

Fonte: Por Radar Social, a partir de dados disponibilizados pela UCC da Marinha Grande

Figura 24: Crianças e Jovens (%) Sinalizados ao NACJR por Tipologias e Subtipologias de risco em 2023 e 2024



A tipologia negligência/privação apresenta o maior peso face às restantes, de 62% dos casos sinalizados à NACJR em 2024.

Em segundo plano surgem os comportamentos de perigo na infância e juventude e a exposição à violência doméstica, ambas com 11,4%

Os maus-tratos psicológicos figuram entre as principais tipologias referenciadas, sendo a terceira forma de violência mais referenciada.

11.4.4 Associação Crescer e Crer: CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) da Marinha Grande, valência da Associação Crescer e Crer, é uma resposta social, e de acordo com a Portaria n.º 139/2013, de 2 abril, desenvolve a sua intervenção nas modalidades de Preservação Familiar e de Reunificação Familiar.

Na Preservação Familiar o objetivo é prevenir a retirada da criança ou do jovem do seu meio natural de vida. Quanto à Reunificação Familiar, esta visa o regresso da criança ou do jovem ao seu meio familiar, designadamente nos casos de acolhimento em instituição ou em família de acolhimento.

Presta um serviço de apoio especializado as famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias. Os seus objetivos são:

- Prevenir situações de risco e de perigo através da promoção do exercício de uma parentalidade positiva;
- Avaliar as dinâmicas de risco e proteção das famílias e as possibilidades de mudança;

- Desenvolver competências parentais, pessoais e sociais que permitam a melhoria do desempenho da função parental;
- Capacitar as famílias promovendo e reforçando dinâmicas relacionais de qualidade e rotinas quotidianas;
- Potenciar a melhoria das interações familiares;
- Atenuar a influência de fatores de risco nas famílias, prevenindo situações de separação das crianças e jovens do seu meio natural de vida;
- Aumentar a capacidade de resiliência familiar e individual;
- Favorecer a reintegração da criança ou do jovem em meio familiar;
- Reforçar a qualidade das relações da família com a comunidade, bem como identificar recursos e respetivas formas de acesso. [13]

O CAFAP tem protocolada uma capacidade para apoiar 100 famílias.

A atividade desenvolvida pelo CAFAP da Marinha Grande passa pela intervenção junto das famílias sinalizadas, em que a criança/jovem está numa situação de perigo (e, portanto, tem processo de promoção e proteção na CPCJ ou no SATT) ou em risco, residentes nas 3 freguesias do Concelho (Marinha Grande, Vieira de Leiria e Moita).

De acordo com o relatório Anual de Atividades de 2023, disponibilizado pela Associação Crescer e Crer, o CAFAP interveio, ao longo do ano de 2023, junto de 120 famílias, abrangendo um total de 153 crianças e jovens.

Em 2024 foram acompanhadas 83 famílias. Em termos de residência, 56 são oriundas da freguesia da Marinha Grande, 13 da freguesia de Vieira de Leiria, 2 da Moita e 12 do concelho de Leiria.

Em termos percentuais o acompanhamento é realizado a agregados residentes na freguesia da Marinha Grande: 67,5%; Vieira de Leiria 15,6%; 2,4% Moita e 14,5% do Concelho de Leiria.

[13] Fonte: ISS, IP e Dados enviados pela Crescer e Crer, dezembro 2024

Tabela 80: Crianças e Jovens Acompanhados em 2023 por Género e Grupo Etário

Género e Grupo Etário						
	2023			2024		
Grupo Etário	M	H	HM	M	H	HM
16-18	10	7	17	9	5	14
13-15	20	14	34	8	11	19
10-12	9	19	28	12	12	24
7-9	10	11	21	4	11	15
4-6	12	11	23	9	10	19
1-3	16	11	27	8	8	16
<12	0	3	3	SI	SI	7
Total	77	76	153	50	57	114

Fonte: Relatório de Atividades 2024 e 2025 “Crescer e Crer”

Em 2024 o CAFAP acompanhou 114 crianças e jovens.

Na visão de conjunto, com maior número de efetivos absolutos acompanhados, destaque para os grupos etários dos 10 aos 12 anos, seguido dos 4-6 e 13-15.

Figura 25: Proporção de Crianças e Jovens do Sexo Feminino acompanhadas em 2023/2024 por Género e Grupo Etário pelo CAFAP da “Crescer e Crer”

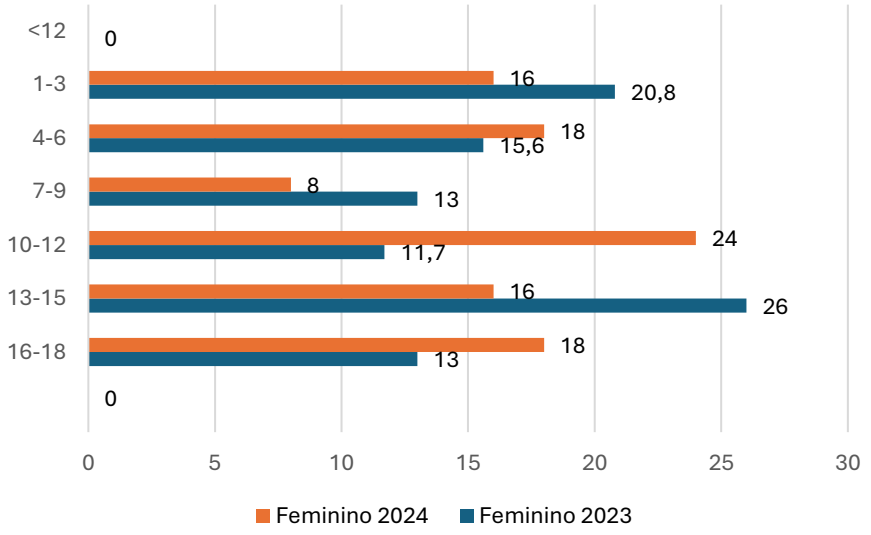
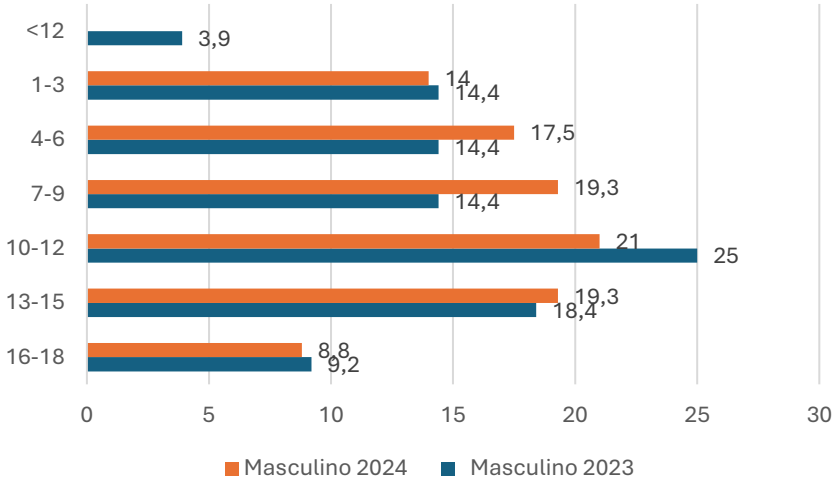


Figura 26: Proporção de Crianças e Jovens do Sexo masculino acompanhadas em 2023/2024 por Género e Grupo Etário pelo CAFAP da "Crescer e Crer"



Fonte: Por Radar Social, a partir de dados solicitados Associação Crescer e Crer 2024/2025

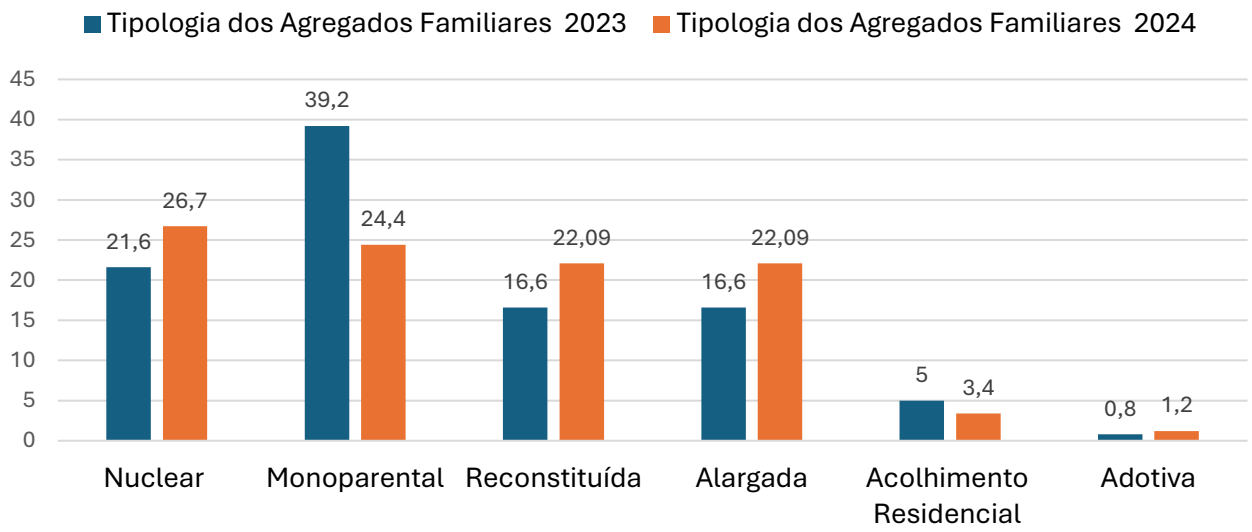
Em 2023 o grupo etário com maior incidência é o dos 13-15 anos, seguido dos 10-12.

Observa-se em 2024 um crescimento da proporção de crianças e jovens meninas nas faixas etárias dos 10 aos 12, 4-6 e 16-18.

Nos rapazes observa-se um crescimento da proporção nas faixas etárias 4-6;7-9 e 13-15.

Em ambos os géneros a faixa etárias dos 4-6 apresenta uma proporção relativa superior em 2024 face a 2023.

Figura 27: Proporção de Núcleos Familiares Acompanhados pelo CAFAP, 2023 e 2024



Fonte: Relatório de Atividades 2024 e 2025 "Crescer e Crer"

Em 2024 reduziu o número de famílias acompanhadas por tipologia, em termos absolutos a redução foi de menos 34 famílias acompanhadas.

No que respeita à proporção de famílias acompanhadas verifica-se o aumento do peso das famílias nucleares, uma redução da proporção de famílias monoparentais, um aumento do peso das famílias alargadas e reconstituídas e uma redução de 5% para 3,4% do acolhimento residencial.

O aumento do acompanhamento de famílias nucleares sugere uma maior vulnerabilidade deste grupo, cujo risco de pobreza e exclusão social agravou em 2024 na ordem dos 20%[14].

Segundo dados fornecidos pela Crescer e Crer, em 2024 foram intervencionadas na modalidade de preservação familiar, em média 32 famílias.

Tabela 81: Proporção (%) de Processos Ativos e Arquivados pelo CAFAP em 2023 e 2024

% de Processos Ativos e Arquivados			
		2023	2024
Nº de Crianças e Jovens abrangidos		**153**	**114**
Entradas	**Transitados**	27,5%	37,6%
	Instaurados	26,9%	21,6%
	Reabertos	7,8%	7,2%
Saídas	**Arquivados**	37,8%	33,6%
Total Entradas e Saídas		100%	100%

Fonte: CAFAP, 2024 e 2025

Em 2024:

- A proporção de processos transitados aumentou, apresentando uma diferença percentual de + 10,1 p.p. em relação a 2023 e um peso de 37,6% sobre o total dos processos
- Redução em -5,3 p.p. em relação ao peso proporcional dos processos instaurados
- O nº de processos reabertos sofreu, manteve-se nos 7-8%
- Redução da proporção dos processos arquivados, com uma diferença de -4,2 p.p.

[14] EAPN "Pobreza e Exclusão Social em Portugal" relatório 2024

11.4.5 Centro de Acolhimento Temporário "O Girassol"

O acolhimento de crianças e jovens constitui uma medida de proteção contra maus-tratos, negligência e/ou incapacidade educativa dos seus progenitores ou substitutos que impedem a criação de condições básicas para o desenvolvimento adequado dessas crianças/jovens (in *Manual de Processos-Chave: centro de acolhimento temporário*, ISS.

Tabela 82: Capacidade e Ocupação (Nº) da Resposta de Acolhimento Temporário " O Girassol"

Centro de Acolhimento Temporário			
Nome	**Capacidade**	**Utentes**	**Entidade**
Centro de Acolhimento Temporário o Girassol	14	12	ADESER II

Fonte: CARTA SOCIAL, disponível em https://www.cartasocial.pt/resultados-da-pesquisa?vt=13&tp=1304&l=10-10-00, consultado em 15/12/24

12. Pessoas Com Deficiência e Incapacidade e/ou Perturbações do Desenvolvimento

A **Lei nº 38/2004**, de 18 de agosto, define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação das pessoas com deficiência com o fim de promover a inclusão, igualdade de oportunidades e a proteção contra a discriminação.

De acordo com o nº 2, considera-se pessoa com deficiência "aquela que, por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de funções ou de estruturas do corpo, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades específicas suscetíveis de, em conjugação com outros fatores do meio, lhe limitar ou dificultar a atividade e participação em condições de igualdade com as demais pessoas".

São direitos fundamentais das pessoas com deficiência: o direito à igualdade de oportunidades e não discriminação, o acesso à informação, educação e formação e trabalho ao longo da vida, o acesso à proteção social e serviços de saúde e às acessibilidades através de eliminação de barreiras físicas em espaços públicos e privados de forma a contribuir para a participação plena na sociedade.

De acordo com os dados do relatório "Pessoas com Deficiência em Portugal- Indicadores de Direitos Humanos 2024" realizado pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos[15], entre 2015 e 2013 o risco de pobreza manteve-se mais elevado nos agregados familiares de pessoas com deficiência, para além do fosso entre os agregados que aumentou de 9,8% em 2015 para 10,7% em 2023.

Apesar da relevância da PSI em 2017 para o reforço do sistema de proteção social, atingindo um incremento de 623% desde a sua implementação, os dados demonstram que o risco de pobreza ou de exclusão social se mantém mais elevado nos agregados familiares de pessoas com deficiência, agravando-se em função da severidade.

[15] Disponível em Relatório Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2024 – ODDH

Educação Inclusiva

O decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei nº 116/2019, de 13 de Setembro estabelece os princípios e normas para a educação inclusiva em Portugal.

De acordo com o artigo nº1, o objeto e âmbito do presente decreto visa através do nº 1 estabelecer "os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa". Por conseguinte são identificadas através do nº2 "as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, as áreas curriculares específicas, bem como os recursos específicos a mobilizar para responder às necessidades educativas de todas e de cada uma das crianças e jovens ao longo do seu percurso escolar, nas diferentes ofertas de educação e formação."

As medidas de educação inclusiva aplicam-se aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, às escolas profissionais e aos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário das redes privada, cooperativa e solidária.

12.1 Crianças e Jovens com Necessidades Educativas Especiais

Tabela 83: Alunos ao Abrigo da Educação Inclusiva (N.º) e Variação Absoluta (N.º) nos Agrupamentos Escolares da Marinha Grande nos Anos Letivos de 2021/2022 a 2023/2024

	2021/2022	2022/2023	2023/2024	VA
Pré-Escolar	22	39	66	+44
1º CEB	181	236	271	+90
2º CEB	154	154	146	-8
3º CEB	282	272	337	+55
Secundário	96	126	108	+12
Total	**735**	**827**	**928**	**+193**

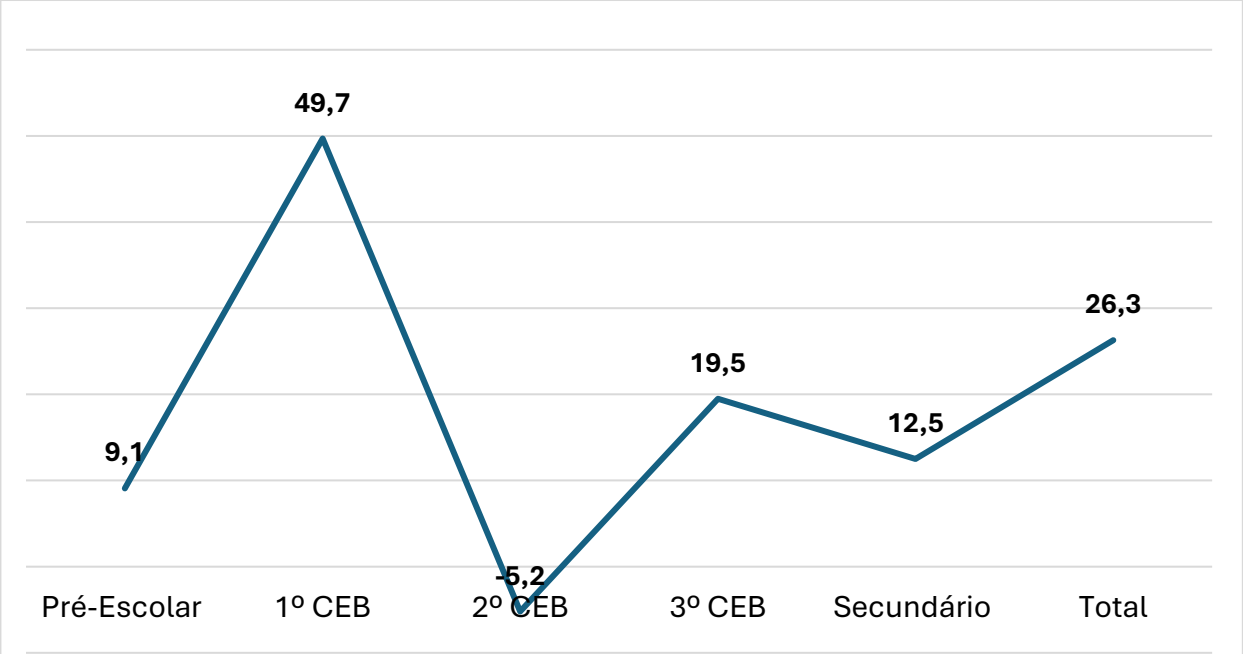
Fonte: Por Radar Social, a partir da 1.ª revisão da Carta Educativa Municipal pág.19

A análise da tabela 78 informa que:

- O número de crianças com necessidades educativas especiais integradas nos estabelecimentos escolares da rede pública apresenta um aumento de +193 crianças acompanhadas no espaço de três anos.
- O maior incremento absoluto regista-se no 1º ciclo, com + 90 crianças em acompanhamento, seguido do 3º CEB (+55) e do Pré-Escolar (+44).

- Há um decréscimo no 2º CEB com -8 crianças em acompanhamento

Figura 28:Variação Relativa (%) dos Alunos ao Abrigo da Educação Inclusiva nos Agrupamentos Escolares da Marinha Grande nos Anos Letivos de 2021/2022 a 2023/2024



Fonte: Por Radar Social, a partir da 1.ª revisão da Carta Educativa Municipal pág.190

Em termos de variação absoluta, regista-se:

- Incremento relativo em quase todos os níveis de ensino, com exceção do 2º CEB que apresenta um decréscimo de -5,2%.
- Crescimento relativo acentuado no 1º Ciclo com uma variação relativa de +49,7% e absoluta de + 90 crianças.

a) Número de Crianças e Jovens NEE – Ano Letivo 2024/2025

Dados: Janeiro a Maio de 2025

Tabela 84: Número de Crianças NEE matriculadas na Rede de Ensino Pública por Agrupamento e Estabelecimento Escolar em 2024/2025, no Concelho da Marinha Grande

Agrupamentos Escolares	Estabelecimentos	Número de Crianças NEE matriculadas 2024/2025
Agrupamento de Escolas Poente	JI Ordem	1
	EB Amieirinha	8
	EB Casal de Malta	25
	EB Fonte Santa	3
	EB Franscisco Veríssimo	17
	EB Moita	9
	EB Várzea	8
	EB Guilherme Stephens	109
	ES Calazans Duarte	131
Total Agrupamento Poente		**311**
Agrupamento de Escolas Nascente	JI Boavista	3
	JI Pilado	1
	JI Trutas	1
	JI Engenho	1
	JI Beare	1
	JI Picassinos	1
	EB Albergaria	1
	EB João Beare	6
	EB Pilado	2
	EB Trutas	2
	EB Comeira	3
	EB Engenho	4
	EB Nery Capucho	53
	ES Pinhal do Rei	40
Total Agrupamento Nascente		**121**
Vieira de Leiria	EB Praia da Vieira	3
	EB António Vitorino	6
	EB Padre Franklin	10
	EB José Botas	37
Total Agrupamento Vieira de Leiria		**56**
Total Agrupamentos		**488**

Fonte: Por Radar Social a partir de questionário dos Agrupamentos Escolares do Concelho da Marinha Grande, 2024/2025

O número de crianças e jovens com NEE inscritas nos estabelecimentos de ensino público do concelho ascende até Maio de 2025 às 488. Destas 311 estão alocadas ao agrupamento Poente, 121 no Nascente e 56 no agrupamento de Vieira de Leiria.

Dos estabelecimentos de ensino com crianças NEE matriculadas, a ES Calazans Duarte acompanha 131 jovens e a EB Guilherme Stephens 109, sendo os valores mais altos registados no Agrupamento Poente e o que apresenta o maior peso no total dos agrupamentos, com 63,70% dos casos de crianças NEE.

b) Sexo

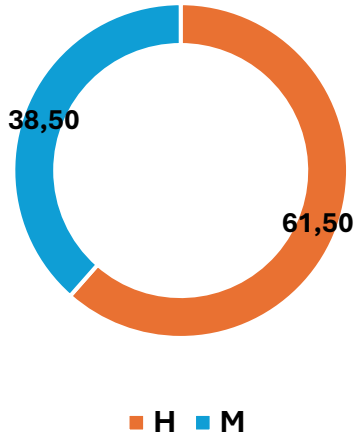
Tabela 85: Nº de Crianças com Necessidades Educativas Especiais a frequentar o Ensino Público por Sexo e Agrupamento Escolar, Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande

Agrupamento	Sexo		
	HM	H	M
AE Poente	311	190	121
AE Nascente	121	79	42
AE Vieira de Leiria	56	31	25
AE Total	488	300	188

Fonte: Por Radar Social a partir de questionário dos Agrupamentos Escolares do Concelho da Marinha Grande, 2024/2025

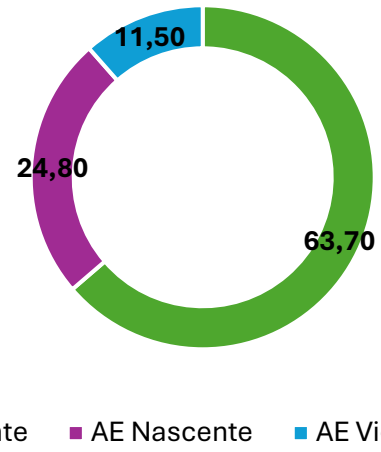
A repartição por sexos revela uma proporção de crianças do sexo masculino com NEE superior ao feminino, em todos os agrupamentos e na visão total, com percentagens entre os 55% e os 65% sobre o total da população.

Figura 29: % de Crianças e Jovens NEE por Sexo Matriculadas nos Agrupamentos Escolares da Rede de Ensino Pública 2024/2025 no concelho da Marinha Grande



Fonte: Por Radar Social a partir de Questionário dos Agrupamentos Escolares do Concelho da Marinha Grande, 2024/2025

Figura 30: % de Crianças e Jovens NEE Matriculadas na Rede Pública de Ensino por Agrupamento Escolar, Ano Letivo 2024/2025



Fonte: Por Radar Social a partir de Questionário dos Agrupamentos Escolares do Concelho da Marinha Grande, 2024/2025

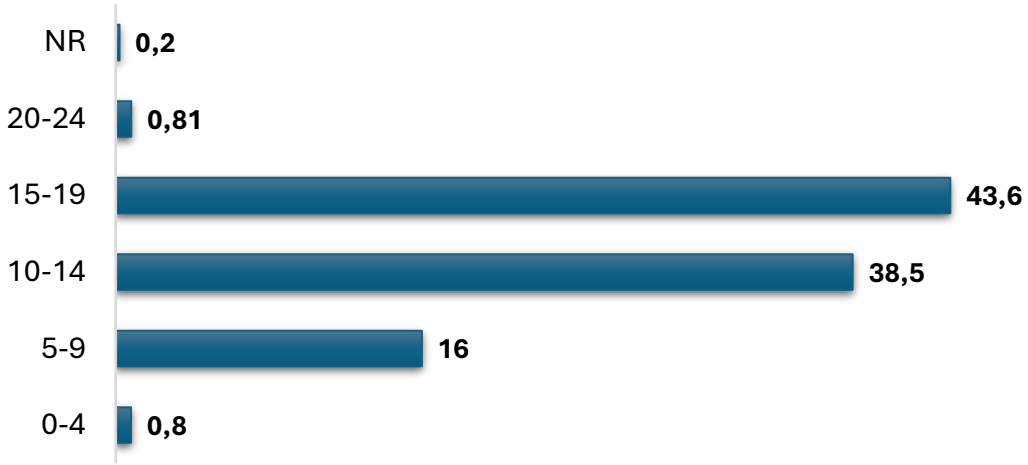
c) Grupos Etários

Tabela 86: N.º de Crianças NEE por Grupo Etário e Agrupamento Escolar Matriculadas na Rede de Ensino Pública em 2024/2025 do Concelho da Marinha Grande

	Crianças e Jovens NEE			
Grupos Etários	AE Poente	AE Nascente	AE Vieira de Leiria	Total
0-4	0	4	0	4
5-9	54	17	7	78
10-14	112	51	25	188
15-19	141	49	23	213
20-24	4	0	0	4
NR	0	0	1	1
Total	311	121	56	488

Fonte: Por Radar Social a partir de questionário dos Agrupamentos Escolares do Concelho da Marinha Grande, 2024/2025

Figura 31:% de Crianças e Jovens NEE Matriculados na Rede de Ensino Pública por Grupo Etário em 2024/2025



Fonte: Por Radar Social a partir de questionário dos Agrupamentos Escolares do Concelho da Marinha Grande, 2024/2025

Em termos etários, as crianças NEE integradas em meio escolar distribuem-se expressivamente no intervalo dos 15 aos 19 anos de idade, com 43,6% dos casos e 213 absolutos, seguido das crianças entre os 10 e os 14 anos com 38,5% dos casos e 188 absolutos.

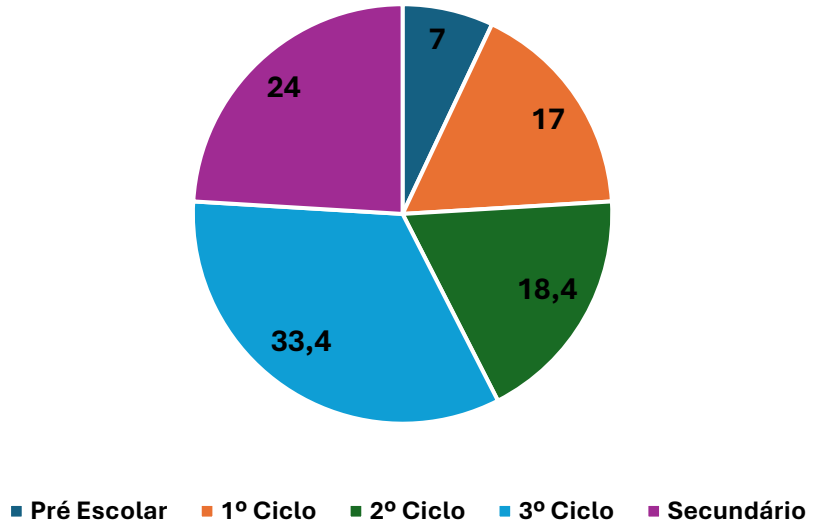
Tabela 87: Número de Crianças NEE por Nível de Ensino e Agrupamento Escolar Matriculadas na Rede de Ensino Pública em 2024/2025 do Concelho da Marinha Grande

	Crianças e Jovens NEE			
Nível de Ensino	AE Poente	AE Nascente	AE Vieira de Leiria	Total
Pré-Escolar	25	7	2	34
1º Ciclo	52	24	7	83
2º Ciclo	41	39	10	90
3º Ciclo	101	35	27	163
Secundário	91	16	10	117
NR	1	0	0	1
Total	**311**	**121**	**56**	**488**

Fonte: Por Radar Social a partir de questionário: Agrupamentos Escolares do Concelho da Marinha Grande, 2024/2025

Conclui-se (tabela 82 e a figura 31) que os níveis de ensino com maior número de crianças e jovens NEE inscritos são o 3º ciclo com 163 casos em acompanhamento e 33,4% de peso sobre o total da população NEE, seguido do ensino secundário com 117 absolutos e 24% de casos registados, no seu conjunto totalizam 57,4% das crianças NEE matriculadas em 2024/2025.

Figura 32:% de Alunos NEE Matriculados nos Agrupamentos Escolares da Rede Pública de Ensino do Concelho da Marinha Grande por Nível de Escolaridade, Ano Letivo 2024/2025.



Fonte: Por Radar Social a partir de questionário: Agrupamentos Escolares do Concelho da Marinha Grande, 2024/2025

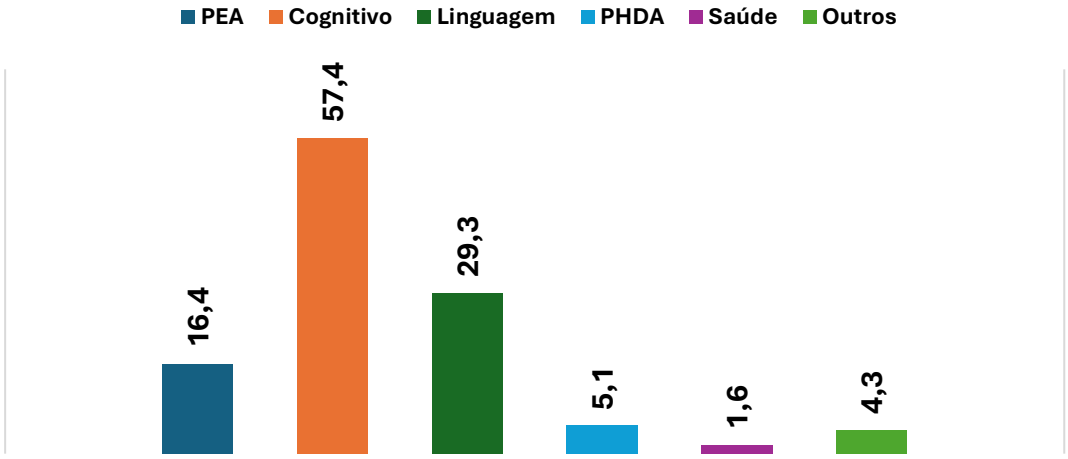
d) Perturbações do Desenvolvimento

Tabela 88: N.º de crianças e jovens NEE Matriculados na Rede de Ensino Pública por Agrupamento Escolar e Perturbações Diagnosticadas no Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande

Perturbações do desenvolvimento	Crianças NEE AE Poente	AE Nascente	AE Vieira de Leiria	Total
PEA	62	12	6	80
Cognitivo	140	41	27	208
Linguagem	88	35	20	143
PHDA	11	12	2	25
Saúde	7	0	1	8
Outro	0	21	0	21
Total	308	121	56	485

Fonte: Por Radar Social a partir de questionário: Agrupamentos Escolares do Concelho da Marinha Grande, 2024/2025

Figura 33: % de Crianças e Jovens NEE Matriculados na Rede de Ensino Pública por Agrupamento Escolar e Perturbações Diagnosticadas no Ano Letivo 2024/2025 no concelho da Marinha Grande



Fonte: Por Radar Social a partir de questionário: Agrupamentos Escolares do Concelho da Marinha Grande, 2024/2025

A análise da tabela x e gráfico x indica que as perturbações das crianças com necessidades especiais acompanhadas em meio escolar são predominantemente as do desenvolvimento cognitivo, seguido das perturbações da linguagem e do espectro do autismo. Por esta ordem atingem os 57,4%, 29,3% e 16,4% das crianças e jovens inscritas na rede pública de ensino.

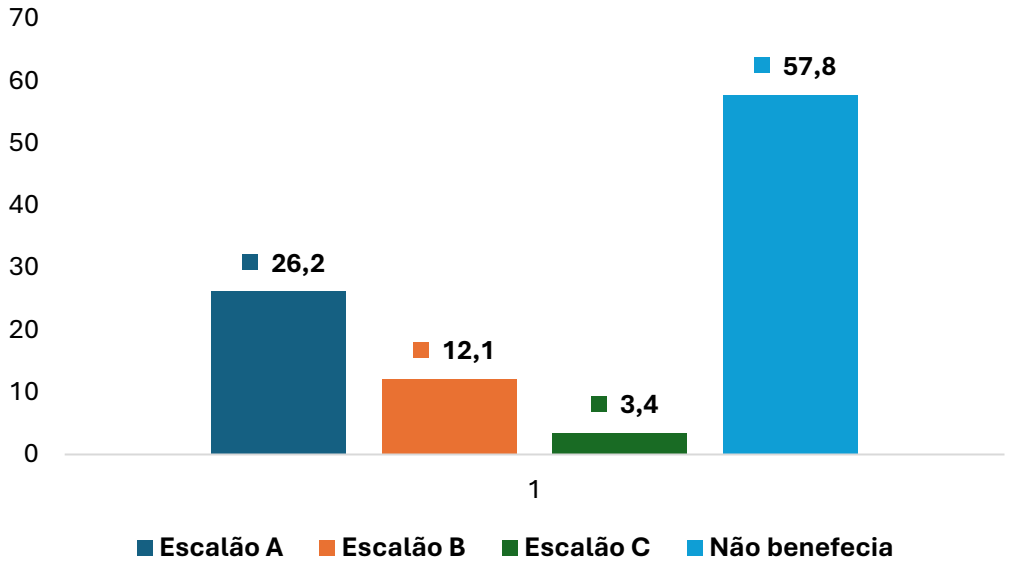
e) Apoios Sociais Escolares-ASE crianças e jovens NEE

Tabela 89: N.º de Crianças e Jovens NEE Matriculados na Rede de Ensino Pública por Agrupamento Escolar e Escalão ASE no Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande

Crianças NEE				
Escalão ASE	AE Poente	AE Nascente	AE Vieira de Leiria	Total
Escalão A	71	46	11	128
Escalão B	46	10	3	59
Escalão C	16	1	2	19
Não beneficia	178	64	40	282
Total	311	121	56	488

Fonte: Por Radar Social a partir de questionário dos Agrupamentos Escolares do Concelho da Marinha Grande, 2024/2025

Figura 34:% de Crianças e Jovens NEE Matriculados na Rede de Ensino Pública por Agrupamento Escolar e Escalão ASE no Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande



Fonte: Por Radar Social a partir de questionário dos Agrupamentos Escolares do Concelho da Marinha Grande, 2024/2025

Beneficiam das medidas de apoio social escolar 41,7% das crianças e jovens matriculados nos agrupamentos escolares do concelho, com um absoluto de 206 crianças com o apoio ativo, das quais 26,2% beneficia do escalão 1; 12,1% beneficia do escalão B e 3,4% do escalão C.

f) Medidas Aplicadas

É da competência do diretor do agrupamento de escolas, em consideração com o proposto pela Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAI) e articulação com a Equipa Local de Intervenção Precoce (ELI), assegurar a mobilização de medidas necessárias no acesso às condições e recursos adequados para a sua aprendizagem e inclusão.

As **medidas seletivas** definidas no art.º 9 do DL n.º 54/2018, visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não colmatadas pelas medidas universais.

São aplicadas pelo docente titular da turma e quando necessário em conjunto com o docente de educação especial.

São medidas seletivas: os percursos curriculares diferenciados; as adaptações curriculares não significativas; o apoio psicopedagógico; a antecipação e o reforço das aprendizagens e o apoio tutorial.

As **medidas adicionais** (art.º 10), visam suprir dificuldades acentuadas e persistentes na comunicação, interação, cognição ou aprendizagem e que determinam a aplicação de recursos especializados de apoio à aprendizagem e inclusão.

Operacionalizam-se quando as medidas universais e seletivas são insuficientes na supressão das necessidades de aprendizagem identificadas.

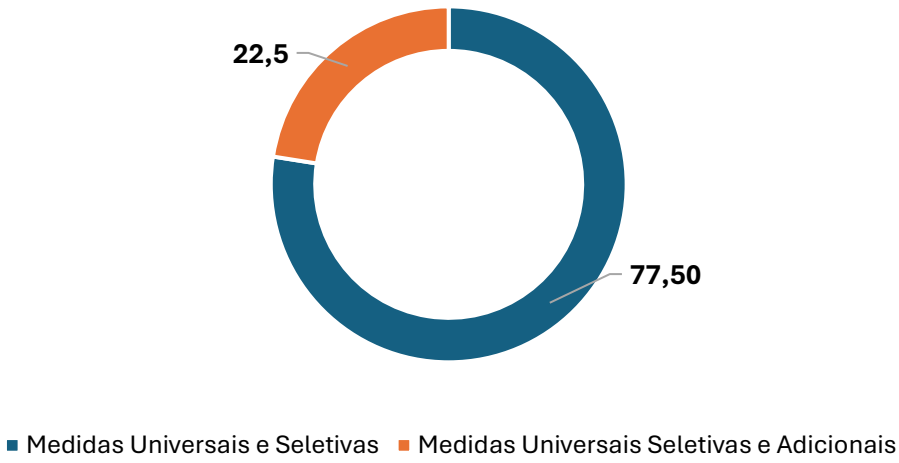
São medidas adicionais: a frequência do ano de escolaridade; as adaptações curriculares significativas; o plano individual de transição; o desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado e o desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

Tabela 90: Medidas Aplicadas (N.º) às Crianças e Jovens NEE Matriculados na Rede de Ensino Pública por Agrupamento Escolar no Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande

Medidas Aplicadas	AE Poente	AE Nascente	AE Vieira de Leiria	Total
Universais e Seletivas	237	88	53	378
Universais Seletivas e Adicionais	74	33	3	110
Total	311	121	56	488

Fonte: Por Radar Social a partir de questionário dos Agrupamentos Escolares do Concelho da Marinha Grande, 2024/2025

Figura 35: Medidas Aplicadas (%) às Crianças e Jovens NEE Matriculados na Rede de Ensino Pública por Agrupamento Escolar no Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande



Fonte: Por Radar Social a partir de questionário dos Agrupamentos Escolares do Concelho da Marinha Grande, 2024/2025

As medidas de acompanhamento aplicadas às crianças NEE em contexto escolar da rede de ensino pública são em 77,5% dos casos medidas universais e seletivas e nos restantes casos, 22,5% medidas universais seletivas adicionais.

Para além da inclusão social das crianças e jovens com deficiência nas escolas de ensino regular, na Marinha Grande, a APPACDM realiza a intervenção com pessoas com deficiência nas diversas dimensões, sendo uma delas a educação e empregabilidade.

Nesse âmbito, apresenta a resposta do CRI, Centro de Recursos para a Inclusão, definido no artigo 18º do Dl 54/2018 como um serviço especializado, creditado pelo Ministério da Educação cujo objetivo é

"apoiar as crianças e alunos com necessidades de mobilização de medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão através da facilitação do acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o máximo de potencial de cada aluno, em parceria com as estruturas da comunidade, atuando numa lógica de parceria com as estruturas da comunidade".

Tabela 91: Descritivo dos Serviços das Respostas e Serviços de Educação Inclusiva da APPACDM da Marinha Grande em 2024/2025

APPACDM - Marinha Grande (2023)	
Resposta	***Centro de Recursos para a Inclusão***
Descrição	Terapias a alunos com NEE das escolas regulares: Terapia da Fala, Terapia ocupacional, Psicomotricidade, Fisioterapia, Psicologia e PIT
N.º Participantes	110
Idades	6 aos 18
Resposta	***CASE – Centro de Atividades Sócio Educativas***
Descrição	Alunos em idade de escolaridade obrigatória integrados na instituição em escolaridade, com uma professora destacada
N.º Participantes	2
Idades	16 anos
Género	1 masculino e 1 feminino

Fonte: Dados solicitados a APPACDM em dezembro de 2024

O Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) é constituído por uma equipa multidisciplinar que realiza a intervenção junto de 110 participantes (dos 488 identificados no ensino regular) com idades compreendidas os 6 e os 18 anos de idade.

As áreas de intervenção são a Psicologia, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional, Psicomotricidade e Fisioterapia.

Acompanha crianças e jovens que pelas suas especificidades não se enquadram no ensino regular, tendo o apoio permanente de uma professora destacada.

Em 2024/25 no CASE – Centro de Atividades Sócio Educativas, na área do apoio socioeducativo são acompanhados dois jovens, com idade de 16 anos, um do sexo feminino e outro do sexo masculino.

Formação e Emprego

A transição entre a aprendizagem e a integração no mercado de trabalho é crucial para a continuidade do processo de inclusão das pessoas com incapacidade ou deficiência. Na esfera da empregabilidade existem medidas de incentivo à integração no mercado de trabalho deste grupo específico que pelas suas características se encontra numa posição de vulnerabilidade face à restante população,

nomeadamente no que à representação de estereótipos e representações sociais negativas face à sua condição perante o trabalho respeita.

Ao nível do emprego existe um conjunto de apoios que visam facilitar e incentivar a integração e manutenção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

IEFP

Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade[16]

É um programa de apoio ao emprego e qualificação no âmbito da reabilitação profissional que integra diversas modalidades de apoio destinadas às pessoas com deficiência e incapacidade em idade ativa, inscritas no centro de emprego ou centros de emprego e formação profissional que apresentam dificuldades no acesso, manutenção e progressão no emprego.

O programa é promovido por pessoas singulares ou coletivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos e entidades públicas.

Compreende as seguintes medidas e modalidades de apoio:

- **Apoio à Qualificação**

Medida que consiste no desenvolvimento de ações de formação inicial e contínua com o objetivo de dotar as pessoas com deficiência e incapacidade de conhecimentos e competências necessárias à obtenção de uma qualificação que permita exercer uma atividade no mercado de trabalho, manter o emprego e progredir profissionalmente de forma sustentada.

- **Apoios à Integração, Manutenção e Reintegração no Mercado de Trabalho**.

Medida que compreende um conjunto de apoios facilitadores da integração, manutenção e reintegração dos seus destinatários no mercado de trabalho e integra as modalidades de **Informação, avaliação e orientação para a qualificação e o emprego**, **apoio à colocação, acompanhamento, pós-colocação e adaptação de postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitetónicas**.

- **Emprego Apoiado**

Medida que consiste no exercício de uma atividade profissional com enquadramento adequado e apoios especiais por parte do Estado ou na realização de atividades socialmente úteis, visando o desenvolvimento de competências relacionais, pessoais e profissionais que facilitem a transição das pessoas com deficiência e incapacidade, quando possível, para o regime normal de trabalho e integra

[16] Disponível em Reabilitação Profissional - IEFP, I.P., consultado a 25.09.2025

as modalidades: **Estágios Inserção, Contratos de Emprego Inserção, Emprego Protegido e Emprego Apoiado em Mercado Aberto**.

Para além das modalidades de integração e acompanhamento incluídas no programa, o objetivo de sensibilizar as entidades empregadoras para a integração de pessoas com deficiência e incapacidade no mercado de trabalho é um princípio materializado através da medida Marca Entidade Empregadora Inclusiva. Esta medida visa distinguir e reconhecer as entidades empregadoras que se destaquem por práticas de gestão abertas e inclusivas relativamente às pessoas com deficiência e incapacidade, bem como as pessoas com deficiência envolvidas na criação de empresas, como empreendedores, ou na criação do próprio emprego e que contribuem para a criação do mercado aberto e inclusivo.

O Programa de Emprego e Apoio à qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade apresenta também a componente de auxílio no financiamento de produtos de apoio.

Na Marinha Grande este programa é executado em parceria com o IEFP, pela APPACDM através da resposta CRQE– Centro de Recursos para a Qualificação e Emprego na esfera do acompanhamento e integração no mercado de trabalho e também na ministração de cursos de formação profissional nas áreas da cozinha, assistente administrativo e operador diverso. Os formandos durante a formação têm direito a bolsa de formação, subsídio de refeição, subsídio de transporte, seguro de acidentes pessoais e ao certificado de qualificação ou frequência dos formandos que concluíram o curso.

Tabela 92: Descritivo dos Serviços das Respostas e Serviços de Educação Inclusiva para a Formação e Empregabilidade da APPACDM da Marinha Grande em 2024/2025

	APPACDM
Resposta	**CENFOR – Centro de Formação Profissional**
Âmbito de Atuação	**Apoio ao emprego e formação profissional de pessoas deficientes e com incapacidade**
Descrição	Cursos de formação profissional para pessoas com deficiência (Operador Diverso, Cozinheiro e Assistente Administrativo)
N.º Participantes	31
N.º horas desenvolvidas	1575
Resposta	***CRQE - Centro de Recursos para a Qualificação e Emprego***
Descrição	Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e Emprego (IAOQE), Apoio à Colocação (AC), Acompanhamento Pós Colocação (APC)
Nº de participantes	105(64 da Marinha Grande e 41 de Leiria)

Fonte: Dados solicitados a APPACDM em dezembro de 2024

Para além dos apoios ao emprego e formação, as entidades empregadoras têm benefícios fiscais, sob a alçada da Segurança Social, aquando da integração de colaborados portadores de deficiência, nomeadamente na redução da taxa contributiva no caso de realização de contrato sem termo desde

que a pessoa portadora de deficiência tenha uma capacidade de trabalho inferior a 80% comparado com um trabalhado sem deficiência nas mesmas funções.

12.2 Respostas e Serviços dirigidos a PDCI

Tabela 93: Respostas do Concelho da Marinha Grande Dirigidos às Pessoas com Deficiência e Incapacidade

Equipamentos dirigidos à Pessoa com Deficiência e Incapacidade (2024)			
Freguesia	**Designação**	**Capacidade**	**Ocupação**
Marinha Grande	CENFOR – APPACDM	Sem capacidade definida	31
Marinha Grande	Lar Residencial - APPACDM	12	12
Marinha Grande	CACI – APPACDM	80	80
Marinha Grande	Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD) - Associação Portuguesa de Deficientes, Delegação de Leiria	32	22
Marinha Grande, Moita, Vieira de Leiria	ELI Equipa Local de Intervenção Precoce	60	60

Fonte: disponível em https://www.cartasocial.pt/resultados-da-pesquisa?vt=12&tp=1201&l=10-00-00, consultado a 02/04/25

Em termos de capacidade/ocupação, a única resposta, à data de análise com possíveis vagas para a acompanhamento de Pessoas com Deficiência e Incapacidade é o Centro de Acompanhamento e Reabilitação Social da Associação Portuguesa de Deficientes de Leiria.

a) APD – Associação Portuguesa de Deficientes

A Associação Portuguesa de Deficientes (APD) é uma ONG, organização não governamental, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica e de âmbito nacional, com várias delegações, sendo a Delegação Distrital de Leiria, uma delas.

A Delegação Distrital de Leiria da APD (APD-Leiria), teve reconhecimento em 6 de maio de 1989, sendo que atualmente presta apoio acerca de 1150 sócios, bem como aos seus familiares e outros elementos da comunidade.

O seu objetivo estatutário é a representação, promoção e defesa de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência portuguesas.

Dispõe de serviços gratuitos às pessoas com deficiência, associados ou não, não considerando o tipo ou grau de deficiência.

Estes serviços contemplam também os familiares e conviventes das pessoas com deficiência, bem como a comunidade em geral.

Conta com um Gabinete de Apoio Social, que pretende assegurar um apoio na área de ação social e um Gabinete de Apoio Jurídico, que disponibiliza gratuitamente informações e consultadoria jurídica aos associados de modo que estes possam exercer os seus direitos enquanto cidadãos com deficiência.

Com o objetivo de integrar os indivíduos com estas características promove uma série de atividades em várias áreas:

- Institucional
- Sensibilização/Consciencialização relativamente á problemática da deficiência
- Informação sobre os direitos das pessoas com deficiência e seus cuidadores
- Cultural
- Recreativa
- Desportiva
- Associativa

Promove ainda ações de sensibilização para a importância e benefícios da prática de desporto adaptado.

A APD-Leiria incentiva os princípios fundamentais de respeito e garantia da dignidade humana da pessoa com deficiência, da sua autonomia, independência e autodeterminação, da participação em todos os domínios da vida, da promoção da igualdade e não discriminação nas suas diversas dimensões, incluindo discriminações múltiplas e pelo respeito pela diferença e diversidade, descritos na Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021 - 2025 (ENIPD 2021-2025).

b) APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente

A APPACDM da Marinha Grande é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, fundada em 1977 por iniciativa de um grupo de pais. Primeiro como escola de ensino especial, a instituição foi crescendo de forma a responder às necessidades e expetativas da população portadora de deficiência e implementou novas respostas sociais, como o Centro de Atividades Ocupacionais em 1979, atualmente designado de CACI Centro de Atividades para a Capacitação e Inclusão, a Formação Profissional em 1999 e o Lar Residencial em 2013.Para além destas respostas, têm também um Centro de Recursos para a Inclusão, Centro de Recursos Local e uma empresa na área da Jardinagem, a Giesta.

Caracterização da Resposta Social Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

No âmbito do CACI são desenvolvidas atividades que visam desenvolver e manter as capacidades motoras e mentais e que promovam o desenvolvimento de competências pessoais e sociais da população com deficiência e incapacidade.

Funciona de Segunda a Sexta-feira das 8h30 às 18h00.

Os dados descritos têm por base as informações fornecidas ao Instituto de Segurança Social no âmbito da caracterização das respostas sociais para fins de elaboração da carta social nacional com data de referência a 31.12.2024.

- **Capacidade e Frequência**

A resposta de CACI está na sua capacidade máxima e frequentam diariamente o centro 80 pessoas com idades entre os 18 e os 80 anos de idade, sendo a média de idades os 40 anos.

- **Género**

A repartição por género é paritária, sendo frequentado por 40 elementos do sexo feminino e 40 do sexo masculino.

- **Existência de Lista de Espera**

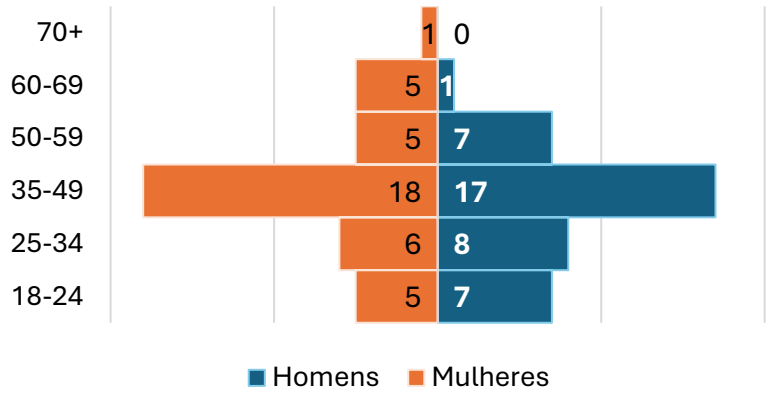
À data de 31.12.2024 existia lista de espera.

- **Serviços mais requisitados**

62,5% (50 absolutos) dos utentes beneficiam do **serviço de transporte** e 92,5% (74 absolutos) do **serviço de alimentação**.

- **Grupos Etários por Género**

Figura 36: Grupos Etários e Género dos Utentes Inscritos no CACI à Data de 31/12/2024 da APPACDM da Marinha Grande



Fonte: APPACDM, dados solicitados para a Carta Social 2025

45% das mulheres e 42,5% dos homens que frequentam a resposta de CACI têm entre 35 e 49, sendo a faixa etária mais expressiva da população que frequenta a resposta.

A população masculina, dos 18 aos 34 anos totaliza 15 casos e a feminina 11 casos, o que corresponde a 37,5% e 27,5% respetivamente.

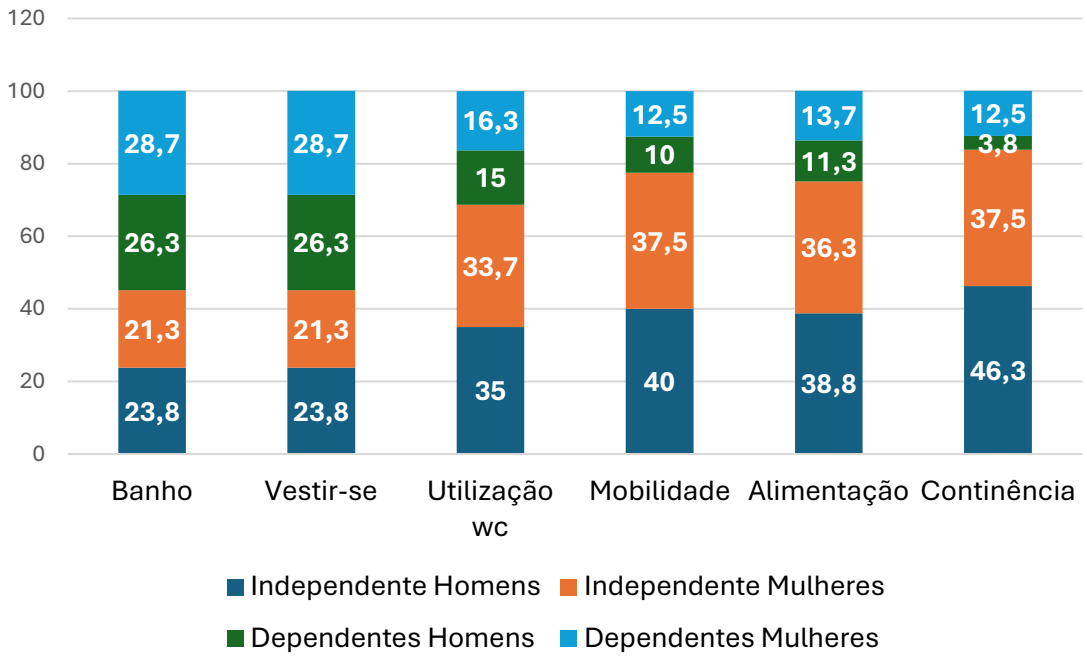
A população com idade igual ou superior a 50 anos, totaliza no caso das mulheres, os 11 efetivos e a masculina 8, correspondendo em termos percentuais a 27,5% e 20%.

- **Capacidade de realização das ABVD's (Atividades básicas da vida diária)**

As ABVD's respeitam às atividades básicas da vida diária essenciais ao bem-estar individual, como por exemplo a higiene pessoal e os cuidados de imagem, a utilização do wc, mobilidade e alimentação.

A pessoa dependente respeita à que apresenta uma perda ou mais ou menos importante da sua autonomia funcional e da sua capacidade para realizar de forma independente as ABVD's necessitando da ajuda de uma terceira pessoa para as poder desenvolver. Pode ou não apresentar algum tipo de deficiência.

Figura 37: Capacidade de realização das AVBD's dos Utentes Inscritos em CACI à data de 31/12/24 na APPACDM da Marinha Grande



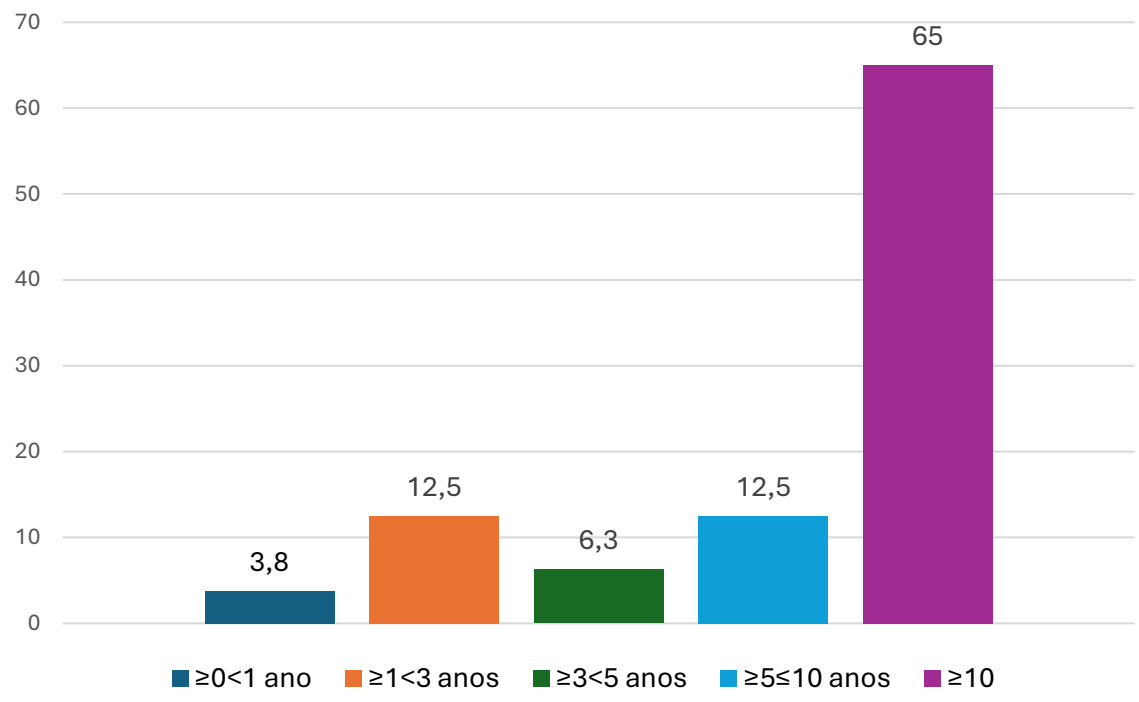
Fonte: APPACDM, dados solicitados para a Carta Social 2025

A % de utentes que frequentam o CACI em 2024 são dependentes de outra pessoa para a realização das AVBD's nos seguintes casos:

- 55% é dependente para a realização do banho e necessita de ajuda a vestir-se, o que corresponde em ambas as atividades a 44 casos cada, sendo 28,7% do sexo feminino e 26,3% do sexo masculino
- 31,3% é dependente e necessita de ajuda de outra pessoa no uso diário do wc, o que corresponde a 25 casos, dos quais 15% são homens e 16,3% são mulheres.
- 22,5% são dependentes na mobilidade, necessitando de apoio técnico para a marcha. Destes 8 são homens e 10 são mulheres, o que corresponde a 10% e 12,5% respetivamente.
- 25% são dependentes na alimentação, necessitando de auxílio durante esta tarefa, e corresponde a 20 casos, dos quais 9 (11,3%) são homens e 11(13,7%) mulheres.
- Em situação de incontinência encontram-se 16,3% dos utentes (13 casos), dos quais 12,5% são mulheres e 3,8% são homens.

Dos 80 utentes que frequentam o CACI, 80% (64 casos) apresentam atestado médico de incapacidade multiusos.

Figura 38: Tempo de Permanência dos Utentes Inscritos no CACI à data de 31/12/24 da APPACDM da Marinha Grande



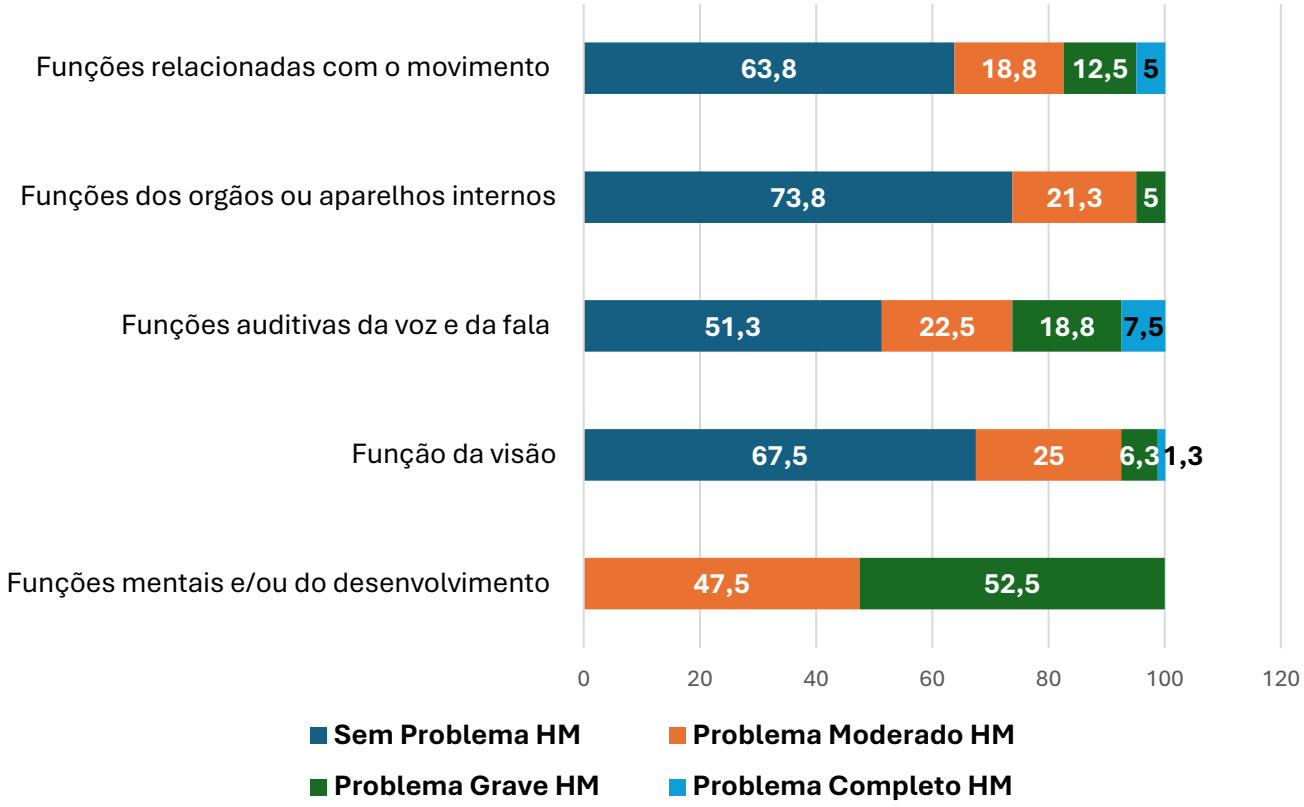
Fonte: APPACDM, dados solicitados para a Carta Social 2025

O tempo de permanência na resposta social de CACI é expressamente superior a 10 anos com 65% dos casos (52 casos) o que indica uma estabilidade e acompanhamento ao longo do ciclo de vida das famílias e pessoas portadoras de deficiência e incapacidade.

Por outro lado, implica dificuldades de renovação dos utentes que frequentam a resposta, e que justifica a existência de lista de espera de entrada, sendo a % de entrada na Instituição há menos de um ano de apenas 3,8%, o que corresponde a três novos utentes a frequentar os serviços de CACI em 2024.

- **Utentes por existência ou inexistência de problemas nas funções do corpo**

Figura 39: Utentes (%) por Existência ou Inexistência de Problemas nas Funções do Corpo Inscritos no CACI à data de 31/12/24 da APPACDM da Marinha Grande



Fonte: APPACDM, dados solicitados para a Carta Social 2025

Os utentes que frequentam a resposta de CACI, apresentam à data em análise, as seguintes características quanto às funções do corpo:

- Nas **funções relacionadas com o movimento**, 63,8% (51 absolutos) não apresenta o problema, 18,8% (15 absolutos) apresentam problema moderado, 12,5% (10 absolutos) apresentam problema grave e 5% (4 absolutos) problema completo.
- Nas **funções dos órgãos ou aparelhos internos** 73,8% (59 absolutos) não apresenta o problema, 21,3% (17 absolutos) apresenta o problema de forma moderada e 5% (4 absolutos) de forma grave.

- Nas **funções auditivas da voz e da fala**, 51,3% (41 absolutos) não apresenta o problema, 22,5% (18 absolutos) apresenta o problema de forma moderada, 18,8% apresenta o problema de forma grave e 7,5% (6 absolutos) de forma completa.
- Nas **funções da visão**, 67,5% (54 absolutos) não apresenta o problema, 25% (20 absolutos) apresenta de forma moderada, 6,3% (15 absolutos) de forma grave e 1,3% (1 absoluto) de forma completa.
- Nas **funções mentais e/ ou do desenvolvimento**, 47,5% (38 absolutos) apresenta o problema de forma moderada e 52,5% (42 absolutos) de forma grave.

Tabela 94: Descritivo de Respostas e Serviços da APPACDM em 2024/2025

	APPACDM
Resposta	**Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão**
Descrição	Centro com atividades e terapias para pessoas com deficiência: Terapia ocupacional, psicomotricidade, TIC, Cerâmica, Drama, Dança, Expressão Plástica, AVD, trabalhos manuais, escolaridade funcional, fisioterapia, hidroterapia, snoezellen,Boccia, natação, atividade motora adaptada, Judo, Tocándar, atividades socialmente úteis.
N.º Participantes	80
Idades	18 e 80 anos (média de idades – 40 anos)
Género	40 masculino e 40 feminino
Resposta	**Lar Residencial**
N.º Participantes	12
Idades	20 aos 80 anos (média de idades – 50 anos)
Género	5 masculino e 7 feminino

Fonte: Dados Solicitados a APPACDM 2024/2025

Caracterização LAR RESIDENCIAL "Casinha da Várzea"

O Lar Residencial é um equipamento para acolhimento de pessoas com deficiência mental, que se encontram impedidas de residir no seu meio familiar.

Presta serviços de cuidados individualizados e personalizados num local de acolhimento, quando, não possam, os familiares assegurar a satisfação das necessidades básicas e/ou atividades da vida diária.

- **Capacidade e Frequência**

A resposta de Lar Residencial está na sua capacidade máxima e frequentam a resposta 12 pessoas com idades entre os 20 e os 84 anos de idade.

À data de 31.12.2024 encontra-se em processo de alargamento para mais 6 lugares.

- **Género e Grupo Etário**

A transversalidade de idades é uma característica dos utentes que frequentam a Resposta.

Dos 12 utentes, 7 frequentam a respostam de CACI para além do Lar Residencial.

A fragmentação por género e idade indica uma população constituída por 7 elementos femininos e 5 masculinos.

A população feminina distribui-se maioritariamente a partir dos 50 anos e a masculina dos 20 aos 49 anos, apresentando a população feminina características de uma população mais envelhecida e a masculina caraterísticas de uma população mais jovem.

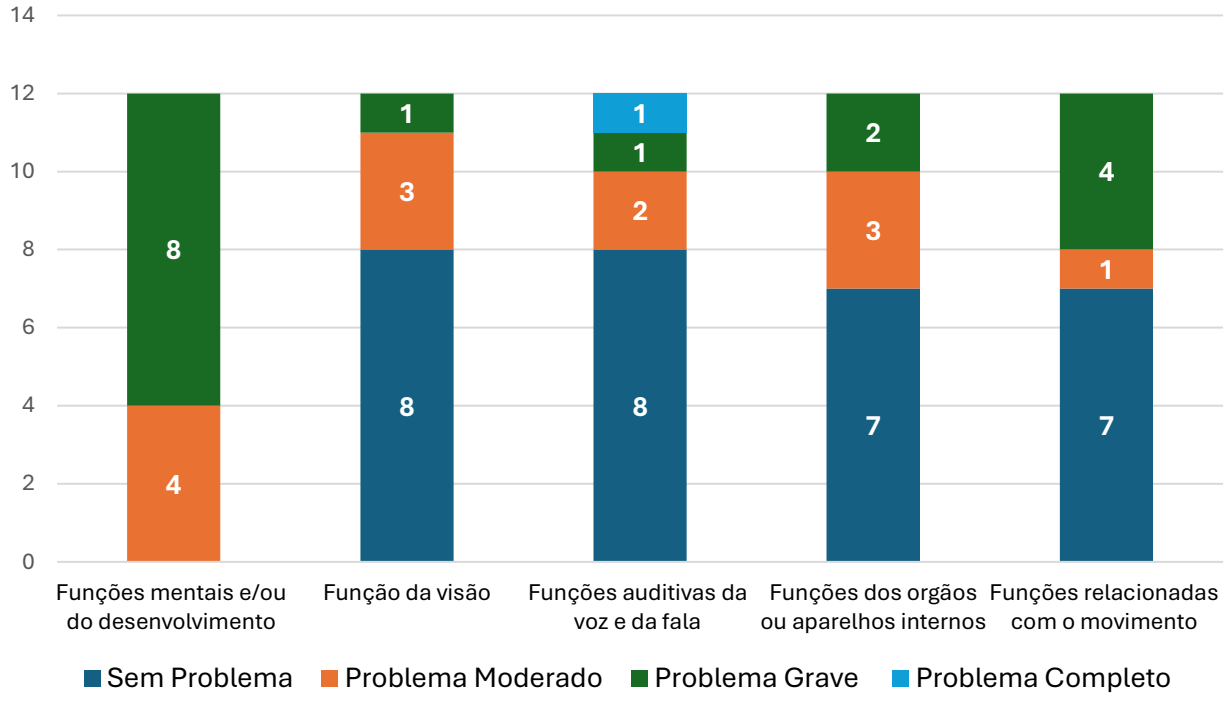
Tabela 95: Grupos Etários e Género dos Utentes Inscritos no Lar Residencial à data de 31/12/24 da APPACDM da Marinha Grande

Grupo Etário	Sexo	
	Homens	Mulheres
20 anos	1	0
25-34	2	1
35-49	2	0
50-59	0	2
60-64	0	2
65-69	0	1
80-84	0	1

Fonte: APPACDM, dados solicitados para a Carta Social 2025

- **Utentes por existência ou inexistência de problemas nas funções do corpo**

Figura 40: Utentes (%) por Existência ou Inexistência de Problemas nas Funções do Corpo a Frequentar o Lar Residencial à data de 31/12/24 da APPACDM da Marinha Grande



Fonte: APPACDM, dados solicitados para a Carta Social 2025

Os utentes que frequentam a resposta de Lar Residencial, apresentam à data em análise, as seguintes características quanto às funções do corpo:

- Nas **funções relacionadas com o movimento** 7 não apresentam o problema, apresenta o problema moderado um efetivo e 4 apresentam o problema de forma grave
- Nas **funções dos órgãos ou aparelhos internos** 7 não apresentam o problema, 3 apresentam o problema de forma moderada e 2 de forma grave.
- Nas **funções auditivas da voz e da fala**, 8 não apresentam o problema, 2 apresentam o problema de forma moderada, 1 apresenta o problema de forma grave e 1 de forma completa.
- Nas **funções da visão**, 8 não apresentam o problema, 3 apresentam de forma moderada e 1 de forma grave.
- Nas **funções mentais e/ ou do desenvolvimento**, 4 apresentam o problema de forma moderada e 8 de forma grave.

13. Envelhecimento e Pessoas Idosas

A previsibilidade do envelhecimento da população e o seu ritmo acelerado é um fato para o qual o mundo ainda não está suficientemente preparado para responder aos direitos e necessidades das pessoas idosas.

O envelhecimento da população tem impacto nos sistemas de saúde, mercado de trabalho e financeiro e na demanda por bens e serviços, como educação, habitação, cuidados de longa duração, proteção social e informação, requerendo uma abordagem articulada e integrada com todas as esferas da sociedade.

A vulnerabilidade de se encontrar em situação de exclusão e risco de pobreza e exclusão social afeta com maior incidência a população idosa.

Dados do relatório "Pobreza e Exclusão Social" (EAPN,2025), com base nos dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) de 2024 , revelam que o maior agravamento de risco do indicador de Pobreza e Exclusão Social (PES) relativo ao ano de 2023 verificou-se em grupos associados ao envelhecimento e à condição de reforma: a população reformada (+19,9%) e a população idosa em geral, com acréscimos significativos entre as pessoas com 65+ anos (+17,8%) e especialmente entre as de 75+ anos (+22,7%).[17]

13.1 Respostas e Serviços do concelho da Marinha Grande dirigidos a Pessoas Idosas

13.1.1 Respostas Tipificadas

No concelho da Marinha Grande existem diversas respostas sociais de apoio ao idoso, com alvará de funcionamento emitido pelo ISS, IP, permitindo-lhe o acesso a condições de conforto e bem-estar, nomeadamente o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Centro de Convívio, Centro de Dia e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) (privado e IPSS).

Os dados apresentados dizem respeito às entidades com acordo com o ISS e ainda aquelas com licenciamento para desenvolver a sua atividade, cuja atualização dos dados remetem à data de 31/01/2024

[17] OBSERVATÓRIO NACIONAL DE LUTA CONTRA A POBREZA, "Pobreza e Exclusão Social, Relatório 2025" (EAPN,pg.19)

a) Centro de Convívio

Tabela 96: Capacidade (N.º) e Ocupação (%) das Respostas de Centro de Convívio da Rede Particular Solidária do Concelho da Marinha Grande em 2024/2025

Rede Solidária	Capacidade 2017	Capacidade 2024/2025	Taxa de Ocupação (%)	Freguesia
Associação Cultural e Desportiva de Casal Galego	20	20	100%	Marinha Grande
Centro Social e Paroquial de Vieira de Leiria	30	30	SI	Vieira de Leiria

Fonte: Carta Social disponível em Resultados da pesquisa - Carta Social, consultado a 29/09/25

O Centro de convívio é uma resposta social de apoio a atividades sociais e recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas, residentes em determinada comunidade.[18]

A rede solidária é constituída, em 2025, por 2 Respostas Socias de Centro de Convívio.

b) Centro de Dia

Tabela 97: Capacidade (N.º) e Ocupação (%) das Respostas de Centro de Dia da Rede Particular Solidária do Concelho da Marinha Grande em 2024/2025

Rede Solidária	Capacidade	Ocupação	Taxa de Ocupação (%)	Freguesia
Associação Cultural e Desportiva de Casal Galego	10	10	100%	Marinha Grande
Centro Social Paroquial de Vieira de Leiria	30	15	50%	Vieira de Leiria
Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande-Pólo 1	30	28	93%	Marinha Grande
Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande- Pólo 2	30	27	90%	Marinha Grande
Total	100	80	80%	

Fonte: disponível em https://www.cartasocial.pt/resultados-da-pesquisa?vt=21&tp=2103&l=10-10-00, consultado em 14/12/24 e 10/02/25

Com base nos dados apresentado no último Diagnóstico Social do Município (2017) regista-se o mesmo número de equipamentos da rede solidária assim como a capacidade.

A rede solidária é constituída por quatro respostas sociais de Centro de Dia, com horários de funcionamento das 8h30 às 17h30; das 8h às 20h e das 8h às 19h30. A taxa de ocupação total é de 80%.

[18] http://www.seg-social.pt/idosos

Tabela 98: Capacidade (N.º) e Ocupação (%) das Respostas de Centro de Dia da Rede Privada Lucrativa do Concelho da Marinha Grande em 2024/2025

Rede Privada	Capacidade 2024/2025	Ocupação 2024/2025	Taxa de Ocupação (%)	Freguesia
Lar Residencial da Raquel, Lda.	15	15	100%	Marinha Grande
Total	15	15	100%	

Fonte: Carta Social disponível em https://www.cartasocial.pt/resultados-da-pesquisa?vt=21&tp=2103&l=10-10-00, consultado a 14/12/24 e 10/02/25

Em relação a 2017 reduziu-se o número de equipamentos da rede privada e a capacidade, com menos uma resposta e menos 15 lugares.

Em 2024, a rede privada é constituída por uma resposta social de Centro de Dia, com horários de funcionamento das 8h00 às 19h00/19h30. A taxa de ocupação total é de 100%.

No seu conjunto, a rede solidária e privada é constituída por **cinco** respostas de Centro de Dia, com uma **capacidade de 115 lugares** e uma **taxa de ocupação** em janeiro de 2025 de **82,8%.**

c) SAD Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.[19]

Tabela 99: Capacidade (N.º) e Ocupação (%) das Respostas de Serviço de Apoio Domiciliário da Rede Particular Solidária do Concelho da Marinha Grande em 2024/2025

Rede Solidária	Capacidade 2024/2025	Ocupação 2024/2025	Taxa de Ocupação (%)	Freguesia
Associação Cultural e Desportiva de Casal Galego	56	36	64,3%	Marinha Grande
Centro Social Paroquial de Vieira de Leiria	42	38	90,5%	Vieira de Leiria
Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande-Pólo 1	42	37	88%	Marinha Grande
Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande- Pólo 2	42	23	55%	Marinha Grande
S. Silvestre - Associação de Solidariedade Social da Moita	42	25	60%	Moita
Total	224	159	71%	

Fonte: Carta Social disponível em https://www.cartasocial.pt/resultados-da-pesquisa?vt=21&tp=2101&l=10-10-00, consultado a 14/12/24 e 10/02/25

[19] http://www.seg-social.pt/idosos

Tabela 100: Capacidade (N.º) e Ocupação (%) das Respostas de Serviço de Apoio Domiciliário da Rede Privada Lucrativa do Concelho da Marinha Grande 2024/2025

Rede Privada	Capacidade	Ocupação	Taxa de Ocupação (%)	Freguesia
Bona Vita – Alojamento e Prestação de Cuidados de Saúde, SA	30	10	33%	Marinha Grande
Total	30	10	33%	

Fonte: CARTA SOCIAL: disponível em https://www.cartasocial.pt/resultados-da-pesquisa?vt=21&tp=2101&l=10-10-00, consultado a 14/12/24 e 10/02/25

Em relação a 2017 mantém-se o número de equipamentos da rede solidária assim como a capacidade. A rede solidária é constituída por 5 respostas sociais de SAD, com horários de funcionamento das 8h/8h30 às 17h/17h30 nos casos das respostas situadas na Marinha Grande e Moita e das 8h às19h30 em Vieira de Leiria. A taxa de ocupação é de 71%.

No seu conjunto, a rede solidária e privada é constituída por **seis respostas de SAD**, com uma **capacidade de 254 lugares** e uma **taxa de ocupação** em janeiro de 2025 de **65%**.

d) ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Resposta social destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para idosos.[20] Tem como objetivos: proporcionar serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas; contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo; criar condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar e potenciar a integração social.

Tabela 101: Capacidade (N.º) e Ocupação (%) das Respostas de ERPI da Rede Particular Solidária no Concelho da Marinha Grande em 2024/2025

Rede Solidária	Capacidade 2017	Capacidade 2024/2025	Variação %	Freguesia
Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande - Lar dos Outeirinhos- Pólo 1	46	66	**+43,5%**	Marinha Grande
Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande - Lar das Vergieiras- Pólo 2	66	75	**+13,6**	Marinha Grande
Centro Social Paroquial Vieira de Leiria	19	19	**0**	Vieira de Leiria
Total	131	160	**+22,1**	

Fonte: Carta Social disponível em https://www.cartasocial.pt/resultados-da-pesquisa?vt=21&tp=2107&l=10-10-00, consultado em 14/12/24 e 10/02/25

[20] http://www.seg-social.pt/idosos

Em relação a 2017, na rede solidária é possível identificar o mesmo número de respostas e um alargamento da sua capacidade, nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande com mais 42 lugares na ERPI das Vergieiras e mais 14 lugares na ERPI dos Outeirinhos, o que reflete um crescimento de +22,1% e de mais 56 lugares existentes na rede solidária face a 2017.

A rede solidária é constituída por **três equipamentos**, com uma capacidade para **160** pessoas idosas e/ou dependentes, com uma **taxa de ocupação de 100%.**

Tabela 102: Capacidade (N.º) e Ocupação (%) das Respostas de ERPI da Rede Privada Lucrativa no Concelho da Marinha Grande em 2024/2025

Rede Privada	Capacidade 2017	Capacidade 2024/2025	Variação %	Freguesia
"A Concha" Residência na Vieira de Leiria, Unipessoal Lda.	NA	30	NA	Vieira de Leiria
Casa de Repouso e Bem Estar o Sossego	22	22	0	Vieira de Leiria
Explending-Lar de Idosos, Lda.	12	35	**+191,7**	Marinha Grande
Lar Residencial da Raquel, Lda.	5	5	0	Marinha Grande
Lar Via Sol, Unipessoal Lda.	NA	22	NA	Vieira de Leiria
SER Marinha Grande	NA	60	NA	Marinha Grande
Super Avós	NA	20	NA	Vieira de Leiria
Total	39	194	**+397,4%**	

Fonte: CARTA SOCIAL, disponível em https://www.cartasocial.pt/resultados-da-pesquisa?vt=21&tp=2107&l=10-10-00, consultado em 14/12/24 e 10/02/25

Em relação a 2017 há um crescimento de novas respostas de ERPI no setor privado lucrativo, designadamente nas zonas da Vieira de Leiria com mais três respostas e na Marinha Grande com o alargamento da capacidade de respostas já existentes e o surgimento de uma nova resposta, o que reflete um crescimento de **+397,4%,** passando de 39 para 194 lugares.

As taxas de ocupação estão nos 100%, com exceção do SER Marinha Grande que apresenta uma ocupação de 46 lugares à data de abril de 2025.

No seu conjunto, a rede solidária e privada é constituída por dez equipamentos, com uma capacidade de 346 lugares e uma taxa de ocupação de 96% em abril de 2025.

13.1.2 Caracterização da população que frequenta as Respostas Sociais Tipificadas: Rede Particular Solidária

Os dados descritos respeitam ao dos indicadores partilhados e enviados ao Instituto da Segurança Social no âmbito da carta social 2025 com data de referência a 31/12/2024.

Resposta Social SAD

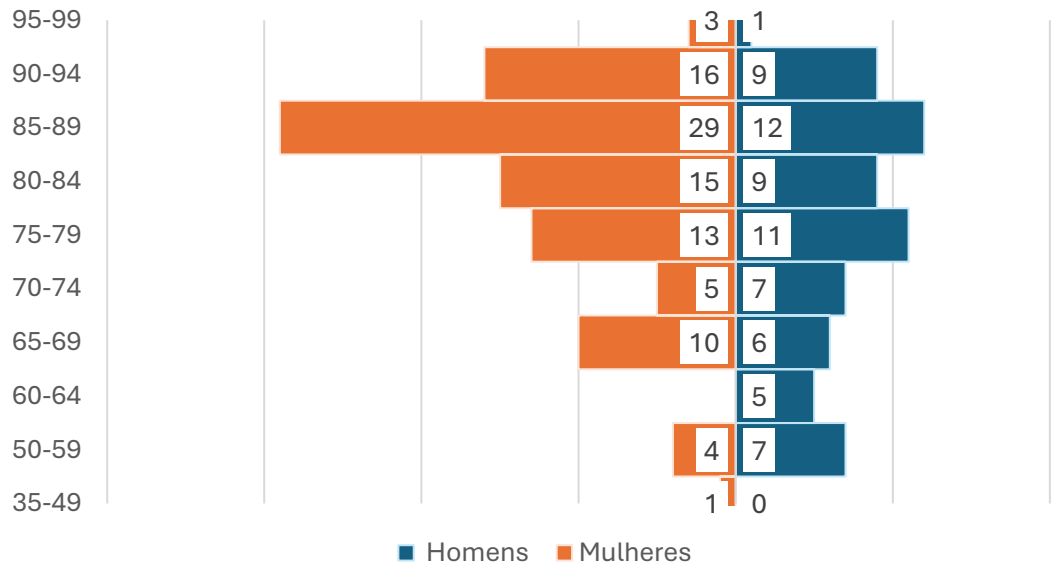
No concelho existem cinco respostas de SAD da Rede Particular Solidária

- **Horário de Funcionamento**

Maioria das Respostas funcionam nos intervalos das 8h/8h30 às 17h/17h30 em dias úteis e com acordo típico com o ISS, IP. A resposta das Vergieiras funciona até às 18h30 e a resposta do Centro Paroquial de Vieira de Leiria até às 19h30.

- **Género e Grupo Etário**

Figura 41: Género e Grupo Etário (N.º) dos Utentes que Frequentam as Respostas de SAD da Rede Particular Solidária à Data de 31/12/24 do Concelho da Marinha Grande



Fonte: Por Radar Social, a partir de dados solicitados preenchimento da Carta Social 2025

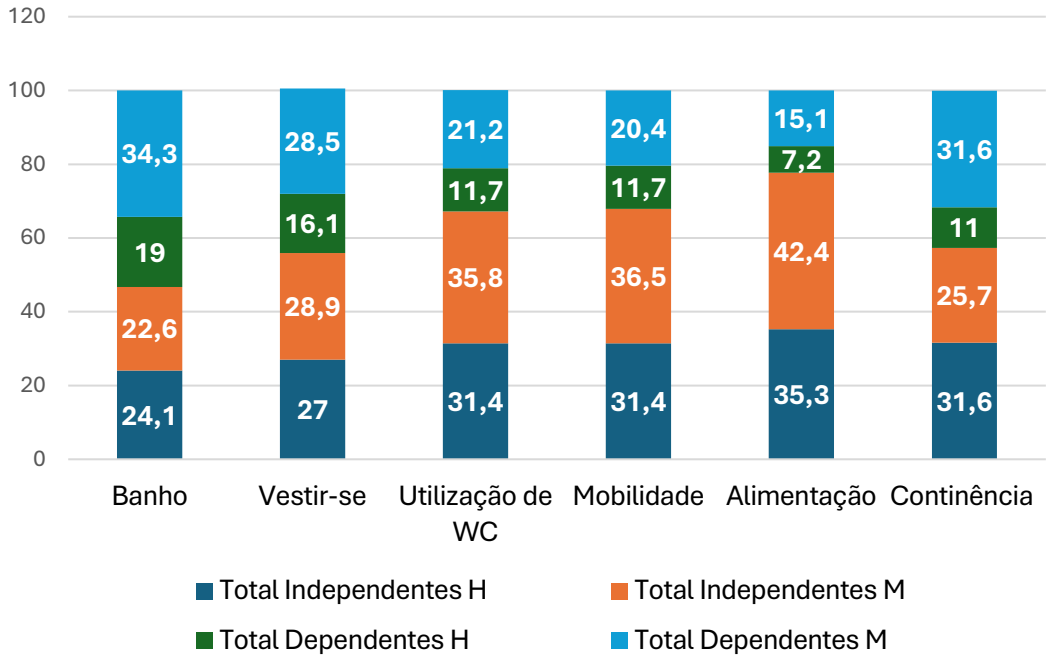
No total frequentam a resposta de SAD da rede solidária, à data de 31.12.2024, 96 mulheres e 67 homens, totalizando 163 pessoas. Em termos percentuais 58,8% são mulheres e 41,1% são homens.

20,2% dos utentes (33 absolutos) têm idade até aos 64 anos, 31,9% (52 absolutos) idades entre os 65 e os 79 anos e 57,7% (94 absolutos) idades iguais ou superiores a 80 anos, sendo o grupo dos 85-89 o que acumula mais efetivos (41 absolutos que representam 78,8% do total do grupo com mais de 80 anos).

A fragmentação de género informa que a partir dos 80 e mais anos a população é expressamente feminina, representando no total do grupo 67% dos efetivos.

- **Utentes por capacidade de realização ABVD'S**

Figura 42: Utentes (%) por Capacidade de Realização das Atividades Básicas da Vida Diária que Frequentam as Respostas de SAD da Rede Particular Solidária da Marinha Grande em dezembro 2024



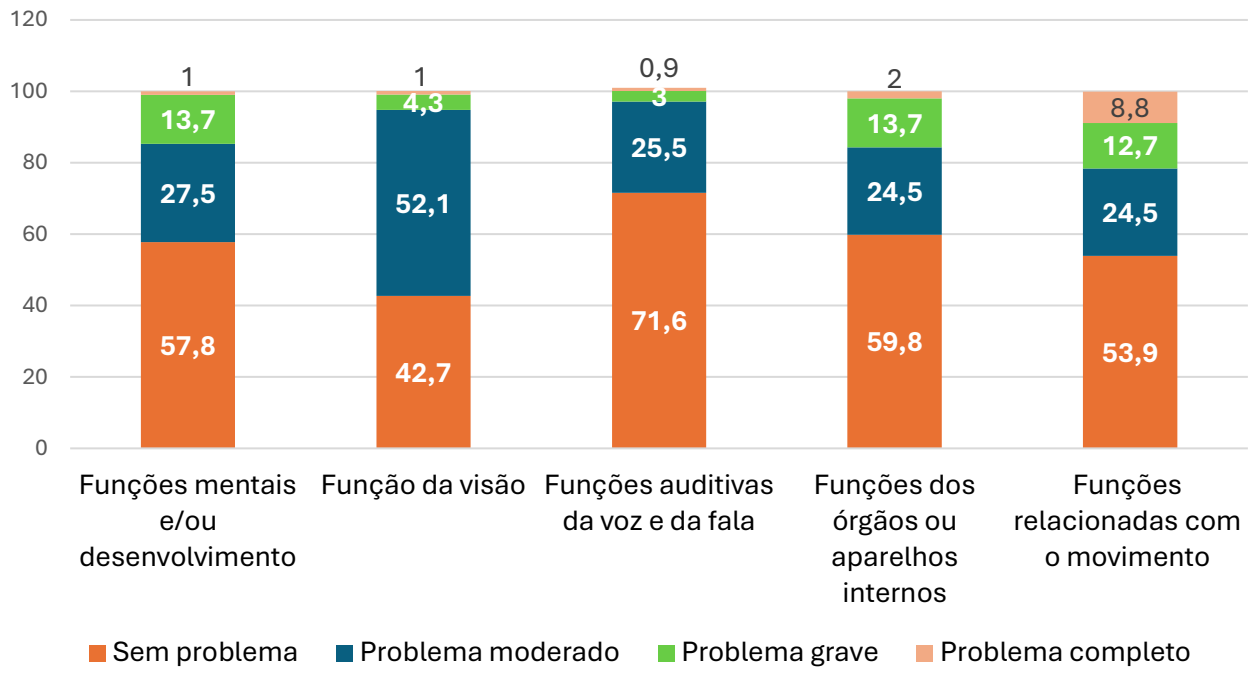
Fonte: Por Radar Social, a partir de dados solicitados preenchimento da Carta Social 2025

A percentagem de utentes que frequentam o SAD em 2024 são **dependentes** de outra pessoa para a realização das AVBD's, nomeadamente:

- 53,3% é dependente para a realização do banho, sendo 34,3% do sexo feminino e 19% do sexo masculino.
- 44,6% necessita de apoio a vestir-se, sendo 28,5% mulheres dependentes e 16,1% homens dependentes.
- 32,9% necessita de apoio nas idas e utilização da casa de banho. Destes que necessitam de apoio, 21,2% são mulheres e 11,7% são homens.
- 32,1% são dependentes na mobilidade, necessitando de apoio técnico para a marcha. Destes x são homens e x são mulheres, o que corresponde a 20,4% e 11,7% respetivamente.
- 22,3% são dependentes na alimentação, necessitando de auxílio durante esta tarefa, dos quais 7,2 % são homens e 15,1% mulheres.
- Em situação de incontinência encontram-se 42,6% dos utentes, dos quais 31,6% são mulheres e 11 % são homens.

Em suma, as problemáticas do cuidar nas entidades particulares solidárias de pessoas em situação de dependência e que motiva o acompanhamento individualizado são por ordem crescente de maior incidência: 6º o auxílio na administração das refeições (22,3%), 5º o auxílio na marcha e mobilidade (32,1%), 4º o apoio nas idas e utilização da casa de banho (32,9%), 3º em situação de incontinência encontram-se 42,6% com uma grande margem de mulheres (31,6%), em 2º com 44,6% a necessidade de apoio no vestir-se e em 1º a necessidade de apoio no banho e higiene com 53,3% dos utentes em situação de dependência.

Figura 43: Utentes (%) por Funções do Corpo das Respostas de SAD da Rede Particular Solidária da Marinha Grande em dezembro de 2024



Fonte: Por Radar Social, a partir de dados solicitados preenchimento da Carta Social 2025

Os utentes que frequentam a resposta de SAD, apresentam à data em análise, as seguintes características quanto às funções do corpo:

- Nas **funções relacionadas com o movimento**, 53,9% não apresenta o problema, 24,5 apresentam problema moderado, 12,7% apresentam problema grave e 8,8% problema completo.
- Nas **funções dos órgãos ou aparelhos internos** 59,8% não apresenta o problema, 24,5% apresenta o problema de forma moderada, 13,7%de forma grave e 2% de forma completa.
- Nas **funções auditivas da voz e da fala**, 71,6% não apresenta o problema, 25,5% apresenta o problema de forma moderada, 3% apresenta o problema de forma grave e 0,9% de forma completa.

- Nas **funções da visão**, 42,7% não apresenta o problema, 52,1% apresenta de forma moderada, 4,3% de forma grave e 1% de forma completa.
- Nas **funções mentais e/ ou do desenvolvimento**, 57,8% não apresenta o problema, 27,5% apresenta o problema de forma moderada e 13,7% de forma grave.

Em suma, no SAD os utentes que frequentam a resposta no que respeita aos problemas apresentados em relação às funções do corpo apresentam níveis de autonomia superiores a 50% em quase todas as funções em análise. Com exceção da função da visão, o problema é sentido de forma moderada em 25% a 27% dos casos.

O problema sentido de forma completa apresenta a % mais elevada nas funções relacionadas com o movimento na ordem dos 8,8%.

13.2 Respostas Não Tipificadas

a) ADESER II – Tertúlia dos Anos de Ouro

A ADESER II para além de ser o órgão de execução do CLDS 5G, tem na sua base de ação respostas contínuas no tempo, de apoio à população sénior, designadamente a **Tertúlia dos Anos de Ouro.**

A Tertúlia dos Anos de Ouro, promove a troca de experiências de modo a incentivar o aproveitamento de saberes e a aquisição de novos, através de atividades presenciais e coletivas, nomeadamente através da dinamização de um Coro para a população sénior ativa indo ao encontro das suas necessidades e combate ao isolamento. Os encontros acontecem duas vezes por semana, na Biblioteca Municipal da Marinha Grande.

b) PVMG - Projetos de Vida Sénior Marinha Grande

A Projetos de Vida da Marinha Grande (PVMG), é uma Cooperativa Social que promove a educação ao longo da vida, o envelhecimento ativo, a Intergeracionalidade, combatendo a exclusão social desta faixa etária através da formação, voluntariado, defesa dos direitos humanos, dinamizando o convívio e a promoção da saúde e bem-estar da população com mais de 50 anos.

Tabela 103: Descritivo dos Projetos e Atividades da PVMG em 2024

PVMG: Projetos de Vida Sénior	
Entidade	*PVMG: Projetos de Vida Sénior - Cooperativa Social, Cultural e Lúdica da Marinha Grande*
Âmbito Atuação	Educação ao longo da vida, intergeracionalidade, combate à Exclusão Social
Projeto	***Educativo Não Formal - Universidade Sénior***
Atividades	Projeto educativo de aprendizagem informal dirigido a maiores de 50 anos, com aulas semanais de várias áreas, entre elas o desporto, a informática, as línguas e as artes. As aulas decorrem de Segunda a Sexta-feira das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00
Beneficiários	Maiores de 50 anos
Projeto	*Gymbei: Ginásio de Bem Estar para o Idoso*
Âmbito Atuação	Envelhecimento Ativo
Objetivos	Aplicação de programas de estimulação e prevenção da depressão. Intervenção Individual ou em grupo nas instalações PVMG, domicílio do idoso ou Instituição.
Ação1	Programa semanal de prevenção da depressão "Expressões e Emoções. Duração 1 hora, atividades em grupo de autoajuda e abordagens individuais.
Ação 2	Programa de Prevenção "Estimulação Cognitiva", formato online e presencial, 3 horas por semana
Beneficiários	Maiores de 50 anos
Projeto	*GAS: Gabinete de Apoio ao Sénior*
Âmbito Atuação	Acompanhamento psicossocial e apoio de ordem técnica
Objetivos	Combate à exclusão social do idoso e à possível violência e/ou situações de grande vulnerabilidade
Beneficiários	Idosos não integrados em estruturas, como Centros de Dia ou Apoio Domiciliário
Projeto	*ArtSénior*
Âmbito Atuação	Intergeracionalidade
Objetivos	Promover a interação entre diferentes faixas etárias por meio da expressão artística, através de oficinas de arte multigeracionais com o fim de expor os resultados no espaço público Municipal
Atividades	Macramé, Trapilho, Bordados, Costura, Artes Decorativas e Pintura

Fonte: Divisão de Desporto, Juventude e Associativismo, Município da Marinha Grande 2024

Em números,

- O **Projeto *Gymbei: Ginásio de Bem Estar para o Idoso***
    a. Programa "Expressões e Emoções", em 2023 apoiou 74 seniores, sendo que 16 recorreram ao apoio individual.
    b. Programa de prevenção - Estimulação Cognitiva, usufruíram deste programa 45 idosos, sendo 3 acompanhados individualmente.

- O **Projeto GAS*: Gabinete de Apoio ao Sénior***

Realiza atendimento presencial e por via telefónica, e engloba na sua ação uma rede de voluntários no apoio das ABVD´s (deslocações ao supermercado, compra de medicação, etc.), aos idosos acompanhados.

Em 2023 foram realizados **393** atendimentos, presenciais e por via telefone. Foram beneficiários diretos do projeto 187 pessoas com mais de 50 anos e beneficiadas indiretamente 374 pessoas.

Para além dos projetos descritos na tabela 72, é de salientar, pelo âmbito de ação, o *projeto intergeracional com o JI da Boavista* e o projeto *Mimos e Carinhos: Lãs e Fios* – Confeção de peças em tricot para bebés e idosos carenciados doados à Liga dos Amigos do Hospital de Leiria e à Associação Atlas.

c) ATLAS – People Like US – ONGD

Tabela 104: Descritivo dos Projetos e Atividades da ATLAS em 2024

ATLAS-People Like Us- ONGD	
Entidade	*ATLAS: People Like Us - ONGD*
Âmbito Atuação	Envelhecimento
Projeto	*Velhos Amigos*
Objetivos	Apoiar idosos em situação de isolamento e carência económica
Atividades	Através de um grupo de voluntários e parceiros na área da restauração são distribuídas refeições quentes, afetos e carinho ao domicílio.
Beneficiários	Idosos
Projeto	*Velhos Amigos Tecnológicos*
Âmbito Atuação	Envelhecimento
Objetivos	Reduzir as situações de risco e exposição ao risco através de um sistema de tele-alarme
Ação1	O uso de tecnologia para fins de segurança, tele-alarme através do acionamento de um botão SOS e sistema de georreferenciação
Ação 2	Sessões semanais em grupo de estimulação cognitiva através de meios tecnológicos
Beneficiários	Idosos em situação de dependência e isolamento
Projeto	*Velhos são os Trapos*
Âmbito Atuação	Envelhecimento Ativo e Intergeracionalidade
Objetivos	Intervenção para a inclusão social pelas artes, valorizar as capacidades dos idosos dando voz às tradições esquecidas.
Atividades	criação de um atelier de peças originais e tradicionais, concebidas e desenhadas por designers e executadas pelos idosos, com vista à aprendizagem entre gerações
Projeto	*Amigos em Casa*
Âmbito atuação	Isolamento Social
Objetivos	Recuperar os espaços habitacionais degradados, proporcionar casas mais funcionais e seguras de forma a evitar a Institucionalização
Atividades	Ações de limpeza, obras de reabilitação e a doação de equipamentos para a casa.

Fonte: Divisão de Desporto, Juventude e Associativismo, Município da Marinha Grande 2024

A Atlas- People Like Us, é uma ONGD que desenvolve a sua atividade no Município da Marinha Grande desde 2016.

Tem como missão intervir na comunidade, de modo a criar alavancas de Desenvolvimento Humano Integrado e Sustentável, através da promoção do voluntariado e da cooperação.

Os projetos desenvolvidos no concelho enquadram-se na área do envelhecimento com vista à promoção de uma vida mais ativa e autónoma dos idosos através do desenvolvimento de atividades criativas e de convívio, combatendo o isolamento social e a carência económica.

Em números,

Projeto *Velhos Amigos*

Em 2023 forma beneficiados diretamente 24 idosos, sendo o total de refeições distribuídas de 2592. Para a concretização da sua ação contaram com uma rede de 96 voluntários.

d) CRPI VL – Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos de Vieira de Leiria

Tabela 105: Descritivo dos Projetos e Atividades da CRPI de Vieira de Leiria em 2024

Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos de Vieira de Leiria	
Entidade	*Associação CRPI - Vieira de Leiria*
Âmbito Atuação	Envelhecimento Ativo e Intergeracionalidade
Projeto	60+
Objetivos	Desenvolver atividades de estimulação cognitiva e motora e atividades intergeracionais
Atividades	+saúde: sessões de informação para a saúde +Informática: sessões para desenvolver competência no uso de tecnologias de informação + encontros: encontros intergeracionais + jogos: atelieres de jogos Atelier de Leitura e atelier dos costumes e tradições + passeios; +ginástica (Pilates e Fisioterapia); + conversa;
Beneficiários	Idosos, Famílias e Comunidade

Fonte: Divisão de Desporto, Juventude e Associativismo, Município da Marinha Grande 2024

A CRPI (Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos) de Vieira de Leiria é uma resposta que visa combater o envelhecimento, o isolamento e exclusão social na Freguesia de Vieira de Leiria, promovendo a qualidade de vida dos seniores.

De forma a abranger vários públicos potencialmente vulneráveis como os idosos, desempregados e seus familiares desenvolve o projeto 60+ na luta pela exclusão social. É um projeto que visa promover atividades intergeracionais e proporcionar atividades de estimulação física e mental com o fim de envolver a comunidade e promover o envelhecimento ativo.

e) ASURPI -Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos

Tabela 106:Descritivo dos Projetos e Atividades da ASURPI em 2024

ASURPI-Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos	
Entidade	*ASURPI*
Âmbito Atuação	Envelhecimento Ativo
Projeto	Universidade Sénior
Objetivos	Desenvolver atividades de promoção e convívio de forma a combater o isolamento social e promover o envelhecimento ativo através da educação não formal
Atividades	Ginástica Sénior, Passeios, Grupo de Cantares, Marchas Populares
Beneficiários	Idosos, Famílias e Comunidade

Fonte: Divisão de Desporto, Juventude e Associativismo, Município da Marinha Grande 2024

A Associação Sindical União Reformados Pensionistas e Idosos (ASURPI), criou a Universidade Sénior, com o intuito de promover o envelhecimento ativo, através de estratégias de ensino não formal, essencialmente de valorização/ocupação dos mais velhos.

f) Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson

Tabela 107: Descritivo dos Projetos e Atividades da Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson em 2024

Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson	
Âmbito Atuação	Pessoas portadoras da doença de Parkinson
Atividades	Ciclo de Palestras sobre a problemática; Centro Parkinson; Atividade física na terceira idade e Fisioterapia; Projeto classes de Mobilidade; Encontros Terapêuticos com Parkinson

Fonte: Divisão de Desporto, Juventude e Associativismo, Município da Marinha Grande 2024

A Delegação Distrital de Leiria da Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson (APDPk) desenvolve atividades nos 16 concelhos do distrito de Leiria e tem a sua sede na Marinha Grande. Está integrada na APDPk, que é uma entidade de âmbito nacional.

Todo o trabalho da Delegação, que existe desde 2004, é no sentido de:

- Contribuir para a melhoria de qualidade de vida dos doentes de Parkinson
- Transmitir informação sobre a doença de Parkinson através da realização de sessões públicas de esclarecimento e de informação com a presença de médicos e outros profissionais de saúde;
- Prestar toda a informação disponível a quem a solicita, via telefone, e-mail, fax, etc., sobre a doença;
- Sensibilizar a sociedade através da participação em eventos públicos
- Intervir junto de empresas e de particulares para conseguir apoios para os doentes de Parkinson;

- Promover ações de formação para cuidadores e familiares de doentes de Parkinson, médicos e fisioterapeutas;
- Realizar encontros de associados de lazer, de convívio, passeios, ida ao teatro, piquenique, etc.
- Realizar sessões de pintura, escultura e dança entre associados;
- Reforçar o serviço de fisioterapia especializada para doentes de Parkinson a funcionar desde março de 2007, na Marinha Grande, e de um espaço de internet e convívio nesta cidade para os seus associados.

g) Rotary Club Marinha Grande

Tabela 108: Descritivo dos Projetos e Atividades da Associação Rotary Club em 2024

Rotary Club, Marinha Grande	
Âmbito Atuação	Desenvolvimento Territorial e População - Saúde: Idosos e Apoio às Famílias
Projetos	Resposta Integrada para a Prevenção e Tratamento não Farmacológico das Demências, Apoio aos Cuidadores e familiares dos Doentes.
Atividades	Constituição equipa multidisciplinar, workshops e cafés memória, sessões de sensibilização junto da população e idosos ativos, sessões de estimulação cognitiva em ERPI´s, criação de uma equipa de voluntários, formação dos cuidadores.
Ação 1	Criação de uma equipa multidisciplinar, assim como capacitar 10 técnicos através de formação específica na área, de forma a replicar a mesma.
Ação 2	Desenvolver ações de formação/ sensibilização junto dos técnicos, voluntários, população em geral através da dinamização das sessões de prevenção e informação
Ação 3	Implementação de uma sala de estimulação multissensorial Snoezelen para a comunidade nas instalações dos Cuidados de Saúde Primários da freguesia da Marinha Grande
Beneficiários	Respostas Sociais para Idosos (ERPI´s e SAD), séniores ativos na comunidade (prevenção), pessoas com demência (especial ênfase Alzheimer) e cuidadores

FONTE: Divisão de Desporto, Juventude e Associativismo, Município da Marinha Grande

O Rotary Club é uma associação de desenvolvimento territorial cujos objetivos na dimensão dos idosos, famílias e saúde estão orientados para a área das demências e apoio ao cuidador sendo uma resposta que visa prevenir e atuar sobre as suas vulnerabilidades.

O projeto visa atuar na área da prevenção através do melhoramento da qualidade dos serviços, tratamento dos doentes e da implementação de atividades de prevenção junto de idosos ativos. Pretende também desmistificar a problemática das demências e potenciar a aceitação social das pessoas com demência.

É um projeto dinâmico, constituído por voluntários com formação na área e um conjunto alargado de parceiros, entre os quais a Alzheimer Portugal, pioneira na intervenção desta problemática e cuja função é prestar assistência técnica nas ações de apoio a cuidadores e pessoas com demência.

13.3 Programas e Medidas dirigidos a Pessoas Idosas

a) Divisão da Saúde e Bem-estar do Município da Marinha Grande 2024: PROGRAMA ATIVO 3+

Tabela 109: Descritivo do Programa Ativo 3+ do Município em 2024

Município da Marinha Grande	
Entidade	Câmara Municipal da Marinha Grande
Âmbito Atuação	Envelhecimento Ativo
Projeto	*Ativo 3+*
Objetivos	Promover a prática de hábitos de vida saudáveis, de forma solidária e inclusiva, facilitando em parceria o acesso da população idosa à prática de atividades físicas e desportivas
Atividades	Ginástica Sénior, Passeios, Grupo de Cantares, Marchas Populares
Beneficiários	Idosos e Instituições

Fonte: Divisão de Desporto, Juventude e Associativismo, Município da Marinha Grande 2024

A CMMG promove o Programa de Desenvolvimento da Atividade Física para a 3.ª Idade Ativo 3+, que se destina maioritariamente a pessoas com idade superior a 65 anos e com necessidades muito específicas.

As entidades parceiras em 2024/2025 são: o Clube Desportivo Moitense; a CRPI de Vieira de Leiria; a Delegação Distrital da APDPk; o Industrial Desportivo Vieirense; a SCMMG; a Sociedade Instrução e Recreio 1º de Maio; a Sociedade União da Albergaria e o Sport Operário Marinhense.

b) Juntas de Freguesia

Um dos objetivos principais da ação das Juntas de Freguesia junto da população idosa é a prevenção da dependência e a promoção de diversas atividades envolvendo os parceiros, criando relações de proximidade e de envolvimento entre as várias gerações, com o intuito da prevenção e promoção do bem-estar biopsicossocial e o combate ao isolamento social.

Junta de Freguesia da Marinha Grande - Envolver+

O Projeto Envolver + é uma iniciativa da Junta de Freguesia da Marinha Grande desenvolvida pelo Gabinete de Apoio Psicossocial à população da sua freguesia. Promove o incentivo à participação e combate ao isolamento social através da partilha de experiências, da criação de espaços de convívio e de promoção de bem-estar físico e emocional.

Tem como parceiros o Rotary Club da Marinha Grande, CLDS 5G, Unidade de Cuidados à Comunidade, EPAMG, Escola Calazans Duarte, Município da Marinha Grande, IPL – Escola Superior de Saúde e outros parceiros não tipificados que participam de forma voluntária na dinamização das atividades.

As ações desenvolvem-se às Terças-feiras no Clube Desportivo da Amieira e envolve semanalmente cerca de trinta idosos. Nestas sessões são desenvolvidas atividades de estimulação cognitiva e motora através de jogos e atividades lúdicas, como por exemplo o BOCCIA que decorre todas a Terças-feiras do mês.

Promove ações de sensibilização e capacitação da população com vista a um envelhecimento saudável.

Na Junta de Freguesia da Marinha Grande em 2024 foram realizadas as seguintes ações de informação e atividades: ambiente "Juntos reciclamos mais"; desporto adaptado "Boccia Sénior"; envelhecimento "Vamos falar de demência" e "O nosso cérebro: Agir com atenção plena II, é tudo uma questão de atitude"; atividade física "Aula Tai Chi"; promoção de autocuidados "Cabeleireiro e Estética"; saúde "Curso de Primeiros Socorros", "Yoga do Riso" e "Trocas saudáveis na alimentação"

Para além destes serviços, a Junta de Freguesia da Marinha Grande através do GAP disponibiliza resposta e serviços de Apoio Social, Psicologia, Nutrição, totalmente gratuitos.

Junta de Freguesia de Vieira de Leiria- parceiro RL+65

É um dos parceiros do projeto que visa combater o isolamento e promover a literacia e inclusão social das pessoas com mais de 65 anos.

Iniciou em 2021 através de um projeto piloto e até à data abrangeu mais de 700 idosos, de 13 freguesias do distrito de Leiria, entre as quais a freguesia de Vieira de Leiria.

O Objetivo é levar o jornal da região de leiria a casa dos idosos institucionalizados e beneficiários dos serviços das IPSS´s do distrito, assim como a divulgação de informação pertinente e adequada à realidade das pessoas com mais de 65 anos, como as atividades e projetos em desenvolvimento na área dos séniores com destaque para as IPSS´s, pessoas e associações assim como o fomento do gosto pela leitura.

c) CLDS 5.ª Geração Marinha Social

Para além do forte tecido associativo, que assegura um importante conjunto de respostas, nomeadamente espaços de convívio e lazer, existem também várias entidades de desenvolvimento

local que promovem ações junto da população idosa, com vista ao envelhecimento ativo e à inclusão social e consequente diminuição do isolamento/solidão.

Em 2025, o CLDS 5G, a ser executado pela ADESER II, define eixos de atuação específicos para esta população. O CLDS 5G está organizado em quatro eixos de intervenção, sendo que o "Eixo 4: Desenvolvimento social, capacitação comunitária e intervenção em contextos de emergência social e cenários de exceção", tem como ações as descritas na tabela nº110 , direcionadas para a população idosa.

Tabela 110: Descritivo do Programa CLDS 5.ª Geração Marinha Social, Eixo 4, 2025

CLDS 5G: Eixo 4 "Capacitação da Comunidade e Instituições"	
Entidade Executante	ADESER II
Ação 10	*Desporto Inclusivo*
Objetivos	Desenvolver ações que promovam a inclusão e o combate à discriminação dos cidadãos em situação de vulnerabilidade, especialmente em razão da sua origem, condição ou situação de deficiência ou dependência.
Atividades	As atividades desportivas a desenvolver estão direcionadas para o desporto adaptado, a competitividade controlada, socialização e interação, o desenvolvimento das capacidades motoras e a promoção de encontros de equipas com vista à Inclusão e Igualdade, designadamente o BOCCIA.
Beneficiários	Pessoas Idosas e/ou Dependentes
Ação 11	*Á Sua Escuta*
Objetivos	Promover a inclusão social das famílias em situação de extrema vulnerabilidade, nomeadamente a ativação dos seus direitos, em articulação com outras entidades da Rede Social e da sociedade civil
Ação1	Dinamizar o Café Memória oferecendo um espaço acolhedor e inclusivo onde pessoas com diferentes condições de saúde mental e seus familiares possam se sentir confortáveis e apoiados. Este espaço pretende facilitar a partilha de experiências e histórias de vida entre os participantes e suas famílias, promovendo um ambiente de apoio mútuo e compreensão
Ação 2	Desenvolver a estimulação cognitiva e social desenvolvendo atividades que estimulem a memória, a cognição e as habilidades sociais dos participantes, através de jogos, exercícios de memória e conversas guiadas.
Ação 3	Desenvolver palestras e sessões educativas sobre saúde mental, estratégias de cuidado e gestão de doenças
Ação 4	Estabelecer uma rede de apoio informal entre os participantes e facilitadores, encorajando o apoio contínuo e a construção de relacionamentos positivos.
Beneficiários	Cuidadores Informais, Famílias, Idosos e/ou Pessoas Dependentes com problemas de memória

Fonte: Plano de Ação – CLDS 5G - Marinha Social, de ADESER II - 2025/2028

A ação 10 do eixo 4 "Capacitação da comunidade e instituições", orientada para o desporto inclusivo valoriza o desporto como promotor da inclusão e põe em prática a atividade do BOCCIA em diferentes contextos.

Os encontros de Boccia desenvolvem-se na Associação Cultural e Recreativa da Comeira que recebe todas as Quintas feiras os utentes da ERPI das Vergieiras em parceria com a Escola Profissional e Artística da Marinha Grande (EPAMG).

A prática é orientada para pessoas com mais de 65 anos de acordo com o seu nível de autonomia.

A ação 11 "À Sua Escuta" materializa-se através da dinamização da atividade Café Memória em parceria com a Alzheimer Portugal, através de um espaço de partilha, entre cuidadores e pessoas cuidadas e interessadas no tema, próximas da realidade das demências e especial da doença de Alzheimer.

Realiza-se ao segundo sábado de cada mês, na Associação Cultural e Recreativa da Comeira, das 10h às 12h.

14. Minorias: Pessoas Imigrantes

14.1 Enquadramento

Portugal é, desde há muito tempo, um país de chegadas. Esta nossa vocação, reforçada no início do século XXI, tem-nos colocado na liderança das melhores políticas de integração daqueles que escolheram Portugal para viver.

No que ao fenómeno da migração diz respeito, devemos considerar as diversas vertentes do mesmo, nomeadamente o contexto económico e social, nacional e dos países de origem, a evolução legislativa, as relações históricas e culturais, os impactos das políticas de imigração à escala global, assim como os conflitos armados, ambientais e pandemias.

O fenómeno migratório tem vindo a aumentar aos longos dos anos, apesar de uma desaceleração durante a pandemia COVID-19, o crescimento da população residente no território português entre 2015 e 2021 foi de mais 310.156 indivíduos

Em relação às nacionalidades representadas, a nível nacional, em 2021, de acordo com o ainda Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), os dados são os seguintes:

Tabela 111: Nacionalidades Mais Representadas em Território Nacional em 2021

Nacionalidades mais representadas em Território Nacional SEF, 2021		
País de Origem	Nº de Pessoas	% de Pessoas
Brasil	204 694	29,30%
Reino Unido	41932	6%
Cabo Verde	34093	4,90%
Itália	30 819	4,40%
Índia	30251	4,30%
Roménia	28911	4,10%
Ucrânia	27195	3,90%
França	26719	3,80%
Angola	25802	3,70%
China	22782	3,30%
Outros	225 689	32,20%
Total	237685	100%

FONTE: SEF, "Relatório de Imigração, Fronteira e Asilo", 2021

De acordo com os dados apresentados em 2021, a nacionalidade brasileira é a comunidade mais representada em 2021 em território português.

De salientar o crescimento da população indiana que subiu ao 5º lugar de acordo com os dados anteriormente analisados pelo SEF em 2021.

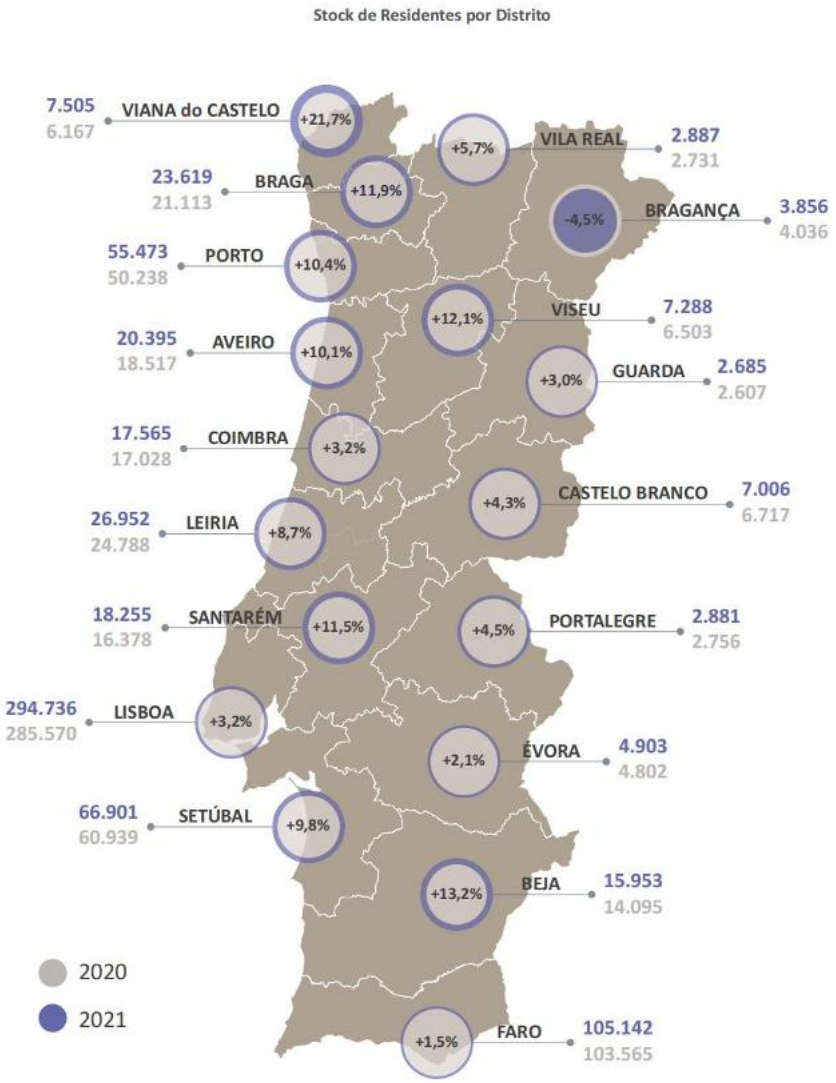
Tabela 112: Distribuição Etária da População Estrangeira Residente em Portugal, 2021

Distribuição Etária da População Estrangeira Residente em Portugal, 2021		
Grupos Etários	**Nº de Pessoas**	**%**
0-4	13009	1,90%
5-9	24523	4%
10-14	28158	4,00%
15-19	32303	4,60%
20-24	51832	7,40%
25-29	80686	11,50%
30-34	89338	12,70%
35-39	81909	11,70%
40-44	69865	10,00%
45-49	53470	7,70%
50-54	42043	6,00%
55-59	34770	5%
60-64	30347	4,30%
65+	66634	9,50%
Total	698887	100%

FONTE: SEF - "Relatório de Imigração, Fronteira e Asilo", 2021

A população potencialmente ativa, representa 76,6% dos cidadãos estrangeiros residentes, com preponderância do grande grupo etário 25-44 anos (321.798). Releva o facto de a população com mais de 65 anos (9,5%) apresentar um peso relativo inferior à população de jovens entre os 0 e os 19 anos (14,0%).

Figura 44: Distribuição Geográfica da População Estrangeira em Território Nacional em 2022



Fonte: Figura retirada de SEF/GEPF (2022, pág. 33)

Mantém-se a distribuição geográfica da população estrangeira, incidindo sobretudo no litoral, de realçar o distrito de Leiria, cuja % de população residente aumentou cerca de 8,7% face a 2020.

Em 2021 registou-se pelo sexto ano consecutivo, um acréscimo da população estrangeira residente, com um aumento de 5,6% face a 2020, totalizando 698.887 cidadãos estrangeiros titulares de autorização de residência, valor mais elevado registado pela AIMA, desde o seu surgimento em 1976.

Em 2021, segundo os dados do relatório, os motivos mais relevantes para a concessão de títulos de residência foram a atividade profissional (35 886), o reagrupamento familiar (20 718) e o estudo (10 919).

Ao analisar individualmente por nacionalidades, chegou-se à conclusão de que os motivos que apresentara maiores percentagens por nacionalidade foram: motivos para a concessão de residência, devido a atividade profissional: Brasil (44,7%), Índia (78,9%), Bangladesh (72,9%), Nepal (68,6%) e Paquistão (55%); por motivos de estudo: Cabo Verde (42,4%), Guiné (35,1%) e S. Tomé e Príncipe (37,6%); por motivos de reagrupamento familiar, Angola (38,3%).

Segundo os dados do INE, estima-se que no ano de 2022, tenham entrado em Portugal 117 843 imigrantes permanentes, mais 21,3% do que em 2021 (97 119), e tenham saído 30 954 emigrantes permanentes, mais 23,4% do que em 2021 (25 079). O saldo migratório foi positivo (86 889) pelo sexto ano consecutivo.

De acordo com os dados do INE, 2022, o total dos imigrantes permanentes em território nacional apresenta, 62,2% dos indivíduos são homens, 51,2% tinham nacionalidade estrangeira, 59,3% nasceram num país fora da União Europeia, 70,2% residiam anteriormente num país Extra-União Europeia e 77,9% eram pessoas em idade ativa (15 a 64 anos).

14.2 Dados Sociodemográficos da População Imigrante

a) População Estrangeira Residente

Tabela 113: População Estrangeira Residente e Saldo Natural por Local de Residência entre 2011 e 2023

População Estrangeira e Saldo Natural e Migratório	Marinha Grande 2011	Portugal	Marinha Grande 2023	Portugal
População estrangeira	1 420	434 708	4 432	1 044 238
% da população estrangeira residente	3,7	4,1	10,9	9,9
Saldo natural	-14	-5 992	-85	-32 596
Saldo migratório	12	25178	956	155 701

Fonte: Disponível em Portal do INE

Nos dados demográficos analisados do concelho é observável o crescimento da população imigrante no território concelhio.

Entre 2011 e 2023 a população estrangeira residente com estatuto aumentou de 1420 para 4432 indivíduos, passando de 3,7% para 10,9% sobre o total da população residente.

Esse crescimento de 7,2 p.p. reflete-se nas várias dimensões sociais em análise, na saúde, na educação e na procura de emprego, sendo necessário prover as instituições e organizações de condições estruturais e humanas para o acolhimento e integração da população que procura a zona para se fixar.

O saldo natural apesar do incremento da imigração e dos contributos para o aumento de nados vivos anuais, mantém-se negativo, o que revela que o número de óbitos é superior ao número de nados vivos.

Por outro lado, o saldo migratório revela uma capacidade de atração e resiliência do território da Marinha Grande a apresentar mesmo em anos de crise económica, como em 2011, valores positivos na fixação de população imigrante residente no território.

b) Taxa de Crescimento Migratório

Tabela 114: Taxa de Crescimento Migratório (%) por Local de Residência 2021-2024

Taxa de Crescimento Migratório				
	2024	2023	2022	2021
Portugal	1,34	1,47	1,30	0,69
Centro	1,89	1,98	0,98	1,07
Região Leiria	1,93	2,03	1,19	1,15
Marinha Grande	2,19	2,36	1,65	1,50

Fonte: Disponível em Portal do INE consultado a 29/09/25

Entre 2021 e 2024 a taxa de crescimento migratório aumentou 0,69 p.p. na Marinha Grande.

O concelho apresenta uma taxa migratória superior às restantes localizações e anos em análise apresentando o território características de atração para a população imigrante, sobretudo no que ao emprego diz respeito e observável através da análise do saldo migratório que já em 2011 se apresentava positiva face aos valores nacionais.

Em 2024 por cada 100 residentes de origem portuguesa, 2,19 são provenientes de outro país.

c) Casamentos entre Portugueses e Estrangeiros

Tabela 115: Proporção (%) de Casamentos entre Portugueses e Estrangeiros por Local de Residência 2021-2024

Casamentos entre Portugueses e Estrangeiros				
	2024	2023	2022	2021
Portugal	16,4	14,6	14,1	12,9
Centro	14,5	11,7	11	9,4
Região Leiria	15,3	14,1	10,6	13,1
Marinha Grande	17,8	12,4	15,3	27,3

Fonte: Disponível em Portal do INE consultado a 29/09/25

Os casamentos entre portugueses e estrangeiros aumentou em quase todas as localidades em 2024 comparativamente a anos anteriores.

A Marinha Grande apresenta valores superiores comparativamente às restantes regiões em 2021,2022 e 2024.

O valor máximo atingido ocorreu em 2021 com 27,3 % de casamentos entre portugueses e estrangeiros, estando o valor nos 17,8% em 2024.

d) População Estrangeira Residente com Título de Residência

Tabela 116: População Estrangeira (%) a Quem foi Concedido Título de Residência p/1000 habitantes por Local de Residência 2021-2023

	2023	2022	2021
Portugal	3,1	1,4	1,1
Centro	2,4	0,9	0,7
Região Leiria	3,2	1	0,8
Marinha Grande	3,6	1,4	1,2

Fonte: Disponível em ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0013044&contexto=bd&selTab=tab2,consultado a 29/09/25

Observa-se em todas as localizações em análise um aumento da população com o estatuto de residente atribuído.

A Marinha Grande apresenta valores superiores às restantes regiões em análise sofrendo um aumento de 2,4 p.p. face a 2021, ou seja, o triplo da população com estatuto de residente atribuído por 1000 habitantes.

e) População que solicitou Título de Residência

Tabela 117: População Estrangeira (N.º) que Solicitou o Título de Residência por Género e Local de Residência entre 2021- 2023

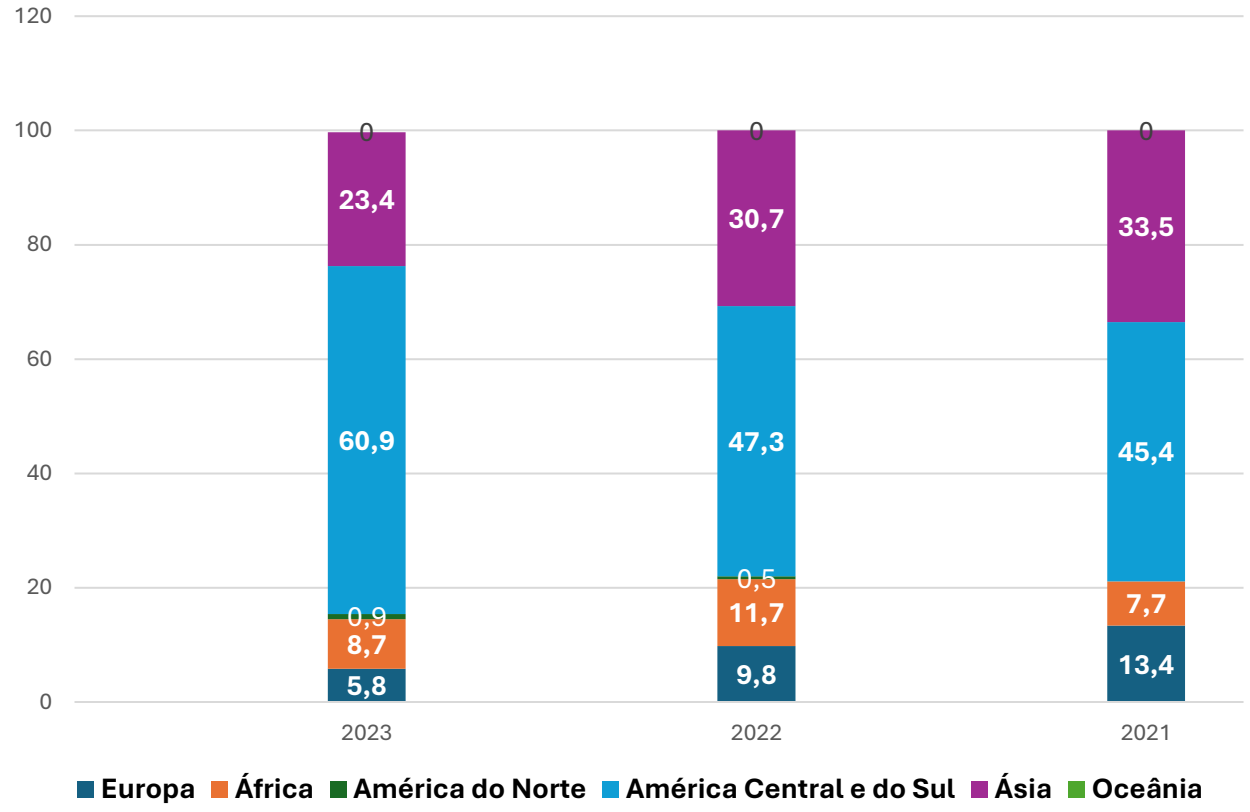
	Europa	África	América do Norte	América Central e do Sul	Ásia	Oceânia	Total
			2023				
Portugal	54 126	73 301	5689	152352	43142	334	328 978
Centro	5022	5280	401	26053	3090	25	39 875
Região de Leiria	890	731	66	7151	664	6	9508
Marinha Grande	86	131	14	900	346	0	1477
			2022				
Portugal	37616	23620	3942	51932	25690	237	143 081
Centro	3974	1834	230	6721	1555	18	14338
Região de Leiria	529	257	33	1741	380	3	2943
Marinha Grande	54	64	3	259	168	0	548
			2021				
Portugal	30407	17339	2869	42131	18 457	103	111 311
Centro	2715	1639	197	5353	1083	8	10 995
Região de Leiria	455	180	44	1437	287	2	2405
Marinha Grande	61	35	0	206	152	0	454

Fonte: disponível em Portal do INE, consultado a 30/09/25

Os dados absolutos descritos na tabela 117 da população residente que solicitou o título de residência revela as seguintes tendências:

- Aumento do número de solicitações de títulos de residência em todas as regiões em análise, com forte incidência de pessoas provenientes dos continentes da América Central e do Sul, África e Ásia
- A nível Nacional o incremento total entre 2021 e 2023 de solicitações de títulos de residência é de +195,5%, sendo o incremento na Marinha Grande superior, com uma variação de +225,3%.
- A região Centro e a região de Leiria apresentam também valores de crescimento superiores aos Nacionais, com variações positivas de 262,60% e 295,30% respetivamente.
- Observam-se novas tendências com pessoas originárias dos continentes da América do Norte e a Oceânia a obter maior expressividade a nível Nacional.
- Nos três anos em análise, no concelho, não se registam casos de solicitação de títulos de residência a pessoas oriundas da Oceânia. Por sua vez, se em 2021 foram requeridos 0 títulos a pessoas da América do Norte, em 2023 esse valor cresceu 100% com 14 títulos de residência solicitados.

Figura 45:Proporção (%) de População Estrangeira por Continente de Origem que Solicitou o Título de Residência entre 2021 e 2023 Residente no Concelho da Marinha Grande

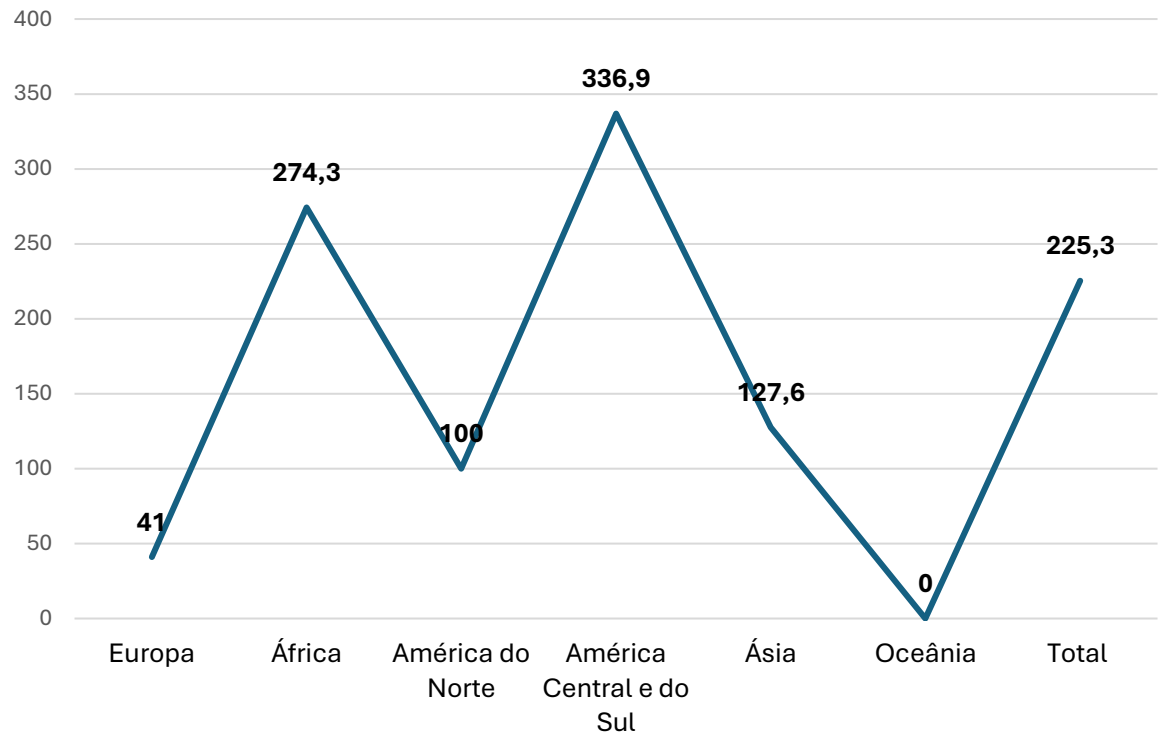


Fonte: Por Radar Social, a partir de Portal do INE, consultado a 30/09/25

Entre 2021 e 2023 é visível o aumento da população que solicitou o título de residência residente na Marinha Grande proveniente da América Central e do Sul.

Em 2023 apesar de uma redução de 10,1 p.p, posicionam-se em segundo lugar as pessoas oriundas do continente asiático, com 23,4% dos casos, seguido do continente Africano e Europeu, com 60,9% e 8,7% dos casos.

Figura 46: Variação (%) de População Estrangeira por Continente de Origem que Solicitou o Título de Residência entre 2021 e 2023 Residente no Concelho da Marinha Grande



Fonte: Por Radar Social, a partir de Portal do INE, consultado a 30/09/25

Da análise da variação do concelho da Marinha Grande destaca-se:

- Variações expressivas entre 2021 e 2023 de solicitações de títulos de residência a pessoas residentes na Marinha Grande advindas, por ordem decrescente, da América Central e do Sul (+336,9%); de África (+274,3) e da Ásia (+127,6%)

Tabela 118: N.º de Solicitações de Títulos de Residência da População Estrangeira Oriunda da América Central e do Sul, Residente na Marinha Grande entre 2021 e 2023

	América Central e do Sul	Argentina	Brasil	Colômbia	Cuba	Venezuela (República)
2023	900	0	891	0	0	6
2022	259	0	229	4	2	18
2021	206	0	197	0	0	8

Fonte: Disponível em Portal do INE, consultado a 30/09/25

Tabela 119: N.º de Solicitações de Títulos de Residência da População Estrangeira Oriunda do Continente Africano, Residente na Marinha Grande entre 2021 e 2023

	África	Palop	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	S. Tomé e Príncipe
2023	131	128	12	84	9	14	9
2022	64	61	9	46	2	1	3
2021	35	35	6	23	3	0	3

Fonte: Disponível em Portal do INE, consultado a 30/09/25

Tabela 120: N.º de Solicitações de Títulos de Residência da População Estrangeira Oriunda da Ásia, Residente na Marinha Grande entre 2021 e 2023

	Ásia	Bangladeche	China	Índia	Irão	Paquistão
2023	346	1	1	318	2	14
2022	168	0	1	157	0	6
2021	152	0	2	148	0	0

Fonte: Disponível em Portal do INE, consultado a 30/09/25

Da análise das tabelas 114 e 115, relativas às pessoas que solicitaram título de residência de acordo com os três continentes de origem mais expressivos observa-se:

- Das 900 pessoas originárias da América do Sul, residentes na Marinha Grande, que solicitaram título de residência,99% advêm do Brasil, 0,7% da República da Venezuela, não se registando casos de pessoas advindas da Argentina, Colômbia ou Cuba.
- Entre 2021 e 2023 o aumento de requerimentos de título de residência de pessoas originárias do Brasil passou de 197 para 891, o que reflete um incremento de 352,3%
- Das 131 pessoas originárias de África, residentes na Marinha Grande, que solicitaram título de residência, 97,7 % são originárias dos países de língua oficial portuguesa, são eles, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe.
- Dos países africanos de língua oficial portuguesa, o que apresenta maior expressividade é Cabo Verde, com 64,1% dos pedidos de título de residência em 2023.
- Das 346 pessoas originárias da Ásia, residentes na Marinha Grande, que solicitaram título de residência, 91,9% advêm da Índia, 4% do Paquistão, e 1,2% de outras localidades da Ásia como Bangladeche, China e Irão.
- Em suma, os países com maior expressão cujas pessoas originárias solicitaram título de residência em 2023 advêm por ordem decrescente do **Brasil, Índia e Cabo Verde**.

f) População Estrangeira com estatuto Extra UE 27 e UE 27

Tabela 121: População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente (N.º) por Local de Residência entre 2021 e 2023

	UE 27	Extra UE 27	Total
	2023		
Portugal	182777	861461	1044238
Centro	15256	91665	106921
Região de Leiria	2947	22807	25754
Marinha Grande	305	4127	4432
	2022		
Portugal	174063	607184	781247
Centro	14167	58934	73101
Região de Leiria	2723	15005	17728
Marinha Grande	307	2899	3206
	2021		
Portugal	169169	529367	698536
Centro	12909	51045	63954
Região de Leiria	2639	13198	15837
Marinha Grande	312	2533	2845

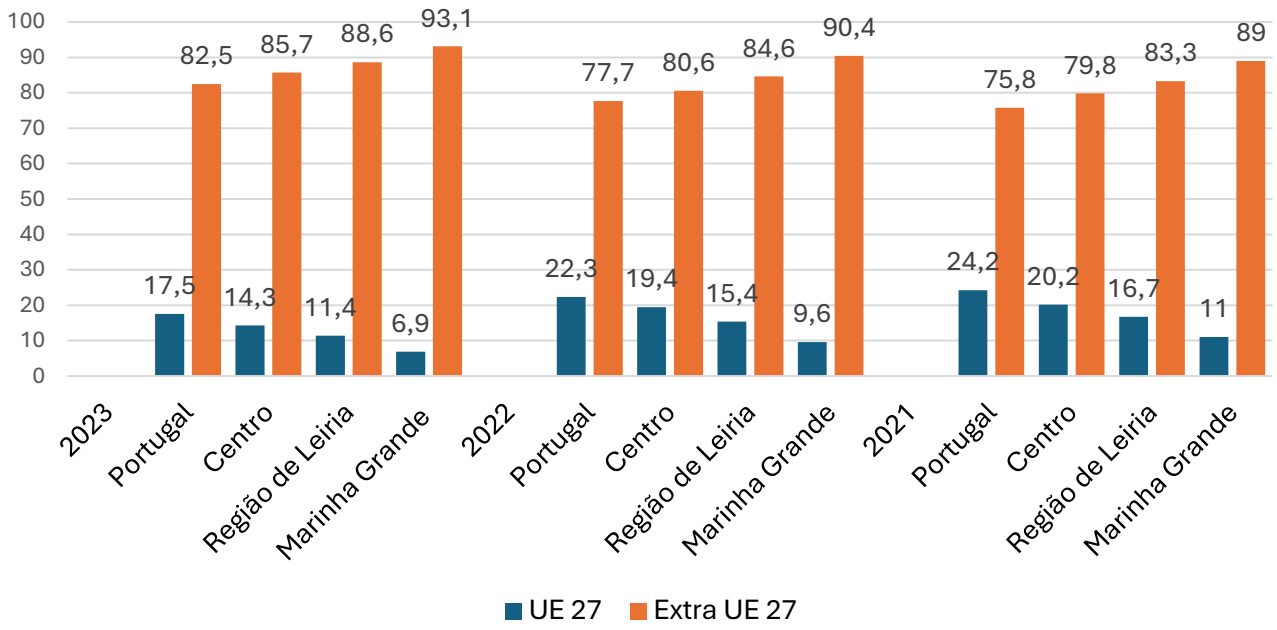
Fonte: Disponível em Portal do INE, consultado a 01/10/25

A população estrangeira com estatuto legal de residência aumentou entre 2021 e 2023 em todas as localizações em análise.

Em todas as regiões, a população estrangeira com estatuto de residente é expressamente originária de país extraunião europeia a 27.

A proporção da população estrangeira advinda da UE a 27 com estatuto de residente tem vindo a sofrer uma redução percentual observável no horizonte temporal 2021 - 2023 em todas as regiões em análise como consta no gráfico infra:

Figura 47: População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente (%) por Local de Residência entre 2021 e 2023

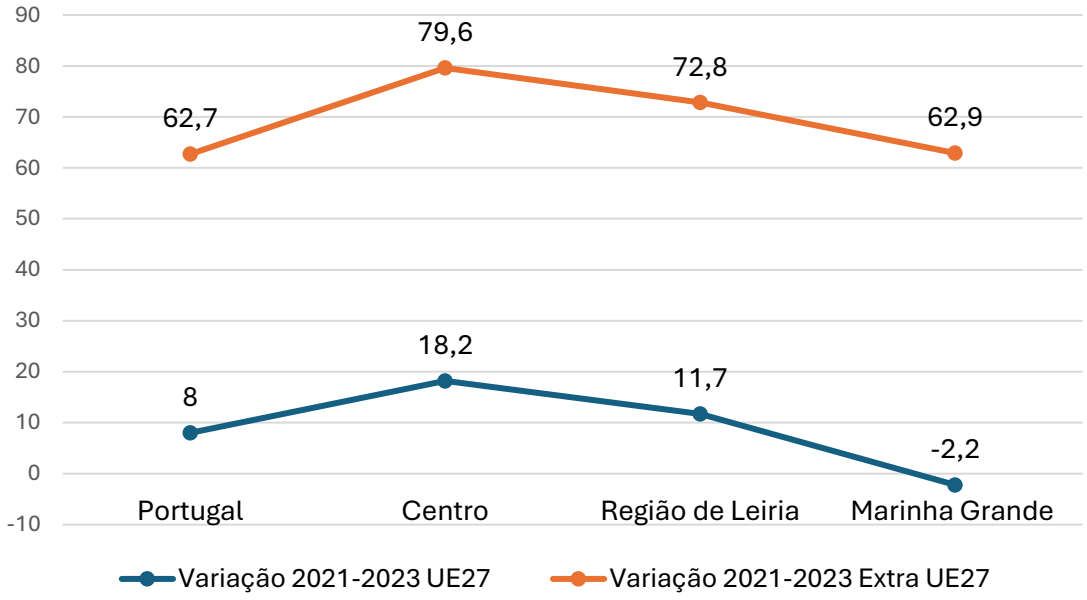


Fonte: Por Radar Social, a partir de Portal do INE, consultado a 01/10/25

Observa-se o decréscimo de 4,1 p.p. da população com estatuto de residente advinda da UE27, passando de 11% para 6,9% na Marinha Grande.

Por sua vez, aumentou a população residente com estatuto advinda de países extraunião a 27, com um aumento de 14,1 p.p., passando de 89% em 2021 para 93,1% em 2023.

Figura 48: Variação (%) da População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente (%) por Local de Residência entre 2021 e 2023



Fonte: Por Radar Social, a partir de Portal do INE, consultado a 01/10/25

A variação no triénio 2021-2023 reflete um incremento na zona centro de +79,6% de estatutos de residente atribuídos à população advinda de países extra UE e +18,2% de pessoas advindas da UE a 27, apresentado esta zona uma variação superior à Nacional.

A Marinha Grande apresenta um decréscimo de -2,2% de estatutos concedidos a população advinda da UE a 27 e um aumento em 62,9% da população advinda de países extra UE27.

14.3 Programas e Medidas Municipais dirigidos à população imigrante

14.3.1 Medidas de Apoio à Integração e Acolhimento

a) CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

O Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) é uma estrutura local que visa responder às necessidades de apoio e informação da população Migrante presente no Município da Marinha Grande. Foi inaugurado a 09 de outubro de 2022 em parceria com a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA).

Consolidada no DL nº104/2018, de 29 de novembro e de acordo com o artigo nº6, o CLAIM, os centros locais de apoio à integração de migrantes são estruturas locais de apoio (gabinetes/espaços) de acolhimento que prestam informação e têm como missão apoiar todo o processo de acolhimento e integração de pessoas migrantes através da articulação com as diversas estruturas locais e nacionais, promovendo a interculturalidade.

São objetivos do CLAIM prestar aos migrantes atendimento, esclarecimento, aconselhamento e orientação na área social, jurídica, económica, educação, emprego, formação profissional, entre outras, bem como nas dos regimes jurídicos específicos dos migrantes como a regularização, nacionalidade, reagrupamento familiar e o retorno voluntário.

O serviço funciona por marcação às Terças e Quartas-feiras, no horário das 9h às12h30 e das 14h00 às 17h30 nos paços do concelho, sita na Praça Guilherme Stephens.

Caracterização da atividade do CLAIM da Marinha Grande – 15 outubro 2024 a 28 de maio de 2025

- **Atendimentos**

No horizonte temporal em análise foram realizados 337 atendimentos presenciais.

- **Freguesia de Residência**

Tabela 122: Número de Atendimentos Presenciais CLAIM do Município da Marinha Grande por Local de Residência em 2024/2025

Freguesia de Residência	Freguesia/Zona	Número de atendimentos
Concelho	**Marinha Grande**	256
	Moita	1
	Vieira de Leiria	11
Sub Total		**268 (80,5%)**
Distrito	**Leiria**	27
	Batalha	2
	Alcobaça	15
	Nazaré	8
	Porto de Mós	2
Sub Total		**54(16,2%)**
Outras Zonas do País	**Lisboa**	1
	Cacém	1
	Odivelas	5
	Figueira da Foz	1
	Albergaria-a-Velha	1
	Beja	1
	Almodôvar	1
Sub Total		**11 (3,2%)**
		333

Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão dos Assuntos Sociais – CLAIM Maio de 2025

As pessoas atendidas através dos vários canais de comunicação disponíveis residem maioritariamente no concelho da Marinha Grande, totalizando 268 pessoas e por isso 80,5% dos casos.

A fragmentação por freguesias revela a predominância da freguesia da Marinha Grande, com 256 casos, o que no total das pessoas atendidas somente no concelho representa 95,5%, seguido da freguesia de Vieira de Leiria com 11 pessoas e 4,1% dos casos e a freguesia da Moita com 1 atendimento realizado e por isso 0,4% dos casos.

Para além da intervenção com pessoas que residem no concelho, o CLAIM dá resposta a nível distrital e nacional.

Por conseguinte, dos 333 atendimentos contabilizados, 54 pessoas residem no distrito, mas fora do concelho e totalizam 16,2% dos casos, sendo 8,1% de Leiria, 0,6 % da Batalha, 2,4% da Nazaré, 4,5% de Alcobaça e 0,6 % de Porto de Mós.

A nível Nacional foram atendidas 11 pessoas que residem foram do distrito e do concelho e que representam 3,2% dos casos, nomeadamente 11 pessoas atendidas.

- **Género**

Dos 337 atendimentos presenciais realizados, recorreram ao CLAIM, 205 mulheres e 132 homens, o que corresponde a 60,8% e 39,2% respetivamente.

- **Países de Origem – Nacionalidades**

Tabela 123: Número de Atendimentos Presenciais CLAIM do Município da Marinha Grande por Continente e País de Origem em 2024/2025

Continente	País de Origem	Número de atendimentos
Europa (UE +extra EU)	**Portugal**	8
	Ucrânia	5
	EU	11
Sub Total		24
África	**Angola**	20
	Cabo Verde	42
	Guiné	7
	Moçambique	1
	S. Tomé e Príncipe	7
Sub Total		77
Ásia	**Índia**	64
Sub Total		64
América Central e do Sul	**Brasil**	141
Sub Total		141
Outros países		31
Total		337

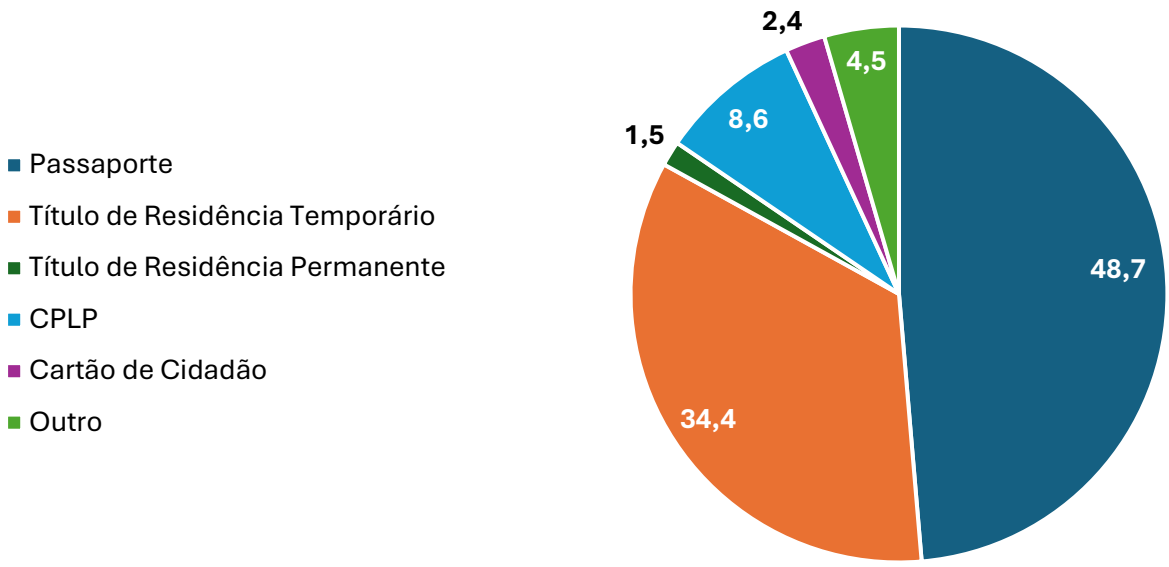
Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão dos Assuntos Sociais – CLAIM Maio de 2025

Dos 337 atendimentos presenciais realizados:

- 41,8% (141 absolutos) são pessoas oriundas do Brasil
- 22,8% (77 absolutos) são pessoas oriundas de África, nomeadamente dos países oficiais de língua portuguesa.
- Dos 77 atendimentos realizados a pessoas oriundas de África, 42 (54,5%) são oriundos de Cabo Verde, 20 (26%) de Angola, 7 (9,1%) da Guiné, 7 (9,1%) de S. Tomé e Príncipe e 1 (1,3%) de Moçambique
- 19% (64 casos) são atendimentos realizados a pessoas oriundas da Índia
- 7,1% (24 casos) são pessoas oriundas do espaço europeu, incluindo Portugal

- **Documento de Identificação**

Figura 49:% de Pessoas Atendidas por Documento de Identificação no CLAIM do Município da Marinha Grande 2024 e 2025



Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão dos Assuntos Sociais – CLAIM – Maio de 2025

A maioria das pessoas possuía à data do atendimento passaporte, totalizando 48,7% dos casos e 164 pessoas.

Em segundo plano surgem os que possuem título de residência temporário, com 34,4% das situações e 116 pessoas, seguido do CPLP com 8,6% das situações e 29 pessoas.

As situações mais estáveis em termos de autorização de permanência no país, como as pessoas que possuem título de residência permanente ou cartão de cidadão totalizam os 3,9% e corresponde a 13 pessoas.

14.3.2 Apoio à Formação e Empregabilidade

a) CLDS 5.ª Geração Marinha Social

O Programa CLDS 5ªGeração Marinha Social 2025-2029 apresenta medidas específicas de apoio à população em situação de vulnerabilidade, e integra as pessoas imigrante nesta categoria populacional com programas específicos que vão de encontro à necessidade de acolhimento, integração e inclusão desta população com foco na formação, capacitação e empregabilidade desta franja da população.

Integrado no Eixo 1 do programa, o GIP Multicultural visa desenvolver ações de apoio à capacitação e integração social de grupos de imigrantes.

Entre as ações em desenvolvimento consta o mapeamento de necessidades específicas e diagnóstico das capacidades profissionais, o mapeamento dos recursos existentes que dão resposta às necessidades identificadas e a realização de parcerias com empresas, programas de estágio, feiras de emprego, networking e mentoria essenciais para a promoção da empregabilidade e consequente inclusão da população migrante.

A equipa é constituída por uma equipa multidisciplinar, com formação nas áreas das Ciências Sociais, nomeadamente ao nível da Sociologia, Psicologia, Antropologia e Serviço Social e sita em Rua Aníbal H. Abrantes, na zona de Casal de Malta, na freguesia da Marinha Grande.

14.3.3 Dimensão Educativa: Rede Pública de Ensino Regular e Profissional: Escolaridade Obrigatória

a) Agrupamentos Escolares da Rede Pública da Marinha Grande

Compreender a inclusão social da população migrante numa perspetiva local implica adotar uma visão concertada de todas as dimensões do fenómeno migratório, da empregabilidade à formação, mas também ao nível dos agregados familiares e respetiva integração das crianças e jovens em meio escolar.

No concelho da Marinha Grande, no ano letivo de 2024/2025 estão inscritas nos três agrupamentos (Nascente, Poente e Vieira de Leiria) 1248 crianças e jovens oriundas de 41 nacionalidades.

Em termos percentuais a população migrante representa 21,4% da população que frequente a rede pública de escolas do Município, sendo que a restante população, ou seja, 78,50% são crianças e jovens de origem portuguesa.

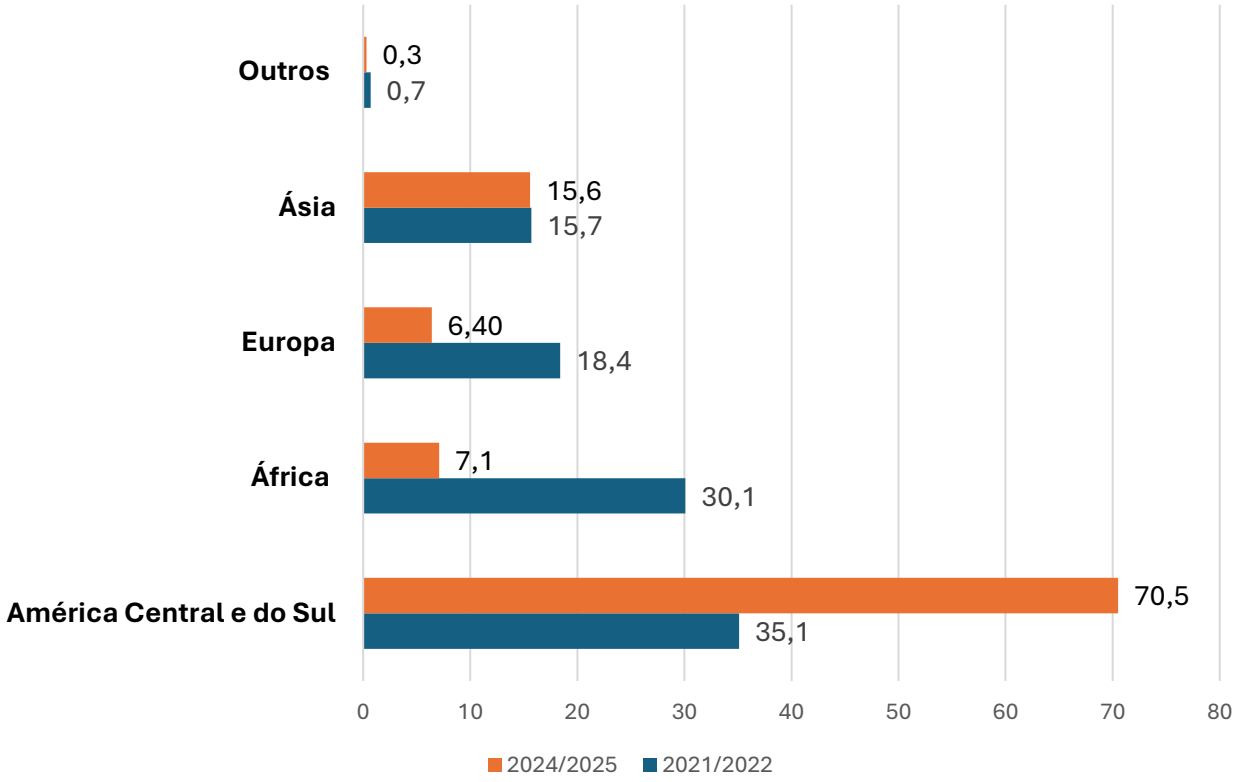
Tabela 124: Número (N.º) e Variação Absoluta (N.º) de Crianças de Origem Não Portuguesa Matriculadas na Rede de Ensino Público, nos Anos Letivos 2021/2022 a 2024/25 no Concelho da Marinha Grande

Países	2021/22	2022/23	2023/24	2024/25	VA 21-25
Europa					
Alemanha	0	0	0	1	+1
Espanha	8	8	0	0	-8
França	6	7	5	12	+6
Geórgia	26	34	0	0	-26
Hungria	0	0	0	1	+1
Itália	8	8	6	5	-3
Letónia	2	1	0	0	-2
Moldávia	5	5	4	3	-2
Noruega	0	0	1	1	+1
Países Baixos	1	3	2	2	+1
Reino Unido	0	0	1	2	+2
Roménia	6	8	3	1	-5
Rússia	3	4	2	2	-1
Suíça	3	3	3	7	+4
Ucrânia	52	45	65	40	-12
Luxemburgo	7	9	0	0	-7
Sub Total Europa	**127**	**135**	**92**	**77**	-50
África					
Angola	194	257	18	27	-167
Cabo Verde	3	1	7	27	+24
Guiné-Bissau	3	2	3	6	+3
Costa do Marfim	2	2	0	0	-2
Marrocos	0	0	2	4	+4
Moçambique	1	4	10	8	+7
Nepal	3	1	0	0	-3
Nigéria	0	0	0	3	+3
São Tomé e Príncipe	0	0	2	9	+9
Tunísia	2	2	2	1	-1
Sub Total África	**208**	**269**	**44**	**85**	-123
América Central e do Sul					
Brasil	215	331	688	796	+581
Argentina	6	7	11	13	+7
Chile	1	3	3	0	-1
Colômbia	3	3	3	3	0
Cuba	0	1	1	0	0
Honduras	0	0	2	2	+2
Uruguai	6	9	0	0	-6
Venezuela	11	12	26	29	+18
Sub Total América Central e do Sul	**242**	**366**	**734**	**843**	+601
América do Norte					
Canadá	1	2	2	1	0
Estados Unidos da América	2	2	1	0	-2

Ilhas Menores Distantes dos EUA	1	1	1	0	**-1**
República Dominicana	0	0	0	1	**+1**
México	0	0	0	1	**+1**
Sub Total América do Norte	4	5	4	3	-1
Austrália					
Austrália	1	0	1	1	**0**
Ásia					
China	12	9	12	9	**-3**
Índia	46	47	141	**164**	**+118**
Indonésia	0	1	1	0	0
Irão	0	0	1	0	0
Tailândia	40	39	0	0	**-40**
Afeganistão	0	0	1	0	0
Paquistão	7	5	11	8	**+1**
Usbequistão	3	3	4	5	**+2**
Sub Total Ásia	108	104	171	186	+78
Total	**690**	**879**	**1046**	**1195**	**+505**

Fonte: Divisão da Educação do Município da Marinha Grande, 2024/2025

Figura 50: Proporção (%) de Crianças de Origem Não Portuguesa por Continente de Origem a Frequentar a Rede de Ensino Público em 2021/2022 e 2024/2025



Fonte: Por Radar Social, a partir de: Divisão da Educação do Município da Marinha Grande, 2024/2025

Em 2024/2025 estão matriculadas e a frequentar a rede de ensino pública 33 diferentes nacionalidades. Entre 2021 e 2025 as escolas da rede pública do concelho da Marinha Grande acolheram crianças e jovens de 48 Nacionalidades diferentes e de acordo com a tabela 119 e a figura 50 é possível concluir que:

Os continentes que apresentam um aumento absoluto face a 2021 são:

- O americano, nomeadamente a **América Central e do Sul** com + 601 e o **Asiático** com + 78 crianças inscritas nos estabelecimentos escolares da rede pública da Marinha Grande.
- Entre 2021 e 2025 triplicou o número de crianças e jovens advindos da américa central e do sul, observando-se um aumento absoluto significativo da população infantil e adolescente a frequentar a rede de ensino pública passando de 215 efetivos para 796 em 2024/2025.
- O País da américa do sul com maior representatividade é o Brasil, com + 581 efetivos absolutos face a 2021 seguido da Venezuela, com + 18 efetivos e a Argentina com + 7.
- Este aumento significativo observa-se em termos proporcionais, passando a apresentar uma representatividade de 70,5% em 2024/2025 face a 35,1% em 2021/2022, com um aumento de 35,4 p.p.
- O **continente asiático** apresenta valores de crescimento absoluto positivos, sendo a maior margem de população infantil advinda da Índia, com + 118 crianças integradas em meio escolar face a 2021.
- Em termos proporcionais o continente asiático mantém valores próximos aos de 2021 com 15,7% da população em meio escolar em 2025 de origem asiática.

Por outro lado, os continentes que apresentam uma redução absoluta e relativa do número de crianças a frequentar a rede de ensino pública face a 2021 são:

- O europeu, com -50 crianças e jovens e uma proporção de 6,4% face a 18,4% em 2021.
- Em relação ao **continente europeu**, observa-se a predominância de crianças de origem ucraniana com 51,9% e 40 registos, seguida da Francesa com 15,6% e 12 casos absolutos observados.
- O Africano com -123 crianças e jovens e uma proporção de 7,1% face a 30,1% em 2021. De salientar que esta diferença advém da movimentação das crianças de origem angolana que em 2021/2022 e 2022/2023 alcançam as 194 e 257 crianças respetivamente, reduzindo drasticamente em 2023/2024 e 2024/2025 com 18 e 27 crianças integradas em meio escolar.
- Do **continente africano**, as crianças inscritas em 2024/2025 que apresentam maior peso são as advindas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Angola, Moçambique, Cabo

Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe), observando-se um aumento (com exceção para Angola) absoluto face a 2021 de + 43 efetivos absolutos, sendo a maior margem advinda de Cabo Verde (+24).

Assim, seguindo os dados da população inscrita na Rede Pública do Ensino, no âmbito escolar é visível a seguinte ordem de nacionalidades:

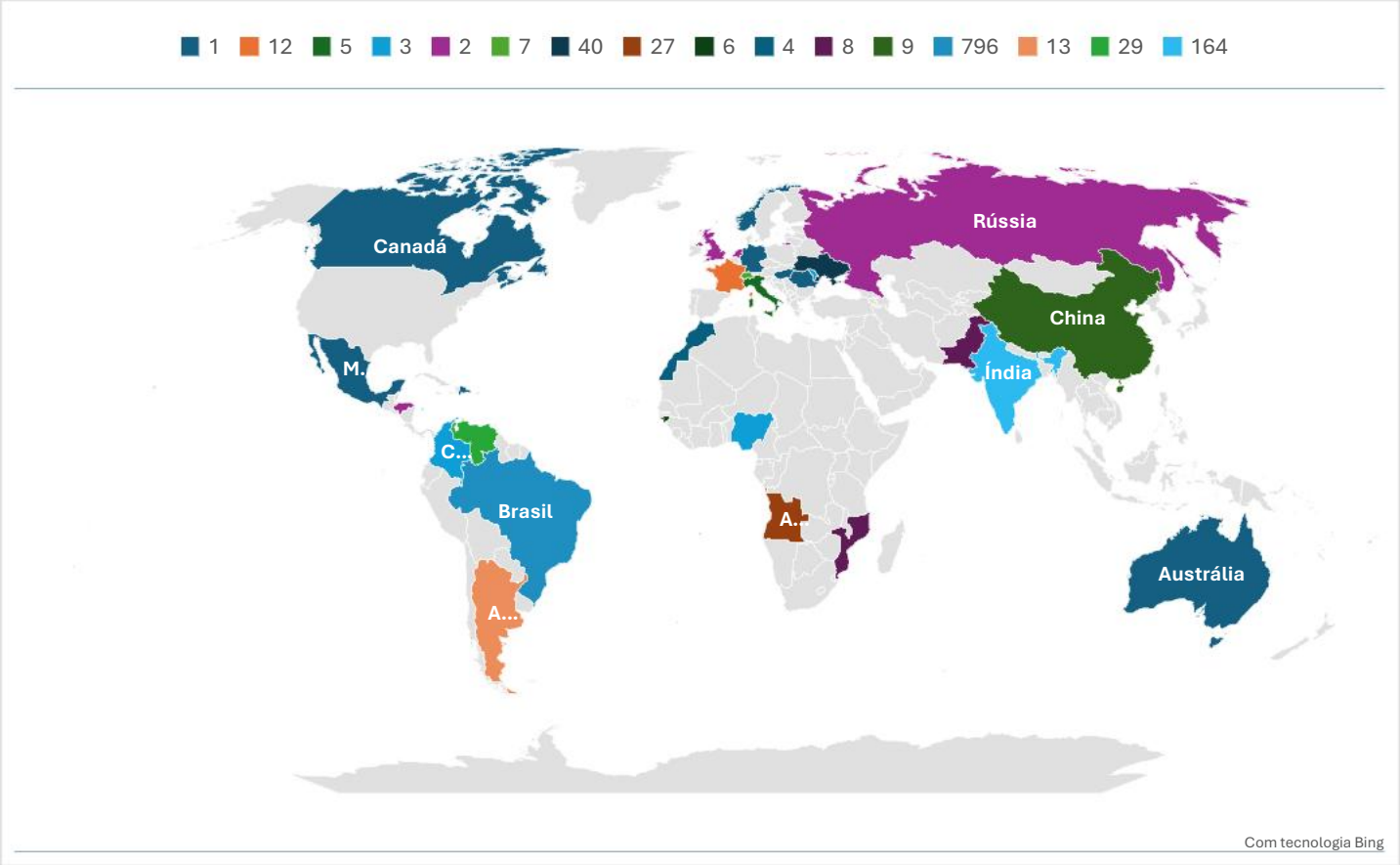
Figura 51: Descritivo do Ranking de Crianças e Jovens de Origem Não Portuguesa Inscritas na Rede de Ensino Público em 2024/2025

Ranking das nacionalidades das crianças e jovens inscritos da Rede de Ensino Pública 2024/2025
1º Brasil (América do Sul)
2º Índia (Ásia)
3º Ucrânia (Europa)

Fonte: Divisão de Educação, Município da Marinha Grande, ano letivo 2024/2025

Dos 843 inscritos da América Central e do Sul, 796 são crianças e jovens do Brasil o que perfaz um peso proporcional de 94,4; dos 186 inscritos da Ásia, 164 são indianos e apresenta uma expressividade de 88,2% e dos 77 inscritos da Europa, 40 são ucranianos com uma expressividade dentro do continente europeu de 51,9%. Esta expressividade de Ucranianos pode ter como causa o conflito entre a Ucrânia e Rússia que despoletou uma nova vaga de refugiados em 2022, em que Portugal teve e ainda mantém um papel central no acolhimento de pessoas e famílias fugidas da Guerra.

Figura 52: Mapa Mundo das Crianças de Origem Não Portuguesa a Frequentar a Rede de Ensino Pública do Concelho da Marinha Grande em 2024/2025



Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão de Educação, Município da Marinha Grande, ano letivo 2024/2025

14.3.4. Projetos de Acolhimento e Integração Locais: Dimensão Educativa e Artística

Tabela 125: Descritivo do projeto "VoZ(C)ês que Migram – Musical de Encontros" 2025

VoZ(C)ês que Migram – Musical de Encontros	
Entidade Promotora	SAMP- Sociedade Artística Musical dos Pousos
Parcerias	Município da Marinha Grande e Município da Batalha; Agrupamentos de Escolas da Marinha Grande e Batalha; Serviço de Pedopsiquiatria do Centro Hospitalar de Leiria; Psicoespaço, Lda (Gabinete de Psicologia) e a Associação Pureza e Obediência (Associação de Migrantes Ucranianos da Batalha)
Duração	36 meses: Abril 2025 a Março de 2028
Público-Alvo	Jovens imigrantes e/ou em situação de exclusão social em idade escolar, entre os 12 e os 25 anos que enfrentam desafios de integração social e de desenvolvimento pessoal e mental a vários níveis: socioeconómicos; discriminatórios; estigma; barreiras linguísticas e culturais
Descrição e Objetivos	O teatro musical "VoZ(C)ês que Migram" visa promover o enraizamento de uma linguagem comum através das artes como uma ferramenta de expressão e transformação pessoal e social dos jovens imigrantes ou em situação de exclusão social. O projeto visa a cocriação de um espetáculo de teatro musical através de um processo de arte comunitária a desenvolver no período de 3 anos. Aborda várias ações de capacitação nas áreas das artes (teatro, música, dança, artes plásticas e artes dos espetáculos) e é complementado por sessões de apoio emocional, abordagens à saúde mental e promoção de um ambiente seguro prevalecendo o acolhimento e o lugar de partilha, encontros, e trocas de experiências. Tem também como objetivo sensibilizar e mobilizar as comunidades envolvidas para a temática da imigração.
Atividades	Desenhadas em várias fases de implementação. Fase 1: cinge-se à preparação e sessões de teatro e música e instrumento nas escolas(Abril de 2025 até Fevereiro de 2026); Fase 2 Implementação e Cocriação (Março a Julho de 2026); Fase 3 Criação (Setembro 2026 até Abril 2027) e Fase 4 Encerramento (Abril 2027 até Março de 2028)

Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão dos Assuntos Sociais 2025

a) Formação Profissional

A educação e formação são áreas do desenvolvimento que contribuem de forma decisiva para uma integração e inclusão social bem-sucedida.

Conhecida por existir uma boa articulação entre a oferta profissional e as ofertas de mercado, o concelho da Marinha Grande, as Escolas Profissionais e o IEFP, empenham-se na implementação de medidas que promovam cursos de integração sócio profissional, sendo organismos essenciais no acolhimento e adaptação da população migrante no território.

A EPAMG desenvolve cursos de Nível II e Nível IV de cariz sócio profissional, cujo objetivo é facilitar a integração no mercado de trabalho ou a continuidade dos estudos através da obtenção do ensino básico e secundário de adultos e que por algum motivo não tenham conseguido concluir os estudos.

O Nível II destina-se a adultos com mais de 18 anos e que tenham até ao 8º ano de escolaridade.

Tabela 126: Jovens Inscritos (N.º) por Nacionalidade no Curso Nível II da EPAMG, Ano Letivo 2024/2025

Nível II Curso de Empregado(a) de Restaurante/bar	
Nacionalidades	**Nº de Alunos**
Portugal	12
Brasil	7
Ucrânia	3
Total	22

Fonte: EPAMG, dezembro 2024

Dos 22 anos inscritos à data de novembro de 2024 no curso de Empregado de Restaurante/Bar, 10 são alunos originários do Brasil e da Ucrânia, o que perfaz **45% dos alunos inscritos**.

Os cursos de nível IV destinam-se a alunos que concluíram o 3º ciclo do ensino básico ou formação equivalente que procuram em simultâneo uma certificação escolar e profissional, ou seja, uma dupla certificação.

Tabela 127: Jovens Inscritos (N.º) por Nacionalidade no Curso Nível IV da EPAMG em 2024/2025

Cursos Nível IV	
Nacionalidades	**Número de Alunos**
Portugal	156
São Tomé e Príncipe	53
Brasil	51
Cabo Verde	5
Angola	3
Moldávia	2
Cazaquistão	1
China	1
Espanha	1
Índia	1
Moçambique	1
Total	275

Fonte: EPAMG, dezembro 2024

Dos 275 alunos inscritos nos cursos de Nível IV, 43,2% (119 pessoas) são oriundos de outro país de origem sem ser Portugal, o que demonstra a grande diversidade cultural e linguística das pessoas que frequentam a formação em busca da profissionalização e integração no mercado de trabalho.

Em termos de formação há que referir outras entidades essenciais na integração e acolhimento da população migrante no concelho, entre elas o CENFIM que no âmbito da educação promove cursos

profissionais para jovens cabo-verdianos, atua com públicos diversos e fomenta a vertente da responsabilidade social nos agentes educativos.

O IEFP em 2024 planeou 16 ações de formação de PLA- Português Língua de Acolhimento, o Centro Qualifica e o número cada vez maior de entidades sensíveis à problemática dos migrantes, como por exemplo, a Igreja Baptista da Marinha Grande que atualmente realiza sessões de alfabetização e acompanha 9 Indianos, 1 venezuelano e 2 Ucranianos.

b) Centro Qualifica AE Poente: Formação em PLA A1+A2

O centro qualifica, integra na formação profissional a função primordial da capacitação de adultos ao nível do aumento, da qualificação, da população e da reconversão profissional.

Neste âmbito é um recurso comunitário imprescindível na inclusão social, sobretudo em relação à população com maiores dificuldades de integração no mercado de trabalho.

- **População Migrante Certificada em 2024**

Em 2024 beneficiaram e concluíram o curso de Português Língua de Acolhimento (PLA) 242 beneficiários certificados com os níveis A1/A2.

Para além dos 242 que concluíram a formação com certificado atribuído, 68 desistiram das aulas da PLA em 2024, o que perfaz um total de 310 formandos. A taxa de desistência é assim de 28,1%.

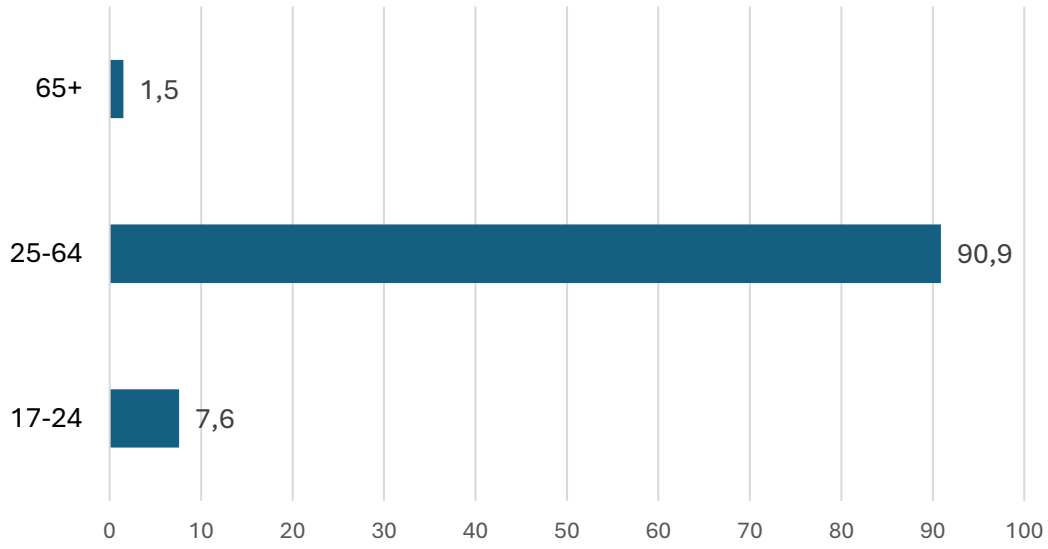
Em 2023 iniciaram 9 turmas de PLA A1+A2 que concluíram a certificação em 2024 e 5 turmas que iniciaram em 2024, totalizando 14 turmas de PLA entre 2023 e 2024

- **Género dos formandos**

Dos migrantes que se encontram inscritos em PLA à data de maio de 2025, 96 são mulheres e 233 são homens, o que representa uma proporção de 29,2% face a 70,8%.

- **Grupo Etário dos formandos**

Figura 53: N.º de Inscritos em Cursos - PLA A1+A2 - por Escalão Etário, Centro Qualifica AE Poente, Maio de 2025



Fonte: Por Radar Social a partir de dados Centro Qualifica AE Poente, 2025

O escalão etário com maior expressividade é o dos 25 aos 64 anos, incidindo sobre a população adulta em idade ativa, os jovens adultos dos 17 aos 24 anos totalizam 7,6% da população e a população com mais de 65 anos os 1,7%.

- **Naturalidade dos formandos**

Tabela 128: Formandos por Continente e Naturalidade Inscritos em PLA A1+A2, Centro Qualifica AEPoente 2025

	Europa	África	América do Norte	América Central e do Sul	Ásia	Total
Alemanha	1					
Roménia	2					
Rússia	2					
Ucrânia	14					
Sub Total Europa	**19**					
Marrocos		3				
Nepal		4				
Nigéria		1				
Sub Total África		**8**				
Estados Unidos			2			
Sub Total América Norte			**2**			
Argentina				2		
Costa Rica				1		
Cuba				1		
Venezuela				7		
Sub Total América Central e do Sul				**11**		
Índia					276	
Irão					1	
Paquistão					8	
Uzbaquistão					1	
Vietname					2	
Sub Total Ásia					**288**	
Total						**328**

Fonte: Por Radar Social a partir de dados Centro Qualifica AE Poente, 2025

Estão representadas 17 regiões do mundo distribuídas por 4 continentes, num total de 329 inscritos (1 não resposta).

O continente com maior representatividade é o Asiático, com 87,8% dos inscritos, com especial relevo para a naturalidade Indiana, com uma representação de 84,1% face a todos os inscritos em PLA A1+A2.

Estão representadas as localidades dos continentes em que a língua oficial não é a portuguesa, nomeadamente da América Central e do Sul, com formandos originários da Argentina, Costa Rica, Cuba e Venezuela; de África com formandos originários do Nepal, Nigéria e Marrocos e da Europa, com formandos originários da Rússia, Ucrânia, Roménia e Alemanha.

- **Nível de Escolaridade dos formandos**

Da informação remetida, 319 formandos de PLA não têm a escolaridade reconhecida em Portugal.

- **Lista de Espera**

A Lista de espera na data da consulta dos dados é de cerca de um mês.

c) Ensino Superior

No âmbito local o Instituto Superior Dom Dinis (ISDOM) dá resposta às necessidades de educação a nível superior, com ofertas de licenciaturas, mestrados e Cursos de Especialização Tecnológica (CTSP´s). No ano letivo 2024/2025 inscreveram-se no Instituto 801 alunos, dos quais 378 de origem não portuguesa, representando 47,2% das inscrições.

Tabela 129: N.º de Alunos Inscritos de Origem Não Portuguesa no ISDOM, Ano Letivo 2024/2025

Curso	Nº de alunos
Automação e Produção Industrial	24
Comércio Internacional	21
Contabilidade e Gestão	39
Design de Produto	12
Design e Multimédia	21
Gestão Administrativa de RH	30
Gestão da Produção Aeronáutica	27
Gestão da Qualidade Ambiente e Segurança	27
Gestão de Turismo	18
Gestão e Organização Industrial	26
Projeto de Moldes	12
Sistemas Mecatrónicos e de Produção	13
Sub Total CTSP´s	**270**
Engenharia e Design Industrial	14
Engenharia e Gestão de Produção Aeronáutica	12
Engenharia e Gestão de Produção de Moldes	14
Engenharia e Gestão da Tecnologia Industrial	19
Gestão Comercial	13
Gestão de Recursos Humanos	26
Gestão Industrial e Inovação Tecnológica	10
Sub Total Licenciaturas	**108**
Total	**378**

Fonte: Por Radar Social a partir de dados ISDOM, 2025

No ano letivo 2024/2025 encontram-se inscritos nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais 270 pessoas de origem não portuguesa e representam 71,4% do universo de inscritos de origem não portuguesa, restantes inscrições estão distribuídas por licenciaturas e totalizam no conjunto de pessoas migrantes inscritas o peso de 28,6%.

Numa visão de conjunto mais alargada e considerando o total de inscritos de 801 alunos no ano letivo 24/25, os inscritos em CTSP totalizam 33,7% e os inscritos em Licenciaturas 13,5% do universo de inscritos de origem portuguesa e não portuguesa.

d) Empregabilidade

De forma a compreender a dimensão do fenómeno a nível local, em termos de Emprego e Formação foram solicitados dados ao IEFP da Marinha Grande.

À data de outubro de 2024, o número de cidadãos estrangeiros inscritos era de 679 cidadãos (empregados e desempregados), destes 467 estão em situação de desemprego (69%). O total de inscritos independentemente da nacionalidade, são 1674. Em termos percentuais a população estrangeira representa um peso de 28% das inscrições no mês de outubro de 2024 face ao total de inscritos.

Em relação a medidas de apoio ao emprego e formação encontram-se inscritos a beneficiar das medidas de incentivo 95 migrantes.

As nacionalidades da população estrangeira inscrita no IEFP à data de outubro de 2024, é a seguinte:

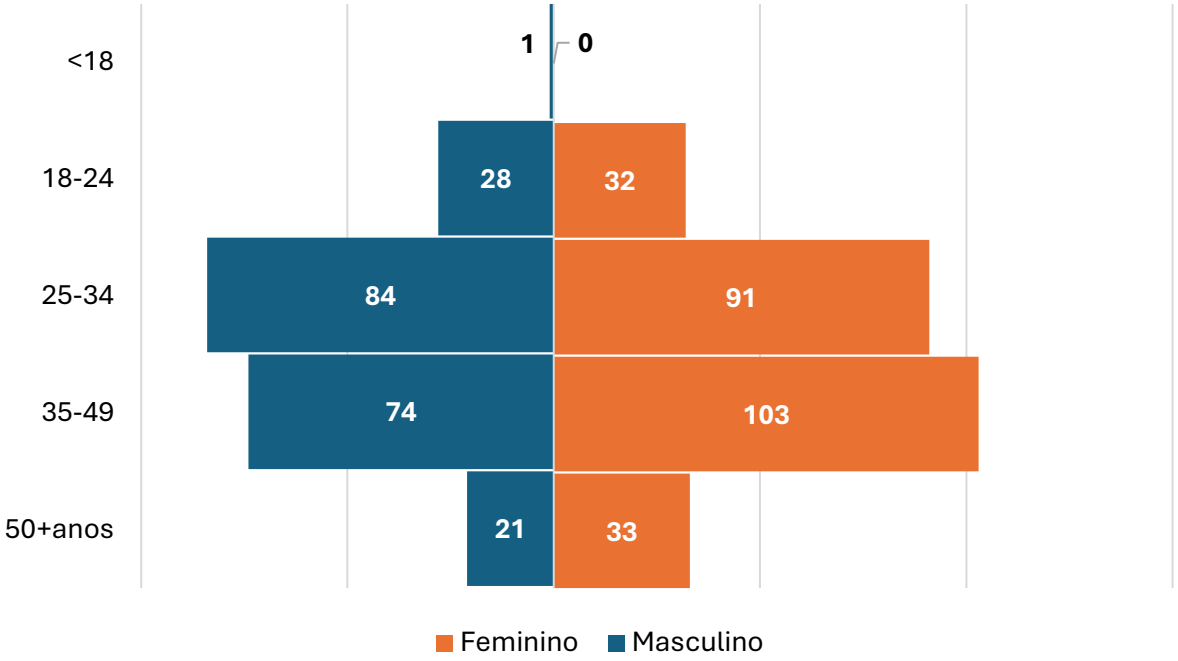
Tabela 130: Ranking das Nacionalidade das Pessoas imigrantes Inscritas no IEFP, Outubro 2024

Ranking das Nacionalidades das Pessoas Imigrantes Inscritas no IEFP
1º Índia
2º Brasil
3º Cabo Verde
4º Angola
5º Venezuela
6º Paquistão

FONTE: IEFP – Marinha Grande, dezembro 2024

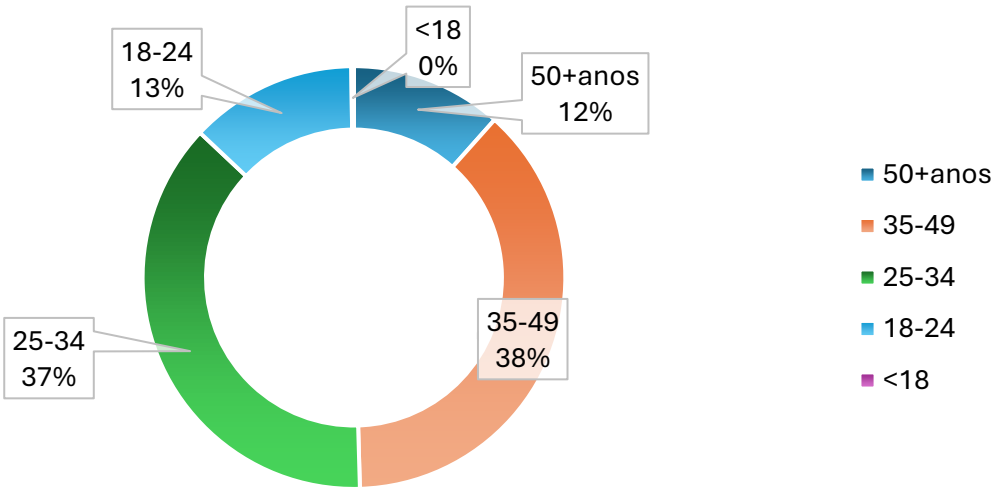
De salientar que, apesar de estarem apenas representadas 6 nacionalidades na tabela acima, no total de inscritos no IEFP, o número ascende às **28 nacionalidades**.

Figura 54: N.º de Estrangeiros Inscritos no IEFP por Grupo Etário e Género em outubro de 2024



Fonte: Por Radar Social, a partir de IEFP – Marinha Grande, dezembro 2024

Figura 55:% de Estrangeiros Inscritos por Escalões Etários Inscritos no IEFP da Marinha Grande em outubro de 2024



Fonte: IEFP – Marinha Grande, dezembro 2024

Em outubro de 2024 o n.º de estrangeiros inscritos no IEFP da Marinha Grande à procura de emprego ascende aos 467 indivíduos.

Destes 259 são mulheres e 208 são homens, apresentando uma proporção de 55,5% no caso das mulheres e 44,5% no caso dos homens.

O grupo etário mais representado é das idades entre os 25 e os 49 anos, que no conjunto alcançam 352 efetivos dos 467 em análise, com uma proporção de 75,4%.

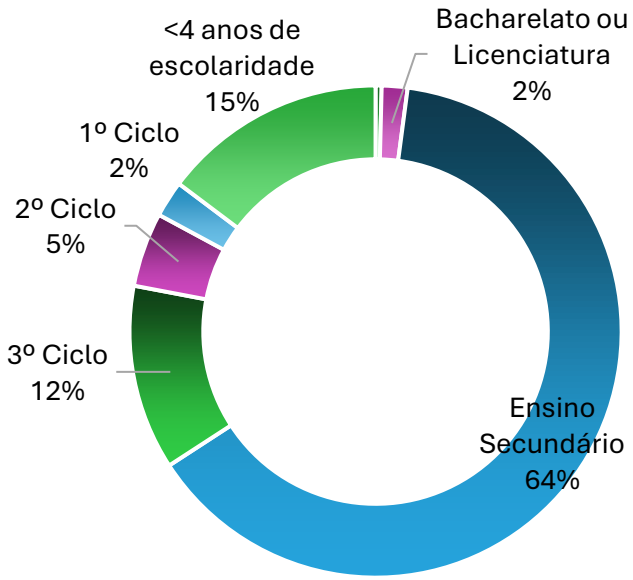
Na segmentação entre sexos observa-se um maior número de efetivos inscritos no grupo etário dos 35-49 anos, enquanto nos homens o maior número de efetivos acumula-se no grupo etário dos 25 aos 34 anos.

Tabela 131: Nível de Escolaridade da População Estrangeira Inscrita no IEFP Marinha Grande em outubro de 2024

Nível de Escolaridade	
Mestrado ou Doutoramento	2
Bacharelato ou Licenciatura	8
Ensino Secundário	297
3º Ciclo	57
2º Ciclo	23
1º Ciclo	11
<4 anos de escolaridade	69
Total	467

FONTE: IEFP – Marinha Grande, dezembro 2024

Figura 56: Nível de Escolaridade (%) da População Estrangeira Inscrita no IEFP em outubro 2024



Fonte: Por Radar Social, a partir de IEFP – Marinha Grande, dezembro 2024

No que respeita ao nível de instrução da população estrangeira inscrita nos serviços do centro de emprego da Marinha Grande, em outubro de 2024, 64% possui a escolaridade mínima obrigatória, ou seja, o ensino secundário completo.

15. Comunidade Cigana

15.1. Caracterização Sócio Demográfica

O crescimento gradual e fixação da comunidade cigana no concelho da Marinha Grande é uma realidade, pese embora a facilidade de deslocação que os agregados têm de cidade para cidade, adaptando a sua vida às suas necessidades.

A 30 de novembro de 2024, residiam **241** indivíduos de etnia cigana, no território da Marinha Grande, divididos em **52** agregados familiares distribuídos pelo Município da Marinha Grande. Entre os dados do último diagnóstico social (2017 e os em análise, observa-se um incremento da comunidade com + 101 indivíduos e + 16 agregados na data em análise.

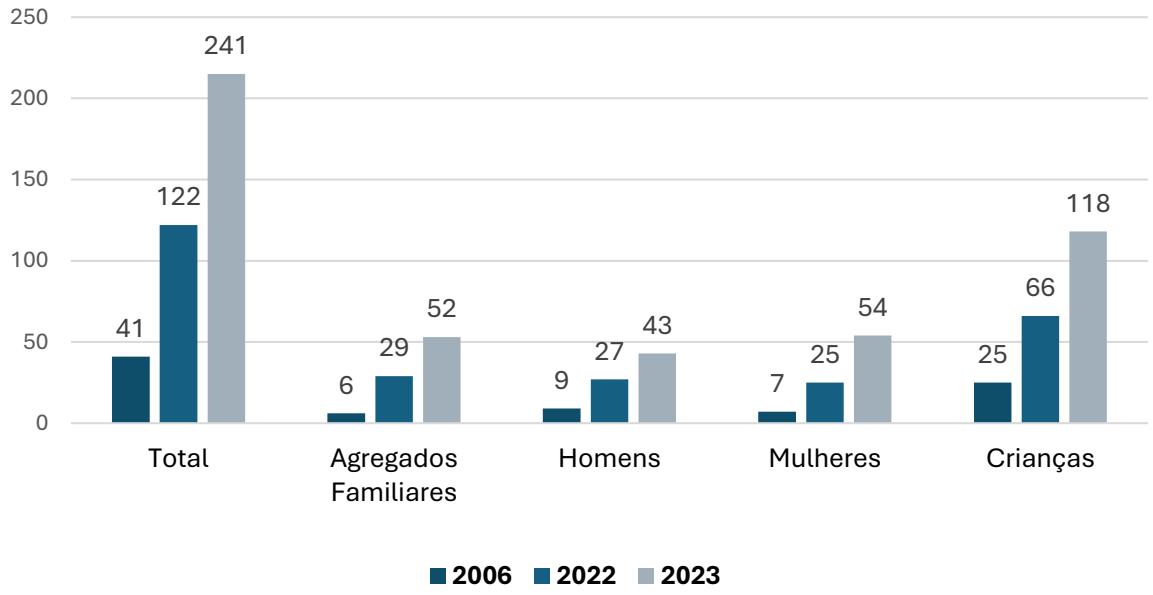
a) População Residente

Tabela 132: N.º de Indivíduos e Agregados de Etnia Cigana Residente no Concelho da Marinha Grande em 2015 e novembro de 2024

População de Etnia Cigana	2015	2024	VA	VR
Total de Indivíduos	140	241	+101	+72,1
Total de Agregados	36	52	+16	+44,4

Fonte: Por Radar Social, a partir de: Divisão de Assuntos Sociais, Município da Marinha Grande

Figura 57: População (N.º) de Etina Cigana Residente no Concelho da Marinha Grande em 2006, 2022 e 2023



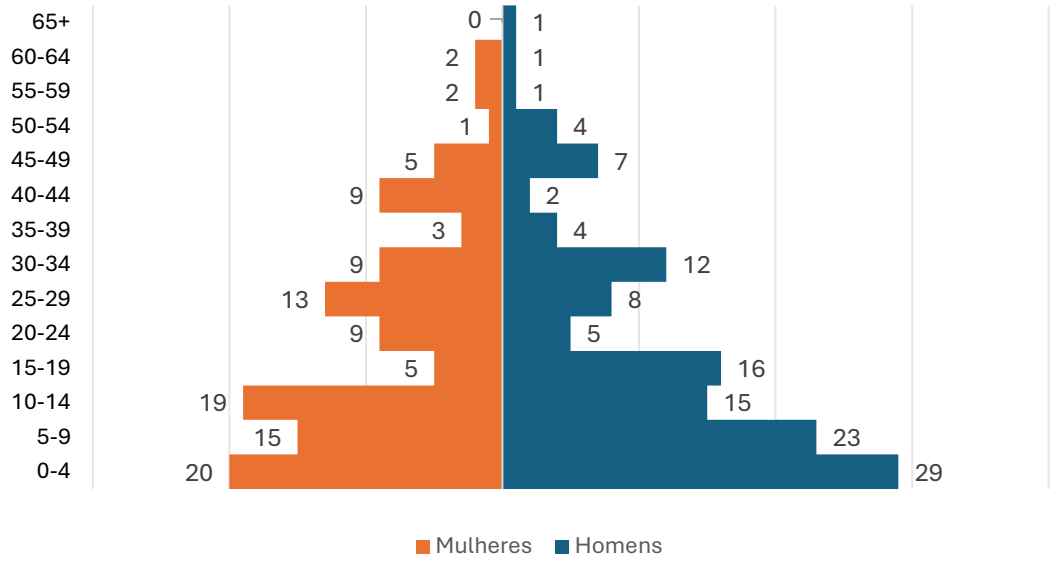
Fonte: Divisão dos Assuntos Sociais, Município da Marinha Grande

Verifica-se um crescimento significativo no município da comunidade cigana, tendo o seu crescimento absoluto praticamente entre 2015 e 2024, o que reflete a prioridade de intervir junto desta população.

b) Género e Grupo Etário

A Comunidade Cigana distribui-se em termos de género e grupo etário da seguinte forma:

Figura 58: Pirâmide Etária da População de Etnia Cigana Residente, por Sexo e Grupo Etário no Concelho da Marinha Grande em 2024



Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão de Assuntos Sociais, Município da Marinha Grande (2024)

Regista-se (figura 58) uma pirâmide etária com uma base larga e um topo estreito, característico de sociedades com uma estrutura demográfica jovem, que contraria o desenvolvimento demográfico das populações desenvolvidas, caracterizadas por um acentuado envelhecimento demográfico.

Dos 240 efetivos, 142 perfazem uma idade até aos 19 anos, com um maior número absoluto observado nas faixas etárias 0-4, com 49 crianças, perfazendo 59,2% dos indivíduos de etnia cigana.

Até aos 14 anos, a população infantil atinge os 50,4%, sendo 27,9% de rapazes e 22,5% de raparigas.

Estamos perante uma população em que mais de metade é constituída por menores de 18 anos de idade e cuja distribuição entre sexos é aproximada, apesar de predominantemente masculina.

Regista-se uma maior disparidade etária de géneros nas idades 15-19 com o triplo de rapazes face ao número de raparigas.

Em termos reprodutivos, a população feminina entre os 15 e os 44 anos atinge os 48 efetivos, correspondendo a 42% da população feminina total em idade fértil

De salientar que apenas existe um elemento na faixa etária dos 65+ anos de idade.

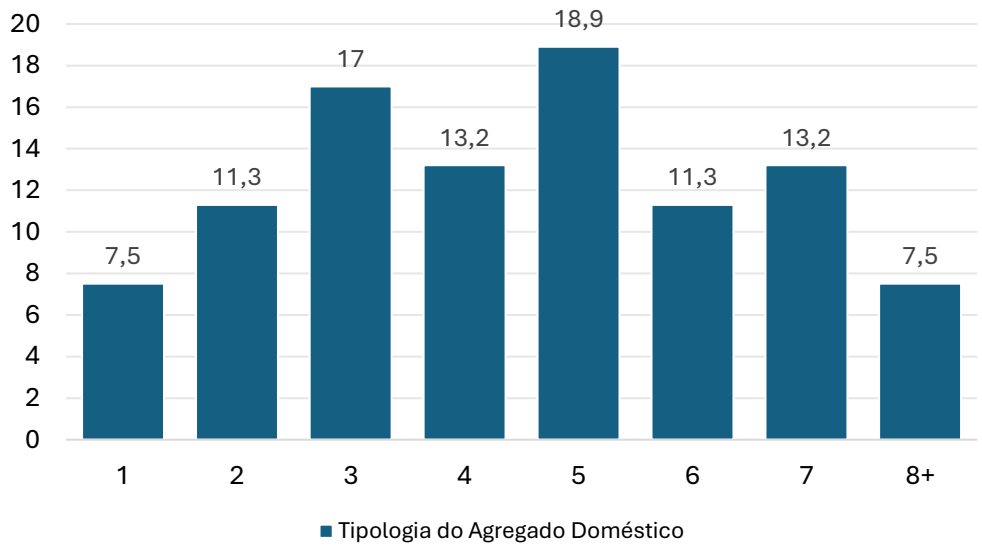
Agregados Familiares

Tabela 133: Tipologia (N.º) dos Agregados Familiares da Comunidade Cigana Residente no Concelho da Marinha Grande em 2024

Tipologia	Nº de elementos do agregado Familiar
1	4
2	6
3	9
4	7
5	10
6	6
7	7
8	4
Total	53

Fonte: Por Radar social, a partir de Divisão de Assuntos Sociais, Município da Marinha Grande 2024

Figura 59: Agregados Familiares de Etnia Cigana por Tipologia de Agregado Doméstico (%) Residentes no Concelho da Marinha Grande em 2024



Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão de Assuntos Sociais, Município da Marinha Grande 2024

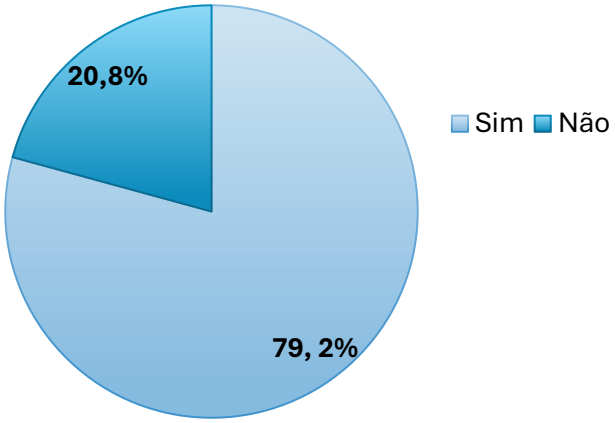
Ao analisar a tipologia dos agregados verificamos que os mesmos são sobretudo alargados, característicos de comunidades com tipologia familiar tradicional.

Dos 52 agregados identificados, 16 residem no pinhal e 20 residem em habitação.

Proteção Social

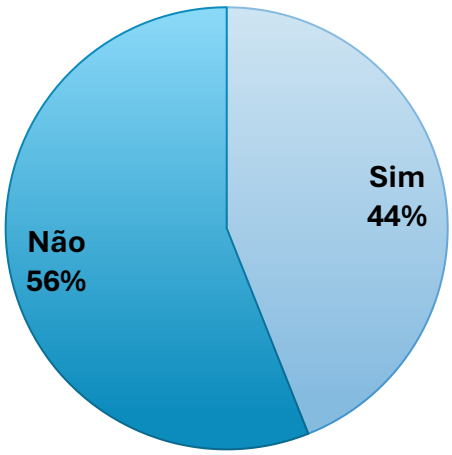
De acordo com os dados recolhidos, constata-se que 79% da população residente tem como fonte de rendimento o Rendimento Social de Inserção (RSI) e os Abonos de Família.

Figura 60: Agregados Familiares (%) Beneficiários de RSI da População Cigana Residente no Concelho da Marinha Grande em 2024



Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão de Assuntos Sociais, Município da Marinha Grande 2024

Figura 61: Beneficiários (%) de Apoios Sociais da Comunidade Cigana com Menos de 18 anos Residentes no Concelho da Marinha Grande em 2024



Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão de Assuntos Sociais, Município da Marinha Grande 2024

16. Pessoas em Situação de Sem Abrigo

O conceito de sem abrigo, alterado à luz do ENIPSA, distingue dois tipos de situações, os sem abrigo sem casa e os sem abrigo sem teto, para além de ter em consideração, com base numa perspetiva de intervenção de prevenção a contabilização da população que se encontra em situação de risco.

Por conseguinte, os dados estatísticos apresentados no presente eixo têm por base os relatórios de caracterização da população em situação de sem abrigo no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem Abrigo.

16.1 O Conceito da Pessoa em Situação de Sem-Abrigo

Segundo a ENIPSSA (Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo) e com base na Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017, de 25 de julho, considera-se Pessoa em Situação de Sem-Abrigo (PSSA) qualquer pessoa que, independentemente da sua nacionalidade, etnia ou raça, religião, idade, género, orientação sexual, situação socioeconómica ou estado de saúde física e mental, se encontre sem teto ou sem casa.

Tabela 134: Conceito de Pessoa em Situação de Sem Abrigo, ENIPSA2025

Conceito de Pessoa em Situação de Sem-Abrigo	
Sem Teto	
Descrição	Refere-se àqueles que vivem no espaço público, permanecem em abrigos de emergência ou ficam em locais precários.
Espaço público	Inclui espaços de uso público, como jardins, estações de metro ou autocarros, paragens de transportes, estacionamentos, passeios, viadutos, pontes, entre outros.
Abrigo de emergência	Corresponde a qualquer equipamento que forneça, de forma imediata, gratuita e por períodos curtos, um local para pernoitar a pessoas sem outra alternativa de alojamento.
Local precário	Engloba locais que, pelas suas condições, permitem algum uso público, como carros abandonados, vãos de escadas, entradas de prédios, fábricas e edifícios devolutos, casas desocupadas, entre outros.
Sem Casa	
Descrição	Diz respeito a pessoas que se encontram alojadas em espaços temporários criados especificamente para esse fim.
Alojamentos Temporários	São equipamentos que recebem pessoas sem acesso a habitação permanente e que procuram facilitar a sua integração. Exemplo disso são as respostas sociais reconhecidas pela Segurança Social, como os Centros de Alojamento Temporário, definidos como respostas sociais, desenvolvidas em equipamento, que acolhem, por um período limitado, pessoas adultas em situação de carência, com vista ao encaminhamento para a solução mais adequada.
No conceito de "Alojamento Temporário" não se incluem	Equipamentos destinados a respostas específicas para problemáticas particulares, tais como: • Infância e juventude (Lar de Apoio, Casas de Acolhimento e Apartamento de Autonomização); • Pessoas Idosas (Centro de Noite e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas); • Pessoas Adultas com Deficiência (Lar Residencial); • Pessoas Adultas em situação de Dependência (Unidade de Vida Protegida, Unidade de Vida Autónoma e Unidade de Vida Apoiada); • Família e Comunidade em Geral (Centro de Apoio à Vida e Comunidade de Inserção); • Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA (Residência para Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA); • Pessoas com comportamentos aditivos e dependências (Apartamento de Reinserção Social, Comunidades Terapêuticas, Centro de Acolhimento e Centro de Abrigo); • Pessoas Vítimas de Violência Doméstica (Casa Abrigo).

Fonte: https://www.enipssa.pt/enipssa no dia 18/06/2025

16.2 Medidas e Programas Nacionais de Apoio às Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

a) A Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA)

Objetivos da Estratégia

A Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA) apresenta um conjunto estruturado de medidas multidimensionais para responder às necessidades desta população, promovendo intervenções que vão desde o apoio imediato à integração a longo prazo sustentado nas seguintes respostas:

Tabela 135:Descritivo de Respostas de Apoio à População em Situação de Sem Abrigo

Equipas de Rua	Equipas multidisciplinares que vão ao encontro das pessoas em situação de sem-abrigo, oferecendo apoio direto em alimentação, higiene, saúde física e mental, motivação e acompanhamento psicossocial.
Ateliês ocupacionais	Programas que estimulam a reabilitação de competências sociais e profissionais, promovendo a autonomia e a reinserção social através de atividades adaptadas.
Programas de intervenção habitacional	Incluem modelos como o Housing First e Apartamentos Partilhados, que disponibilizam habitação com apoio social e psicológico integrado.
Programa de integração de pares	Incentivo financeiro (bónus até 25%, limitado a 13 000€/ano/pessoa) para entidades que integrem trabalhadores com experiência de vida em situação de sem-abrigo nas suas equipas de apoio habitacional.
Reforço de alojamentos de transição e emergência	Criação de mais Centros de Acolhimento de Emergência Social "2.0" e aumento de alojamentos temporários de transição, reforçando também as equipas comunitárias de saúde mental e apoio técnico/emprego.
Reforço dos NPISA	Ampliação e melhor articulação dos Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo em todo o território, para garantir uma resposta integrada.
Sistema integrado de alerta e prevenção	Implementação de sistemas de alerta e prevenção de risco, articulando os dados com outros serviços sociais.
Planos pessoais de emprego e técnicos de referência	Elaboração de planos personalizados para o regresso à vida ativa, assegurando que cada pessoa identificada tem um técnico de referência.

Fonte: https://www.enipssa.pt/enipssa no dia 18/06/2025

No concelho da Marinha Grande, estas diretrizes materializam-se em respostas locais concretas promovidas pela Associação Novo Olhar II (ANO II), nomeadamente através dos projetos **Casa Capaz: Capacitação e Reinserção** e **Casa 22 – Apartamentos Partilhados**, centrados essencialmente no apoio a pessoas em situação de sem-abrigo.

Importa, no entanto, salientar a existência de outras respostas complementares, dirigidas à comunidade em geral, no âmbito da redução de riscos e minimização de danos, com especial enfoque nos grupos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade e risco de exclusão social – muitos dos quais em situação de sem-abrigo.

Para além dos projetos já referidos com atuação direta neste eixo, e conforme descrito no ponto referente à Segurança e Comportamentos de Risco, destaque para outros projetos no âmbito da promoção da saúde, redução de riscos e minimização de danos, tais como:

- O projeto S.A.R.A – Serviço Anónimo de Rastreio e Aconselhamento;
- O projeto Porta Azul;
- O projeto Santana: Equipas de Rua;
- E o projeto futuro Casa da Acácia: Centro de Alojamento e Emergência Social da Marinha Grande.

16.3. Caracterização e perfil da Pessoa em Situação de Sem-Abrigo:

a) Caracterização Nacional

Tabela 136: Perfil Nacional das Pessoas em Situação de Sem Abrigo à data de 31/12/23

Género e Grupo Etário
•Masculino
•>=45<=64
Nacionalidade e Estado Civil
•Portuguesa
•Solteiro
Proveniência Rendimento Mensal
• Prestação de RSI
Escolaridade
•2º e 3º Ciclo
Tempo de Permanência em S.S.A.
•>=1<=5 anos
Motivo para a S.S.A.
•Desemprego
•Precariedade no Trabalho
•Dependência de Álcool, Substâncias Aditivas e/ou Psicoativas
•Ausência de Suporte Familiar

Fonte: Por Radar Social, a partir de, DOCUMENTAÇÃO - Enipssa , "Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – 31/12/23"

Com referência à data de 31 de dezembro de 2023 foi aplicado um inquérito em 2024 de caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo relativo ao ano de 2023, inserido na Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA) (2017-2023), no eixo "Promoção do conhecimento do fenómeno das pessoas em situação de sem abrigo, informação, sensibilização e educação".

Para a caracterização nacional das pessoas em situação de sem-abrigo, foi solicitada informação aos CLAS (Conselhos Locais de Ação Social) ou Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA) dos 278 concelhos do continente, tendo-se obtido 277 respostas, correspondendo a 99,6% dos municípios.

Em 2023 saíram da situação de sem-abrigo passando a ter uma residência permanente 987 pessoas. Na zona Centro esse número atingiu as 213 pessoas. Foram identificadas, a nível Nacional, 13.128 pessoas em situação de sem-abrigo, destas, 7705 (58,7%) sem teto, e 5423 (41,3%) pessoas sem casa. Na zona **centro** esses valores atingem as **1398 (79,2%) pessoas sem teto e 366 (20,7%9 pessoas sem casa**.

O estudo revela que as pessoas em **situação de sem-abrigo** são, sobretudo, **homens**, com idades entre os **45 e os 64** anos, **solteiros**, de **nacionalidade portuguesa**, beneficiários do **Rendimento Social de Inserção (RSI)**, com o nível de ensino básico **(2.º ou 3.º ciclo)** e encontram-se nesta situação entre **1 e 5 anos**.

As principais **causas** identificadas que conduzem à situação são, maioritariamente: o **desemprego** ou **precariedade no trabalho**, a **dependência do álcool** ou de **substâncias psicoativas** e a **ausência de rede familiar.**

No concelho da Marinha Grande e segundo os dados de acompanhamento mensais às pessoas em situação de sem-abrigo pelo Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e em articulação com a ANO II cujo âmbito de atuação são as pessoas em situação de risco e perigo social, entre as quais as pessoas situação de sem-abrigo, é possível caraterizar e identificar os recursos e respostas existentes nesta área de atuação.

b) Caracterização da Pessoa em Situação de Sem Abrigo da Marinha Grande

Tabela 137: Pessoas (N.º) em Situação de Sem Abrigo no Concelho da Marinha Grande em 2024

Número de Pessoas em Situação Sem-Abrigo		
Sem Teto	**Sem Casa**	**Total P.S.S. A**
105	11	116

Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão de Assuntos Sociais, "Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – População Total, 31/12/24", Município da Marinha Grande 2024

Em 2024, no município, estão identificadas **116 pessoas em situação de sem abrigo**, de acordo com o conceito do ENIPSSA: **105 sem teto** e **11 sem casa**, representando 90,5% sem teto e 9,5% sem casa.

Tabela 138: Género das Pessoas em Situação de Sem Abrigo no Concelho da Marinha Grande em 2024

Género das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo			
	Sem Teto	**Sem Casa**	**Total P.S.S. A**
Masculino	62	10	72
Feminino	43	1	44
Total	**105**	**11**	**116**

Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão de Assuntos Sociais, "Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – População Total 31/12/24"

A tabela 133, informa que a exclusão habitacional – especialmente na condição de "sem teto" – afeta mais severamente os homens, que representam cerca de 59% dos casos.

As pessoas sem casa representam 10% do universo das pessoas em situação de sem abrigo em análise, sendo também maioritariamente do sexo masculino.

No entanto, o número significativo de mulheres em situação de sem teto (cerca de 41%) é relevante e merece igualmente atenção, dada a sua maior vulnerabilidade neste contexto.

Tabela 139: Nacionalidade das Pessoas em Situação de Sem Abrigo no Concelho da Marinha Grande em 2024

Nacionalidade das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo			
	Sem Teto	**Sem Casa**	**Total P.S.S. A**
Portugal	91	8	99
Outros países da União Europeia	6	0	6
Outros países de Língua Oficial Portuguesa	3	2	5
Outros Países	5	1	6
Desconhecida	0	0	0
Total	**105**	**11**	**116**

Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão de Assuntos Sociais, "Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – População Total, 31/12/24", Município da Marinha Grande 2024

De acordo com os dados apresentados, podemos identificar que 99 das 116 pessoas em situação de sem-abrigo (cerca de 86,6%) são de nacionalidade portuguesa. Esta maioria verifica-se tanto entre as pessoas "sem teto" como entre as que se encontram "sem casa".

Contudo, apesar da predominância de cidadãos portugueses, observa-se uma tendência crescente de diversidade cultural (cerca de 13,4% do valor total), com o surgimento de casos entre pessoas de diferentes origens. Esta realidade impõe desafios adicionais às equipas de intervenção social, nomeadamente no que respeita às barreiras linguísticas, à documentação legal e ao acesso a direitos por parte dos cidadãos estrangeiros.

O acompanhamento contínuo por parte da equipa do SAAS e dos parceiros da rede social revela-se fundamental para ajustar as respostas e garantir que todas as pessoas, independentemente da nacionalidade, tenham acesso aos serviços e apoios necessários ao seu acolhimento e integração.

Figura 62: Pessoas em Situação de Sem Abrigo (Nº) por Grupo Etário, a 31/12/24, no Concelho da Marinha Grande

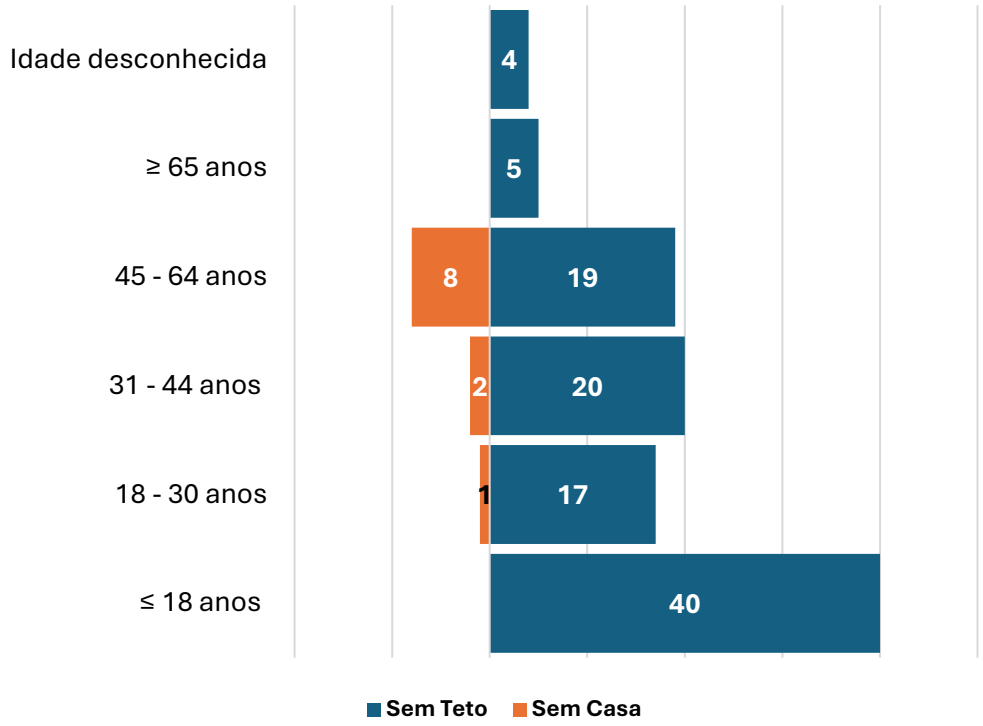


Figura 63::

Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão de Assuntos Sociais, "Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – População Total, 31/12/24", Município da Marinha Grande 2024

A partir da tabela 134 observa-se uma elevada presença de menores entre as pessoas em situação de sem-abrigo sem teto: 40 dos 105 casos (cerca de 38%) dizem respeito a indivíduos com idade até aos 18 anos. Este dado é particularmente preocupante, pois evidencia uma realidade marcada pela exclusão de crianças e jovens adultos.

Importa, no entanto, referir que este valor é influenciado pela inclusão da comunidade cigana na análise, pois vivem maioritariamente em contextos de barracas e em condições habitacionais indignas.

A distribuição etária revela ainda padrões distintos entre as situações de "sem teto" e "sem casa". Entre os "sem teto", além da presença significativa de menores, destaca-se a existência de 5 pessoas com mais de 64 anos, o que evidencia a vulnerabilidade da população idosa em contexto de rua.

Já no grupo dos "sem casa", verifica-se que a maioria (73%) pertence à faixa etária dos 45 aos 64 anos, o que pode indicar uma exclusão habitacional mais prolongada e, possivelmente, crónica. Este grupo suscita crescente preocupação, tendo em conta as dificuldades de reintegração no mercado de trabalho e os problemas de saúde associados à idade e ao estilo de vida.

Estes dados reforçam a necessidade de uma intervenção social articulada e diferenciada por escalão etário, com especial atenção às respostas de emergência dirigidas a crianças, jovens e idosos.

Tabela 140: Estado Civil das Pessoas em situação de Sem Abrigo no Concelho da Marinha Grande em 2024

Estado Civil das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo			
	Sem Teto	**Sem Casa**	**Total**
Solteiro/a	68	9	77
Casado/a ou em União de Facto	30	0	30
Divorciado/a ou Separado/a	3	1	4
Viúvo/a	2	0	2
Desconhecida	2	1	3
Total	**105**	**11**	**116**

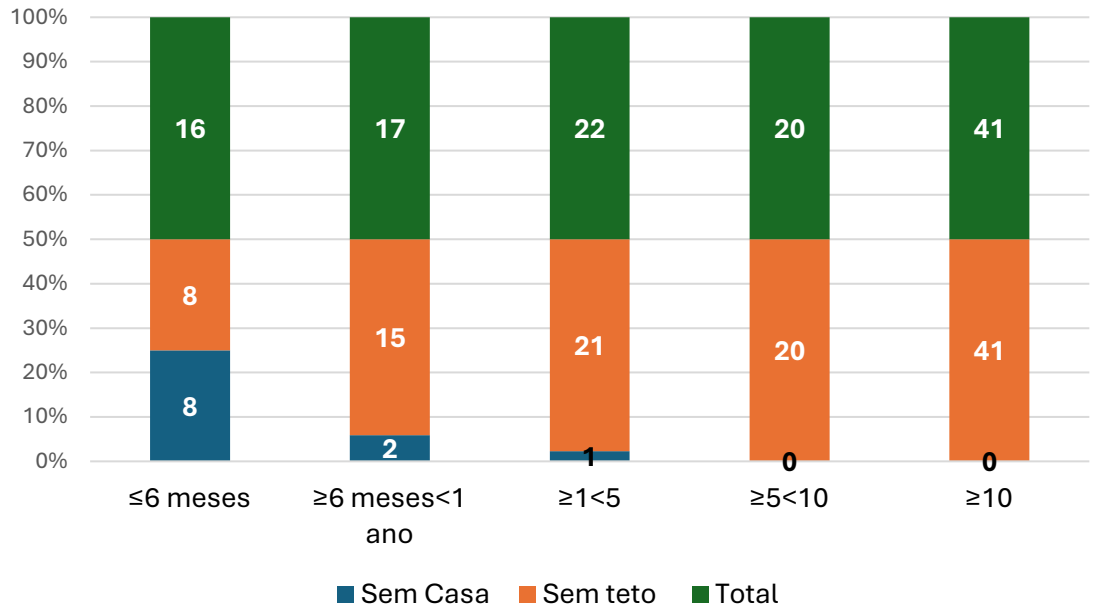
Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão de Assuntos Sociais, "Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – População Total", Município da Marinha Grande 2024

A análise do estado civil das pessoas em situação de sem-abrigo no concelho revela que a maioria é solteira, tanto entre os "sem teto" (65%) como entre os "sem casa" (82%). Este dado sugere que a ausência de laços conjugais ou familiares pode agravar a vulnerabilidade social e dificultar o acesso a redes de apoio informal.

É igualmente relevante notar que cerca de 30% são casadas ou vivem em união de facto, o que demonstra que a exclusão habitacional pode atingir também os núcleos familiares, exigindo respostas adaptadas a cônjuges ou famílias em situação de rua.

Estas conclusões reforçam a importância de considerar o contexto relacional das pessoas acompanhadas, promovendo intervenções centradas não só no indivíduo, mas também nas suas redes de suporte afetivo e familiar.

Figura 64:Pessoas em Situação de Sem Abrigo (N.º) por Tempo de Permanência em Situação de Sem Abrigo, do Concelho da Marinha Grande



Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão de Assuntos Sociais, "Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – População Total", Município da Marinha Grande 2024

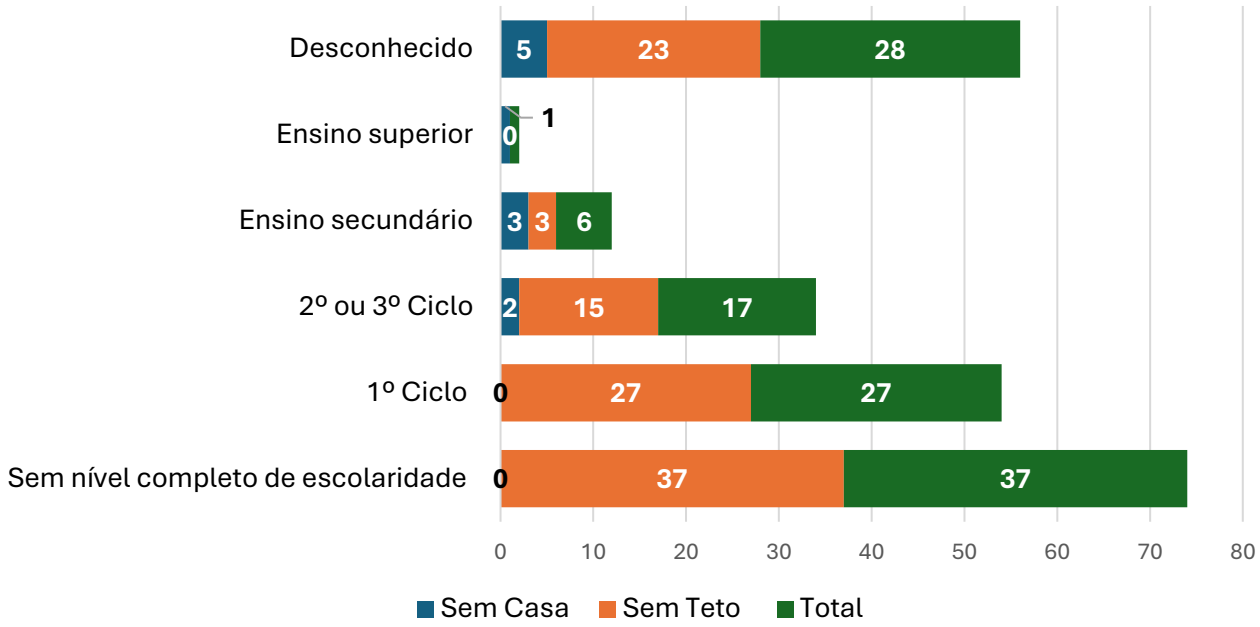
A análise dos dados sobre a duração da situação de sem-abrigo permite identificar realidades distintas entre os grupos de pessoas "sem teto" e "sem casa", o que evidencia diferentes perfis de vulnerabilidade e necessidades de intervenção social.

No caso das pessoas "sem teto" — aquelas que vivem na rua, em locais públicos ou sem qualquer tipo de abrigo — **observa-se uma elevada percentagem em situação de exclusão habitacional prolongada, 41 pessoas encontram-se nesta condição há 10 ou mais anos, o que corresponde à maioria deste grupo e representa 35,3% do total de pessoas em situação de sem abrigo**.

Por sua vez, **18,1%** está nesta situação **há menos de um ano**, o que demonstra a dificuldade em sair da rua uma vez instalada esta condição.

Em contraste, entre as pessoas "sem casa" — que se encontram em alojamentos temporários, centros de acolhimento ou outras soluções habitacionais precárias — o cenário é substancialmente diferente. A maioria (cerca de 9 pessoas) está nesta situação há menos de 6 meses, e não há registos de indivíduos sem casa há mais de 5 anos. Estes dados sugerem que estas pessoas estão numa fase mais recente da trajetória de exclusão.

Figura 65: Pessoas em Situação de Sem Abrigo (Nº) por Nível de Escolaridade do Concelho da Marinha Grande em 2024



Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão de Assuntos Sociais, "Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – População Total", Município da Marinha Grande 2024

A análise do nível de escolaridade das pessoas em situação de sem-abrigo revela um padrão marcado por baixos níveis de instrução, sobretudo entre os indivíduos "sem teto", ou seja, os que vivem em condições de maior vulnerabilidade, como na rua ou em espaços públicos improvisados.

Do total de pessoas "sem teto", destaca-se que 37 não possuem qualquer nível de escolaridade completo, e 27 têm apenas o 1.º Ciclo do Ensino Básico. Isto significa que cerca de **61%** (64 em 105) destas pessoas têm escolaridade muito limitada. Apenas 3 indivíduos completaram o Ensino Secundário e nenhum tem Ensino Superior.

Estes dados apontam para um forte vínculo entre a baixa escolaridade e a exclusão social, evidenciando como a falta de oportunidades educativas pode contribuir para trajetórias de pobreza e marginalização.

Por outro lado, entre as pessoas "sem casa", verifica-se um perfil escolar mais diversificado, ainda que limitado. Destacam-se 2 com o 2.º ou 3.º Ciclo, 3 com o Ensino Secundário completo e 1 com Ensino Superior — um dado isolado, mas revelador de que a situação de sem-abrigo não afeta exclusivamente pessoas com baixa escolaridade. Ainda assim, os números são limitados e 5 casos apresentam escolaridade desconhecida.

Tabela 141: Pessoas em Situação de Sem Abrigo (N.º) por Motivos que Levaram à Condição de Sem Abrigo no Concelho da Marinha Grande em 2024

Motivos que levaram à Situação de Sem-Abrigo			
	Sem Teto	Sem Casa	**Total P.S.S. A**
Desemprego ou precaridade no trabalho	4	1	5
Insuficiência financeira associada a divórcio, separação, viuvez (excluindo situações de violência doméstica)	1	0	1
Insuficiência financeira associada a outros motivos (excluindo situações de violência doméstica)	26	8	**34**
Violência doméstica	0	2	2
Ausência de suporte familiar	9	2	11
Despejo ou desalojamento	2	1	3
Dependência de álcool ou de sustâncias psicoativas	14	3	**17**
Problemas de saúde mental	13	3	**16**
Problemas de saúde de outra natureza	6	2	8
Proteção social insuficiente	1	0	1
Discriminação com base na identidade de género	0	0	0
Discriminação com base na orientação sexual	0	0	0
Situação de imigração não regularizada	10	1	11
Desinstitucionalização, sem garantia de alojamento – área da justiça (prisões, centros educativos)	1	0	1
Desinstitucionalização, sem garantia de alojamento – área da saúde (hospitais, comunidades terapêuticas)	1	0	1
Desinstitucionalização, sem garantia de alojamento – área da segurança social (casas de acolhimento)	0	0	0
Desinstitucionalização, sem garantia de alojamento – outras situações	0	0	0
Desejo de mobilidade geográfica	0	0	0
Outras causas	80	0	**80**
Causa desconhecida	0	2	2
Total	**105**	**11**	**193**

Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão de Assuntos Sociais, "Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – População Total", Município da Marinha Grande 2024

A análise das causas identificadas para a situação de sem-abrigo no concelho da Marinha Grande revela a complexidade e a multiplicidade de fatores que contribuem para esta realidade social. Os dados, organizados nas categorias "sem teto" e "sem casa", demonstram que, embora as experiências de exclusão habitacional possam diferir, partilham muitas causas em comum.

A **insuficiência financeira** surge como principal causa apontada, tanto entre as pessoas "sem teto" (26 absolutos) como entre as "sem casa" (8 absolutos), num total de 34 casos e uma proporção de 17,6% evidenciando a fragilidade económica como um fator determinante.

Determinantes de saúde para a situação de sem abrigo são apontadas como causas a **dependência do álcool e de substâncias psicoativas**, com 17 casos e um peso de 14,7% e os problemas de saúde mental, com 16 casos identificados e um peso relativo de 13,8%.

De salientar o nº elevado de outras causas como motivo para a situação de sem abrigo, com 80 registos em 193 e 41,5% de peso. Esta situação revela uma realidade estigmatizante para as pessoas em situação de sem abrigo que na maioria dos casos não partilha a informação do motivo associado à situação de sem abrigo, conotada como uma realidade envergonhada e discriminatória.

16.4. O Perfil local da Pessoa em Situação de Sem-Abrigo

a) Perspetiva Diferenciada

Tabela 142: Perfil Local das Pessoas em Situação de Sem Abrigo Sem Teto, à data de 31/12/24, do Concelho da Marinha Grande

Perfil Sem Teto	Perfil Sem Casa
Género e Grupo Etário	
Masculino (59%)	Masculino (90,9%)
<18 anos (38,1%) e ≥31≤64 (37%)	≥31≤44 (72,7%)
Nacionalidade e Estado Civil	
Portuguesa	Portuguesa (72,7%)
Solteiro (64,8%)	Solteiro (81,8%)
Proveniência do Rendimento Mensal	
Prestação de RSI (75%)	Prestação de RSI (45,5%)
Escolaridade	
<1º Ciclo e 1º Ciclo	Desconhecido (45,5%) 2º ou 3º Ciclo (27,2%)
Tempo de Permanência em S.S.A.	
≥ 10 anos	<6 meses (72,7%)
Motivo para S.A.A.	
Outras causas (47%) Insuficiência financeira (15,6%) Dependência do álcool e/ou psicoativas (8,4%) Problemas de saúde mental (7,8%) Situação de imigração não regularizada (5,9%) Ausência de suporte familiar (5,4%)	Insuficiência Financeira associada a outros motivos sem ser advinda da alteração estado civil (32%) Problemas de Saúde Mental (12%) Dependência do álcool e/ou psicoativas (12%) Violência Doméstica (8%) Ausência de suporte familiar (8%)

Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão de Assuntos Sociais, "Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – População Total", Município da Marinha Grande 2024

b) Perspetiva Integrada (Sem Teto + Sem Casa)

Tabela 143: Perfil Local das Pessoas em Situação de Sem Abrigo Sem Teto, à data de 31/12/24, do Concelho da Marinha Grande

Perfil P.S.S.A.
Género e Grupo Etário
Masculino
<18 anos e ≥45≤64
Nacionalidade e Estado Civil
Portuguesa
Solteiro
Proveniência do Rendimento Mensal
Prestação de RSI
Escolaridade
<1º Ciclo
Tempo de Permanência S.S.A.
≥ 10 anos
Motivo para S.A.A.
Outras causas
Insuficiência financeira
Dependência do álcool e/ou psicoativas
Problemas de saúde mental

Fonte: Por Radar Social, a partir de Divisão de Assuntos Sociais, "Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – População Total", Município da Marinha Grande 2024

Comparativamente com o perfil realizado a nível nacional, observam-se as seguintes semelhanças:

- Sexo Masculino
- Com idades entre os 45 e os 64 anos
- Nacionalidade portuguesa
- Solteiros
- Motivo para a situação de sem abrigo: questões de insuficiência económica e dependência do álcool e substâncias psicoativas.

Em contrapartida, existem diferenças a salientar, as quais se evidenciam pelo fato da comunidade cigana estar contabilizada nos dados da população sem abrigo e que na Marinha Grande apresenta características de uma comunidade jovem com idades maioritariamente abaixo dos 18 anos e fraca ou nenhuma escolaridade.

- Idade das pessoas em situação de sem abrigo, com números expressivos no concelho, da população com menos de 18 anos, face ao perfil nacional que se manifesta maioritariamente no intervalo dos 45 aos 65 anos de idade.
- Tempo de permanência em situação de sem abrigo superior, com um tempo superior a 10 anos prevalecente , face há mais de 1 ano e menos de 5 anos, em termos nacionais.

- Diferenças na escolaridade, na Marinha Grande a maioria não tem qualquer nível de ensino completo, sendo inferior ao 1º Ciclo, enquanto a nível nacional as pessoas em situação de sem têm o 2.º ou 3.º ciclo
- O 3º motivo que leva à situação de sem abrigo no concelho da Marinha Grande são os problemas de saúde mental ao invés da ausência de suporte familiar como nos dados Nacionais

16.5. Respostas e serviços dirigidos às Pessoas em Situação de Sem Abrigo no Concelho da Marinha Grande

a) A Associação Novo Olhar II

A Associação Novo Olhar II (ANO II) atua no território do concelho da Marinha Grande desde maio de 2009, enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). No entanto, o seu percurso com um olhar humanista e interventivo teve início em 1994, enquanto associação sem fins lucrativos de âmbito nacional.

Os seus objetivos gerais no âmbito do apoio social incluem: a cooperação, concessão de bens e a prestação de serviços de apoio social, bem como a integração social e comunitária, apoio à infância, família e juventude e a promoção de atividades ligadas à igualdade do género.

Entre os seus objetivos específicos destacam-se a promoção e proteção da saúde, a formação, a promoção do bem-estar e o desenvolvimento harmonioso da comunidade, tendo sempre em vista a progressiva melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

A sua intervenção incide, de forma particular, sobre indivíduos em situação de exclusão social, vítimas de violência e discriminação, pessoas com doença do foro psiquiátrico, doentes com SIDA e seus envolventes, utilizadores de substâncias psicoativas e profissionais do sexo.

A intervenção integrada e articulada com as estratégias e programas nacionais materializa-se nos seguintes projetos:

- A nível nacional, destacam-se os Ateliês Ocupacionais e os Planos Pessoais de Emprego, que têm como finalidade o desenvolvimento de competências e a integração no mercado de trabalho.

  No Município, o projeto “Casa Capaz: Capacitação e Reinserção” da ANO II responde diretamente ao objetivo da inclusão social e profissional, desenvolvendo atividades ocupacionais e promovendo a empregabilidade das pessoas em situação de sem-abrigo.

- O programa Housing First e os Apartamentos Partilhados são referidos nas medidas da ENIPSSA como estratégias habitacionais fundamentais. Esta abordagem é replicada localmente através da Casa 22 – Apartamentos Partilhados, projeto da ANO II, que oferece alojamento partilhado temporário, com foco na transição para a vida autónoma e na reinserção social.
- A ENIPSSA dá ênfase à criação de equipas multidisciplinares, à articulação dos NPISA e ao reforço das equipas comunitárias de saúde mental. A ANO II, através dos projetos «S.A.R.A» e «Porta Azul», dá corpo a essa visão, ao oferecer acompanhamento psicológico e social, bem como ações de redução de riscos e minimização de danos a uma população muitas vezes invisibilizada.
- A medida do Sistema Integrado de Alerta e Prevenção e a implementação de técnicos de referência refletem a preocupação com o acompanhamento contínuo e com intervenções personalizadas. Projetos como o Porta Azul localmente asseguram este tipo de acompanhamento, respondendo não só às necessidades básicas, mas também às mais complexas (psicológicas e sociais).

Entre as diversas respostas de âmbito multidimensional, referidas anteriormente, destacam-se as seguintes, especificamente orientadas para o apoio às pessoas em situação de sem-abrigo:

CASA CAPAZ: CAPACITAÇÃO E REINSERÇÃO

Tabela 144: Descrição do Projeto Casa Capaz: Capacitação e Reinserção

CASA CAPAZ: CAPACITAÇÃO E REINSERÇÃO	
Âmbito de Atuação	Capacitação e Reinserção
Objetivos	O projeto Casa Capaz visa apoiar 100 pessoas em risco de exclusão social, através de abordagens locais inovadoras de desenvolvimento social e estratégias de inclusão ativa, alinhadas com políticas de integração das pessoas em situação de sem-abrigo e de combate à pobreza
Atividades	Atividades ocupacionais com vista à inserção
Destinatários	Pessoas em situação de sem-abrigo

Fonte: Relatório de Atividades 2024, ANO II

O projeto Casa Capaz tem como destinatários 20 pessoas em situação de sem abrigo no concelho da Marinha Grande com gestor de caso e 33 sem gestor de caso, com capacidade de resposta para 53 pessoas.

O local de atuação é o concelho da Marinha Grande e tem com âmbito de ação a criação de equipas pluridisciplinares de gestores de caso que assegurem o acompanhamento psicossocial e o acesso aos recursos existentes na comunidade, bem como respostas integradas dirigidas a pessoas em risco de exclusão social, nomeadamente pessoas em situação de sem abrigo, promovendo a empregabilidade e a inserção profissional.

O projeto é financiado pela operação CENTRO2030 FSE +000472800 e está estruturado na aplicação de 5 tipos de atividades.

A atividade 1 tem como objetivo desenvolver consultas de psicologia, atendimento social, apoio alimentar e acessibilidade a serviços.

A atividade 2, o desenvolvimento de oficinas ocupacionais de diferentes áreas, nomeadamente, oficinas de reciclagem têxtil, oficinas de desenvolvimento do produto, oficinas de restauro e oficinas de reparações habitacionais.

A atividade 3 o desenvolvimento de ações de informação e sensibilização e a atividade 4 o desenvolvimento de ações de capacitação e de formação pessoal, emocional e profissional.

Por fim, a atividade 5 tem por finalidade o desenvolvimento de um gabinete operacional de recursos

Os relatórios de atividades da associação informam que:

- Entre agosto de 2023 e agosto de 2024 foram identificadas em situação de sem abrigo/e ou risco 109 pessoas, por sua vez entre agosto de 2024 e janeiro de 2025 forma identificadas nessa situação 43 pessoas.
- O número de pessoas em situação de sem abrigo/ou risco com atribuição de gestor de caso é de 30 pessoas em 2023-2024 e de 26 entre agosto de 2024 e janeiro de 2025.
- Em 2023-2024 (agosto a agosto) foram realizados 1962 atendimentos sociais, entre agosto de 2024 e janeiro de 2025 esse valor é de 350 atendimentos.
- Em 2023-2024 foram atendidos em consultas de psicologia 24 utentes, num total de 144 sessões. Em 2024-2025, no período de 5 meses foram atendidos 10 utentes e realizadas 29 consultas de psicologia
- Em 2023 – 2024 foram inseridos profissionalmente e com alta do projeto 28 utentes, em 2024, no espaço de 5 meses foram integrados e com alta do projeto 4 utentes.

CASA 22 – APARTAMENTOS PARTILHADOS

Tabela 145: Descrição do Projeto CASA 22- Apartamentos Partilhados

CASA 22 - APARTAMENTOS PARTILHADOS	
Âmbito de Atuação	Alojamento temporário para pessoas em situação de sem-abrigo
Objetivos	Acessibilizar casas partilhadas de carácter transitório, com o objetivo final de promover a inserção social de pessoas em situação de sem-abrigo
Atividades	Acompanhar nos processos de inserção no âmbito de casa partilhada
Destinatários	Pessoas em situação de sem-abrigo

Fonte: Relatório de Atividades 2024, ANO II

O Projeto CASA 22 – Apartamentos Partilhados tem capacidade de resposta para 9 pessoas em situação de sem abrigo, o financiamento tem por base o protocolo de compromisso com o Instituto de Segurança Social e o apoio da Câmara Municipal da Marinha Grande com a cedência de 2 habitações sociais no Bairro do Camarnal Novo e Bairro do Camarnal Velho.

Até à data de 31 de dezembro de 2024 e desde que teve início o projeto, foram integradas em casas partilhadas de carácter transitório 16 pessoas. O relatório de contas relativo ao ano de 2023 informa que foram realizadas 9 integrações, número que se manteve em 2024. Em 2023 foram realizadas 7 altas sociais e em 2024 o número é de 5 altas. Observa-se a redução de saídas por incumprimento, passando de 5 saídas em 2023 para 1 saída em 2024 e 1 falecimento.

Entre os serviços prestados estão o alojamento temporário, o apoio e planeamento das atividades da vida diária, apoio psicossocial, apoio na integração em atividades profissionais e sócio ocupacionais, apoio na gestão da medicação, apoio alimentar, fornecimento de produtos de higiene pessoal e tratamento de roupa.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: N.º de Titulares de Abono de Família para Crianças e Jovens, Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Sexo, em 2023 e 2024 8
Tabela 2: N.º de Titulares de Abono de Família para Crianças e Jovens, Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Grupo Etário, em 2023 e 2024 9
Tabela 3: N.º de Titulares de Abono de Família para Crianças e Jovens, Residentes no concelho da Marinha Grande, por Escalão de Rendimento, em 2023 e 2024 9
Tabela 4: N.º de Titulares de Abono de Família Pré-Natal, em 2023 e 2024, Residentes no Concelho da Marinha Grande 10
Tabela 5: N.º de Titulares de Bonificação por Deficiência, Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Freguesia em 2023 e 2024 11
Tabela 6: N.º de Titulares de Bonificação por Deficiência Residentes no Concelho da Marinha Grande por Sexo, 2023 e 2024 11
Tabela 7: N.º de Titulares de Bonificação por Deficiência, Residentes no Concelho da Marinha Grande por Grupo Etário, em 2023 e 2024 12
Tabela 8: N.º de Pensionistas Ativos em dezembro de 2023 e 2024 Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Sexo, ... 13
Tabela 9: Valor Médio Mensal das Pensões em 2023/24 de Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Sexo, Regime e Tipo de Pensão 14
Tabela 10: N.º de Beneficiários com Processamento de RSI, Residentes em Portugal e no Concelho da Marinha Grande em 2021-2024 15
Tabela 11: N.º de Beneficiários com Processamento de RSI, Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Freguesia, 2023 e 2024 15
Tabela 12: N.º de Beneficiários com Processamento de RSI Residente no Concelho da Marinha Grande, por Sexo, em 2023 e 2024 15
Tabela 13: N.º de Agregados Familiares com Requerimento de RSI Deferido Não Cessado, Residentes no Concelho da Marinha Grande em 2023 e 2024 16
Tabela 14: N.º de Beneficiários com Processamento de PSI em 2023 e 2024, Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Freguesia e Sexo 17
Tabela 15: N.º de Beneficiários com Processamento de Subsídio de Assistência a 3.ª Pessoa por Freguesia no Concelho da Marinha Grande em 2023 e 2024 18
Tabela 16: N.º de Beneficiários de Complemento por Dependência Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Freguesia, Grau de Dependência e Sexo, em 2023 e 2024 19
Tabela 17: N.º de Requerentes de CSI, Residentes no Concelho da Marinha Grande por Freguesia em 2023 e 2024 21
Tabela 18: N.º de Requerentes de CSI em 2023 e 2024, Residentes no Concelho da Marinha Grande por Sexo 21
Tabela 19: N.º de Cuidadores Informais com Estatuto Deferido e Ativo em 2023 e 2024, Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Tipo de Estatuto 23
Tabela 20: N.º de Cuidadores Informais com Estatuto Deferido e Ativo em 2023 e 2024, Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Freguesia 23
Tabela 21: N.º de Cuidadores Informais com Estatuto Deferido e Ativo em 2023 e 2024, Residentes no Concelho 23

Tabela 22: N.º de Cuidadores Informais com Estatuto Deferido e Ativo em 2023 e 2024, Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Escalão Etário 24
Tabela 23: Descritivo de Serviços da Câmara Municipal da Marinha Grande no Âmbito da Ação Social por Áreas de Atuação 24
Tabela 24: Descritivo dos Locais de Atendimento dos Serviços de Ação Social da Câmara Municipal da Marinha Grande em 2024/2025 25
Tabela 25: Serviços de Apoio Psicológico realizado pelos Gabinetes de Apoio Psicológico das Juntas de Freguesia da Marinha Grande e Vieira de Leiria em 2024 26
Tabela 26: Número de Utentes Acompanhados pelo GAP da Junta de Freguesia da Marinha Grande em 2024, por Grupo de Idades 27
Tabela 27: Lista de Espera do Gabinete de Apoio Psicológico das Junta de Freguesia da Marinha Grande em Dezembro de 2024 e Maio de 2025 27
Tabela 28: Serviço de Apoio Psicológico realizado pelo Gabinete de Apoio Psicológico da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria em 2024 28
Tabela 29: Número de Utentes Acompanhados pelo Gabinetes de Apoio Psicológico da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria em 2024, por Grupo de Idades 28
Tabela 30: Lista de Espera do Gabinete de Apoio Psicológico da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria em Dezembro de 2024 e Maio de 2025 28
Tabela 31: Descritivo do Programa CLDS 5G Marinha Social "Eixo 4-Públicos Vulneráveis – Acessibilidades e Capacitação para a Ação", 2025 30
Tabela 32: Instituições Mediadoras do PTDQI- Distribuição Direta 31
Tabela 33:Número (Nº) de destinatários a abranger PTDQI - Distribuição Direta 31
Tabela 34: Beneficiários do PTDQI- Privação Material anual 2024 32
Tabela 35:Número (Nº) de destinatários a abranger - Cartões Sociais - Distribuição Indireta 32
Tabela 36: N.º de Ocorrências Nacionais de Violência Doméstica Participadas à PSP e GNR (4.º Trimestre de 2023 e 1.º, 2.º e 3.º Trimestre de 2024) 34
Tabela 37: Suspensões Provisórias do Processo Executadas com o Acompanhamento pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – Nível Nacional (4.º Trimestre 2023, 1.º ao 3.º Trimestre 2024) 34
Tabela 38: N.º de Reclusos por Crime de Violência Doméstica – Nacional (4.º Trimestre 2023, 1.º ao 3.º Trimestre 2024) 34
Tabela 39: Medidas de Coação em Vigor no Âmbito do Crime de Violência Doméstica – Nacional (4.º Trimestre 2023, 1.º ao 3.º Trimestre 2024) 35
Tabela 40: Pessoas Integradas em Programas para Agressores, em Meio Prisional e na Comunidade – Nacional (4.º Trimestre 2023, 1.º ao 3.º Trimestre 2024) 35
Tabela 41: Teleassistência (N.º) a Vítimas de Violência Doméstica – Nacional (4.º Trimestre 2023, 1.º ao 3.º Trimestre 2024) 36
Tabela 42: N.º de Pessoas Acolhidas na Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica – Nacional (4.º Trimestre 2023, 1.º ao 3.º Trimestre 2024) 36
Tabela 43: Crimes de Violência Doméstica, Contra Cônjuges ou Análogos, por Localização de Residência e por Mil Habitantes, Registados Pelas Autoridades Policiais 2022/2023 37
Tabela 44: Crimes e Crimes de Violência Doméstica contra Cônjuges ou Análogos, por Localização de Residência, Registados pelas Autoridades Policiais 2022/2023 37

Tabela 45: Descritivo dos Serviços de Atendimento e Apoio aos Munícipes para Sinalização e Denúncia de Situações de Violência Doméstica e Maus-Tratos, no Concelho da Marinha Grande em 2024 39
Tabela 46: Entidades Parceiras da Rede Local de Prevenção da Violência ao Longo do Ciclo de Vida (RLPVLCV) da Marinha Grande 2024/2025 41
Tabela 47: Género das Vítimas de Violência Doméstica Denunciadas pelas Forças de Segurança do Concelho da Marinha Grande em 2023 e 2024 44
Tabela 48: Género dos Agressores de Violência Doméstica Denunciadas pela PSP do Concelho da Marinha Grande 2024 45
Tabela 49: Grupos Etários (N.º) das Vítimas de Violência Doméstica por Força de Segurança (PSP e GNR) em 2024 46
Tabela 50: Grupos Etários dos Agressores de Violência Doméstica dos casos denunciados à PSP em 2024 47
Tabela 51: Tipologia (N.º), Proporção (%) e Variação Relativa (%) da Relação da Vítima Com o Agressor das Denúncias Realizadas às Forças de Segurança do Concelho da Marinha Grande em 2023 e 2024 49
Tabela 52: Tipologia da Violência das Denúncias Registadas em 2024 pela PSP da Marinha Grande 50
Tabela 53: Tipologia da Violência das Denúncias Registadas em 2023/2024 pela GNR de Vieira de Leiria 51
Tabela 54: Situação da Vítima face ao Emprego das Denúncias Registadas pela PSP e GNR em 2023/2024 52
Tabela 55: Género das Vítimas de Violência Doméstica Atendidas pelo CAVVDDL (Dados Relativos ao Concelho da Marinha Grande) 2024 e 2023 54
Tabela 56: Nacionalidade das Vítimas de Violência Doméstica atendidas pelo CAVVDDL (Dados Relativos ao Concelho da Marinha Grande) 2024 e 2023 55
Tabela 57: Nível de Escolaridade (N.º) Das Vítimas de Violência Doméstica Atendidas pelo CAVVDDL (Dados Relativos ao Concelho da Marinha Grande) 2024 e 2023 57
Tabela 58: Tipologia da Violência dos Casos de Violência Doméstica dos Utentes Acompanhados pelo CAVVDDL (Dados Relativos ao Concelho da Marinha Grande) em 2023 e 2024 59
Tabela 59: Descritivo dos Programas de Proximidade das Forças de Segurança Nacionais (PSP e GNR) em 2024/2025 61
Tabela 60: Descritivo dos Projetos de Prevenção e Investigação Criminal da Polícia Judiciária 2024-2025 62
Tabela 61: Tipologia de Ações (N.º) de Intervenção no Âmbito do Policiamento Comunitário a Idosos Realizados pelas Forças de Segurança (PSP e GNR) do Concelho da Marinha Grande em 2024 63
Tabela 62: Tipologia de Ações (N.º) de Intervenção no Âmbito do Policiamento Comunitário a Pessoas com Deficiência Realizados pelas Forças de Segurança do Concelho da Marinha Grande em 2024 63
Tabela 63: Tipologia de ações (N.º) de Intervenção no Âmbito do Policiamento Comunitário Escolar Realizados Pelas Forças de Segurança do Concelho da Marinha Grande em 2024 64
Tabela 64: Tipologia de Ações (N.º) de Intervenção no Âmbito do Policiamento Comunitário a Crianças e Jovens Realizados pelas Forças de segurança do concelho da Marinha Grande em 2024 65
Tabela 65: Programas da PSP da Marinha Grande em 2024 67

Tabela 66: N.º de Creches e de Crianças Beneficiárias da Medida em 2023-12 e 2024-12 no Concelho da Marinha Grande 70
Tabela 67: N.º de Amas e de Crianças Apoiadas em 2023-12 e 2024-12, no Concelho da Marinha Grande 70
Tabela 68: N.º de Crianças por Capacidade, Ocupação (N.º) e Taxa de Ocupação (%) dos Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar da Rede Privada Lucrativa e Particular Solidária 2024/2025 72
Tabela 69: N.º de Crianças por Capacidade, Ocupação (N.º) e Taxa de Ocupação (%) dos Estabelecimentos de Creche da Rede Privada Lucrativa e Particular Solidária 2024/2025 73
Tabela 70: N.º de crianças por Capacidade, Ocupação (N.º) e Taxa de Ocupação (%) dos Estabelecimentos de Creche da Rede Privada Lucrativa e Particular Solidária 2024/2025 75
Tabela 71: Capacidade e Equipa Multidisciplinar de Intervenção Precoce da Marinha Grande 78
Tabela 72: Processo ELI (N.º) Referenciados, Ativos e Arquivados em 2023 78
Tabela 73: Processos Ativos (N.º) no Âmbito de Atuação da CPCJ em 2013-2023 e 2024 79
Tabela 74: Origem das Referenciações (N.º) no Âmbito de Atuação da CPCJ em 2013-2023 e 2024...80
Tabela 75: Número de Crianças Sinalizadas por Tipologias de Risco e Perigo Comunicadas à CPCJ em 2023 e 2024 82
Tabela 76: Medidas de Proteção Executadas (N.º) pela CPCJ em 2024 e 2025.....83
Tabela 77: Medida Aplicada com Maior Expressividade por Grupo Etário em 2024 e 2025.....84
Tabela 78: Processos Arquivados (Nº) pela CPCJ em 2023 e 2024 86
Tabela 79: Crianças e Jovens (N.º) por Tipologias e Sub-tipologias Sinalizados ao NACJR em 2023 e 2024.....88
Tabela 80: Crianças e Jovens Acompanhados em 2023 por Género e Grupo Etário.....91
Tabela 81: Proporção (%) de Processos Ativos e Arquivados pelo CAFAP em 2023 e 2024 93
Tabela 82: Capacidade e Ocupação (Nº) da Resposta de Acolhimento Temporário “ O Girassol” 94
Tabela 83: Alunos ao Abrigo da Educação Inclusiva (N.º) e Variação Absoluta (N.º) nos Agrupamentos Escolares da Marinha Grande nos Anos Letivos de 2021/2022 a 2023/2024.....96
Tabela 84: Número de Crianças NEE matriculadas na Rede de Ensino Pública por Agrupamento e Estabelecimento Escolar em 2024/2025, no Concelho da Marinha Grande 98
Tabela 85: Nº de Crianças com Necessidades Educativas Especiais a frequentar o Ensino Público por Sexo e Agrupamento Escolar, Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande 99
Tabela 86: N.º de Crianças NEE por Grupo Etário e Agrupamento Escolar Matriculadas na Rede de Ensino Pública em 2024/2025 do Concelho da Marinha Grande 100
Tabela 87: Número de Crianças NEE por Nível de Ensino e Agrupamento Escolar Matriculadas na Rede de Ensino Pública em 2024/2025 do Concelho da Marinha Grande.....100
Tabela 88: N.º de crianças e jovens NEE Matriculados na Rede de Ensino Pública por Agrupamento Escolar e Perturbações Diagnosticadas no Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande 101
Tabela 89: N.º de Crianças e Jovens NEE Matriculados na Rede de Ensino Pública por Agrupamento Escolar e Escalão ASE no Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande 102
Tabela 90: Medidas Aplicadas (N.º) às Crianças e Jovens NEE Matriculados na Rede de Ensino Pública por Agrupamento Escolar no Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande 104
Tabela 91: Descritivo dos Serviços das Respostas e Serviços de Educação Inclusiva da APPACDM da Marinha Grande em 2024/2025 105

Tabela 92: Descritivo dos Serviços das Respostas e Serviços de Educação Inclusiva para a Formação e Empregabilidade da APPACDM da Marinha Grande em 2024/2025 107
Tabela 93: Respostas do Concelho da Marinha Grande Dirigidos às Pessoas com Deficiência e Incapacidade 108
Tabela 94: Descritivo de Respostas e Serviços da APPACDM em 2024/2025 114
Tabela 95: Grupos Etários e Género dos Utentes Inscritos no Lar Residencial à data de 31/12/24 da APPACDM da Marinha Grande 115
Tabela 96: Capacidade (N.º) e Ocupação (%) das Respostas de Centro de Convívio da Rede Particular Solidária do Concelho da Marinha Grande em 2024/2025 118
Tabela 97: Capacidade (N.º) e Ocupação (%) das Respostas de Centro de Dia da Rede Particular Solidária do Concelho da Marinha Grande em 2024/2025 118
Tabela 98: Capacidade (N.º) e Ocupação (%) das Respostas de Centro de Dia da Rede Privada Lucrativa do Concelho da Marinha Grande em 2024/2025 119
Tabela 99: Capacidade (N.º) e Ocupação (%) das Respostas de Serviço de Apoio Domiciliário da Rede Particular Solidária do Concelho da Marinha Grande em 2024/2025 119
Tabela 100: Capacidade (N.º) e Ocupação (%) das Respostas de Serviço de Apoio Domiciliário da Rede Privada Lucrativa do Concelho da Marinha Grande 2024/2025 120
Tabela 101: Capacidade (N.º) e Ocupação (%) das Respostas de ERPI da Rede Particular Solidária no Concelho da Marinha Grande em 2024/2025 120
Tabela 102: Capacidade (N.º) e Ocupação (%) das Respostas de ERPI da Rede Privada Lucrativa no Concelho da Marinha Grande em 2024/2025 121
Tabela 103: Descritivo dos Projetos e Atividades da PVMG em 2024 126
Tabela 104: Descritivo dos Projetos e Atividades da ATLAS em 2024 128
Tabela 105: Descritivo dos Projetos e Atividades da CRPI de Vieira de Leiria em 2024 129
Tabela 106:Descritivo dos Projetos e Atividades da ASURPI em 2024 130
Tabela 107: Descritivo dos Projetos e Atividades da Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson em 2024 130
Tabela 108: Descritivo dos Projetos e Atividades da Associação Rotary Club em 2024 131
Tabela 109: Descritivo do Programa Ativo 3+ do Município em 2024 132
Tabela 110: Descritivo do Programa CLDS 5.ª Geração Marinha Social, Eixo 4, 2025 134
Tabela 111: Nacionalidades Mais Representadas em Território Nacional em 2021 136
Tabela 112: Distribuição Etária da População Estrangeira Residente em Portugal, 2021 137
Tabela 113: População Estrangeira Residente e Saldo Natural por Local de Residência entre 2011 e 2023 139
Tabela 114: Taxa de Crescimento Migratório (%) por Local de Residência 2021-2024 140
Tabela 115: Proporção (%) de Casamentos entre Portugueses e Estrangeiros por Local de Residência 2021-2024 140
Tabela 116: População Estrangeira (%) a Quem foi Concedido Título de Residência p/1000 habitantes por Local de Residência 2021-2023 141
Tabela 117: População Estrangeira (N.º) que Solicitou o Título de Residência por Género e Local de Residência entre 2021- 2023 141
Tabela 118: N.º de Solicitações de Títulos de Residência da População Estrangeira Oriunda da América Central e do Sul, Residente na Marinha Grande entre 2021 e 2023 143

Tabela 119: N.º de Solicitações de Títulos de Residência da População Estrangeira Oriunda do Continente Africano, Residente na Marinha Grande entre 2021 e 2023 144
Tabela 120: N.º de Solicitações de Títulos de Residência da População Estrangeira Oriunda da Ásia, Residente na Marinha Grande entre 2021 e 2023 144
Tabela 121: População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente (N.º) por Local de Residência entre 2021 e 2023 145
Tabela 122: Número de Atendimentos Presenciais CLAIM do Município da Marinha Grande por Local de Residência em 2024/2025 148
Tabela 123: Número de Atendimentos Presenciais CLAIM do Município da Marinha Grande por Continente e País de Origem em 2024/2025 149
Tabela 124: Número (N.º) e Variação Absoluta (N.º) de Crianças de Origem Não Portuguesa Matriculadas na Rede de Ensino Público, nos Anos Letivos 2021/2022 a 2024/25 no Concelho da Marinha Grande 152
Tabela 125: Descritivo do projeto "VoZ(C)ês que Migram – Musical de Encontros" 2025 157
Tabela 126: Jovens Inscritos (N.º) por Nacionalidade no Curso Nível II da EPAMG, Ano Letivo 2024/2025 158
Tabela 127: Jovens Inscritos (N.º) por Nacionalidade no Curso Nível IV da EPAMG em 2024/2025 ... 158
Tabela 128: Formandos por Continente e Naturalidade Inscritos em PLA A1+A2, Centro Qualifica AEPoente 2025 161
Tabela 129: N.º de Alunos Inscritos de Origem Não Portuguesa no ISDOM, Ano Letivo 2024/2025 ... 162
Tabela 130: Ranking das Nacionalidade das Pessoas imigrantes Inscritas no IEFP, Outubro 2024 ... 163
Tabela 131: Nível de Escolaridade da População Estrangeira Inscrita no IEFP Marinha Grande em outubro de 2024 165
Tabela 132: N.º de Indivíduos e Agregados de Etnia Cigana Residente no Concelho da Marinha Grande em 2015 e novembro de 2024 167
Tabela 133: Tipologia (N.º) dos Agregados Familiares da Comunidade Cigana Residente no Concelho da Marinha Grande em 2024 169
Tabela 134: Conceito de Pessoa em Situação de Sem Abrigo, ENIPSA2025 172
Tabela 135:Descritivo de Respostas de Apoio à População em Situação de Sem Abrigo 173
Tabela 136: Perfil Nacional das Pessoas em Situação de Sem Abrigo à data de 31/12/23 174
Tabela 137: Pessoas (N.º) em Situação de Sem Abrigo no Concelho da Marinha Grande em 2024 ... 175
Tabela 138: Género das Pessoas em Situação de Sem Abrigo no Concelho da Marinha Grande em 2024 176
Tabela 139: Nacionalidade das Pessoas em Situação de Sem Abrigo no Concelho da Marinha Grande em 2024 176
Tabela 140: Estado Civil das Pessoas em situação de Sem Abrigo no Concelho da Marinha Grande em 2024 178
Tabela 141: Pessoas em Situação de Sem Abrigo (N.º) por Motivos que Levaram à Condição de Sem Abrigo no Concelho da Marinha Grande em 2024 181
Tabela 142: Perfil Local das Pessoas em Situação de Sem Abrigo Sem Teto, à data de 31/12/24, do Concelho da Marinha Grande 182
Tabela 143: Perfil Local das Pessoas em Situação de Sem Abrigo Sem Teto, à data de 31/12/24, do Concelho da Marinha Grande 183

Tabela 144: Descrição do Projeto Casa Capaz: Capacitação e Reinserção 185
Tabela 145: Descrição do Projeto CASA 22- Apartamentos Partilhados 187

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Proporção de Titulares de Abono de Família por Escalão Etário no Concelho da Marinha Grande em 2024.....10
Figura 2: Proporção (%) de Titulares de Bonificação por Deficiência por Grupo Etário, Residentes no Concelho da Marinha Grande em 2023 e 2024.....12
Figura 3: N.º de Beneficiários com Processamento de RSI em 2023 e 2024, Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Grupo Etário 16
Figura 4: N.º de Beneficiários com Processamento de PSI, Residentes no Concelho da Marinha Grande, por Grupo Etário em 2023 e 2024 18
Figura 5: N.º de Beneficiários do Complemento por Dependência, em 2023 e 2024, residentes no concelho da Marinha Grande, por Grupo Etário 20
Figura 6: N.º de Requerentes de CSI, Residentes no Concelho da Marinha Grande por Grupo Etário em 2023 e 2024 22
Figura 7: N.º de Denúncias (%) Violência Doméstica Apresentadas às Forças de Segurança (PSP/GNR) do Concelho da Marinha Grande em 2024.....44
Figura 8: Grupos Etários (%) das Vítimas de Violência Doméstica Denunciadas em 2024 à PSP da Marinha Grande 46
Figura 9: Grandes Grupos Etários (%) das Vítimas de Violência Doméstica Denunciadas em 2023/2024 à GNR de Vieira Leiria.....47
Figura 10: Grupos Etários (%) dos Agressores de Violência Doméstica dos Casos Denunciados à PSP em 2024 48
Figura 11: Tipologias da Violência das Denúncias Registadas pela PSP das Freguesias da Marinha Grande e Moita em 2024 50
Figura 12: Situação da Vítima face ao Emprego (%) das Situações de Violência Doméstica Denunciadas às Forças de Autoridade (PSP e GNR) do Concelho da Marinha Grande em 2024.....52
Figura 13: Idade das Vítimas de Violência Doméstica por Grupos Etários Atendidas pelo CAVVDDL em 2023 e 2024 54
Figura 14: Nacionalidade (%) Das Vítimas de Violência Doméstica Atendidas pelo CAVVDDL (Dados Relativos ao Concelho da Marinha Grande) 2024 e 2023 56
Figura 15: Situação Laboral (%) das Vítimas de Violência Doméstica Atendidas pelo CAVVDDL (Dados Relativos ao Concelho da Marinha Grande) em 2023 57
Figura 16: Nível de Escolaridade (%) Das Vítimas de Violência Doméstica Atendidas pelo CAVVDDL (Dados Relativos ao Concelho da Marinha Grande) em 2023 e 2024 58
Figura 17: Comportamentos de Risco Identificados na População Jovem no Âmbito do Policiamento Comunitário a Crianças e Jovens Realizado pela PSP do concelho da Marinha Grande em 2024 65
Figura 18: N.º de Denúncias Registadas por Género das Vítimas no Âmbito do Policiamento Comunitário a Crianças e Jovens Realizado pelas Forças de Segurança do Concelho da Marinha Grande em 2024.....66

Figura 19: Origem (%) das Sinalizações Referenciadas pela Rede Formal à CPCJ no Concelho da Marinha Grande, 2033-2024 81
Figura 20: Proporção de Sinalizações Referenciadas pelas Entidades da Rede Informal de Apoio a Crianças e Jovens no Concelho da Marinha Grande, 2033-2024 81
Figura 21: Proporção de Problemáticas de Risco Sinalizadas em 2023 e 2024 à CPCJ por Tipologias 82
Figura 22: Proporção (%) de Medidas Aplicadas às Crianças e Jovens Acompanhados pela CPCJ 2023 e 2024 85
Figura 23: Crianças e Jovens (Nº) por Grupo Etário e Género, Sinalizados pelo NACJR em 2023 e 2024 87
Figura 24: Crianças e Jovens (%) Sinalizados ao NACJR por Tipologias e Subtipologias de risco em 2023 e 2024 89
Figura 25: Proporção de Crianças e Jovens do Sexo Feminino acompanhados em 2023/2024 por Género e Grupo Etário pelo CAFAP da "Crescer e Crer" 91
Figura 26: Proporção de Crianças e Jovens do Sexo Masculino acompanhados em 2023/2024 por Género e Grupo Etário pelo CAFAP da "Crescer e Crer" 92
Figura 27: Proporção de Núcleos Familiares Acompanhados pelo CAFAP, 2023 e 2024 92
Figura 28:Variação Relativa (%) dos Alunos ao Abrigo da Educação Inclusiva nos Agrupamentos Escolares da Marinha Grande nos Anos Letivos de 2021/2022 a 2023/2024 97
Figura 29: % de Crianças e Jovens NEE por Sexo Matriculadas nos Agrupamentos Escolares da Rede de Ensino Pública 2024/2025 no concelho da Marinha Grande 99
Figura 30: % de Crianças e Jovens NEE Matriculadas na Rede Pública de Ensino por Agrupamento Escolar, Ano Letivo 2024/2025 99
Figura 31:% de Crianças e Jovens NEE Matriculados na Rede de Ensino Pública por Grupo Etário em 2024/2025 100
Figura 32:% de Alunos NEE Matriculados nos Agrupamentos Escolares da Rede Pública de Ensino do Concelho da Marinha Grande por Nível de Escolaridade, Ano Letivo 2024/2025. 101
Figura 33: % de Crianças e Jovens NEE Matriculados na Rede de Ensino Pública por Agrupamento Escolar e Perturbações Diagnosticadas no Ano Letivo 2024/2025 no concelho da Marinha Grande. 102
Figura 34:% de Crianças e Jovens NEE Matriculados na Rede de Ensino Pública por Agrupamento Escolar e Escalão ASE no Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande 103
Figura 35: Medidas Aplicadas (%) às Crianças e Jovens NEE Matriculados na Rede de Ensino Pública por Agrupamento Escolar no Ano Letivo 2024/2025 no Concelho da Marinha Grande 104
Figura 36: Grupos Etários e Género dos Utentes Inscritos no CACI à Data de 31/12/2024 da APPACDM da Marinha Grande 110
Figura 37: Capacidade de realização das AVBD's dos Utentes Inscritos em CACI à data de 31/12/24 na APPACDM da Marinha Grande 111
Figura 38: Tempo de Permanência dos Utentes Inscritos no CACI à data de 31/12/24 da APPACDM da Marinha Grande 112
Figura 39: Utentes (%) por Existência ou Inexistência de Problemas nas Funções do Corpo Inscritos no CACI à data de 31/12/24 da APPACDM da Marinha Grande 113
Figura 40: Utentes (%) por Existência ou Inexistência de Problemas nas Funções do Corpo a Frequentar o Lar Residencial à data de 31/12/24 da APPACDM da Marinha Grande 115

Figura 41: Género e Grupo Etário (N.º) dos Utentes que Frequentam as Respostas de SAD da Rede Particular Solidária à Data de 31/12/24 do Concelho da Marinha Grande 122
Figura 42: Utentes (%) por Capacidade de Realização das Atividades Básicas da Vida Diária que Frequentam as Respostas de SAD da Rede Particular Solidária da Marinha Grande em dezembro 2024 123
Figura 43: Utentes (%) por Funções do Corpo das Respostas de SAD da Rede Particular Solidária da Marinha Grande em dezembro de 2024 124
Figura 44: Distribuição Geográfica da População Estrangeira em Território Nacional em 2022 138
Figura 45:Proporção (%) de População Estrangeira por Continente de Origem que Solicitou o Título de Residência entre 2021 e 2023 Residente no Concelho da Marinha Grande 142
Figura 46: Variação (%) de População Estrangeira por Continente de Origem que Solicitou o Título de Residência entre 2021 e 2023 Residente no Concelho da Marinha Grande 143
Figura 47: População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente (%) por Local de Residência entre 2021 e 2023 146
Figura 48: Variação (%) da População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente (%) por Local de Residência entre 2021 e 2023 146
Figura 49:% de Pessoas Atendidas por Documento de Identificação no CLAIM do Município da Marinha Grande 2024 e 2025 150
Figura 50: Proporção (%) de Crianças de Origem Não Portuguesa por Continente de Origem a Frequentar a Rede de Ensino Público em 2021/2022 e 2024/2025 153
Figura 51: Descritivo do Ranking de Crianças e Jovens de Origem Não Portuguesa Inscritas na Rede de Ensino Público em 2024/2025 155
Figura 52: Mapa Mundo das Crianças de Origem Não Portuguesa a Frequentar a Rede de Ensino Pública do Concelho da Marinha Grande em 2024/2025 156
Figura 53: N.º de Inscritos em Cursos PLA A1+A2 por Escalão Etário, Centro Qualifica AE Poente, Maio de 2025 160
Figura 54: N.º de Estrangeiros Inscritos no IEFP por Grupo Etário e Género em outubro de 2024 164
Figura 55:% de Estrangeiros Inscritos por Escalões Etários Inscritos no IEFP da Marinha Grande em outubro de 2024 164
Figura 56: Nível de Escolaridade (%) da População Estrangeira Inscrita no IEFP em outubro 2024 165
Figura 57: População (N.º) de Etina Cigana Residente no Concelho da Marinha Grande em 2006, 2022 e 2023 167
Figura 58: Pirâmide Etária da População de Etnia Cigana Residente, por Sexo e Grupo Etário no Concelho da Marinha Grande em 2024 168
Figura 59: Agregados Familiares de Etnia Cigana por Tipologia de Agregado Doméstico (%) Residentes no Concelho da Marinha Grande em 2024 169
Figura 60: Agregados Familiares (%) Beneficiários de RSI da População Cigana Residente no Concelho da Marinha Grande em 2024 170
Figura 61: Beneficiários (%) de Apoios Sociais da Comunidade Cigana com Menos de 18 anos Residentes no Concelho da Marinha Grande em 2024 170
Figura 62: Pessoas em Situação de Sem Abrigo (Nº) por Grupo Etário, a 31/12/24, no Concelho da Marinha Grande 177
Figura 63:: 177

Figura 64:Pessoas em Situação de Sem Abrigo (N.º) por Tempo de Permanência em Situação de Sem Abrigo, do Concelho da Marinha Grande 179
Figura 65: Pessoas em Situação de Sem Abrigo (Nº) por Nível de Escolaridade do Concelho da Marinha Grande em 2024 180

Diagnóstico Social da Marinha Grande

2026-2031

CAPÍTULO IV

Vulnerabilidades, Potencialidades e Prioridades de Intervenção

PRR Plano de Recuperação e Resiliência
REPÚBLICA PORTUGUESA
Financiado pela União Europeia NextGenerationEU
Marinha Grande Município

ÍNDICE

IV CAPÍTULO FINAL 3

Quadros Síntese Conclusiva, Análise SWOT e Prioridades de Intervenção 3

17. Vulnerabilidades e Potencialidades Territoriais **3**

17.1. Capítulo I – Caracterização Sócio Demográfica e Económica da População Residente **3**

17.2. Capítulo II – Dimensões Transversais de Análise **5**

17.3.Capítulo III - Dimensões Específicas de Análise **7**

18. Síntese Conclusiva: Grupos de Trabalho com Parceiros da Rede Social **11**

18.1. Proteção Social e Saúde **11**

18.2. Respostas Sociais: Inadequação e alargamento insuficiente do setor particular solidário **12**

18.3. Habitação Social **15**

18.4. Crescimento de Públicos Especialmente Vulneráveis **15**

18.5. Saúde Mental e Segurança **16**

Análises SWOT **18**

SWOT EDUCAÇÃO: Aprendizagem e participação ao longo do ciclo de vida **18**

SWOT FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE **20**

SWOT Habitação e Respostas Sociais **21**

SWOT Saúde e Segurança **23**

SWOT POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL – Públicos Especialmente Vulneráveis – Minorias **26**

19. Prioridades de Intervenção – O Modelo de Eisenhower **28**

IV CAPÍTULO FINAL

Quadros Síntese Conclusiva, Análise SWOT e Prioridades de Intervenção

17. Vulnerabilidades e Potencialidades Territoriais

17.1. Capítulo I – Caracterização Sócio Demográfica e Económica da População Residente

a) Demografia

	Demografia 2011-2021 Vulnerabilidades Fatores de Risco	Potencialidades Fatores de Proteção
Freguesias	**Distribuição territorial assimétrica** Declínio da população e perda de densidade populacional -freguesias da Moita e Vieira de Leiria	Crescimento populacional e aumento densidade populacional na freguesia da Marinha Grande e Concelho, continuidade em 2024 face a 2023 de 2%.
Grupos Etários	Perda de população nas freguesias da Moita e Vieira de Leiria até aos 49 anos de idade Perda de população na freguesia da Marinha Grande em grupos etários específicos e críticos: dos 30-39 e dos 0-9 anos Pirâmide etária base estreita e topo alargado – envelhecimento populacional	Potencial de integração e inclusão da população imigrante residente no território em idade ativa com impacto no alívio das estruturas demográficas.
Género	Masculinização da população na freguesia da Moita Feminização da população em Vieira de Leiria	Distribuição territorial por género mais equilibrada
Índices populacionais	Envelhecimento populacional em todas as freguesias e concelho: Aumento dos índices de dependência de idosos e total Decréscimo do índice de dependência de jovens Saldo natural negativo Taxas de natalidade reduzidas	Território atrativo para a população migrante, saldo migratório positivo em cenários de economia crítica face aos valores nacionais negativos (2011-2021).

b) Mercado de Trabalho e Tecido Empresarial

Mercado de Trabalho e Tecido Empresarial 2022-2024	Vulnerabilidades Fatores de Risco	Potencialidades Fatores de Proteção
Variação e Proporção	Setor dos serviços (terciário), dominante e com salários abaixo dos nacionais	Crescimento de novas empresas +12,3% em todos os setores. Indústria transformadora motor de atração com salários acima dos nacionais. Crescimento dos setores secundário nas áreas das atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares. Crescimento de setores da economia social
Setores dominantes	Assimetrias territoriais de distribuição das empresas, com concentração na freguesia urbana de 84% das empresas existentes no concelho. Setores dominantes em Vieira de Leiria associados a fatores endógenos de sazonalidade (turismo) com setor do alojamento e restauração dominante (1º).	Dinamismo empresarial dominante do setor secundário na freguesia da Moita (1º) e Marinha Grande (3º) com destaque para o crescimento de atividades económicas nas áreas da tecnologia e inovação.
Empregabilidade por Setores	Empregabilidade nas freguesias em decréscimo com exceção para o setor terciário na Moita e secundário em Vieira de Leiria.	Empregabilidade aumentou em todos os setores na freguesia da Marinha Grande. Visão de concelho positiva.
Estruturas	Micro e pequenas empresas com menos de 10 trabalhadores com 94% de peso	Território com capacidade empreendedora
Ganho médio mensal	Disparidades nos ganhos médios salariais entre setores e agudizado entre géneros, com diferenças superiores aos valores nacionais.	Ganho médio salarial superior ao ganho médio salarial nacional no setor secundário

Vulnerabilidades e Potencialidades Territoriais

17.2. Capítulo II – Dimensões Transversais de Análise

a) Eixo 5: Habitação

	Vulnerabilidades Fatores de Risco	Potencialidades Fatores de Proteção
5. Habitação	Número elevado de fogos desocupados por falta de obras de manutenção e reabilitação.	Diagnóstico de necessidades realizado: agregados domésticos unipessoais e alargados (70,7%) e condições indignas identificadas
	Vieira de Leiria predominam os agregados domésticos unipessoais, unipessoais com mais de 65 anos a sentir dificuldades e maior % de agregados com efetivos femininos e com efetivos todos os elementos reformados	Freguesia da Marinha Grande predominam os agregados em que todos estão empregados e menos % de população com 65+ a apresentar dificuldades
	Dificuldades no acesso ao mercado de arrendamento. Falta de incentivos e habitação a preços acessíveis para fixação da população jovem. Polarização da habitação.	Freguesia da Moita predominam agregados de famílias reconstituídas ou alargadas. Localidade que apresenta maior peso da população masculina.
	Parque Habitacional do Município com necessidade urgente de intervenção.	Estratégia Local de Habitação Municipal 2022 com diagnóstico de intervenção definido.

b) Eixo 6: Educação

	Vulnerabilidades Fatores de Risco	Potencialidades Fatores de Proteção
6. Educação	Apesar do aumento da população residente com o Ensino Superior, o seu peso no território é inferior a 50%.	Taxas de analfabetismo reduzidas e inferiores aos valores nacionais
	Disparidades de género da população com o Ensino superior predominantemente feminino e com ganhos médios salariais abaixo dos valores nacionais e dos efetivos com o ensino Secundário	Ganhos em literacia e instrução: redução da população até ao 3º CEB e aumento da população com o Ensino Secundário
	Taxas de analfabetismo nas mulheres o dobro que nos homens apesar dos maiores ganhos em literacia	Oferta alargada do ensino técnico profissional e aumento do técnico profissional superior Centros Qualifica com variedade de formação com vista à reconversão profissional e aumento das qualificações
	Taxa bruta de escolarização acima dos 100% revela excesso de crianças face ao número de crianças residentes (fenómenos de retenção e desistência e absorção de alunos de concelhos limítrofes)	Taxas de retenção substanciais no 2º ciclo e secundário. Retenção masculina no secundário.
		Dificuldades de alocação dos alunos e sobrelotação devido ao crescimento da população em idade escolar

c) Eixo 7: Emprego e Formação Profissional

	Vulnerabilidades Fatores de Risco	Potencialidades Fatores de Proteção
7. Emprego e Formação Profissional	Disparidades de género ganho médio mensal por setor de atividade	Taxa de emprego positiva
	Ganhos médios mensais das mulheres inferiores aos homens por setor nacionais e locais	Aumento da força de trabalho feminina
	Extensão da vida laboral acima dos 66 anos e Aumento da taxa de emprego a partir dos +45	Ganhos médios mensais dos homens superiores aos nacionais
	Retração do emprego na população jovem e jovem adulta até aos 44 anos	Ganhos médios acima dos nacionais nas áreas da indústria, construção, energia e água.
	Polarização do emprego	Formação profissional orientada e integrada com o mercado de trabalho
	Entre 2023 e 2024 aumento do número de beneficiários do subsídio de desemprego +15% (+290), 55% mulheres	Respostas para o emprego dirigidos aos públicos vulneráveis
	Desemprego jovem (25-34)	
	Precariedade do trabalho: contratos a termo e despedimento por parte da entidade trabalhadora	

d) Eixo 8: Saúde

	Vulnerabilidades Fatores de Risco	Potencialidades Fatores de Proteção
8.Saúde	Duplo envelhecimento: baixos níveis de natalidade e aumento da esperança de vida	Em 2024 cerca de 90% da população com médico de família
	Decréscimo de nados vivos de mães de origem portuguesa	Aumento de nados vivos de mães de origem não portuguesa
	Apesar de esperança média de vida mais elevada, o grupo das mulheres, a partir dos 65 anos apresenta média de vida de anos saudáveis	Taxas de mortalidade infantil inferiores aos valores nacionais
	Principais causas de morte: aparelho circulatório, respiratório e tumores malignos	Programas de saúde implementados de prevenção e capacitação dos profissionais e população
	Margem expressiva da população em situação de excesso de peso/obesidade	Programas de saúde mental nas escolas
	Respostas de saúde com listas de espera (ECCI;UCC;ULS) e níveis de dependência da população elevados	
	Pouca atratividade do setor (RH) e condições de trabalho desadequadas	
	Redução da atividade de serviço social e ambulatório de psiquiatria na ULSRL	

17.3. Capítulo III - Dimensões Específicas de Análise

Grupos Vulneráveis e Vulnerabilidades

a) Proteção Social

Grupos Vulneráveis	Vulnerabilidades 2023-2024 Proteção Social
Crianças e Jovens	• **Abono de Família**: Predominância de atribuições do 2º e 3º escalão do abono de família e crescimento entre 23-24 com maior incidência no 1º escalão na ordem dos 8,7% (+79 casos)
Crianças e Jovens com Deficiência	• **Bonificação por Deficiência**: Aumento das atribuições da bonificação por deficiência na ordem dos 7% (+22 absolutos), maioritariamente masculina e com crescimento nas faixas etárias até aos 14 anos
Pessoas com Deficiência e ou incapacidade	• Aumento de beneficiários de **PSI** (+4,4%; + 20 absolutos) com especial incidência nos escalões etários acima dos 50 anos.
Pessoas Pensionistas e/ou Idosas	• Regista-se um peso expressivo das **pensões** abaixo do limiar da pobreza (632€ mensais), em particular do género feminino e com disparidades acentuadas em relação ao género masculino, tornando os **pensionistas um grupo vulnerável em especial o género feminino.** • Aumento de 3,3% das atribuições do **complemento de dependência** com +42 beneficiários face a 2023 • Beneficiários maioritariamente femininos (65%) no total do concelho, em particular Vieira de Leiria com 72% de beneficiários femininos. • Aumento absoluto das atribuições ao grupo ≥85 anos de + 50 absolutos, superior ao valor total do concelho. • Crescimento de 36,6% de beneficiários de **complemento solidário de idosos** com + 188 atribuições e maioritariamente e 65% dos beneficiários do sexo masculino
Cuidadores Informais	• Aumento das atribuições em todas as freguesias com 50% dos cuidadores com estatuto deferido. • Feminização dos cuidados: 80% das atribuições a cuidadores femininos com aumento observável no sexo masculino de +13 estatutos e nas mulheres de + 29 estatutos materializado num crescimento de 54,5% • Cuidadores Informais maioritariamente nas faixas etárias dos 50-59 anos. • Quem cuida também precisa de ser cuidado na medida em que a função exige robustez física e mental pelo que quem cuida nestas idades encontra-se numa posição de vulnerabilidade já que 35,7% dos cuidadores informais têm mais de 60 anos de idade.

b) Comportamentos de Risco e Segurança

Grupos Vulneráveis	Vulnerabilidades 2022-2024 Comportamentos de Risco e Segurança
Vítimas de Maus-Tratos e Violência Doméstica	• Agravamento do fenómeno a nível local, aumento de 5,2% dos crimes de VD no território do concelho com valores superiores aos nacionais e regionais em 2022-2023 • Fenómeno predominantemente feminino em todos os contextos analisados, mas com tendência para crescimento de vítimas do género masculino com maior expressividade local do que nacional • Prevalência da violência na ordem dos 90% advinda de relações familiares com vínculos afetivos e de intimidade e Ex vínculos afetivos. • Tipologia da violência em todos os contextos predominantemente psicológica (1º) e física (2º), no seu conjunto atinge valores superiores a 90%. • Pessoas em **situação de violência especialmente vulneráveis**, uma mesma vítima pode estar sujeita a múltiplas formas de violência
Crianças e Jovens com comportamentos de risco	• Comportamentos de risco mais prevalecentes na população jovem identificados e sinalizados pelas **forças de segurança** em 2024: bullying (50%) e agressão (33%), totalizam 83% das sinalizações • Vítimas maioritariamente do sexo masculino
Crianças e Jovens em situação de risco e perigos	• Aumento de processos CPCJ instaurados, crescimento de 32% e aumento de + 32 processos • Problemáticas de risco mais sinalizadas à CPCJ: exposição à violência (35%) e negligência (21%)
	• Aumento da vulnerabilidade das famílias nucleares com aumento do acompanhamento da resposta CAFAP
	• Núcleo NACJR sinalizadas 59% de situações de risco elevado • Problemática de risco mais sinalizada é a negligência/privação • Aumento de sinalizações no sexo masculino
Pessoas com Deficiência e ou incapacidade	• Número reduzido de ações de sensibilização de proximidade por parte das forças de segurança, uma realizada em 2024.
Pessoas Pensionistas e/ou Idosas	• Número reduzido de ações de sensibilização de proximidade por parte das forças de segurança, três realizadas em 2024

c) Respostas Sociais e Serviços Sociais

	Vulnerabilidades 2023-2024 Respostas e Serviços Sociais
Pessoas Adultas com Deficiência	• CACI e Lar Residencial na capacidade máxima e com listas de espera.
Crianças e Jovens	• **Creche**: Aumento de aderentes à medida creche feliz. Respostas na capacidade máxima e com listas de espera • Existência de um potencial mercado de amas e inexistência de amas vinculadas à segurança social • **Educação Pré-Escolar** da rede particular solidária e da rede privada lucrativa com metade dos lugares ocupados face à capacidade total. Taxa de ocupação mais elevada no setor particular solidário de 71%
Crianças e Jovens com Deficiência e/ou Perturbações do Desenvolvimento	• Aumento de crianças NEE em acompanhamento na rede de ensino pública e listas de espera para as respostas da comunidade • Insuficiência de Respostas Específicas e Recursos Especializados quer em espaço escolar quer na comunidade.
Pessoas Idosas	• Desadequação da Resposta de SAD e CD às necessidades da população idosa, com características de maior dependência e com ausência/insuficiência de suporte familiar. • ERPIS na capacidade máxima, com listas de espera extensas e tempo de espera elevado para vaga comparticipada • Aumento da capacidade do setor privado lucrativo (+3 respostas em Vieira de Leiria e +1 na Marinha Grande e alargamento do setor solidário (+56 lugares) insuficiente face às necessidades da população

d) Grupos Especialmente Vulneráveis: Minorias

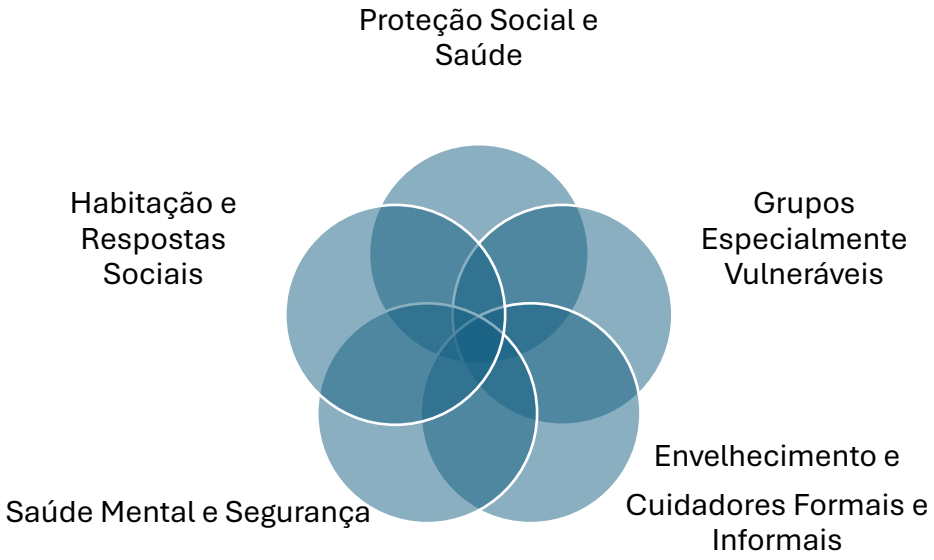
	Vulnerabilidades 2023-2024 Grupos Especialmente Vulneráveis
Pessoas em Situação de Sem Abrigo	• Pessoa em situação de sem abrigo, reformulação do conceito com inclusão de situações de alojamento precário e em risco classificadas como sem abrigo • Na Marinha Grande, dos 116, 90,5% são sem teto e 9,5% sem casa. • 86% são de nacionalidade portuguesa e tem-se verificado um aumento de casos de outras nacionalidades. • Do total de pessoas em situação de sem abrigo, 38% tem menos de 18 anos e que corresponde a crianças e jovens da comunidade cigana, residentes no concelho. • Das pessoas identificadas sem casa, 73% encontram-se na faixa etária dos 45-64 anos, encontrando-se em situação de vulnerabilidade face a questões de saúde, bem-estar e dificuldades de integração no mercado de trabalho. • 66,4% são solteiros o que poderá refletir destruturação familiar • Exclusão habitacional crónica: 35,3% há mais de 10 anos em situação de sem abrigo • 61% com nível de instrução até ao 1º ciclo • Causas: insuficiência económica, dependência do álcool e substâncias psicoativas; problemas de saúde mental e outras
Comunidade Cigana	• Crescimento da comunidade cigana. Entre 2017 e 2024 na ordem dos 72,1% (+121) indivíduos, inseridos em (+16) agregados familiares. • Pirâmide demográfica com base alargada e topo estreito: Estrutura etária jovem • 60% com idades até aos 19 anos • 50,4% com idade até aos 14 anos; 22,5% raparigas e 27,9% rapazes • 42% em idade fértil • Precariedade habitacional e em situação de sem abrigo (conceito NPISA)
Pessoas Imigrantes	• Crescimento da população residente de +7% face a 2021, com + 3012 pessoas imigrantes e uma representação de 10,9% da população residente coloca desafios à integração e inclusão deste grupo específico • Pedidos de títulos de residência com maior expressividade: 1º América Central e do Sul com destaque para o Brasil; 2º Ásia com destaque para a Índia e 3º África com destaque para pessoas oriundas dos PALOP´s • Desigualdades intra imigrantes devido à barreira linguística e cultural • Mulheres imigrantes em situação de especial vulnerabilidade: recorrem com maior expressão aos serviços do CLAIM e estão inscritas em maior número nos serviços de apoio ao emprego • População desempregada imigrante em novembro de 2024, com maior expressividade na população feminina. População imigrante inscrita no IEFP na ordem dos 28%, advindos de 28 nacionalidades sendo a mais expressiva a indiana e com maior peso nos escalões etários 25-49 anos • Ações de Formação de Português Língua de Acolhimento através do Centro Qualifica Poente com listas de espera e 84% dos formandos de nacionalidade Indiana. • Dificuldades no processo de reconhecimento da escolaridade da população imigrante • Rede pública de ensino com acolhimento de 48 nacionalidades, estando ativas 33 nacionalidades em 2024/2025 com + 505 crianças face a 2021/2022 com maior expressividade para crianças advindas do Brasil, Índia e Ucrânia.

18. Síntese Conclusiva: Grupos de Trabalho com Parceiros da Rede Social

No seguimento dos grupos de trabalho realizados com os parceiros da rede social em Abril de 2025, são considerados os seus contributos advindos da experiência empírica adquirida através da observação e da prática profissional com grupos vulneráveis na identificação das barreiras e constrangimentos de atuação que limitam o acesso destes aos direitos fundamentais.

Por conseguinte, são apontadas como vulnerabilidades territoriais as seguintes dimensões:

Vulnerabilidades Territoriais e Grupos Vulneráveis



18.1. Proteção Social e Saúde

a) Limitações no acesso e celeridade na obtenção do atestado de incapacidade multiusos

Dificuldades e demora na obtenção de atestados de doença multiusos com um intervalo de tempo de obtenção de 2 a 3 anos pelo que muitas vezes a recomendação das equipas passa por realizar o pedido num centro de saúde fora da área de residência, o que determina limitações no acesso ao atestado.

Este constrangimento limita o acesso a vários apoios sociais, fiscais e económicos para quem apresenta um grau de incapacidade igual ou superior a 60%.

Entre os direitos abrangidos para pessoas com atestado multiusos de incapacidade de 60% estão benefícios fiscais de IRS, acesso a prestações sociais; acesso a serviços de saúde através da isenção das taxas moderadoras, medicação comparticipada e produtos de apoio técnico.

Na habitação e mobilidade, o acesso ao crédito de habitação bonificado (taxas de juro mais baixas), isenção de IMI, descontos nos transportes públicos e cartão de estacionamento. No emprego e educação, acesso a quotas de emprego para pessoas com deficiência, o horário de trabalho flexível e outras adaptações no local de trabalho, bolsas de estudo e contingente especial para acesso ao ensino superior.

b) Insuficiência de Resposta Imediata a pessoas que carecem de produtos de apoio.

O Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA) responde às pessoas com deficiência ou incapacidade, de forma a compensar e atenuar limitações e restrições. Os pedidos são atendidos, por ordem de apresentação do requerimento devidamente instruído e sempre em articulação com os competentes serviços de saúde que prescrevem o produto de apoio.

Contudo, o concelho carece de mais respostas para situações de urgência e de emergência social, como sejam, os bancos de ajudas técnicas ou recursos complementares e alternativos ao SAPA, que disponham de produtos para atribuir a pessoas que necessitam de uma resposta imediata ou mais célere.

c) Dificuldades no acesso aos serviços de saúde de forma contínua e de obtenção de avaliação diagnóstica e apoio na doença, sobretudo nas áreas da saúde mental e neurológica em todas as faixas etárias, com especial enfase na população idosa e infantil/juvenil com problemáticas de risco e perigo associados.

18.2. Respostas Sociais: Inadequação e alargamento insuficiente do setor solidário

18.2.1. Envelhecimento da população com aumento das pessoas com 75+ anos e feminização do envelhecimento nas idades maiores

Portugal é atualmente (2025) o segundo país mundo mais envelhecido, com especial destaque para a população feminina cuja esperança média de vida aos 65+ anos é mais elevada do que nos homens, e cujos anos com qualidade de vida acima dos 65 anos é inferior à dos homens. De acordo com o relatório da EAPN (2024) "Pobreza e Exclusão Social em Portugal", "A incidência da vulnerabilidade nas mulheres apresenta-se sobretudo nas faixas etárias mais avançadas, reflexo da desigualdade ao longo do ciclo de vida e dos baixos rendimentos." Os dados territoriais confirmam esta realidade.

a) População idosa

Respostas de SAD, CD e ERPI que carecem de ser ajustadas e adequadas face às novas problemáticas do envelhecimento e da longevidade.

Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário

Respostas de CD e SAD com necessidade de personalização e especialização de cuidados devido aos níveis de dependência física e/ou mental dos utentes e com fracas redes de suporte familiar, situação vivenciada atualmente pelas IPSS´s e que compromete o cumprimento dos objetivos definidos nos acordos de cooperação.

Os indicadores dos serviços mais requisitados da resposta de Centro de Dia revelam a necessidade do apoio de outra pessoa para a realização das atividades e por sua vez dependência: transporte (mobilidade) e alimentação (confeção refeições) e no SAD a realização da higiene pessoal.

Tendo como exemplo, a necessidade de transporte para a frequência de Centro de Dia, o número de viaturas para a concretização de uma rotina diária ajustada às necessidades de uma população idosa dependente tem de considerar: o tempo em que é executado o serviço, o número de recursos humanos e a relação direta com as necessidades físicas e emocionais dos utentes, o que pode limitar a qualidade e rentabilização dos serviços e recursos e comprometer os objetivos, interesses e responsabilidades assumidas nos acordos de cooperação. Assim mesmo existindo vagas, as instituições sentem dificuldades em integrar utentes que não conseguem assegurar a sua própria deslocação.

Devido à fragilização das redes de suporte familiar ou inexistência do mesmo, é sentida a necessidade de reavaliar e ajustar os horários dos serviços de apoio à população idosa devido ao aumento do número de pessoas em condição de isolamento social e solidão.

Observa-se também a existência de um potencial mercado informal de cuidados a pessoas dependentes e idosas, nomeadamente ao nível de trabalhadores independentes de prestação de serviços que carece de ser conhecido, para promover eventual apoio e enquadramento.

Por conseguinte, a resposta da SAD encontra-se desajustada. Está orientada para pessoas com suporte familiar com o objetivo de aliviar a carga física e emocional e ajudar a conciliar a vida profissional e familiar do agregado familiar, quando se observa, do acompanhamento e dificuldades sentidas pelas IPSS e profissionais, a destruturação dos laços familiares e redes de suporte distantes ou inexistentes, bem como, na ótica das famílias mais próximas e participantes, os horários incompatíveis com a sua realidade laboral.

A inexistência de acordos atípicos no tem implicado o encarecimento de serviços prestados ao fim de semana e colocado em causa o acesso deste serviço por parte de pessoas com insuficiência

económica ou a procura dos serviços em zonas fora dos limites do território com resposta a sete dias da semana.

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Alargamento de respostas de apoio à população idosa e com incapacidade insuficiente face às necessidades (Listas de espera, taxa de ocupação 100% e crescimento da população idosa). Existe necessidade de mais lugares na área de cuidados e apoio permanente a pessoas com incapacidade e dificuldades na realização das ABVDS. A existência de listas de espera e o fato da população que frequenta apresentar-se estável, a frequentar a resposta durante vários anos (maioritariamente 5 a 10 anos) determina uma baixa rotatividade.

O crescimento do setor privado e crescimento nulo de novas respostas do setor social solidário potencia a exclusão do acesso às estruturas de apoio, de idosos economicamente desfavorecidos e especialmente vulneráveis.

b) População com Deficiência ou Incapacidade e/ou Perturbações do Desenvolvimento

Respostas de ERPI que aglutinam população com menos de 65 anos com problemáticas associadas á deficiência devido à não existência de vagas em Lar Residencial para esta população.

A utilização das respostas de CACI e LAR Residencial atingem os 100% estando atualmente o Lar Residencial em processo de alargamento de + 6 lugares, número que continuará a ser insuficiente para responder às necessidades.

Crianças diagnosticadas com perturbações do desenvolvimento sem resposta de acesso aos equipamentos de apoio à infância nas entidades públicas e privadas do concelho.

c) Infância e Juventude

Respostas para a Infância com capacidade máxima atingida e taxas de ocupação de 99,5% nas valências de creche, com alargamento de lugares no setor particular solidário.

Apesar da adesão acima dos 90% das creches à medida creche feliz, com taxas de ocupação acima dos 90%, ainda não existe resposta para as famílias que trabalham no setor industrial cuja necessidade de apoio pode ir além das 8h diárias e em regime noturno.

Nesta área não estão registadas as amas com enquadramento pelo Instituto de Segurança Social no território da Marinha Grande, contudo o mercado informal existente, é um segmento relevante que importa compreender e conhecer.

18.3. Habitação Social

a) População em Risco e em Situação de Sem Abrigo

População em situação de especial vulnerabilidade, sem abrigo maioritariamente numa situação de exclusão social crónica e há mais de 10 anos.

Existe um aumento do número de situações de risco social, associadas a situações de despejo e uma classe média com dificuldades para assegurar o pagamento do arrendamento no mercado livre, face ao aumento dos preços praticados.

Aumento do número de situações de intervenção na crise sem resposta devido a situações de subarrendamento ou falta de comprovativos de renda o que mostra uma tendência para possíveis irregularidades do mercado do arrendamento. Necessidade de fixar famílias jovens no território com rendas a preços acessíveis.

Necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a integração habitacional da população imigrante.

18.4. Crescimento de Públicos Especialmente Vulneráveis

a) Comunidade Cigana

Crescimento da população de etnia cigana associado, não só à elevada natalidade, bem como à migração de outras localidades. Sublinha-se a existência de um grupo residente em acampamento que apresenta maior vulnerabilidade.

Pessoas Imigrantes

No âmbito do colhimento e integração da população imigrante as barreiras prioritárias identificadas na área da formação e capacitação e empregabilidade revelam:

- Pessoas oriundas do continente Asiático (índia, Bangladesh, Paquistão...) com maiores dificuldades de integração devido à barreira da língua. Existência de desigualdades Intra imigrantes devido à barreira da língua e cultura.
- Procura por formação em língua portuguesa reconhecida pela AIMA.
- Existência de lista de espera de cerca de um mês até ao início da formação no centro qualifica para cursos de PNL A1+A2. Dificuldades de obtenção de equivalência de certificação escolar, estrangeiros qualificados sem reconhecimento das habilitações em Portugal.
- O desemprego da população imigrante sobretudo feminino e sem equivalência escolar no mercado de trabalho, 30% dos desempregados à data de novembro de 2024 são imigrantes, 28

nacionalidades distintas e maioritariamente com o secundário (64%), integração no mercado de trabalho maioritariamente em funções indiferenciadas ou muito pouco qualificadas.

A dificuldade no acesso aos serviços devido a barreiras linguísticas determina o surgimento e aproveitamento de redes regionais e grupos organizados de exploração à imigração clandestina e de imigrantes, tornando-o um grupo exposto e vulnerável a situações de sem abrigo devido à inadaptação e exploração. Necessidade de flexibilizar a lei do retorno e reforçar ou criar estruturas de apoio à população sem abrigo.

Observa-se o crescimento de atitudes e comportamentos de desconfiança e discriminação, relativamente a crianças de minorias a frequentar o ensino público.

Insuficiência de recursos humanos nas escolas capazes de responder aos desafios do acolhimento das crianças e famílias estrangeiras.

b) Pessoas em Situação de Sem Abrigo

Aumento da população sem abrigo de origem portuguesa e não portuguesa. Envelhecimento da população em situação de sem abrigo e expressividade de situações de exclusão habitacional crónica. Falta de respostas na área da saúde mental dificulta a ação integrada junto desta população que apresenta quadros de vulnerabilidade complexos com múltiplas problemáticas de risco associadas como patologias de saúde mental, dependência do álcool ou substâncias psicoativas ou a fragilidades de rede familiar.

18.5. Saúde Mental e Segurança

a) Violência Doméstica e Maus-Tratos

Território sensível em questões de maus-tratos e violência doméstica, população vítima de violência maioritariamente feminina, mas com tendência para crescimento de vítimas do sexo masculino, com valores territoriais superiores aos nacionais. Aumento de crianças e jovens em situação de exposição à violência. Procura do território por parte de públicos vulneráveis (pessoas com estatuto de vítima) para residir e com necessidades de acompanhamento psicológico.

b) Insuficiência de Respostas na Saúde Mental (Psicologia e Psiquiatria)

Existência de listas de espera para serviço de apoio psicológico na comunidade.

Inexistência de um gabinete ou atendimento e apoio à vítima especializado, sendo recorrente a fixação de população com estatuto de vítima no nosso território devido ao dinamismo económico do concelho. Falta de respostas de saúde mental para a população, sobretudo infantil, jovem e idosa.

c) Desconhecimento das Medidas de Apoio aos Cuidadores Formais e Informais

Nos constrangimentos e vulnerabilidades identificadas remete-se para a necessidade constante de atualização dos conhecimentos de prestação de cuidados por parte dos cuidadores informais e formais, devido à crescente necessidade da especialização dos cuidados como resposta a situações de comorbilidade e dependência, com o aumento do peso da população com 75+anos em todas as respostas sociais, assim como da realização de um planeamento ao nível do envelhecimento dado que as famílias, na sua maioria, recorrem às respostas sociais em situações agudas e de crise.

Neste âmbito reconhece-se o ainda desconhecimento das famílias e idosos em relação a direitos como o estatuto do cuidador principal e não principal ou regime do maior acompanhado assim como no âmbito do cuidar no que respeita à identificação e prevenção de situações de negligência, maus-tratos ou violência em idosos ou pessoas dependentes.

d) Pessoas com Consumos Aditivos

De acordo com a análise efetuada observa-se entre 2023 e 2024, aumento de pessoas dependentes do consumo de álcool e jovens com consumos problemáticos.

Articulação e encaminhamento por parte das entidades locais de apoio à população com consumos, dificultado por falta de respostas da saúde, nomeadamente de recursos do CRI da Marinha Grande que à data de Abril de 2025 não possuía médico, nem psicólogo, recorrendo em alternativa ao CRI de Leiria.

A procura por parte da população de pedido de informações junto da ANO II para fins de pedidos de tratamento é recorrente, contudo existem dificuldades de resposta dado que a ANO II não possui competências para prestar tratamentos.

A Resposta do CRI da Marinha Grande é insuficiente face às necessidades de intervenção.

Existem dificuldades no acesso ou inexistência de dados estatísticos locais sobre a população, em particular jovens com comportamentos de consumo e aditivos.

Análises SWOT

SWOT EDUCAÇÃO: Aprendizagem e participação ao longo do ciclo de vida

Forças	Fraquezas
• Projetos de intervenção comunitária promovidos por associações e IPSS do concelho que prestam apoio ao nível psicossocial e pedagógico aos educandos e suas famílias; • Projetos escolares orientados para a diversidade, multiculturalidade, desenvolvimento motor e mental saudável, práticas artísticas, desportivas e ambiente; • Boa integração urbana da maioria das escolas na envolvente próxima e facilidades de acesso (transporte público); • Rede alargada do parque escolar e com capacidade de reestruturação; • Medidas de inclusão social no âmbito dos apoios socioeducativos e escola a tempo inteiro; • Articulação da comunidade educativa que permite a redução do isolamento das escolas, reforço no combate à indisciplina e redução do insucesso escolar; • Aumento do número de projetos municipais educativos integrados (cultura, desporto, participação e inclusão social); • **Crianças e Jovens com comportamentos de risco** • Comunidade escolar empenhada e atenta aos comportamentos de risco das crianças e jovens; • **Pessoas Idosas** • Oferta de respostas e serviços que promovem a aprendizagem ao longo da vida e potenciam a participação e autonomia; • Projetos envolventes e promotores do envelhecimento ativo, intergeracionalidade e de empoderamento da terceira idade na comunidade;	• **Estruturais:** • Sobrelotação das salas de aula devido ao aumento da população em idade escolar, sobrelotação em alguns estabelecimentos; • Necessidade de mais Equipas Multidisciplinares em contextos educativos; • Baixo número de assistentes operacionais e técnicos no agrupamento com necessidades de formação permanente; • **Crianças, Jovens e Famílias:** • Fraca literacia digital dos alunos e encarregados de educação; **Crianças e Jovens Imigrantes:** • Níveis de desempenho dos alunos de nacionalidade não portuguesa inferiores dos alunos de nacionalidade portuguesa; • Insuficiência de meios e recursos humanos para o acolhimento de alunos de nacionalidade estrangeira; • **Crianças e Jovens com comportamentos de risco** • Crescimento de fenómenos de indisciplina e défice de valores de cidadania; • Aumento dos comportamentos de risco: bullying e ciberbullying; violência no namoro; consumo de substâncias ílicitas; • **Crianças e Jovens em Situação de Exclusão Social:** • Aumento do número de alunos com Ação Social Educativa; • Baixa monitorização situações de abandono/risco/carência económica; • Número alargado de horas diárias de permanência das crianças em meio escolar; • **Crianças NEE e Perturbações do Desenvolvimento:** • Carência de profissionais especializados no apoio a alunos com necessidades especiais.

Oportunidades	Ameaças
• Estratégia de Educação para a Cidadania, como ferramenta para uma cidadania ativa e crítica; • Comunidade educativa empenhada; • Boa articulação entre as Escolas e o Município; • Associações de pais dinâmicas e participativas; • Implementação de programas potenciadores do sucesso escolar (PICIE), diversificados e promotores dos direitos das crianças • Multiculturalidade: preparação para o mundo global e enriquecimento cultural; • PRR – Obras de Requalificação dos Estabelecimentos Escolares e construção da 1ª Residência de Estudantes no concelho	• Diminuição da capacidade financeira das famílias; • Alterações constantes na legislação sobre a organização do sistema educativo; • Desafios da Multiculturalidade: barreiras linguísticas, desigualdades sociais e potencial crescimento de barreiras étnicas e estereotipadas por parte das famílias e comunidade • Execução dos projetos educativos no âmbito do PRR com atrasos ao nível da execução

SWOT FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE

Forças	Fraquezas
• Oferta formativa diversificada, adaptada a diferentes públicos e potenciadora da aprendizagem ao longo da vida e reconversão profissional; • Território com forte componente de formação técnico profissional e técnico profissional superior; • Centros de Formação de Gestão Participada potenciadores de formação e qualificação orientada para as empresas e colaboradores dos setores do vidro e dos moldes; • Aumento da qualificação da população residente e taxas de analfabetismo reduzidas com maior crescimento na instrução da população feminina; • Ganhos médios mensais acima dos valores nacionais para população com o 12º ano; • **Pessoas Imigrantes:** • Protocolo Formação EFA Tecnológico CNC – parceria com CPLP – Cabo Verde; • **Pessoas com + 65 anos:** • Aumento da população com 65+ anos a frequentar formação de requalificação profissional e respostas de educação não formal (universidades séniores);	• Apenas uma oferta privada de ensino superior; • Maior aposta local no Ensino superior ou de projetos entre o ensino superior e o mercado de trabalho, nomeadamente as empresas; • Desemprego maioritariamente sentido na população feminina de origem portuguesa e não portuguesa e de emprego protegido para públicos específicos; • Crescimento de situações de desemprego da população com 12º ano escolaridade; • Aumento da taxa de emprego da população com mais de 45 anos; • Perda de população e diminuição da população e taxa de emprego na população com menos de 39 anos; • Ganhos médios mensais para a população com o Ensino Superior inferiores aos Nacionais; • Disparidades salariais entre géneros, com as mulheres a ganhar menos do que os homens e com diferenças salariais superiores aos valores nacionais; • Preços de habitação elevados e trabalho temporário imprimem precariedade e instabilidade à vida das famílias e pessoas que procuram o território para se fixar; • Polarização do emprego; • Estruturas desadequadas e sem condições para a mobilidade e conforto da população que utiliza os transportes públicos e privados

Oportunidades	Ameaças
• Território atrativo em termos de emprego para todos os públicos, com potencial de fixação da população • Programa PRO_MOV (requalificação) • Programa Integrar	• Envelhecimento demográfico da população e perda de população jovem a nível Nacional e Local • Falta de alternativas de transportes públicos, ferrovias inadequadas à mobilidade da população empregada ou em formação • Precariedade do emprego e instabilidade do trabalho temporário. • Indefinição e atrasos da reabilitação da linha ferroviária e localização e traçado do TGV **População vulnerável com deficiência e/ou perturbações do desenvolvimento:** • Incerteza da realização de novos cursos de formação dentro do novo Quadro Comunitário Pessoas 2030.

- CRQE dificuldades em adequar a dotação orçamental às necessidades e número elevado de formandos propostos .

SWOT Habitação e Respostas Sociais

Forças	Fraquezas
• **Habitação Social:** • Aprovação da ELH (2022) e visão interna da necessidade de aumento do Parque Habitacional do Município; • **Respostas Sociais**: • Alargamento de lugares em Respostas Sociais de ERPI, Creche e Lar Residencial; • Crescimento do setor da Economia Social com destaque para as atividades de apoio social com destaque para o setor privado;	• **Habitação Social:** • Aumento da exclusão social de famílias de classe média sem acesso à habitação ou a uma habitação digna a preços razoáveis e não enquadradas em habitação social ficando em situação de privação; • Aumento dos fenómenos de subarrendamento; • Aumento dos agregados familiares unipessoais; • Fogos desocupados em situação crónica a necessitar de reabilitação urgente; • Falta de investimento em habitação jovem a preços acessíveis; • **Respostas Sociais e alojamentos temporários** • Desajustadas ou inexistentes face às necessidades da população mais vulnerável; • Com listas de espera e tempos de espera elevados; • **Idosos e população dependente de cuidados:** • Respostas sociais e de saúde estão na sua capacidade máxima e com lista de espera extensa; • Equipamentos desajustados (estrutura e recursos humanos) à problemática da dependência cognitiva e motora da pessoa idosa nas respostas de SAD e CD; • Inexistência ou planeamento tardio das famílias e do idoso sobre as problemáticas do envelhecimento, nomeadamente a dependência física e mental; • Necessidade de alargar respostas de SAD e acordos para resposta aos fins de semana e em horários mais alargados, de preferência 24h; • Grande sinalização de idosos em isolamento e exclusão social sem respostas; • **População com Deficiência (incapacidade ou Perturbações do Desenvolvimento:**

- Inexistência de respostas de âmbito não institucional como o SAVI (serviço de apoio à Vida Independente) ou o SAD para pessoas com deficiência e perturbações do desenvolvimento;
- Respostas de Lar Residencial e CACI sem vagas e com listas de espera;
- Aglutinação das pessoas com deficiência em respostas de apoio a idosos ou pessoas com incapacidade, como é o caso das ERPI;
- Falta de recursos e equipas especializadas e burn out dos cuidadores formais;
- **Crianças e Jovens:**
- Lista de espera e creches na sua capacidade máxima;
- **População em Situação de Sem Abrigo:**
- Crescimento de situações de risco de despejo;
- Falta de respostas de habitação transitórias para população em situação de sem abrigo crónica (ex. Housing first) e para situações de emergência social;

Oportunidades	Ameaças
• Fundos Comunitários Europeus: PRR • **Idosos** • Crescimento de respostas inovadoras: Centros de Dia especializados para a Demência; Habitação Colaborativa e Comunitária; • Vários programas nacionais com vista ao financiamento de projetos da área do envelhecimento ativo e apoio aos cuidadores; • **Infância:** • Medida Creche Feliz; • Programa da Garantia de Apoio para a Infância; • Vários programas nacionais com vista ao financiamento de projetos da área da infância e Inclusão social de crianças e jovens com deficiência;	• **Habitação Social:** • Execução da Estratégia Local de Habitação com atraso de execução; • Polarização no acesso à habitação; • Baixo Investimento em habitação pública face a outros países da EU; • **Respostas Sociais e Alojamentos Temporários:** • Lista de espera para a resposta de ERPI e dificuldades no encaminhamento de pessoas vulneráveis a nível local e nacional; • Desadequação da legislação dos equipamentos sociais face a novas problemáticas da população (patologias neurológicas e mentais, aumento da população 75+, destruturação das famílias); • Carência económica das famílias face aos custos dos serviços; • Restruturação e complexidade das novas formas de organização familiar, redes de suporte familiar insuficientes, fragilizadas ou inexistentes; • Crescimento insuficiente de novas respostas e alargamento insuficiente do setor particular solidário e crescimento do setor privado com potencial de exclusão dos grupos vulneráveis;

SWOT Saúde e Segurança

Forças	Fraquezas
• **Estruturais e de Recursos Humanos:** • Capacidade de resposta dos cuidados de saúde primários e hospitalares reforçada com a nova configuração do modelo de funcionamento em ULS; • Capacidade de resposta da população inscrita nos cuidados de saúde primários com acompanhamento de saúde (médico de família atribuído) nos 90%; • Equipas multidisciplinares resilientes e com espírito de missão e com representação em vários programas comunitários; • Programas de saúde de apoio à população transversais ao ciclo de vida do indivíduo; • Aposta na formação e capacitação das equipas; • Recrutamento de profissionais de saúde recorrendo a médicos aposentados para suprir falhas na esfera da ULS RL; • Aposta na humanização dos cuidados e relação de proximidade com os utentes e famílias através da capacitação para os cuidados e apoio psicossocial; **Crianças e Jovens:** • Aposta na prevenção de comportamentos de risco e promoção da literacia para a saúde da população através de ações de sensibilização na comunidade e em meio escolar; • Consultas de Saúde Infantil; • Problemas de saúde mental em crianças e jovens e insuficiência de respostas; • **Crianças e Jovens com comportamentos de risco/perigo:** • Boa articulação entre parceiros, trabalho em rede eficaz na área da infância e dos comportamentos de risco;	• **Estruturais e de Recursos Humanos**: • Falta de recursos humanos especializados para execução de alguns programas de saúde em desenvolvimento e com lista de espera; • Falta de recursos físicos e materiais para o desenvolvimento de alguns projetos; • Resposta dos Cuidados Hospitalares da Região de Leiria ao nível da obstetrícia e ginecologia restringida e redução de consultas por falta de profissionais; • No âmbito da UCC: baixa referenciação por parte de outras ULS com adultos e crianças internados com necessidade de cuidados diferenciados da área de abrangência da Marinha Grande; • Referenciações tardias associadas a quadros de saúde instáveis e necessidades de cuidados hospitalares; • Baixa referenciação de algumas unidades funcionais integradas na instituição de saúde; • ULS da Marinha Grande com parcas condições estruturais de trabalho para os profissionais e de conforto para os utentes com necessidade urgente de requalificação; • **Pessoas com comportamentos de risco e aditivos**: • Dificuldades de articulação para a referenciação na área de intervenção dos comportamentos aditivos, falta de resposta adequada de outros parceiros de saúde; • Auto perceção e consciencialização dos riscos de saúde insuficiente na população inscrita (índices de atividade física, auto perceção do peso, hábitos de consumo de tabaco) e que reflete em falta de literacia em saúde; • Aumento dos problemas ligados à saúde mental e às adições; • **Crianças e Jovens com comportamentos de risco:** • Famílias das crianças em situação de risco sinalizadas maioritariamente monoparentais ou alargadas com maior risco de pobreza associado;

- Apoio Psicossocial e Gabinetes de Apoio à população jovem na freguesia de Vieira de Leiria para a referenciações de crianças e jovens em situação de perigo;

Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade

- Boas acessibilidades no acesso aos cuidados de saúde (geomorfologia da cidade plana);
- **Pessoas Idosas:**
- Aposta das organizações e comunidade em atividades de promoção do envelhecimento ativo e saudável e intergeracionalidade;
- Projetos de envelhecimento ativo promotores da participação social dos idosos e da promoção de autonomia de forma a retardar a dependência e a Institucionalização;
- Existência de programas de capacitação para o apoio aos cuidadores formais e informais;
- Apoio Psicossocial e Gabinetes de Apoio à população no Município para a comunidade em geral;
- **Pessoas Vítimas de Violência Doméstica:**
- Rede Local de Prevenção da Violência ao Longo do Ciclo de Vida desde Junho 2019;
- Atendimento a pessoas vítimas de violência doméstica fora do território permite à vítima agir fora do meio informal de controlo da comunidade;

- Constrangimentos com obtenção do consentimento de intervenção para a referenciação: falta de dados de identificação das crianças e progenitores; falta de informação sobre os fatos que consubstanciam o perigo;
- **Crianças e Jovens com perturbações do desenvolvimento:**
- Rejeição do diagnóstico da criança com perturbações do desenvolvimento por parte dos pais, alguns pais não aceitam a intervenção da equipa local para a intervenção precoce, apesar da referenciação e diagnóstico realizado pelo Hospital;
- Processos de referenciação de NEE/perturbações do desenvolvimento com tipologia da perturbação de origem desconhecida;
- Necessidades identificadas de reforço das equipas multidisciplinares da Equipa Local de Intervenção Precoce;
- **Pessoas Idosas e Cuidadores Informais:**
- Falta de planeamento do individuo e das famílias face a situações de crise na saúde do idoso e dos cuidadores;
- Falta de proteção do idoso em situações de violência doméstica;
- Auto perceção de situação de violência e maus-tratos enviesada da realidade;
- Demissão das famílias das responsabilidades de cuidar do idoso e incapacidade do ponto de vista criminal em agir face aos familiares que abandonam e negligenciam os idosos ou pessoas dependentes;
- Pressão familiar para internamento de idosos e dificuldade em lidar com as problemáticas do idoso que se refletem na saúde dos cuidadores;
- **Pessoas vítimas de violência doméstica:**
- Atendimento e acompanhamento Psicológico a pessoas vítimas de violência doméstica fora do território, o que determina a exclusão para quem não tem possibilidades de deslocação;

Oportunidades

- Maior transparência de dados do portal da saúde com atualizações mensais;
- Fundos Comunitários – Portugal 2030 no âmbito da capacitação de profissionais e modernização das instalações e Qualificação e especialização do sistema nacional de intervenção precoce;
- Aposta na simplificação dos processos e acesso rápido aos serviços através da transformação digital (portal SNS);
- **População Imigrante:**

Ameaças

- **Estruturais:**
- Centros de Saúde com especialidade de dentária integrados nos CSP por abrir por falta de recursos especializados e trabalho precário na saúde;
- Pouca atratividade do SNS e fixação dos recursos humanos que se reflete na dificuldade de contratação e no grande volume de intenção de emigração de profissionais de saúde recém-licenciados a nível Nacional;
- Instabilidade do setor social e da saúde e falta de articulação concertada;
- **Famílias e Parentalidade:**

- Bom acolhimento e integração da população migrante contribui para o processo de rejuvenescimento da população;

- Serviços de urgência e obstetrícia com limitações a nível Nacional e fechos generalizados e recorrentes dos serviços de urgência obstétrica e ginecológica;
- Aumento da taxa de mortalidade infantil;
- Referenciação hospitalar com resposta insuficiente na urgência de obstetrícia e ginecologia com grávidas a terem partos pouco dignos;
- Retrocesso na formalização e legitimação da regulamentação do fenómeno de violência obstétrica;
- **População com comportamentos de risco/aditivos:**
- Dificuldades de Gestão da Comunidades Terapêuticas com risco de fecho por alterações legais;
- Fecho de unidades de alcoologia;
- **População Imigrante:**
- Dificuldades de acolhimento e inclusão da população migrante e atitudes discriminatórias face a esta, com dificuldades acrescidas na reunificação familiar;
- Riscos ambientais e maior vulnerabilidade a emergências epidemiológicas;

Pessoas Idosas

- Fragilidades no acesso aos serviços de saúde: idosos sem médico de família, dificuldades de diagnóstico e acompanhamento em saúde e iliteracia em saúde;
- Acentuado envelhecimento da população, comorbilidade e incapacidade/aumento da dependência, redes de suporte frágeis ou inexistentes;

SWOT POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL – Públicos Especialmente Vulneráveis – Minorias

Forças	Fraquezas
• **Comunidade Cigana** • Levantamento de dados periódicos dos agregados familiares da comunidade cigana; • Acompanhamento crescente e maior relação de proximidade com a comunidade; • Pirâmide populacional da comunidade característico de populações jovens e sociedades em desenvolvimento; • Proximidade da realidade e gestão de casos na articulação entre o município e as escolas; • **Pessoas em Situação de Sem Abrigo** • Criação de projetos de integração habitacional temporária para situações recentes de pessoas em situação de sem abrigo; • Associações no terreno com experiência consolidada e projetos contínuos na área da prevenção, redução e minimização de danos e intervenção em emergências e situações de crise; • Equipas multidisciplinares e com conhecimento do território; • **Pessoas Imigrantes** • Criação de respostas de apoio ao acolhimento no Município: CLAIM; • Empenho das escolas e entidades de formação profissional em dar resposta às necessidades dos migrantes e suas famílias; • Aposta em projetos de desenvolvimento local direcionados para a empregabilidade e formação da população migrante; • Protocolos de incentivo à mobilidade e formação de jovens provenientes dos PALOPS, nomeadamente Cabo Verde; • CLDS 5G. GIP- multicultural; • Projetos artísticos de acolhimento e integração da população imigrante; • Respostas e Serviços de proteção nos vários quadrantes do desenvolvimento pessoal e social das pessoas em situação de vulnerabilidade, como a CPCJ, o serviço de atendimento e ação social e o atendimento e acompanhamento pela ISS, I.P. em matérias específicas.	• **Comunidade Cigana** • Incumprimento por parte da comunidade cigana face às solicitações efetuadas pelos serviços públicos de acompanhamento; • Sentimento de desconfiança e insegurança por parte da população em relação à comunidade cigana; • Inexistência de um projeto concertado e integrador da etnia cigana; • **Pessoas em Situação de Sem Abrigo:** • Tendência crescente de referenciações e sinalizações de situações de risco de despejo e em situação de sem abrigo advindas da não integração da população estrangeira no concelho ou de situações de destruturação familiar, trabalho temporário e mudança de residência por motivos de violência doméstica; • Pessoas em situação de sem abrigo, maioritariamente em situações crónicas (+ de 10 anos); • **Pessoas Imigrantes:** • Dificuldades das crianças migrantes em obter bons resultados escolares quando comparados com os nacionais dos países de acolhimento; • Pouca adesão das empresas para a integração da população migrante no mercado de trabalho; • Desinformação da população migrante que recorre aos serviços e difusão da desinformação nas redes sociais; • Aumento de situações de sem abrigo da população estrangeira e dificuldades de retorno ao país de origem; • Distanciamento e desconhecimento cultural que leva a dificuldades de difusão cultural, integração e inclusão;

Oportunidades	Ameaças
Comunidade Cigana: • Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas (PLICC); • Pessoas 2030. **Pessoas em Situação de Sem Abrigo** • Criação e implementação do NPISA; • **Pessoas Imigrantes** • Programa PRO_MOV; • Programa Integrar.	**Comunidade Cigana:** • Abandono escolar por parte das raparigas das comunidades ciganas é elevado; • Ciclo da criminalidade da população jovem; • Discriminação acentuada que perpetua a exclusão social; **Pessoas em Situação de Sem Abrigo** • Aumento exponencial das situações de sem abrigo a nível concelhio e nacional; • Envelhecimento da população em situação de sem-abrigo; • Rendimentos das famílias insuficientes para o pagamento das habitações (próprias e arrendadas) que podem levar à situação de despejo e de sem-abrigo; • **Pessoas imigrantes** • Maior exposição à violação dos Direitos Humanos e Tráfico de Seres Humanos: condições precárias de habitação, dificuldades linguísticas, dificuldades no acesso ao mercado de trabalho legalizado; • Desigualdades sociais intra migrantes devido à barreira da língua e incapacidade de resposta dos serviços, exploração e precariedade laboral; • Processo de acolhimento e integração incompleto com repercussões demográficas negativas ao nível da natalidade e rejuvenescimento populacional; • Nova lei da nacionalidade mais restritiva em relação à nacionalização e reagrupamento familiar; • Perda de financiamento do PRR para a implementação de novos Espaços de Acolhimento Temporário (CIT) para Estrangeiros sujeitos a medidas de afastamento executados no âmbito do PRR;

19. Prioridades de Intervenção – O Modelo de Eisenhower

Importância				
ALTA	**Prioridade I** **Integração e Inclusão**		**Prioridade II** **Capacitação para a Ação**
	FAZER		AGENDAR
	Urgente e Importante: Fazer Primeiro		Não Urgente, mas Importante
	• Integração e Inclusão dos grupos vulneráveis e especialmente vulneráveis nas dimensões transversais de análise (Educação, Emprego e Formação, Saúde, Habitação e Proteção Social)		• Sustentabilidade e Capacitação das Respostas Sociais • Envelhecimento ativo e Capacitação dos cuidadores formais e informais • Habitação • Saúde Mental e Segurança
	Prioridade III		**Prioridade IV**
	DELEGAR		EXCLUIR
	É urgente, mas não é importante		Não é importante, não é urgente
BAIXA	Educação, Formação e Empregabilidade		Cultura
	AlTA		BAIXA

URGÊNCIA

Prioridade 1 – "Combate à Pobreza e Exclusão Social"

1.1. Integração e Inclusão dos grupos vulneráveis e especialmente vulneráveis nas dimensões transversais de análise (Educação, Emprego e Formação, Saúde e Habitação)

A Prioridade 1 respeita às ações prioritárias no combate à pobreza e exclusão social com vista à inclusão social dos grupos vulneráveis e especialmente vulneráveis identificados e que se manifestam no território da Marinha em várias vertentes.

A inclusão dos grupos vulneráveis nas dimensões transversais de análise é fundamental para a prossecução da declaração dos direitos universais e a constituição de uma sociedade saudável e sustentável.

São considerados **grupos vulneráveis**, devido à apresentação de características pessoas e sociais que conferem maior fragilidade e fatores de risco determinantes de exclusão social:

- **Pessoas Idosas e Cuidadores Informais; Pessoas com deficiência; Pessoas desempregadas e Crianças e Jovens.**

Para além dos grupos vulneráveis existem determinados grupos cuja dificuldade de acesso a oportunidades e serviços é de complexo alcance devido a barreiras e constrangimentos advindos de múltiplos fatores de risco que os reveste, assim são considerados **grupos especialmente vulneráveis**:

- **Pessoas em situação de sem abrigo**
- **Pessoas da comunidade cigana**
- **Pessoas imigrantes**

Para além destes são considerados **outros grupos especialmente vulneráveis** tendo em conta os **fatores idade, género, dependências, privação**:

- **Mulheres e Jovens desempregados(as)**
- **Pessoas vítimas de violência doméstica, em especial as mulheres**
- **Crianças e jovens oriundos de grupos especialmente vulneráveis (migrantes, sem abrigo, comunidade cigana)**

Assim fundamenta a prioridade 1 e a definição dos grupos vulneráveis e especialmente vulneráveis:

- O aumento da população envelhecida com aumento do peso 75+
- A feminização do envelhecimento e dos cuidados
- A perda de população jovem em idade ativa em fase de constituição de famílias e nados vivos
- A masculinização da população residente ativa devido à atratividade salarial do setor industrial.
- A renovação populacional com base na capacidade de atração da indústria: aposta nas parcerias transnacionais de formação, saldo migratório positivo mesmo em situações de crise económica (2011), atratividade do mercado e ganhos médios salariais acima dos valores nacionais para a população com o 12º ano.

- O crescimento de minorias e pessoas em situação de exclusão social: população imigrante comunidade cigana e pessoas em situação de sem abrigo com especial atenção para os grupos das crianças e jovens.
- O crescimento de grupos especialmente vulneráveis na vertente da pobreza infantil: crianças e jovens em situação de perigo e risco, novas problemáticas nas dependências e adições, crianças com perturbações do desenvolvimento e incapacidade, aumento do fenómeno de violência doméstica, famílias monoparentais e população desempregada com destaque para a feminina e imigrante.
- Caracterizadas por efetivos advindos de sociedades menos envelhecidas, a população imigrante e comunidade cigana representam dimensões especificas de análise e intervenção estratégica prioritária como eixo fundamental de potencial integração e inclusão com impacto na renovação estrutural e geracional da população residente devido aos comportamentos reprodutivos característicos de estruturas etárias jovens e consequente desenvolvimento de um sistema social mais sustentável.

A precariedade das condições de habitação dos elementos da comunidade de etnia cigana ou a ausência de habitação das pessoas em situação de sem abrigo , assim como o desconhecimento da realidade habitacional da população imigrante demanda a construção urgente de um plano integrador e concertado de intervenção com o objetivo de promover a inclusão destes grupos nas várias dimensões sociais de forma a combater a estigmatização e preconceitos persistentes que se materializam em exclusão social e discriminação institucional que afetam estas comunidades.

Existem dificuldades de integração e inclusão nas escolas, com desafios associados à falta de respeito pelos valores de cidadania de alguns alunos, ou o aumento de crianças com necessidades educativas especiais ou as barreiras linguísticas que afetam o desempenho escolar, em específico daqueles que não dominam a língua portuguesa, são desafios sentidos pela escola multicultural que integra 33 nacionalidades de origem diferenciadas.

Para a população em situação de sem abrigo é urgente apostar em soluções habitacionais capazes de dar resposta a situações crónicas existentes no território.

Já para os casos mais recentes de “sem casa”, torna-se essencial garantir respostas rápidas, eficazes e orientadas para a prevenção, que evitem o prolongamento das situações de rua.

As situações de sem-abrigo, não resultam apenas da ausência de habitação, mas estão profundamente ligadas a questões de saúde, relações interpessoais e falta de apoio social. O facto de uma mesma pessoa poder apresentar várias causas sublinha o carácter multifatorial da exclusão,

reforçando a necessidade de respostas integradas, que articulem habitação, saúde, emprego e apoio psicossocial.

A criação e implementação dos Planos de Ação Municipais como o Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA), o Plano Local para a Integração da comunidade Cigana (PLICC) e o Núcleo Local de Garantia Para a Infância (NLGPI) são ações prioritárias de nível 1.

Prioridade 2 "Capacitação para a Ação"

2.1. Reforçar a ação do Setor Particular Solidário: Sustentabilidade e Capacitação das Respostas Sociais

2.2. Promover o Envelhecimento Ativo e Capacitação dos Cuidadores Informais e Formais

2.3. Criar condições de acesso à Habitação

2.4. Capacitar para a Saúde Mental e Prevenir Comportamentos de Risco e Segurança

Na Prioridade 2 estão implícitos projetos a desenvolver nas áreas importantes, mas não urgentes no imediato, e que se concretizam no médio e longo prazo através do agendamento programado das ações a desenvolver e metas a alcançar.

2.1. Reforçar a ação do Setor Particular Solidário: Sustentabilidade e Capacitação das Respostas Sociais

O concelho da Marinha Grande apresenta um número significativo de respostas sociais/projetos. Todavia, verifica-se o insuficiente número de respostas de âmbito social para suprimir listas de espera, nomeadamente em Creches e ERPI's, de modo dar resposta às necessidades das famílias.

Entre 2017 e 2025 não surgiram novos equipamentos do setor social e solidário no concelho. O crescimento do setor deve-se sobretudo ao nascimento de novas ERPIS de carácter privado e lucrativo.

Contudo as respostas continuam a ser insuficientes face à procura existente.

Observa-se a necessidade de apostar em respostas inovadoras promotoras de boas práticas e do desenvolvimento da autonomia e participação do seu público-alvo.

O reforço da capacidade de ação das Instituições passa impreterivelmente pelo trabalho de proximidade e em rede e com o reforço da ação da rede social por forma a ultrapassar os constrangimentos e desafios de ação no terreno, que vão desde a falta de recursos humanos especializados, o desajustamento das respostas face ao aparecimento de novas problemáticas, a

insuficiência económica do público-alvo, o aumento da dependência ou de pessoas com perturbações do desenvolvimento, nomeadamente crianças.

2.2. Promover o Envelhecimento Ativo e Capacitação dos Cuidadores Informais e Formais

O facto de estarmos perante uma população envelhecida centra a ação dos atores sociais e de saúde nas premissas do envelhecimento ativo, digno e transversal a todas as gerações.

O envelhecimento ativo enquanto conceito de promoção de um desenvolvimento físico e mental saudável e transversal deve estar implícito em medidas locais abrangentes a todas as idades.

Esta dinâmica determina práticas de saúde orientadas para a capacitação dos familiares e utentes em relação à prestação de cuidados, à identificação das necessidades de capacitação dos profissionais de saúde, da reabilitação e preservação da autonomia dos utentes, da promoção da saúde mental e estilos de vida saudável da comunidade e da promoção da literacia em saúde, sem descurar todos os grupos etários, a fim de promover ganhos em saúde ao longo do ciclo de vida, perspetivado como um processo consistente e contínuo a fim de obter o melhor estado de saúde possível para as pessoas e população.

No âmbito do cuidar, é imperativo manter e reforçar as redes familiares existentes com o investimento em medidas de reforço, acompanhamento e capacitação das famílias, essenciais para a concretização de um envelhecimento digno.

2.3. Criar condições de acesso à Habitação Acessível

A Estratégia Local de Habitação (2022) estabelece um plano territorial no âmbito da reabilitação e construção de novos fogos de habitação social.

A resposta habitacional visa enquadrar os públicos vulneráveis identificados no território em risco ou em situação de exclusão social (comunidade cigana, pessoas vítimas de violência doméstica e maus-tratos, pessoas sem abrigo) e também novas famílias enquadradas nos trâmites de atribuição das habitações.

O aumento do parque habitacional é uma necessidade urgente, com o aumento observado das situações de sem abrigo e da observação empírica dos atendimentos realizados a nível social com a inflação do mercado arrendatário a polarizar o acesso à habitação e a fragilizar grupos vulneráveis como as pessoas idosas, jovens com trabalhos temporários e famílias monoparentais ou pessoas desempregadas.

Desconhece-se as condições habitacionais da população imigrante, sobretudo da indiana em que a sobrelotação é uma característica dos núcleos familiares da sociedade de origem.

A perda demográfica de grupos etários em idade jovem ativa ou de crianças até aos 9 anos imprime a necessidade urgente de criar mecanismos de atração e fixação da população jovem adulta ativa no território, sendo prioritário criar habitação acessível aos jovens e suas famílias.

2.4. Capacitar para a Saúde Mental e Prevenção de Comportamentos de Risco/Perigo

A longevidade da população, o aumento da dependência e necessidade de cuidados, o esgotamento de quem cuida devido à exigente robustez física e capacidade mental da função , o aumento das situações de violência doméstica , a existência de listas de espera nos serviços de apoio psicológico da comunidade, o aumento das situações de isolamento e exclusão social (habitacional, sem abrigo, tráfico de seres humanos, imigração) determinam a continuidade do reforço e necessidade de novas respostas e serviços de apoio à população na área da saúde mental.

Nos comportamentos de risco, existe a necessidade de conhecer em números as expectativas e comportamentos dos jovens da comunidade, existindo poucos elementos estatísticos ou dados uniformizados sobre esta temática.

A Marinha Grande continua a ser um território com fragilidades neste domínio, por exemplo, no que toca à taxa de incidência de notificação de doenças obrigatórias, o concelho posiciona-se em 3º lugar face aos restantes 7 concelhos que integram a ULSRL, estando em primeiro lugar o VIH/SIDA.

Os dados fornecidos pela ANO II na área da sensibilização junto da comunidade escolar, realizada numa base de ação voluntária na área da sensibilização, informa que quanto mais precoce o primeiro contacto maior será a evolução da dependência, o que irá acarretar riscos físicos, mentais e sociais podendo levar à desinserção social e ao abandono do projeto de vida. A perceção de risco é elevada, pois mais de metade dos jovens atribui pouca ou nenhuma importância aos consumos de drogas e álcool.

Novos fenómenos de dependência e de risco surgem associados ao mundo digital e às redes sociais, o vicio de jogos eletrónicos tem alta prevalência entre os jovens para além dos jogos a dinheiro como as raspadinhas, ou o casino online, transversal a todas as gerações.

O consumo de álcool abusivo e com consequências físicas e psicológicas com o aumento de internamentos hospitalares e risco acrescido de infeções é também uma realidade para a qual nos devemos direcionar.

Prioridade 3

3.1. Reforçar a ação da Educação, Formação e Empregabilidade

A escola é o espaço de encontro de várias realidades e problemáticas que afetam diretamente o crescimento e desenvolvimento das crianças e jovens, é o espaço privilegiado de preparação para os desafios da vida futura. Por forma a dar uma resposta equitativa no acesso de oportunidades, a escola promove a diversidade de apoios com vista à igualdade de oportunidades e inclusão social de todas as crianças.

A existência de projetos educativos diversificados, de vários âmbitos, desde a promoção da saúde e desporto, ambiente e sustentabilidade, promoção de uma alimentação e crescimento saudável, da participação e empoderamento dos jovens, do desenvolvimento através das artes são boas práticas territoriais concretizadas no concelho da Marinha Grande com impacto direto na vida dos munícipes e que seguem os pilares fundamentais do Programa da Garantia de Apoio para a Infância.

O ajustamento das estruturas municipais de ensino ao aumento do número de efetivos residentes e as responsabilidades adquiridas no âmbito da transferência de competências, determinam uma gestão do parque escolar próxima e articulada com a comunidade escolar, de forma a conhecer os seus desafios, criar sinergias e solucionar constrangimentos e barreiras de forma a dar resposta à população.

O investimento e melhoramento das estruturas existentes encontra-se estrategicamente planeado e intenta nos próximos anos melhorar as infraestruturas educativas definidas na Carta Educativa Municipal.

As famílias enfrentam novos desafios, relacionados com as novas realidades sociais com reflexo nas suas dinâmicas e consequentemente no modelo educacional e parental. As escolas são o espaço privilegiado, onde sobressaem estas novas realidades que apresentam um esforço de adaptação às questões da diversidade, multiculturalidade e ao respeito pela diferença, mas também às questões associadas ao desenvolvimento da infância e da juventude. Neste sentido, apresentam um esforço de melhoria continua, através de novas oportunidades, programas e respostas que vão ao encontro das necessidades identificadas, tentando envolver os pais, a comunidade e outros serviços.

Outra questão que se destaca, sobretudo, nas dimensões de análise da educação, emprego e formação, diz respeito à importância dos cursos profissionais. Este são considerados como estruturantes para qualificar e atribuir competências profissionais aos jovens e população adulta, no sentido de responder às exigências do mercado de trabalho e de combater o desemprego. Por outro

lado, constituem uma alternativa ao ensino regular com o objetivo de responder e atrair a população que tende a abandonar a escola.

De realçar o trabalho desenvolvido pelos Centros Qualifica, como resposta determinante na qualificação e certificação de competências destinada a pessoas adultas, com vista à requalificação e reintegração no mercado de trabalho.

Salienta-se o esforço das escolas em desenvolver cursos profissionais não só para manter os alunos em contexto escolar como também motivados para terminar a escolaridade obrigatória, com a mais-valia de que durante o percurso escolar têm contato, através do estágio, com o mundo do trabalho.

Apesar da eficiente relação entre ensino profissional e integração no mercado de trabalho e da taxa de emprego superior à média nacional e regional, o concelho tem conseguido manter os seus níveis de empregabilidade, beneficiando de um setor industrial forte e de um tecido empresarial local dinâmico apesar das necessidades de qualificação e de trabalho especializado face aos desafios da inovação tecnológica e da indústria 4.0 assim como de políticas orientadas para a atração e fixação de jovens e suas famílias no território.

A resposta às necessidades de qualificação e especialização passa pela criação de sinergias entre o ensino superior e o mercado de trabalho na identificação das necessidades de recursos humanos do mercado de trabalho e oferta educativa existente.

A aposta em políticas de conciliação entre o trabalho, a vida profissional e as famílias, assim como uma visão positiva das práticas parentalidade da parte das entidades empregadoras é condição para a permanência dos núcleos familiares no concelho através de políticas de apoio aos trabalhadores inclusivas e paritárias.

A população empregada por grupo etário cresceu sobretudo na população acima dos 45, em especial dos 50-54, torna-se assim necessário, numa **população empregada envelhecida** promover práticas de trabalho baseadas na **formação e aprendizagem ao longo da vida**, na **reconversão profissional**, na preparação e interiorização de um **envelhecimento ativo e saudável** com a possibilidade de (complementaridade entre emprego e reforma) **conciliação de reforma e atividade ativa**, seja na necessidade de mudanças na mentalidade das entidades empregadoras e dos próprios com ideias assentes na divisão trabalho/ e reforma como realidades distintas.

Práticas de sensibilização e combate ao idadismo nas escolas e no mercado de trabalho e possibilitar práticas de experiências de trabalho entre diferentes gerações de forma equilibrada e resiliente são

respostas positivas às necessidades registadas da população de extensão da vida laboral após os 66 anos de idade.

O Diagnóstico Social da Marinha Grande 2024-2029 permitiu identificar as potencialidades e vulnerabilidades sociais do território e seus constituintes, bem como definir grupos e ações prioritárias de intervenção social.

O presente documento será também a base orientadora de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, que concretizará a intervenção social no concelho da Marinha Grande para os próximos 5 anos.